



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Jóni Fernando Carvalho Teixeira

Valorização Integrada dos Conjuntos
do Projecto-tipo do Barroso

Trabalho realizado sob orientação da
Professora Doutora Edite Maria Figueiredo e Rosa

Fevereiro 2023



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Jóni Fernando Carvalho Teixeira

Valorização Integrada dos Conjuntos do Projecto-tipo do Barroso

Tese de Doutoramento
Arquitetura

Tese defendida em provas públicas
na Universidade Lusófona do Porto no dia 13/02/2023,
perante o júri seguinte:
Presidente: Prof. Doutor Carlos Alberto Esteves Guimarães
Vogais: Prof.^a Doutora Sofia Salema
(Universidade de Évora);
Prof.^a Doutora Raquel Paulino
(Universidade do Porto);
Prof.^a Doutora Maria da Graça Ribeiro Correia Ragazzi
(Universidade Lusófona do Porto);
Prof. Doutor Vítor Manuel Araújo de Oliveira
(Universidade Lusófona do Porto);
Orientador: Prof.^a Doutora Edite Maria Figueiredo e Rosa

Fevereiro 2023

DECLARAÇÃO

Este trabalho de investigação foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico, respeitando a Norma Portuguesa sobre referências bibliográficas (NP 405). Tendo sido a referência das figuras baseada na ISO690.

De acordo com a legislação em vigor, não é permitida a reprodução de qualquer parte desta tese.

A handwritten signature in blue ink, reading "Jóni Fernando Carvalho Teixeira", is displayed on a light blue background. The signature is fluid and cursive, with the first name "Jóni" being particularly prominent.

(Jóni Fernando Carvalho Teixeira)

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais por me permitirem chegar até aqui,
À Francisca por estar sempre presente e à minha filha Benedita, pelo alento a meio
desta caminhada!*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço á minha orientadora, Professora Doutora Edite Rosa, por toda a disponibilidade e dedicação que sempre demonstrou até à conclusão deste projeto.

Aproveito ainda para agradecer a todos os professores da Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação, da Universidade Lusófona do Porto, com especial reconhecimento pelos docentes do programa de doutoramento em arquitetura desta instituição, pelos ensinamentos que me facultaram.

Devo ainda recordar o contributo da Câmara Municipal de Montalegre, aqui personificada pelo Eng. Álvares Pereira, pela gentileza com que me receberam e celeridade com que dispuseram a informação.

Ao Arq.^o Diogo Amaral, Arq.^o Gonçalo Estelita e Arq.^a Andreia Sampaio pelas suas apreciações, documentação e cartografia facultada para o desenvolvimento deste trabalho.

À Dr.^a Maria Amador, da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, pela amabilidade e empenho com que facultaram a informação.

Especial agradecimento à Arq.^a Isabel Matias e à Arq.^a Helena Albuquerque pela disponibilidade das suas entrevistas, que tão importante foram para o desenvolvimento deste trabalho.

Por último, agradecer ao Arq.^o Álvaro Siza Vieira, por ter disponibilizado e facilitado a consulta do seu arquivo profissional.

MENÇÃO PELO APOIO FINANCEIRO

Este trabalho só foi possível graças à bolsa de estudo da Universidade Lusófona do Porto, que muito me honrou e pelo qual ficarei eternamente agradecido.

TÍTULO

Valorização integrada dos conjuntos do *Projecto-tipo do Barroso*

RESUMO

Em Portugal, durante o Estado Novo, foram construídas pela Junta de Colonização Interna (1936-1974), oito colónias agrícolas. Estas estruturas fundiárias foram uma tentativa de modernização agrária e de repovoamento do interior do país. Uma destas colónias surgiu no âmbito do *Projeto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas*, com a construção de sete novas aldeias, para um total de 130 *casais agrícolas*. Para a edificação destes módulos habitacionais, que serviam de apoio à atividade agrícola, foram considerados dois projetos-tipo diferentes, sendo o mais representativo e objeto desta tese o *Projecto-tipo do Barroso*, que diz respeito a cinco das novas aldeias construídas em Montalegre, no âmbito desta iniciativa.

Hoje em dia, em virtude da necessidade da adequabilidade às novas realidades sociais contemporâneas, estes conjuntos evidenciam grandes transformações que paulatinamente foram desviando a forma e identidade enquanto conjunto. Por conseguinte, este trabalho procura identificar os principais elementos diferenciadores e tentar promover estratégias de intervenção, que regulem e auxiliem a manter a identidade arquitetónica destas aldeias. Assim, indagamos acerca da validade da integridade do conjunto, onde para além de toda a fundamentação teórica de estudo do lugar e do edificado, procuramos referências arquitetónicas com equivalente problemática associada.

Trata-se, portanto, de uma investigação com base num projeto de arquitetura, que procura não só contribuir com uma hipótese propositiva para eventuais ações futuras, mas, e sobretudo, consciencializar sobre a necessidade de proteger estes conjuntos *sui generis* da arquitetura rural.

PALAVRAS-CHAVE

Colónia Agrícola – Conjunto – Estado Novo – Património - Módulo

TITLE

Integrated valorization of the settlements of *Projecto-tipo do Barroso*

ABSTRACT

In Portugal, during the dictatorial period (1926-1974), were designed and built a set of eight agricultural villages by the *Junta de Colonização Interna*¹ (1936-1974). These agricultural settlements were an attempt to modernize and to repopulate the interior of the country. One of these colonies is part of the *Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas* Project, foreseeing the construction of seven new villages using two standard housings types for the construction of 130 *casais agrícolas*. This document analyzes five of these settlements where the built units follow the format *Projecto-tipo do Barroso*, in the municipality of Montalegre.

Nowadays, these settlements show clear evidence of the transformations that have taken place through the years, in light of new social and contemporary ways of life, having gradually distorted their unity and identity. In summary, this research seeks to identify these disruptive elements and to develop new strategies that aim to regulate and safeguard the unit's identity and also the integrity of the *ensemble*. In addition to the theoretical component of this study concerning both place and building, we look for architectural references with a comparable set of circumstances.

It is therefore an investigation based on an architectural project, that contributes with a proposed set of solutions for future studies and projects, but above all, it aims to raise awareness for the need to protect these settlement's *sui generis* of rural architecture.

KEYWORDS

Agricultural Colony – Settlement – *Estado Novo* – Heritage - Module

¹ Public entity responsible for internal colonization in Portugal during the *Estado Novo*;

ÍNDICE

▪ INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO p.3

MOTIVAÇÕES p.5

OBJETIVOS p.7

ESTADO DA ARTE p.8

METODOLOGIA p.11

▪ CAPÍTULO I – COLONIZAÇÃO INTERNA

1.1 Contextualização teórica - Conceito de colonização p.15

1.2 Estratégias e Referências da Junta de Colonização Interna p.21

▪ CAPÍTULO II – MONTALEGRE E

O PROJECTO DE CASAL - TIPO DO BARROSO

2.1 Colonização Interna do Barroso p.63

2.2 Uma arquitetura barroca? p.70

2.3 A Influência da Agricultura e a Pastorícia no Desenho Arquitectónico p.82

2.4 Projeto de Colonização dos Baldios de Montalegre p.89

▪ CAPÍTULO III – VALORIZAÇÃO DOS CONJUNTOS

3.1 A unidade e identidade dos conjuntos p.113

3.2 Valorização integrada dos conjuntos .119

▪ CAPÍTULO IV – ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

EM CONJUNTOS ARQUITECTÓNICOS

4.1 Casos Práticos de Referências Arquitectónicas .151

4.1.1 Recuperação do Conjunto Arquitectónico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade, Brasil p.153

4.1.2 Aplicação do Método *Rehabimed* em Lefkara, Chipre p.159

4.1.3 Plano de recuperação e transformação da Cidade Velha, Cabo Verde p.169

4.2 Qual a validade para o Caso de Estudo? p.179

▪ CAPÍTULO V – CASO DE ESTUDO

5.1 Análise arquitectónica do pressuposto original dos núcleos relativos ao “Projeto de Casal - Tipo do Barroso” p.187

5.2 Do projeto à obra p.205

5.3 Diagnóstico atual e análise da evolução dos conjuntos p.217

5.4 Hipótese Propositiva – Estratégia de Valorização p.227

- CONCLUSÃO p.263
- FONTES DOCUMENTAIS p.275
- ANEXOS
- ANEXO 1. *Declaración Poblado Cañada de Agra*; p.2
- ANEXO 2. Extrato PDMM, Ortofotomapa Aldeia Nova do Barroso, Esc. 1.5000; p.4
- ANEXO 3. Extrato PDMM, Ordenamento e Condicionantes, Aldeia Nova do Barroso, Esc. 1.10000; p.7
- ANEXO 4. Extrato PDMM, Ortofotomapa Aldeia Nova de Montalegre, Esc. 1.5000; p.12
- ANEXO 5. Extrato PDMM, Ordenamento e Condicionantes, Aldeia Nova de Montalegre, Esc. 1.10000; p.15
- ANEXO 6. Extrato PDMM, Ortofotomapa Aldeia de Criande, Esc. 1.5000; p.20
- ANEXO 7. Extrato PDMM, Ordenamento e Condicionantes, Aldeia de Criande, Esc. 1.10000; p.23
- ANEXO 8. Extrato PDMM, Ortofotomapa Lugar de São Mateus, Esc. 1.5000; p.28
- ANEXO 9. Extrato PDMM, Ordenamento e Condicionantes, Lugar de São Mateus, Esc. 1.10000; p.31
- ANEXO 10. Extrato PDMM, Ortofotomapa Lugar do Vidoeiro, Esc. 1.5000; p.36
- ANEXO 11. Extrato PDMM, Ordenamento e Condicionantes, Lugar do Vidoeiro, Esc. 1.10000; p.39
- ANEXO 12. Estudo projetual da evolução do núcleo de Casais da Veiga; A cor-de-rosa assinalado os casais agrícolas em ruína; A verde assinalados os casais agrícolas com alterações significativas; A preto os casais agrícolas sem alterações significativas; A azul as novas construções; A vermelho o fontanário; p.44
- ANEXO 13. Estudo projetual das divisões de propriedade do núcleo de Casais da Veiga; A tracejado preto a presumível divisão do lote / não dividido fisicamente; A traço preto contínuo divisão do lote com recurso a elementos físicos; p.45
- ANEXO 14. Estudo projetual da evolução do Lugar do Vidoeiro; A verde assinalados os casais agrícolas com alterações significativas; A preto os casais agrícolas sem alterações significativas; A azul as novas construções; p.46
- ANEXO 15. Estudo projetual das divisões de propriedade do Lugar do Vidoeiro; A tracejado preto a presumível divisão do lote / não dividido fisicamente; A traço preto contínuo divisão do lote com recurso a elementos físicos; A tracejado encarnado a via de circulação prevista em projeto; A mancha verde as novas vias de circulação construídas; p.47
- ANEXO 16. Estudo projetual da evolução da Aldeia Nova do Barroso; A cor-de-rosa assinalado os casais agrícolas em ruína; A verde assinalados os casais agrícolas com alterações significativas; A preto os casais agrícolas sem alterações significativas; A azul as novas construções; Com mancha encarnada os equipamentos; p.48
- ANEXO 17. Estudo projetual da evolução da Aldeia Nova do Barroso; A tracejado preto a presumível divisão do lote / não dividido fisicamente; A traço preto contínuo divisão do lote com recurso a elementos físicos; A tracejado encarnado a via de circulação prevista em projeto; A mancha verde as novas vias de circulação construídas; p.49
- ANEXO 18. Estudo projetual da evolução do Lugar de São Mateus; A cor-de-rosa assinalado os casais agrícolas em ruína; A verde assinalados os casais agrícolas com alterações significativas; A preto os casais agrícolas sem alterações significativas; A azul as novas construções; A cor-de-laranja a habitação para os professores; p.50

- **ANEXO 19.** Estudo projetual da evolução do Lugar de São Mateus; A tracejado preto a presumível divisão do lote / não dividido fisicamente; A traço preto contínuo divisão do lote com recurso a elementos físicos; A tracejado encarnado a via de circulação prevista em projeto; A mancha verde as novas vias de circulação construídas; p.51
- **ANEXO 20.** Estudo projetual da evolução da Aldeia de Criande; A cor-de-rosa assinalado os casais agrícolas em ruína; A verde assinalados os casais agrícolas com alterações significativas; A preto os casais agrícolas sem alterações significativas; A azul as novas construções; Com mancha encarnada os equipamentos; p.52
- **ANEXO 21.** Estudo projetual da evolução da Aldeia de Criande; A tracejado preto a presumível divisão do lote / não dividido fisicamente; A traço preto contínuo divisão do lote com recurso a elementos físicos; A tracejado encarnado a via de circulação prevista em projeto; A mancha verde a nova via de circulação construída; p.53;
- **ANEXO 22.** Planta de Arruamentos, Aldeia Nova do Barroso; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – Macadamização da Estrada de Ligação da En103. Lisboa : MA, JCI, 1944?; p.54;
- **ANEXO 23.** Planta de Arruamentos, Lugar de São Mateus; PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Anexo V (arruamentos)* . Lisboa : MA, JCI, 1944; p.55;
- **ANEXO 24.** Planta Topográfica Lugar do Vidoeiro; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Freguesias de Morgade, Cervos e Beça. Anexo V Aldeamentos (arruamentos)* . Lisboa : MA, JCI, 1944?; p.56;
- **ANEXO 25.** Planta Topográfica Aldeia de Criande; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. II Anexo V Aldeamentos (arruamentos)* . Lisboa : MA, JCI, 1944?; p.57.
- **ANEXO 26.** Planta Topográfica da Aldeia de Montalegre (Casais da Veiga); fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – III Freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo.- Arruamentos.* Lisboa : MA, JCI, 1946; p.58
- **ANEXO 27.** Estudo da Região do Barroso e a Zona a Colonizar; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. II Freguesias de Morgade, cervos e Beça (parte)* . Lisboa : MA, JCI, 1945; p.59
- **ANEXO 28.** Carta de Aptidão Cultural do Vidoeiro; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. II Freguesias de Morgade, cervos e Beça (parte)* . Lisboa : MA, JCI, 1945; p.60
- **ANEXO 29.** Planta Topográfica do Lugar de São Mateus; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Aldeamento no Barroso – Montalegre – Freguesia de Chã (S. Vicente) - Aldeia Nova do Barroso – Logar de S. Mateus – Anexo V* . Lisboa : MA, JCI, 1944; p.61
- **ANEXO 30.** Planta de Baldios e Áreas a Colonizar na Freguesia de Chã, Montalegre.; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas.* Lisboa : MA, JCI, 1944; p.62
- **ANEXO 31.** Carta de Aptidão Cultural do Criande; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. II Freguesias de Morgade, cervos e Beça (parte)* . Lisboa : MA, JCI, 1945; p.63

- **ANEXO 32.** Alçado Principal e Alçado Lateral Direito; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Anexo V (arruamentos)* . Lisboa : MA, JCI, 1944; p.64
- **ANEXO 33.** Alçado Lateral Esquerdo e Alçado Posterior; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Anexo V (arruamentos)* . Lisboa : MA, JCI, 1944; p.65
- **ANEXO 34.** Cortes do *Projecto-Tipo do Barroso*; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Anexo V (arruamentos)* . Lisboa : MA, JCI, 1944; p.66
- **ANEXO 35.** Plantas do *Projecto-Tipo do Barroso*; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Anexo V (arruamentos)* . Lisboa : MA, JCI, 1944; p.67
- **ANEXO 36.** Planta de localização dos núcleos da Aldeia Nova do Barroso e do Lugar de São Mateus; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Anexo V (arruamentos)* . Lisboa : MA, JCI, 1944; p.68
- **ANEXO 37.** Estrada do Vidoeiro, Perfil Tipo; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. II Freguesias de Morgade, cervos e Beça (parte)* . Lisboa : MA, JCI, 1945; p.69
- **ANEXO 38.** Perfil Transversal Tipo – Calçada Portuguesa; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. II Anexo V Aldeamentos (arruamentos)* . Lisboa : MA, JCI, 1944?; p.70
- **ANEXO 39.** Perfil de Arruamentos Tipo; Fonte documental: fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Macadamização Da Estrada De Ligação Da En103*. Lisboa : MA, JCI, 1944?; p.71
- **ANEXO 40.** Estudo de convenções para a região do Barroso, freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – III Freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo*. Lisboa : MA, JCI, 1946; p.72

LISTA DE ABREVIATURAS

- A.A.P. Associação dos Arquitectos Portugueses
- ARI. *Área de Rehabilitación Integral*
- Arq^o / Arq^a. Arquitecto / Arquitecta
- ARU. Área de Reabilitação Urbana
- AVAC. Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado
- CI. Conservação Integrada
- CECI. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada
- COORD. Coordenação
- DGASA. Direcção Geral da Acção Social Agrária
- DGSU. Direcção Geral dos Serviços de Urbanização
- E. Este
- ED. Editor
- Eng^o / Eng^a. Engenheiro / Engenheira
- FAO. *Food and Agriculture Organization of the United Nations*
- FAUP. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
- FCG. Fundação Calouste Gulbenkian
- GNR. Guarda Nacional Republicana
- IHRU. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
- IPPAR. Instituto Português do Património Architectónico
- IGESPAR. Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico.
- IARP. Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, 1955-1960, Sindicato Nacional dos Arquitectos
- INE. Instituto Nacional de Estatística
- INC. Instituto Nacional de Colonización
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- JCI. Junta de Colonização Interna
- MA. Ministério da Agricultura
- ME. Ministério da Economia
- MNE. Ministério dos Negócios Estrangeiros
- N^o. Número
- N. Norte
- NE. Nordeste
- NW. Noroeste
- ONC. Opera Nazionale di combattenti
- ORG. Organização
- ORU. Operação de reabilitação urbana
- PAG. / p. Página
- PDM. Plano Director Municipal
- PDMM. Plano Director Municipal de Montalegre
- PPRU. Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana
- REHABIMED. Association of professionals and experts in building rehabilitation and urban regeneration
- RJRU. Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
- S. Sul
- SE. Sudeste
- SEA. Secretaria de Estado da Agricultura

- **SÉC.** Século
- **SPN.** Secretariado de Propaganda Nacional
- **SNA.** Sindicato Nacional dos Arquitectos
- **SW.** Sudoeste
- **UNESCO.** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- **ULP.** Universidade Lusófona do Porto
- **VOL.** Volume
- **W.** Oeste

LISTA DE FIGURAS

- **Figura 1.** Pintura a óleo sobre tela “American Progress” (1872) Jhon Gast; fonte: GAST, Jhon. 1872. American Progress. *The Careyvan*. Visualizado em 16 de Abril de 2017. Disponível na internet em: http://www.thecareyvna.org/uploads/5/3/3/6/53362169/5768814_orig.jpg
- **Figura 2.** A *Centuriazione* Romana, fonte: [S.N.]. [S.D.]. *Storia e Sostenibilità Nel Paesaggio Veneto*. Visualizado em 16 de Abril de 2017. Disponível na internet em: <https://misteridelterritorio.files.wordpress.com/2011/12/centuriazione.jpg>
- **Figura 3.** Mapa de propaganda ideológica do Império Colonial Português, fonte: GALVÃO, Henrique. 1940?. SPN – Portugal Não é Um País Pequeno. *MAPPORN*. Visualizado em 14 de Maio de 2017. Disponível na internet em: <http://i.imgur.com/S23w4WS.jpg>
- **Figura 4.** Arquitetura militar de influência portuguesa em Assilah (Arzila), Marrocos, fonte: CORREIA, Jorge. [S.D.]. Torre de Menagem (pano de muralha do castelo). *HPIP*. Visualizado em 22 de Junho de 2017. Disponível na internet em: http://www.hpip.org/wc600/hc400/images/db_images/2012/02/29/4arzilla.jpg
- **Figura 5.** Vista aérea da aldeia de S.Tiago de Adeganha - Colonato de Cela, Angola - 1954, fonte: INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTIFICA TROPICAL. 1954. Vista aérea da aldeia de S.Tiago de Adeganha. *ACTD*. Visualizado em 22 de Junho de 2017] Disponível na internet em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHU D29799>
- **Figura 6.** Aldeia de Montalegre – Casais da Veiga (ao fundo), Montalegre, fonte: BAPTISTA, José. 2006. [S.N.]. in BAPTISTA, José. *Montalegre*. Montalegre : Município de Montalegre. p.126. ISBN 978-972-8012-30-4.
- **Figura 7.** Evolução demográfica em Portugal e Montalegre (concelho) entre 1911 - 1960, fonte:INE. 1960. *X Recenseamento Geral da População*. Tomo I – Vol 1. Lisboa : INE, 1960. Quadro Anexo p.11 e 87;
- **Figura 8.** Colónia Agrícola de Milagres, fonte: AAVV – *Colonização Interna*. Lisboa : Secretariado Nacional da Informação, 1940?. p.104-105
- **Figura 9.** Área baldia em relação à área de cada distrito em Portugal continental em 1939. fonte: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Reconhecimento dos Baldios do Continente, Vol.I* . Lisboa : MA, JCI, 1939. P p.57.
- **Figura 10.** Quadro elucidativo da legislação no âmbito da colonização interna anterior ao Decreto-Lei nº 27.207 de 16 Novembro 1936
- **Figura 11.** Estatísticas Agrícolas de 1965, fonte bibliográfica: BAPTISTA, Fernando - *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto : Afrontamento, 1993. p.30;
- **Figura 12.** Ações de intervenção no âmbito das obras de beneficiação rurais em Vale de Couce, Mirandela a) Fotografia antes da Intervenção da JCI; b) Fotografia após Intervenção da JCI; c) Imagem representativa do estado actual em 2014.; fonte a) : LOBO, Vasco; ANTUNES, Alfredo da Mata – *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural*. Coimbra : DGSU – Centro de Estudos de Urbanismo, 1960. p.126; fonte b) : LOBO, Vasco; ANTUNES, Alfredo da Mata – *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural*. Coimbra : DGSU – Centro de Estudos de Urbanismo, 1960. p.127; fonte c): GOOGLE MAPS.. [2014]. (Rua Direita, Vale de Couce). Disponível em: https://www.google.pt/maps/@41.5268024,-7.0788575,3a,60y,2.79h,85.34t/data=!3m6!1e1!3m4!1seOENbWxklo1_6LbelkPPCA!2e0!7i13312!8i6656?hl=pt-BR. Acesso em: 20 de Julho de 2017.
- **Figura 13.** Localização dos baldios reservados pelo *Plano de Reconhecimento dos Baldios do Continente*. fonte: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Reconhecimento dos Baldios do Continente, Vol.I* . Lisboa : MA, JCI, 1939 p.49.
- **Figura 14** Localização das colónias e respetivos núcleos dirigidos pela JCI , desenho da autoria do Arq.º Fernando Ribeiro; fonte: RIBEIRO, Fernando - *Práticas de Reabilitação em Áreas*

Rurais : Contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de aldeias em Portugal. Lisboa : Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento. p.86

- **Figura 15.** Fotografia de família residente na Colónia Agrícola de Martim-Rei, Sabugal; fonte: AAVV – *Colonização Interna*. Lisboa : Secretariado Nacional da Informação, 1940?. p. 40
- **Figura 16.** Estudo de Implantação do Lugar de São Mateus - Montalegre, Colónia Agrícola do Barroso; fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*. Lisboa : MA, JCI, 1944.
- **Figura 17.** Urbanística de desenvolvimento linear da Colónia Agrícola de Pegões. PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Hélder; LOPES, Isabel; BUARQUE, Irene. 2009. In PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Hélder; LOPES, Isabel; BUARQUE, Irene. *Santo Isidro de Pegões : Contrastes de um território a preservar*. Lisboa : Edições Colibri. p.184. ISBN 978-972-772-877-0. (Imagem editada pelo autor)
- **Figura 18.** Planta do Projecto de Casal para a Colónia Agrícola de Pegões, áreas de habitação (vermelho) e trabalho (azul), fonte: Restos de Colecção - Colónia Agrícola de Pegões) [Documento icónico]. [s.l.] : Projecto de Casal para a Herdade de Pegões – [2014?] | [referência de 5 de Agosto de 2017]. Disponível na internet em: <<http://lh5.ggpht.com/-VE2xjsOeXVE/U9S0QZSXccl/AAAAAABR4U/DWQGnKctrag/s1600-h/Projecto-de-Casal.16.jpg>>; (Imagem editada pelo autor)
- **Figura 19.** Planta piso rés-do-chão do Projecto de Casal para a Colónia Agrícola de Barroso, áreas de habitação (vermelho) e trabalho (azul), fonte: JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Baldios de Montalegre – Projecto do Casal Tipo do Barrôso* Lisboa : Ministério da Economia , 1941?. p.?. ; (Imagem editada pelo autor)
- **Figura 20.** Escola tipo Minho – Tijolo do Arq. Rogério Azevedo, fonte: BEJA, Filomena, et al. *Muitos Anos de Escolas – Anos 40 – anos 70, vol.II*. Lisboa: Ministério da Educação –DGAE, 1996. p.21
- **Figura 21.** Armazém da Colónia Agrícola do Barroso, Aldeia Nova do Barroso, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 22.** Colónia Agrícola da Boalhosa, Paredes de Coura, fonte: COLONIA AGRÍCOLA DE CHÃ DE LAMAS. [Documento icónico]. [s.l.] [s.d.] .1 Fotografia. | PORTOENORTE. 2018 [referência de 8 de Janeiro de 2018]. Disponível na internet em: <http://www.portoenorte.pt/fotos/oquefazer/1459441218.2567_143466360459b7d40d903c5.jpg>
- **Figura 23.** Capa de publicação da JCI, fonte: JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA –*Plano Geral de Aproveitamento dos baldios reservados* – Vol. II. Lisboa : Ministério da Economia , 1941. Capa.
- **Figura 24.** Bairro de Alvalade, fotografia de Janeiro de 2018 da autoria de Jóni Teixeira.
- **Figura 25.** Geminação e Multiplicação do módulo / projecto-tipo na construção de uma Escola dos Centenários, fonte: TEIXEIRA, Jóni – *Escolas dos Centenários Reabilitadas - Caso Estudo de Melgaço*. Porto : Universidade Lusíada do Porto, 2012. p.52. Dissertação de Mestrado.
- **Figura 26.** Exemplo de casal agrícola da Colónia Agrícola de Martim Rei, fotografia de Agosto de 2017 da autoria de Hugo Ramalho.
- **Figura 27.** Exemplo de casal agrícola da Colónia Agrícola de Pegões, fotografia de Abril de 2017 da autoria de Jóni Teixeira.
- **Figura 28.** Diagrama nº 2 da Teoria das Cidades-Jardim de Ebenezer Howard, fonte: HOWARD, Ebenezer. *Garden Cities of To-morrow*. Berlim: Unikum Verlag, 2012. p.23
- **Figura 29.** Projecto da cidade de Chaux de Claude-Nicholas Ledoux; fonte: BRAHAM, Allan. *The Architecture of the French Enlightenment*. Bekerley : University of California Press, 1989. p.205

- **Figura 30.** Moshav Nahalal, fonte: A As Arquitectura [Documento icónico]. [s.l.] : Ramat-Ishay-Memorial-Grounds-And-Library-By-Shaga-04 – [s.d.] | [referência de 2 de Setembro de 2017]. Disponível na internet em: <<http://i1.wp.com/aasarchitecture>.
- **Figura 31.** Kibbutz em construção, 1940, fonte: BAR-OR, Galia; YASKI, Yuval. *Kibbutz: Architecture Without Precedents*. Tel Aviv : Top-print., 2010. p.79
- **Figura 32.** Projecto da cidade de Littoria (atualmente Latina), fonte: PILAT, Stephanie. *Reconstructing Italy: The Ina-Casa Neighborhoods of the Postwar Era*. London : Routledge, 2014. p.89
- **Figura 33.** Littoria aquando da sua construção (atualmente Latina), fonte: AAVV. *Disegno & Città / Drawing & City: Cultura, Arte, Scienza, Informazione / Culture, Art, Science, Information*. Roma : Gangemi Editore, 2015. p.308
- **Figura 34.** Projecto da cidade de Sabaudia; fonte: PICCINATO, Luigi. Sabaudia (LT), Piano regolatore, Luigi Piccinato, 1932-1934. [Documento icónico]. [s.l.] Sapienza Università di Roma?, 1933?, 1 planta | [referência de 12 de Setembro de 2017]. Disponível na internet em: http://architetti.san.beniculturali.it/architetti-portlet/showImage/fedora?pix=san.dl.SAN:IMG-00006402/DS_IMAGE_1/2012-0522T15:06:01.078Z
- **Figura 35.** Sabaudia aquando da sua construção; fonte: FABIAN, Chiara? Sabaudia città di fondazione fascista [Documento icónico]. [s.l] [s.d.] 1 Fotografia | [referência de 12 de Setembro de 2017]. Disponível na internet em: <http://www.associazioneilfiume.it/wpcontent/uploads/2017/07/Sabaudia.jpg>
- **Figura 36.** Pueblo de Vegaviana, autoria do Arqº José Luis Fernández del Amo ; fonte: KINDEL. [s.n.] [Documento icónico]. Revista Arquitectura, nº 192 : Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 1974. 1 Fotografia. Autor de Projecto : José Luis FERNÁNDEZ DEL AMO; Vista de Vegaviana;
- **Figura 37.** Pueblo de colonización Cañada de Agra; fonte: HIDDENARCHITECTURE. 2019. Cañada de Agra (I). [Documento icónico]. [s.l] [s.d.] 1 Fotografia | [referência de 1 de Abril de 2020]. Disponível na internet em: <https://hiddenarchitecture.net/wp-content/uploads/2019/07/18.jpg>
- **Figura 38.** Baldios Reservados Provisoriamente no Concelho de Montalegre em 1939,, fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Reconhecimento dos Baldios do Continente, Vol.I* . Lisboa : MA, JCI, 1939. p. 38-40.
- **Figura 39.** Baldios Reservados Provisoriamente no Concelho de Boticas em 1939,, fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Reconhecimento dos Baldios do Continente, Vol.I* . Lisboa : MA, JCI, 1939. p. 38.
- **Figura 40.** Núcleos desenvolvidos pela JCI na região da Colónia Agrícola do Barroso. Tabela da autoria de Jóni Teixeira.
- **Figura 41.** Mapa da Península Ibérica e Mapa da região norte de Portugal. fonte: TEIXEIRA, Jóni – *Escolas dos Centenários Reabilitadas - Caso Estudo de Melgaço*. Porto : Universidade Lusíada do Porto, 2012. p. 16. Dissertação de Mestrado
- **Figura 42.** Mapa do concelho de Montalegre, fonte: GOOGLE EARTH. 2017. [S.N.] *LANDSAT/COPERNICUS*. Visualizado em 26 de Maio de 2018. Disponível na internet em: <http://maps.google.com/?ll=41.74043,-7.81263&z=10&t=h>. (imagem editada pelo autor)
- **Figura 43.** Albufeira do Alto Rabagão, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 44.** Gado Barrosão, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 45.** Dólmen em Montalegre, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 46.** Evolução demográfica em Montalegre desde 1864 até 2011; fonte: FERREIRA, J. 2017. Concelho de Montalegre. Número de Habitantes (global). *Populacao Distrito de Vila Real*. Visualizado em 19 de Maio de 2018; Disponível na internet em: <https://populacaodistritodevilareal.jimdo.com/montalegre/>

- **Figura 47.** Fotografias do IARP, relativas à arquitetura popular em Tourém, Montalegre; fonte: AAVV. 2004. Tourém, Montalegre, Granito. in AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa : Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 176. ISBN: 978-97297668-7-9
- **Figura 48.** Construção na Rua do Forno, Montalegre, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 49.** Esquízo de casa em Boticas, da publicação de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano; fonte: OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando. 2003. Boticas, Carvalhelhos. in OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa* . Lisboa: Publicações Don Quixote, p.138. ISBN 972-20-2397-7.
- **Figura 50.** *Casais agrícolas* construídos no núcleo do Vidoeiro, Montalegre, fotografia de Maio de 2016 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 51.** Santo André, Montalegre – Povoamento tipo aglomerado Redesenhado com base no IARP; fonte: AAVV. 2004. Santo André, Esquema de povoação. in AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa : Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 166. ISBN: 978-97297668-7-9 (Imagem redesenhada pelo autor)
- **Figura 52.** Fotografia do IARP, realizado nos anos 50. Ao fundo a aldeia de Pitões das Júnias em Montalegre. fonte: AAVV. 2004. Pitões das Junias, Vista geral e um dos núcleos da povoação. in AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa : Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p.176
- **Figura 53.** Fotografias do IARP, realizado nos anos 50. As Ruas de Pitões das Júnias em Montalegre. fonte: AAVV. 2004. Pitões das Junias, Ruas. in AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa : Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 177
- **Figura 54.** Fotografia do IARP, realizado nos anos 50. Forno Comunitário de Castanheira da Chã. fonte: AAVV. 2004. Castanheira de Chã, Forno do Povo. in AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa : Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 173
- **Figura 55.** Forno Comunitário de Travassos da Chã, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 56.** Reprodução de uma casa de lavrador do barroso, iniciativa do polo do Ecomuseu de Barroso em Vilar de Perdizes. fonte: ECOMUSEU DO BARROSO?.[S.D.] Ecomuseu do Barroso - Casa do Lavrador. *Porto e Norte*. . Visualizado em 20 de Maio de 2018. Disponível na internet em: http://www.portoenorte.pt/fotos/oquefazer_imagens/1476437353.9768_11749906515a61eeee25a8a.jpg
- **Figura 57.** Exemplo de Casa de Lavrador em Lodeiro D'Arque em Salto, Montalegre. OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando. 2003. in OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa* . Lisboa: Publicações Don Quixote, p.150. ISBN 972-20-2397-7.
- **Figura 58.** Exemplar de Casa de Cabaneiro em Paredes do Rio, Montalegre; fonte: GOOGLE STREET VIEW. 2010. [S.N.] *GOOGLE, INC*. Visualizado em 19 de Maio de 2018. Disponível na internet em: <https://goo.gl/maps/5dL65MTboVm>. (imagem editada pelo autor)
- **Figura 59.** Instalação de cobertura de colmo em Pitões das Júnias, Montalegre; fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE? – [S.N.] [Documento icónico]. Braga : Correio do Minho, 2015. 1 Fotografia. 800 x 533 px. [referência de 20 de Abril de 2018] Disponível na internet em: https://www.correiodominho.pt/images/77272_800x800.jpg
- **Figura 60.** Cobertura de colmo em Castro Laboreiro, Melgaço; fotografia de Setembro de 2011 da autoria de Luís Aguiar e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 61.** Gado bovino bebendo num tanque em Montalegre; fonte: COELHO DA CUNHA, Alfredo. 2009. [S.N.]. *Aldeia de Gralhas – Serra Lusitana*. Visualizado em 19 de Maio de 2018;

Disponível na internet em: http://aldeia-de-gralhas.typepad.fr/.shared/image.html?/photos/uncategorized/2009/01/10/montalegre_2.jpg

- **Figura 62.** Exemplo de Canastro em Montalegre, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 63.** Burro transmontano, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 64.** Rés-do-chão da Casa tradicional transmontana anexa ao Núcleo Museológico de Castro Laboreiro; fotografia de Setembro de 2011 da autoria de Luís Aguiar e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 65.** Porta Carral da Casa tradicional transmontana anexa ao Núcleo Museológico de Castro Laboreiro; fotografia de Setembro de 2011 da autoria de Luís Aguiar e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 66.** Moinho recuperado em Montalegre, fonte: CM.MONTALEGRE 2005. Moinho recuperado em Paredes do Rio. *Moinho da Fonte?*. Visualizado em 14 de Maio de 2020. Disponível na internet em: https://www.cm-montalegre.pt/thumbs/cmmontalegre/uploads/news/image/821/d4c3e8807a_1_1024_2500.jpg
- **Figura 67.** A delimitação física dos campos para o pastoreio do gado, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira;
- **Figura 68.** Tipicidade de um lar no Barroso; fonte: BAPTISTA, José. 2006. Tipicidade do lar barrosão. in BAPTISTA, José. *Montalegre*. Montalegre : Município de Montalegre. p. 64. ISBN 978-972-8012-30-4.
- **Figura 69.** Concelho de Montalegre com a localização das Colónias Agrícolas desenvolvidas pela JCI no âmbito do Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas; fonte: GOOGLE EARTH. 2017. [S.N.] *LANDSAT/COPERNICUS*. Visualizado em 26 de Maio de 2018. Disponível na internet em: <http://maps.google.com/?ll=41.74043,-7.81263&z=10&t=h>. (imagem editada pelo autor)
- **Figura 70.** Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas - Freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo; fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – III Freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo*. Lisboa : MA, JCI, 1946. p. 11?
- **Figura 71.** Habitação para funcionários, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 72.** Edifício com escritórios e pousada, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 73.** Implantação no concelho de Montalegre dos núcleos da JCI do Vidoeiro, Aldeia de Montalegre, Aldeia de Criande, Lugar de São Mateus, Aldeia Nova do Barroso e do complexo para o Centro Social do Barroso, desenho da autoria da Arq.^a Mercês de Oliveira. fonte: MERCÊS OLIVEIRA, Ana. 2018. Implantação dos núcleos de colonização no concelho de Montalegre | Escala 1:30 000. in MERCÊS OLIVEIRA, Ana - *Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna no concelho de Montalegre - Modos de habitar a ruralidade*. Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2018. Dissertação de Mestrado. Figura 36. p. 84
- **Figura 74.** Aldeia de Ponteira, Montalegre, fonte: BAPTISTA, José. 2006. [S.N.]. in BAPTISTA, José. *Montalegre*. Montalegre : Município de Montalegre. p. 64. ISBN 978-972-8012-30-4.
- **Figura 75.** Projeto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas - Freguesias de Chã. Estudo de implantação dos assentamentos de Aldeia Nova do Barroso e Aldeia Nova de São Mateus. Destacando-se a cor as áreas de colonização e áreas de gleba e floresta. Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa. ISSN 2182-1267. n.º 1 (2012). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Figura 1, p. 216.

- **Figura 76.** Antiga Escola Primária na Aldeia de Criande, Montalegre; fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 77.** Projeto para a Aldeia de Criande, estando em destaque a localização dos edifícios e equipamentos públicos: fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Morgade, Cervos e Beça (parte)* Lisboa : MA, JCI, 1945. p. 109? (imagem editada pelo autor)
- **Figura 78.** Lugar de São Mateus, Montalegre; PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. I Freguesia de Chã –Arruamentos.* Anexo V. Lisboa : MA, JCI, 1944.
- **Figura 79.** Lugar do Vidoeiro, Montalegre; fonte: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. II Freguesias de Morgade, cervos e Beça – Aldeamentos (Arruamentos).* Lisboa : MA, JCI, [S.D.].
- **Figura 80.** Exemplos de Cul-de-Sac construídos em Welwyn Garden City; fonte: NORMAN, Lucey. 1973?. *Examples of cul-de-sac constructed in Welwyn Garden City* . Visualizado em 26 de Maio de 2018. Disponível na internet em: <https://www.rickmansworthherts.com/howard8.htm>
- **Figura 81.** Ortofotomapa da Aldeia do Vidoeiro, Montalegre; fonte: GOOGLE EARTH. 2017. [S.N.] LANDSAT/COPERNICUS. Visualizado em 26 de Maio de 2018. Disponível na internet em: <https://goo.gl/maps/wWPqtaWejWu>
- **Figura 82.** Ortofotomapa da Aldeia de Cortiço, Montalegre; fonte: GOOGLE EARTH. 2017. [S.N.] LANDSAT/COPERNICUS. Visualizado em 26 de Maio de 2018. Disponível na internet em: <https://goo.gl/maps/z7GCuh1CxZw>. (imagem editada pelo autor)
- **Figura 83.** Planta piso rés-do-chão do *Projecto de Casal – Tipo do Barroso*, áreas de habitação (vermelho) e trabalho (azul). Composto pelos seguinte compartimentos: quarto, lareira, cozinha, despensa, sanitário, estábulo, silos, nitreira, pocilga e alpendre coberto;; fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Baldios de Montalegre – Projecto do Casal Tipo do Barrôso.* Lisboa : MA, JCI, [S.D.]. (imagem editada pelo autor)
- **Figura 84.** Planta do primeiro piso do *Projecto de Casal – Tipo do Barroso*, áreas de habitação (vermelho) e trabalho (azul). Composto pelos seguinte compartimentos: Dois quartos e Arrecadação; fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Baldios de Montalegre – Projecto do Casal Tipo do Barrôso.* Lisboa : MA, JCI, [S.D.]. (imagem editada pelo autor)
- **Figura 85.** Alçados e Cortes do Projecto do Casal Tipo para a região do Barroso ; fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Baldios de Montalegre – Projecto do Casal Tipo do Barrôso.* Lisboa : MA, JCI, [S.D.]. (imagem editada pelo autor);
- **Figura 86.** Implantação do Projecto do Casal Tipo na paisagem barrosã, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 87.** Projecto do Casal Tipo Para o Barroso, fonte: RAPAZOTE, João. 2012. Projecto-tipo da Casa para a região do Barroso. in RAPAZOTE, João. - *“Aldeias-Jardim” no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso.* Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa. ISSN 2182-1267. n.º 1. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Figura 1, p. 222
- **Figura 88.** Lareira do Casal Tipo; fotografia de Maio de 2016 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 89.** Alvenaria de Granito; fotografia de Maio de 2016 da autoria e edição de Jóni Teixeira.

- **Figura 90.** «Casas dos Ilhéus» em Picanceira, Mafra; fonte: AAVV. 2004. Santo André, Esquema de povoação. in AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.2. Edição 4ª. Lisboa : Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 82. ISBN: 972-97668-7-8 (Imagem editada pelo autor)
- **Figura 91.** Proposta de implantação do conjunto habitacional, casas Kingo de Jørn Utzon, 1959; fonte: EFTER JORN UTZONS TEGNINGERM AF. 1959. Visualizado em 28 de Maio de 2018. Disponível na internet em: <http://hicarquitectura.com/wp-content/uploads/2016/12/p061.jpg>
- **Figura 92.** Fotografia do conjunto habitacional, casas Kingo de Jørn Utzon; fonte: HICARQUITECTURA?. [S.D.]. Visualizado em 28 de Maio de 2018. Disponível na internet em: <http://hicarquitectura.com/wp-content/uploads/2016/12/E01b2.jpg>
- **Figura 93.** Projecto Original da Aldeia Nova do Barroso, 1944; fonte: RAPAZOTE, João. 2012. Planta original da Aldeia Nova do Barroso. in RAPAZOTE, João. - *“Aldeias-Jardim” no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa. ISSN 2182-1267. n.º 1. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Figura 1, Pág. 216.
- **Figura 94.** Ortofotomapa da Aldeia Nova do Barroso, 2017; fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE. 2017. Cartografia 1:25000 do IGeoE.
- **Figura 95.** Villalba de Calatrava, Espanha; fonte: HIDDENARCHITECTURE. 2015. Villalba de Calatrava. [Documento icónico]. [s.l.] [s.d.] 1 Fotografia | [referência de 1 de Abril de 2020]. Disponível na internet em: https://hiddenarchitecture.net/wpcontent/uploads/2019/02/IMG_4583-1024x768.jpg
- **Figura 96.** Maqueta da Proposta de reabilitação do Bairro São João de Deus, Segunda Fase. Arqº Nuno Brandão Costa. Indecifrável o novo e o antigo. fonte: BRANDAOCOSTA. 2020. São João de deus (phase 2). [Documento icónico]. [s.l.] [s.d.] 1 Fotografia | [referência de 03 de Abril de 2020].. Disponível na internet em: https://www.brandaocosta.com/wp-content/uploads/AT_007_20150720-2-840x560.jpg
- **Figura 97.** Castelo de Palmela; fonte: PESTANA MANAGEMENT? Pousada Palmela [Documento icónico]. [s.l.] [s.d.] 1 Fotografia | [referência de 24 de Março de 2018]. Disponível na internet em: <https://cdnpestana.azureedge.net/spimg/hotelbannerimages/pestanapousadasportugal/pousadacastelopalmela01.jpg?scale=downscaleonly&encoder=freeimage&progressive=true&quality=70&w=1440&h=850&mode=crop>
- **Figura 98.** «Gentrificação», Grayson Perry. fonte: PERRY, Grayson - [s.n.] [Documento Icónico]. [s.l.] [s.d.] | CONGRESS FOR NEW URBANISM. 2017. [referência de 14 de Abril de 2018]. Disponível na internet em: <http://www.placemakers.com/wp-content/uploads/2017/07/Perry.jpg>
- **Figura 99.** Exemplo do estado de degradação de *Casal Agrícola* na Aldeia Nova do Barroso, Montalegre. fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 100.** Estrutura de Planeamento e Conservação do Património Cultural, apresentada pela Arq.ª Virgínia Pontual; fonte: PONTUAL, Virgínia – *Plano de Gestão da Conservação Integrada* in *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvia (org.). Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p.95
- **Figura 101.** A dependência agrícola e decadência de *Casal Agrícola* na Aldeia Nova do Barroso, Montalegre. fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 102.** Reconstrução de *Casal Agrícola* na Aldeia Nova de São Mateus, Montalegre. fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 103.** Arruamento central da Aldeia Nova do Barroso (Rua de Santo Izidro), Montalegre. fonte: Orlando Ribeiro?. 1944?. Aldeamento central da Aldeia Nova do Barroso, Colónia Agrícola do Barroso, Montalegre. in AAVV. *Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa : Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 178. ISBN 978-972-27-2711-2.

- **Figura 104.** Exemplo das transformações de *Casal Agrícola* na Aldeia de Criande, Montalegre., Montalegre. fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 105.** Exemplo do estado de degradação de *Casal Agrícola* no lugar do Vidoeiro, Montalegre. fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 106.** Planta de arruamentos do projeto original para a *Aldeia Nova do Barroso*; PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. I Freguesia de Chã –Arruamentos*. Anexo V. Lisboa : MA, JCI, 1944.
- **Figura 107.** Estudo da evolução construtiva na Aldeia Nova do Barroso; A cor-de-rosa assinalado as casas em ruína; A verde assinalados as casas com alterações significativas; A preto as casas sem alterações significativas; A azul as novas construções; Com mancha Com mancha encarnada os equipamentos; desenho de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 108.** Esquízo levantamento dos alçados no estado antes da intervenção, autoria: Rehabimed; fonte: AAVV. 2008. General plans based on satellite views and cadastral plans, plans of the area (roof plans, floor plans and land use plans) and drawings in 1:200 scale of the square (plans and elevations). in *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. p. 24.
- **Figura 109.** Exemplo da arquitetura colonial vernácula de Natividade – Brasil. – Brasil.; fonte: CALDIERA, Paula. 2010. A residência inserindo-se harmoniosamente no conjunto. [Documento icónico]. [Natividade?] [2010?] 1 Fotografia | [referência de 08 de Abril de 2020].. Disponível na internet em: http://4.bp.blogspot.com/_4mozuL0onhg/TI7hB9TI75I/AAAAAAAAAoY/E-fcMmuLAQ/s1600/entorno+fo to+menor.jpg
- **Figura 110.** Demarcação de Intervenção na cidade de Natividade, IPHAN / Programa Monumenta; fonte: PISCANÇO, Valéria. 2009. Zoneamento com a área tutelada demarcada. in *Preservação Patrimonial X Qualidade de vida: Avaliação Pós-ocupação no Programa Monumenta. Centro Histórico de Natividade – Tocantins*. Palmas : Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2009. (Dissertação de Mestrado). p. 74
- **Figura 111.** Exemplo de Recuperação na Rua da União, nº80, Natividade – Brasil (antes da obra); fonte: PROGRAMA MONUMENTA / IPHAN – *Imóveis Recuperados – Natividade TO*. in *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Brasília : Iphan / Programa Monumenta, 2009. p.76
- **Figura 112.** Exemplo de Recuperação na Rua da União, nº80, Natividade – Brasil (durante a obra); fonte: PROGRAMA MONUMENTA / IPHAN – *Imóveis Recuperados – Natividade TO*. in *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Brasília : Iphan / Programa Monumenta, 2009. p.76
- **Figura 113.** Exemplo de Recuperação na Rua da União, nº80, Natividade – Brasil (após a obra); fonte: PROGRAMA MONUMENTA / IPHAN – *Imóveis Recuperados – Natividade TO*. in *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Brasília : Iphan / Programa Monumenta, 2009. p.76
- **Figura 114.** *Iliakos*, fonte: CYPRUS PROPERTY DREAMS?. [S.D.]. *Traditional Stone Built Village House | Lefkara*. Visualizado em 14 de Julho de 2018. Disponível na internet em: www.cypriuspropertydreams.com/wp-content/uploads/image/properties/LALEF-HRES-23091.jpg
- **Figura 115.** Tradicional rua de Pano Lefkara, fonte: MAX PIXEL?. [S.D.]. *Village Cyprus Street Pano Lefkara Architecture*. Visualizado em 25 de Junho de 2022. Disponível na internet em: <https://www.maxpixel.net/photo-4643489>
- **Figura 116.** Planta de Pano Lefkara com a demarcação a encarnado da área de intervenção da operação piloto (Rua Timios Stavros); fonte: AAVV.2008. Plan of Lefkara with the pilot operation site. in AAVV. *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. p. 15. ISBN 84-87104-81-9.

- **Figura 117.** Levantamento da área de intervenção da operação piloto (Rua Timios Stavros), autoria: *Rehabimed*; fonte: AAVV. 2008. B. - Elevations in 1/100 scale of various parts of the street, including several façades, in order to get a general image of the area. Elevations in 1/50 scale of each façade, with definition of all apparent elements. In *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. p. 25.
- **Figura 118.** Proposta projectual de reposição do valor arquitectónico para área de intervenção da operação piloto (Rua Timios Stavros), autoria: *Rehabimed*; fonte: AAVV. 2008. A. - Elevations in 1/100 scale of various parts of the street, including several façades, in order to get a general image of the area. Elevations in 1/50 scale of every façade with definition of the proposed interventions. in *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. p. 27.
- **Figura 119.** Habitação Tradicional Cidade Velha, Ilha de Santiago – Cabo Verde; fonte: ALBUQUERQUE, Helena.2005. Habitação Tradicional Cidade Velha. in *Novas Arquitecturas / Expressões Latinas*, EDImpresa : Arquitectura & Construção. Lisboa. p.15. ISSN 0874-050X. nº 32 (2005).
- **Figura 120.** Litografia de 1864, reveladora da escala de antigamente da Cidade Velha; fonte: VALDEZ, Francisco Travassos – *Africa Occidental – Notícias e Considerações. Tomo I*. Lisboa : Ministério da Marinha e do Ultramar, 1864. p. 238-239
- **Figura 121.** Planta da Cidade Velha com a demarcação a encarnado da área de intervenção do plano de recuperação. Desenho da autoria da Arq.^ª Helena Albuquerque e do Arq.^º Álvaro Siza Vieira; fonte: Arquivo pessoal da Arq.^ª Helena Albuquerque;
- **Figura 122.** Perfis de rua das áreas intervencionadas. Desenho da autoria da Arq.^ª Helena Albuquerque e do Arq.^º Álvaro Siza Vieira; fonte: Arquivo pessoal da Arq.^ª Helena Albuquerque;
- **Figura 123.** Habitação Tradicional Cidade Velha, Rua do Banana e Rua da Carreira, Ribeira Grande de Santiago - Cabo Verde. Fotografia [Ribeira Grande de Santiago] [2001] autoria de F.M. Arquivo particular da Arq.^ª Helena Albuquerque;
- **Figura 124 .** Habitação Tradicional Cidade Velha, Ribeira Grande de Santiago - Cabo Verde. Fotografia [Ribeira Grande de Santiago] [S.D.] autoria de Helena Albuquerque.
- **Figura 125 .** Plantas, Cortes e Alçados de uma casa na Cidade Velha; Desenho da autoria da Arq.^ª Helena Albuquerque e do Arq.^º Álvaro Siza Vieira; fonte: Arquivo pessoal da Arq.^ª Helena Albuquerque;
- **Figura 126 .** Esquízo da Praça do Pelourinho na Cidade Velha, Arq.^º Álvaro Siza Vieira; fonte: Arquivo pessoal da Arq.^ª Helena Albuquerque;
- **Figura 127 .** Exemplo de Novas Construções – Esplanada do Sr. Borges; fonte: Arquivo pessoal da Arq.^ª Helena Albuquerque;
- **Figura 128.** Relação entre unidades habitacionais dos *casais agrícolas* na Aldeia Nova do Barroso; fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 129 .** Plantas, Cortes e Alçados para os novos balneários públicos na; Desenho da autoria da Arq.^ª Helena Albuquerque e do Arq.^º Álvaro Siza Vieira; fonte: Arquivo pessoal da Arq.^ª Helena Albuquerque;
- **Figura 130.** Estudo de Implantação dos *casais agrícolas* no concelho (Aldeia Nova do Barroso e São Mateus); fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*. Lisboa : MA, JCI, 1944.
- **Figura 131.** Projecto Original da Aldeia Nova do Barroso; fonte: RAPAZOTE, João. 2012. Planta original da Aldeia Nova do Barroso. in RAPAZOTE, João. - *“Aldeias-Jardim” no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa. ISSN 2182-1267. n.º 1. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Figura 1, Pág. 216.

- **Figura 132.** Estudo de Implantação dos *casais agrícolas* no núcleo da Aldeia Nova do Barroso; fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*. Lisboa : MA, JCI, 1944.
- **Figura 133.** Proposta de Implantação de dois *casais agrícolas* no núcleo da Aldeia Nova do Barroso; fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*. Lisboa : MA, JCI, 1944.
- **Figura 134.** Relação de proximidade entre a Aldeia e a Capela de São Mateus. fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*. Lisboa : MA, JCI, 1944.
- **Figura 135.** Projecto Original do Lugar de São Mateus, fonte: RAPAZOTE, João. 2012. Planta original do Lugar de S. Mateus. in RAPAZOTE, João. - “*Aldeias-Jardim*” no concelho de Montalegre – *O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa. ISSN 2182-1267. n.º 1. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Figura 1, Pág. 218
- **Figura 136.** Carta de Aptidão Cultural para a área envolvente ao lugar do Videiro, 1945. fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Morgade, Cervos e Beça (parte)*. Lisboa : MA, JCI, 1945;
- **Figura 137.** Projecto Original do Lugar do Videiro, fonte: RAPAZOTE, João. 2012. Planta original do núcleo do Videiro. in RAPAZOTE, João. - “*Aldeias-Jardim*” no concelho de Montalegre – *O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa. ISSN 2182-1267. n.º 1. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Figura 1, Pág. 219
- **Figura 138.** Carta de Aptidão Cultural da envolvente à Aldeia de Criande; Destaca-se a vermelho a nova ligação viária entre a Aldeia de Criande e Aldeia Nova do Barroso, 1945. fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Morgade, Cervos e Beça (parte)*. Lisboa : MA, JCI, 1945;
- **Figura 139.** Projecto Original da Aldeia de Criande, fonte: RAPAZOTE, João. 2012. Planta original da Aldeia de Criande. in RAPAZOTE, João. - “*Aldeias-Jardim*” no concelho de Montalegre – *O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa. ISSN 2182-1267. n.º 1. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Figura 1, Pág. 217
- **Figura 140.** Projecto Original da Aldeia de Montalegre, fonte: RAPAZOTE, João. 2012. Planta original da Aldeia de Casais da Veiga (Aldeia de Montalegre). in RAPAZOTE, João. - “*Aldeias-Jardim*” no concelho de Montalegre – *O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa. ISSN 2182-1267. n.º 1. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Figura 1, Pág. 217
- **Figura 141.** Relação comparativa dos conjuntos do “Projecto de Casal - Tipo do Barroso”; autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 142.** Relação entre a Aldeia Nova do Barroso e a núcleo de Criande, incluindo proposta de arruamento (com aproximadamente 2km) para ligação entre aldeias. fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*. Lisboa : MA, JCI, 1944; fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Morgade, Cervos e Beça (parte)*. Lisboa : MA, JCI, 1945;

- **Figura 143.** Aldeia de Montalegre / Casais da Veiga, Montalegre, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 144.** Proposta de implantação da aldeia em relação à estrada nacional 103, assinalada a vermelho. fonte PORTUGAL, 1944. Carta de Aptidão Cultural. In PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*. Lisboa : MA, JCI, 1944.
- **Figura 145.** Ortofotomapa da Aldeia Nova do Barroso com a estrada nacional 103, assinalada a vermelho, 1986, fonte: RAPAOTE, João. 2012. Imagem aérea da aldeia Nova do Barroso. in RAPAOTE, João. - “*Aldeias-Jardim*” no concelho de Montalegre – *O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa. ISSN 2182-1267. n.º 1. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Figura 8, Pág. 224; Imagem com edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 146.** *Projecto Casal Tipo – Barroso* adaptado para Escola Primária, na Aldeia Nova do Barroso; fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 147.** Projecto Original do Lugar de São Mateus, fonte: RAPAOTE, João. 2012. Planta original do Lugar de S. Mateus. in RAPAOTE, João. - “*Aldeias-Jardim*” no concelho de Montalegre – *O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa. ISSN 2182-1267. n.º 1. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.
- **Figura 148.** Ortofotomapa Lugar de São Mateus, 2017; Assinalado a encarnado os novos acessos e a azul a casa do professor;, 2017; fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE. 2017. Cartografia 1:25000 do IGeoE.
- **Figura 149.** Projeto para a Aldeia de Criande, 1945: fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Morgade, Cervos e Beça (parte)* Lisboa : MA, JCI, 1945. (imagem editada pelo autor)
- **Figura 150.** Ortofotomapa da Aldeia de Criande, 2018; fonte: GOOGLE EARTH. 2018. [S.N.] LANDSAT/COPERNICUS. Visualizado em 06 de Outubro de 2018. Disponível na internet em: <https://goo.gl/maps/pg3ASw8uj7r>.
- **Figura 151.** Projeto de planeamento de 1945. Em destaque a Aldeia de Criande em relação à estrada municipal 525, assinalada a vermelho; a azul o novo arruamento previsto pela JCI para a ligação entre a Aldeia Nova do Barroso – Centro Social – Criande; Não é evidenciada qualquer referência à Albufeira do Alto do Rabagão; fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Morgade, Cervos e Beça (parte)*. Lisboa : MA, JCI, 1945; autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 152.** Projecto Original do Lugar do Vidoeiro, 1945: fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesia de Morgade, Cervos e Beça (parte)* Lisboa : MA, JCI, 1945. (imagem editada pelo autor)
- **Figura 153.** Ortofotomapa do Lugar do Vidoeiro, 2017; Assinalado a vermelho um novo acesso ao núcleo; 2018; GOOGLE EARTH. 2017. [S.N.] LANDSAT/COPERNICUS. Visualizado em 26 de Maio de 2018. Disponível na internet em: <https://goo.gl/maps/wWPqtaWejWu>
- **Figura 154.** Ritmo da mancha arbórea junto ao núcleo do Lugar do Vidoeiro, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 155.** Projecto Original da Aldeia de Montalegre, 1946: fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo; Arruamentos*; Lisboa : MA, JCI, 1946. (imagem editada pelo autor)

- **Figura 156.** Ortofotomapa da Aldeia de Montalegre, 2018; fonte: GOOGLE EARTH. 2018. [S.N.] *LANDSAT/COPERNICUS*. Visualizado em 06 de Outubro de 2018. Disponível na internet em: <https://goo.gl/maps/3NbyFcPzsiS2>
- **Figura 157.** Ortofotomapa Aldeia de Criande, 1986; fonte: RAPAZOTE, João. 2012. Imagem aérea da aldeia de Criande. in RAPAZOTE, João. - “Aldeias-Jardim” no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso. Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa. ISSN 2182-1267. n.º 1. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Figura 9, Pág. 225
- **Figura 158.** Casal Agrícola adaptado a serviço da Guarda Nacional Republicana, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 159.** Quadro comparativo das transformações verificada *in situ* nos casais agrícolas em análise; fonte: Tabela da autoria de Jóni Teixeira, com base nas observações efetuadas no local no ano de 2016.
- **Figura 160.** Diversidade de muros e vedações presentes nas aldeias em análise, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 161.** Aldeia Nova do Barroso Estado Actual, desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 162.** Aldeia Nova do Barroso Hipótese Evolutiva, desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 163.** Casal Agrícola, Aldeia Nova do Barroso, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 164.** Casal Agrícola na Aldeia de Criande, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 165.** Transformações dos alçados em Casal Agrícola de Criande, desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 166.** Alçado Noroeste do Casal Tipo do Barroso no núcleo da Aldeia Nova do Barroso; fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 167.** Aldeia de Nova de Montalegre ou Casais da Veiga; Em cima ortofotomapa © 2022; Em baixo esquiço do trabalho de campo com indicação do estado atual dos casais agrícolas que compõe o núcleo. Fonte: Ortofotomapa da Aldeia de Montalegre, 2018; fonte: GOOGLE EARTH. 2018. [S.N.] *LANDSAT/COPERNICUS*. Visualizado em 06 de Outubro de 2018. Disponível na internet em: <https://goo.gl/maps/3NbyFcPzsiS2>
- **Figura 168.** Aldeia de Nova de Montalegre ou Casais da Veiga; Em cima ortofotomapa © 2022; Em baixo esquiço do trabalho de campo com indicação do estado atual dos casais agrícolas que compõe o núcleo. Fonte: Ortofotomapa do Lugar do Videiro, 2017; fonte: GOOGLE EARTH. 2017. [S.N.] *LANDSAT/COPERNICUS*. Visualizado em 26 de Maio de 2018. Disponível na internet em: <https://goo.gl/maps/wWPqtaWejWu>
- **Figura 169.** Antiga Escola Primária da Aldeia Nova do Barroso. Fonte: Google Street View, 2010; fonte: GOOGLE EARTH. 2010. [S.N.] *LANDSAT/COPERNICUS*. Visualizado em 26 de Maio de 2018. Disponível na internet em: <https://www.google.pt/maps/@41.775651,-7.7557736,3a,75y,248.4h,90t/data=!3m6!1e1!3m4!1sWw6kxVo9uj9jS2WhKNvXfg!2e0!7i13312!8i6656>
- **Figura 170.** Antigas habitações para os militares da GNR . Fonte: Google Street View, 2010; fonte: GOOGLE EARTH. 2010. [S.N.] *LANDSAT/COPERNICUS*. Visualizado em 26 de Maio de 2018. Disponível na internet em: https://www.google.pt/maps/@41.7768411,7.7550016,3a,52.3y,144.02h,82t/data=!3m7!1e1!3m5!1syJvxR8brjwsJLFRkBUiFFg!2e0!6shhttps:%2F%2Fstreetviewpixels-pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fpanoid%3DyJvxR8brjwsJLFRkBUiFFg%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D167.32713%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656
- **Figura 171.** Desenho representativo da variedade e tipo de muros utilizados e hipótese propositiva; desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.

- **Figura 172.** Planta de hipótese propositiva de construção de muro tipo; desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 173.** Alçados de hipótese propositiva de construção de muro tipo; desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 174.** Planta, alçado e pormenor da hipótese propositiva de construção de muro tipo no conjunto; desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 175.** Hipótese propositiva de construção de muro tipo, em alçado não intervencionado; desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 176.** Hipótese propositiva de construção de muro tipo na Casais da Veiga; desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 177.** Hipótese propositiva de construção de muro tipo no Lugar do Vidoeiro; desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 178.** Desenho do perfil de rua previsto para a Colónia Agrícola do Barroso; PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. I Freguesia de Chã –Arruamentos*. Anexo V. Lisboa : MA, JCI, 1944. (imagem editada pelo autor)
- **Figura 179.** Desenho do perfil de rua proposto para a Colónia Agrícola do Barroso; desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 180.** Exemplo de *Casal Agrícola* na Rua de Baixo, Aldeia Nova do Barroso; fonte: GOOGLE STREET VIEW. 2010. [S.N.] *GOOGLE, INC.* Visualizado em 15 de Abril de 2020. Disponível na internet em: <https://goo.gl/maps/DmeJ2tebaxA3zMhZ8>. (imagem editada pelo autor)
- **Figura 181.** Exemplo das transformações em virtude da área habitacional em *Casal Agrícola* na Aldeia de Criande, fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 182.** Exemplo das transformações em virtude da área de trabalho em *Casal Agrícola* na Aldeia de Nova do Barroso; fonte: GOOGLE STREET VIEW. 2010. [S.N.] *GOOGLE, INC.* Visualizado em 15 de Abril de 2020. Disponível na internet em: <https://goo.gl/maps/42v4LJypgF4dzLKB6>. (imagem editada pelo autor)
- **Figura 183.** Casa Van Middeltem-Dupont, Arq.^o Álvaro Siza Vieira; fonte: WEEKEND, 2009. *fr-design-archideco-polders-091194547670083119454766 9858_LW_v2*. Visualizado em 16 de Abril de 2020. Disponível na internet em: <https://weekend.levif.be/medias/2778/1422457.jpg>
- **Figura 184.** Alçados do Projecto de Casal Tipo para o Barroso; fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*. Lisboa : MA, JCI, 1944.
- **Figura 185.** Diferenças nas estratégias de implantação e orientação do módulo face às ruas que os servem. fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I Freguesia de Chã*. Lisboa : MA, JCI, 1944.
- **Figura 186.** Proposta de ampliação a incidir no alçado Sul-Nascente do Projecto de Tipo para o Barroso (Planta); desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 187.** Hipótese propositiva com construção muro tipo e ampliação do módulo em Casais da Veiga; desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 188.** Hipótese propositiva com construção muro tipo e ampliação do módulo no Lugar do Vidoeiro; desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 189.** Projeto Original da Aldeia de Montalegre, 1946, em destaque a vermelho a proposta de implantação não realizada; a azul o local utilizado para implantação das edificações suprimidas; fonte bibliográfica: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo; Arruamentos*; Lisboa : MA, JCI, 1946. (imagem editada pelo autor)

- **Figura 190.** Hipótese propositiva com construção muro tipo, ampliação do módulo e mancha de implantação em terreno contíguo ao núcleo da antiga colónia, em Casais da Veiga; desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 191.** Vazio urbano na Aldeia de Montalegre – Casais da Veiga; fonte: GOOGLE STREET VIEW. 2010. [S.N.] *GOOGLE, INC.* Visualizado em 22 de Abril de 2020. Disponível na internet em: <https://goo.gl/maps/35SytMr1xLExtsqA9>. (imagem editada pelo autor)
- **Figura 192.** Exemplo de edifícios anexos construídos no lote; fotografia de Abril de 2018 da autoria e edição de Jóni Teixeira.
- **Figura 193.** Centro de Educação e Interpretação Ambiental da Paisagem Protegida do Corno do Bico; Projecto de Atelier da Bouça, fotografia da autoria de Arménio Teixeira; ARCHDAILY. Visualizado em 21 de Agosto de 2022. Disponível na internet em: <https://www.archdaily.com.br/br/634333/center-for-environmental-education-and-interpretation-of-the-protected-landscape-of-corno-de-bico-atelier-da-bouca>.
- **Figura 194.** Esquízo exemplificativo da hipótese propositiva de ampliação, desenho da autoria e edição de Jóni Teixeira.

INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO

Esta investigação, desenvolvida no âmbito do curso de Doutoramento em Arquitetura da Universidade Lusófona do Porto, tem como objetivo estudar a intervenção arquitetónica em aglomerados populacionais construídos sobre a direção da Junta de Colonização Interna (1936-1974), focando em particular os núcleos construídos segundo o *Projecto de Casal - Tipo do Barroso* na antiga Colónia Agrícola do Barroso, em Montalegre.

Estas aldeias, construídas de raiz durante o regime do Estado Novo, são um retrato de uma tentativa política de reorganização e modernização agrária, em paralelo com uma estratégia de povoamento e fixação da população rural, em linha com a prioridade económica dada à agricultura e com o ideal de família e sociedade preconizados pelo governo.

Trata-se, portanto, de uma arquitetura que responde à ideologia nacionalistas e às necessidades propagandistas do governo. À semelhança do que se verificou em iniciativas europeias similares, correspondeu a uma oportunidade para arquitetos, geógrafos, agrónomos, entre outros, em conjunto, desenharem o espaço rural tradicionalmente associado a uma arquitetura popular, procurando não só dar resposta aos problemas habitacionais da época, mas também à necessidade de distribuir terrenos pela população.

Embora o projeto da colonização interna do país se revelasse à partida ambicioso, culminou na criação de apenas sete colónias agrícolas em todo o território nacional. A colónia agrícola do Barroso, criada nos concelhos de Montalegre e Boticas, composta por sete núcleos que albergam cerca de 130 unidades habitacionais¹, corresponde a uma das maiores em termos de área e população.

Decorridos mais de 60 anos desde a sua construção, alguns destes edifícios carecem de intervenções, sejam elas melhorias técnicas justificadas pelo avanço tecnológico, correções de problemas que se foram evidenciando com o passar dos anos, a adequabilidade às novas realidades e necessidades sociais, entre outros fatores. A inoperância perante a degradação e ausência de regulamentação específica para as transformações arquitetónicas destas aldeias, desenhadas e pensadas como um todo, poderá conduzir à perda de identidade destes conjuntos *sui generis* da arquitetura rural, e, com ela, a parte da história agrícola portuguesa.

Nesse sentido, para o desenvolvimento do presente trabalho, impõem-se a resposta a várias questões, como: Qual a importância destes conjuntos? Qual o futuro das antigas colónias

¹ CALDAS, João de Lemos Castro – *Política de Colonização Interna: A Implantação das Colónias Agrícolas do Estado Novo*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, 1988. Tese de Doutoramento, p.35

agrícolas projetadas pela Junta de Colonização Interna (JCI)? Uma vez que algumas destas colónias já foram sujeitas a alterações, quais foram as principais ações transformativas que se evidenciam? Como podem estas alterações ser implementadas de forma a promover a valorização do conjunto?

Assim, pretende-se desenvolver uma perspetiva e linha de investigação e ação que promova a valorização integrada destas aldeias, à semelhança do que acontece noutros países, como Espanha, onde alguns povoamentos de colonização foram recentemente classificados como *Bien de Interés Cultural*^{2 3}. Trata-se de uma tese que utiliza o desenho para levantar uma hipótese propositiva, que irá procurar delinear uma estratégia de intervenção para estes espaços, com ambição de identificar e implementar metodologias que auxiliem a salvaguarda e identidade destes conjuntos.

² CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTES DE 21 DE ABRIL DE 2015 [Em Linha] Diário Oficial de Acastela-la Mancha AÑO XXXIV Núm. 76. [Consultado a 24 de fevereiro de 2018] Disponível em www.docm.jccm.es/portaldocm/descargarArchivo.do?ruta=2015/04/21/pdf/2015_4809.pdf&tipo=rutaDocm

³ CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTES DE 22 DE ABRIL DE 2015 [Em Linha] Diário Oficial de Castilla-la Mancha AÑO XXXIV Núm. 77. [Consultado a 24 de fevereiro de 2018] Disponível em www.docm.jccm.es/portaldocm/descargarArchivo.do?ruta=2015/04/22/pdf/2015_4850.pdf&tipo=rutaDocm

MOTIVAÇÕES

O móbil deste estudo não será desenvolver uma investigação em torno da componente histórica da JCI, até porque, embora este tema seja pouco discutido na vertente arquitetónica⁴, encontra-se devidamente aprofundado do ponto de vista da geografia, história e agronomia. Este trabalho de investigação assenta em dois pilares fundamentais que passamos a sistematizar. Num primeiro plano, tratando-se de uma tese de doutoramento em arquitetura, entende-se que deverá haver espaço para a história da arquitetura portuguesa, sobretudo à *Arquitetura no Estado Novo*⁵, e à análise e compreensão da estratégia de colonização interna fortemente desenhada e planeada no que diz respeito à casa rural. Importa compreender que para além das conotações menos positivas que possam estar associadas a estes e outros edifícios construídos durante o regime ditatorial, não devemos descorar o facto destes assentamentos rurais terem interesse arquitetónico pela forma como procuraram desenhar o meio rural de raízes arquitetónicas populares, modernizando-o e conferindo-lhe uma nova identidade. Pouco considerados do ponto de vista arquitetónico, talvez pelas razões históricas do seu ser, ou pela morfologia do próprio território que os acolhe, a ausência de estudos sobre estes edifícios podem levar à sua degradação e perda de parte da história arquitetónica e agrícola portuguesa. Fica a questão se devemos aceitar a ruína como uma inevitabilidade para este edificado ou, pelo contrário, permitir a sua transformação, intervenção, e adaptação, sem afetar a sua identidade arquitetónica. Acreditamos que este trabalho possa servir de ferramenta de suporte à valorização dos núcleos objeto de estudo.

O segundo pilar em que assenta este trabalho de investigação consiste na ambição de que o estudo que iremos desenvolver sirva de base e incentivo para outros trabalhos de investigação nesta área e possa constituir um contributo para estudos e ações de salvaguarda de diferentes colónias agrícolas nacionais e internacionais. Para tal, procuramos reunir conhecimentos, que nos permitam desenvolver uma hipótese de intervenção válida para os dias de hoje e adequada às novas necessidades e realidades sociais. Procuramos delinear estratégias que facilitem a regeneração destes lugares e evitem a descaracterização dos mesmos, definindo uma estratégia e hipótese arquitetónica que não tem a pretensão de se afirmar como solução única e absoluta.

⁴ Sendo exceção a tese doutoral: GUERREIRO, Filipa de Castro - *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016

⁵ Em alusão ao título da publicação: ALMEIDA, Pedro Vieira - *Arquitetura no Estado Novo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002

Por fim, importa clarificar que na escolha deste tema de investigação estiveram motivações pessoais, que decorrem das nossas origens geográficas próximas do território objeto de análise ao qual estamos ligados.

Há ainda um outro elemento impulsionador para o desenvolvimento desta investigação, que se prende com a necessidade de discutir no meio académico e arquitetónico, o papel da promoção e salvaguarda destas e outras aldeias, desenhadas ou vernáculas, presentes no interior de Portugal, como forma de combate ao êxodo rural e desertificação do território. Não esperamos resolver o problema, que pede intervenção política ativa e urgente, mas esperamos chamar a atenção e contribuir para a discussão desta temática.

OBJETIVOS

Este trabalho procura, em primeira instância, retratar o conjunto de cinco aldeias construídas em Montalegre no âmbito do designado *Projecto-Tipo do Barroso*, e que constituiu, como dissemos, parte de uma experiência mais abrangente levada a cabo em Portugal, durante o Estado Novo.

Mais do que a publicitação da estratégia de colonização da JCI, que interessará sobretudo às Ciências Políticas, à História, Sociologia, entre outras, neste trabalho iremos analisar em que moldes a arquitetura, foi utilizada nesta experiência de colonização que, nos dias de hoje, consideráramos utópica. Pretendemos analisar o desenho das novas aldeias, numa perspetiva de compreender a estratégia de fixação, os fundamentos por detrás da implantação de cada uma destas aldeias, bem como as diferentes formas de ocupação do território. Procuramos ainda compreender o conceito destas estruturas fundiárias enquanto equipamento agrário, que surge como parte de uma estratégia de fixação de população, criação de trabalho e promoção do Estado Novo. Neste ponto, ainda que numa perspetiva geral, pretendemos realçar as respostas dadas no passado a problemáticas comuns nos dias de hoje, como sejam o êxodo rural e desertificação do interior.

Um dos objetivos centrais deste trabalho é a sensibilização para a necessidade de salvaguarda destes conjuntos rurais, que pode ser levada a cabo de duas formas. Em primeiro lugar, indagando sobre a qualidade e valor arquitetural destas construções, de modo a potenciar a valorização integrada e a possibilidade de classificação patrimonial dos referidos assentamentos. Num segundo momento, pesquisando acerca da integridade do conjunto, em que além do enquadramento teórico de estudo do lugar e do edificado, será crucial investigar sobre parâmetros e critérios que deverão suportar uma intervenção arquitetónica nestas antigas colónias agrícolas, questionando especialmente o módulo de repetição, isto é, o projeto-tipo enquanto elemento fulcral na construção morfológica do conjunto.

Assim sendo, embora não exista um cliente, a componente de investigação e projeto deste trabalho pretende dar resposta a uma necessidade de adaptação contemporânea, que atente ao território e às exigências da vida atual, sem pôr em causa a identidade do conjunto.

O último grande objetivo desta investigação prende-se com o aprofundamento de conhecimentos e discussão teórica dos conceitos de conjunto arquitetónico, módulo, unidade e valorização integrada do património constituído.

ESTADO DA ARTE

As antigas colónias agrícolas do Estado Novo tem sido um tema pouco explorado do ponto de vista arquitetónico. Entre os estudos desenvolvidos sobre este tópico, destacamos, pelo especial interesse para este trabalho, a investigação de João Rapazote⁶, que abordou as aldeias-jardim no concelho de Montalegre, e de Filipa Castro Guerreiro⁷, que se debruçou sobre as colónias agrícolas portuguesas, dedicando particular atenção à arquitetura dos espaços e planeamento destes lugares.

Ao iniciar este trabalho percebemos a necessidade de alargar a investigação às questões relacionadas com património, reabilitação, conjunto, arquitetura totalitária, com especial enfoque para arquitetura doméstica do Estado Novo, a casa agrária, a valorização da agricultura e da vida rural.

Passados mais de 60 anos desde a criação das colónias agrícolas em Terras de Barroso, é notória a necessidade de intervenção arquitetónica neste edificado habitacional e agrícola. De um modo geral, é evidente o estado de abandono de algumas destas habitações, mas também o surgimento pontual de reabilitações, restauros e ampliações, que descaracterizam a unidade do conjunto. Importa ressaltar que dos seis núcleos construídos em Montalegre, três já se encontram identificados no Anexo V – *Património Arquitetónico* do Plano Diretor Municipal de Montalegre (PDMM), nomeadamente, a Aldeia Nova do Barroso; o Lugar de São Mateus; e a Aldeia de Montalegre (Casais da Veiga)⁸. Carecem de regulamentação no âmbito do Plano Diretor do Concelho, as antigas colónias agrícolas do lugar do Videiro, Fontão e Criande.

Entendemos que é importante salvaguardar a identidade, história e retrato cultural destes conjuntos. Para sustentar a intervenção é fundamental ter em conta o contributo de diversos autores sobre reabilitação e património, entre os quais destacamos Cesari Brandi, Françoise Choay e Alois Riegl. Este último colocou em evidência os valores da contemporaneidade associados ao conceito de salvaguarda do património. Na sua ótica, “[o] valor da novidade é, com efeito, o adversário mais formidável do valor da antiguidade”⁹. Trata-se, portanto, de uma leitura crítica que, direta ou indiretamente, fundamenta esta investigação. É também fundamental ter em conta

⁶ RAPAZOTE, João - “Aldeias-Jardim” no concelho de Montalegre – *O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território. Lisboa. ISSN 2182-1267. n.º 1 [2012]. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

⁷ GUERREIRO, Filipa de Castro - *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016. Tese de Doutoramento

⁸ Regulamento do Plano Diretor Municipal de Montalegre, *Diário da República*, 2.ª série — N.º 180 — 18 de setembro de 2013

⁹ RIEGL, Alois.- *O Culto Moderno dos Monumentos e Outros Ensaios Estéticos*. Lisboa: Edições 70, 2013

o teor das diversas Cartas, Recomendações e Pareceres relacionados com a reabilitação de património rural, de que é exemplo a *Recomendação Nº R (89) 6 Sobre a Proteção e a Valorização do Património Arquitectónico Rural - Estrasburgo, 1989*.

De destacar ainda o resultado de investigações que versam direta ou tangencial sobre o nosso objeto de estudo, como é exemplo o catálogo de *“Estudos E Trabalhos Realizados No Âmbito Da Ex-Junta De Colonização Interna”*¹⁰, a tese de doutoramento do Eng.º Agrónomo João Castro Caldas, Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, com o título *“Política de Colonização Interna : A Implantação das Colónias Agrícolas do Estado Novo”*, e a publicação *“Santo Isidro de Pegões : Contrastes de um território a preservar”*¹¹, partindo esta última do mesmo pressuposto de salvaguarda do património aplicado à antiga colónia agrícola de Santo Isidro de Pegões, Montijo.

Em Espanha, o fenómeno das colónias agrícolas e povoamentos de colonização construídos durante o regime Franquista foi mais estudado, tendo sido realizadas várias pesquisas, teses e estratégias de classificação que propõem a sua proteção e salvaguarda. Cabe-me, contudo, ressaltar que no país vizinho o número de povoamentos de colonização, assim como a sua escala são francamente maiores quando comparados com as obras congéneres em Portugal. Em Espanha, destaca-se a obra dos arquitetos Alejandro de La Sota e José Luís Fernandez del Amo, em particular deste último que se evidencia, pela quantidade e qualidade, como *“um dos arquitetos de maior relevância na colonização”*¹². Para o contexto espanhol destacamos duas publicações: *“Los pueblos de colonización en Almería”*¹³ e *“Los pueblos de colonización de Fernández del Amo”*¹⁴ e as teses de doutoramento de José Bañales¹⁵ e Olga Cortés¹⁶. Esta última afigura-se uma referência incontornável para este trabalho pela metodologia adotada e propósito de investigação, pois parte do estudo de três povoamentos de colonização em Espanha, faz a sua contextualização histórica e

¹⁰ DGPA - *Estudos E Trabalhos Realizados No Âmbito Da Ex-Junta De Colonização Interna* [s.l.] , [s.n.] 1995

¹¹ PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Hélder; LOPES, Isabel; BUARQUE, Irene - *Santo Isidro de Pegões: Contrastes de um território a preservar*. Lisboa: Edições Colibri, 2009

¹² ORUSCO, Eduardo Delgado - *La Experiencia Del INC - Una colonización de la Modernidad (1939-1973)*. *Actas del Congreso Internacional <Arquitectura, Ciudad e ideología antiurbana>*. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la universidad de Navarra. Pamplona: [s.n.], 2002. Traduzido pelo autor a partir do original: *“por cantidad y calidad, uno de los arquitectos de mayor peso en Colonización”*

¹³ SOLER, Miguel; GARCÍA, Alfonso; LÓPEZ, Pablo - *Los pueblos de colonización en Almería*. [s.l.], Consejería de Fomento y vivienda 2009

¹⁴ SOLER, Miguel - *Los pueblos de colonización de Fernández del Amo*. Barcelona: Fundación Arquia, 2010

¹⁵ BAÑALES, José Luís Oyón - *Colónias Agrícolas y Poblados de Colonización - Arquitectura e Vivienda Rural en España (1850-1965)”. Barcelona: [s.n.], 1985. Tese de doutoramento*

¹⁶ CORTÉS, Olga Consuelo Espinosa - *Criterios De Intervención Para La Rehabilitación De Casos ejemplares De Arquitectura Residencial Pública: Casos De Estudio Pueblos De Colonización El Puntalón, Carchuna Y Calahonda*. Granada: Editorial de la Universidad de Granada, 2014. Tese de doutoramento

evolução territorial, apresenta os três aglomerados, explicando as transformações humanas e não humanas, e concluindo com uma hipótese de projeto de intervenção.

Pretende-se ainda com este trabalho potenciar uma estratégia de intervenção nestes edifícios, apontando sugestões de utilização que garantam a valorização do conjunto, para o que alguns autores chamam de “*Neo-ruralismo*”¹⁷, numa perspetiva de reciclagem da casa agrária para outras funções. Para tal será importante conhecer as raízes da sua existência, sendo neste sentido desde logo fundamental tomar conhecimento sobre o “*Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa*” (IARP)¹⁸ e a análise do livro “*Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural*”¹⁹ publicado pelos técnicos da Junta de Colonização Interna, de modo a contextualizar e relacionar os conceitos equacionados aquando do projeto e construção das antigas colónias agrícolas de Montalegre.

¹⁷ GIULIANI, Gian Mario. *Neo-ruralismo: O novo estilo dos velhos modelos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº14. [s.l.]: [s.n.], 2002

¹⁸ A.A.P. - *Arquitetura Popular Portuguesa zona 1 – Minho e zona 2 – Trás-os-Montes*. 3ª Edição. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988 BASTO, Eduardo Alberto de Lima; BARROS, Henrique - *Inquérito à Habitação Rural. I Vol. A Habitação Rural no Norte de Portugal (Minho, Douro-Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943

¹⁹ LOBO, Vasco; ANTUNES, Alfredo da Mata – *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural*. Coimbra: DGSU – Centro de Estudos de Urbanismo, 1960

METODOLOGIA

Este trabalho compreende cinco etapas. Primeiro, inicia-se pelo enquadramento do tema, nomeadamente as iniciativas de colonização interna, com especial destaque para o conceito de colónia agrícola, por forma a compreender o processo de construção destes conjuntos. No âmbito deste tópico, iremos contextualizar a ação da JCI, relacionando-a histórica, sociológica e arquitetonicamente com as pretensões ideológicas do Estado Novo. Este enfoque é importante porque permite perceber esta iniciativa e a materialização que dela decorre, não só por se tratar de um regime que condiciona a produção artística, submetendo-a e disciplinando-a, mas sobretudo por defender um estilo de vida rural a que a arquitetura deveria dar resposta. Esta linha ideológica determina o modo de habitar desta época e tem impacto no objeto deste trabalho, os núcleos abrangidos pelo *Projecto de Casal - Tipo do Barroso*. Nesta primeira fase da investigação, serão abordadas as diversas influências e referências arquitetónicas usadas na conceção das colónias agrícolas da JCI.

Num segundo momento, será abordado o lugar. Para tal, propomo-nos contextualizar o meio físico e humano do território do Barroso, e em particular o concelho de Montalegre, onde foi instalado o *Projecto de Casal - Tipo do Barroso*. Neste ponto, consideramos fundamental contextualizar o espaço rural, as atividades económicas dominantes, a arquitetura dos espaços de habitação e públicos, destacando o impacto das atividades agrícolas na arquitetura dos espaços que constituíram o *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre*.

A terceira parte centra-se na valorização arquitetónica do conjunto. Para tal, procuramos reunir conhecimentos sobre o conceito de unidade e identidade arquitetónica de um lugar, com vista à conceção de um plano de salvaguarda das antigas colónias agrícolas, numa perspetiva de valorização do conjunto. Sendo para tal determinante refletir acerca da temática da conservação integral, no que diz respeito a estratégias, legislação e processos de valorização válidos para as cinco aldeias objeto do *Projecto de Casal - Tipo do Barroso*. No âmbito deste tópico, serão analisados três referências arquitetónicas importantes – a recuperação do conjunto arquitetónico, urbanístico e paisagístico de Natividade, no Brasil; a aplicação do *Método Rehabimed* em Lefkara, no Chipre; e o plano de recuperação e transformação da Cidade Velha, em Cabo Verde –, que servirão de base para a nossa proposta.

Na última etapa deste trabalho avançamos com uma hipótese de projeto de intervenção nestes conjuntos que procura preservar a sua identidade arquitetónica. Para tal, será determinante analisar o projeto inicial dos cinco núcleos objeto desta tese, a sua consecução, e evolução nos dias de hoje. Procurar-se-ão compreender os pressupostos da JCI, a sua materialização e as

subsequentes transformações, aspetos determinantes na nossa hipótese propositiva. Estamos perante um trabalho que pressupõe o cruzamento de diversas áreas, devendo a presente componente de investigação arquitetónica ser assumida como parte de um estudo e uma possibilidade de intervenção, que não invalida outras. Assim, este documento assume-se como um caso de estudo com a devida fundamentação teórica, que se propõe contribuir com a uma hipótese intervenção suscetível de ser aplicada a outros núcleos construídos no âmbito da extinta JCI.

CAPÍTULO I
COLONIZAÇÃO INTERNA



Figura 1 - Pintura a óleo sobre tela "American Progress" (1872), Jhon Gast.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA – CONCEITO DE COLONIZAÇÃO

O conceito de colonização é polissêmico e tem aplicabilidade nas mais variadas ciências. Neste trabalho, interessarão as definições de colonização relacionadas com a ocupação humana e colonização interna, no âmbito das ciências sociais e políticas, e na área da arquitetura.

O fenómeno da colonização pode ser definido de diversas formas, que entroncam na ideia comum de ocupação geográfica de um determinado território. Esta ação, que pode ser levada a cabo de variadas formas, influencia económica, política e culturalmente o território ocupado. De acordo com ETKIND, *“as colonizações (...) referem-se aos processos de dominação em que os povoadores migram do grupo colonizador para a terra colonizada”*²⁰. Contudo, esta definição parece-nos redutora, porque não traduz a especificidade da colonização interna. Por esse motivo, socorremo-nos das palavras de FERRO, segundo o qual, *“[a] colonização está associada à ocupação de uma terra estrangeira, ao seu cultivo e à instalação de colonos”*²¹. Evidentemente que no caso da colonização interna a ocupação não se fará sentir além-fronteiras, ainda assim esta definição condensa a estratégia e os processos de povoamento do território seguido pela JCI, bem como por outras iniciativas internacionais similares.

As iniciativas colonialistas, desde cedo, fizeram parte da história de alguns países europeus. É possível encontrar referências à ocupações de territórios por povos não endémicos ainda antes da formação do império Romano. Todavia para efeitos da nossa análise, apenas recuamos à constituição do Império Romano, que se destacou pelas sábias iniciativas de planeamento e ocupação, que obedeceram a regras de proporção e hierarquia. Segundo CORTÉS, *“[n]a análise dos diversos modelos de alargamento territorial, de regulamentação ou de ideais teóricos, usados para dividir o território e implantar sistemas de cultivo e novos núcleos de habitar, observamos regras comuns de colonização, sistemas que evoluem a partir de modelos de loteamento romanos ou «castrametazione» militar, com novos critérios agrónomos para poder adaptar-se a novos parâmetros de planeamento.”*²²

²⁰ ETKIND, Alexander – *Internal Colonization: Russia's Imperial Experience*. Cambridge: Polity, 2011. p.7. Traduzido pelo autor a partir do original: *“colonizations (...) refers to the processes of domination in which settler migrate from the colonizing group to the colonized land”*

²¹ FERRO, Marc – *História das Colonizações: Das Conquistas às Independências – sécs. XIII-XX* Londres; Lisboa: Referência/Editorial Estampa, 1996. p.19

²² CORTÉS, Olga Consuelo Espinosa – *Criterios De Intervención Para La Rehabilitación De Casos ejemplares De Arquitectura Residencial Pública: Casos De Estudio Pueblos De Colonización El Puntalón, Carchuna Y Calahonda*. Granada: Editorial de la Universidad de Granada, 2014. p. 65. Tese de doutoramento. Traduzido pelo autor a partir do original: *“Nell'analisi dei diversi modelli d'insediamento territoriale, normativi, teorici o ideali, utilizzati per dividere il territorio e impiantare sistemi di coltivazione e nuovi nuclei abitati, si osservano regole di colonizzazione comuni, i sistemi evolvono dai modelli romani di centuriazione, alla castrametazione militare, e verso i nuovi criteri degli ingegneri agronomi per poi adattarsi ai nuovi parametri urbanistici.”*

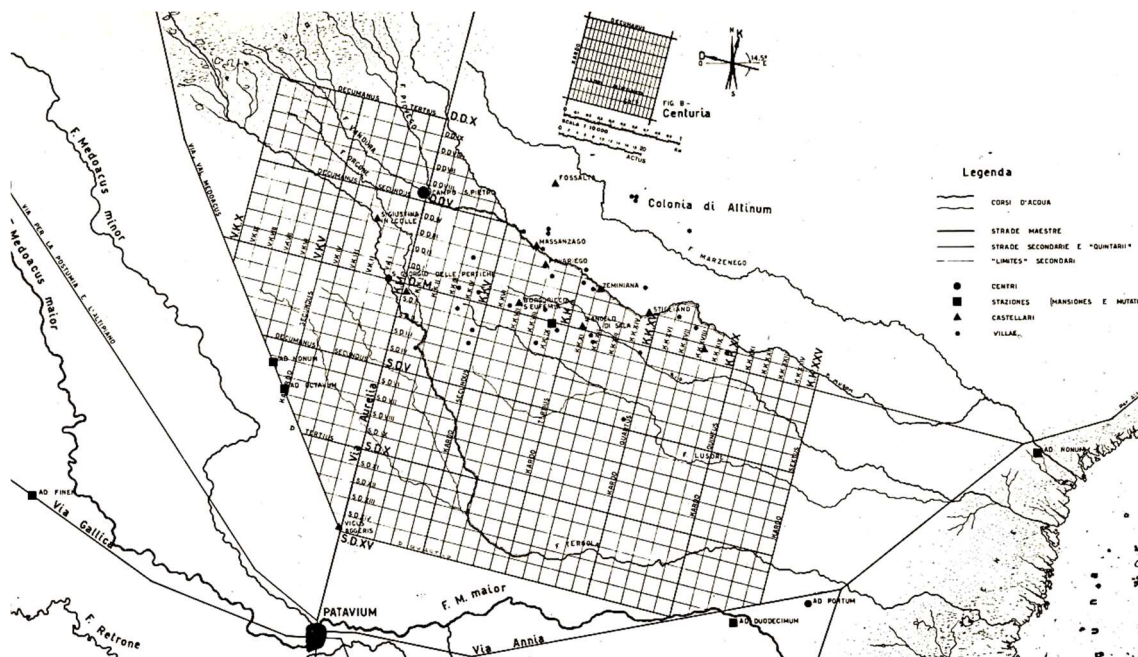


Figura 2 - A Centuriatione Romana.

Como é sabido, os romanos constituíram um extenso império e destacaram-se desde cedo na estratégia de ocupação do território, mostrando-se hábeis na engenharia e construção. A estratégia implicava a definição de regras de organização da área ocupada, com a criação das chamadas *Centuriationes* (fig.2), que tinham origem nos assentamentos militares da época, denominados de *Castrum*. Estas ocupações definiam a paisagem através de uma ordem geométrica rigorosa, que poderia ser conseguida através da orientação celeste (*Secundum Caelum*) ou das condições físicas do território (*Secundum Natura*)²³.

Quando o império romano atinge a sua máxima extensão inclui territórios do continente africano, correspondendo a uma experiência de colonização intercontinental, e demonstrando a determinação na construção de um império através do alargamento e ocupação territorial.

Na ótica de FERRO “é impossível de dissociar colonialismo de imperialismo²⁴”. Esta perspetiva é importante, na medida em que relaciona o ato de colonizar diretamente com questões políticas e não apenas por necessidades físicas e espaciais de expansão do território, ainda que justificadas por razões económicas, como o crescimento populacional ou necessidade de terras para a agricultura.

²³ ZUCCHI, Vincenzo – *Architettura e memoria: Contrà Porta Nuova Vicenza*. Milão: FrancoAngeli, 2007. p. 63

²⁴ FERRO, Marc. 1996. Op. Cit. p.14

A partir do início do século XV, a expansão territorial ganha maior expressão, sobretudo por iniciativa de alguns países europeus. Portugal notabilizou-se historicamente neste capítulo, não havendo dúvidas sobre o seu pioneirismo na expansão europeia e sobre o seu contributo para a globalização.



Figura 3 – Mapa de propaganda ideológica do Império Colonial Português.

Os descobrimentos permitiram a construção do Império Colonial Português, que na sua máxima extensão ocupou territórios do continente europeu, americano, africano e asiático. Apesar de entrar em decadência a partir da independência do Brasil, em 1822, este império perdurou até ao Estado Novo com uma dimensão superior a 2.000.000km², facto que o regime político de então não se cansou de destacar através da propaganda (fig.3). O colapso do império colonial coincide com o do regime. Como refere PINTO, “o 25 de abril de 1974 representou o fim político do Estado Novo e, num ato subsequente, o fim do Império Colonial Português²⁵”. Não obstante, a data oficial do fim do império colonial português corresponda à integração de Macau na China em 20 de dezembro de 1999,²⁶.

²⁵ PINTO, José Filipe – *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Covilhã : Coleção de Biblioteca Diplomática do MNE, 2004. p. 32

²⁶ BETHENCOURT, Francisco – *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010. p.171

Podemos, portanto, afirmar que as experiências de colonização portuguesas fazem parte da história da nação, onde o país se destaca pelo pioneirismo e sucesso. Passados séculos desde as primeiras experiências colonizadoras, são inegáveis diversas marcas da presença portuguesa nas ex-colônias, nomeadamente na arquitetura.

Na verdade, a arquitetura correspondeu a uma ferramenta importante na estratégia de colonização portuguesa. Primeiramente, através da arquitetura militar, que decorre da necessidade de garantir a soberania e poder sobre o território conquistado. Neste aspeto alguns autores afirmam mesmo que *“um dos legados duradouros do Império português é a sua arquitetura militar”*²⁷. Reflexo desse legado são, por exemplo, as fortalezas de Arzila (fig.4), São Jorge da Mina e Forte Jesus. Em segundo lugar, a arquitetura tem particular importância no campo ideológico, político, cultural e religioso. Por outras palavras e concretizando, a resposta da arquitetura molda-se às vontades políticas do colonizador, procurando primeiramente construir uma imagem de força e disciplina, para mais tarde instruir e sustentar a construção de uma identidade. Não pretendemos negligenciar a arquitetura civil, cultural e religiosa que possa ter sido construída durante o primeiro momento colonizador, no entanto destacamos sobretudo os edifícios construídos na segunda fase de exploração do território. De notar que, não sendo esta uma característica exclusiva da ação colonizadora portuguesa, teve no império português especial destaque.



Figura 4 – Arquitetura militar de influência portuguesa em Assilah (Arzila), Marrocos.

²⁷ BETHENCOURT, Francisco. 2010. Op. Cit. p.190.

Durante o século XX, desenvolvem-se um pouco por todo mundo experiências de colonização interna, muitas das quais alicerçadas em tentativas de desenvolvimento agrário e necessidade de reorganização demográfica, ocupação e dispersão territorial. Com efeito, o ato de colonizar o próprio território consiste numa estratégia política e cultural, mas também como recurso de produção, conforme refere JONES: *“a conceptualização do colonialismo interno prefigura a subsequente discussão sobre a articulação dos modos de produção”*²⁸, principalmente com recurso à disseminação de colonos em território não ocupado para construção de riqueza e autossustentabilidade.

Na Europa, grande parte destas iniciativas ficam associadas a regimes políticos totalitaristas, como por exemplo Espanha e Itália, que influenciaram diretamente a estratégia de colonização interna preconizada pela ditadura do Estado Novo. Como refere BAPTISTA: *“A política de colonização interna ganhou contornos nítidos na década de trinta, numa situação em que pesou o movimento dos trabalhadores agrícolas, nos campos do Sul, e o exemplo que vinha, sobretudo, da Itália fascista”*²⁹. Importa, por fim, referir que aquando das primeiras experiências de colonização interna em Portugal, o esforço alargava-se à escala do império, envolvendo os países então colonizados. Não sendo nosso objetivo alargar esta investigação aos núcleos construídos no antigo império colonial, não poderemos deixar de assinalar que a estratégia da colonização interna foi usada, por exemplo, nos colonatos da Matala e de Cela em Angola (fig.5).



Figura 5 - Vista aérea da aldeia de S. Tiago de Adeganha - Colonato de Cela, Angola – 1954.

²⁸ JONES, R. J. Barry - *Routledge Encyclopedia of International Political Economy*. Volume 1 [A-F] Londres; Nova Iorque: Routledge, 2001. Vol. 1. p. 190

²⁹ BAPTISTA, Fernando – *Dos Projectos de Colonização Interna Ao Capitalismo Agrário (Anos trinta-1974)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1978. p.3



Figura 6 - Aldeia de Montalegre - Casais da Veiga (ao fundo), Montalegre.

1.2 ESTRATÉGIAS E REFERÊNCIAS DA JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA

*“Em 1936, Salazar cria a Junta de Colonização Interna para ocupar os baldios que ninguém explorava e fixar as populações em regiões despovoadas. Modernizar a Agricultura e, ao mesmo, proporcionar melhores condições de vida à população rural.”*³⁰ Esta frase resume os objetivos que nortearam a criação da JCI, entidade responsável pela maior estratégia de colonização interna nacional. Um projeto ambicioso e pioneiro, que utilizou a arquitetura como veículo modernizador do meio rural.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E SOCIOECONÓMICO

Antes de qualquer investigação arquitetónica, é importante contextualizar a obra no tempo e no espaço. Como adverte ZEVI: *“Quase todos os manuais de história da arquitetura recapitulam, no início ou durante a descrição dos monumentos, os fatos salientes da vida política das diferentes épocas”*³¹. A abordagem ao estudo destes assentamentos rurais construídos durante o período da ditadura, não poderia ser diferente, desde logo pela particular relevância do seu enquadramento histórico, associado a um regime político autoritário que usou a arte como veículo de propaganda ideológica.

Durante os anos 30 e 40, aquando da construção das primeiras colónias da JCI, Portugal era um país pobre, essencialmente rural e pouco industrializado, com uma agricultura atrasada e com excesso populacional, sobretudo evidente fora dos centros urbanos, onde se estimava que residia cerca 80% da população³².

Assim, durante o regime salazarista, tornou-se evidente o problema do aumento da população (fig.7). Como consequência desta evolução demográfica, o governo sentiu necessidade de promover uma reestruturação fundiária, devidamente consolidada, que permitisse, entre outros aspetos, um aumento de produção agrícola e, consequentemente, a fixação da população no interior. Deste modo, pretendia-se travar o êxodo rural, combater o desemprego e, sobretudo, melhorar as condições de vida e de subsistência nas regiões mais desfavorecidas.

³⁰ RODRIGUES, Ricardo – *Malditos, Histórias de Homens e de Lobos*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014. pp. 38-39

³¹ ZEVI, Bruno – *Saber ver a arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 140

³² MATTOSO, José – *História de Portugal, vol. 7*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. pp. 17-29

Anos	Nº de População em Portugal	Nº de População em Montalegre
1911	5 999 146	22 066
1920	6 080 135	20 065
1930	6 802 429	21 158
1940	7 755 423	24 572
1950	8 510 240	29 724
1960	8 889 392	32 728

Figura 7 – Evolução demográfica em Portugal e Montalegre (concelho) entre 1911 – 1960.

A esta conjuntura social e política, somava-se o facto de Portugal ser um país periférico, fechado, onde a imigração surgia como solução para uma vida melhor. As terras altas do Barroso correspondiam a uma região rural e dependente da produção agrícola, e especificamente no caso do concelho de Montalegre associado à imigração clandestina, dado que a posição geográfica junto à raia, favorecia as tentativas de saída em busca de uma vida melhor noutros países. Portugal era então um país pouco instruído, sendo o setor primário, sustento de aproximadamente 50% da população ativa do país ³³, traduzindo o peso da agricultura e da lenta industrialização.

É neste contexto, que surge, através do Decreto-Lei nº 27.207 de 16 novembro 1936, a Junta de Colonização Interna. Tratava-se de um organismo público, tutelado inicialmente pelo Ministério da Agricultura e, posteriormente, pelo Ministério da Economia, com o campo de ação definido no âmbito da colonização do território nacional. De acordo com o art.º 173 da referida lei, este organismo visava a gestão de terrenos da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica e Agrícola; a instalação de *casais agrícolas*, (entenda-se unidades habitacionais e de apoio à atividade agrícola do camponês, bem como apoio necessários aos colonos); o reconhecimento e constituição de reserva sobre baldios estatais; a aquisição de terrenos suscetíveis de colonização; a fiscalização e auxílio em obras de colonização privadas; o desenvolvimento de projetos e execução de obras de colonização; a deliberação sobre concessão e exploração das glebas³⁴ e *casais agrícolas* e reintegração dos capitais; o desenvolvimento de estudos económicos, agrários e sociais, constituição caixas de crédito agrícola, postos agrários e restantes serviços complementares; a distribuição e reorganização da população rural; o melhoramentos nas instalações e propriedades rurais; o estudo do aproveitamento de terrenos baldios estatais e particulares e desenvolvimento

³³ BAPTISTA, Fernando - *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto : Afrontamento, 1993. p. 7

³⁴ Segundo Flávio Aguiar: “*área de terreno que não foi usada em parcelamento regular, aprovada ou registada*” in AGUIAR, Flávio. *Loteando uma gleba – Parcelamento e desmembramento do solo*. São Paulo : Agbook, 2015. pp.9

de planos de usufruição de terras; a regulamentação do aproveitamento de baldios não reservados pelo Governo³⁵.

Importa ressaltar, que este programa de governo no âmbito da colonização interna não foi pioneiro. Encontramos um conjunto de iniciativas legislativas que partilham alguns dos princípios da JCI, como por exemplo os Decretos-lei 10552 e 10553 que incentivam à fruição de baldios. Não obstante as iniciativas, *“o único resultado que conhecemos de recurso a esta legislação, foi o requerimento dos compartes do baldio dos Milagres, em Leiria, que levou ao início do estabelecimento da primeira <colónia agrícola>, antes da criação da Junta de Colonização Interna”*³⁶.



Figura 8 – Colónia Agrícola de Milagres.

Uma das principais motivações para a criação desta entidade foi, como foi dito, fazer face ao aumento demográfico. Importava ampliar o volume de colheitas, necessário para a subsistência da população. Para tal era necessário desenvolver zonas cultiváveis no território, alargar a superfície agrícola, procurando introduzir culturas em terrenos até então sem cultivos, reorganizar demograficamente o território, deslocando população das zonas com maior densidade para locais menos populosos, mormente rurais, de modo a contrariar a atração das grandes cidades, por ser

³⁵ Decreto-Lei nº 27:207. D.R. de 16 novembro 1936. p.1446

³⁶ CALDAS, Eugénio – *A Agricultura na História de Portugal*. Lisboa: Empresa de Publicações Nacionais, 1998. p.440

também nos primeiros que o regime associava a população sadia e forte³⁷. Na verdade, *“teria sido o impulso de uma tradição reformista agrária, mas talvez mais o gravíssimo condicionalismo das crises dos anos 30 que conduziram à criação da Junta de Colonização Interna”*³⁸.

Por fim, embora se tratasse de um projeto ambicioso que, de certo modo, procurou resolver problemas sociais, no cômputo geral a estratégia ficou aquém das expectativas iniciais. Como confirma BAPTISTA *“a atuação do Estado na constituição de formas de colonização interna foi diminuta, tanto em comparação com o planeado como, principalmente, em valores absolutos”*³⁹. Uma das justificações possíveis para o insucesso será aquilo que MATTOSO classificou como «Mito dos Incultos»⁴⁰, ou seja, o facto do Estado acreditar ser possível, com recurso à colonização interna, transformar um território inculto numa autêntica estrutura fundiária. Tal não se verificou, pois *“dos mais de 400.000 ha reconhecidos pela Junta de Colonização Interna na segunda metade dos anos 30, só cerca de 25% (75.000 ha) tinham aptidão agrícola”*⁴¹. Este facto terá ditado o insucesso de destes projetos enquanto estruturas fundiárias, restando a sua arquitetura como vestígios destas iniciativas.

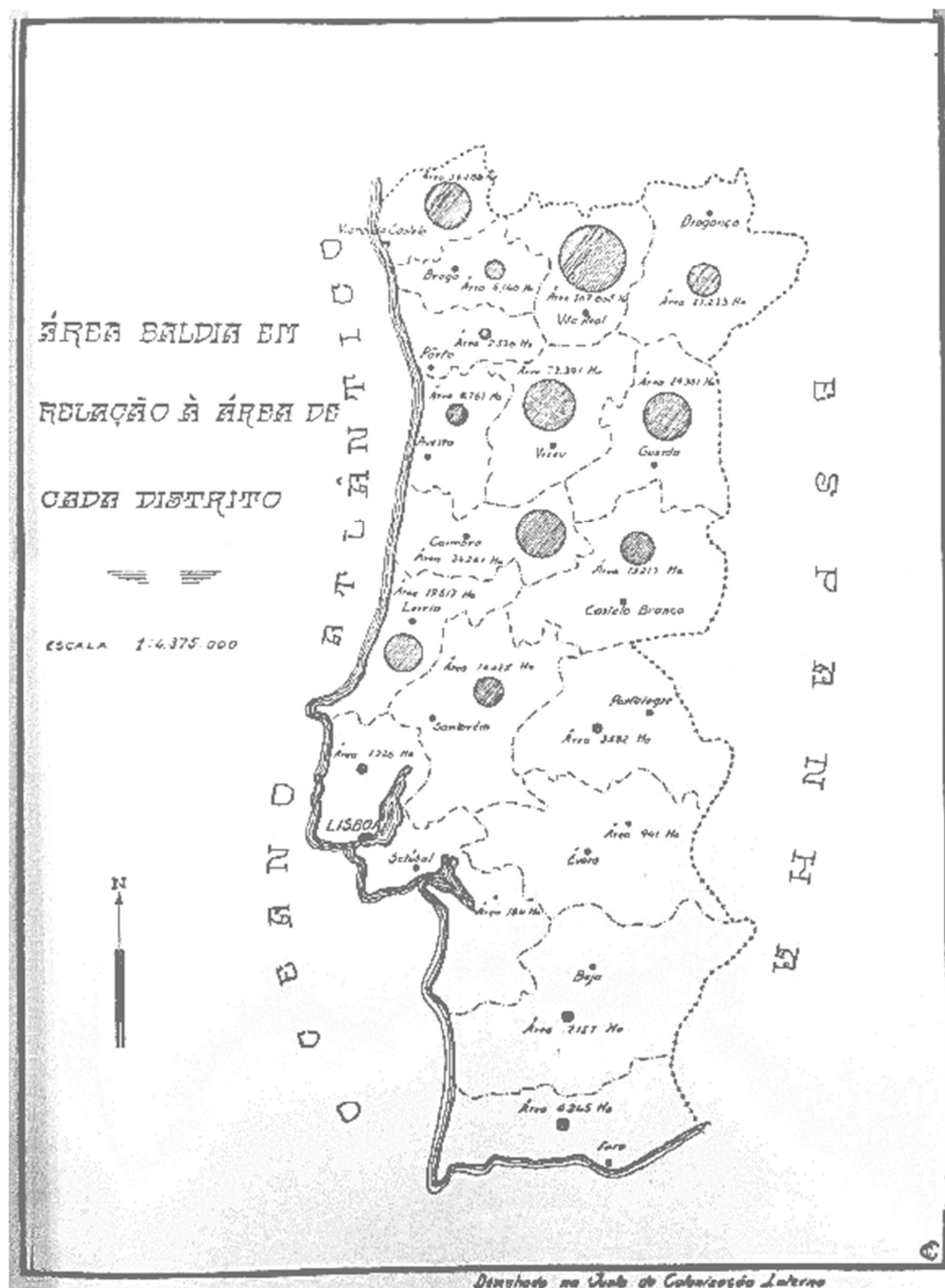
³⁷ AAVV – *Colonização Interna*. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, 1940? pp.9-20

³⁸ CALDAS, Eugénio. 1998. Op. Cit. p.445

³⁹ BAPTISTA, Fernando. 1993. Op. Cit. p.30

⁴⁰ MATTOSO, José. 1994. Op. Cit. p.34

⁴¹ MATTOSO, José. 1994. Op. Cit. p.34



ESTRATÉGIA DE COLONIZAÇÃO

A colonização pressupõe uma dimensão física, que extravasa as questões político-ideológicas, materializando-se através de diversas formas e estratégias de ocupação do território.

Legislação	Âmbito
Lei das Sesmarias, de 28 de maio de 1375	Promoção da agricultura e a fixação da população no meio agrário
Decreto nº 3; 4; e 5 de 30 de setembro de 1892	Promoção agrícola com vista à cultura de terrenos incultos
Decreto de 20 de dezembro de 1893	Promoção da construção de colónias em baldios
Decreto nº 4812, de 16 de dezembro de 1918	Autorização da administração local dividir baldios que lhes pertencessem
Decreto nº 7127, de 17 de novembro de 1920	Autorização concedida às câmaras municipais e juntas de paróquia para dividir em glebas e alienar os baldios que lhes pertencessem
Decreto nº 9844, de 20 de junho de 1924	Confia à Junta do Fomento Agrícola a promoção, orientação e aproveitamento de terrenos incultos e de charneca
Decreto nº 7933, de 16 de dezembro de 1921	Promoção do aproveitamento de baldios e de incultos
Decreto nº 19903, de 18 de junho de 1931	Constituição e funcionamento da Colónia Agrícola dos Milagres
Decreto nº 20526, de 18 de novembro de 1931	Incumbe à Divisão de Baldios, Incultos e Colonização, a organização do cadastro dos terrenos baldios e incultos
Decreto nº 20968, de 4 de março de 1932	Determina que as câmaras municipais enviem ao Ministério da Agricultura a relação dos baldios existentes
Decreto nº 22390, de 1 de abril de 1933	Incumbe a DGASA de fazer o inventário e reconhecimento dos baldios do país
Lei nº 1914 de 24 de maio de 1935	Constituição de planos e projetos fundamentais diversos, nomeadamente povoamento do interior

Figura 10 - Quadro elucidativo da legislação no âmbito da colonização interna anterior ao Decreto-Lei nº 27.207 de 16 novembro 1936.

Embora, em Portugal, a experiência da colonização interna esteja historicamente associada à JCI e se associe o Estado Novo a um certo protagonismo no que concerne às suas «formas de colonização»⁴² e aproveitamento de territórios baldios, estas iniciativas não são pioneiras. Já antes nos referimos à colónia agrícola de Milagres constituída antes da constituição daquele organismo. Se recuarmos mais um pouco, encontrámos propósitos de colonização do território equivalentes (fig.10). Não pretendemos esgotar a produção legislativa sobre esta matéria, mas não podemos deixar de salientar que desde os finais da Idade Média, como comprova a «Lei das Sesmarias», que em Portugal se tentou promover a fixação da população em meio rural, verificando-se ao longo da nossa história, variadíssimas iniciativas que viam nos terrenos baldios e incultos uma hipótese de

⁴² Em alusão ao termo utilizado por BAPTISTA, Fernando. 1993. Op. Cit. p.21, para descrever a estratégia e processos de colonização interna do Estado Novo

riqueza subaproveitada. É no seguimento destas tentativas e na dificuldade de um aproveitamento válido deste território, que a JCI encontra o seu campo de ação e procura materializar a sua valorização através da colonização do território nacional.

O caso português, não sendo paradigmático na época, considerava que o aproveitamento do território baldio não se circunscrevia apenas pela sua ocupação humana, como vem a comprovar o Artº2 do Decreto-Lei nº 36:709 de 5 de Janeiro 1948 que invoca e delega :“a) *Instituição de casais agrícolas*; b) *Distribuição de glebas*; c) *Adaptação ao regime de logradouro comum*; d) *Atribuição às Casas do Povo ou Autarquias locais*”⁴³ sempre associado a contexto de uma economia agrária e de transformação em terras irrigáveis⁴⁴. No entanto, tendo em conta a perspetiva arquitetónica desta investigação, interessa-nos sobretudo as questões em torno da forma construída da colonização, sobretudo enquanto elemento incitador de transformação da paisagem e construtor de comunidades, prefigurada pela JCI através da constituição dos *casais agrícolas* e das *glebas*.

Terrenos		Glebas + Casais Agrícolas (ha)		
		Previsto (1946)	Realizado (1965)	%
Baldios		54.304	17.326	32
Propriedade do Estado		7.127	5.141	72
Propriedade Privada		7.431	0	0
Total		68.862	22.467	33
<i>Casais Agrícolas</i>				
		1.532	471	31

Figura 11 - Estatísticas Agrícolas de 1965.

O termo *casal agrícola* surge no decreto que regula a constituição deste organismo e pode ter correspondido a uma evolução do conceito de *casal de família rústico* instituído pelo Decreto-Lei nº 7033 de 16 de outubro de 1920⁴⁵, que consiste numa *exploração agrícola familiar*⁴⁶. Estas eram compostas por instalações e equipamentos agrários, terrenos cultiváveis, unidades de habitação, entre outros. Por sua vez, as glebas têm particular interesse para o regime, uma vez que

⁴³ Artº 2º do Decreto-Lei nº 36:709 de 5 de janeiro 1948 do Ministério da Economia. [Em Linha]. Diário do Governo: I Série, nº3 [Consultado a 9 de julho de 2017] Disponível em <www.dre.pt/application/file /241925>;

⁴⁴ ESTEVÃO, João. 1983. Op. Cit. p.1162

⁴⁵ Artº 1º e Artº 2º do Decreto-Lei nº 7033 de 16 de outubro de 1920 do Ministério da Agricultura. [Em Linha]. Diário do Governo: I Série, nº298 [Consultado a 14 de julho de 2017] Disponível em <www.dre.pt/application/file /391766>;

⁴⁶ ESTEVÃO, João – A florestação dos baldios **. *Análise_Social*. Vol. XIX (77-78-79), 1983. p. 1232

eram terrenos onde se desenvolvia a atividade produtiva do colono, no âmbito da agricultura e pastorícia. Por outro lado, problemas decorrentes da divisão desigual da propriedade fundiária no país, verificando-se um acentuado parcelamento no Norte, e no Sul uma concentração de terras nas mãos de uma minoria⁴⁷. Este contraste, era uma das problemáticas que o regime político de António Oliveira Salazar pretendia resolver, sobretudo pelo facto de os minifúndios do Norte não garantirem sustento digno e estável às famílias, e em os latifúndios mais comuns no Sul, poderem garantir maior distribuição de riqueza, se divididos em glebas com diferentes proprietários.

De notar que o âmbito da JCI não se resumia à distribuição de pessoas e terras, visava sobretudo a produção de riqueza agrária e melhoramento do bem-estar rural (fig.12) com o propósito de fixar a população. Existia também a preocupação e receio do governo que os terrenos públicos fossem usurpados para fins privados, tendo em conta as *“condições de sobrepovoamento rural então existentes, de «fome de terra»”*⁴⁸.



Figura 12 – Ações de intervenção no âmbito das obras de beneficiação rurais em Vale de Couce, Mirandela a) Fotografia antes da Intervenção da JCI; b) Fotografia após Intervenção da JCI; c) Imagem representativa do estado da intervenção em 2014

⁴⁷ AAVV – *Colonização Interna*. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, 1940? pp. 27-28

⁴⁸ MATTOSO, José. 1994. Op. Cit. p.39

Podemos considerar que houve algum êxito na implementação das propostas da JCI, quando comparadas com anteriores iniciativas legislativas, e que este só foi possível graças à especificidade do contexto socioeconómico e político que permitia um extenso domínio do território por parte do governo. Segundo FONSECA *et al*, este organismo impôs-se através de “*uma combinação de quatro elementos: a) o ordenamento administrativo da natureza e da sociedade; b) uma ideologia fortemente modernista (...); c) um Estado autoritário (...) d) uma sociedade civil sem capacidade para resistir a estes planos*”⁴⁹, conferindo a esta entidade um poder de intervir no meio rural que lhe permitia ambicionar imitar a estratégia de transformação de terras da «Agro Pontino», levada a cabo pelo regime de Mussolini⁵⁰.

estratégia de colonização desenvolvida pela JCI passou, numa primeira fase, pelo reconhecimento dos baldios do continente, dado que à data não existia um estudo rigoroso da área baldia em Portugal continental. Neste sentido, no ano seguinte à constituição da JCI, em março de 1937, iniciou-se o inquérito aos terrenos baldios do continente. Esta pesquisa, que resultou em três volumes, foi efetuada por brigadas de engenheiros agrónomos e técnicos agrários, que procuraram verificar o tipo de solo, a geologia, a proximidade de recursos hídricos, a utilidade do terreno e, por fim, hipóteses futuras de aproveitamento, nomeadamente através da colonização, exploração florestal ou agrícola. Este trabalho de reconhecimento foi concluído em julho de 1938, tendo sido identificados 7.638 baldios, numa área total de 407.543 ha (fig.13).⁵¹

O concelho de Montalegre, o maior do distrito de Vila Real, com mais de 80.000 ha, detinha cerca de 58 baldios com uma área total de 41.830 ha⁵². Assim, podemos estimar que, em 1939, mais de metade deste concelho era composto por baldios. Nesta primeira inventariação dos baldios foi constituída reserva provisória sobre 47 terrenos no distrito de Vila Real, grande parte dos quais no concelho de Montalegre, Boticas e Vila Pouca de Aguiar⁵³.

⁴⁹ FONSECA, Inês; FREIRE, Dulce; GODINHO, Paula – *Mundo Rural – Transformação e Resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004. p.73

⁵⁰ BAPTISTA, Fernando, 1993. Op. Cit. p.29

⁵¹ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Reconhecimento dos Baldios do Continente, Vol. .* Lisboa: MA, JCI, 1939. pp. 26-30

⁵² PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1939. Op. Cit. p. 364

⁵³ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1939. Op. Cit. pp. 32-51



Figura 13 – Localização dos baldios reservados pelo Plano de Reconhecimento dos Baldios do Continente



Figura 14 – Localização das colónias e respetivos núcleos dirigidos pela JCI.

Este inventário permitiu um retrato dos baldios nacionais, tendo sido reservados cerca de 181 terrenos com uma área total 79.451 ha⁵⁴. Em 1941, na sequência deste primeiro trabalho, foi publicado um segundo documento, composto por quatro volumes, intitulado de *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*, prevendo, conforme o nome indica, a exploração dos baldios previamente reservados. Foi, portanto, nesta segunda análise, que se avaliaram as potencialidades económicas, as áreas e aptidão dos terrenos, tipo de culturas, capacidade de mão-de-obra, entre outros aspetos. No caso da região do Barroso, as conclusões foram avançadas conjuntamente para os concelhos de Montalegre e Boticas, dada a proximidade e similitude das características do território. O plano apontava para a necessidade de aproveitamento da terra, com o propósito de aumentar os rendimentos nesta região de Trás-os-Montes. À data, os referidos registavam dependência da pastorícia e falta de diversificação de culturas. Previa-se, portanto, a constituição de 6.209 ha de glebas agrícolas e 27.220 para logradouro comum regulamentado⁵⁵. Tendo em conta as carências, potencialidades e características do território, previu-se a instalação de 307 *casais agrícolas*, numa área de aproximadamente 2.079 ha, e cada uma destas unidades teria cerca de 1 ha para cultura intensiva de sequeiro, 1 ha para cultura intensiva de regadio e entre 4 ha e 7 ha de cultura extensiva, nomeadamente para centeio⁵⁶.

Estes estudos foram essenciais para a criação e instalação dos *casais agrícolas* e glebas nos territórios selecionados pela JCI, tendo determinado a criação de sete colónias agrícolas em Portugal continental (fig.14), seis delas novas, e uma área equivalente a 13.100 ha de glebas para complemento das explorações⁵⁷.

AS COLÓNIAS AGRÍCOLAS

A conceção de um novo assentamento pressupunha uma análise pluridisciplinar, envolvendo diversas artes e ciências. À arquitetura cabia dar uma resposta formal tendo em conta um conjunto de determinações políticas, sociais.

Tal como muitas das colónias italianas e espanholas que se desenvolveram no mesmo período, as novas aldeias criadas pela JCI, tinham uma base económica agrícola. Segundo GARCIA, em Espanha, a colonização no âmbito INC corresponde a “*uma atividade de natureza administrativa, técnica e jurídica, que transforma as características agrárias e económicas de*

⁵⁴ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1939. Op. Cit. p. 32

⁵⁵ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados, Vol.II*. Lisboa: MA, JCI, 1941. pp. 108-109

⁵⁶ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1941. Op. Cit. pp. 98-109

⁵⁷ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA – *Junta de Colonização Interna – Exposição Comemorativa do XXV aniversário*. Lisboa: ME, SEA, 1962. pp. 2-4

*extensões de terreno e da organização social estabelecida nos mesmos, criando unidades de produção agrícola nacional e atribuindo propriedade a determinados agricultores com o objetivo de facilitar o cumprimento dos fins individuais e familiares, dar estabilidade à sociedade e aumentar a produção*⁵⁸, uma linha de ação em tudo semelhante ao programa de construções das colónias agrícolas portuguesas.



Figura 15 – Fotografia de família residente na Colónia Agrícola de Martim-Rei, Sabugal

Mais do que uma tentativa de reorganização de excedentes demográficos, estamos perante uma estratégia económica nacional de fomento agrícola. Conforme refere BAPTISTA, as colónias agrícolas eram *“aldeias constituídas por casais agrícolas”*⁵⁹ o que, em termos arquitetónicos, determina a composição do conjunto, dos equipamentos, e das unidades habitacionais.

O conceito de *casal agrícola* abrange a noção de habitação, mas também toda a unidade de trabalho e produção composta pelo espaço reservado aos animais, cultivos, maquinaria, entre outros. De acordo com a Lei 2014 de 1946 *“o casal agrícola será formado por casa de habitação, com dependências adequadas à exploração rural, e por terrenos de área suficiente para uma família*

⁵⁸ GARCIA, Alejo - La transformación del medio rural a través de la puesta en regadío y de la colonización. *Revista de Estudios Agrosociales*, ISSN 0034-8155. N.º. 66 (1969) p.116. Traduzido pelo autor a partir do original: *“La colonización puede definirse diciendo que es una actividad administrativa, de naturaleza técnica y jurídica, que transforma las características agronómica y económicas de concretas extensiones de terreno y de la organización social establecida sobre ellas, creando unidades de producción agrícola racionales y atribuyéndolas en propiedad a determinados agricultores con objeto de facilitar em cumplimiento de los fines individuales y familiares de estos, dar estabilidad a la sociedad y aumentar la producción”*.

⁵⁹ BAPTISTA, Fernando. 1993. Op. Cit. p. 346

*média de cultivadores*⁶⁰ num contexto de “*habitat disperso, subordinando a posição desta (casa rural) ao local de trabalho de uma exploração de tipo médio (casal agrícola)*”⁶¹. Tratava-se, portanto, de uma unidade ou “equipamento” que garantia a subsistência económica através das terras que permitiam a policultura e, por conseguinte, o equilíbrio financeiro e laboral de um agregado⁶². A ideia fleumática e calculista da ditadura Salazarista em relação à figura social do colono fica patente no excerto: «*os núcleos de colonização metropolitana podem e devem transformar-se em bom e abundante viveiro de colonos, que no Império Colonial irão fixar a raça e valorizar o território*»⁶³, podendo supor-se que por detrás da ação social, escondia-se uma estratégia à escala imperial.

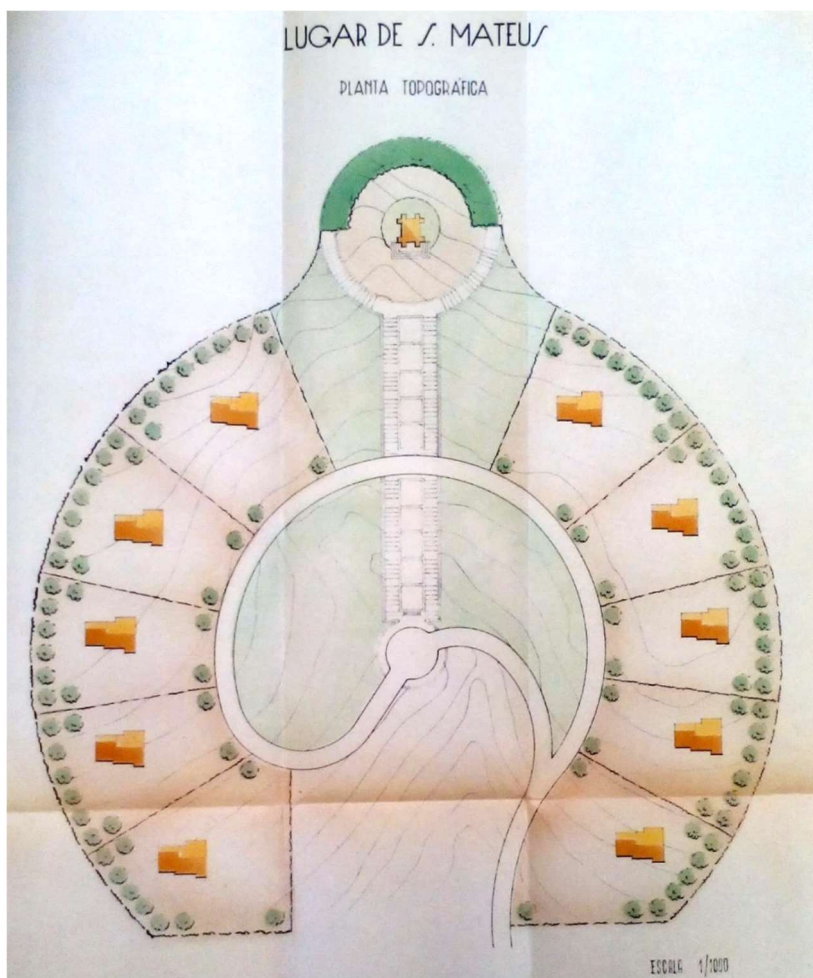


Figura 16 - Estudo de Implantação do Lugar de São Mateus - Montalegre, Colónia Agrícola do Barroso.

⁶⁰ Base III do Lei nº 2014 de 27 de maio de 1926 do Ministério da Agricultura. [Em Linha]. Diário do Governo: I Série, nº115 [Consultado a 10 de abril de 2020] Disponível em < <https://dre.pt/application/file/158320> >

⁶¹ LOBO, Vasco; ANTUNES, Alfredo da Mata. 1960. Op. Cit. p.112

⁶² AAVV – *Colonização Interna*. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, 1940? p. 80

⁶³ Cit. por BAPTISTA, Fernando. 1993. Op. Cit. Pag.19 | CITANDO: ABEL PEREIRA DE ANDRADE (relator), Parecer referente a dois projetos de colonização interna, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, nº 192 (10º suplemento), 29 de outubro de 1938

No que concerne à arquitetura, procurou-se com esta iniciativa desenhar e modernizar o meio rural, conferir ordem aos novos conjuntos rurais, numa clara intenção de fomentar estratégias comunitárias imprescindíveis à sustentabilidade e identidade destas aldeias. Na análise da arquitetónica das colónias agrícolas da JCI, entendemos que devemos adotar a metodologia preconizada por FERNANDES em matéria de arquitetura popular, que prevê três grandes vetores de interpretação: o território; o habitat; e a arquitetura complementar⁶⁴. Assim, numa primeira abordagem consideramos o desenvolvimento da colónia enquanto aldeia, na sua macro escala ou escala urbana e de conjunto; o projeto dos *casais agrícolas*, enquanto unidades de habitação e de trabalho; e a construção de equipamentos, edifícios culturais, infraestruturas e restantes elementos de apoio à atividade, como por exemplo, capelas, fontanários, escolas, entre outros edifícios erguidos para servir a nova comunidade.

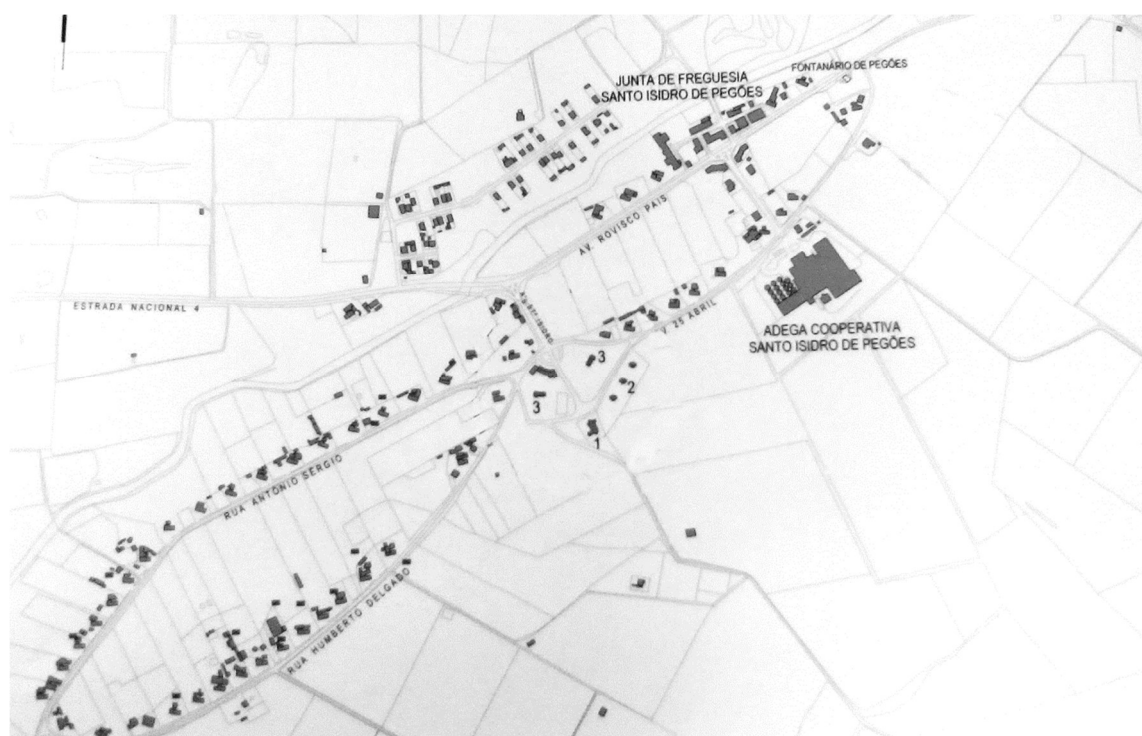


Figura 17 – Urbanística de desenvolvimento da Colónia Agrícola de Pegões.

De salientar que a escolha do terreno para implantação de uma colónia não teria única e exclusivamente em conta a disponibilidade de área baldia. Outros aspetos seriam igualmente determinantes, tais como a viabilidade e potencial agrário, regime de ventos, exposição solar,

⁶⁴ FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura Portuguesa – Uma Síntese*. Lisboa?: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2006. p. 99

geologia e a presença de água. Aliás, *“a problemática do regadio é questão primordial da JCI. Ela vai-se ocupar, fundamentalmente, da instalação de colonos nas zonas convertidas ao regadio. Só depois se ocupará dos casais agrícolas em terrenos baldios”*⁶⁵. A proximidade com outras povoações e matérias-primas para as construções⁶⁶, como as pedreiras perto dos núcleos do Barroso, foram igualmente determinantes na escolha dos locais de implementação destas aldeias.

Foram definidos dois modelos de implantação nas propostas da JCI: a construção de núcleos dispersos no concelho, como aconteceu no Barroso, ou a concentração num único espaço como se verificou, por exemplo, na colónia construída em Vascões, Paredes de Coura.

Evidentemente que a estratégia de implantação prendeu-se sobretudo com a área de terreno disponível, a geografia, o relevo e as tradições locais. Segundo PEREIRA *et al* *“os ensaios de colónias agrícolas noutros pontos do país, tais como no Barroso em Trás-os-Montes e na Boalhosa no Minho, foram igualmente um campo de experimentação dentro da realidade específica dos lugares onde se implantavam, absorvendo e vertendo criticamente, à semelhança de Pegões, as características vernáculas específicas dessas zonas em particular”*⁶⁷. Uma das características que impactou no desenho foi a referida fragmentação da propriedade fundiária do Norte do país por oposição aos latifúndios predominantes no Sul, que facilitavam a concentração da colónia num local. Este facto foi determinante no sucesso ou insucesso de algumas das colónias construídas, uma vez que algumas se viram isoladas, enquanto outras conseguiram garantir a sua sustentabilidade e crescimento enquanto aldeia.

Na construção destes conjuntos, um dos aspetos cruciais foram as unidades de habitação ou *casais agrícolas*. Estes módulos habitacionais e de trabalho ganham protagonismo pela quantidade, repetição e, acima de tudo, porque constroem a identidade do conjunto.

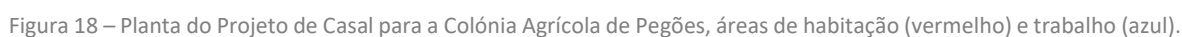
Assim, no que concerne à construção dos *casais agrícolas*, importa assinalar que entre 1930-1940, o meio rural registava problemas arquitetónicos. A publicação *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural*, da autoria dos arquitetos da JCI, elencou cinco problemas genéricos que afetavam a habitação rural, nomeadamente o empobrecimento da casa rural; a perda de identidade de conjunto e de elementos arquitetónicos regionais; deficitários níveis de conforto e higienização na habitação; falta de espaço, e a baixa qualidade construtiva. Além destes fatores, devemos ainda ter em conta os altos custos de construção e a dificuldade na obtenção de terrenos para novas construções⁶⁸.

⁶⁵ ESTEVÃO, João. 1983. Op. Cit. p. 1162

⁶⁶ RAPAÇOTE, João. 2012. Op. Cit. p. 215

⁶⁷ PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Hélder; LOPES, Isabel; BUARQUE, Irene. 2009. Op. Cit. p. 97

⁶⁸ LOBO, Vasco; ANTUNES, Alfredo da Mata. 1960. Op. Cit. p.7-31



⁷¹ ROSMANINHO, Nuno - *O poder da arte: o Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. p. 244

As unidades habitacionais das colónias tinham como característica comum a capacidade de agregar no mesmo edifício diferentes funções, uma área de habitação e outra de apoio ao trabalho agrícola e onde se recolhiam os animais. Evidentemente que estas construções refletiam influências das habitações tradicionais e o tipo de produção agrícola das regiões em causa, sendo que de uma forma geral a área de habitação era inferior à área destinada ao trabalho agrícola (fig. 18 e 19). Tratavam-se de casas pequenas, funcionais, assentes num arquétipo que procurava harmonia com a natureza e contexto envolvente, visando garantir o sustento das pessoas que as iam habitar. Importa recordar que os colonos eram, por norma, indivíduos de poucos recursos, homens “*que regressavam de África malsucedidos, ferroviários, antigos militares e agentes da autoridade. Gente pobre, sempre*”⁷², e que viam no *casal agrícola* a esperança de uma vida melhor.

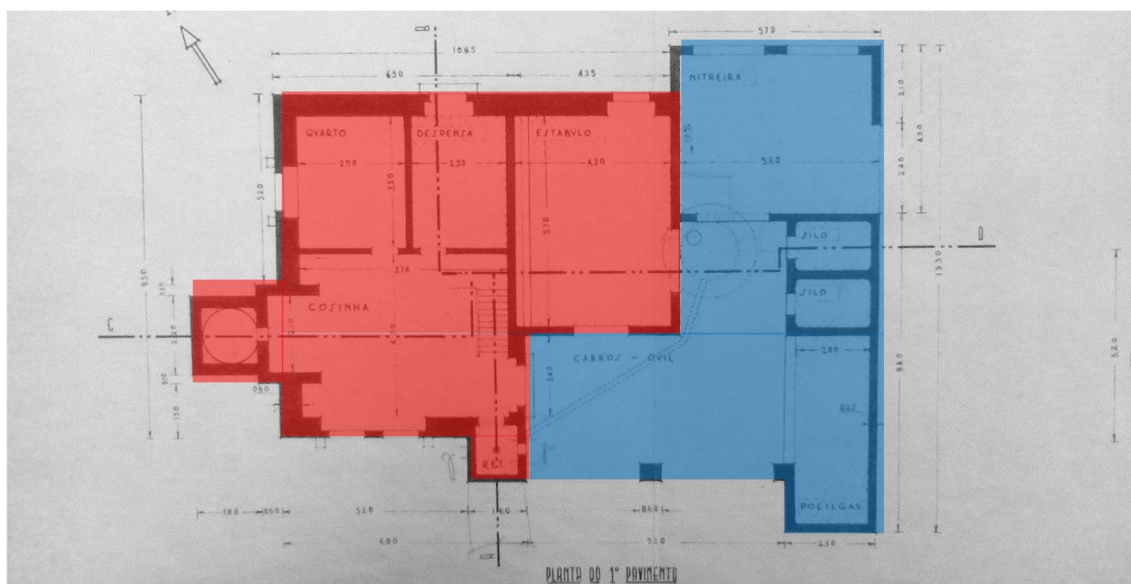


Figura 19 – Planta piso rés-do-chão do Projeto de Casal para a Colónia Agrícola de Barroso, áreas de habitação (vermelho) e trabalho (azul).

As influências locais e regionais manifestavam-se na arquitetura destas habitações no desenho das coberturas, no recurso a materiais locais ou na própria organização do espaço interior que estavam em consonância com as condições climáticas. Estavam também patentes nos equipamentos e unidades complementares que faziam parte de cada um dos projetos das colónias agrícolas, procurando responder à especificidade dos cultivos e produção agropecuária da região. A questão do regionalismo acaba por ser um aspeto relevante para o Estado Novo, presente não só na construção das colónias agrícolas, mas também em muitas outras obras públicas construídas durante esta década, como os projetos das *Escolas Primárias Regionalizadas* (Fig. 20).

⁷² RODRIGUES, Ricardo. 2015. Op. Cit. p. 39

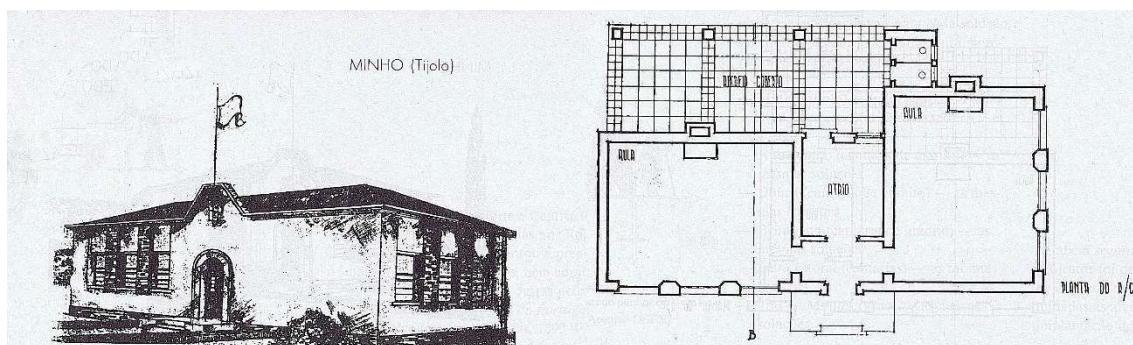


Figura 20 – Escola Tipo Minho-Tijolo da autoria do Arquiteto Rogério de Azevedo, 1935.

A questão da regionalização na construção das colónias agrícolas, não se circunscreve à utilização de materiais e técnicas construtivas locais, como por exemplo as coberturas em colmo previstas para a colónia do Barroso, ou o recurso a fusos cerâmicos na colónia de Pegões. Ela é essencial nos estilos de vida do meio rural onde se insere, na análise da dicotomia habitação e trabalho, pelo que cabe à arquitetura absorver os valores arquitetónicos locais e estabelecer uma estreita relação com o meio.

Retomando a questão dos equipamentos complementares à colónia, foram construídos edifícios com propósitos culturais, administrativos e religiosos, como escolas, postos de correios e igrejas, mas também equipamentos de apoio à atividade agrícola, que variaram de acordo com a região, costumes e produções agrárias, sendo todavia recorrentes os armazéns com capacidade para albergar equipamentos ou cereais (fig.21), fontanários ou fornos comunitários. Muitos destes equipamentos tinham múltiplas funções, como o apoio à atividade agrícola e local de socialização e confraternização.



Figura 21 – Armazém da Colónia Agrícola do Barroso, Aldeia Nova do Barroso.

Resumidamente, o objetivo seria a construção de assentamentos que garantissem o sustento dos indivíduos que as habitavam. Com fim da JCI, as colónias passam a ser equiparadas a aldeias, perdendo parte da subordinação estatal. Evidentemente que algumas destas colónias asseguraram o normal funcionamento como aldeia tradicional, sendo capazes de garantir a subsistência e permanência dos seus habitantes, outras encontram-se ameaçadas. Cabe-nos a nós, enquanto arquitetos, compreender e dar a conhecer aquelas que notoriamente são merecedores da sua preservação dada a sua qualidade, relevância arquitetónica e ainda pelo facto de retratarem parte da nossa história.



Figura 22 – Colónia Agrícola da Boalhosa, Paredes de Coura.

INFLUÊNCIAS INTERNAS

A conceção de um objeto arquitetónico é inevitavelmente influenciada pelo enquadramento temporal e espacial. Sendo, pois, a arquitetura uma arte criativa e, como tal, sujeita às influências externas do seu autor, todo o ambiente cultural da década, bem como as escolas e correntes arquitetónicas dominantes condicionaram o ato de projetar, como foi evidente nas construções da JCI. Neste sentido, importa referir que a primeira colónia agrícola foi construída em 1926, ou seja, antes mesmo da constituição JCI e coincidindo com a instauração da ditadura

militar, na sequência do golpe de 28 de maio desse mesmo ano. Depois desta, determinou-se a construção de mais seis colónias agrícolas, muitas das quais não chegaram a ser concluídas ou ocupadas até 1974. Ainda que o regime do Estado Novo se inicie oficialmente com a aprovação da Constituição de 1933, as influências do governo ditatorial no campo da arquitetura, como noutros, são evidentes desde a instauração da ditadura militar. Por essa razão, é possível afirmar que a construção das colónias agrícolas acompanhou quase todo o período da ditadura portuguesa.

O início dos anos 20, coincide com uma tentativa de renovação da linguagem arquitetónica portuguesa, com a introdução dos valores modernistas e uma maior liberdade criativa. As experiências e utopias internacionais que se anunciavam na Europa, originam, em Portugal, uma arquitetura eclética, caracterizando-se, de acordo com FRANÇA, por “(...) obras de passagem, de gostos tradicionalistas e modernos”⁷³.



Figura 23 - Capa de publicação da JCI.

O panorama artístico e cultural foi, como seria de esperar, condicionado pelo regime totalitarista, que se serviu da arquitetura para materializar os seus ideais, solicitando aos arquitetos “que abandonem vanguardismos e colaborem na «restauração cultural» que o Estado Novo quer empreender num país onde (...) as «virtudes da raça» tinham de ser recordadas”⁷⁴. Este período da

⁷³ FRANÇA, José-Augusto. *História da Arte em Portugal – O Modernismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2004. p.40

⁷⁴ PORTAS, Nuno. *A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação*. in Bruno Zevi, *História da Arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa: Arcádia, 1970. p.711

arquitetura portuguesa, vulgarmente denominado de *Arquitetura do Estado Novo*, teve expressão nas construções públicas, de que são exemplo as antigas colónias da JCI. De acordo com PEREIRA, “(...) os anos 20 e 30 conheceram um impulso importante graças à política de obras públicas desenvolvida pelo regime da ditadura (...) justamente no momento que se adotavam em Portugal os figurinos do movimento moderno”⁷⁵.

Obviamente que as encomendas públicas deviam estar ao serviço dos ideais do regime, definindo uma arquitetura de cariz tradicionalista de afirmação da identidade nacional. A obra de Raúl Lino, por exemplo é indissociável deste período. Apesar de ser antimodernista e estar ligado ao gosto do regime, “as suas primeiras obras apresentam de forma paradigmática, características disciplinares inovadoras, que trouxeram para a casa uma espacialidade modernizante na época”⁷⁶. Simultaneamente, Rogério de Azevedo, no Porto, com uma vasta obra pública, conseguiu associar os valores modernistas da escola francesa aos princípios regionalistas *fácies* do regime. Os seus projetos-tipo para as escolas regionalizadas são exemplo disso.



Figura 24 – Bairro de Alvalade, Lisboa.

⁷⁵ PEREIRA, Nuno Teotónio. *A Arquitectura de Regime, 1938-1948*. in AAVV, *Arquitectura do Século XX – Portugal*. Lisboa/Frankfurt: Prestel, 1997. p.33

⁷⁶ RAMOS, RUI - “«Produções correntes» em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto do início do século XX”, NW noroeste: Revista de História. Braga. ISSN 0870-9874. nº 1 (2005) Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, p.56

Focando a nossa análise na encomenda pública de cariz habitacional, importa referir que o rápido crescimento urbano e a necessidade de habitação para a classe operária nos principais centros, como Porto e Lisboa, originada pelo excedente populacional e êxodo rural que se assistiu na época, impulsionou o regime a desenvolver programas habitacionais que rapidamente dessem resposta a esta necessidade, garantindo a salubridade pública e evitando a construção ilegal descaracterizadora da paisagem urbana e periurbana. Este problema era já evidente durante a Primeira República. Contudo, foi com o Estado Novo que *“pela primeira vez na história em Portugal, o governo torna-se o principal responsável pela construção destas habitações criando, para o seu efeito, legislação específica, entidades como a Caixa de Providência e programas habitacionais: Programa das Casas Económicas, Programa das Casas Desmontáveis e, mais tarde, Programa das Casas de Renda Económica”*⁷⁷. Nesta matéria, é fundamental considerar o contributo do Eng.º Duarte Pacheco, que ocupou o cargo de Ministro das Obras Públicas e Comunicações, em 1932, Reconhecido estadista e autor de inúmeros projetos do regime, Duarte Pacheco foi responsável pela construção de importantes obras públicas, vias de comunicação e habitação social, de que são exemplos os bairros de Alvalade, Encarnação e Ajuda⁷⁸.

Num cenário de crescimento acelerado dos principais centros urbanos, o Estado Novo canaliza esforços para os meios rurais, como forma estratégica de fixar a população e resolver o problema dos excedentes urbanos. Para tal, além da construção das colónias objeto do presente estudo, promove a construção de equipamentos públicos, como escolas, *casas do povo*, estações dos correios, etc. Desta forma propagandeava ideologicamente o regime, evidente também no lançamento de concursos, como *a aldeia mais portuguesa de Portugal*⁷⁹. Simultaneamente, levava a cabo a exposição do *Mundo Português*⁸⁰ que decorreu em 1940, cujo propósito foi comemorar o duplo centenário da Restauração da independência e da Fundação de Portugal, e promover o regime, através da monumentalidade e encenação triunfal do país.

Além da construção de obras públicas, o regime apostou, como dissemos, na arquitetura civil, nomeadamente através da construção de casas urbanas burguesas, que pese embora o seu carácter privado, obedecem aos cânones e conjuntura cultural e artística vivida em Portugal, enquadrando-se num estilo que alguns autores denominam como a *“arquitetura do neo-tradicional*

⁷⁷ ABREU, Paula - *Casas Económicas do Estado Novo - Os Bairros Sociais na Covilhã*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010 (Dissertação de Mestrado), pp.19-20

⁷⁸ Almeida, Maria Antónia de Figueiredo Pires de - *Duarte Pacheco: uma Biografia*. Al-ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 5. ISSN: 0872-2323. nº5 (1996). Arquivo Municipal de Loulé

⁷⁹ Concurso desenvolvido pelo regime em 1938 com o intuito de premiar a aldeia que melhor caracteriza-se a identidade nacional, tendo sido galardoada a aldeia de Monsanto. fonte: DAMASCENO, Joana - *Museus para o povo português*. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 43

⁸⁰ Exposição realizada em Lisboa em 1940

«Português Suave»⁸¹. Na prática, desenvolveu-se uma arquitetura nacionalista que, embora adaptada aos avanços tecnológicos da altura, privilegiou um estilo que invoca um certo revivalismo e identidade nacional. Na ótica de ROSA, desenvolve-se então “um estilo de configuração com desígnio regional e rural, que pretendia corresponder a um retrato do País, enquanto eterna aldeia e de que são exemplo os equipamentos públicos regionais.”⁸²



Figura 25 - Geminação e Multiplicação do projeto-tipo na construção de uma Escola dos Centenários.

Esta busca por uma identidade nacional nos edifícios públicos é, à semelhança da célebre procura da *Casa Portuguesa* de Raúl Lino, uma premissa basilar na arquitetura do regime. Por outras palavras, é manifesta a necessidade de retratar nas construções levadas a cabo pelo regime, elementos caracterizadores das diferentes regiões de Portugal, através da adequabilidade funcional da arquitetura ou da materialidade da construção. No caso das colónias da JCI, bem como nas restantes obras públicas *correntes*, estas ficaram marcadas, em nossa opinião, por uma arquitetura assente no desenho de repetição de um *modelo* ou de um determinado projeto-tipo que, de igual modo, procurava atender à materialidade e a elementos de suposto valor regionalista.

⁸¹ FERNANDES, José Manuel. 2005. Op. Cit. p. 105

⁸² ROSA, Edite – *Odiam: Valores Modernos e a Confrontação com a Realidade Produtiva*. Barcelona: Escuela Técnica Superior de Arquitectura De Barcelona, 2005. Tese de Doutoramento, p.39

Esta característica não se verifica com a mesma clareza e intensidade nas obras públicas de exceção ou singulares que, no nosso entender, se destacam, sobretudo, pela monumentalidade e afirmação da identidade nacional nos seus elementos icónicos e simbólicos. Um exemplo paradigmático da lógica primeiramente enunciada são as *escolas dos centenários*, onde se verifica que a partir de um *tipo* (fig.25), se desenvolve um edifício que se torna padrão e parte de uma identidade arquitetónica que se repete no âmbito nacional, absorvendo as influências de elementos e arquétipos regionais dos locais onde se insere, evidente na escolha de materiais de construção. Esta estratégia, assente no princípio da repetição, é usada nos *casais agrícolas* das colónias.

O conceito de *tipo* em arquitetura será abordado no capítulo III. Para já, importa lembrar que há diferentes teorias associadas ao conceito que poderá ser facilmente confundido com *arquétipo* ou *modelo*. No âmbito da produção arquitetónica do regime, devemos falar sobretudo de um conceito de *tipo* assente na busca de um projeto ideal suscetível de ser repetido e transformado dentro de uma estrutura formal, ou seja, *“o tipo ideal como meta, transforma-se no tipo mais eficaz (o “objet-type” de Le Corbusier), convertendo-se, assim, em um protótipo ou modelo que é necessário reproduzir sempre igual”*⁸³. No caso do módulo associado ao *Projecto-tipo do Barroso*, entendemos que é possível identificar um conceito de *modelo*, na medida em que se trata de um objeto arquitetónico replicado, sem perspetivar a sua reconfiguração, contrariamente aos projetos-tipo das escolas primárias, que dentro da mesma morfologia assumem diferentes composições. Assim, *“o tipo como estrutura formal que dirige a configuração de novas soluções que vão acrescentando e enriquecendo a série tipológica, é substituído pelo modelo que reclama a sua repetição idêntica”*⁸⁴.

Todavia, a partir do Congresso Nacional de Arquitetura de 1948⁸⁵, a arquitetura de *resistência* desenvolve-se. É também nesta década que os arquitetos modernos do Porto e de Lisboa iniciam os inquéritos ao edificado em Portugal, procurando reconhecer os verdadeiros valores arquitetónicos de cada região. Deste esforço, resultam o *Inquérito à Habitação Rural*⁸⁶, dos Engenheiros Henrique de Barros e Eduardo Alberto de Lima Basto, que, embora não correspondeste cabalmente aos interesses do governo, por expor a pobreza da habitação rural, foi publicado. A

⁸³ CALDUCH, Juan - *Temas de composición arquitectónica. 6. Tipo, arquetipo, prototipos, modelo*. Alicante: Editorial Club Universitario, 2000. p.22. Traduzido pelo autor a partir do original: *“el tipo ideal como meta, se transforma en el tipo más eficaz (el “object-type” de Le Corbusier), convirtiéndose así en un proto-tipo o modelo que es necesario reproducir siempre igual”*

⁸⁴ CALDUCH, Juan. Op. Cit. 2000. p.22. Traduzido pelo autor a partir do original: *“el tipo como estructura formal que dirige la configuración de nuevas soluciones que se van incorporando y enriqueciendo la serie tipológica, es sustituido por el modelo que reclama su repetición idéntica”*

⁸⁵ Relativo ao I Congresso Nacional Arquitectura, organizado em Maio-Junho de 1948 pelo SNA

⁸⁶ BASTO, Eduardo Alberto de Lima; BARROS, Henrique - *Inquérito à Habitação Rural. I, II e II Vol.* Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943

investigação de Ernesto Veiga de Oliveira, no âmbito da arquitetura tradicional portuguesa, publicada em livro⁸⁷, comprova a diversidade arquitetónica regional manifesta na chamada arquitetura de produção, mas também nos conjuntos e formas populares. É, no entanto, em 1956 com o *Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa* promovida pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, mais tarde publicado⁸⁸, que se prova a existência de várias arquiteturas tradicionais em Portugal, de acordo com a região, nomeadamente em termos de características funcionais. Estes trabalhos colocam em causa a ideia de Raúl Lino sobre a suposta arquitetura tradicional portuguesa. Este inquérito transformar-se-á numa “referência indispensável nas mais diversas ações de projeto”⁸⁹.

O congresso de 1948 e o inquérito de 1956 poderá ter condicionado o desenho arquitetónico das construções da JCI, sendo evidente um despojamento e simplicidade da linguagem projetual, uma grande experimentação e preocupação com a funcionalidade e usos, bem como com a salubridade do espaço de habitação dos edifícios. “A comparação com as condições constatadas no país pelo Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, realizado no final dos anos de 1950 pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, confirma os claros progressos introduzidos pelas soluções tipológicas concebidas pelos arquitetos da Junta de Colonização Interna”⁹⁰. Um exemplo claro destas preocupações fica patente na comparação entre as unidades habitacionais dos *casais agrícolas* da colónia agrícola de Martim Rei, uma das primeiras colónias a ser construída na íntegra pela JCI (fig.26), e os módulos dos *casais agrícolas* da colónia agrícola de Pegões (fig.27), construídos na segunda metade do século XX. Enquanto na primeira colónia fica patente uma maior simplicidade formal e negligência relativamente a elementos decorativos, resumindo-se à construção de um módulo funcional para o espaço de habitar e de trabalho agrícola, na colónia de Pegões é evidente um maior experimentalismo formal, fruto das influências regionalistas de cariz moçárabe ou até *estrangeirismos* do moderno brasileiro⁹¹.

⁸⁷ OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando – *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2003

⁸⁸ A.A.P. – *Arquitetura Popular Portuguesa*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988

⁸⁹ FERNANDEZ, Sérgio – *Arquitetura Portuguesa: 1961-1974*. in AAVV, *Arquitetura do Século XX – Portugal*. Lisboa/Frankfurt: Prestel. 1997, p.56

⁹⁰ LIMA, Paulo – *A Colónia Agrícola de Santo Isidro de Pegões*. Montijo: Câmara Municipal do Montijo, 2016. p.37

⁹¹ PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Hélder; LOPES, Isabel; BUARQUE, Irene – *Santo Isidro de Pegões: Contrastes de um território a preservar*. Lisboa: Edições Colibri, 2009. Pag.22-89; LIMA, Paulo. 2016. pp.20-39



Figura 26 – Exemplo de *casal agrícola* da Colónia Agrícola de Martim Rei.

É claro que sendo estes edifícios da responsabilidade do Estado, inevitavelmente evidenciam a ideologia do regime. As diferenças arquitetónicas entre as primeiras construções e as últimas são manifestas e revelam uma evolução das conceções arquitetónicas da JCI que parecem ter sido moldadas pelo regime.



Figura 27 – Exemplo de *casal agrícola* da Colónia Agrícola de Pegões.

INFLUÊNCIAS EXTERNAS

O regime do Estado Novo não se limitou à jurisdição sobre as áreas baldias e de reserva. Influenciou certamente o desenho dos novos núcleos populacionais, o que não equivale a afirmar que o pensamento arquitetónico por detrás da criação das colónias agrícolas esteve integralmente subordinado aos ideais da ditadura. Houve outras influências. Conforme dissemos e veremos adiante de forma mais detalhada, a construção de colónias agrícolas não era novidade na Europa, sobretudo em regimes totalitários, como Itália e Espanha, que serviram de referência a estas empreitadas do Estado Novo.

Apesar do poder político em Portugal, durante os anos 20 e 40, recorrer com frequência a arquitetos alemães para projetarem obras públicas, as colónias agrícolas construídas no nosso território apresentam maior proximidade com a arquitetura fascista italiana do que com a alemã, o que se pode explicar pelas raízes culturais comuns⁹².

Além do mais, a repercussão do modernismo, mesmo que controlado ou *academizado* pelo regime, teve, como vimos, efeitos na produção arquitetónica da época, nomeadamente na construção destes conjuntos.

Alguns autores, como RAPAZOTE⁹³, apontam a teoria das Cidades-Jardim de Ebenezer Howard⁹⁴, publicada em 1898, como base de fundamentação da criação de algumas destas colónias agrícolas. Na sua perspetiva, o *“modelo de cidade-jardim defendia os seguintes princípios: moradia individual; articulação da cidade com a natureza; comunidades de tamanho médio (...); trabalho, cultura, lazer (...); garantia de higiene e saneamento básico”*⁹⁵. Todos estes princípios foram assumidos como premissas na conceção destes núcleos.

No nosso entender, este conceito é mais evidente nas colónias agrícolas da Gafanha da Nazaré e do Barroso. Esta última é apelidada por RAPAZOTE de *Aldeias-Jardim de Montalegre*⁹⁶ numa alusão clara ao modelo da *cidade-jardim* (fig. 34) de Howard. Não será apenas nas características físicas e no traçado destas aldeias que se revelam os princípios da *cidade-jardim*. Envoltas por uma mancha verde com áreas de produção agrícola e descentralizadas em relação ao meio urbano, interessa também destacar na conceção destes projetos o ordenamento do território e a tentativa de recondução/fixação do homem ao campo. Podemos encontrar nestes núcleos *“um*

⁹² FERNANDES, José Manuel - *Arquitectura Modernista em Portugal [1890-1940]*. Lisboa: Gradiva, 1993. p.93

⁹³ RAPAZOTE, João. 2012. Op. Cit.

⁹⁴ A teoria das Cidades-Jardim trata-se de um método de planeamento urbano de dependência rural, cujo objetivo passava pela criação de cidades auto-organizadas, de traçado orgânico, envolvidas em torno de uma zona verde, publicada em 1898 no livro *“Garden Cities of To-morrow”* de Ebenezer Howard

⁹⁵ FREITAG, Barbara - *Teorias da Cidade*. São Paulo: Papirus Editora, 2006. p.78

⁹⁶ RAPAZOTE, João. 2012. Op. Cit. pp. 207 - 236

conjunto de sinais de um pragmatismo funcional, que valoriza a relação da construção com a natureza em termos de qualificação da vida quotidiana, inspirados nos modelos como o da Cidade-jardim⁹⁷.

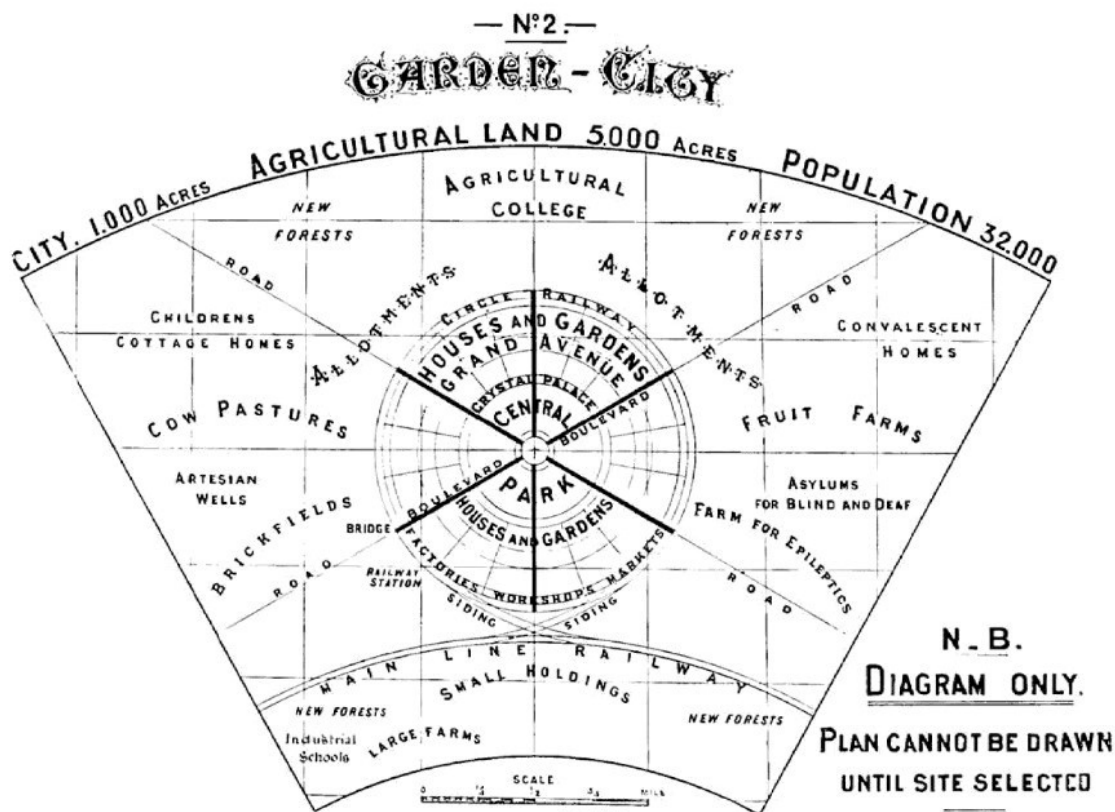


Figura 28 - Diagrama nº 2 da Teoria das Cidades-Jardim de Ebenezer Howard.

Se assumirmos a teoria das *Cidades-Jardim* como base de fundamentação conceptual do planeamento dos núcleos da JCI, poderá levantar-se a questão da capacidade evolutiva das colónias. Seriam estas aldeias da JCI, à semelhança do conceito das *Cidades-Jardim*, dimensionadas para um determinado número de habitantes? Ou tratar-se-á de um projeto evolutivo, à semelhança de outras aldeias do interior transmontano? No limite, podemos estar perante um projeto “terminado” no que concerne à escala urbanística de composição de aldeamento, mas evolutivo no que concerne ao módulo habitacional. Todas estas questões, que nos propomos abordar mais à frente, poderão justificar as ações de transformação destes espaços. Se a teoria das *Cidades-Jardim* foi, conforme referem alguns autores, fundamental na conceção de alguns destes aldeamentos

⁹⁷ RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A Casa: Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português*. Porto: FAUP Publicações, 2010. p. 77

rurais⁹⁸, no que diz respeito às construções propriamente ditas, as influências são ditadas pelas funções agrícolas predominantes na região. Assim, ainda que os projetos de colonização interna tenham sido produzidos a nível central pela JCI, não haverá dúvidas que existiu uma preocupação em atender aos costumes construtivos e funcionais da arquitetura de cada região.

REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS INTERNACIONAIS

Existem, como é sabido, diversas formas de colonialismo e experiências colonizadoras. Exemplo disso são os inúmeros colonatos ultramarinos construídos por países colonizadores nos territórios ocupados. De acordo com WENZLHUEMER, existem três tipos de povoamento daí resultantes, como sejam as *colónias de denominação*; as *colónias base*; e os *assentamentos de colónias*⁹⁹. As duas primeiras referem-se a colónias resultantes da ocupação de território alheio, muitas vezes justificadas por interesses logísticos, económicos ou político-estratégicos. É nos *assentamentos de colónias* que se verifica maior proximidade com os núcleos criados pela JCI e pelas entidades congêneres de outros países responsáveis por levar a cabo experiências de colonização interna.

A ocupação de assentamentos de colónias implica garantir a sua autossustentabilidade, sendo fundamental assegurar uma base económica através da indústria ou agricultura. A nossa análise assentará em exemplos arquitetónicos próximos no tempo e cuja base de sustento económico sejam semelhantes às criadas pela JCI, ou seja, tenham carácter agrícola. Não querendo com isto afirmar que as referências arquitetónicas do regime se tenham cingido às colónias agrícolas construídas noutros países. Importa reconhecer, no entanto, as semelhanças na metodologia usada, na ideologia que lhe deu origem e, sobretudo, na construção do conjunto habitacional, equiparado a um equipamento, cujo propósito era a construção de comunidades autónomas.

O início do século XX ficou marcado pela pós-revolução industrial e pela Primeira Guerra Mundial. Embora num contexto ainda marcado pela ruralidade, este período caracterizou-se pelo aparecimento de novas cidades. É nesta conjuntura que arquitetos e urbanistas se dedicam a projetar as utopias, influenciadas pelas novas formas de pensar a cidade, a natureza e inspirados por exemplo, pela teoria das cidades-jardim de Howard. De acordo com PESSOA, “a questão da cidade/natureza continua a ser o tema das utopias no século XX”¹⁰⁰.

⁹⁸ CORREIA, Mariana; CARLOS, Gilberto; ROCHA, Sandra – *Vernacular Heritage and Earthen Architecture: Contributions for Sustainable Development*, Londres: Taylor & Francis Group, 2014. p.211

⁹⁹ WENZLHUEMER, Roland. *Encyclopedia of the Developing World*. [ed. LEONARD, Thomas.] Volume 1 Londres; Nova Iorque: Routledge, 2007. Vol. 1. pp. 355-356

¹⁰⁰ PESSOA, Denise. *Utopia e cidades: proposições*. São Paulo: Annablume, 2006. p.99

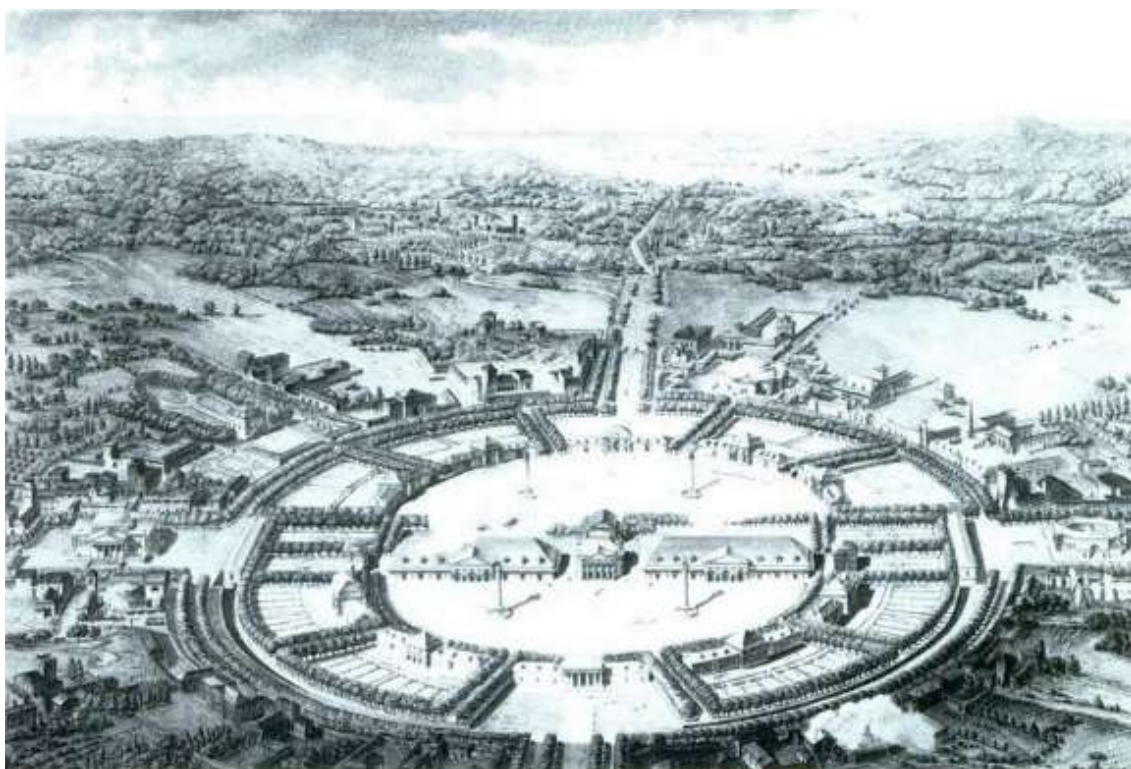


Figura 29 – Projecto da cidade de Chaux de Claude-Nicholas Ledoux

Uma das referências fundamentais neste âmbito são os *Moshavim* em Israel, construídos sobretudo a partir dos anos 20. Os *Moshavim* desenvolveram-se enquanto colonatos agrícolas, onde cada família dispunha de casa e terreno arável para o seu sustento. Baseava-se num estilo de vida comunitário e cooperativo, que evoluiu durante a Primeira Guerra Mundial, e cujos princípios organizativos são oriundos dos *Kibutzim*, que se iniciaram em Israel e Palestina na primeira década do século XX. Estes não obedecem a preceitos estilísticos, mas pode-se considerar que foram influenciados pela escola de arquitetura alemã. Do ponto de vista arquitetónico, os *Kibutzim* e os *Moshavim* são em tudo semelhantes, diferenciando-se sobretudo pela estratégia política, organização comunitária e distribuição da propriedade. Enquanto uma família residente num *Moshav* (singular de *Moshavim*) era proprietária da sua parcela de produção e habitação, constituindo o somatório de todos estes espaços o designado *Moshav*, num *Kibutz* (singular de *Kibutzim*) a propriedade era comunitária.¹⁰¹ O primeiro *Moshav* data de 1921, foi construído em Nahalal, Israel, e a autoria coube ao arquiteto alemão Richard Kaufmann¹⁰², discípulo de Theodor

¹⁰¹ GAVRON, Daniel. *The Kibbutz: Awakening from Utopia*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1992. p.1

¹⁰² BURMIL, Shmuel; ENIS, Ruth. *The Changing Landscape of a Utopia: The Landscape and Gardens of the Kibbutz Past and Present*. Worms : Wernersche, 2011. p. 16

Fischer¹⁰³. Tratou-se de uma obra de referência daquele arquiteto, que assentou numa geometria circular, correspondendo a uma imagem semelhante à utopia da cidade idílica de Chaux de Claude-Nicholas Ledoux¹⁰⁴ (fig.29). Do ponto de vista arquitetónico, a obra de Kaufman é icónica pelo carácter ordenado, pelo impacto na leitura do território e no seu desenho, e pela vasta planície em que se implanta, que permitiu a construção de uma nova “vila” com mais de 900 habitantes.



Figura 30 – *Moshav* Nahalal

A organização do conjunto em Nahalal (fig.30) era estabelecida de forma bastante coerente e rigorosa, assentando numa estreita relação entre o espaço de habitar e as zonas de produção agrícola. No centro encontravam-se todos os equipamentos e edifícios públicos ou comunitários, rodeados por moradias individuais. Estes, por sua vez, eram circundados por outro círculo composto por casas de lavoura, que comunicavam diretamente com os terrenos agrícolas de grandes dimensões (aproximadamente 10 ha).¹⁰⁵ A hierarquia de funções, escala e proporção foram replicadas noutros *Moshavim* e *Kibutzim* (fig.31), desenhados por Kaufmann ou outros arquitetos, que visavam dar resposta à constante chegada de Judeus.

¹⁰³ Arquitecto e professor de arquitectura, promotor do *Garden City Movement*

¹⁰⁴ Arquitecto e urbanista francês do Séc. XVIII, autor do projecto utópico da *Cité idéale de Chaux*

¹⁰⁵ CORTÉS, Olga Consuelo Espinosa. 2014. Tese de doutoramento. Op. Cit. p.76



Figura 31 – *Kibbutz* em construção, 1940

Paralelamente à construção de colonatos de cariz agrícola em Israel e na Palestina, surgiu em Itália, durante o início do século XX, a necessidade de desenvolver uma nova política agrária e habitacional, que estivesse em harmonia com os ideais fascistas de Benito Mussolini e respondesse aos problemas de falta de habitação, que se faziam sentir nas grandes cidades italianas em virtude de uma intensa onda de migração. Esta reforma culminou na construção de cerca de treze novas cidades em terrenos, por vezes, reclamados pelo Estado¹⁰⁶, denominadas de *Mussolini Towns* ou *Città di Fondazione*.

Tal como as colónias da JCI, estas cidades respondiam aos ideais e a objetivos políticos do regime, propagandeando as suas ações e benfeitorias. As obras do passado eram desvalorizadas, enquanto estas novas cidades remetiam para uma autocelebração do governo e procuravam desenvolver um sentido de comunidade, que se manifestava desde logo, nas formas e proporções urbanas projetadas, bem como no desenho moderno das mesmas, que pretendia afirmar-se como o retrato da cidade ideal italiana¹⁰⁷. Estes projetos revelavam também a vontade de criar cidades-rurais, privilegiando a agricultura e negando, em contrapartida, a cidade industrial idealizada utopicamente por Tony Garnier¹⁰⁸, no início do século XX.

¹⁰⁶ KARGON, Robert; MOLELLA, Arthur - *Invented Edens: Techno-Cities of the Twentieth Century*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology Press, 2008. pp.50-53

¹⁰⁷ KARGON, Robert; MOLELLA, Arthur. 2008. Op. Cit. pp.50-53

¹⁰⁸ Arquitecto e urbanista francês do Séc. XX, autor do projecto *A Cidade Industrial*

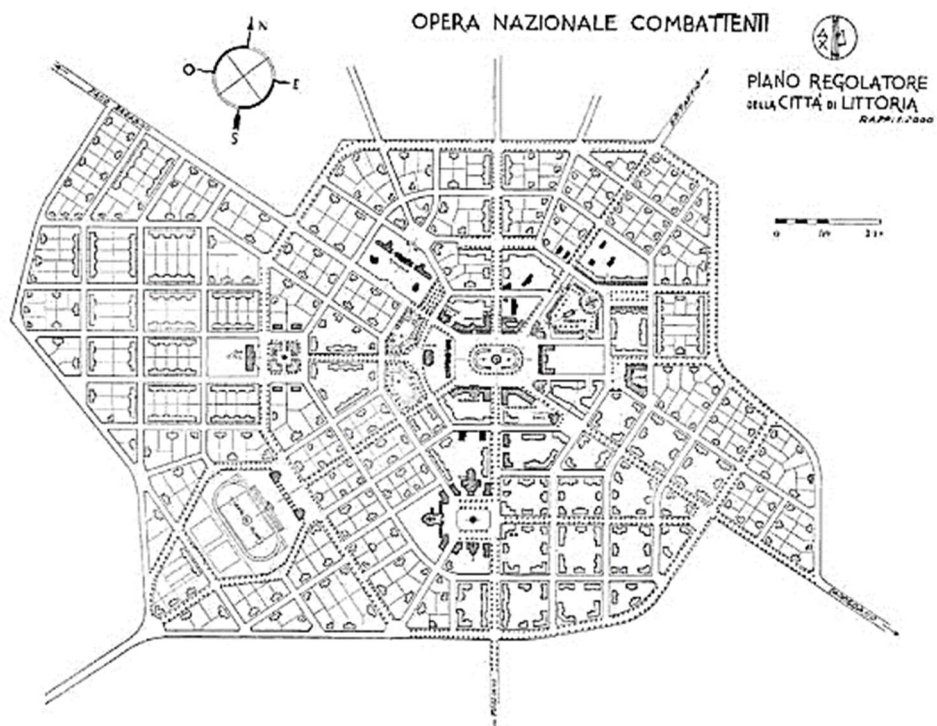


Figura 32 – Projecto da cidade de Littoria (atualmente Latina)

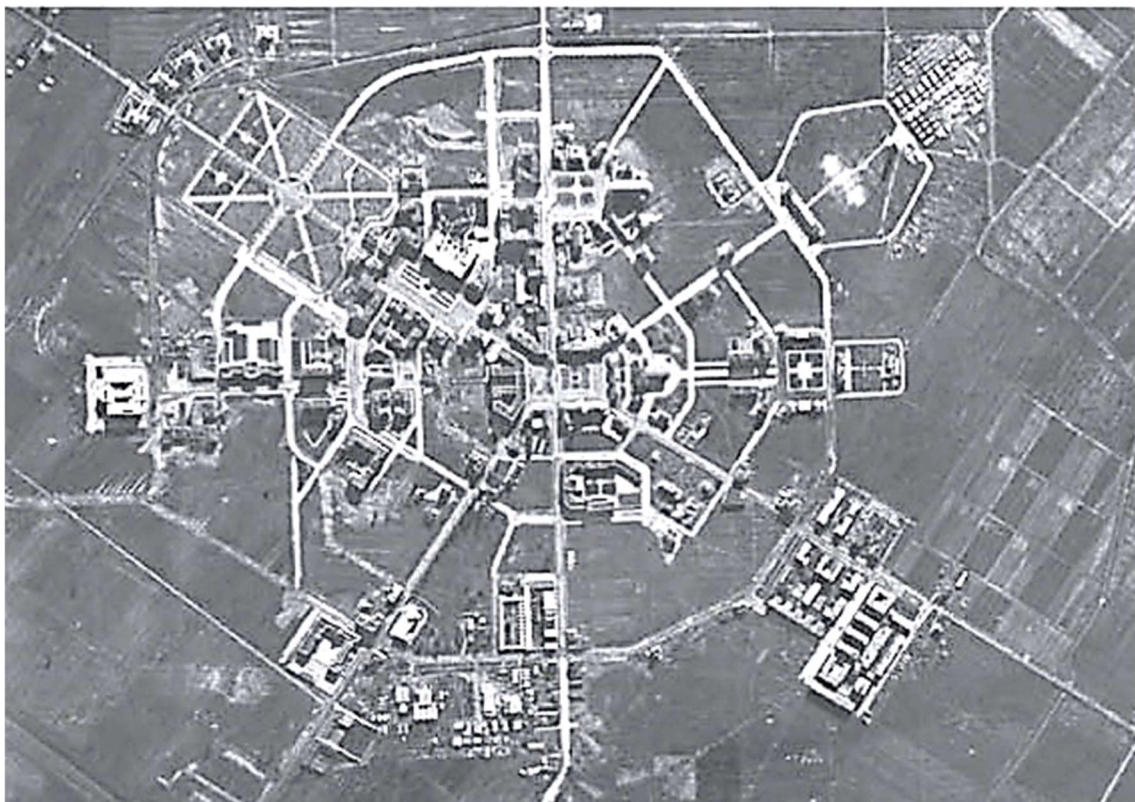


Figura 33 – Littoria aquando da sua construção (atualmente Latina)

Uma das mais importantes e estudadas obras do regime totalitarista italiano dos anos 30 foi o projeto de *Agro Pontino*, na região rural de Lázio. O projeto consistia na transformação de uma extensa área de latifúndios, com aproximadamente 55.000 ha em lotes para colonização, tendo sido necessária a subdivisão em cinco cidades, Littoria, Pomezia, Pontilla, Aprilia e Sabaudia¹⁰⁹.

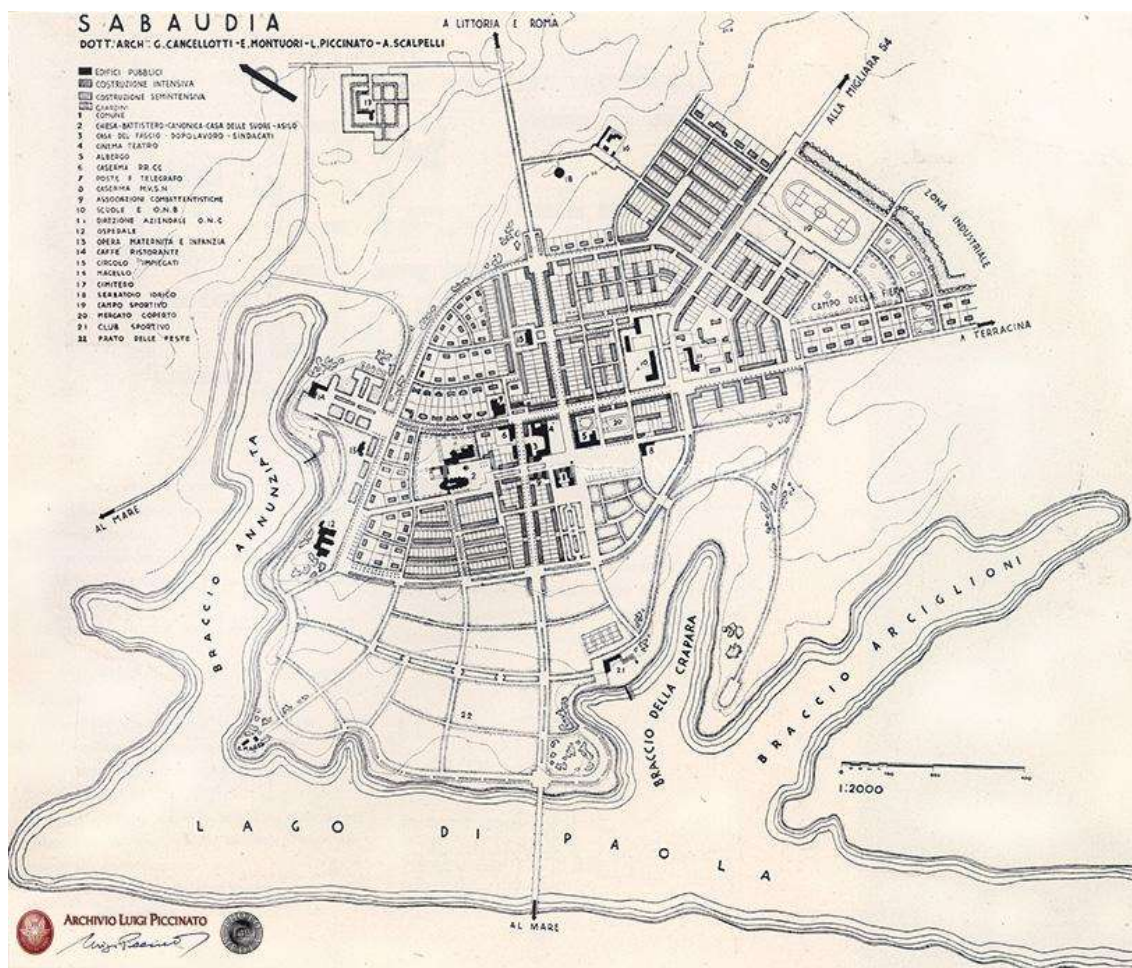


Figura 34 – Projeto da cidade de Sabaudia

Estas cidades tinham uma grande escala, tendo em conta o contexto rural, demonstrando simbolicamente o poder do regime. Por outro lado, o projetista definiu claramente as premissas que deviam reger o desenvolvimento urbano da cidade, impondo limites e estratégias de crescimento, bem como definindo hierarquias de setores e tipologias, através de uma visão de organização espacial fortemente influenciada pelo regime e que ia bastante além da definição de vias de comunicação, zonas de equipamentos ou edifícios habitacionais. Este facto é evidente na demarcação clara dos espaços livres e edifícios públicos, como a Câmara Municipal. Na verdade,

¹⁰⁹ CORTÉS, Olga Consuelo Espinosa. 2014. Tese de doutoramento. Op. Cit. p.73

“com base em poucas regras podem controlar as principais formas de urbanização: por um lado, a identificação dos elementos característicos da cidade ou edifícios públicos (a praça, a igreja, a câmara municipal) definidos com alto nível de detalhe; as outras instalações residenciais completam toda a forma de diagramas tipológicos simplificados inseridos dentro de áreas demarcadas”¹¹⁰.

Por outro lado, os diferentes arquitetos¹¹¹ que conceberam estas cidades, associados às diversas funções e entendimento de cada um dos municípios, determinaram as múltiplas formas de planeamento e estratégias de crescimento, que resultaram numa ausência de homogeneidade entre elas.

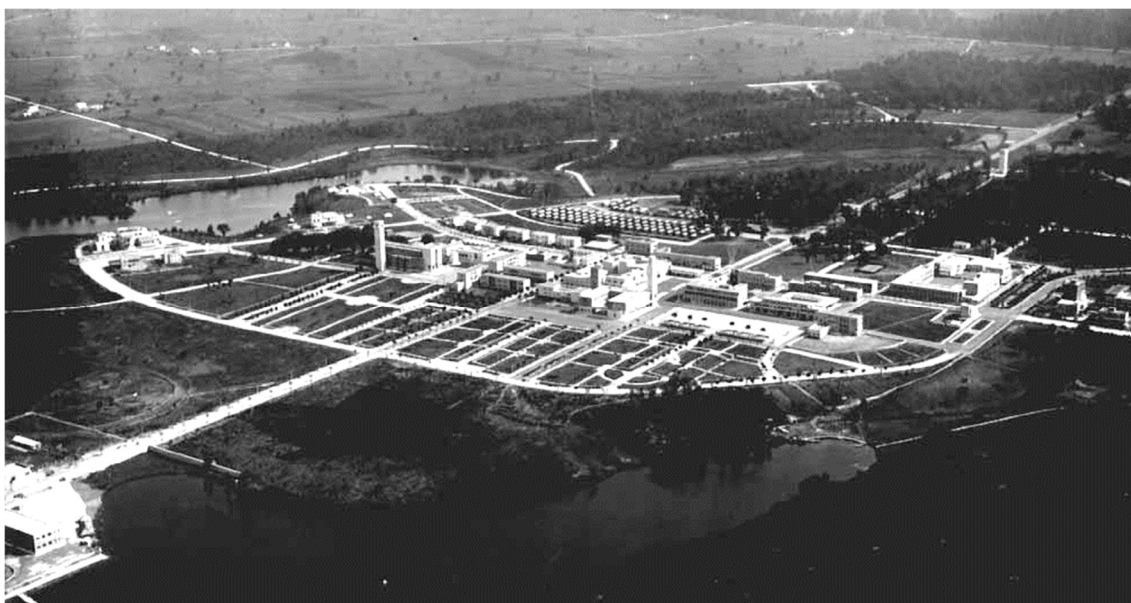


Figura 35 – Sabaudia aquando da sua construção

A criação destas cidades constituiu um importante contributo arquitetónico e ideológico para os projetos da JCI. Desde logo pelo facto de terem sido pioneiros na Europa, e terem uma natureza agrária, mas também pelo contexto e razões sociopolíticas que lhes subjazem. Embora realizadas numa escala diferente da usada pela JCI em Portugal, procuravam dar resposta aos mesmos problemas, nomeadamente da habitação e demografia.

¹¹⁰ AAVV. *Disegno & Città / Drawing & City: Cultura, Arte, Scienza, Informazione / Culture, Art, Science, Information*. Roma: Gangemi Editore, 2015. Pag.307 Traduzido pelo autor a partir do original: *based on a few rules can control the main urbanized forms: on the one hand, the identification of the characteristic elements of the city or public buildings (the square, the church, the town hall) defined with a high-level detail; on the other residential facilities to complete the whole form of typological simplified diagrams inserted within demarcated areas*

¹¹¹ Oriolo Frezzotti (Littoria); Gruppo Urbanisti Romani, liderado por Luigi Piccionato (Sabaudia); Alfredo Pappalardo (Pontinia); Concezio Petrucci, Mario Tufaroli, Emanuele Paolini e Riccardo Silenzi (Aprilia e Pomezia); fonte: GHIRARDO, Diane. *Italy: Modern Architectures in History*. Glasgow: Reaktion Books, 2013. p. 309

A estratégia de colonização interna em Espanha, promovida pelo *Instituto Nacional de Colonización* (INC), inspirou-se também nos ensaios de *Agro Pontino*. De acordo com NÚÑEZ-HERRADOR, “*toda a estrutura criada (...) através do «Instituto Nacional de Colonización» foi determinada pela tentativa de realizar a chamada “colonização integral” de vínculo claro com a italiana “Bonifica Integrale” que determinou as obras de Agro Pontino*”¹¹².



Figura 36 – *Pueblo de Vegaviana*, autoria do Arquitecto José Luis Fernández del Amo

Efetivamente, em Espanha, no final dos anos 30, no âmbito da reforma agrária, surgiu o INC, responsável pela construção de cerca de 300 novos povoamentos¹¹³. Viviam-se o período do pós-guerra civil, pelo que, embora a principal função deste organismo tenha sido transformar o território sem regadio em terras irrigáveis, dotando-o de infraestruturas¹¹⁴, este contribuiu para gerar sustento, fixar população e reestruturar das terras. Para esta reforma agrária, foi fundamental o contributo da arquitetura, também ela controlada e influenciada pelo governo de Francisco Franco. No caso português, os valores tradicionais são *fácies* do governo e procuram impor-se na construção de obras públicas, como as colónias agrícolas. Na Espanha, durante o *franquismo*, estes assentamentos, não são o melhor exemplo de exaltação tradicionalista. De acordo com ESCOLANO,

¹¹² NÚÑEZ-HERRADOR, María. *Arquitectura y urbanismo rural durante el período de la autarquía en Castilla-La Mancha*. Toledo: Univ de Castilla La Mancha, 1997. p. 219. Tese de Doutoramento. Traduzido pelo autor a partir do original: *toda la estructuración creada por el Nuevo Estado a través del Instituto Nacional de Colonización, venía determinada por el intento de realizar la denominada “colonización integral” de clara vinculación con la “Bonifica Integrale” italiana que determinó la obra del Agro Pontino*

¹¹³ BARTOLOME, Juan; ORUSCO, Eduardo - *El agua educada. Imágenes del Archivo fotográfico del Instituto Nacional de Colonización 1939-1973*. Centro de Publicaciones. Secretaría General Técnica. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. Madrid. 2015. *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, N°244, 2016. p. 130

¹¹⁴ MUNIESA, Bernat. *Dictadura y transición: La dictadura franquista, 1939-1975*. Barcelona: Edicions Universitat Barcelona, 2005. p.122

“do ponto de vista urbano e arquitetónico, os assentamentos de colonização são um testemunho sustentado da transição complexa para a modernidade, manifestada através das mudanças que operam nas disciplinas projectuais”¹¹⁵.

Um dos núcleos mais célebres e preservados é o *Pueblo de colonización Cañada de Agra* (fig.37), na região de Albacete. Trata-se de um povoamento com aproximadamente 15 ha, projetado, em 1962, pelo Arquitecto José Luis Fernández del Amo, autor de mais de uma dezena de novos assentamentos rurais criados pelo INC. No referido assentamento, foram construídas mais de uma centena de módulos de habitações unifamiliares com dois pisos, na sua maioria, com dependências agrícolas, isoladas em lotes de aproximadamente 525 m², que constituíam um plano marginal de alçado único e coerente da aldeia. Em 1969, tendo em conta o sucesso da iniciativa, o povoamento foi alargado, aumentando o número de habitações e dependências agrícolas¹¹⁶.



Figura 37 - *Pueblo de colonización Cañada de Agra*

¹¹⁵ ESCOLANO, Víctor – Pueblos de Colonización franquista: objetivo patrimonial. *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*. Nº 52, 2005.pp.40-41. Traduzido pelo autor a partir do original: *desde el punto de vista urbanístico y arquitectónico, los pueblos de colonización son un testimonio sostenido de la compleja transición a la modernidad manifestada a través de los cambios que se operan en las disciplinas proyectuales*

¹¹⁶ CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTES DE 21 DE ABRIL DE 2015 [Em Linha] *Diário Oficial de Castilla-la Mancha* AÑO XXXIV Núm. 76. [Consultado a 24 de Fevereiro de 2018] Disponível em <www.docm.jccm.es/portaldocm/descargarArchivo.do?ruta=2015/04/21/pdf/2015_4809.pdf&tipo=rutaDocm>;

Paralelamente à construção das habitações para os colonos, foram também construídos edifícios públicos e equipamentos, nomeadamente escola, centro cívico, igreja, lojas para comércio, entre outros. Todo o assentamento tem como elemento comum, os módulos habitacionais que compõem o conjunto, e que conferem unidade e coesão ao núcleo que ocupa uma paisagem outrora desabitada. Este efeito é conseguido pela materialidade, forma dos telhados e relação entre cheios e vazios, que impõe uma relação estreita de proporcionalidade entre a volumetria do edificado e a rua. Por esta razão, associada à preservação da imagem de conjunto, em 2015, o referido povoamento, bem como o *Pueblo de colonización Villalba de Calatrava*, foi considerado *Bien de Interés Cultural* pelo governo espanhol (ver anexo 1), permitindo um retrato fiel e de qualidade da experiência de colonização interna em Espanha que importa salvaguardar¹¹⁷.

Efetivamente, podem ter sido os *Moshavim* e *Kibutzim*, em Israel e Palestina, os núcleos pioneiros, no que concerne à estratégia de colonização interna moderna. No entanto, e como anteriormente afirmamos, os núcleos da JCI aproximam-se ideologicamente das iniciativas desenvolvidas pelo regime de Mussolini. Em boa verdade, quando se constituiu o INC em Espanha, em Portugal já se havia construído a colónia agrícola de Milagres, que mais tarde ficou sob tutela da JCI. Não obstante, não podemos deixar de referir que o tamanho e capacidade dos assentamentos portugueses e até a estruturação do módulo de habitar aproxima-se mais dos projetos erguidos em Espanha pelo INC, do que da arquitetura desenvolvida pela *Opera Nazionale Combattenti* (ONC), em Itália.

De salientar que as estratégias de colonização interna desenvolvidas em Itália, Espanha e Portugal, têm um denominador comum, são concebidas por regimes de carácter ditatorial. A colonização interna respondeu a um intento de reorganização populacional. Mais, de acordo com OLIVEIRA, “[e]sta colonização permite a sobre-exploração da força de trabalho fixada a uma pequena parcela – pelo cultivo da qual paga uma renda”¹¹⁸. Este aspeto, leva-nos a questionar sobre o papel e pertinência deste tipo de assentamentos em pleno século XXI?

¹¹⁷ CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTES DE 22 DE ABRIL DE 2015 [Em Linha] Diário Oficial de Castilla-la Mancha AÑO XXXIV Núm. 77. [Consultado a 24 de fevereiro de 2018] Disponível em <www.docm.jccm.es/portaldocm/descargarArchivo.do?ruta=2015/04/22/pdf/2015_4850.pdf&tipo=rutaDocm>;

¹¹⁸ BAPTISTA, Fernando Oliveira. 1978. Op. Cit. p.16

CAPÍTULO II
MONTALEGRE E
O PROJECTO DE CASAL – TIPO DO BARROSO

Concelho de Montalegre	
Chã	Monte de S. Vicente de Chã
Cambezes do Rio	Monte de Cambezes
Cervos	Monte de Cervos
Donões	Várzea; Lombo do Cão; Lama Longa; Lamas da Senhora da Piedade; Lagartosa; Chão de Gramiã; Portela de Couças; Lamas de Rastelo; Outeiro da Ribeira; Várzea da Vidoeira; Lamas da Sequeira; Lamas de Teixoeira; Outeiro da Negreira; Cabeço da Fontela; Marão; Salvador
Meixedo	Veiga de Meixedo
Montalegre	Raposeira; Poços; Lamas; Mixto; Barrosinhos; Corgo dos Moços; Saltadouro; Crasto; Lamas de Várzea; Corgo do Vale de Cães; Feixa; Toutiço da Veiga; Rôlo
Morgade	Monte da Freguesia de Morgade
Negrões	Monta de Negrões
Padornelos	Veiga de Sendim
Serraquinhos	Monte de Serraquinhos
Pitões	Planalto de Pitões

Figura 38 – Baldios reservados provisoriamente no concelho de Montalegre, em 1939

Concelho de Boticas	
Freguesias	
Beça	Vale de Gestosa; Vaja Redonda, Ervedeira, Chousas, Corga da Figueira de Tejosa, Alto do Carregal, Lamas do Bajestoso, Felgueiras, Corga de Vales, Belzinha, Rodeira, Carvalhal

Figura 39 – Baldios reservados provisoriamente no concelho de Boticas, em 1939

Núcleos / Colónias Agrícolas Construídas na Região do Barroso		
Concelho	Assentamento	Projecto-tipo
Montalegre	Aldeia de Montalegre	Projecto de Casal - Tipo Barroso
	Lugar de São Mateus	Projecto de Casal - Tipo Barroso
	Aldeia Nova do Barroso	Projecto de Casal - Tipo Barroso
	Lugar do Vidoeiro	Projecto de Casal - Tipo Barroso
	Aldeia de Criande	Projecto de Casal - Tipo Barroso
	Fontão	Projecto do Casal Para Colonos a Construir no Barroso Arquitecto Maurício Trindade Chagas ¹¹⁹
Boticas	Pinhal Novo	Projecto do Casal Para Colonos a Construir no Barroso Arquitecto Maurício Trindade Chagas ¹²⁴

Figura 40 - Núcleos desenvolvidos pela JCI na região da Colónia Agrícola do Barroso

¹¹⁹ COSTA, Ana. 2017. Dissertação de Mestrado. Op. Cit. pp.75-79

2.1 COLONIZAÇÃO INTERNA DO BARROSO

Como referimos, o plano de colonização interna desenvolvido, pela JCI, no Barroso circunscreveu-se aos dois concelhos que integram esta região, Boticas e Montalegre. O interesse da JCI por estes municípios está patente no já referido *Plano de Reconhecimento dos Baldios do Continente*, realizado de 1939, no qual a JCI reservou provisoriamente um conjunto de baldios nesta região (fig.38 e 39).

Esta ação de colonização assentou, no nosso entender, num conjunto de razões económicas, aspetos físicos e humanos. Um dos aspetos determinantes foi a fragmentação das propriedades fundiárias privadas, por oposição às dimensões generosas dos baldios. Segundo a JCI, estes baldios seriam determinantes para a região, por fomentarem o comunitarismo das povoações¹²⁰ e por oferecerem oportunidades de colonização.¹²¹ Por outro lado, a JCI considerava que a região estava fortemente ligada à pastorícia, pelas suas condições climáticas, geográficas e geológicas, havendo a necessidade de potencializar os cultivos e tirar maiores proveitos económicos da terra. No que diz respeito ao fator humano, o isolamento favorecido pela topografia e deficitárias vias de comunicação, determinou a resistência à evolução tecnológica do território, tornando-se praticamente autossuficiente. No nosso entender, estas análises são importantes para perceber os ensinamentos que se pretendiam incutir na população colonizadora, como o fomento da perseverança e a autonomia dos assentamentos¹²². Nesta altura, o peso do êxodo rural e da emigração acentuavam a crise demográfica desta região, que vinha sistematicamente perdendo população desde 1900. Em 1939, contava com cerca de 14.665 indivíduos e uma densidade populacional 26,0 hab/Km², ou seja, bastante aquém da média do distrito de Vila Real que seria 68,1 hab/Km², e da nacional que seria de 80,0 hab/Km². A somar a este facto, e de acordo com a memória descritiva do projeto de colonização, registava-se um elevado número de mulheres solteiras e chefes de família, um problema que, de acordo com a JCI, impunha resolução rápida e urgente¹²³.

¹²⁰ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1941. Op. Cit. pp. 79-84

¹²¹ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1941. Op. Cit. p. 84

¹²² PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1941. Op. Cit. p. 88-89

¹²³ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – I-Freguesia de Chã*. Lisboa : MA, JCI, 1944. p.5-11

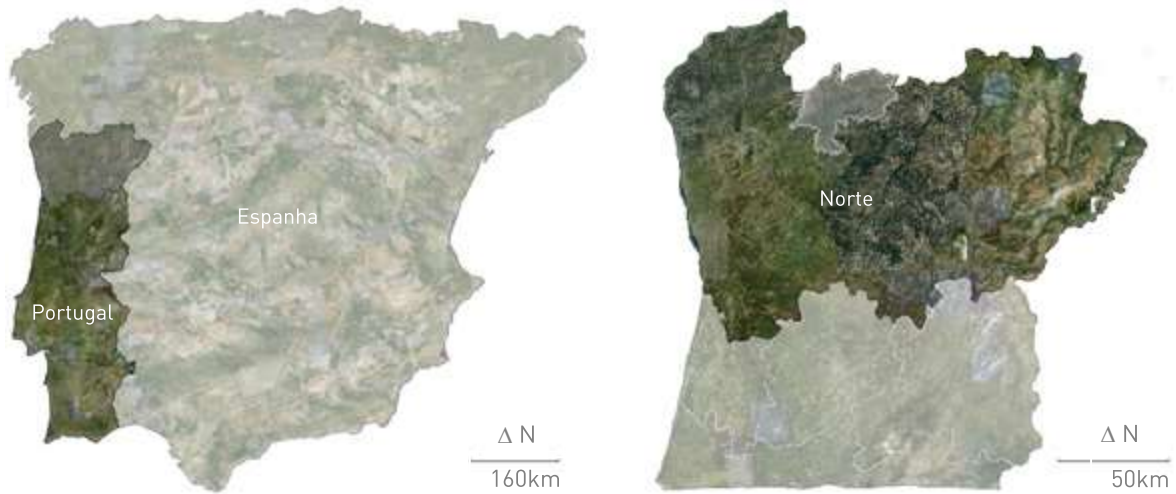


Figura 41 - Península Ibérica e região norte de Portugal



Figura 42 – Concelho de Montalegre

- a) Salto; b) Venda Nova e Pondras; c) Vila da Ponte; d) Reigoso; e) Covelo do Gerês; f) Ferral; g) Cabril; h) Paradela, Contim e Fiães; i) Viade de Baixo e Fervidelas; j) Chã; k) Negrões; l) Morgade; m) Cervos; n) Serraquinhos; o) Vilar de Perdizes e Meixide; p) Solveira; q) Santo André; r) Gralhas; v) Meixedo e Padornelos; s) Montalegre e Padroso; x) Covões do Rio, Donões e Mourilhe; y) Sezelhe e Covelães; t) Tourém; z) Pitões das Júnias; a1) Outeiro

Desta forma, a construção das colónias agrícolas pretendia ser uma solução do Estado para os problemas sociais de âmbito nacional e regional. Foi neste contexto que, a partir de 1940, foram desenvolvidos os primeiros projetos de colonização nos concelhos de Montalegre e Boticas, totalizando a criação de sete novos núcleos ou aldeias, seis no concelho de Montalegre e um no

concelho de Boticas. Foi ainda construído, no mesmo âmbito, o Centro Social do Barroso, no concelho de Montalegre. Associado à conceção destas novas aldeias, foi também desenvolvido para os colonos, um projeto-tipo de casa de lavoura, o denominado *Projecto de Casal – Tipo do Barroso*. Todavia, este *modelo* de habitação apenas foi replicado em cinco dos sete núcleos desenvolvidos na região, todos eles no concelho de Montalegre, nomeadamente no Lugar de São Mateus; Aldeia de Montalegre; Aldeia Nova do Barroso; Lugar do Vidoeiro; Aldeia de Criande, sendo estas o alvo na nossa análise. As exceções à aplicação do *Projecto de Casal – Tipo do Barroso*, dizem respeito aos núcleos do Alto do Fontão e Beça, o primeiro situado no limite do concelho de Montalegre, o segundo no concelho de Boticas. Nestes, “[a] casa de habitação e demais edifícios de uso agrícola, são idênticos (...) exceto no que diz respeito à distribuição de águas ao domicílio a qual não se justifica neste aldeamento pelo número restrito de casais”¹²⁴, tendo sido então usado um projeto-tipo semelhante ao construído na Colónia Agrícola do Alvão, em Vila Pouca de Aguiar.

No que concerne ao meio físico e humano da região, importa referir que na arquitetura do Estado Novo “*não chegava fazer caixotes funcionais, era necessário embrulha-los em papel de memória e memória chamava-se o «rústico» (as raízes do povo) e «joanino» (as raízes do poder, o sumo do império)*”¹²⁵. As colónias agrícolas da JCI constituem um exemplo desta busca, pois procuravam invocar em cada projeto-tipo os valores regionalistas apreciados pelo regime. Entendemos, por esse motivo, ser fundamental neste trabalho, compreender genericamente as características físicas e humanas do concelho de Montalegre.

O concelho de Montalegre localiza-se no nordeste de Portugal, junto à fronteira com Espanha e entre os concelhos de Boticas, Chaves, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto. Este concelho compreende 25 freguesias e cerca de 135 povoações¹²⁶. Trata-se do maior concelho, em termos de área, do distrito de Vila Real e um dos maiores da região de Trás-os-Montes, tendo mais de 800 km². É formado por uma sucessão de planaltos envoltos por montanhas e pelas Serras do Larouco, Cabreira, Alturas e Gerês, todas com cota superior a 1200 m¹²⁷. Esta morfologia do território condicionou a arquitetura popular da região, desde logo pela dureza climatérica e pelo regime de ventos associado a estas zonas montanhosas, aspetos que a JCI teve em conta, como veremos adiante, na arquitetura e implantação dos núcleos.

¹²⁴ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. II Freguesias de Morgade, cervos e Beça [parte]*. Lisboa: MA, JCI, 1945. p. 96

¹²⁵ PORTAS, Nuno. 1970. Op. Cit. p.719

¹²⁶ BAPTISTA, José – *Montalegre*. Montalegre: Município de Montalegre, 2006. p. 14

¹²⁷ COSTA, João – *Montalegre e Terras de Barroso: Notas Históricas Sobre Montalegre Freguesias do Concelho e Região do Barroso, Vol.I*. 2ª Edição. Montalegre: Edição da Câmara Municipal de Montalegre, 1987. pp. 18-22

A geologia do território indica-nos que se trata de uma região “Arcaico e Pré-câmbrica”, ainda que nalgumas zonas esteja patente a influência “Granítica” do território¹²⁸, cuja abundância se reflete na presença como elemento construtivo das casas tradicionais da região.



Figura 43 - Albufeira do Alto Rabagão

A rede hidrográfica do concelho é bastante importante, compreendendo os rios Cávado, Rabagão e Beça¹²⁹, seus afluentes, ribeiros e riachos. Estes cursos de água são importantes para as populações e culturas agrícolas, mas também, no caso específico de Montalegre, para aproveitamento energético e turístico, onde ainda durante o Estado Novo foram construídas as barragens da Venda Nova (1948) e Alto do Rabagão (1957). De notar que os cinco núcleos analisados no presente estudo encontram-se a menos de 3000 m dos principais rios do concelho.

O clima do concelho é um aspeto fundamental que influenciou a arquitetura aqui desenvolvida pela JCI. Como seria de esperar pela localização geografia do território, o “*clima de*

¹²⁸ TABORDA, Vergílio - *Alto Trás-os-Montes : Estudo Geográfico*. 2ª Edição. Lisboa : Livros Horizonte, 1987. p.36

¹²⁹ COSTA, João. 1987. Op. Cit. pp. 22-25

*Barroso é de tipo continental – rigoroso, mas não excessivo, com índices pluviométricos altos, bastante frio no Inverno e calor demasiado no verão*¹³⁰.

A agricultura e pastorícia são pilares fundamentais da economia do concelho. A região do Barroso é célebre pela qualidade do seu gado e pela cultura do centeio, e mais recentemente também pela batata de semente aqui produzida. De acordo com os estudos da JCI, a percentagem de território arável não permitia o desenvolvimento de culturas agrícolas extensivas. Por sua vez, o vasto território baldio permitia que os criadores de gado da região pudessem alimentar os animais (fig. 44), associando-se ao conceito de partilha e práticas comunitárias.



Figura 44 – Gado barrosão.



Figura 45 – Dólmen em Montalegre.

Embora à data da fundação de Portugal, em 1140, Montalegre já existisse¹³¹, a verdade é que o primeiro diploma que lhe faz referência é o foral de D. Afonso III, datado de 9 de junho de 1273¹³². Mais tarde, em 1289, D. Dinis atribuiu-lhe um segundo foral que pretendia fazer face ao despovoamento do território¹³³. Esta problemática que D. Dinis e a JCI procuraram travar, esta última com recurso às colónias agrícolas, corresponde a um flagelo que continua a atingir este território. O concelho conheceu o seu apogeu populacional em 1960 (fig. 46), no decurso da instalação dos primeiros núcleos. Atualmente, a sua população está fixada nos 10.537 habitantes¹³⁴. No entanto, importa destacar que, de acordo com os Censos de 2011, Montalegre foi o município que perdeu mais população na região Norte (cerca de 17,4%)¹³⁵. Por outro lado, o concelho estava entre os municípios da região norte com maior número de residências secundárias,

¹³⁰ BAPTISTA, José. 2006. Op. Cit. p. 51

¹³¹ COSTA, João. 1987. Op. Cit. p. 73

¹³² COSTA, João. 1987. Op. Cit. p. 70

¹³³ COSTA, João. 1987. Op. Cit. p. 83

¹³⁴ INE - *Censos 2011 - Resultados Definitivos: Norte*. Lisboa: INE, 2012. p.131

¹³⁵ INE. 2012. Op. Cit. p.18

correspondentes a mais de 50% das habitações¹³⁶, confirmando a visão de BAPTISTA, segundo o qual, *“os barrosões da diáspora são já muitos mais do que os residentes”*¹³⁷.

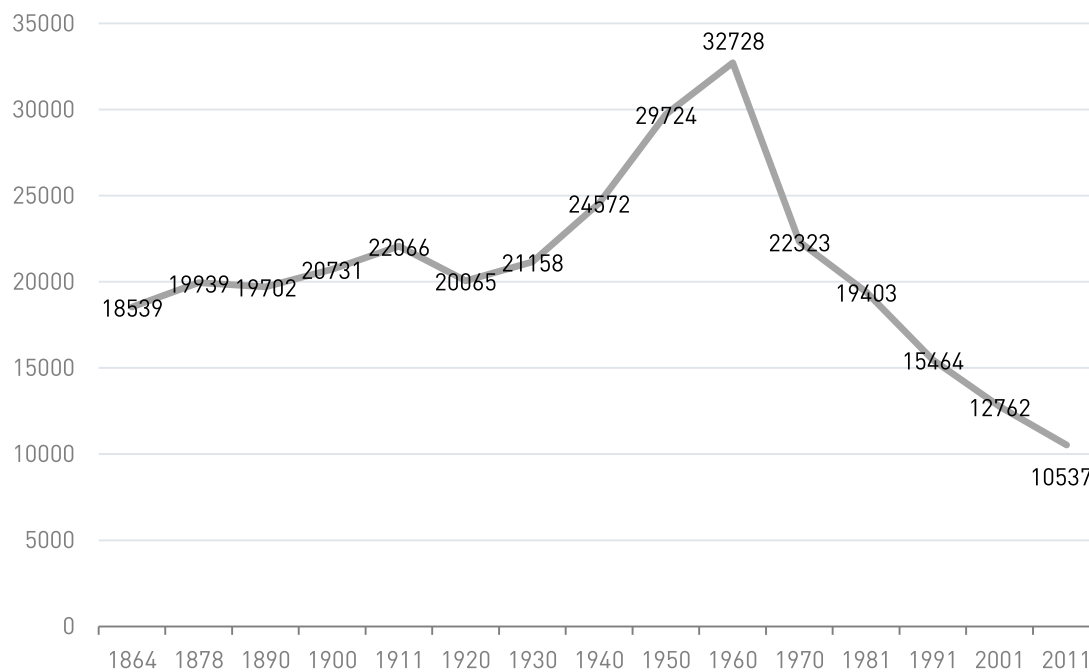


Figura 46 – Evolução demográfica em Montalegre entre 1864 e 2011.

¹³⁶ INE. 2012. Op. Cit. p. 70

¹³⁷ BAPTISTA, José. 2006. Op. Cit. p. 25



Figura 47 – Fotografias do IARP, relativas à arquitetura popular em Tourém, Montalegre.

2.2 UMA ARQUITETURA BARROSÃ?

A análise deste tópico pretende contribuir para a investigação e discussão do tema, sem pretender dar resposta absolutas. Antes de debatermos a existência ou não de uma arquitetura barrosã temos de nos debruçar sobre o significado de arquitetura. Numa definição mais convencional refere-se que consiste na arte e *“ciência do desenho e construção de edificações, comunidades ou áreas livres, de acordo com critérios estéticos e funcionais”*¹³⁸. Podemos, portanto, admitir que a conceção destes e doutros edifícios vernáculos que compõe a paisagem rural transmontana, traduz um exercício de arquitetura, ainda que muitas das vezes, não tenha sido idealizada por arquitetos. Este facto será suficiente para compreendermos e afirmarmos que existe uma corrente arquitetónica singular desta região?



Figura 48 – Construção da Rua do Forno, Montalegre.

De facto, a paisagem urbanística transmontana em geral, e a do Barroso em particular, apresenta contornos vernaculares. Não recorre a arquitetos, utiliza materiais da região, e desenvolve-se em consonância com o território, procurando dar resposta ao clima rigoroso, através dos materiais utilizados, organização da planta e construção de elementos arquitetónicos, como lareiras, implantação em função da orientação solar e regime de ventos, capacidade de adaptação funcional às atividades predominantes na região, como a agricultura e a pastorícia. Segundo o IARP, *“sobressaem três tipos distintos de casas rústicas, em que a mais simples não dispõe de mais do que*

¹³⁸ HARRIS, Cyril. *Dictionary of Architecture & Construction*. 14ª Edição. Nova Iorque: McGraw-Hill, 2006. p.51 Traduzido pelo autor a partir do original: *The art and science of designing and building structures, communities, or open areas, in keeping with aesthetic and functional criteria*

uma loja, e a mais complexa não prescinde do pátio servido por uma ampla porta. O termo médio é o da casa de alpendre lateral, enformado na continuidade das casas vizinhas”¹³⁹ (Fig.49).

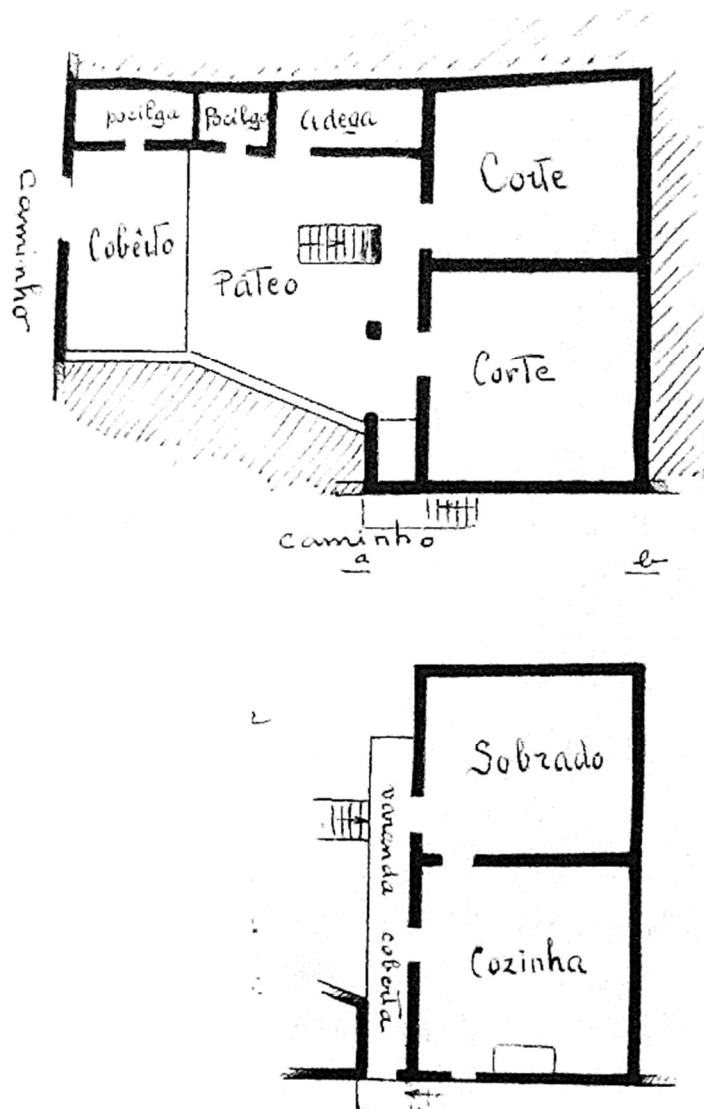


Figura 49 – Esquício de casa em Boticas. Fonte: Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano

Trata-se de uma arquitetura que não é completamente alheia à casa tradicional da região do Minho, e incorpora traços funcionais da casa serrana de Trás-os-Montes. Neste sentido, tal como toda a boa arquitetura popular portuguesa, pretende dar resposta ao meio onde se insere, conforme refere PORTAS “o bom povo português sempre fora naturalmente «racionalista», isto é, sempre dera as formas que o clima, a economia, as técnicas ou o programa funcional pediam”¹⁴⁰.

¹³⁹ AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa : Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 179

¹⁴⁰ PORTAS, Nuno. 1970. Op. Cit. p.736



Figura 50 – *Casais Agrícolas* construídos no núcleo do Vidoeiro, Montalegre.

No nosso entender, o tradicional casario do Barroso assenta em sistemas de autoconstrução e privilegia critérios funcionais e bioclimáticos, sendo genericamente representativo do casario típico da região de Trás-os-Montes, diferencia-se sobretudo na sua materialidade e técnicas construtivas utilizadas, nomeadamente no aparelho e tipo de granito. Particularizando a arquitetura popular de Trás-os-Montes, importa referir que a casa tradicional da região é composta por rés-do-chão, ou rés-do-chão e um piso, e está intimamente relacionada com o trabalho agrícola e a pastorícia

Sendo, portanto, este elemento condicionante da arquitetura, conforme veremos adiante, iremos dividir a nossa análise sobre a especificidade da arquitetura popular do território em três tópicos, que consideramos fundamentais: o assentamento rural; o espaço público rural, e o espaço doméstico rural.

ASSENTAMENTO RURAL

O estudo dos assentamentos rurais está, do ponto de vista académico, pouco avançado, uma vez que o povoamento urbano tende a concentrar a atenção. Só em meados dos anos 20, a investigação sobre o planeamento rural conheceu maior notoriedade, muito por mérito do geógrafo francês Albert Demangeon e, mais tarde, graças ao contributo de Orlando Ribeiro e Amorim Girão¹⁴¹, que identificaram as dinâmicas de ocupação e povoamento do território português.

¹⁴¹ OLIVEIRA, Vitor; MARAT-MENDES, Teresa; PINHO, Paulo. *O Estudo da Forma Urbana em Portugal*. Porto: Edições Universidade do Porto, 2015. pp. 66-75



Figura 51 – Santo André, Montalegre – Povoamento tipo aglomerado. Redesenhado com base no IARP.

Para Albert Demangeon, é há dois tipos de povoamentos rurais, o agrupado e o disperso¹⁴². No caso do concelho de Montalegre, predomina o primeiro, também designado de povoamento aglomerado. Trata-se de um regime de assentamento com núcleos habitacionais concentrados, onde as casas aparentemente contíguas delimitam os caminhos que lhe dão servidão (fig.51). Segundo RIBEIRO *et al*, podemos verificar dois tipos de assentamento concentrado, lugares aglomerados (tipo serrano) ou aglomeração pura (tipo transmontano)¹⁴³. Embora distintos, ambos assentam na construção de aldeias compactas e dispersas entre si¹⁴⁴. De acordo com IARP, a região do Barroso encontra-se classificada como área despovoada e lugar aglomerado (tipo montanha)¹⁴⁵.



Figura 52 – Fotografia da aldeia de Pitões das Júnias em Montalegre, nos anos 50. Fonte: IARP.

A tendência da população de Montalegre para concentrar-se em pequenos povoados está relacionada com as dificuldades climatéricas da região, que, de certo modo, contribui para o característico comunitarismo do Barroso, refletido na partilha de equipamentos como o moinho, o forno da aldeia ou o boi de cobrição¹⁴⁶. Estas características foram identificadas pela JCI, e tidas em conta na estratégia de colonização do território, que procurou “o estabelecimento de casais agrícolas (...) sempre que possível, aldeados para defesa das adversas condições do meio e conforme

¹⁴² OLIVEIRA, Vitor; MARAT-MENDES, Teresa; PINHO, Paulo. 2015. Op. Cit. p. 73

¹⁴³ RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne. *Geografia de Portugal III. O Povo Português*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989. pp. 862-868

¹⁴⁴ RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne. 1989. Op. Cit. pp. 862-868

¹⁴⁵ AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa: Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 31

¹⁴⁶ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1939. Op. Cit. Pag.43; AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa: Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 171

a *tradição local*¹⁴⁷. A predisposição cultural para a aglomeração em assentamentos dispersos, terá certamente fundamentado o plano da JCI para as aldeias barrosãs, que contrasta, por exemplo, com a estratégia seguida nas colónias agrícolas da Boalhosa ou da Gafanha da Nazaré, onde se desenvolvem colónias num único assentamento de grande dimensão.

Por outro lado, *“a aglomeração do tipo transmontano é própria de planaltos de solo pobres”*¹⁴⁸, ou seja, em terrenos pouco aptos para cultivo ou regadio, assentes na exploração da pastorícia. Uma atividade que ganha especial ênfase nesta região, dada a reconhecida qualidade do seu gado de raça autóctone. De notar que a pastorícia enquanto atividade económica tem mais necessidades espaciais que a agricultura familiar, por requerer terrenos para pastagem do gado. Em Montalegre, à data da construção dos novos assentamentos, o território encontrava-se bastante parcelado em propriedades privadas com áreas reduzidas, as áreas do pastoreio correspondiam ao território baldio. Este cenário é confirmado no estudo acerca do Reconhecimento do Território de 1939, de acordo com o qual, *“o concelho de Montalegre, um dos maiores do norte do País, e também um dos que possui maior percentagem de baldios (...) A população, embora diminuta (26,5 hab/km²), carece da maior parte dos baldios para apascentar os gados, principal e quase exclusiva fonte de receita”*¹⁴⁹. Este facto pode ter sido determinante para a definição da estratégia da JCI sobre este território, visando combater o êxodo rural e a reorganização agrária, tornando economicamente mais proveitoso um território bastante parcelado e dependente da pastorícia.



Figura 53 – As ruas de Pitões das Júnias em Montalegre, nos anos 50. Fotografias do IARP

¹⁴⁷ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1941. Op. Cit. p. 98

¹⁴⁸ RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne. 1989. Op. Cit. p. 867

¹⁴⁹ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1939. Op. Cit. p.43

ESPAÇO PÚBLICO RURAL

Propomo-nos agora abordar o espaço público no meio rural da região do Barroso, com o objetivo de retratar e caracterizar as infraestruturas e equipamentos comuns à data da construção destes assentamentos. Desde então, muitas alterações foram introduzidas no espaço público da região, algumas ainda durante o Estado Novo. Interessa-nos compreender as necessidades espaciais atuais que caracterizam o espaço público nas aldeias de Montalegre, atentando especificamente às zonas de circulação, espaços de lazer e espaços comunitários.

Ao visitar as aldeias do concelho, constatamos que a rua é um espaço social por excelência e não apenas um espaço de circulação (fig. 53). Neste espaço fazem-se compras, caminha o gado, conversa-se, e, embora cada vez menos, brincam os mais novos. Na verdade, estes caminhos, que interligam as habitações, são autênticos espaços de comunicação, não havendo necessidade, como nos meios mais urbanos das freguesias de Montalegre e Pedroso, de bancos públicos e espaços desenhados especificamente para promover a socialização. O caminho é vernáculo e desenhado ao longo dos tempos. Raras vezes distingue quem nele circula, pois não há passeios. Há apenas um percurso que conduz o automóvel, o homem ou o animal pela aldeia. A propósito das ruas da freguesia de Pitões das Júnias, em Montalegre, o IARP refere que *“não podemos dizer largas ou estreitas, mas sim atravancadas, sinuosas irregulares, em que as beiradas moles de colmo traçam no céu escadas recortadas, e os cantos e recantos das paredes, e escadas, e entradas, e alpendres compartmentam o espaço em fugas muito variadas de liberdade e escuridão”*¹⁵⁰.

Trata-se, portanto, de um meio rural em que não se evidenciam espaços de estar e lazer arquitetonicamente desenhados para o efeito, mas antes espaços que assumem essa função em razão dos costumes e vivências sociais. Aqui não há praças, mas largos que são verdadeiros vazios rurais com características de centralidade e a função de socialização. Muitos destes espaços antecedem edifícios e equipamentos públicos de especial relevância para estas comunidades, como os pelourinhos ou os fornos comunitários.

Os fornos comunitários (Fig.54 e 55) assumem um papel importante na região do Barroso, que vai além da cozedura do pão. São o retrato da tendência de partilha enraizada na região, autênticas salas de assembleia da aldeia, muitas vezes utilizados como espaço de pernoita para quem aqui passava. Hoje em dia, muitos destes espaços comunitários caíram em desuso. Como afirma BAPTISTA *“Uma das construções sagradas da nossa terra era o Forno do Povo, mas o seu uso*

¹⁵⁰ AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa: Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 169

*tradicional já não existe*¹⁵¹, reflexo do despovoamento do interior e da inovação tecnológica que tem ditado o abandono destes espaços ficando, contudo, a memória física do edificado. Com efeito, a falta de população tem ditado o abandono de alguns equipamentos, como o tanque ou o forno comunitário, e faz com que os caminhos tenham cada vez menos gente. A arquitetura pode e deve contribuir para debelar ou mitigar este flagelo do meio rural do interior, que uma estratégia política, social e económica capaz de regenerar estes espaços.

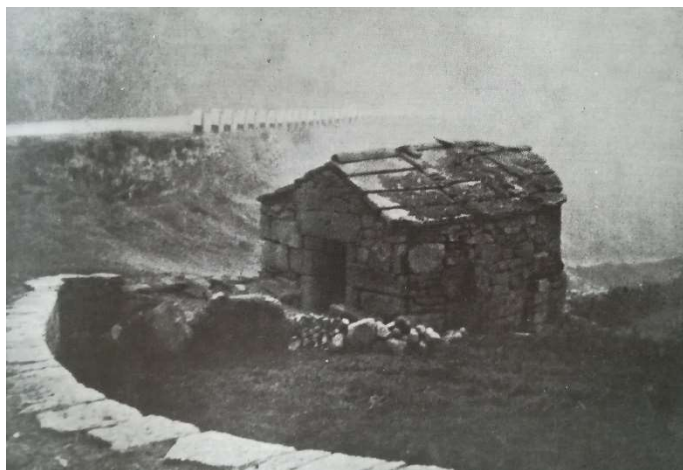


Figura 54 - Forno comunitário de Castanheira da Chã nos anos 50. Fotografia do IARP



Figura 55 - Forno comunitário de Castanheira da Chã em 2018

No nosso entender, o principal espaço público rural é o caminho. Aliás, nesta matéria concordamos com PACHECO, segundo o qual *“a arquitetura transmontana coloca-nos perante a questão não pacífica de qual a lição a extrair dos conjuntos urbanos tradicionais, em especial nos meios rurais”*¹⁵². Efetivamente, o autor reflete sobre a particularidade destes espaços de socialização, ainda que com cada vez menos pessoas. Por tudo isto, podemos questionar se será mesmo necessário desenhar todo o espaço público rural e se cevemos nós, arquitetos e urbanistas, intrometer-nos nestes espaços que se foram construindo ao longo do tempo.

ESPAÇO DOMÉSTICO RURAL

O panorama doméstico privado do meio tradicional rural de Montalegre, como referimos, encontra-se fortemente relacionado com as características do meio físico. O clima, os recursos materiais disponíveis, o relevo e a geografia do território influenciam as características da

¹⁵¹ BAPTISTA, José. 2006. Op.Cit. p. 63

¹⁵² PACHECO, Helder – *Rostos da Gente – Escritos sobre património cultural e outras histórias*. Lisboa: Caminho, 1987. p. 84

arquitetura popular, uma arquitetura sem arquitetos, na qual o homem procura resolver as problemáticas básicas que o afetam com os recursos de que dispõe. Embora se manifeste em edifícios públicos, a arquitetura popular é mais notória e representativa no espaço doméstico¹⁵³. As tradicionais casas rurais conferem identidade arquitetónica à região, dada a similitude de cérceas, forma dos telhados, proporção dos vãos e materialidade.

O espaço doméstico de Montalegre sofre influências do meio físico, mas também das atividades económicas de subsistência predominantes na região, que como vimos, está ligada à agricultura e pastorícia. Aliás, aqui o gado *“não é um elemento acessório do trabalho agrícola ou um caso de substância direta, mas chega a tomar conta da paisagem”*¹⁵⁴.



Figura 56 – Reprodução de uma casa de lavrador do Barroso, iniciativa do polo do Ecomuseu de Barroso, em Vilar de Perdizes

Por esta razão, a casa rural da região, como na arquitetura doméstica portuguesa em geral, encontra-se intimamente relacionada com a atividade agrícola e pastorícia, *“a sua organização tem por base uma divisão essencial que assenta na separação dos homens e dos animais”*¹⁵⁵. Esta característica é, ainda nos dias de hoje, evidente no espaço de habitar rural do Barroso, onde as habitações são quase sempre constituídas por rés-do-chão e primeiro piso. O piso inferior, aqui

¹⁵³ AAVV. *Projeto e cidade: ensaios académicos*. Goiânia: Funape, 2013, p. 274

¹⁵⁴ AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa: Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 161

¹⁵⁵ RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A Casa: Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português*. Porto: FAUP Publicações, 2010. p. 64

designado de loja, está destinado aos animais, armazenamento de colheitas e equipamentos ou adega, e o piso superior, mais protegido da humidade do terreno e mais quente por causa do calor emanado pelos animais, destinado ao homem.

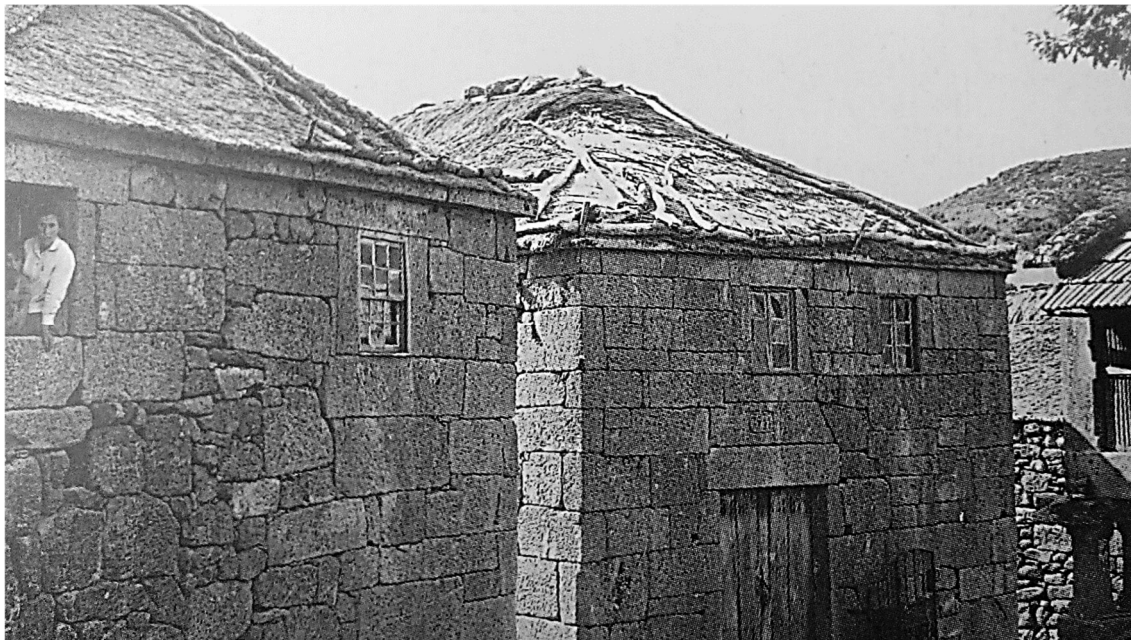


Figura 57 – Exemplo de casa de lavrador em Lodeiro D'Arque em Salto, Montalegre

De acordo com o IARP, *“sobressaem três tipos distintos de casa rústica, em que a mais simples não dispõe de mais do que uma loja, e a mais complexa não prescinde do pátio servido por ampla porta. O termo médio é o da casa com alpendre lateral, enformado na continuidade das casas vizinhas”*¹⁵⁶. Tradicionalmente, nesta região, predominam sobretudo casas rústicas de cariz mais simples, em particular a casa de lavrador (fig. 57) e a casa de cabaneiro (fig. 58)¹⁵⁷. A primeira, mais rica e compartimentada, desenvolve-se em dois pisos, com loja no rés-do-chão e piso superior destinado a habitação, servido por escadaria externa. O típico varandim transmontano surge, sobretudo, como elemento de distribuição entre as escadas, cozinha, dormitório e demais compartimentos interiores. A dureza do clima implica que, de um modo geral, todas as habitações disponham de lareira, que se destina ao aquecimento, confeção de alimentos, fumeiro, constituindo também um espaço de reunião e socialização do agregado. Segundo Baptista: *“a casa do lavrador costuma ter porta carral, pátio interior e primeiro piso com sobrados e sala, onde*

¹⁵⁶ AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa: Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 171

¹⁵⁷ Cabaneiro é o nome dado a pessoa humilde, sem gado e de recursos parcos: *“chama-se cabaneiro, que é a última expressão de miséria”* fonte: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1944. Op. Cit. p.7

*dormem os moradores e recebem as visitas. Não obstante, o compartimento mais importante é a cozinha (...). Já a casa do cabaneiro é muito mais humilde. Fica muitas vezes pegada à do lavrador ou das suas cortes e combarros. Geralmente é térrea e tem apenas dois ou três (e às vezes apenas um) compartimentos”*¹⁵⁸.

Em suma, o meio é essencial na composição de uma obra vernácula. De acordo com MACEDO, *“as casas rurais devem ser edificadas sempre em harmonia com a arquitetura regional”*¹⁵⁹. É esta envolvente, alicerçada nas razões funcionais do objeto arquitetónico, que definem a habitação tradicional da região.



Figura 58 – Exemplar de casa de cabaneiro em Paredes do Rio, Montalegre

Podemos identificar o granito e o colmo como materiais mais usados na arquitetura tradicional do Barroso, facto fácil de explicar se tivermos em conta que esta região é rica em granito e foi outrora uma extensa zona de colmo¹⁶⁰. Estes foram os materiais inicialmente adotados no *Projecto de Casal - Tipo do Barroso*.

O colmo utilizado nas coberturas de duas águas da casa tradicional barrosã foi paulatinamente substituído por cobertura em telha cerâmica. Algo que também se verificou na

¹⁵⁸ BAPTISTA, José. 2006. Op. Cit. pp. 62-63

¹⁵⁹ MACEDO, Mário – *A Casa Rural: A Habitação*. Edição 2ª. Lisboa: Serviço Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda, 1942. p.8

¹⁶⁰ AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa: Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 160

proposta para o *Projecto de Casal - Tipo do Barroso* onde, inicialmente está prevista a construção com recurso ao colmo, alterada ainda na fase de projeto, por razões de segurança e salubridade da construção. O colmo, sendo um material natural e combustível, aumenta drasticamente o risco de incêndio, além de contribuir para o apodrecimento das estruturas de madeira das coberturas (quando humedecido) e servir de abrigo a inúmeras espécies animais¹⁶¹.



Figura 59 – Instalação de cobertura de colmo em Pitões das Júnias, Montalegre



Figura 60 – Cobertura de colmo em Castro Laboreiro, Melgaço

No que diz respeito ao granito, este é tipicamente utilizado na construção das casas com recurso a uma cantaria simples¹⁶². O recurso à alvenaria é determinante nas dimensões dos vãos, dadas as suas limitações em termos de resistência, peso e dimensão.

O recurso à madeira verifica-se, sobretudo, no espaço interior, nomeadamente nos pavimentos e portas. A sua utilização externa é mais pontual, verificando-se, por exemplo, na construção de varandins, portas e caixilharias. Estas características verificam-se também no *Projecto de Casal - Tipo do Barroso*, onde a madeira ocupa as mesmas funções, indo ao encontro da arquitetura tradicional da região.

Nos dias que correm, a reconstrução, ampliação e restauro destas habitações, têm levado a alguma descaracterização da arquitetura popular da região. Já na década de 50, o IARP alertava para essa problemática, nomeadamente para a substituição das tradicionais coberturas de colmo por telha¹⁶³, um aspeto que, como vimos, contou com a colaboração da JCI que privilegiou o bem-estar dos colonos.

¹⁶¹ MACEDO, Mário. 1942. Op. Cit.p.15

¹⁶² AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa : Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 177

¹⁶³ AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa : Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 162

2.3 A INFLUÊNCIA DA AGRICULTURA E A PASTORÍCIA NO DESENHO ARQUITETÓNICO

Partilhando a agricultura e a arquitetura o mesmo espaço, é natural que os propósitos de uma condicionem as respostas da outra. Segundo ARREDONDO-GARRIDO e MORENO, a *“agricultura geralmente foi entendida como uma questão tangencial para o mundo de arquitetura e urbanismo”*¹⁶⁴. THORBECK, por sua vez, considera que a *“arquitetura e a agricultura existem desde que os humanos desenvolveram habilidades para cultivar plantas e criar animais para alimentação”*¹⁶⁵. Neste sentido, sendo o campo de ação da arquitetura a organização do espaço inevitavelmente, a construção da paisagem agrícola influencia diretamente o desenvolvimento arquitetónico, conforme se verifica na construção dos núcleos da JCI em Montalegre.



Figura 61 - Gado bovino bebendo num tanque em Montalegre

¹⁶⁴ ARREDONDO-GARRIDO, David; MORENO, Alberto; CALATRAVA, Juan (ed); *La arquitectura y el tiempo - Patrimonio, memoria, contemporaneidad*. Madrid: Abada Editores, 2013. p. 263. Traduzido pelo autor a partir do original: *“La agricultura se han entendido generalmente como una materia tangencial al mundo de la arquitectura y el urbanismo”*

¹⁶⁵ THORBECK, Dewey; *Architecture and Agriculture: A Rural Design Guide*; Londres; Nova Iorque : Routledge, 2017. p. 1 Traduzido pelo autor a partir do original: *“architecture and agriculture has existed ever since humans first developed skills to grow plants and raise animals for food and fiber”*

No entanto, tal como nos mostram os inúmeros exemplares de arquitetura popular, o condicionamento projetual exercido pelas atividades económicas ligadas à agricultura e pastorícia, vai além da imagem ou estética da paisagem que se constrói. Conforme anteriormente referimos, a arquitetura popular prova, neste aspeto, que as formas produzidas pelo homem, visam, sobretudo, dar resposta às necessidades de subsistência e abrigo. Não querendo recuar o tratamento desta temática às origens do ser humano, é consensual que estas necessidades básicas são fundamentais nas estratégias de fixação e ocupação territorial dos povos. Partindo deste ponto, podemos entender que a agricultura e pastorícia, enquanto atividades económicas predominantes na subsistência das populações, influenciam a base programática da arquitetura rural portuguesa, até à industrialização e consolidação das principais vilas e aldeias. Durante o Estado Novo, a dependência agrícola do país é manifesta. Aliás esta realidade está patente na estratégia desenvolvida pela JCI na construção das colónias agrícolas. Em rigor, *“o povoamento de um território constitui um dos elementos fundamentais de ocupação e identidade social, cultural e política de um povo. Esta acção fundadora, matriz construída de um território, é na sua génese formada essencialmente por casas e infra-estruturas, como caminhos e estradas. Mas enquanto edificação fundamental, a casa cumpre o seu papel essencial de abrigo e de fixação de uma população”*¹⁶⁶.

A forma como a agricultura e os cultivos influenciam a paisagem rural portuguesa, pode ser compreendida a partir de duas escalas distintas. Numa primeira análise, a um nível de escala urbana, verificamos o modo como as dinâmicas agrícolas condicionam o território, nomeadamente as estratégias de ocupação, distribuição e organização do espaço. Numa lógica comparativa, podemos verificar que, no território nacional, existem diferentes estratégias de fixação e divisão territorial decorrentes de diferentes factores, entre os quais a agricultura. Numa segunda análise, próxima de uma escala da arquitetura doméstica, devemos compreender as construções e objetos arquitetónicos são influenciados diretamente pelo ambiente agrário e posição geográfica onde se inserem. A arquitetura popular portuguesa é rica em construções de cariz agrícola, que comprovam a estreita relação entre os diferentes tipos de produção e necessidades agrárias com as formas arquitetónicas específicas de determinados espaços. Refira-se, por exemplo, a construção dos canastros na região do Minho e Alto Tâmega, que respondem às necessidades da cultura e produção do milho, as típicas levadas da região autónoma da Madeira, importantes construções para irrigação do solo. Em todos os casos, verificamos que agricultura e pastorícia são fundamentais na conceção dos assentamentos rurais e inclusive da habitação e edificações complementares. Por outro lado, como constatou o IARP, as várias regiões desenvolveram diferentes respostas

¹⁶⁶ RAMOS, Rui Jorge Garcia. 2010. Op. Cit. p. 64

arquitetónicas ao meio onde se inserem, nas quais as necessidades agrárias fazem, ontem como hoje, parte da equação.



Figura 62 – Exemplo de canastro em Montalegre.



Figura 63 – Burro transmontano.

No caso particular do concelho de Montalegre, a economia agrária, tradicionalmente de características familiar, associada ao cultivo de centeio, batata de semente e à criação de gado¹⁶⁷, sobretudo bovino de raça barrosã, influencia as características formais e especificidades da arquitetura do concelho, muitas das quais são comuns a outras regiões transmontanas. Falamos, por exemplo, da construção com recurso a um piso sobre o local de aposento dos animais (Fig.64), para calefação do piso superior; a dimensão dos vãos, respeitando a escala agrícola, de que é exemplo a tradicional porta carral (Fig.65); a construção com recurso ao granito comum nesta região, que condiciona a materialidade, mas também a dimensão dos vãos e a estrutura; a forma dos telhados, essencialmente de duas águas, pontualmente de quatro, para fazer face ao rigor do inverno desta região.

¹⁶⁷ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1944. Op. Cit. p.4



Figura 64 — Rés-do-chão da casa tradicional transmontana anexa ao Núcleo Museológico de Castro Laboreiro

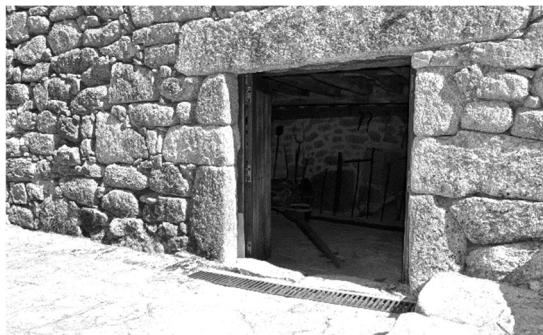


Figura 65 — Porta carral da casa tradicional da região norte, anexa ao Núcleo Museológico de Castro Laboreiro

Assumindo a metodologia anterior e indagando acerca das influências na conceção arquitetónica e ocupação territorial, devemos relembrar que as povoações Barrosãs têm séculos de existência. De acordo com BAPTISTA, *“o povoamento barrosão é, maioritariamente, não só semelhante como está assente sobre os castros de há três mil anos. É significativo que a povoação se aglomere e concentre sobre o Outeiro (...) muitas das atuais povoações nunca mudaram de sítio”*¹⁶⁸. A agricultura e pastorícia desenvolveu-se a partir das condições que o território proporciona. Sem solos ricos, e com uma severidade climatérica que não privilegia a diversidade agrícola, a pastorícia surge como uma fonte de riqueza e alimento nesta região. Importa também lembrar que *“a agricultura exige a posse contínua da terra enquanto a pastorícia sobrevive capazmente nos baldios”*¹⁶⁹, razão pela qual estas terras comunitárias são fundamentais para a economia da região e na paisagem agrária Barrosã, que beneficia desta vasta área de território baldio, essencial para apascentar os seus gados. Esta característica da região, como tivemos oportunidade de analisar, despertou o interesse da JCI na estratégia de construção de colónias no território. Para este organismo, *“a terra baldia suscetível de cultura agrícola (...) admite-se que seja distribuída em harmonia com as necessidades dos fogos. Porém, quando as manchas agricultáveis se encontrem, no todo ou em parte, localizadas tão longe dos povoados (...) propõe-se o estabelecimento de casais agrícolas”*¹⁷⁰. Esta estratégia motivou inúmeras quezílias entre os colonos e anteriores usuários, descontentes com a divisão e reorganização do território baldio, com proveito para os colonos da JCI. Algo que se verifica, não apenas em Montalegre, mas também noutras colónias, como as de Alvão e da Boalhosa¹⁷¹. A propriedade privada, por outro lado, tende a situar-se na encosta, onde os terrenos são mais favoráveis à cultura do centeio e batata¹⁷².

¹⁶⁸ BAPTISTA, José. 2006. Op. Cit. p. 59

¹⁶⁹ BAPTISTA, José. 2006. Op. Cit. p. 51

¹⁷⁰ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1941. Op. Cit. p. 98

¹⁷¹ CALDAS, Eugénio. 1998. Op. Cit. p. 542

¹⁷² PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1941. Op. Cit. p. 81



Figura 66 – Moinho recuperado em Montalegre

Esta cultura comunitária de partilha do território, típica nestas zonas do interior transmontano, é potenciada pelo isolamento, relevo e dureza climatérica, algo que, segundo o IARP, determina a *“forma de organização comunitária com traços de particularismo individualista”*¹⁷³. No entanto, se o comunitarismo é evidente nos baldios destinados ao pastoreio comum, na partilha do moinho (fig.66) ou da eira, o individualismo também se reflete na paisagem. A paisagem agrária barrosã, tradicionalmente caracterizada pelos minifúndios, associados a pequenos cultivos familiares e à criação de animais, desenha no território, com os seus muros e divisões, uma propriedade bastante parcelada, onde a casa se ergue nas imediações da exploração agrícola. Estas pequenas áreas de cultivo, assentes em socalcos, leiras ou lameiros (fig.67), são o complemento e, muitas vezes, o único espaço agrícola privado destas povoações, alimentando o sentido de pertença sobre este território, e em torno dos elementos necessários à sua exploração/fruição agrícola, como os caminhos de servidão ou as tradicionais linhas de abastecimento de água.



Figura 67 – A delimitação física dos lameiros para o pastoreio do gado

¹⁷³ AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa: Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 161

Relativamente ao espaço de habitar, o tradicional casario de Montalegre, como dissemos, é um reflexo da arquitetura popular de Trás-os-Montes e, como tal, está pensado para responder às principais atividades económicas da região, a agricultura e pastorícia.

A agricultura e pastorícia fazem parte da vida destas povoações rurais, interferindo diretamente na conceção do espaço de habitar, dada a estreita proximidade, por vezes partilha do mesmo espaço, entre as áreas de trabalho (agrícola e pastorícia) e as áreas de habitação (fig.68). Esta característica refletiu-se na proposta da JCI para os edifícios dos *casais agrícolas* na região de Montalegre.



Figura 68 – Tipicidade de um lar no Barroso

As casas Barrosãs, tradicionalmente em alvenaria de granito, têm uma estrutura simples, vãos exteriores pequenos, e são quase sempre compostas por dois pisos. O inferior reservado para a atividade agrícola e pecuária, pelas razões de acessibilidade do gado e conforto térmico do piso superior, uma vez que a pernoita dos animais no rés-do-chão potencial a calefação do piso superior. O segundo piso destina-se à habitação propriamente dita. No entanto, também aqui, determinadas divisões, como a cozinha, têm relação estreita com a agricultura, constituindo espaços de complemento à atividade agrícola, nomeadamente a chaminé e o aproveitamento do espaço sobrado entre a estrutura da cobertura, para sustentar o tradicional fumeiro da região (fig.68).

Os restantes espaços de complemento agrícola, como as eiras, moinhos, ou fontanários, são habitualmente de uso comunitário. A exceção a esta lógica são os espigueiros, que não muitos, uma vez que o milho não se afirmou aqui como cultura dominante¹⁷⁴, surgem pontualmente no território edificados em propriedades privadas. Esta realidade foi tida em conta no estudo das colónias agrícolas da JCI, que compreendeu o impacto da agricultura no desenho arquitetónico do território e do espaço de habitação. Em todas as colónias se atentou ao ambiente geográfico em que se implantaram, o que implicou uma análise cuidada do meio físico e humano, onde os aspetos económicos foram tidos em conta, afigurando-se fundamentais na conceção dos assentamentos e dos *casais agrícolas*, como os construídos em Montalegre. Aqui, o espaço de trabalho e descanso confundem-se. O *habitat* tem um carácter simples e funcional e o território um aspeto pitoresco, o que facilitou a análise projetual da JCI e a conceção de um projeto-tipo formalmente eficaz para o território.

Para concluir este tópico, importa referir que, em 2018, a região do Barroso foi o terceiro território da Europa a ser reconhecido pela FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*) enquanto GIAHS (*Globally Important Agricultural Heritage Systems*), demonstrando dois aspetos relevantes a ter em conta nesta tese. Em primeiro lugar, a importância da agricultura para a região, numa perspetiva económica, mas também nas características particulares da mesma que a destacam enquanto legado de relevo. Por outro lado, este reconhecimento internacional comprova a perspicácia da JCI sobre a colonização deste território, apoiada na vertente agrícola. Por fim, ainda que tal reconhecimento não ateste diretamente o interesse patrimonial sobre as colónias agrícolas aqui construídas, evidencia no nosso entender que o património aqui erguido pela JCI, é digno da sua salvaguarda, tendo em conta a imagem e reconhecimento internacional do potencial agrícola do território. Este aspeto serve de fundamento para a conservação e preservação da identidade arquitetónica das antigas colónias da JCI presentes nesta região, entenda-se Boticas e Montalegre, uma região cujo potencial foi reconhecido na década de 40 pela JCI, e se viu reforçado em 2018. Aliás, podemos mesmo discutir se não terá sido a ação da JCI uma importante etapa para a definição daquela que é a única região de Portugal declarada património agrícola mundial¹⁷⁵.

¹⁷⁴ AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa: Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 165

¹⁷⁵ FAO - *Barroso Agro-Sylvo-Pastoral System*. [Em Linha]. [S.L.] : [S.N.] [Consultado a 20 de Abril de 2018] Disponível em: <http://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/europe-and-central-asia/barroso-agro-sylvo-pastoral-system/en/>

2.4 PROJECTO DE COLONIZAÇÃO DOS BALDIOS DE MONTALEGRE

A JCI, através do *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas*, desenvolvido entre 1943-1947, construiu, como referimos, seis novas aldeias no concelho de Montalegre, num total de sete que fizeram parte do projeto conjunto para os dois concelhos (fig.69), tendo sido projetados cerca de 130 *casais agrícolas*¹⁷⁶, infraestruturas e equipamentos de apoio à atividade e subsistência dos núcleos.

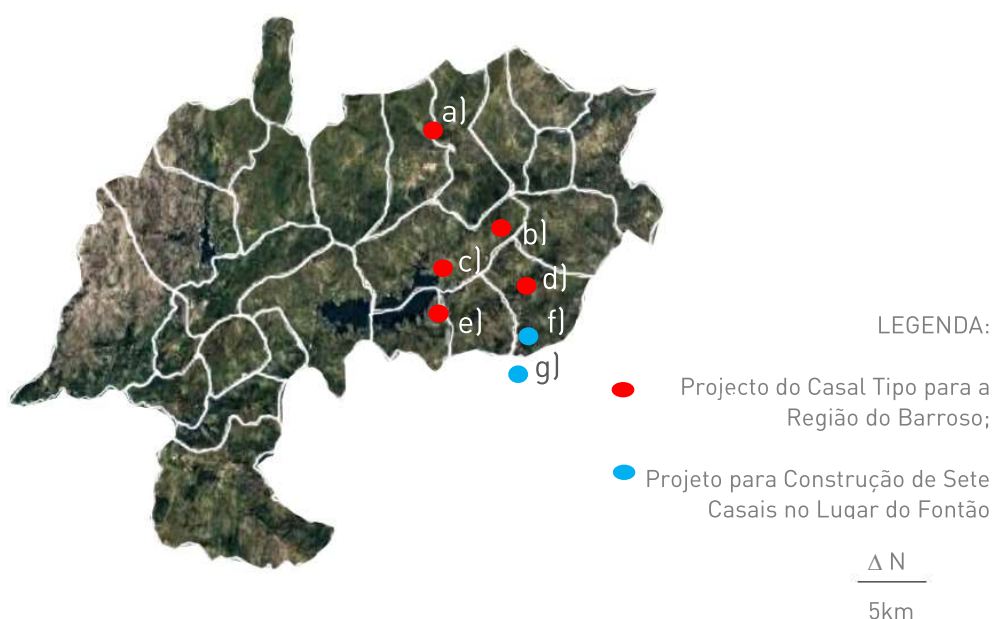


Figura 69 - Concelho de Montalegre com a localização das colónias agrícolas desenvolvidas pela JCI no âmbito do Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas: a) Casais da Veiga; b) Lugar de São Mateus; c) Aldeia Nova do Barroso; d) Videiro; e) Aldeia de Criande; f) Fontão; g) Pinhal Novo.

Contrariamente a outras iniciativas de colonização desenvolvidas em Portugal, os núcleos erguidos no Barroso partiram de uma estratégia de disseminação de aldeamentos no território, ao invés da concentração numa única aldeia. A escolha dos lugares alvo de colonização obedeceu às seguintes condições definidas pela JCI: *“receber luz do sol durante todo o dia; estar abrigado dos ventos do Larouco (norte) bastante incómodo no inverno; ficar próximo de caminhos existentes; ficar próximo de pedra suscetível de fornecer pedra para as construções; ter terreno enxuto e firme a pouca profundidade; dominar a superfície das explorações”*¹⁷⁷. Por cumprirem estes requisitos, foram então criados os seguintes novos núcleos: Aldeia de Cirande, Lugar do Videiro, Aldeia Nova de Barroso, Lugar de São Mateus, Aldeia de Montalegre e Alto do Fontão, no concelho

¹⁷⁶ CALDAS, João. 1988. Op. Cit. p.35

¹⁷⁷ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – II Freguesias de Morgade, Cervos e Beça (parte)*. Lisboa: MA, JCI, 1945. p. 107

de Montalegre; e Pinhal Novo na freguesia de Beça, concelho de Boticas. Estes foram implantados estrategicamente com a dupla função de tornar cultivável parte do território baldio dos concelhos e unir um território disperso, que à data da construção das primeiras colónias dispunha de 26 hab./km²¹⁷⁸.

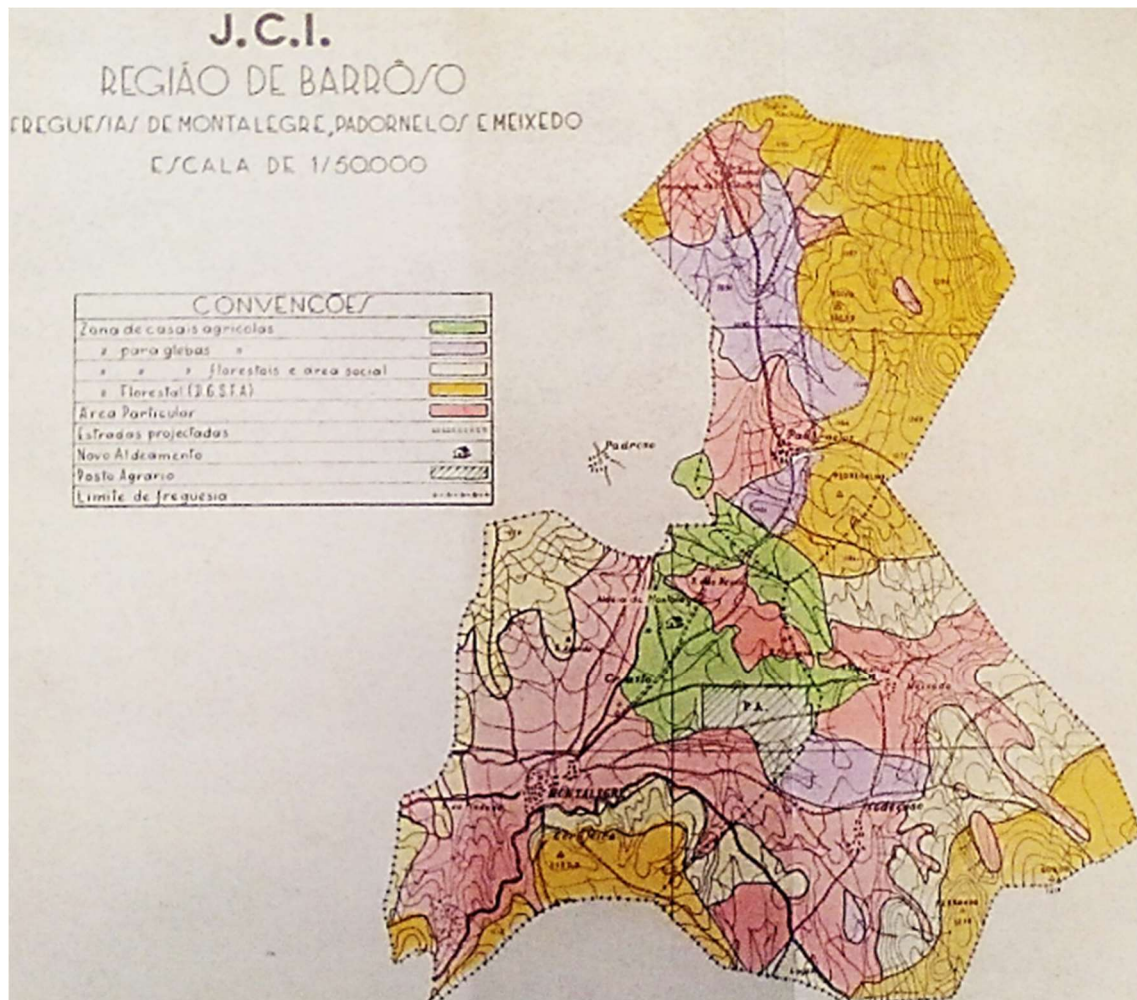


Figura 70 - Projeto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas, freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo.

Para além das questões demográficas, higiene e conforto, recursos, economia e acessibilidade, a JCI tinha em vista medidas sociais e «civilizadoras». Como confere SILVA, *“a ação civilizadora do Estado centrar-se-á não tanto nos aparelhos de inculcação ideológica (...) mas mais numa transformação das condições materiais da subjetividade campesina”*¹⁷⁹, medidas que, em boa verdade, serviram não só para aumentar a produtividade e criar hábitos agrícolas, mas sobretudo,

¹⁷⁸ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1944. Op. Cit. p.9

¹⁷⁹ SILVA, Maria Lopes- *A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011. Dissertação de Mestrado, pp. 59-60

modernizar o país, financiando e incentivando a produção agrícola. Este enriquecimento cultural e tecnológico fez-se também sentir na composição arquitetónica desenvolvida, *“pretendia-se assim dar resposta funcional aos imperativos do papel simultaneamente civilizador e de preservação dos valores tradicionais de Portugal rural atribuído às colónias agrícolas.”*¹⁸⁰



Figura 71 – Habitação para funcionários.

Ainda que as construções dos edifícios para os casais agrícolas constituíssem a base identitária destes novos núcleos, devemos considerar que o *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas* teve uma importante ação na construção de infraestruturas e equipamentos, sobretudo no concelho de Montalegre¹⁸¹, como veremos de forma mais detalhada. Referimo-nos especificamente à remodelação da rede viária que, dada a dispersão dos lotes e grandeza das glebas (fossem elas terrenos com proveito agrícola ou florestal), foi muito relevante neste projeto.

Quanto aos equipamentos de apoio, alguns de escassa relevância arquitetónica, como bebedouros, encontram-se sempre presentes em todas as aldeias. Outros de maiores dimensões e objeto de projeto arquitetónico particularizado, como a escola ou a capela, são pontualmente construídos, obedecendo a uma razão hierárquica, assente na economia e distância entre povoamentos. Relativamente aos equipamentos, um dos elementos característicos da colonização

¹⁸⁰ CALDAS, João. 1988. Op. Cit. p.39

¹⁸¹ Referir que o Colónia Agrícola do Barroso tem especial repercussão no concelho de Montalegre, dado que o concelho vizinho de Boticas é apenas abrangido pelo núcleo de Pinhal Novo, na freguesia de Beça distando aproximadamente 2km do núcleo de Alto do Fontão, na freguesia de Cervos, concelho de Montalegre. O núcleo de Pinhal Novo é composto por cerca apenas 10 *casais agrícolas*

da JCI no Barroso, diz respeito à edificação do complexo para acolher o Centro Social do Barroso. Embora nos primeiros projetos da JCI para a região, esteja previsto um equipamento de características semelhantes, com o propósito de garantir a assistência técnica e médica no núcleo de Criande, este nunca foi construído nesse aldeamento. Surgiu sim, o Centro Social do Barroso com estas mesmas infraestruturas, entre a aldeia de Criande e a Aldeia Nova do Barroso. Não podemos afirmar que este tenha sido idealizado num projeto conjunto para o território ou se, face à nuclearização e escala que o programa de colonização assumiu, se concluiu ser mais vantajosa a criação deste complexo independente de qualquer um dos núcleos.

Este equipamento público estava vocacionado para o apoio aos novos núcleos e foi estrategicamente posicionado entre os dois maiores aldeamentos criados pela JCI na região, a Aldeia Nova do Barroso e Aldeia de Criande. A infraestrutura contemplava os seguintes serviços: centro social; habitações para os professores, assistentes técnicos, e regentes agrícolas; um edifício de escritórios e pousada. Em comparação com o edificado dos *casais agrícolas* construídos na região, os edifícios erguidos neste complexo distinguiram-se pela riqueza arquitetónica, que se justifica pelo facto de se tratar de edifícios públicos, hierarquicamente distintos e, conforme sugere MERCÊS, assumidos “*como a representação institucional do Estado nesta região*”¹⁸².

Embora a colonização da JCI no Barroso incida, sobretudo, sobre território desabitado, esta ação revelou-se ainda assim um importante contributo para as aldeias vizinhas, nomeadamente pelo conjunto de equipamentos e infraestruturas viárias que enriqueceram estas aldeias do Barroso. De igual modo, não podemos deixar de referir que a JCI teve em consideração a localização de alguns dos novos núcleos, que instalou na proximidade de aldeias com equipamentos, como escolas ou capelas, proveitosos para os novos assentamentos. Assim, por exemplo, o lugar do Videiro, foi construído próximo da Capela da Senhora dos Galegos, permitindo servir os colonos que se instalaram neste núcleo.

¹⁸² MERCÊS OLIVEIRA, Ana - *Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna no concelho de Montalegre - Modos de habitar a ruralidade*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2018. Dissertação de Mestrado. p. 109



Figura 72 – Edifício com escritórios e pousada.

OS ASSENTAMENTOS DE MONTALEGRE

Como já referimos, as colónias agrícolas da JCI não obedeceram a uma estratégia única de povoamento, podendo ser observadas, duas formas distintas de construção dos novos assentamentos. A primeira, através da disseminação de núcleos, a segunda, por via da concentração ou aglomeração dos edifícios dos *casais agrícolas* num único lugar. Esta última estratégia de povoamento verificou-se, por exemplo, na colónia agrícola da Boalhosa, Gafanha ou Martim-Rei, onde o novo núcleo se resumiu a uma única aldeia ou vila. A segunda estratégia passou pela disseminação de núcleos ou aldeias, como aconteceu na colónia agrícola do Alvão, Milagres ou Barroso (fig.73), objeto do presente estudo. Nestes casos verificou-se a construção de assentamentos com menor capacidade habitacional disseminados ao longo do extenso território objeto de colonização.

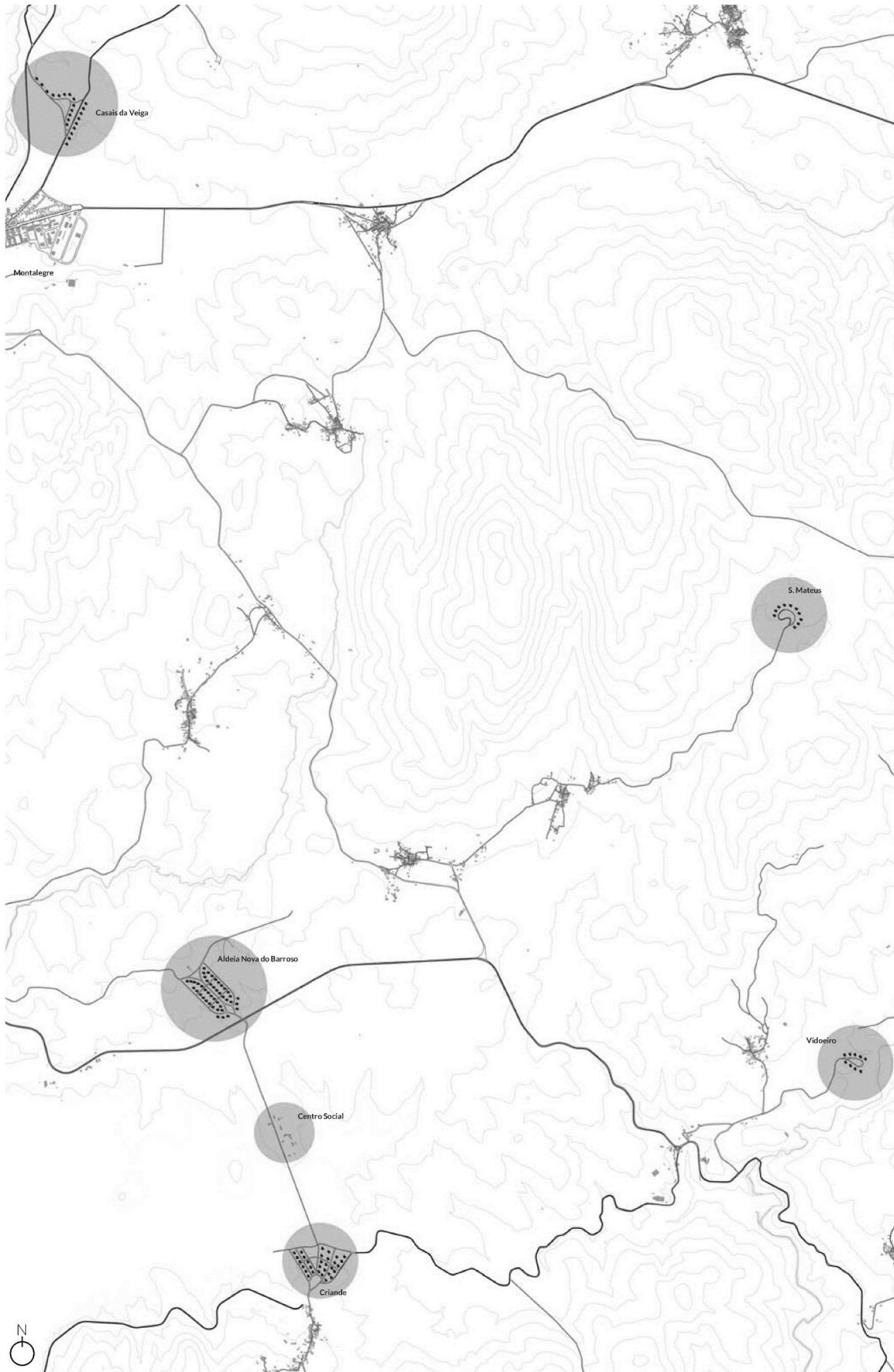


Figura 73 – Implantação no concelho de Montalegre dos núcleos da JCI do Vidoeiro, Aldeia de Montalegre, Aldeia de Criande, Lugar de São Mateus, Aldeia Nova do Barroso e do complexo para o Centro Social do Barros. Desenho da autoria da Arquiteta Mercês de Oliveira.

Evidentemente que a estratégia utilizada pela JCI em cada projeto de colonização não terá sido aleatória, como veremos adiante. A opção de povoamento não foi pacífica, como nos confirma CALDAS. *“O estabelecimento de critérios que levassem à escolha de um tipo ideal de povoamento a adotar nas colónias agrícolas parece ter sido um tema controverso”*¹⁸³. Para isso deverá ter contribuído a diversidade regional de Portugal, manifesta arquitetónica e geograficamente. Com efeito, a natureza do território, a sua geografia e relevo, entre outros aspetos sociais, terão sido fatores determinantes na construção de povoamentos isolados ou dispersos. Estas mesmas razões tornaram económica, social e culturalmente mais viável a opção de disseminação de núcleos na colonização interna do Barroso.

Efetivamente, entre os diferentes critérios de seriação dos locais de implantação das novas colónias em Portugal, foram tidas em conta as exigências financeiras da empreitada, a rede viária e preexistências; a topografia, levantamentos agrológicos e hidrológicos, e particularidades territoriais¹⁸⁴. Na análise da colonização da JCI no Barroso, não nos foi possível apurar a preponderância de cada um destes elementos na estratégia de colonização interna deste território. Todavia, na globalidade, verificamos uma atenção a estes fatores.

No que concerne à economia do projeto e exigências financeiras da empreitada, os dados reunidos não nos permitem enumerar as razões económicas associadas aos critérios de decisão usados na colonização interna do Barroso, sobretudo no que diz respeito ao concelho de Montalegre. No entanto, são evidentes alguns aspetos económicos associados a algumas decisões, tais como o já referido aproveitamento de infraestruturas e equipamentos públicos nas imediações das áreas objeto de colonização; o aproveitamento de território baldio, economicamente mais viável do que a aquisição de terreno privado; a construção com recurso a materiais locais, nomeadamente através do aproveitamento do granito extraído das áreas envolventes aos núcleos. Ainda relativamente a este último aspeto, importa ter em consideração que não se trata exclusivamente de paradigmas económicos da JCI. Esta questão da materialidade enquadra-se no próprio carácter regionalista determinado pela didática arquitetónica produzida durante o Estado Novo.

No que concerne à rede viária e preexistências, este ponto está relacionado com o tópico anteriormente analisado referente à economia de projeto, sobretudo porque as colónias agrícolas foram construídas aproveitando alguns dos equipamentos nas áreas envolventes, noutros casos a obra da JCI serviu as aldeias vizinhas do projeto colonizador. No mesmo sentido, a JCI promoveu o reforço da rede viária do concelho, assegurando a acessibilidade aos núcleos, como se verifica na

¹⁸³ CALDAS, João. 1988. Op. Cit. p.31

¹⁸⁴ CALDAS, João. 1988. Op. Cit. pp. 29 - 33

proposta de ligação entre a aldeia de Criande, o Centro Social do Barroso, e a Aldeia Nova do Barroso, e tirando proveito da rede viária existente, ainda que a mesma tivesse de ser melhorada ou reestruturada.

A topografia e geografia acidentada do território (Fig.74) favoreceu uma estratégia de dispersão da população em diferentes núcleos, por um lado, devido à baixa densidade populacional dos concelhos objeto da ação da JCI – que, conforme vimos, são os que apresentam menor densidade populacional no distrito de Vila Real –, por outro, devido à extensa área de território baldio disponível, um aspeto determinante na escolha da JCI sobre a colonização desta região¹⁸⁵.



Figura 74 – Aldeia de Ponteira, Montalegre.

¹⁸⁵ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1939. Op. Cit. pp.36-37

Há ainda a considerar um terceiro fator que entendemos como determinante e que passa pelo tipo de produção característico da região, no caso específico do Barroso, muito associado à pastorícia, que impõe a necessidade de extensas áreas de pastagem. Estas áreas de pastorícia são, sobretudo, relegadas para as designadas áreas de glebas, nas imediações das áreas colonizadas (fig.75). Tratam-se de áreas generosas, entre os 14 ha e os 25 ha¹⁸⁶, divididas em áreas de pastagem, áreas com aptidão agrícola ou florestal. A título exemplificativo, a cada família do núcleo do lugar do Videiro (colónia agrícola do Barroso), estaria adstrita uma área superior a 14 ha para exploração agrícola ou florestal. Assim, um pequeno aldeamento de nove habitações, totalizava uma área envolvente superior a 130 ha¹⁸⁷.

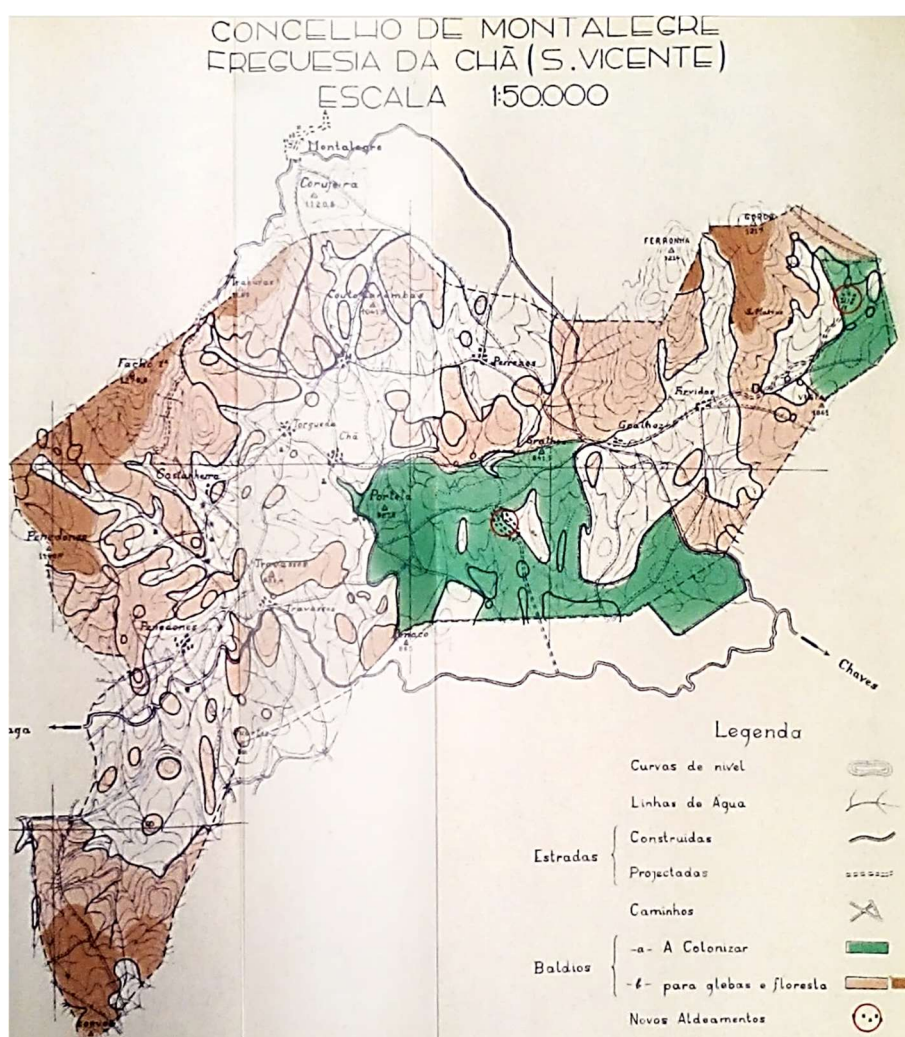


Figura 75 - Projeto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas - Freguesias de Chã. Estudo de implantação dos assentamentos de Aldeia Nova do Barroso e Aldeia Nova de São Mateus. Destacando-se a cor as áreas de colonização e áreas de gleba e floresta.

¹⁸⁶ SILVA, Maria Lopes. 2011. Dissertação de Mestrado. Op. Cit. p. 50

¹⁸⁷ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1945. Op. Cit. pp. 55-57

No que diz respeito às características hidrológicas, podemos considerar que em todas as colónias se verifica especial cuidado com este aspeto, sobretudo pela importância que esta tem para o regadio e para animais. Nesse sentido, verificamos que todos os núcleos propostos pela JCI foram implantados a uma distância inferior 2900 m de um curso de água, e todos foram equipados com fontanários ou pontos de abastecimento de água.

Quanto às características do território, no seguimento dos aspetos analisados no tópico 2.2, verifica-se, como já referimos, uma interpretação do povoamento típico do Barroso, ou seja, um povoamento concentrado em pequenas aldeias, do tipo aglomerado¹⁸⁸. Este tipo de povoamento favorece, entre outros aspetos, o comunitarismo característico desta zona, ao qual a JCI foi sensível, revelando-se um fator favorável ao sucesso da colonização. Este traço comunitário da população do Barroso era, também, evidente na partilha dos terrenos baldios, um aspeto importante na construção dos assentamentos, porque os novos núcleos quase sempre construídos em zonas baldias ou nas imediações das mesmas.

Ainda há lugar para razões casuísticas, que não sendo propriamente particularidades desta região, são fundamentais para compreender a construção dos assentamentos na região. Referimo-nos, por exemplo, ao incêndio na freguesia de Chã, que destruiu uma das aldeias do concelho e que pode ter sido determinante na escolha dos baldios a ocupar, conforme nos sugere a investigação de SILVA: *“Depois de um incêndio em 1943 ter destruído a aldeia da Castanheira (freguesia de Vila Chã), a JCI foi incumbida de elaborar um projeto de colonização dos baldios daquela freguesia.”*¹⁸⁹



Figura 76 – Antiga Escola Primária da Aldeia de Criande, Montalegre

¹⁸⁸ Segundo Mário Moutinho: *“o povoamento aglomerado é composto por um pequeno grupo de habitações agarradas aos flancos das serras ou no alto dos montes”* in MOUTINHO, Mario. *A Arquitectura Popular Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p.41

¹⁸⁹ SILVA, Maria Lopes. 2011. Dissertação de Mestrado. Op. Cit. pp. 59-60



Figura 77 – Projeto para a Aldeia de Criande, estando em destaque a localização dos edifícios e equipamentos públicos previstos: a) b) Edifícios de assistência técnica, médica e social; c) Fontanário e/ou Lavadouro¹⁹⁰.

Evidentemente que sendo esta colónia composta por um conjunto de sete novos núcleos, todos fazem parte do projeto global de colonização do Barroso, pelo que não se pode falar especificamente de um núcleo, sem que antes haja uma clarificação do projeto de conjunto definido à escala dos dois concelhos. Importa considerar o facto de existir uma hierarquia entre os núcleos construídos, não pela sua grandeza e número de edifícios para os *casais agrícolas*, mas especialmente pelos equipamentos e serviços que dispõe. Por outras palavras, é evidente, conforme refere CALDAS¹⁹¹, a intenção de construir um núcleo principal onde se reúnam os principais equipamentos e serviços, como por exemplo o parque de máquinas, escola, posto de correios, etc. Nesta colónia coube à Aldeia Nova de Barroso este. Trata-se do núcleo que reúne maior número de edifícios para os *casais agrícolas*, equipamentos e maior proximidade com as restantes aldeias da colónia (inferior a 10 km). No entanto, de acordo com a análise documental e a fundamentação de outros autores, era no núcleo de Criande, que estava prevista a construção de um maior número de equipamentos e serviços, nomeadamente “o núcleo de assistência técnica,

¹⁹⁰ Em concordância com a análise *in situ* e com a memória descritiva, estima-se que seria esta a localização dos edifícios e equipamentos públicos previstos para a Aldeia de Criande. Todavia constata-se que os Edifícios de assistência técnica, médica e social nunca foram construídos aqui, no entanto tendo em conta a representatividade na peça desenhada, julgamos que fosse intenção da JCI a sua implantação no espaço assinalado na imagem; O edifício da Escola veio a ocupar a posição inicialmente pensada para o edifício de assistência técnica, médica e social

¹⁹¹ CALDAS, João. 1988. Op. Cit. p. 35

médica e social, função hierarquicamente superior de apoio a toda a região do Barroso”, algo que, em boa verdade, não veio a acontecer. Uma das razões plausíveis para explicar esta opção, pode estar relacionada com a construção da barragem do Alto Rabagão que, inevitavelmente, implicou alterações ao projeto inicialmente idealizado.

Relativamente aos equipamentos, “*dos mais banais aos raros: Fontanário e/ou Lavadouro; Miradouro; Escola Primária; Capela; Assistência técnica, médica e social*”¹⁹², estes são dimensionados de acordo com a hierarquia e escala do núcleo. Construídos de acordo com um rácio que atende à razão de necessidade e proximidade das aldeias vizinhas, na certeza, porém de que o fontanário, o lavadouro, os miradouros, praças ou largos, estavam previstos em todos os novos aldeamentos, como locais de socialização e disseminadores dos valores higienistas que o projeto de colonização quis impor¹⁹³.

Importa sublinhar que o projeto de colonização interna assentava em princípios económicos associados à componente agrária, onde cada *casal agrícola* era visto como uma pequena empresa familiar que produzia, não apenas para seu benefício, mas também da colónia e da JCI. Razão pela qual os critérios agrónomos foram fundamentais na seleção dos locais a colonizar, na estratégia de diversificação dos cultivos, se o tipo de cultura e a capacidade produtiva dos terrenos justificava maior ou menor investimento, ou inclusive a expropriação¹⁹⁴. A utilização de terrenos que permitiam maior diversificação de proveitos agrícolas pode ter sido determinante no tamanho e número dos novos aldeamentos do Barroso.

Esta estratégia de criação de vários núcleos em detrimento de apenas um, facilita a integração do conceito de cidade-jardim, favorecendo a criação de aldeias e pequenos lugares residenciais. Aliás, podemos constatar que nos aldeamentos objeto de análise desta investigação, aqueles que os designados «Lugares», normalmente de menores dimensões físicas e populacionais, como é o caso do Lugar de São Mateus (fig.78) e do Lugar do Videiro (fig.79), são desenvolvidos sobre a forma de pequenos *cul-de-sac*, evidenciando uma referência aos núcleos residenciais das primeiras cidades-jardim, como Letchworth Garden City ou Welwyn Garden City (fig.80). Nestas “*As residências, com seus jardins fronteiros, sem muros entre si e a rua, passeios com relvado, arbustos e intenso arvoredo, dispostos junto às vias com pouco trânsito de passagem ou em «cul de sac» (...) tendo no centro da quadra jardins coletivos, se entrosam admiravelmente à natureza*”¹⁹⁵. Em suma,

¹⁹² RAPAZOTE, João. 2012. Op. Cit. p. 221

¹⁹³ RAPAZOTE, João. 2012. Op. Cit. pp. 221-222

¹⁹⁴ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1944. Op. Cit. p. 2

¹⁹⁵ HOWARD, Ebenezer – *Cidades-Jardins de Amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.58

a estratégia assumida pela JCI na colonização do Barroso, atenta ao conceito das «*cidades-jardim*», sugerido por RAPAZOTE¹⁹⁶.

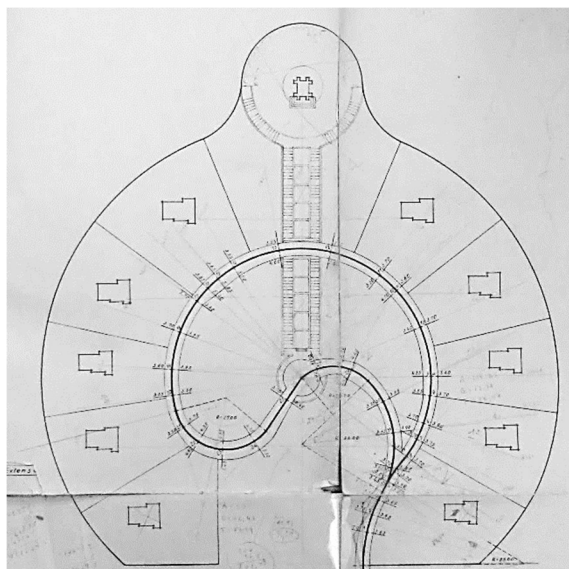


Figura 78 - Lugar de São Mateus, Montalegre.

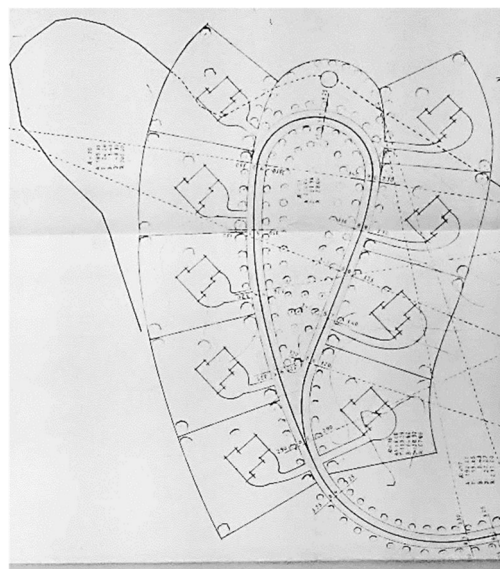


Figura 79 - Lugar do Vidoeiro, Montalegre.

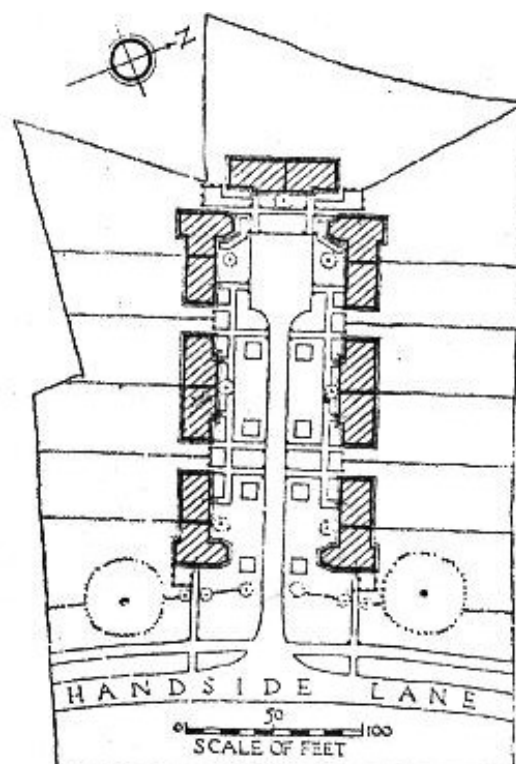
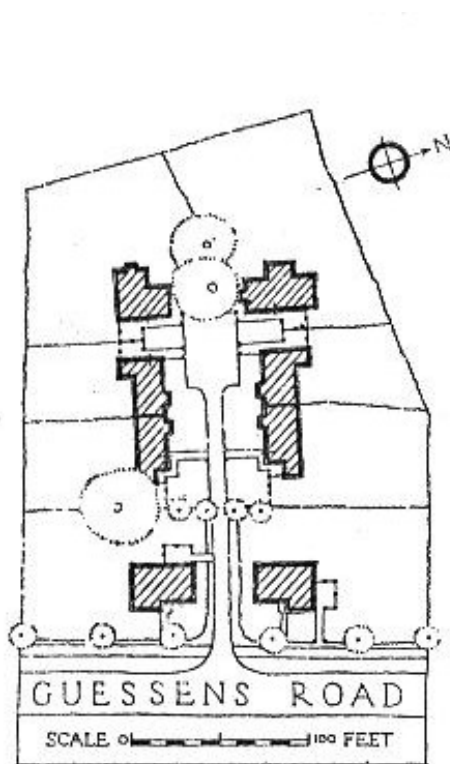


Figura 80 – Exemplos de Cul-de-Sac construídos em Welwyn Garden City.

¹⁹⁶ RAPAZOTE, João. 2012. Op. Cit. p. 220



Figura 81 – Ortofotomapa da aldeia do Vidoeiro, Montalegre.

50m



Figura 82 – Ortofotomapa da Aldeia de Cortiço, Montalegre

50m

Por outro lado, *“houve ainda a preocupação de prolongar o carácter das casas também à fisionomia dos núcleos de povoamento. (...) [E]stabelecia-se uma disposição espacial, regular e lógica, para a implantação das casas de habitação, e procurava estabelecer-se uma relação orgânica com os restantes edifícios construídos – igrejas, escolas, centros de assistência técnica e social – através de uma rede viária que, articulada com as necessidades de acesso aos terrenos cultivados, levasse em conta a hierarquia das respectivas funções civilizadoras.”*¹⁹⁷ De certo modo, estamos perante um projeto de arquitetura que se pretende impor como matriz de referência e regulador do espaço, veiculando a mensagem ideológica do regime, que traduzisse os traços da ambicionada «Casa Portuguesa» mas, acima de tudo, procura criar assentamentos arquitectónicos que se possam constituir como referência no território. Para compreendermos esta ideia, podemos comparar a escala e densidade de edificação no aldeamento do lugar do Vidoeiro (fig.81) e a aldeia vizinha de Cortiço (fig.82), já existente antes do projeto de colonização, sendo evidente no primeiro uma maior dispersão, mas um forte desenho de implantação do assentamento no território, através de uma forma imposta e de carácter orgânico, permitindo um menor número de habitações

¹⁹⁷ CALDAS, João. 1988. Op. Cit. pp. 39 - 40

do que aquelas que se verificam na aldeia de Cortiço, anterior ao núcleo da JCI. Podemos ainda constatar, que o desenho proposto pela JCI assume ação pedagógica, afigurando-se como um exemplo de um arquitectura salubre, em concordância com as pretensões do regime.

Efetivamente, houve especial cuidado na estratégia de implantação da colónia agrícola do Barroso, e em particular dos lugares objeto do ensaio do *Projecto de Casal - Tipo do Barroso*. Se por um lado o desenho do projeto-tipo revela algum distanciamento relativamente à estética da habitação local, no que diz respeito à implantação dos novos núcleos, ainda que fortemente alicerçados no ideário do regime e nos valores que este impunha, é inegável uma atenção às raízes do mesmo.

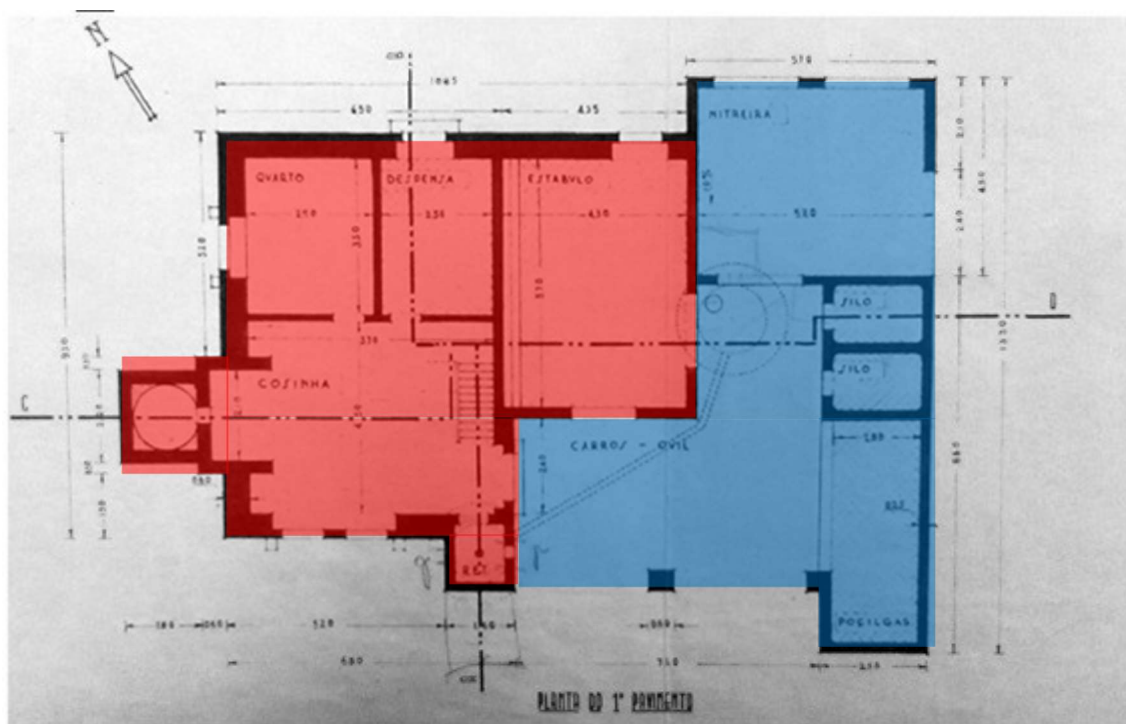


Figura 83 - Implantação dos módulos do *Projecto-Tipo do Barroso* na aldeia de Criande.

O MÓDULO DO *PROJECTO DE CASAL – TIPO DO BARROSO*

Conforme tivemos oportunidade de referir no tópico 1.2, o regime do Estado Novo pela urgência de solucionar problemas comuns a todo território nacional, recorre, com frequência, à utilização de projetos-tipo, sobretudo para a construção de equipamentos, de que são exemplos os *casais agrícolas* da JCI, as escolas dos centenários, ou as casas da Guarda-florestal.

Esta metodologia arquitetónica, promotora de uma identidade coletiva de um bem comum, assenta numa estratégia política que visa a construção célere, económica e facilmente repetível, constituindo ainda um importante veículo de propaganda do regime, uma vez que promove e cultiva a ideologia do regime e o seu poder colonizador.



2m

Figura 84 - Planta piso rés-do-chão do *Projecto de Casal – Tipo do Barroso*, áreas de habitação (vermelho) e trabalho (azul). Composto pelos seguintes compartimentos: quarto, lareira, cozinha, despensa, sanitário, estábulo, silos, nitreira, pocilga e alpendre coberto.



2m

Figura 85 - Planta piso rés-do-chão do *Projecto de Casal – Tipo do Barroso*, áreas de habitação (vermelho) e trabalho (azul). Composto pelos seguintes compartimentos: dois quartos e arrecadação.

No caso das colónias agrícolas construídas pela JCI, identificamos dois princípios fundamentais na conceção dos diferentes projetos-tipo para os *casais agrícolas*. O primeiro, consiste na identidade do Estado Novo, que negligencia os aspetos de carácter moderno da arquitetura da época e favorecimento da busca do arquétipo da «Casa Portuguesa», através do uso e reinterpretação de adereços arquitetónicos regionalistas, como as chaminés ou varandins. Este aspeto revela uma tentativa de «regionalização» do projeto-tipo ou de uma aparente aproximação à identidade construtiva local. Este carácter regionalista, pode aproximar-se do conceito de regionalismo crítico, defendido por FRAMPTON¹⁹⁸, manifestado sobretudo numa estratégia de economia do projeto e pseudo-preservação dos valores “tradicionalistas” ambicionados pelo regime. Nas palavras de CALDAS, “*impôs-se assim a construção de casas que além de garantirem condições de salvaguarda da unidade da família, de higiene e de funcionalidade, fossem portadoras (...) das «casas portuguesas» da época*”¹⁹⁹. O segundo princípio consiste na dupla funcionalidade, isto é, na capacitação do módulo para servir de unidade habitacional e produtiva, característica que, de certo modo, reflete a influência da casa tradicional da região. Desta forma, somos levados concluir que o projeto-tipo de cada *casal agrícola* se resume a uma tentativa de reinterpretação da arquitetura barrosã ou, por outras palavras, um exercício de desenho da arquitetura popular de uma determinada região.

Relativamente ao *Projecto do Casal – Tipo Barroso*, utilizado em cinco dos sete novos aldeamentos produzidos pela JCI nesta região, este assenta num módulo com base formal de paralelepípedo, cujo perímetro exterior mede 18,85m X 13,20 m, desenvolvido em dois pisos com a cércea máxima de 8,00 m²⁰⁰. De acordo com as visitas efetuadas ao local, verifica-se que o módulo se implanta isolado no centro do lote, com uma área de aproximadamente 180 m².

A construção do módulo isolado no centro do lote é uma estratégia comum a todas as colónias agrícolas da JCI, não apenas por questões de segurança e salubridade, mas também pelo próprio conceito de cidade-jardim, bastante evidente na colónia agrícola do Barroso. De acordo com os escritos da época, esta solução evita “*os incêndios por separação das construções, é a associação desta característica (...) que dão ao conjunto o aspeto de «aldeias-jardim»*”²⁰¹.

No que concerne à organização interior do edifício, alguns autores, como COSTA²⁰², admitem que a planta do edifício se organizava a partir de um retângulo de ouro. No nosso

¹⁹⁸ FRAMPTON, Kenneth. *Towards a Critical Regionalism: six points for an architecture of resistance*. In: FOSTER, Hal (Ed.). *The anti-aesthetic: essays on Postmodern culture*. Seattle: Bay Press, 1983. pp. 16-30

¹⁹⁹ CALDAS, João. 1988. Op. Cit. p. 38

²⁰⁰ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1944. Op. Cit. p. 14?

²⁰¹ RAPAOTE, João. 2012. Op. Cit. p. 220

²⁰² COSTA, Ana. 2017. Dissertação de Mestrado. Op. Cit. p.32

entender, parece-nos, sobretudo, evidente uma clara intenção da JCI em dividir o casal agrícola em duas partes distintas, uma destinada à habitação e outra à componente agrária (fig.84 e 85). Esta característica, tal como já referimos no Capítulo I, está patente noutras colónias agrícolas, como é exemplo o módulo habitacional desenvolvido para a colónia agrícola de Pegões.

O espaço produtivo desenvolve-se, essencialmente, no rés-do-chão, e ocupa aproximadamente 60% da área total do módulo. A predominância do gado bovino na região pode, de algum modo, ter influenciado a área e desenho da organização interior do módulo, sobretudo em virtude da necessidade de mais área para o desenvolvimento da atividade pecuária.

Por outro lado, o espaço habitacional é singelo e dividido em dois pisos. Resume-se a uma cozinha com duplo pé-direito, que se assume como a principal zona social da casa, coroada com uma avantajada lareira que reflete a importância do fogo nas regiões do interior transmontano, não só enquanto fonte de calor, mas também como principal local de reunião da casa. É a partir desta cozinha que se articulam as restantes dependências internas da habitação, nomeadamente os dormitórios, despensa, latrina, e inclusive a arrecadação (sendo que esta poderia ter proveito agrícola). A comunicação vertical com o piso superior é feita através de uma escada interior em madeira que liga a um varandim construído no mesmo material e que distribui para os dois dormitórios.

A ligação entre a dependência agrícola e habitacional é assegurada através de um alpendre, elemento construtivo típico nas construções barroãs²⁰³, conforme veio a comprovar o IARP²⁰⁴. Este, além de assegurar a ligação entre a área de habitar e de produção, fomenta os princípios de construção em forma de pátio, considerada por alguns autores como a forma ideal na arquitetura da casa das colónias agrícolas. Na perspetiva de BAÑALES OYÓN: *“As «colónias agrícolas» deveriam adaptar esta forma de ordenamento porque as tarefas são executadas comodamente, sem perda de tempo, e a vigilância é mais fácil (...) parece haver uma relação entre as novas tarefas do espaço de lavoura, a organização do trabalho, a ordem interna do campo e do espaço fechado.”*²⁰⁵

Na composição dos alçados (fig.86), é também evidente a criação de dois volumes que desconstroem a unicidade *paralelepipedal* do módulo e destacam as diferentes vivências do

²⁰³ BAPTISTA, José. 2006. Op. Cit. p. 62-63

²⁰⁴ AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa: Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 171

²⁰⁵ BAÑALES OYÓN, José Luís - *Colonias Agrícolas Y Poblados De Colonización Arquitectura Y Vivienda Rural En España (1833 - 1955)*, Barcelona : Universidad Politécnica de Barcelona, 1985. Tese de Doutoramento, pag.40. Traduzido pelo autor a partir do original: *“Las «colonias agrícolas» deberían adaptar esa forma de ordenación porque las tareas se ejecutan cómodamente, sin pérdida de tiempo, y la vigilancia es más fácil, más constante la mirada del propietario sobre todas y cada una de las labores y movimientos del personal. Parece existir pues una correlación entre los nuevos funcionamientos de la granja, la organización del trabajo, el orden interior de la hacienda y el espacio cerrado.”*

edifício, designadamente o espaço de habitar associado ao volume mais alto, enquanto a área de produção se associa ao volume mais baixo. Estes estão ligados através do designado alpendre, composto por uma cobertura inclinada de duas águas, dividida de modo a vencer as diferentes altimetrias.

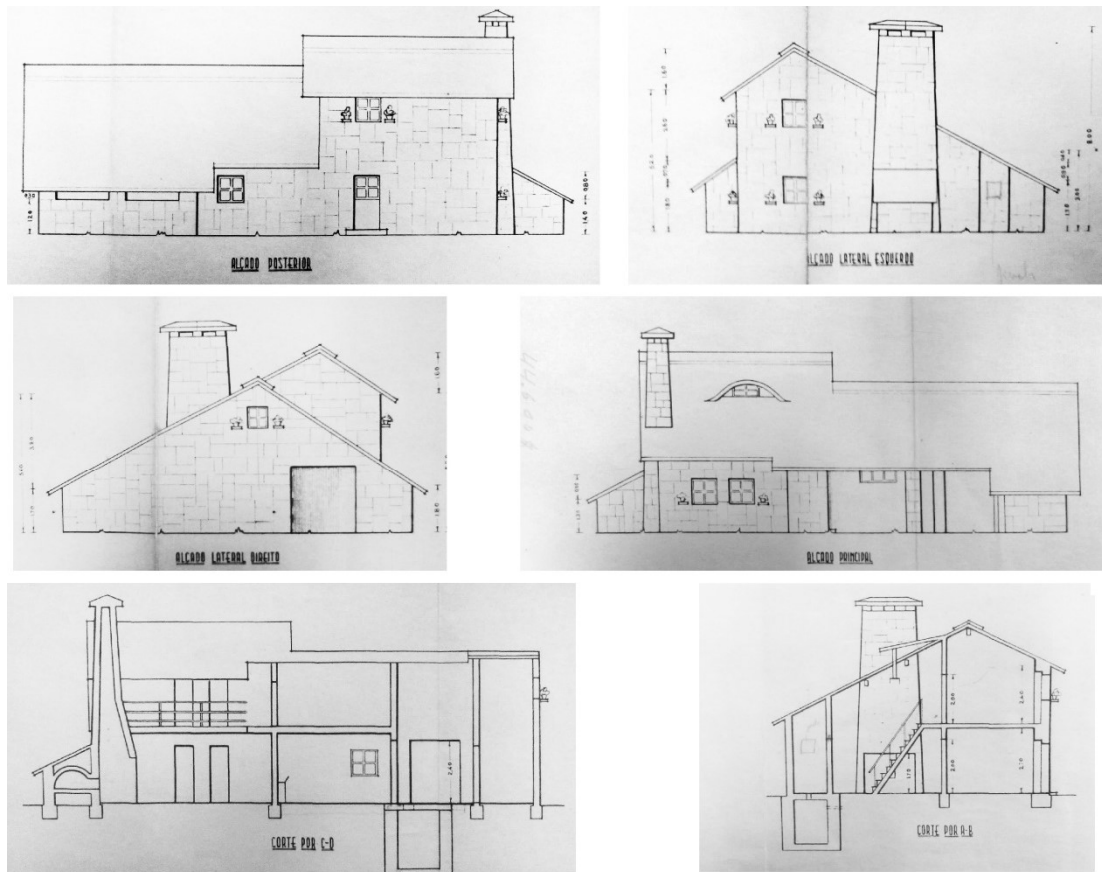


Figura 86 – Alçados e cortes do Projecto do Casal Tipo para a região do Barroso.

5m

No que concerne à materialidade, prevalece a austeridade. “[P]ese embora a sua arquitetura poder ser considerada ‘conservadora/ruralista’ (...) não parecem indicar o excesso decorativista geralmente associado ao receituário da «casa portuguesa». Veja-se a esse propósito, e como exemplo, os «casais» da colónia do Barroso (...) adotando antes uma expressão bem mais austera e próxima das propostas de feição regionalista que emergem após o IARP”²⁰⁶. De facto, estamos perante um módulo simples, desenvolvido com recurso a poucos materiais, resultante da utilização de granito emparelhado, sem recurso a reboco, à semelhança da arquitetura popular da região. Os vãos, por sua vez, de dimensões uniformes com vista à standardização, surgem com o

²⁰⁶ CORREIA, Mariana; CARLOS, Gilberto; ROCHA, Sandra. 2014. Op. Cit. p.211

intuito de acautelar a existência de pelo menos uma janela em cada compartimento habitável, com área superior a $\frac{1}{15}$ da respetiva divisão, garantindo a iluminação e ventilação natural dos espaços, o que prova as preocupações higienistas da JCI patentes no projeto²⁰⁷. De acordo com a memória descritiva do projeto, os vãos interiores são em madeira, e os exteriores, embora em madeira, são tratados com *carbolineum*²⁰⁸. Quanto aos pavimentos, estava prevista a utilização de calçada portuguesa em todas as zonas, com exceção da cozinha que seria em lajeado. O piso superior seria desenvolvido sobre laje de madeira, com soalho no mesmo material. Por último, a cobertura foi idealizada em colmo, uma vez que o Barroso era uma zona de produção deste material²⁰⁹. No entanto, como dissemos e iremos aprofundar adiante, este material foi substituído pela telha.²¹⁰

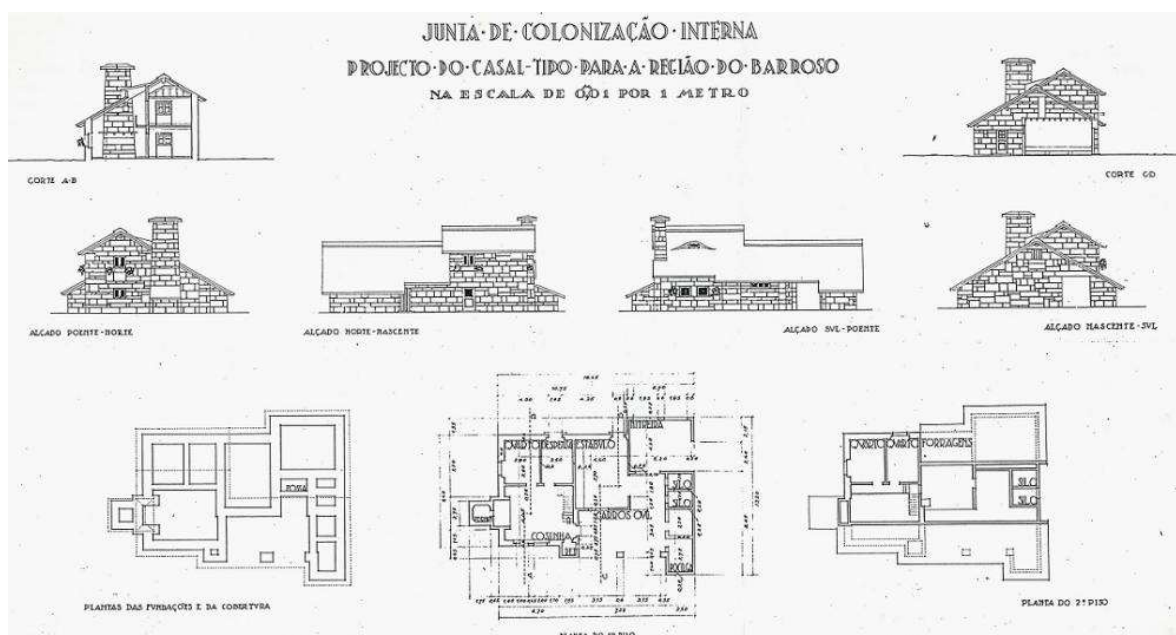


Figura 87 – Projecto do Casal Tipo Para a Região do Barroso.

É manifesta a tentativa da JCI reinterpretar os valores locais. Sobre este tópico, devemos salientar três aspetos, como o facto deste organismo se mostrar conhecedor dos elementos arquitetónicos característicos da arquitetura popular da região, nomeadamente a chaminé, a lareira (fig.88) ou o varandim, que reinterpretou e aos quais deu destaque; o facto da organização espacial da planta da JCI replicar o módulo habitacional comum do casario da região de Trás-os-

²⁰⁷ MACEDO, Mário. 1942. Op. Cit.p.18

²⁰⁸ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA –*Projecto de Casal – Tipo do Barroso*. Lisboa: Ministério da Economia, 1947?

²⁰⁹ AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa: Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 160

²¹⁰ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1947? Op. Cit.

Montes, considerando a mesma ordem e esquema de funções no que se refere à relação entre trabalho e habitar. Por fim, destacamos a materialidade, assente, mais uma vez, na construção com recurso ao granito da região (fig.89). Segundo RAPAZOTE, *“esta arquitetura é, portanto, resultado de uma interpretação da casa tradicional conhecedora dos modelos modernos da época, mas imbuída dos valores do Estado Novo, que desta forma concretizou a sua tentativa de conceptualização de uma «casa tradicional portuguesa» adaptada à região”*²¹¹. Vale a pena acrescentar que a conceção do projeto atende à materialidade, organização e composição espacial, respeitando as vivências regionais, mas, de certo modo, está imbuída de uma pretensão pedagógica de contrariar a ideia de que *“as aldeias transmontanas são compactas, feitas de casas contíguas e muito uniformes, escuras e de feição rude e arcaica”*²¹². Ao mesmo tempo, assume elementos modernos, como a organização funcionalista e a divisão dos espaços habitacionais e produtivos em volumes distintos²¹³, em concordância com os princípios economicistas, sendo o custo de construção de cada habitação de 80.000\$00²¹⁴, e higienistas.



Figura 88 – Lareira do Casal Tipo Barroso.



Figura 89 - Alvenaria de Granito do Casal Tipo Barroso.

Paralelamente aos valores regionalistas que respeitam, conceptualizam, de certo modo, alguma sustentabilidade projetual, construindo de acordo com o meio em que estes núcleos se inserem. No caso dos núcleos de Montalegre, o rigor do clima, o regime dos ventos e a natureza do território, impõe ainda especial consideração destes princípios na conceção do módulo, motivo pelo qual a orientação do módulo difere de acordo com o aldeamento em que se insere. Pese embora esta afirmação, os cinco aldeamentos em análise assumem sempre a orientação espacial

²¹¹ RAPAZOTE, João. 2012. Op. Cit. p. 224

²¹² OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando. 2003. Op. Cit. p.137

²¹³ CORREIA, Mariana; CARLOS, Gilberto; ROCHA, Sandra. 2014. Op. Cit. p.211

²¹⁴ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – III Freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo*. Lisboa: MA, JCI, 1946. p.47

com base nos quatro pontos colaterais, respeitando os entendimentos da época sobre a boa construção e orientação da casa²¹⁵.

²¹⁵ MACEDO, Mário. *A Casa Rural: A Habitação*. Edição 2ª. Lisboa: Serviço Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda, 1942. p.12

CAPÍTULO III

VALORIZAÇÃO DOS CONJUNTOS



Figura 90 – «Casas dos Ilhéus» em Picanceira, Mafra.

3.1 A UNIDADE E IDENTIDADE DOS CONJUNTOS

O estudo arquitetónico das colónias agrícolas da JCI, poderá ser abordado através de diferentes perspetivas, graças à sua riqueza e singularidade projetual, conforme demonstra a investigação de GUERREIRO²¹⁶.

A análise desenvolvida neste trabalho foca, exclusivamente, os núcleos de Montalegre, onde se dissemina o *Projecto do Casal – Tipo Barroso*. Indagamos especificamente o valor arquitetónico destes conjuntos, o que não equivale a desconsiderar o valor arquitetónico individual de cada *casal agrícola*, equipamentos ou infraestruturas de apoio construídos pela JCI. Importa, sobretudo, compreender que, na conceção destas aldeias, existiu um propósito de construção de um conjunto integrado com o meio e a paisagem. Ainda que demonstrem influências da arquitetura popular da região, conforme anteriormente referido, os conjuntos da JCI são, sobretudo, assumidos como um exercício arquitetónico de desenho de uma nova abordagem a um assentamento rural. Em suma, constituem uma oportunidade rara de desenhar um meio tradicionalmente vernáculo.

Bastante consensual, o conceito de valor do conjunto arquitetónico interessa para este estudo, sobretudo para definir e identificar as variáveis normalmente atendíveis para a determinação dos conjuntos arquitetónicos e de que modo são aplicáveis às colónias em análise. Para ECHAIDE, existem dois tipos de conjuntos arquitetónicos, aqueles que não possuem unidade de estilo, como se verifica nas cidades antigas, onde arquitetura religiosa e civil partilham o mesmo espaço, sem, contudo, descorar a unidade de conjunto; e aqueles que “*possuem uma unidade de conceção no seu conjunto e nos seus detalhes; O que é a unidade de estilo no sentido mais estrito da expressão*”²¹⁷. Partindo desta abordagem podemos, portanto, considerar que para o estabelecimento de um conjunto não é fundamental uma identidade estilística, mas sobretudo uma unidade formal e estética, formada por um número plural de construções que constituem uma unidade morfológica identificável para o homem.

A *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa*, assinada em Granada, a 3 de outubro de 1985, define conjuntos arquitetónicos como “*agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objeto de uma*

²¹⁶ GUERREIRO, Filipa de Castro - *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016. Tese de Doutoramento

²¹⁷ ECHAIDE, Rafael - *La Arquitectura Es Una Realidad Histórica*. Pamplona: T6 Ediciones SL, 2002. p.146 Traduzido pelo autor a partir do original: “*conjuntos arquitectónicos que tienen una unidad de concepción en su conjunto y en sus detalles; esto es, que tienen unidad de estilo en el sentido más estricto de la expresión*”

*delimitação topográfica*²¹⁸. Nesta definição introduzem-se, em nossa opinião, três importantes variáveis para a conceção de um conjunto: a homogeneidade, isto é, uma identidade morfológica e estética comum num universo plural de construções; o interesse arquitetónico e que pressupõe que, para um determinado conjunto arquitetónico ser classificado como tal, tenha valor intrínseco; a delimitação topográfica, fazendo antever que a um conjunto arquitetónico está associada uma localização e delimitação geográfica.



Figura 91 – Proposta de implantação do conjunto habitacional, casas Kingo de Jørn Utzon, 1959.

No caso das colónias agrícolas, objeto de análise nesta tese, conseguimos, na nossa perspetiva, identificar estas três premissas. Desde logo a questão da homogeneidade, talvez a mais evidente pelo recurso a projetos tipo, que garante a unidade de conceção do conjunto defendido por ECHAIDE. Destacamos também o interesse arquitetónico. Na verdade, um dos propósitos deste trabalho é pôr em evidência esse interesse, apoiando-nos, para tal, em razões históricas, artísticas e sociais, associadas a este projeto pioneiro de colonização interna em Portugal. Por fim, a delimitação territorial, conseguida com recurso à conceção de assentamentos concentrados e fundamentados no conceito de “cidade-jardim”, tirando proveito das características deste

²¹⁸ N.º 2, Art.º 2.º da Resolução da Assembleia da República n.º 5/91 de 23 de janeiro de 1991. [Em Linha]. Diário do República: I Série-A, n.º 19 [Consultado a 3 de fevereiro de 2018] Disponível em <www.dre.pt/application/file/500160>

território, que favorece o isolamento natural destas aldeias, cujos limites são definidos muitas vezes por elementos naturais da paisagem.



Figura 92 – Fotografia do conjunto habitacional, casas Kingo de Jørn Utzon, 1959.

Por outro lado, e se considerarmos as definições de ROSSI relativas ao conceito de ‘Bairro’, mormente urbano, podemos, se nos propusermos ao exercício de as equacionar num meio rural, identificar essas mesmas características nas premissas de construção nestas aldeias, principalmente pela sua unidade morfológica e social que se consegue atingir. Como refere o autor *“o bairro é a unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função própria”*²¹⁹. ROSSI introduz aqui uma quarta variável, que pode e deve ser tida em conta na questão da unidade destes assentamentos, e que se refere à componente social. Efetivamente, na conceção de todas as colónias da JCI, sobretudo as que se constroem a partir de pequenos núcleos habitacionais, como é o caso da colónia do Barroso, cimenta-se, no nosso entender, o conteúdo social, sob a forma do comunitarismo e entreajuda vizinha daqueles que vivem isolados. Importa atentar que das colónias projetadas pela JCI, a colónia agrícola do Barroso *“constituiu o primeiro e o maior dos assentamentos no território de tipo concentrado”*²²⁰, o que obviamente favoreceu a construção de um conjunto arquitetónico particular, de casas isoladas, que procurou as ideologias urbanísticas e sociológicas progressivas do princípio do século XX, fortemente alicerçadas nos modelos anglo-saxónicos, de que são exemplos as “Cidades-Jardim” ou o conceito de “Unidade de Vizinhança”²²¹. Aliás, a própria redação do texto

²¹⁹ ROSSI, Aldo - *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 2016. pp. 81-82

²²⁰ COSTA, Ana. 2017. Dissertação de Mestrado. Op. Cit. p.12

²²¹ *“A teoria da «unidade vizinhança» (...) conheceu um inegável sucesso e influenciou a organização das áreas habitacionais, a partir dos anos vinte (...) Este modelo anglo-saxónico interliga-se às baixas densidades e à ideia*

que acompanha o projeto de colonização para a Aldeia Nova do Barroso, atesta esta lógica de construção de uma unidade de conjunto, ao qual se procurava *“dar (...) o aspeto geral de aldeia jardim, em vez de simples amontoando de casas sem expressão e sem graça”*²²².

Estes vocábulos, «unidade» e «conjunto» que, numa primeira abordagem, parecem antagónicos, são conceitos de composição arquitetónica suscetíveis de análise individual. No nosso entender, o conceito de «conjunto» apenas se aplica quando existe uma «unidade» arquitetónica, geradora de uma identidade, cuja análise singular da soma das partes não revela. Conforme sugere ZEVI, *“todas as composições quer na planta, quer na perspetiva, devem ter um carácter de ligação entre todos os seus componentes. Compor é o contrário de justapor, onde não existe a força de um discurso, mas apenas uma série de palavras isoladas, sem significado.”*²²³ Assim, se na definição de conjunto está subjacente o princípio de unidade arquitetónica, podemos questionar de que forma uma matriz plural constitui um princípio de singularidade a que chamam unidade? Para CLARK e PAUSE, o *“relacionamento entre a unidade e o conjunto é a ideia geradora que vincula umas unidades com outras e com o conjunto de acordo com procedimentos específicos designados a criar a forma construída”*²²⁴. Com base na análise de variadas obras de referência arquitetónica, estes autores advogam que a relação de unidade com o conjunto pode formar-se através de diferentes estratégias de composição, destacando quatro relações possíveis: a unidade igual ao conjunto; unidades contidas em conjuntos; conjuntos maiores que a soma das unidades; agregação de unidades, possível através da continuidade, separação ou sobreposição de unidades²²⁵. Estes estudos provam que o conceito de unidade é inerente à conceção de um conjunto arquitetónico. Assim, alcançar a unidade projetual é um elemento distintivo de um «grupo de casas» ou de um «conjunto arquitetónico de casas». Em rigor, segundo ZEVI, *“duas estátuas iguais próximas, duas casas idênticas, dois andares da mesma altura sobrepostos não formam unidade, mas dualidade”*²²⁶.

No caso das colónias agrícolas de Montalegre, esta perspetiva de conjunto que desenha a paisagem, no nosso entender, prevalece sobre o valor unitário das partes que o compõe,

de «cidade-jardim». A Unidade de vizinhança é um «bairro» habitacional, separado das vias por zonas verdes e com o centro de equipamentos no interior (...) O conceito de unidade vizinhança dominou quatro décadas de urbanismo, como processo simples [ou melhor simplista] de ordenar a expansão urbana, permitindo o crescimento em «cacho de uva» por agregação de unidades autónomas” in LAMAS, José. 2010. Op. Cit. pp. 318-320

²²² PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1944. Op. Cit. p. 59

²²³ ZEVI, Bruno. 1996. Op. Cit. p. 166

²²⁴ CLARK, Roger; PAUSE, Michael. *Arquitectura : Temas de Composición*. 2ª Edição. [s.l.]: ¿Gustavo Gili – México, 1997?. p.207. Traduzido pelo autor a partir do original: *“la relación entre la unidad y el conjunto es la idea generatriz que vincula más unidades con otras y con el conjunto de acuerdo a procedimientos específicos encaminados a crear la forma construída”*

²²⁵ CLARK, Roger; PAUSE, Michael. 1997? Op. Cit. pp.207-213.

²²⁶ ZEVI, Bruno. 1996. Op. Cit. p. 166

nomeadamente os *casais agrícolas*. Para isso contribuiu também a rede viária, os equipamentos, etc. “Procurou-se formar um conjunto agradável com linhas de grandes perspectivas e de molde a que as silhuetas das habitações se recortem umas sobre as outras com claros e escuros”²²⁷.

Verificado o propósito de uma unidade arquitetónica a partir de conjunto, questiona-se como se compõe este conjunto ou agrupamento. Segundo VON MEISS, “podemos compor a partir de diferentes partes que, juntas, dão o efeito de um agrupamento. Este princípio de agrupamento é reforçado pela repetição, semelhança, proximidade, recinto comum, simetria e orientação das peças”²²⁸ que, de certo modo, vai ao encontro da unidade formal e estética defendida por ECHAIDE²²⁹, e dos princípios de homogeneidade e delimitação topográfica advogada pela Convenção de Granada, de 1985²³⁰.

Assim, se analisarmos detalhadamente cada um destes princípios apontados por VON MEISS, podemos verificar que todos se manifestam na composição das cinco colónias em análise. Com efeito, em todos observamos os mesmos princípios: a orientação similar de todos os *casais agrícolas*; o conceito de recinto comum e proximidade entre módulos; o desenho forte do assentamento, conseguido com recurso a uma métrica ordenada e rigorosa, determinada pela rede de acessibilidades e ritmo entre propriedades; a repetição agregada ao conceito de *tipo*, conseguida, neste projeto, com recurso à utilização do *Projeto do Casal - Tipo do Barroso* de 1943, característica fundamental na composição da unidade destes conjuntos. Para isso, muito contribuiu o conceito de imagem comum, que garante a semelhança sugerida por VON MEISS e ECHAIDE, e define, também, o ritmo em que a arquitetura promove uma “sensação de coerência”²³¹, aquilo que chamamos de ordenação espacial, isto é, “a justa proporção na medida das partes da obra consideradas separadamente e, numa visão de totalidade, a comparação proporcional tendo em vista a comensurabilidade”²³², conceptualizando a identidade do projeto.

Obviamente que a ideia de identidade arquitetónica subordinada ao *tipo* é uma estratégia projetual fortemente explorada pelo Estado Novo, enquanto estratégia de propaganda das

²²⁷ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1944. Op. Cit. p. 58

²²⁸ VON MEISS, Pierre - Elements of Architecture: From Form to Place. London? Spon Press, Taylor & Francis Group. 2004? Pag.32. Traduzido pelo autor a partir do original: “we can compose it from parts which, together, give the effect of a grouping. This principle of grouping is reinforced by repetition, similarity, proximity, common enclosure, symmetry and orientation of the parts”

²²⁹ ECHAIDE, Rafael. 2002. Op. Cit. p.146 Traduzido pelo autor a partir do original: “conjuntos arquitectónicos que tienen una unidad de concepción en su conjunto y en sus detalles; esto es, que tienen unidad de estilo en el sentido más estricto de la expresión”

²³⁰ N.º 2, Art.º 2.º da Resolução da Assembleia da República 5/91 de 23 de janeiro de 1991. [Em Linha]. Diário da República: I Série-A, n.º19 [Consultado a 3 de fevereiro de 2018] Disponível em <www.dre.pt/application/file/500160>;

²³¹ VON MEISS, Pierre. 2004? Op. Cit. p.32. Traduzido pelo autor a partir do original: “Repetition in the form of rhythm, as much in music as in architecture, is an extremely simple principle of composition which tends to give a sense of coherence”

²³² VITRUVIO, Marcos. 2006. Op. Cit. p.37

benfeitorias do regime, sendo a colonização interna do Barroso um excelente campo de experimentação. Importa, todavia, esclarecer que o conceito de *tipo* em arquitetura, assim como muitos outros conceitos arquitetónicos, tem diferentes interpretações e uma evolução no tempo.

Recentemente, THORNBURG propôs uma definição de *tipo* que, não sendo díspar das anteriores, sugere que se poderia definir “*na sua mais simples expressão como conceito que descreve um grupo de objetos caracterizados por ter a mesma estrutura formal. (...) Poderia dizer-se que um tipo significa a capacidade de pensar «em grupos»*”²³³.

No nosso objeto de estudo, e com base nas publicações da época, podemos entender que na composição do projeto-tipo em análise, está subjacente uma conceção do *tipo a priori*, fruto de uma necessidade ou estratégia arquitetónica, mais próxima dos ensinamentos de QUATREMÈRE DE QUINCY e ROSSI. Para estes autores, o conceito de *tipo* é equacionado numa perspetiva de repetição, mas evidentemente sujeito a transformações. Conforme atesta COSTA, o estudo desenvolvido para o Barroso, parte de uma «peça principal», que evoluiu sob a forma de uma planta-tipo “*que fosse adaptável a diferentes orientações, alterações de vãos e outros elementos construtivos complementares, mantendo constantes as fundações, cobertura, pavimentos, volume total de paredes, superfície e número de vãos*”²³⁴. Com efeito, existe uma premissa que parte de uma peça normalizada e fundamentada em anteriores projetos desenvolvidos em processos de colonização equivalentes em Itália e Espanha²³⁵. Esta forma evoluída que compõe a estrutura morfológica, permite equacionar este projeto numa perspetiva de grupo, conforme prevê a definição de tipo de THORNBURG²³⁶.

No nosso entender, a utilização do conceito de *tipo* é uma estratégia hábil do regime na conceção do projeto de colonização do Barroso, na medida em que se traduz numa produção arquitetónica económica, rápida e capaz de definir um modelo regionalizado do Estado. Por outras palavras, embora os projetos da JCI não tivessem o sucesso preconizado, aqueles que subsistiram com maior vigor, como é o caso dos núcleos do Barroso, Pegões ou Boalhosa, revelam uma unidade de conjunto, fortemente conseguida pela identidade do *tipo* comum, que entendemos ser merecedora de preservação e salvaguarda.

²³³ THORNBURG, José Muntañola – *Topogénesis : Fundamentos de una nueva arquitectura*. Barcelona: Edicions UPC, 2000. p. 47. Traduzido pelo autor a partir do original: “*Podría definirse en su más simple expresión como concepto que describe un grupo de objetos caracterizados por tener la misma estructura formal. (...) Podría decirse que un tipo significa la capacidad de pensar «en grupos»*”

²³⁴ COSTA, Ana - *Arquitectura agrícola: as colónias do Estado Novo para o Barroso*. Porto: Universidade Lusíada do Porto, 2017. Dissertação de Mestrado. p.32

²³⁵ LOBO, Vasco; ANTUNES, Alfredo da Mata. 1960. Op. Cit. pp.63-74

²³⁶ THORNBURG, José Muntañola. 2000. Op. Cit. p. 47. Traduzido pelo autor a partir do original: “*Podría definirse en su más simple expresión como concepto que describe un grupo de objetos caracterizados por tener la misma estructura formal. (...) Podría decirse que un tipo significa la capacidad de pensar «en grupos»*”

3.2 VALORIZAÇÃO INTEGRADA DOS CONJUNTOS

Os conjuntos rurais da JCI em Montalegre, fruto da sua vetustez, necessidade de adaptação às novas realidades sociais e vontades dos seus proprietários encontram-se, hoje, suscetíveis de transformação, com vista à adequação aos novos tempos e paradigmas das áreas rurais. Em primeiro, julgamos ser fundamental constatar que o meio rural, como o urbano, de hoje mudou. Sofreu alterações físicas, climáticas, socioeconómicas, o impacto dos avanços tecnológicos, entre outros, muitos dos quais exponenciando a vulnerabilidade destes territórios e consequente desertificação dos mesmos. Certo é que a adequabilidade do edificado implica transformações físicas e, segundo alguns autores, *“nas últimas décadas, as intervenções em edifícios vernaculares antigos têm-se valido recorrentemente de materiais inadequados, acelerando a degradação do fácies dos mesmos com a passagem do tempo”*²³⁷. O objeto deste estudo, esteve também ele exposto a estas transformações, sobretudo a partir do momento em que os *casais agrícolas* passaram a ser propriedade privada, em conformidade com o Decreto-Lei nº 45 841, de 31 de julho de 1964²³⁸.

Evidentemente que a necessidade de adaptação e evolução de uma obra arquitetónica aos diferentes tempos e necessidades socioculturais é um dado adquirido de qualquer construção arquitetónica²³⁹. Neste caso particular, tratam-se de edifícios construídos segundo um propósito e uma imagem comum a cinco aldeias. Julgamos que a salvaguarda desta imagem de conjunto está comprometida se não for acautelada, tutelada e a sua transformação condicionada, ameaçando a perseverança identitária do projeto, *“a referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.”*²⁴⁰ É neste processo evolutivo do edificado, que nos cabe reconhecer a importância da salvaguarda do valor arquitetónico do objeto a fim de determinar a pertinência da sua «patrimonialização»²⁴¹. Este conceito remete para o processo de salvaguarda do seu valor — identificar e preservar o interesse de uma construção

²³⁷ PORTELA, Ana; QUEIROZ, Francisco - *Conservação Urbana e Territorial Integrada – Reflexos sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009. p. 183

²³⁸ Decreto-Lei nº 45 841 de 31 de julho de 1964 do Ministério da Economia. [Em Linha]. Diário da República: I Série, nº179 [Consultado a 24 de fevereiro de 2018] Disponível em <www.dre.pt/application/file/579261>;

²³⁹ TOMÉ, Miguel - *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP, 2002. p.15

²⁴⁰ CARTA DE CRACÓVIA - Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído [Em Linha]. Cracóvia: Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”. [Consultado a 24 de fevereiro de 2018] Disponível em <http://www.culturante.pt/fotos/editor2/2000__carta_de_cracovia_sobre_os_principios_para_a_conservacao_e_o_restauracao_do_patrimonio_construido-conferencia_internacional_sobre_conservacao.pdf>

²⁴¹ *“Trata-se do procedimento que representando a acção de agentes especializados exerce o papel de interpretar, definir, tratar e informar/comunicar na esfera da cultura o que se deve entender por tal categorização”* LIMA, Diana - *Patrimonialização e Valor Simbólico: O “Valor Excepcional Universal” no Património Mundial*. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciências da Informação. João Pessoa. ISSN 2177-3688. GT9-Museu, Património e Informação (2015). p.3

sem, contudo, perspetivar ou advogar a sua classificação perante os órgãos que tutelam essas competências. Evidentemente, que este conceito evoluiu ao longo do tempo fruto dos contributos teóricos, e tratados e cartas que os refletiram, em torno da preservação e conservação. Destacamos, por exemplo, as cartas de Atenas (1931), Veneza (1964) e Cracóvia (2000), que tiveram a pretensão comum de salvaguardar o objeto arquitetónico.

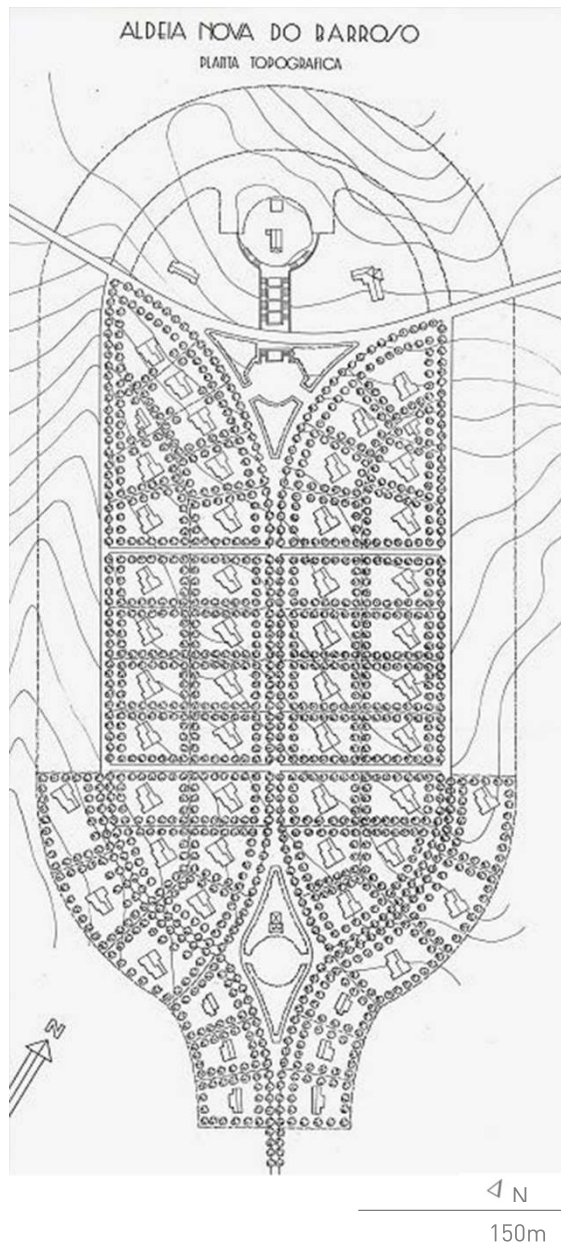


Figura 93 – Projeto original da Aldeia Nova do Barroso, 1944.



Figura 94 – Ortofotomapa Aldeia Nova do Barroso, 2017.

Em suma, quando analisamos património arquitetónico, irremediavelmente equacionamos o seu valor, nomeadamente histórico do edifício ou do conjunto. Conforme define o ICOMOS,

entende-se por património arquitetónico a “*construção e conjunto de construções (cidades, etc.) de valor histórico*”²⁴². Esta definição destaca o facto do património arquitetónico poder estar associado a um conjunto de construções e não apenas a uma edificação singular. No entanto, não renunciando à validade do pressuposto, parece-nos que o texto se circunscreve ao valor histórico dos objetos arquitetónicos. A CARTA DE CRACÓVIA, de 2000 é, na nossa perspetiva, mais abrangente no que diz respeito ao valor do objeto, definindo património como “*o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores.*”²⁴³

Como referimos, o conceito de património pressupõe um processo de valorização. Segundo CHOAY, a valorização é a “*expressão-chave, da qual se espera que sintetize o status do património histórico edificado*”²⁴⁴. Este processo de valorização implica, entre outras coisas, identificar o potencial interesse arquitetónico de determinada construção e a sua excecionalidade. Por outras palavras, independentemente das classificações e conceitos acerca do património construído, a identificação do mesmo está implícita no reconhecimento coletivo de uma obra, que se entende digna de salvaguarda sob pena de perder-se para as gerações vindouras. Em rigor, “*este significado coletivo constitui-se também como referência para definir a importância espacial de alguns exemplares (...) cuja sobrevivência possibilita a fixação e transmissão das memórias*”²⁴⁵. Tal reconhecimento, seja do valor arquitetónico de uma obra ou de um conjunto de edificações, compreende a necessidade prévia do conhecimento do objeto construído, a fim de lhe ser reconhecido valor. Assim, segundo INFANTE, o “*primeiro passo para a conservação e restauro é estar bem informado acerca do edifício nas suas componentes culturais e técnicas, combinando a análise arqueológica, histórica e iconográfica com o levantamento arquitetónico e a identificação das patologias.*”²⁴⁶ Sem este conhecimento e, sobretudo, a razão da sua construção, a sua valorização pode estar em causa. Por este motivo, embora não seja objetivo central desta tese tratar documentalmente as colónias construídas pela JCI em Montalegre, pretendemos aumentar

²⁴² LOURENÇO, Paulo; OLIVEIRA, Daniel. – *Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitectónico*. Guimarães: Universidade do Minho, 2004. p.39

²⁴³ CARTA DE CRACÓVIA - Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído [Em Linha]. Cracóvia: Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”. [Consultado a 24 de fevereiro de 2018] Disponível em <http://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/2000__carta_de_cracovia_sobre_os_principios_para_a_conservacao_e_o_restaurado_do_patrimonio_construido-conferencia_internacional_sobre_conservacao.pdf>

²⁴⁴ CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. 3ªed. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p.212

²⁴⁵ TOMÉ, Miguel. 2002. Op. Cit. p.15

²⁴⁶ INFANTE, Sérgio – *Autenticidade e Conservação Integrada*. Revista Arquitetura Lusíada – 1. Lisboa. ISSN 1647-9009. nº1 (2010). Universidade Lusíada Editora. p.104

o conhecimento científico sobre esta temática, divulgar estes conjuntos e, desta forma, promover a sua salvaguarda e valorização.

Em arquitetura, o conceito de «valor» pode ter diferentes significados. RIEGL, através da publicação *«O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem»*, de 1903, conceptualiza dois universos da valorização que se dividem entre «valores de memória» e «valores da atualidade». Os primeiros compreendem o valor da antiguidade, o valor histórico e o valor de memória intencional, enquanto os «valores da atualidade», referem-se ao valor de uso e valor artístico, e este último pode ser subdividido entre o valor de novidade e o valor de arte relativo²⁴⁷. Por outras palavras, para RIEGL a valorização de um monumento compreende duas razões temporais, isto é, valores relativos ao passado e valores atuais (para a contemporaneidade), questões que relevam para esta investigação.

Efetivamente, os *casais agrícolas* nos dias de hoje ainda se consideram válidos e mesmo que o contexto sociológico da região se tenha alterado, continuam a cumprir parte das funções para as quais foram projetados, nomeadamente enquanto espaços de habitar e de apoio à atividade agrícola. Embora, atualmente o seu funcionamento enquanto colónia exclusivamente agrícola esteja comprometido, mantém-se a identificação deste conjunto enquanto aldeia com unidade e coesão. No que diz respeito aos valores relativos à memória, seja testemunho educacional e histórico de uma experiência, política, sociológica e arquitetónica, é fundamental contribuir para a integridade e manutenção dos parâmetros essenciais caracterizadores de um conjunto com uma unidade, identidade e valor associado a uma época, uma ideologia política e um modo de vida específico.

Definições mais recentes deste conceito, identificam diferentes valores suscetíveis de serem associados a uma obra arquitetónica, nomeadamente o «valor económico»; «valor de uso»; «valor intrínseco»; «valor estético»; «valor cultural», «valor histórico» e «valor patrimonial»²⁴⁸.

Efetivamente, quando se trata de atribuir valor a um determinado objeto corrente, assumimos que o valor está apenas ligado à vertente económica do mesmo. Todavia, a valorização arquitetónica incide também sobre o «valor de uso» e «valor estético» de uma determinada obra²⁴⁹. Podemos considerar, também, o «valor intrínseco» do edificado, sobretudo documental ou instrumental, enquanto obra de arte ou relação da construção com a paisagem Barrosã. Paralelamente, há que considerar o «valor cultural», «valor histórico» e «valor patrimonial», muito relevante nestes conjuntos rurais. Do ponto de vista cultural, constituem elementos de uma

²⁴⁷ RIEGL, Alois. 2013. Op. Cit. pp.27-65

²⁴⁸ RODRIGUES, Maria; FIALHO DE SOUSA, Pedro; BONIFÁCIO, Horácio. – *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. 3ª Ed. Coimbra : Quimera Editores, 2002. pp. 275-276

²⁴⁹ SCRUTON, Roger. – *Estética da Arquitectura*. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 239

herança sociológica e de uma ação política isolada, materializada arquitetónica e historicamente, por se tratarem de objetos que representam uma iniciativa única de colonização interna com um tipo de assentamento criado de raiz e que respondia a imperativos de cariz político e social. O «valor patrimonial» decorre da simbiose do «valor estético» e «valor histórico», e numa perspetiva mais abrangente do «valor de uso» ou «valor estético», está relacionado com o interesse arquitetónico das colónias agrícolas da JCI.

Assim, o valor patrimonial do objeto arquitetónico que aqui se discute, está assente nas motivações cultural e históricas que determinam a sua construção, pois constitui um legado histórico único da colonização interna portuguesa. Conforme referem LOPES, COUTO e PINTO estamos perante “*exemplos notáveis de organização, integração e intervenção na paisagem rural, que urge conhecer, proteger e requalificar*”²⁵⁰.

Em Portugal, “*são componentes do regime geral de valorização dos bens culturais (...) A proteção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios*”²⁵¹, nos quais, no nosso entender, se enquadram as colónias agrícolas de Montalegre. Estas são correspondem a bens culturais na medida em que retratam o legado histórico da colonização interna da JCI em Portugal; constituem uma experiência sociológica e política única de repovoamento humano; configuram conjuntos rurais distintos a nível nacional, constituindo “*do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo, experiências e ensaios únicos no seu género*”²⁵², nomeadamente pela narrativa ideológica do programa, forma e ordenação dos assentamentos; constituem uma experiência de urbanismo rural alicerçada na construção de novos assentamentos aglomerados, sob influência do conceito de «cidades-jardim» criadas de raiz, excecional a nível nacional; são estruturas de coesão e fixação da população no concelho. Em suma, é possível enquadrar-se estes núcleos na definição de «Património Cultural» estabelecida pela *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* de Paris, em 1972. Este estatuto está previsto para “*Grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência*”²⁵³.

²⁵⁰ LOPES, Sara; COUTO, Joana; PINTO, Miguel – *A Colonização Interna Portuguesa e as Novas Paisagens Rurais, O Caso de Milagres*. In *Reflexões sobre Património Cultural*. MAGALHÃES, Fernando; SOUSA, Jenny; LOPES, Maria (org.). Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 2017. p.121

²⁵¹ Artº 70 Lei nº 107/2001 de 8 de setembro de 2001 da ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. [Em Linha]. Diário do República: I Série-A, nº209 [Consultado a 11 de fevereiro de 2018] Disponível em <www.dre.pt/application/files/62/96/98/>

²⁵² LOPES, Sara; COUTO, Joana; PINTO, Miguel. 2017. Op. Cit. p.121

²⁵³ Artº1 da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972

Além do conhecimento do mesmo, é necessária proteção o que em alguns casos pode implicar o restauro, noutros reabilitação ou até reconversão a fim de lhe ser devolvida a função e utilidade original. Importa, sobretudo, a preservação da identidade da obra e a salvaguarda do seu interesse arquitetónico. Quando se pretende valorizar arquitetonicamente um objeto singular, esta ação tende a ser mais célere e simplificada, por comparação com uma ação deste tipo que visa um conjunto. A razão é óbvia. Além das questões burocráticas, legais e de propriedade, há ainda toda uma logística inerente a uma operação construtiva num conjunto, mais complexa do que a prevista numa construção individual.

Assim, para a valorização destes espaços é fundamental o diagnóstico. Só então se pode equacionar *“a intervenção física no existente, como condição de valorização da obra arquitetónica”*²⁵⁴. Por outras palavras, exponenciar o valor patrimonial deste edificado, uma vez identificada a sua excecionalidade, implica a definição de uma estratégia para a transformação destes espaços que hoje são privados, com vista à conservação integrada do conjunto. Sobretudo, interessa compreender que o valor do conjunto ou da paisagem rural edificada, sobrepõe-se, por vezes, ao valor individual das construções que o compõe, facto também evidente nalgumas cidades históricas, onde o valor do grupo é manifestamente superior ao valor de cada edifício²⁵⁵.

No entanto, perpetuar o edificado conduz a uma certa «museificação». De acordo com CHOAY, *“as «antiguidades», uma vez promovidas a «monumentos históricos», foram objeto de uma proteção institucional, que tende à «museificação»*.²⁵⁶ No caso destes núcleos, o risco de *museificação* é minimizado, porque não se pretende restaurar, nem tão pouco impedir a requalificação das construções, nem do conjunto. Visa-se a sua requalificação com estratégias abertas a soluções específicas e diferenciadas que permitam uma atuação sistemática, sempre que possível, numa perspetiva de manutenção do uso principal para o qual foram criados (habitação e trabalho).

No panorama internacional a preocupação com as antigas colónias agrícolas é também evidente. Segundo MEDINA e MEYER, a visita aos *Poblados* da zona de Levante, Espanha, nos dias de hoje, provoca duas sensações, o primeiro é o reconhecimento de uma coerência urbana e o segundo é o envelhecimento e alterações significativas do edificado, que leva à perda de identidade. Para os autores, *“os cidadãos e seus governantes não são realmente conscientes da existência de um dos seus valores culturais, urbanísticos e arquitetónicos que têm que preservar e*

²⁵⁴ TOMÉ, Miguel. 2002. Op. Cit. p.15

²⁵⁵ ORBASLI, Aylin; WOODWARD, Simon - *Tourism and Heritage Convention*. in *The Sage Handbook of Tourism Studies*. JAMAL, Tazim; ROBINSON, Mike (Ed.). Los Angeles: Sage, 2009. p. 318

²⁵⁶ CHOAY, Françoise. 2009 - *As Questões do Património*. Lisboa: edições 70. p. 44

*proteger*²⁵⁷, o que leva a transformações isoladas e descuidadas, num edificado construído num princípio de conjunto, fomentando o empobrecimento arquitetónico do assentamento. Para contrariar esta situação, desenvolveram-se iniciativas governamentais com vista à proteção destes edifícios. São exemplo dessa ação os já referidos *pueblos de colonización* de «Poblado de Cañada de Agra»²⁵⁸ e «Villalba de Calatrava»²⁵⁹ (fig. 95), classificados em Espanha, como *Bien de Interés Cultural*.



Figura 95 – Villalba de Calatrava, Espanha.

CONSERVAÇÃO INTEGRADA

A conservação integrada ou conservação integral (CI) surge durante os anos 60, com a reabilitação do centro histórico de Bolonha, numa perspetiva de salvaguarda da identidade urbana do conjunto²⁶⁰. No entanto, este conceito só veio a ganhar destaque com a Carta Europeia do Património Arquitetónico, ratificada em Amesterdão, em 1975. Neste documento, embora este conceito não surja de forma expressa, estabelece-se que o *“Património arquitetónico Europeu não consiste apenas nos nossos monumentos mais importantes (...) inclui também o agrupamento de edifícios menores existentes nas nossas cidades antigas e nas aldeias características, situados nos*

²⁵⁷ MEDINA, Andrés; MEYER, Justo - *Pueblos de colonización durante el franquismo: La Arquitectura en la modernización del territorio rural*. AAVV (org.). [S.L.]: Consejería de Cultura. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2008. p. 303 Traduzido pelo autor a partir do original: “*los ciudadanos y sus administradores no son realmente conscientes de la existencia de unos de los valores culturales, urbanísticos y arquitectónicos que haya que conservar y proteger*”

²⁵⁸ CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTES DE 21 DE ABRIL DE 2015 [Em Linha] Diário Oficial de Castilla-la Mancha AÑO XXXIV Núm. 76. [Consultado a 24 de fevereiro de 2018] Disponível em <www.docm.jccm.es/portaldocm/descargarArchivo.do?ruta=2015/04/21/pdf/2015_4809.pdf&tipo=rutaDocm>

²⁵⁹ CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTES DE 22 DE ABRIL DE 2015 [Em Linha] Diário Oficial de Castilla-la Mancha AÑO XXXIV Núm. 77. [Consultado a 24 de fevereiro de 2018] Disponível em <www.docm.jccm.es/portaldocm/descargarArchivo.do?ruta=2015/04/22/pdf/2015_4850.pdf&tipo=rutaDocm>

²⁶⁰ ZANCHETI, Sílvia; LAPA, Tomás - *Conservação Integrada: Evolução Conceitual. in Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvia (org.). Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p.18

*seus ambientes naturais ou produzidos pelo homem*²⁶¹. Esta definição alargou o âmbito do património arquitetónico aos agrupamentos mais pequenos produzidos pelo homem, evidentes em edifícios ou conjuntos com menor representatividade, como a arquitetura civil dos assentamentos rurais, de que são exemplo as colónias objeto deste trabalho. Por outras palavras, *“na Conservação Integrada, proposta pela Declaração, o tratamento dispensado ao património deveria obedecer ao reconhecimento dos valores estéticos, históricos, científicos e sociais para estabelecer metas para a sua preservação e integração em políticas económicas e sociais. Trata-se do princípio de responsabilidade social como instrumento de preservação.”*²⁶²

Evidentemente que este conceito foi evoluindo, fruto dos próprios critérios de valorização arquitetónica, cada vez mais ampliados e diversificados. Se numa primeira abordagem, o conceito foi aplicado, sobretudo, ao ambiente urbano, nomeadamente áreas residenciais e periféricas, centros históricos, numa perspetiva de recuperação física do edificado e de melhoria das condições para os residentes, nos dias que correm, este tem-se alargado para outros contextos e a novos propósitos de revitalização e reconversão de usos. *“A ênfase recaiu sobre espaços públicos, áreas verdes e de recreação e na conversão de grandes edificações, (...) em equipamentos sociais de uso coletivo”*²⁶³.

Assim a Conservação Integrada (CI) assume-se hoje como uma estratégia interdisciplinar, fundamentando-se em ações políticas, sociais, económicas, culturais, ambientais e paisagísticas, procurando com a sua ação intervir nos aspetos físicos e espaciais do território com vista à manutenção da sua identidade, autenticidade e preservação dos valores culturais que nela subsistem.²⁶⁴ Conforme refere AGUIAR, *“um dos objetivos fulcrais da conservação do património urbano era salvaguardar a «identidade» e o «ambiente» da cidade histórica”*²⁶⁵. A CI pressupõe assim uma ação de intervenção no edificado que não compreende apenas a recuperação física do mesmo, ampliando, portanto, o trabalho do arquiteto, para além da conservação do edificado. Visa também uma estratégia de revitalização do edificado, com vista à sua readaptação ao ambiente social e cultural onde está inserido, bem como outros requisitos da sua época. Acreditamos que a

²⁶¹ CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO - Carta Europeia do Património Arquitectónico : Adotada pelo Concelho da Europa em Outubro de 1975 [Em Linha]. Amesterdão: Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu, Amesterdão de 21 a 25 de outubro de 1975. [Consultado a 3 de março de 2018] Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>>

²⁶² MEDEIROS, Ana; FERRIRA, Oscar – *A FORMA SEGUE A FUNÇÃO? Uma contribuição ao estado atual da arte da conservação patrimonial no Brasil a partir de dois estudos de caso: O Touring Club e o Brasília Palace Hotel*. In *A Conservação do Património no Brasil: Teoria e Prática*. ZANCHETI, Sílvia; AZEVEDO, Gabriela; MOURA, Carolina. [org.]. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2015. p.111

²⁶³ ZANCHETI, Sílvia; LAPA, Tomás. 2012. Op. Cit. p.19

²⁶⁴ PORTELA, Ana; QUEIROZ, Francisco. 2009. Op.Cit. p. 12-16

²⁶⁵ AGUIAR, José – *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP, 2002. p.111

CI é uma estratégia válida e capaz de transformar o paradigma das antigas colónias de Montalegre, que, tal como muitos pequenos lugares do interior, conhecem a desertificação, resultado de vários fatores políticos, sociais e geográficos, tornando-se espaços obsoletos face às novas dinâmicas sociais e culturais.

O conceito de CI pode ser entendido como parte da estratégia de revitalização da antiga colónia agrícola de Montalegre, pelo carácter interdisciplinar e abrangente que este conceito impõe na resolução de diferentes problemáticas que assolam estes conjuntos, não focando apenas a intervenção física e patológica, mas sobretudo capacitando a revitalização social. Como assegura QUEIROZ E PORTELA, *“não é suficiente Reabilitar ou Requalificar. Também é, sobretudo, necessário restaurar de forma integrada, isto é, reinstaurar a vida urbana que outrora teve esse legado”*²⁶⁶. Em segundo lugar, o conceito releva pela ação plural que introduz, uma vez que pressupõe a intervenção no conjunto e não apenas no edifício isolado, cuja qualquer ação está, desde logo, limitada ao interesse particular dos seus proprietários. Por outras palavras, a CI pressupõe uma ação na paisagem urbana, conceito definido por CULLEN nestes termos: *“Se me fosse pedido para definir o conceito de paisagem urbana, diria que um edifício é arquitetura, mas dois seria já paisagem urbana, porque a relação entre dois edifícios próximos é suficiente para libertar a arte da paisagem urbana”*²⁶⁷. Por fim, o conceito de CI aplicado às antigas colónias de Montalegre, para além de perspetivar uma revitalização do construído, aceita a evolução sobre o espaço intervencionado. Por outras palavras, para além de compreender a inserção e reconversão de usos numa perspetiva de proteção do carácter histórico do conjunto, a CI conforme defendida pela CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO, *“não impede a introdução da arquitetura moderna nas áreas que contêm edifícios antigos, desde que sejam totalmente respeitados o contexto, as proporções, as formas, as dimensões e a escala existentes, e que sejam usados materiais tradicionais.”*²⁶⁸ Este facto traduz-se numa política de gestão urbana do território capaz de fomentar o seu crescimento e, sobretudo, a dinamização dos seus usos e funções, em concordância com as vivências sociais que possam promover o uso do edificado sem conduzir à “museificação”²⁶⁹ do mesmo. Por outro lado, entendemos que as construções atuais não têm de responder à imposição dos novos materiais,

²⁶⁶ PORTELA, Ana; QUEIROZ, Francisco. 2009. Op.Cit. p.12

²⁶⁷ CULLEN, Gordon. 2015. Op. Cit. p.135

²⁶⁸ CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO - Carta Europeia do Património Arquitectónico: Adotada pelo Concelho da Europa em outubro de 1975 [Em Linha]. Amesterdão: Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu, Amesterdão de 21 a 25 de outubro de 1975. [Consultado a 3 de março de 2018] Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>>

²⁶⁹ O propenso risco de museificação, surge apontado por CHOAY: *“as «antiguidades», uma vez promovidas a «monumentos históricos», foram objecto de uma protecção institucional, que tende à museificação”* - CHOAY, Françoise. 2009. Op. Cit. Pag.44

justificados pelos avanços tecnológicos ou vontades estéticas, mas contribuir para a identidade do conjunto, ainda que isso implique recorrer aos materiais tradicionais.

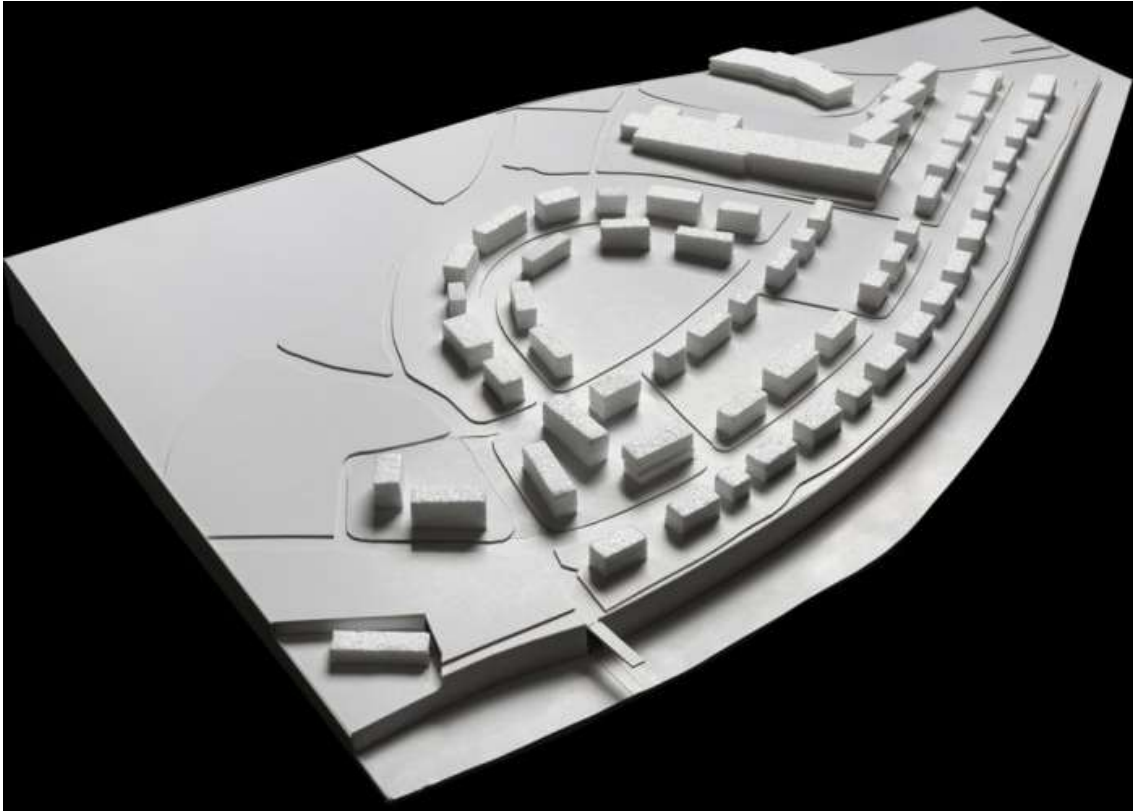


Figura 96 – Maqueta da proposta de reabilitação do Bairro São João de Deus, segunda Fase. Arquiteto Nuno Brandão Costa. Indecifrável o antigo e o novo.

A questão da identidade que temos vindo a referir constitui um dos objetivos fundamentais da ação da CI, como a que preconizamos para as colónias em análise, por se tratar de um objeto arquitetónico composto por diversas edificações, razões de cheios e vazios, arruamentos e escalas. Segundo LYNCH, a identidade é um dos componentes fundamentais no processo de análise de um ambiente²⁷⁰. No caso particular de Montalegre, a estratégia de construção de um conjunto com recurso ao «traçado urbano em meio rural», à repetição do módulo de habitar, através dos designados *casais agrícolas* e os espaços públicos, contribuem para essa identidade. Para LYNCH, identidade é “o reconhecimento da imagem como uma entidade separável”²⁷¹. Assim, uma ação de CI para este objeto arquitetónico, composto por diversas edificações, espaços públicos e arruamentos, deve procurar salvaguardar a unidade destes conjuntos, tratando-o como um todo e não com ações individuais desconcertadas e desconexas de intervenção no edificado. Os edifícios foram pensados num todo, pelo que a ação de intervenção arquitetónica deve ser equacionada no

²⁷⁰ LYNCH, Kevin – *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999. p.18

²⁷¹ LYNCH, Kevin. 1999. Op. Cit. p.227

mesmo sentido, em concordância com o conjunto, na busca da recriação da história e estrutura do lugar.

Por outro lado, no que se refere à função, importa atentar ao facto destes edifícios, que no seu todo formam um objeto arquitetónico único, terem sido equacionados para um uso específico, a habitação, ainda que tratados pela JCI como equipamentos agrícolas e de pastorícia, dada a natureza de subsistência económica dos colonos. Para a JCI, estas funções (habitar e trabalho) são interdependentes uma da outra, em harmonia com as características da casa tradicional da região, como podemos observar pela predominância da *loja*, horta, e até nas designadas *sortes* destinadas ao apascentamento do gado. Estas características foram consideradas no módulo do *Projecto-tipo do Barroso*, onde cerca 60% da área da casa correspondia a dependências agrícolas²⁷². Esta opção não traduz uma prioridade ao espaço de trabalho em detrimento do de habitação. Simplesmente, as necessidades de área para recolha de animais e equipamentos agrícolas são superiores às necessárias do espaço de habitar familiar. Esta métrica não parece pôr em causa o uso habitacional como função principal da casa projetada pela JCI.

Por último, e tal como a CI prevê, uma ação de revitalização do edificado, conforme se propõe para as antigas colónias da JCI, deve antever que a inoperância contribui para a perda destes conjuntos rurais, conforme já se verifica no território. Por essa razão julgamos ser fundamental perspetivar novos usos para estes espaços. O turismo cultural, por exemplo, é segundo QUEIROZ E PORTELA “uma das ramificações mais importantes do Restauro Urbano Integrado, mas é apenas uma entre muitas”²⁷³.



Figura 97 – Castelo de Palmela.

²⁷² COSTA, Ana. 2017. Dissertação de Mestrado. Op. Cit. p.32

²⁷³ PORTELA, Ana; QUEIROZ, Francisco. 2009. Op.Cit. p.24

A CI e o restauro urbano integrado em meio rural ainda é um processo de conservação pouco explorado. A CI tem sobretudo um cariz de intervenção generalista sobre domínios públicos, que se encontra muitas vezes sob alçada do erário público, ao contrário, por exemplo, da intervenção isolada de um edifício privado.

Em Portugal, todavia, com a publicação do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro estabeleceu-se o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), que define as designadas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU). Esta legislação, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, constitui uma importante ferramenta para a materialização do conceito de CI em Portugal.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO INTEGRADA NO CONJUNTO

As estratégias de CI têm vindo a ser cada vez mais exploradas, sobretudo em edifícios isolados e/ou de exceção. No caso dos antigos núcleos de Montalegre, objeto desta investigação, bem como da generalidade das antigas colónias agrícolas portuguesas, a conservação integrada dos conjuntos pode ser uma importante ferramenta da preservação arquitetónica e revitalização destes espaços, sobretudo pela capacidade de interagir com a componente social e com o construído, permitindo a salvaguarda da identidade destas paisagens urbanas em meio rural, conforme aborda CULLEN²⁷⁴.

Obviamente que um exercício deste género implica procedimentos metodológicos alicerçados em objetivos alcançáveis a médio ou longo prazo. Por outras palavras, uma intervenção integrada num conjunto como as antigas colónias de Montalegre, que atualmente correspondem a edifícios privados, está inegavelmente sujeita à predisposição dos seus atuais proprietários, bem como a encargos financeiros que, no nosso entender, não sendo comparticipados pelo erário público, através de instrumentos financeiros para a reabilitação e revitalização, pode condenar a revitalização das antigas colónias agrícolas portuguesas como conjunto. Estes instrumentos financeiros podem ser semelhantes àqueles que, pontualmente, têm surgindo nas últimas décadas para defesa dos centros históricos.

Todavia, admitimos que é também demasiado pretensioso, ou até utópico, conjeturar uma revitalização total destas aldeias. Pode, inclusivamente, nalguns casos, não se justificar, dado o seu estado atual. Embora a compensação financeira para a intervenção no edificado seja fundamental, esta não é a causa única para o desinteresse sobre estes espaços. CULLEN escreveu que “em

²⁷⁴ CULLEN, Gordon. 2015. Op. Cit.

*Inglaterra, o proprietário ausente é a maior maldição da paisagem rural*²⁷⁵. De facto, a falta de população conduz ao desinteresse destes espaços. As mesmas razões apontadas por CULLEN para Inglaterra são válidas para Portugal, sobretudo pelo facto de estas contribuírem para o desmoranar de algumas das antigas colónias presentes no nosso país, assim como, durante anos, se assistiu ao desinteresse e abandono dos centros urbanos e históricos em algumas cidades portuguesas.

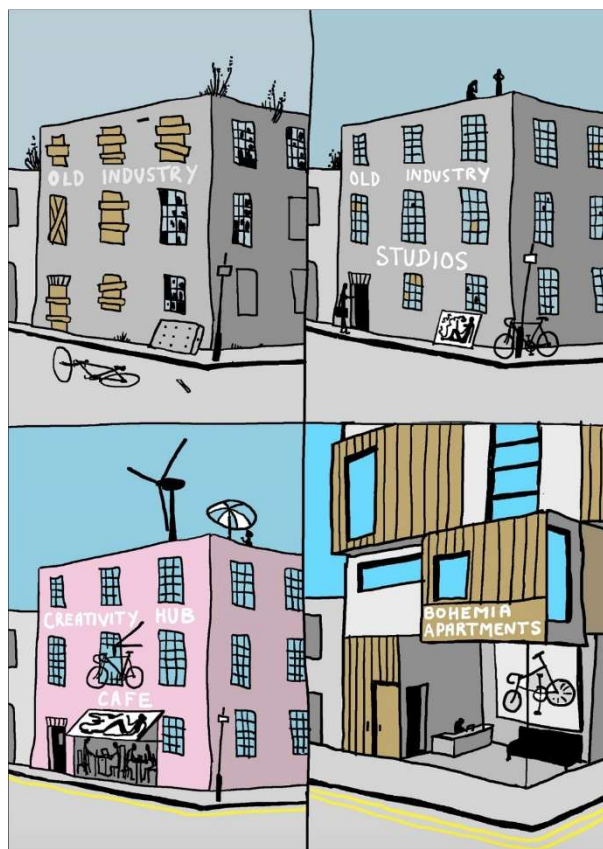


Figura 98 – «Gentrificação», Grayson Perry.

A problemática do interesse nos centros históricos obsoletos ou aldeias decadentes faz parte de uma discussão político-social, mas também de uma questão de planeamento territorial e arquitetónico, cuja resolução deverá ser fundamentada em planos estratégicos, onde diversas especialidades devem ser envolvidas, em conjunto com a arquitetura. Em Portugal, constatamos nos últimos anos a revitalização dos centros históricos de Porto e Lisboa, fortemente alicerçada no turismo, comprovando a tríade que relaciona o interesse do lugar, a revitalização física do mesmo, e consequente aumento de população e que leva, inclusive, a fenómenos de «gentrificação»²⁷⁶.

²⁷⁵ CULLEN, Gordon. 2015. Op. Cit. p.142

²⁷⁶ Segundo OLIVEIRA: “Gentrificação é uma tradução literal do termo «gentrification». Empregado pela primeira vez pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964, o termo descrevia o processo de mudança urbana

Esta temática leva-nos a referir a questão da escala de cidade. Com efeito, o conceito de CI estava inicialmente associado a um ambiente urbano (através da reabilitação do centro histórico de Bolonha nos anos 60²⁷⁷). A partir dos anos 70, o conceito é readaptado e estendido às periferias urbanas evidenciando uma relação de pluralidade com os diferentes intervenientes e conflitos de interesse, com vista à conservação do património cultural.

A CI e/ou restauro urbano integrado faz-se com recurso a diversas disciplinas e inclusive participação social. A arquitetura assume o papel central de líder operativo do espaço físico e regenerador do lugar e do edificado. Não há, e não é propósito desta investigação propor, uma definição metodológica da interdisciplinaridade abrangente da CI, sobretudo porque carece, no nosso entender, de uma discussão científica mais ampla e interdisciplinar.



Figura 99 – Exemplo do estado de degradação de *casal agrícola* na Aldeia Nova do Barroso, Montalegre.

Não podemos, contudo, deixar de constatar que a própria Declaração de Amesterdão, aponta, em 1975, quatro meios fundamentais para a implementação da CI, nomeadamente recursos jurídicos; administrativos; técnicos; e financeiros²⁷⁸. Mais recentemente, o estudo de PONTUAL, através da Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), sugere uma estrutura de planeamento e conservação do património cultural assente em quatro parâmetros: análise e valorização, sobretudo com o propósito de identificar e avaliar o potencial interesse dos bens; proposições, com vista à adequabilidade futura e sustentabilidade, devidamente apoiada nos

que se iniciava no centro de Londres.” in OLIVEIRA, Natália – *Gentrificação e moradia social*. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2017. p.1

²⁷⁷ ZANCHETI, Sílvia; LAPA, Tomás. 2012. Op. Cit. p.18

²⁷⁸ CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO - Carta Europeia do Património Arquitectónico : Adotada pelo Concelho da Europa em Outubro de 1975 [Em Linha]. Amesterdão: Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu, Amesterdão de 21 a 25 de outubro de 1975. [Consultado a 3 de março de 2018] Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>>

planos desenvolvidos para o local. Desta forma, a CI está iminentemente dependente dos órgãos de soberania municipais e/ou intermunicipais, para coordenar e fiscalizar os interesses patrimoniais dos bens de foro particular. O quarto parâmetro assenta na negociação, mediação de conflitos, interesses, objetivos e financiamentos, com vista à aplicabilidade do plano. O último consiste na monitorização e controlo dos setor administrativo, com vista ao acompanhamento e implementação do plano²⁷⁹.

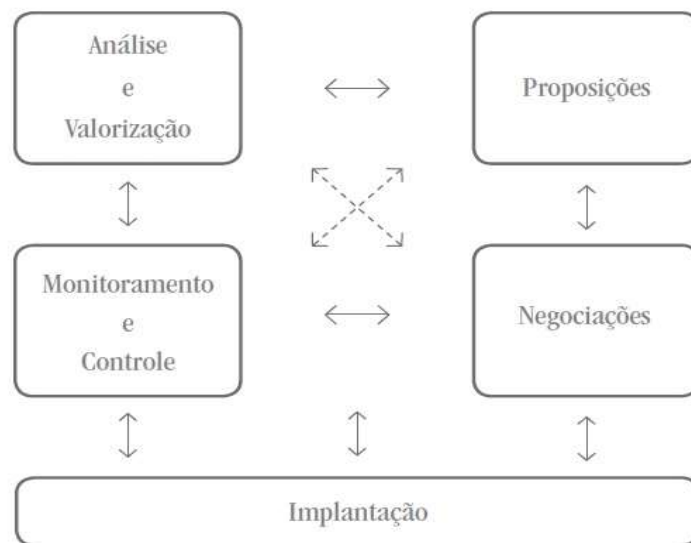


Figura 100 – Estrutura de Planeamento e conservação do Património Cultural, apresentada pela Arquitecta Virgínia Pontual.

Propomos transpor a estratégia de conservação integrada para meio rural e especificamente para as antigas colónias agrícolas em análise por quatro as razões fundamentais. Em primeiro, a valorização do edificado. Sem que seja reconhecido o valor de um determinado conjunto de construções, a sua revitalização é um processo inglório. Esta questão do valor de um edifício ou de um conjunto de edificações, pode ser analisada de diversas perspetivas, conforme vimos no tópico 3.2. Este trabalho pretende constituir um contributo para a valorização de um conjunto de construções, singular e esquecido no planalto do Barroso. Esta problemática é também referida por MEDINA e MEYER acerca *Pueblos de Colonización* em Espanha. Segundo o autor, “os

²⁷⁹ PONTUAL, Virgínia – *Plano de Gestão da Conservação Integrada* in *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvia (org.). Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p.95

cidadãos e seus administradores não estão realmente conscientes da existência de valores culturais, urbanos e arquitetônicos que devem ser preservados e protegidos”²⁸⁰.

Conforme referimos, a CI propõe um modelo de gestão assente em diversas disciplinas e artes, nomeadamente, arquitetos, historiadores, arqueólogos, sociólogos, economistas, urbanistas, etc., que, em concordância com as entidades municipais e intermunicipais, definem um plano de gestão integrada do território. Evidentemente que nos dias que correm, existem inúmeras ferramentas, como *Planos Estratégicos de Desenvolvimento* e/ou *Planos de Ação de Regeneração Urbana*, que perspetivam o crescimento das cidades e aldeias, alicerçados nos estudos e comportamentos sociais observados nas regiões a que estes dizem respeito, revelando, de certo modo, as fragilidades territoriais que urge combater, como a desertificação, a emigração e o próprio fenómeno de êxodo agrícola. Conforme sugere OTEYZA *“A diminuição da necessidade de nossa população agrícola traz consigo, na maioria dos casos, o abandono de pequenas e médias cidades. Por isso, as expressões «êxodo rural» e «êxodo agrícola» são semelhantes.*”²⁸¹



Figura 101 – A dependência agrícola e decadência de *casal agrícola* na Aldeia Nova do Barroso, Montalegre.

No caso particular do nosso objeto de estudo, a problemática em torno da população é óbvia, sobretudo porque a falta desta condiciona o progresso do território. Relativamente a Montalegre, trata-se de um município que tem vindo a perder significativamente população desde 1960, onde o número de residências secundárias é superior a 50%²⁸². Esta incapacidade de fixação

²⁸⁰ MEDINA, Andrés; MEYER, Justo - *Los poblados de colonización en la "zona de Levante" 1950-1970*. in *Pueblos de Colonización durante El Franquismo: La Arquitectura en La Modernización del Territorio Rural*. AAVV. Sevilla : Consejería de Cultura. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2008. p.303. Traduzido pelo autor a partir do original: *“los ciudadanos y sus administradores no son realmente conscientes de la existencia de unos valores culturales, urbanísticos y arquitectónicos, que haya que conservar y proteger.”*

²⁸¹ OTEYZA, Luís. *La Agricultura y el espacio rural*. *Revista de Estudios Agrosociales*. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. ISSN 0034-8155, Nº. 66, (1969). Madrid: Espanha. p. 13 Traduzido pelo autor a partir do original: *“la disminución necesaria de nuestra población agrícola lleva consigo, en la mayor parte de los casos, el abandono de los pueblos pequeños y medidos. Debido a ello, sob análogas las expresiones êxodo rural y êxodo agrícola.”*

²⁸² INE. 2012. Op. Cit. p.70

de pessoas neste território do interior, e tendo em conta o inicial propósito da construção dos *casais agrícolas*, enquanto espaços de habitar associados a um estilo de vida social e economicamente ligado à agricultura, pode, no nosso entender, ser também uma razão determinante para o desinteresse e potencial abandono de algumas destas construções.

Por fim, através da identificação das linhas mestras de ação é fundamental delinear um plano de ação. No que diz respeito à arquitetura, e sendo sobre esta que nos propomos dissertar, destacamos a experiência em Espanha com as designadas *Áreas de Rehabilitación Integral*, equivalente próximo às Áreas de Reabilitação Urbana em Portugal, que assumem que “*a reabilitação não deve ser deixada numa mera recuperação arquitetónica, mas deve tentar precisamente honrar o próprio nome: reabilitação integral. Ou seja, na ordem física (com a recuperação arquitetónica exterior e interior de edifícios, e com o re-desenvolvimento geral dos bairros), em ordem funcional (...) e na ordem social.*”²⁸³ Outros programas similares, como o *Monumenta*²⁸⁴ no Brasil, ou até numa esfera mais conceptual, a recuperação de alguns dos fundamentos do *Método Rehabimed*²⁸⁵, podem ser importantes guias para delinear ações estratégicas para salvaguarda do património das antigas colónias da JCI. Estes dois últimos serão adiante estudados, enquanto ferramentas fundamentais por, de certo modo, irem ao encontro do conceito defendido por PORTAS: “*uma política de recuperação física e de reutilização social*”²⁸⁶, não esquecendo o passado e valência social agrícola, nem tão pouco sustentando ações propositivas sobre novos usos, mas defendendo um aspeto fundamental no conceito de conservação integrada,

²⁸³ VÁZQUEZ, José - *Áreas de rehabilitación integral: La Memoria-Programa como instrumento para su declaración*. Territorio: ordenar para competir. [S.L.] ISBN 978-84-9745-551-0, [2010]. Netbiblo. p. 324. Traduzido pelo autor a partir do original: “*Pero esa rehabilitación no debe quedar en una mera recuperación arquitectónica, sino que se debe intentar precisamente hacer honor al propio nombre que se les otorga: rehabilitación integral. Es decir, en el orden físico (con la recuperación arquitectónica exterior e interior de los edificios y con la reurbanización general de los barrios), en el orden funcional (...) y en el orden social.*”

²⁸⁴ O Programa Monumenta, trata-se de uma iniciativa do Governo Brasileiro e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com vista à revitalização do Património Cultural Urbano, tendo sido abrangidas cerca de 26 cidades; in JÚNIOR, Romeu - *Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil*. Revista CPC. São Paulo. ISSN 1980-4466, n. 10 [2010]. Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo

²⁸⁵ Segundo FIERRO: “*O Método Rehabimed, (Método para a reabilitação da arquitectura mediterrânica, Colegio Técnico de Aparejadores de Barcelona) desenvolve quatro conceitos como directrizes que empiricamente devem garantir a reabilitação ou revitalização arquitectónica e construtiva, que são: globalização, concertação, adaptabilidade e flexibilidade;*” in FIERRO, Virginia - *Optimización de Una Metodología de Análisis para la Rehabilitación y Protección Sostenible de la Arquitectura Vernácula - Una Metodología de Investigación Aplicada a Zonas de Valor Constructivo, Ecológico y Cultural*. Barcelona: Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad Politécnica de Cataluña, 2009. p. 69. Tese de Doutoramento. Traduzido pelo autor a partir do original: “*El Método Rehabimed, (Método para la rehabilitación de la arquitectura mediterránea. Colegio Técnico de Aparejadores de Barcelona) desarrolla cuatro conceptos como directrices que empíricamente debieran garantizar la rehabilitación o revitalización arquitectónica y constructiva óptima, los cuales son: globalidad, concertación, adaptabilidad y flexibilidad;*”

²⁸⁶ PORTAS, Nuno - *Conservar Renovando ou Recuperar Revitalizando*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro, 1983. p.10

a função. Neste caso, isso implica privilegiar a função habitacional que lhe deu origem, ainda que esta tenha vindo complementada pela componente agrícola, que não deve ser impeditiva das novas realidades, necessidades, empregos e vontades sociais dos atuais residentes.



Figura 102 – Reconstrução de *casal agrícola* na Aldeia Nova de São Mateus, Montalegre.

Coloca-se a questão sobre a forma como podemos materializar uma estratégia de conservação integrada para as colónias agrícolas objeto do nosso trabalho. A resposta a esta pergunta corresponde ao objetivo desta tese, que procuraremos desenvolver. Acreditamos que esta pode ser um contributo para definir uma metodologia de intervenção e identificação de problemáticas. No entanto, não é nosso objetivo encontrar uma solução única e isolada, desde logo pelo facto deste trabalho reconhecer problemáticas sociais, económicas e geográficas, que escapam à arquitetura. Por outras palavras, estamos perante um conceito que pressupõe uma análise integrada de diversas disciplinas, sendo necessários diversos intervenientes para a definição de uma estratégia conjunta. Por esta razão, a investigação arquitetónica por nós desenvolvida, deve ser assumida como parte integrante de um estudo com diferentes especialidades, competindo-nos identificar o valor dos conjuntos, trazer um contributo para a consciencialização desse valor, e desenhar uma possibilidade de intervenção.

ENQUADRAMENTO LEGAL PARA A CONSERVAÇÃO INTEGRADA NO CONJUNTO

Efetivamente, com o Movimento Moderno, e sobretudo em resposta às doutrinas defendidas nas cartas de Atenas (1931), Veneza (1964), conferência de Nairobi (1976) e convenção

de Granada (1985), tanto em Portugal como noutros países, os conceitos de salvaguarda da identidade arquitetónica de um edifício ou de um conjunto de edifícios, adquiriram novas perspetivas. Segundo AYRES, *“os princípios e as questões que a valorização patrimonial hoje integra germinaram apenas no século XIX, para finalmente se assumirem numa prática que começou a maturar a partir de 1945”*²⁸⁷. Com efeito, os conceitos mais classicistas que visavam a «museificação» e restauro, perdem exclusividade no que concerne à intervenção arquitetónica, passando a ser desenvolvidas novas estratégias de intervenção do edificado, como a Conservação Integrada e/ou Restauro urbano Integrado. As ações voltadas para a renovação urbana implicam, por vezes, maiores intervenções, ou como sugere VALENTIM, *“mais intensas”*²⁸⁸. Consequentemente, com esta preocupação, existe a necessidade de os governos articularem esforços com vista à resposta e enquadramento legal sobre esta demanda.



Figura 103 – Arruamento central da Aldeia Nova do Barroso (Rua de Santo Izidro), Montalegre.

²⁸⁷ AYRES, Susana- *A flexibilidade como factor de preservação* in *Memória, Arquitectura e Projecto: Reflexões e Propostas para uma Reabilitação Sustentada do Património Urbano e Arquitectónico* - LEITE, António; FELICIANO, Ana; (coord). Lisboa: By The Book, 2016. p.43

²⁸⁸ VALENTIM, Luís – *Requalificação Urbana, Contaminação do Solo e Riscos à Saúde – Um caso na cidade de São Paulo*. São. Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. p.89

Em Portugal, sobretudo na segunda metade do século XX, surgem instituições como o IPPAR, e também novas ferramentas de ordenação do território, como os Planos de Pormenor²⁸⁹, e, mais tarde, a lei do património cultural português de 1985²⁹⁰, fomentando a criação dos designados Planos de Salvaguarda, de responsabilidade central, regional ou local. Esta última ferramenta em particular foi capaz de *“diminuir os atropelos, a destruição consciente e inconsciente dos edificados”*²⁹¹. No entanto, a constituição de um Plano de Salvaguarda está bastante ligada a uma política para um centro histórico, ou seja, fortemente alicerçado em normas de preservação rígidas. A este propósito, GOMES refere: *“O plano deve ser cada vez mais visto como um referencial orientador e cada vez menos um normativo inquisitório, implacável e inamovível que está ali para proteger”*²⁹².

Com a mudança de século surge, em Portugal, maior preocupação com o património cultural. É então criada a Lei n.º 107/2001 onde se estabelece o regime de proteção e valorização do património cultural, também designada de Lei de Bases do Património Cultural. Embora indiretamente relacionada com as questões de conservação integrada, incluiu o conceito de “conjunto”, e afirmou-se como a base política que serve de fundamentação à proteção e salvaguarda do edificado, conforme vem a verificar-se em 2009 com a criação dos Decretos-Lei n.º 307/2009, e 309/2009 e o Decreto Regulamentar n.º 9/2009. Este último, particularmente mais técnico, desenvolve conceitos na área do ordenamento do território e do urbanismo. Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 309/2009, descreve os procedimentos inerentes à classificação dos bens imóveis e das zonas de proteção e dos planos de pormenor de salvaguarda. No entanto, foi com o Decreto-Lei n.º 307/2009, posteriormente alterado pela Lei n.º 32/2012, que se criou o regime jurídico de reabilitação urbana (RJRU) e estabeleceu um novo instrumento de gestão territorial, designado por ARU, que pode, no nosso entender, ser uma ferramenta célere que incentive e regule a revitalização arquitetónica em zonas de especial interesse patrimonial, como as antigas colónias agrícolas. As ARU’s, vulgarmente utilizadas na proteção dos centros históricos municipais, definem as áreas demarcadas em Assembleia Municipal e sob proposta das respetivas Câmaras Municipais, precedidas de parecer do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Estas são definidas na alínea b) do Art. 2º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro como *“área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos*

²⁸⁹ Decreto-Lei n.º 560/71 de 17 de dezembro 1971 do Ministério das Obras Públicas - Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização. [Em Linha]. Diário da Governo: I Série, n.º 294/1971 [Consultado a 26 de abril de 2018] Disponível em < www.dre.pt/application/file/632159>;

²⁹⁰ Lei n.º 13/85 de 6 de julho de 1985 da Assembleia da República. [Em Linha]. Diário da República: I Série, n.º 153/1985 [Consultado a 26 de abril de 2018] Disponível em <[www. https://dre.pt/application/file/182933](https://dre.pt/application/file/182933)>.

²⁹¹ GOMES, Rogério – *Reabilitação Urbana*. Lisboa: Urbe, 2008. p.101

²⁹² GOMES, Rogério. 2008. Op. Cit. p.109

edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, podendo ser delimitada em instrumento próprio ou corresponder à área de intervenção de um plano de pormenor de reabilitação urbana”²⁹³.

Efetivamente, com o RJRU, o conceito de intervenção integrada, pensado para além da intervenção física e isolada num edifício, particular ou público, ganha terreno na salvaguarda de conjuntos e, sobretudo, condições para fomentar a sua revitalização, ou seja *“trata-se, (...) de uma política «de fusão», em que se misturam e priorizam interesses públicos e privados de vária ordem, seja a conservação integrada do património cultural, o acesso a uma habitação apropriada, a promoção da coesão social e territorial e a contribuição para o desenvolvimentos sustentável”²⁹⁴*. Tal contributos são possíveis com a implementação do conceito de reabilitação urbana, que não sendo novo, é enquadrado nesta legislação com a definição apresentada na alínea j) do Art. 2º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro: *“«reabilitação urbana» a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infra-estruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de edifícios”²⁹⁵.*

Em Espanha, por sua vez, têm sido consolidadas desde 2005, com base nos estudos, regulamentações e planos, as designadas *Área de Rehabilitación Integral* (ARI), cujos campos de ação assentam sobretudo em reabilitação de conjuntos com vista à recuperação arquitetónica e das dinâmicas sociais. Segundo VAZQUEZ, *“este instrumento de intervenção é fundamental, na nossa compreensão, porque pode ajudar, com arbitragem e cofinanciamento público, a proporcionar às habitações e seus arredores condições de habitabilidade semelhante às novas peças urbanas que são construídas ao seu redor”²⁹⁶*. Estas áreas, devidamente delimitadas e identificadas

²⁹³ Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro de 2009 do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. [Em Linha]. Diário da República: I Série, n.º206 [Consultado a 21 de abril de 2018] Disponível em <www.dre.pt/application/conteudo/483155>;

²⁹⁴ OLIVEIRA, Fernanda; LOPES, Dulce; ALVES, Cláudia – *Regime Jurídico da Reabilitação Urbana*. Coimbra: Almedina, 2011. p.24

²⁹⁵ Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro de 2009 do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. [Em Linha]. Diário da República: I Série, n.º206 [Consultado a 21 de abril de 2018] Disponível em <www.dre.pt/application/conteudo/483155>;

²⁹⁶ VÁZQUEZ, José. 2010. Op. Cit. p. 324. Traduzido pelo autor a partir do original: *Este instrumento de intervención es fundamental, a nuestro entender, porque puede ayudar, con un arbitraje y cofinanciación pública, a dotar a esas viviendas y sus entornos de unas condiciones de habitabilidad semejantes a las de las nuevas piezas urbanas que se construyen a su alrededor.*

sobre a forma de declaração, com vista ao potencial financiamento para sua reabilitação, cumprem os preceitos da CI, enquanto objetos que promovem a revitalização física, funcional e social²⁹⁷ das áreas intervencionadas.

Embora a nomenclatura espanhola perspetive maior predisposição para a conservação integral do que as ARU's, podemos constatar que a redação do RJRU é clara em relação a este propósito: *“o conceito de «área de reabilitação urbana», cuja delimitação pelo município tem como efeito determinar a parcela territorial que justifica uma intervenção integrada”*²⁹⁸. Pelo que, de certo modo, a delimitação de uma ARU pode ser o primeiro passo de uma estratégia de conservação integrada de um determinado território.

A conceção de uma ARU, não dispensa, obviamente, a observação de toda a regulamentação em vigor, em especial no que diz respeito ao RJRU, que se estrutura com recurso a dois conceitos fundamentais, o de: «área de reabilitação urbana» e o de «operação de reabilitação urbana»²⁹⁹. Sumariamente o primeiro conceito, anteriormente definido, cumpre a função de delimitação geográfica de um território que, com base nas fundamentações e estudos do território, se enquadra a alínea b) do Art. 2º Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro³⁰⁰. Sobre este aspeto, sublinhamos que em momento algum da anterior definição se faz alusão ao potencial interesse patrimonial, paisagístico ou arquitetónico desse espaço, ainda que as ARU's possam contemplá-los, mas antes enquanto área que justifique uma intervenção integrada. Por sua vez, a «operação de reabilitação urbana» (ORU), conforme a própria nomenclatura indica, trata das intervenções a adotar na área delimitada pela ARU. Estes procedimentos podem, segundo o mesmo regulamento, ser designados por «simples» ou «sistemáticos», dependendo do tipo de operação e a estratégia a adotar. Estes encontram-se definidos da seguinte forma, nos nºs 2 e 3 do Art. 8º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro: *“A operação de reabilitação urbana simples consiste numa intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigindo-se primordialmente à reabilitação do edificado, num quadro articulado de coordenação e apoio da respetiva execução. (...) A operação de reabilitação urbana sistemática consiste numa intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento*

²⁹⁷ VÁZQUEZ, José. 2010. Op. Cit. p. 324

²⁹⁸ Decreto-Lei nº 307/2009 de 23 de outubro de 2009 do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. [Em Linha]. Diário da República : I Série, nº206 [Consultado a 21 de abril de 2018] Disponível em <www.dre.pt/application/conteudo/483155>;

²⁹⁹ OLIVEIRA, Fernanda; LOPES, Dulce; ALVES, Cláudia. 2011. Op. Cit. p.27

³⁰⁰ Decreto-Lei nº 307/2009 de 23 de outubro de 2009 do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. [Em Linha]. Diário da República: I Série, nº206 [Consultado a 21 de abril de 2018] Disponível em <www.dre.pt/application/conteudo/483155>;

*público.*³⁰¹ Portanto, o desenvolvimento de uma ARU, para além de garantir a conceptualização de uma ORU, proporciona ainda benefícios fiscais que promovem o investimento e facilitam a coesão territorial³⁰². Para tal, está previsto no mesmo plano, uma estratégia que aposta no turismo e lazer, reabilitação do espaço público, edifícios destinados à habitação, comércio e serviço. Prevê ainda um quadro de instrumentos financeiros, com benefícios fiscais à reabilitação na ARU.

Podemos, por fim, constatar que a ARU, à semelhança das *Áreas de Rehabilitación Integral* em Espanha, pode ser um dos caminhos válidos numa perspetiva de CI das colónias agrícolas objeto desta dissertação, seguindo o exemplo da ARU da Colónia Agrícola de Vascões, em Paredes de Coura. Evidentemente, o flagelo da desertificação não é resolvido, único e exclusivamente, através da arquitetura enquanto disciplina pois, como vimos, trata-se de uma questão ampla do foro político-social. No entanto, admitimos que pode ser minimizado e que a arquitetura tem um importante papel na salvaguarda e reconhecimento patrimonial destes edifícios. No caso particular de Montalegre, importa referir que este concelho conta já com quatro ARU's, uma na freguesia de Montalegre e as restantes em freguesias vizinhas, o que demonstra o interesse patrimonial em torno da sede do concelho. Um dos exemplos de destaque é a ARU de Vilarinho de Negrões, que valoriza o interesse pelo património vernáculo deste território.

Importa também contextualizar que, neste momento, existem em Portugal mais de 800 ARU's muitas com representatividade em concelhos do interior e nalguns casos iminentemente rurais, como é caso das cerca 88 ARU's em Vila Pouca de Aguiar ou das 48 ARU's aprovadas no Cadaval, demonstrando assim, a legitimidade da utilização desta ferramenta em municípios mais ruralizados³⁰³.

³⁰¹ Decreto-Lei nº 307/2009 de 23 de outubro de 2009 do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. [Em Linha]. Diário da República: I Série, nº206 [Consultado a 21 de abril de 2018] Disponível em <www.dre.pt/application/conteudo/483155>;

³⁰² MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA - Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Colónia Agrícola de Vascões. [Em Linha]. Paredes de Coura: Município de Paredes de Coura. Pag.8 [Consultado a 15 de abril de 2018] Disponível em <https://www.paredesdecoura.pt/wp-content/uploads/2017/10/PROPOSTA_DELIMITACAO_COLONIA_AGRICOLA_VASCOES_FINAL.pdf>

³⁰³ PORTAL DA HABITAÇÃO. Reabilitação Urbana. *Áreas de Reabilitação Urbana - ARU*. [Em linha]. Lisboa: [s.n.]. [Consultado em 26 de abril de 2018] Disponível na internet em:<www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/homearu.html>.



Figura 104 - Exemplo das transformações de *casal agrícola* na Aldeia de Criande, Montalegre.



Figura 105 - Exemplo do estado de degradação de *casal agrícola* no lugar do Vidoeiro, Montalegre.

Paralelamente às ARU's, devemos ainda considerar os Planos de Pormenor de Reabilitação Urbana (PPRU), enquanto importantes ferramentas, com vista a uma ação de CI com enquadramento legal em Portugal. Segundo o mesmo diploma (RJRU), o seu Art. 22º define que: *“O plano de pormenor de reabilitação urbana estabelece a estratégia integrada de atuação e as regras de uso e ocupação do solo e dos edifícios necessárias para promover e orientar a valorização e modernização do tecido urbano e a revitalização económica, social e cultural na sua área de intervenção”*. Pelo que um PPRU pode, inclusivamente, delimitar a ARU e aprovar uma ORU, resumindo-se a um instrumento com capacidade para delimitar uma área de distinta demarcação,

definir uma estratégia de ação integrada, regulamentar o uso de ocupação do solo, permitindo, assim, conceptualizar uma ação de CI. Embora o PPRU diga respeito apenas a solos urbanos, entende-se que *“não haverá razões para excluir a aplicação do RJRU a áreas integradas em solo rural, desde que sejam marcadas por características de urbanidade e careçam de reabilitação”*, como o universo idealizado pela JCI aquando da conceção das antigas colónias. Ainda que, em muitos dos casos estas se encontrem em zonas rurais, estamos perante pequenas áreas urbanas em meios do interior, pelo que o RJRU se adequa, podendo ser um importante instrumento de ação de CI. Sobretudo naqueles núcleos cuja identidade de conjunto se encontra menos descaracterizada, como por exemplo, o Lugar do Videeiro ou a Aldeia de Casais da Veiga.

PROCESSOS DE VALORIZAÇÃO DAS ANTIGAS COLÓNIAS AGRÍCOLAS

Iniciamos este tópico com uma reflexão de MEDINA e MEYER, a respeito do estado atual dos antigos *pueblos colonización* em Espanha que, de certo modo, se coaduna com o das antigas colónias da JCI: *“A atual visita às cidades do INC provoca sentimentos contraditórios. Em primeiro lugar, reconhece-se a grande coerência urbana causada pela criação nova do conjunto. Em segundo lugar, esses grupos, que já têm cerca de meio século de existência, vislumbram algumas mudanças na sua aparência original que acabam gerando desacordos contínuos com essa coerência inicial.”*³⁰⁴ Neste sentido, fazendo a conservação integrada parte de uma estratégia para a reposição do interesse e do propósito arquitetónico do edificado, julgamos ser pertinente equacionar a sua aplicabilidade no contexto de aproveitamento das antigas colónias.

Investigações recentes, desenvolvidas por CORTÉS³⁰⁵ e AGUILERA³⁰⁶, demonstraram a preocupação em torno da salvaguarda arquitetónica das antigas colónias agrícolas, propondo estratégias e metodologias de ação de CI, sobretudo, porque alguns destes núcleos agrícolas têm

³⁰⁴ MEDINA, Andrés; MEYER, Justo - *Los poblados de colonización en la “zona de Levante” 1950-1970*. in *Pueblos de Colonización durante El Franquismo: La Arquitectura en La Modernización del Territorio Rural*. AAVV. Sevilla : Consejería de Cultura. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2008. p.303 Traduzido pelo autor a partir do original: *“La visita actual a los poblados del INC provoca sensaciones encontradas. En primer lugar, se reconoce la gran coherencia urbana que provoca la creación ex novo del conjunto. En segundo lugar, estos conjuntos, que ya tienen en torno al medio siglo de existencia, dejan entrever algunos cambios en su fisonomía original que acaban por generar continuos desencuentros con aquella coherencia inicial.”*

³⁰⁵ CORTÉS, Olga Consuelo Espinosa - *Criterios De Intervención Para La Rehabilitación De Casos ejemplares De Arquitectura Residencial Pública: Casos De Estudio Pueblos De Colonización El Puntalón, Carchuna Y Calahonda*. Granada: Editorial de la Universidad de Granada, 2014. Tese de doutoramento

³⁰⁶ AGUILERA, Ana - *Transformaciones en tres poblados de colonización de la provincia de Granada: El Chaparral, Cañatalba Alta y Carchuna*. Revista de patrimonio e-rph [Em linha]. n.º 18 (2016). p.137. [Consultado em 30 de março de 2018]. Disponível na internet em: http://www.revistadepatrimonio.es/descarga.php?nombre_documento=revistas/numero18/estudiosgenerales/estudios/pdf/estudiosgeneralessestudios.pdf ISSN 1988-7213.

vindo a ser descaracterizados, em virtude da falta de critérios de intervenção ou regulamentação específica. Efetivamente, *"as ampliaciones, reformas e alteraciones do casario e de sua infraestrutura, não devem induzir ao abandono, ao contrário, devem servir de estímulo para, a partir de uma perspectiva realista, preservar ao máximo o seu carácter original"*³⁰⁷. Como verificamos anteriormente, existem em Portugal mecanismos e ferramentas legais, que permitem aos municípios definir e convergir estratégias com as mais diversas entidades, a fim de perspetivar a salvaguarda e revitalização deste edificado. Referimo-nos especificamente ao recurso das ARU's ou PPRU's. Sem estas estruturas, dotadas de capacidade de regular as transformações arbitrárias sobre o tipo de edificado, pode ser difícil, dispendioso, se não mesmo impossível, reverter a transformação desconexa e preservar a identidade arquitetónica de alguns destes conjuntos. Sobretudo porque, importa recordar, estes são constituídos na maioria por propriedades privadas, habitações que devem antes de mais garantir qualidade de vida aos que nela habitam. Assim, não é nossa intenção culpabilizar os atuais proprietários pelas ações de transformação sobre estes edificados, até porque muitas destas transformações são justificadas por razões de funcionalidade e correção patológica.

No entanto, a ausência de regulamentação e o desconhecimento sobre o valor arquitetónico das edificações, quer por parte dos proprietários, quer pelas instituições ou organismos de tutela, tem conduzido a transformações que comprometem o seu carácter. Esta problemática é também verificada por AGUILERA nos antigos *pueblos colonización*. *"Muitas construções demonstram a inexistência de um plano de proteção e controle urbano que procura preservar valores mínimos básicos de altura, ocupação, edificabilidade, composição, materialidade..."*³⁰⁸.

³⁰⁷ ESCOLANO, Víctor Pérez – Pueblos de colonización franquista: objetivo patrimonial. PH52 Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Sevilha ISSN 1136-1867. Nº52 (2005), Sevilha. p.40. Traduzido pelo autor a partir do original: *"las ampliaciones habidas, las reformas y alteraciones del caserío y de su infraestructura, no deben inducir al abandono, antes, al contrario, han de construir un estímulo para, desde una perspectiva realista, preservar en lo posible su carácter originario"*

³⁰⁸ AGUILERA, Ana - *Transformaciones en tres poblados de colonización de la provincia de Granada: El Chaparral, Cañatalba Alta y Carchuna*. Revista de patrimonio e-rph [Em linha]. n.º 18 (2016). p.137. [Consultado em 30 de março de 2018]. Disponível na internet em: http://www.revistadepatrimonio.es/download.php?nombre_documento=revistas/numero18/estudiosgenerales/estudios/pdf/estudiosgenerales/estudios.pdf ISSN 1988-7213. Traduzido pelo autor a partir do original: *Ni los crecimientos urbanos ni las transformaciones dentro del núcleo original responden a un diálogo con la herencia del poblado de colonización. Muchas construcciones demuestran la inexistencia de un plan de protección y control urbanístico que persiga preservar unos valores mínimos básicos de altura, ocupación, edificabilidad, composición, materialidad...*

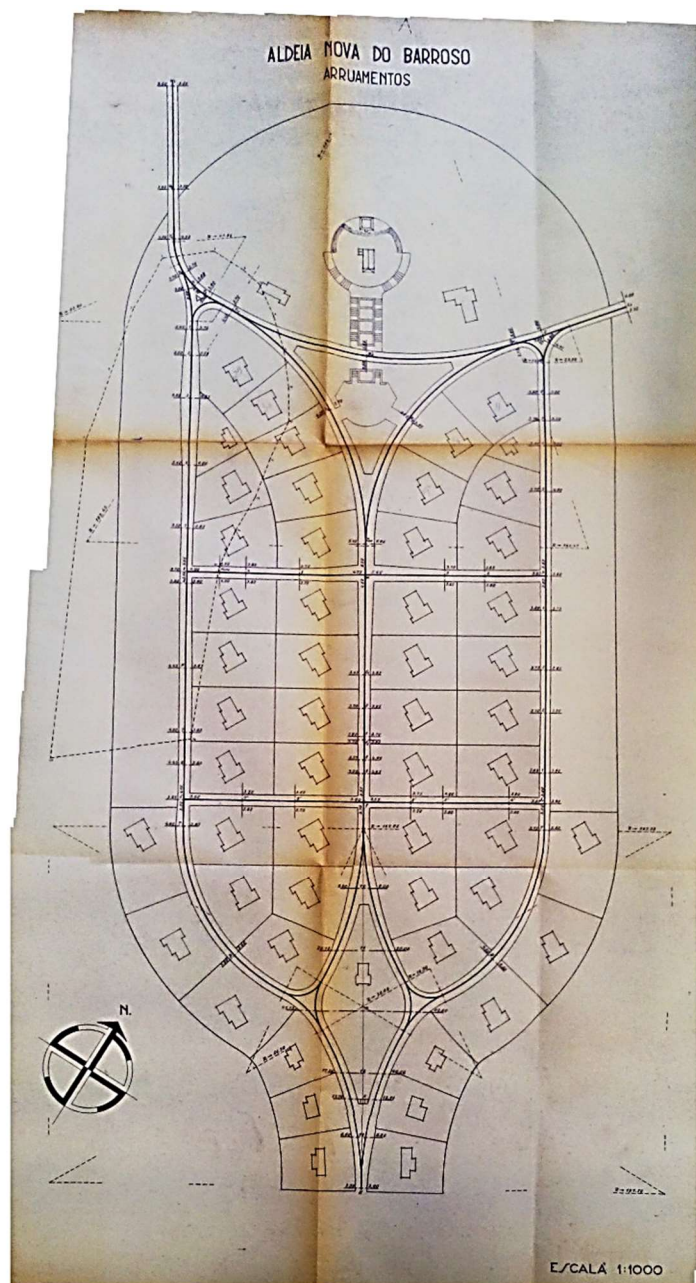


Figura 106 - Planta de arruamentos do projeto original para a Aldeia Nova do Barroso.

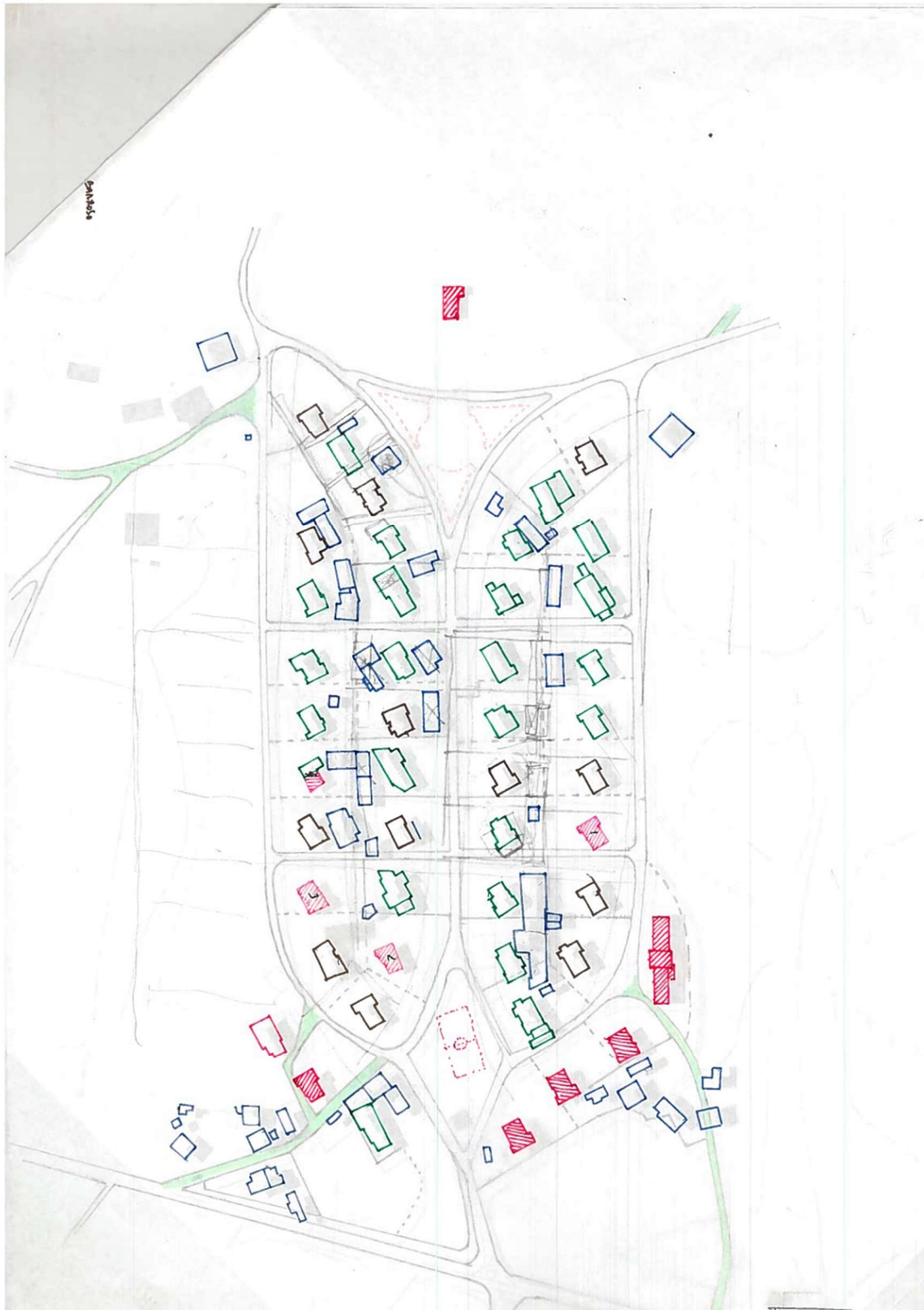


Figura 107 - Estudo da evolução construtiva na Aldeia Nova do Barroso. A cor-de-rosa as casas em ruína; a verde as casas com alterações significativas; a preto as casas sem alterações significativas; a azul as novas construções; e a encarnado, os equipamentos.

Na colonização do Barroso, esta questão do conjunto e a problemática da edificação com a paisagem, ganha contornos de alguma particularidade, sobretudo, porque a paisagem, é um dos elementos centrais no desenho destas aldeias³⁰⁹. Razão pela qual a unidade projetual, conseguida com recurso ao projeto-tipo comum nas cinco aldeias, o ritmo, o desenho e hierarquia urbana, devem ser repensados a fim de manter os valores mínimos que garantem a identidade, coerência e unicidade de conjunto. Conforme veremos no CAPÍTULO V, não só os antigos núcleos da JCI como a própria arquitetura tradicional da região, corre um risco de descaracterização total, motivada por influências arquitetónicas alheias a estes assentamentos, muitas das quais fruto da emigração, da aplicação de materiais contemporâneos e industrializados que desconstroem a fisionomia dos assentamentos, dado o destaque e carácter excecional que adquirem, e, por fim, a falta de cultura arquitetónica, no que se refere ao reconhecimento do valor destes locais, e também no que diz respeito à imposição de regras transformativas que condicionem as ações desenvolvidas³¹⁰. No caso particular das aldeias da JCI, esta questão evidencia especial complexidade, desde logo pelo facto de se tratar de um projeto de planeamento e arquitetura pensado à escala de um concelho, e com vista à produção de uma imagem arquitetónica coerente e homogénea dos conjuntos. Ao contrário, evidentemente, da arquitetura popular, que independentemente da região, evolui de acordo com as necessidades funcionais e locais onde a casa se insere, ou seja, um arquitetar objetivo, sem recurso a profissionais. Por outro lado, as colónias agrícolas da JCI, como a do Barroso, constituem um projeto arquitetónico fundamentado numa investigação empreendida pelos projetistas da JCI, que visava, entre outras coisas dar uma resposta arquitetónica a uma encomenda pública, com contornos políticos e sociais muito excecionais, o que, no nosso entender, deve ser alvo de uma estratégia de salvaguarda distinta de um processo de salvaguarda para as restantes aldeias populares da região de Trás-os-Montes.

Tendo por base esta preocupação, e a aplicabilidade da salvaguarda do património arquitetónico produzido pela JCI no concelho do Montijo – Antiga Colónia Agrícola de Pegões, devemos considerar os seguintes critérios metodológicos enumerados por PEREIRA, COELHO, LOPES e BUARQUE: 1) a manutenção sempre que possível em concordância e sintonia com as características dos materiais originais; a reabilitação do conjunto deve pressupor a resolução dos danos físicos, patologias construtivas, adequação às novas exigências funcionais com desempenho superior ao estabelecido em projeto e remoção de elementos dissonantes; a adequabilidade de novas soluções técnicas às características das construções existentes, assumindo os elementos

³⁰⁹ COSTA, Ana. 2017. Dissertação de Mestrado. Op. Cit. p.106

³¹⁰ BAPTISTA, José. 2006. Op. Cit. p. 59

novos em harmonia com os existentes; garantir a salvaguarda e autenticidade de todos os elementos de comprovado valor cultural e arquitetónico³¹¹.

Por fim, importa referir que a criação de uma ARU ou PPRU, ou outro programa que se entenda válido numa ação de salvaguarda da identidade arquitetónica destes conjuntos, não deve traduzir-se num conjunto de procedimentos e imposições que, conforme anteriormente referimos, inibam a ação de transformação ou revitalização. Aliás, *“está provado que o condicionamento legal do uso de materiais, quando não associado a um tipo de aplicação, ou a uma tipologia, não constitui garantia de qualidade ou de preservação dos conjuntos arquitetónicos”*³¹². Por esta razão, o desenvolvimento de uma ARU específica para cada um destes cinco assentamentos da JCI, à semelhança da então desenvolvida para a antiga Colónia Agrícola de Vascões³¹³, no concelho de Paredes de Coura, pode numa perspetiva de conservação integrada e de acordo com a conjuntura legislativa atual, ser o instrumento de gestão urbanística hábil, pela capacidade de regular, delimitar e, não menos importante, incentivar a uma reabilitação urbana condigna, pois *“a preservação de conjuntos resilientes e permanências arquitetónicas não é feita levianamente, mas lida com a identidade, memória e qualidade do espaço urbano”*³¹⁴. Mais, o reconhecimento arquitetónico e urbanístico do lugar que deve estar enraizado no seio da população local, pode, no nosso entender, e à semelhança de propostas para os *pueblos colonización*³¹⁵, ser potenciado com o turismo, nomeadamente através da criação de rotas turísticas locais, facilmente enquadráveis nas cinco colónias aqui analisadas no concelho de Montalegre.

³¹¹ PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Hélder; LOPES, Isabel; BUARQUE, Irene. 2009. Op. Cit. Pag. 176-177

³¹² SOUZA, Cerqueira de. – *Corrupção e Incompetência na Defesa e Preservação do Património*. Edição 2ª [S.L.] : Speculare&Proponere, 2014. p.10

³¹³ Aviso nº 13659/2016 de 04 do novembro de 2016 do Município de Paredes de Coura. [Em Linha]. Diário da República: II Série, nº212/2016 [Consultado a 23 de abril de 2018] Disponível em <<https://dre.pt/application/file/a/75654854>>;

³¹⁴ AYRES, Susana. 2016. Op.Cit. p.46

³¹⁵ MARTIN, Antonia; BAZAN DE HUERTA, Moisés; SOLER, Miguel - *Propuesta de ruta turístico-cultural por los pueblos de colonización del valle del alagón (cáceres)*. Revista de Arte NORBA [Em linha]. vol. XXXII-XXXIII [2012-2013] / 259-283. [Consultado em 09 de abril de 2020]. Disponível na internet em: http://dehesa.unex.es/bitstream/handle/10662/5870/0213-2214_32-33_259.pdf?sequence=1 ISSN 0213-2214

CAPÍTULO IV

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM
CONJUNTOS ARQUITECTÓNICOS

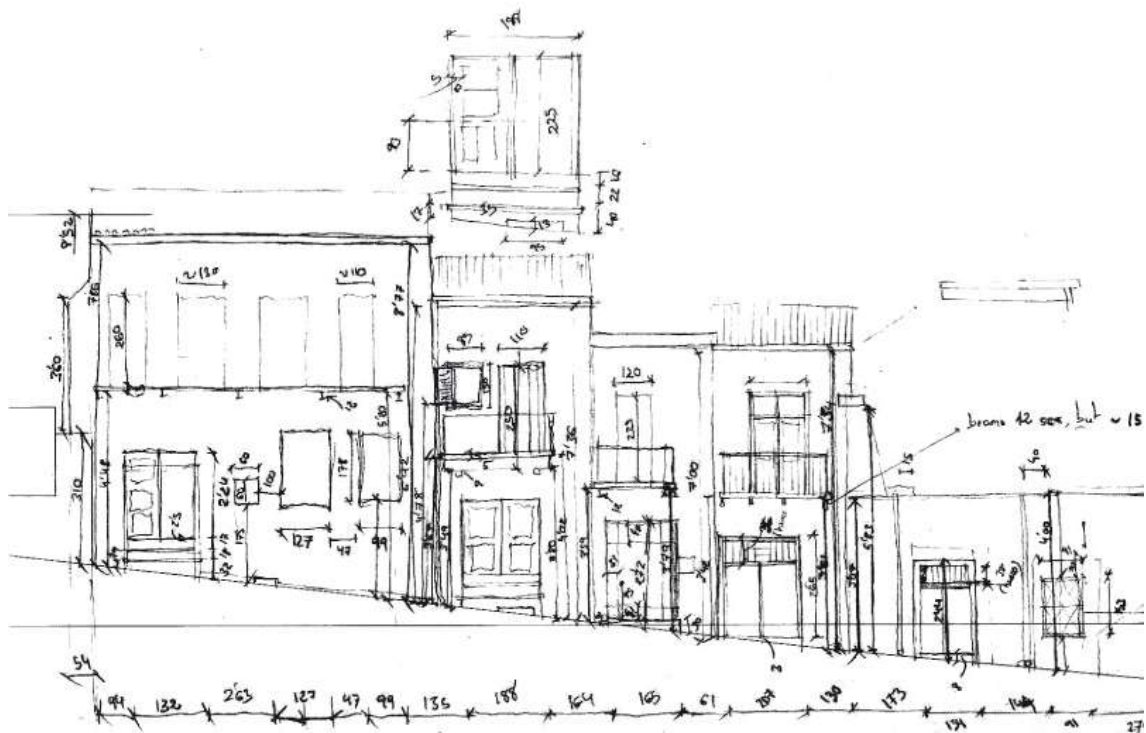


Figura 108 – Esqueto de levantamento dos alçados no estado antes da intervenção, autoria: Rehabimed

4.1 CASOS PRÁTICOS DE REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS

Neste capítulo, vamos analisar estratégias de intervenção em conjuntos arquitetónicos. De certo modo procuramos, através de diferentes casos práticos, identificar fundamentos e abordagens de intervenção arquitetónica, que contribuam para uma hipótese propositiva de salvaguarda arquitetónica das antigas colónias agrícolas de Montalegre. Evidentemente que não sendo possível descortinar ações transformativas realizadas em antigas colónias agrícolas ou nas suas congéneres internacionais, resolvemos alargar o campo de ação do nosso estudo a projetos onde esteja patente uma ação de conservação integrada sobre um território ou conjunto de construções assentes na noção de homogeneidade e de unidade arquitetónica. Neste sentido, não pretendemos analisar um edifício isoladamente, mas especialmente, conjuntos arquitetónicos que pela sua história, importância e identidade, demonstrem ações transformativas válidas para potencializar a salvaguarda da antiga colónia.

Para além do conceito de conjunto, entendemos ser de igual modo importante fundamentar este trabalho com obras arquitetónicas de cariz habitacional, procurando desta forma estreitar, eventuais pontes de conhecimento com o nosso objeto de estudo.

Vamos ainda indagar acerca de projetos ou obras onde está subjacente um carácter privado, isto é, edifícios particulares ou de diferentes proprietários, tal como sucede no nosso caso de estudo. Este facto permite-nos, entre outras coisas, compreender as dificuldades inerentes ao desenvolvimento de uma única estratégia de intervenção para um grupo diversificado de indivíduos.

Com base nestes princípios, identificamos diversos projetos que, pela natureza de conjunto, podem, eventualmente, enriquecer este trabalho. Contudo, iremos destacar três trabalhos que, na sua globalidade, aportam para a presente análise dificuldades, estratégias e metodologias de intervenção num edificado privado que procura revitalizar-se sem, contudo, perder a sua identidade de conjunto. Assim sendo, serão analisados os seguintes projetos: A) Recuperação do Conjunto de Natividade, Brasil, ao abrigo do *Programa Monumenta*, sob alçada do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Ministério da Cultura do Brasil; B) A ação piloto de reabilitação da paisagem urbana de Lefkara, Chipre, com recurso à aplicação do designado *Método Rehabimed*, financiado pelo programa *Euromed Heritage* da Comissão Europeia; C) A reabilitação da Cidade Velha, Cabo Verde, conforme projeto dos Arquitetos Álvaro Siza Vieira e Helena Albuquerque.



Figura 109 – Exemplo da arquitetura colonial de Natividade, Brasil.

4.1.1 RECUPERAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÓNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DE NATIVIDADE, BRASIL

A recuperação do núcleo histórico do município de Natividade, cidade do Estado de Tocantins, região norte do Brasil, retrata a ação de intervenção do *Programa Monumenta*, com vista à preservação e salvaguarda do património arquitetónico, urbanístico e cultural em território brasileiro.

Trata-se de um programa criado em 1995³¹⁶, em cooperação com o IPHAN e a UNESCO, e com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Objetivamente, trata-se de uma ação política com vista ao desenvolvimento económico, social, educacional e profissional, assente numa estratégia de recuperação e preservação do património arquitetónico, procurando, através deste, devolver a sustentabilidade do território. Por outras palavras, procurou-se realizar “*intervenções na perspetiva de qualificar os espaços públicos dos núcleos históricos e de gerar impactos – económicos, urbanos, sociais e culturais – para garantir a sustentabilidade do processo de preservação, ou seja, para criar bases concretas que pudessem permitir o desenvolvimento destas cidades com respeito ao seu património, a ser protegido e incorporado à vida urbana.*”³¹⁷ Assim este programa para além de procurar requalificar as construções decadentes, assume-se também como uma importante ferramenta de prospeção e fomento dos elementos geradores de riqueza económica nos espaços alvos do *Programa Monumenta*, que trabalhou numa “*perspetiva da «conservação integrada»*”³¹⁸. Este conceito da conservação integrada foi, como vimos, fomentado pela Carta Europeia do Património Arquitetónico, de 1975.

Foram selecionadas para este programa cerca de 26 cidades brasileiras, escolhidas por serem locais e conjuntos urbanos que já se encontram sob proteção federal, pelo que, em todas as zonas demarcadas, era manifesto o interesse público e patrimonial, justificado pelas mais diversas razões culturais, o que, obviamente, pressupôs diferentes formas e estratégias de ação em concordância com o âmbito, escala e interesse patrimonial verificado *in situ*.

Após a seleção das cidades, a metodologia de implementação do programa passou pela criação das designadas «Unidade de Execução do Projeto». Estas foram formadas por equipas multidisciplinares, capazes de identificar e criar um «Perfil do Projeto», nomeadamente através de

³¹⁶ PROGRAMA MONUMENTA / IPHAN; *Programa Monumenta Porto Alegre*. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2010. p.13

³¹⁷ BONDUKI, Nabil - *Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos*. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2010. p.9

³¹⁸ CASTRIOTA, Leonardo; ARAÚJO, Guilherme; CARDOZO, Kelly; PEREIRA DE SOUSA, Vilmar; *PAC Cidades Históricas – oportunidade para a conservação integrada?*. Locus: revista de história. Juiz de Fora. ISSN 1413-3024. nº2 (2010). Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. p. 103

procedimentos técnicos e participativos³¹⁹, descrevendo “a estratégia de intervenção, com a identificação dos problemas e das formas de enfrentá-los, e indicam-se os projetos a desenvolver, com os seus respectivos impactos ambientais, sociais e económicos”³²⁰.

Numa primeira fase, as áreas intervencionadas no âmbito do *Monumenta* coincidiram com as áreas previamente delimitadas pelo IPHAN, aquando do reconhecimento patrimonial e consequente proteção federal sobre o conjunto ou lugar. No entanto, em alguns casos as «Áreas de Projeto» foram ampliadas, passando a incluir as áreas envolventes, designadas «Áreas de Influência»³²¹.

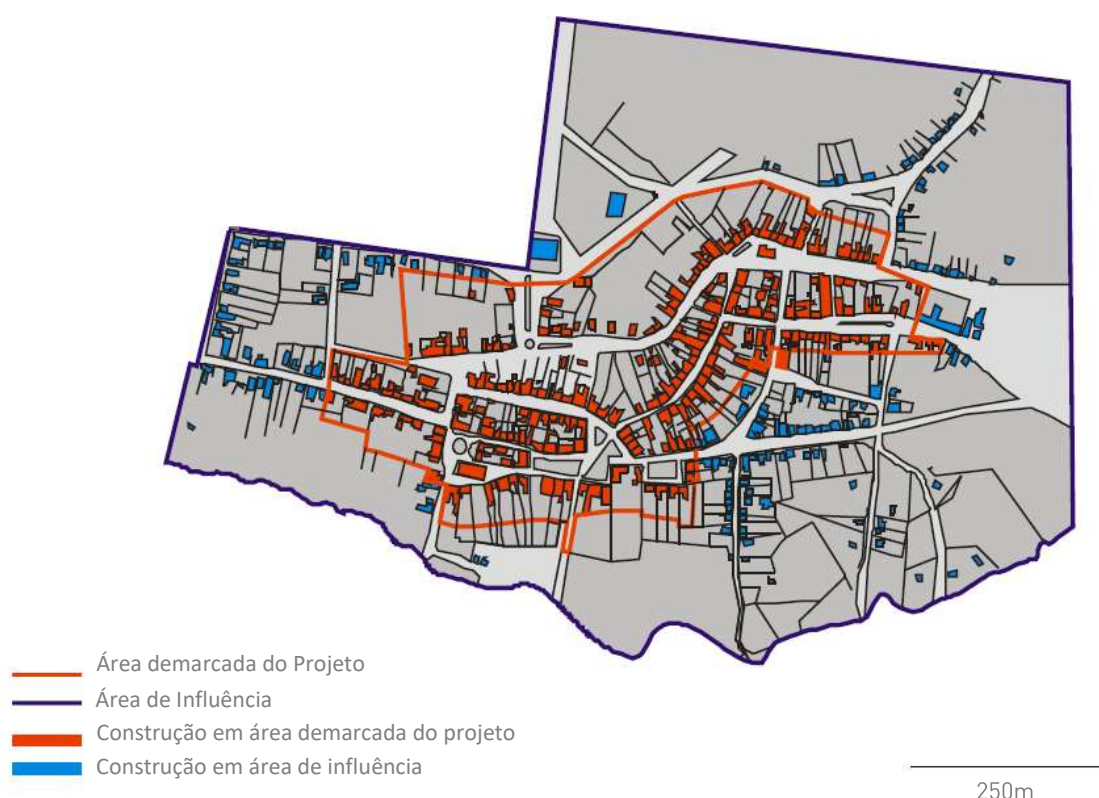


Figura 110 – Demarcação de Intervenção na cidade de Natividade. IPHAN/*Programa Monumenta*.

Uma das cidades alvo de intervenção foi o município de Natividade, que teve origem num polo de mineração, construído em 1734³²² no interior daquele país, com aproximadamente 9.000

³¹⁹ BONDUKI, Nabil. 2010. Op. Cit. p.40

³²⁰ BONDUKI, Nabil. 2010. Op. Cit. p.40

³²¹ BONDUKI, Nabil. 2010. Op. Cit. p. 41

³²² PROGRAMA MONUMENTA / IPHAN; *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2009. p.56

habitantes³²³. Trata-se da cidade mais pequena a ser objeto de ação do *Programa Monumenta*³²⁴, sendo a zona sujeita a intervenção a mesma que já se encontrava sob proteção do IPHAN, desde 1987, com uma área de 18 ha e cerca de 425 habitantes³²⁵.

Efetivamente, um dos primeiros passos da conservação integrada, terá sido iniciado com o prévio reconhecimento do interesse patrimonial do núcleo histórico de Natividade e as suas 260 edificações³²⁶. Esta etapa comprova o reconhecimento governamental do potencial valor destas construções, nomeadamente o valor do seu conjunto, constituído pelo casario de características homogéneas e com influências na arquitetura colonial. Aliás, a propósito refira-se que o *Programa Monumenta* prevê três tipos de projetos elegíveis para a sua ação: a) Qualificação e melhoramento de espaços públicos e infraestruturas; b) Restauro, reabilitação e requalificação de monumentos e edifícios públicos; c) Recuperação de imóveis privados³²⁷. No caso específico da ação do *Monumenta* em Natividade, o projeto passa, sobretudo, pela recuperação de imóveis privados. Neste caso particular, o conceito de recuperação arquitetónica está relacionado com a reposição da memória da arquitetura tradicional da região ou, na ótica de CERVERA, “a arquitetura interpretada como uma recuperação de suas próprias tradições vernáculas”³²⁸.

Embora o programa tenha também abrangido as áreas públicas de Natividade, aliás, foi por estas que iniciou, este marcou a sua intervenção em edifícios particulares previamente selecionados. Entre 2006 e 2012, mais de 75%³²⁹ dos edifícios privados propostos a financiamento ao abrigo do programa recebeu aprovação, o que poderá ser revelador de dois aspetos fundamentais. Em primeiro lugar, o facto do objeto de intervenção com maior representatividade ser relativo às construções habitacionais, o que pode demonstrar que a identidade do conjunto advém, sobretudo, das casas, contíguas e com um carácter homogéneo e sistémico relativo à implantação no lote, definindo, portanto, um plano contínuo face à rua e, consequentemente, a construção do tecido urbano. Esta homogeneidade é, também, revigorada pela dinâmica da cerca dominante, preservação do número de pisos, módulo dos vãos e ritmo imposto. Em segundo lugar, a revalorização através da requalificação das fachadas destas casas permite a preservação da identidade arquitetónica do conjunto. Segundo PICANÇO “Natividade, por ser uma cidade que

³²³ PICANÇO, Valéria. *Preservação Patrimonial X Qualidade de vida: Avaliação Pós-ocupação no Programa Monumenta. Centro Histórico de Natividade – Tocantins*. Palmas: Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2009. Dissertação de Mestrado. p. 73

³²⁴ BONDUKI, Nabil. 2010. Op. Cit. p.295

³²⁵ PROGRAMA MONUMENTA / IPHAN. 2009. Op. Cit. p.56

³²⁶ PICANÇO, Valéria. 2009. Op. Cit. p. 79

³²⁷ BONDUKI, Nabil. 2010. Op. Cit. pp.43-45

³²⁸ CERVERA, Joan. *Temas de composición arquitectónica. 10.Posmodernismo y otros espígonos*. Alicante: Editorial Club Universitario, 2000. p.42. Traduzido pelo autor a partir do original: “la arquitectura interpretada como recuperación de las propias tradiciones vernáculas.”

³²⁹ BONDUKI, Nabil. 2010. Op. Cit. p.290

*mantém o seu traçado urbano original (...) e por ainda ter um conjunto arquitetónico colonial pouco alterado, foi protegida*³³⁰, o que significa que o espaço público é, neste caso, subordinado às ruas emolduradas pelos beirais das fachadas contínuas de arquitetura colonial, que por sua vez definem uma frente de rua de cariz urbano, coeso, assente numa regra sistémica, homogénea e identitária.

A arquitetura colonial desta região remete para as construções rurais brasileiras do século XVIII, composta por casas simples, contíguas, desenvolvidas num só piso e com telhado de duas águas, onde a rua é o espaço público primordial. De acordo com PICANÇO, prevalecem três tipos de casas em Natividade, diferentes, sobretudo, no seu alçado principal e planta: as «casas de porta e janela» (compostas por porta de entrada e janela), as «casas de meia morada» (tradicionalmente com porta de entrada e duas janelas sucessivas), e «casas de morada inteira» (casa mais nobre, composta por vão de entrada e duas janelas de cada lado). Verificam-se, ainda casas de «morada e meia», patentes na fig. 111, composta por porta e vãos de janela sucessivos. As principais diferenças entre estas estabelecem-se ao nível das circulações internas, e do número de vãos exteriores, que estavam em consonância com o grau de riqueza do proprietário. As plantas desenvolvem-se sobre a forma de «L», tendo evoluído de acordo com o contexto socioeconómico da região. Devido à decadência do ouro, esta foi assumindo maior pendor agrícola que, consequentemente, determinaram alterações construtivas no edificado, razão pela qual se verifica a construção de apoios agrícolas e espaços destinados ao cultivo e criação de animais, no tardo do lote e contíguos ao espaço habitacional³³¹.

A predominância de um número reduzido de tipologias habitacionais, homogéneas que, no seu todo, definem o conjunto, fomentou o interesse da sua preservação e consequente recuperação. Aliás, o *Programa Monumenta* assentou no conceito de “«recuperação» de imóveis privados apoiado na ideia de «recomposição» estilística do período da arquitetura”³³², apoiando financeiramente a recuperação de fachadas e coberturas; intervenções estruturais; honorários e custos inerentes a estudos e projetos; intervenções infraestruturais de carácter urgente, nomeadamente instalações sanitárias e/ou instalações elétricas de primeira necessidade³³³. Em suma, embora não se trate de um programa de obras globais, procurou, sobretudo, atender aos principais problemas estruturais e infraestruturais, e em simultâneo a reposição dos valores arquitetónicos do conjunto.

³³⁰ PICANÇO, Valéria. 2009. Op. Cit. p.73

³³¹ PICANÇO, Valéria. 2009. Op. Cit. pp.73 - 80

³³² PICANÇO, Valéria. 2009. Op. Cit. p. 80

³³³ PROGRAMA MONUMENTA / IPHAN. 2009. Op. Cit. p.33



Figura 111 – Exemplo de recuperação na rua da União, nº80, Natividade, Brasil (antes da obra).



Figura 112 – Exemplo de recuperação na rua da União, nº80, Natividade, Brasil (durante a obra).



Figura 113 - Exemplo de recuperação na rua da União, nº80, Natividade, Brasil (após obra).

Para este trabalho, interessa, sobretudo, focar a análise no primeiro tipo de intervenções, ou seja, na recuperação de fachadas e das coberturas. Podemos afirmar que a ação do *Programa Monumenta* em Natividade, propôs a reposição da fachada dos valores originais do alçado colonial simples, nomeadamente casas de um só piso, telhados de duas águas, compostas por porta e janelas com largura de vãos homogeneizada. Este facto significou a demolição ou alteração de algumas fachadas a fim de recuperar o valor original (fig. 111 a 113). Assim, com base nesta intervenção, podemos constatar que o *Programa Monumenta*, para além de todas as ações de consolidação e revitalização de dinâmicas culturais na região, procurou introduzir melhorias no edificado com vista à salvaguarda da imagem do plano marginal, contínuo e homogéneo. Não queremos diminuir a importância e valor arquitetónico das intervenções no interior das moradias, bem como benfeitorias infraestruturais e estruturais que se verificaram oportunas. Contudo, releva para o âmbito deste estudo a ação de consolidação da salvaguarda da imagem identitária comum

em edifícios privados, por relacionar-se mais diretamente com a problemática da presente tese. O conjunto de Natividade “*possui o uso residencial como uma constante em sua arquitetura colonial vernacular*”³³⁴, e mantém uma dinâmica de formas comuns e repetidas num tecido urbano homogêneo. Foi, sobretudo, esta dinâmica de usos e reposição dos valores identitários dessa arquitetura que o *Programa Monumenta* se propôs devolver na intervenção das fachadas, entendidas como parte integrante da construção da identidade pública e da frente urbana contínua do espaço de vivência social das áreas protegida de Natividade.

O *Programa Monumenta* teve início em 2001 e terminou em 2009. Foi um projeto desenvolvido em várias fases, sendo “*o impacto na área protegida especialmente notável. Do total de 85 imóveis protegidos, 61 contrataram financiamentos, ou seja, 72% do local foi recuperado*”³³⁵. Se analisarmos globalmente podemos considerar que a classificação deste lugar como local de interesse arquitetónico, alvo de proteção federal, foi o início de um longo processo que se espera estar concluído aquando da requalificação da totalidade do núcleo histórico, previamente delimitado.

Por fim, importa ainda sublinhar que a ação do *Monumenta* a perspetiva também a intervenção nos locais públicos, nomeadamente a Igreja de Nossa Senhora da Natividade, o Centro de Artesanato e Apoio Turístico, a Casa de Cultura Amália Hermano Teixeira, bem como algumas praças, largos, becos e ruas da área abrangida³³⁶.

Efetivamente, este programa de construções, pode dar-nos bastantes ensinamentos, sobretudo pelo sucesso da iniciativa. Todavia, para esta investigação, importa-nos salientar dois aspetos fundamentais, razão da pertinência desta referência arquitetónica. Referimo-nos à intervenção nas habitações como fator fundamental para a construção de uma imagem homogênea do conjunto e não menos importante, uma intervenção direcionada para o alçado que compõe a frente de rua, contíguo, justificada pelo facto deste elemento arquitetónico ser aquele que melhor evidencia o carácter identitário da construção do conjunto. Esta característica não se evidencia da mesma forma nos núcleos da colónia agrícola de Montalegre, uma vez aqui não é claramente definido um alçado “principal”. No entanto, sublinhamos que a casa em Montalegre é, como neste caso, o elemento fundamental de repetição e imposição de um ritmo. Fundamentações estas, oportunamente utilizadas para o desenvolvimento do CAPÍTULO V.

³³⁴ PICANÇO, Valéria. 2009. Op. Cit. p. 20

³³⁵ PROGRAMA MONUMENTA / IPHAN. 2009. Op. Cit. p.25

³³⁶ PROGRAMA MONUMENTA / IPHAN. 2009. Op. Cit. p.56

4.1.2 APLICAÇÃO DO MÉTODO REHABIMED EM LEFKARA, CHIPRE

O município de Lefkara corresponde a uma pequena cidade cipriota, pertencente ao distrito de Larnaca. Assim, como Montalegre, é um município iminentemente rural, localizado no sopé das montanhas que lhe conferem o perímetro e razão do seu nome. Tal como muitas das cidades ruralizadas do Chipre, o campo e o agroturismo é uma importante ferramenta na dinamização económica da região.



Figura 114 – *Iliakos*

Relativamente às construções populares de Lefkara, estas assentam na utilização de materiais e técnicas construtivas da região, adaptando-se, assim, ao clima, topografia e condições económicas do sítio. Genericamente, as casas tendem a ser contíguas, com um ou dois andares e com telhados inclinados. É comum o desenvolvimento da casa em torno de um pátio interno, cujo acesso se faz através de uma espécie de pórtico, ou espaço exterior de transição para a entrada da habitação, denominado de *iliakos* (fig.114). A construção utiliza predominantemente materiais como pedra, terra, gesso e caixilhos de madeira, ainda que, pontualmente, tenham vindo a ser utilizados outros materiais, mais industrializados.



Figura 115 – Tradicional rua de Pano Lefkara.

Existem, sobretudo, dois âmbitos arquitetónicos, um de carácter popular e outro de influências neoclássicas. No entanto, a transição entre eles é de tal modo natural que, numa leitura mais desatenta do território, não é evidente uma separação³³⁷. Em suma, Lefkara é um exemplo de uma arquitetura popular bem conservada e caracterizadora da memória de um povo e vivências culturais, sendo considerado *“um dos mais importantes assentamentos históricos do Chipre, devido ao seu rico património cultural e arquitetónico, que permanece quase intacto”*³³⁸.

É neste contexto que se enquadra a intervenção ou aplicação do designado *Método Rehabimed*. Esta metodologia surge no âmbito da Declaração de Barcelona, de 1995, com vista ao fomento da paz e estabilidade na região do Mediterrâneo, tendo sido financiada pelo programa *Meda*, com o apoio do *EuroMed Heritage*. Trata-se do plano sucessor do projeto *Corpus* e o *Corpus Levant*, tendo sido lançado sob coordenação do *Collegi d'Aparelladors i Arquitectes Tècnics de Barcelona*, envolvendo um conjunto de países da bacia mediterrânica, entre os quais o Chipre³³⁹.

³³⁷ AAVV. *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. p. 17

³³⁸ AAVV. *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. p. 13. Traduzido pelo autor a partir do original: *“is one of the most important historic settlements of Cyprus, owing to its rich cultural and architectural heritage, which remains almost intact.”*

³³⁹ RIBEIRO, Fernando - *Práticas de Reabilitação em Áreas Rurais: Contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de aldeias em Portugal*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento. p. 262

Resumidamente, é um método de conservação integrada³⁴⁰, que procura a reabilitação sustentável, o restauro do património e a regeneração urbana num conjunto de países que têm como elemento comum, o facto de serem banhados pelo Mar Mediterrânico. Neste caso, *"o conceito de reabilitação engloba um espectro amplo de ações com o objetivo de recuperar e atualizar uma função perdida ou danificada"*³⁴¹. Por outras palavras, a ação piloto levada a cabo em Lefkara no âmbito do *Método Rehabimed*, não assenta exclusivamente na recuperação arquitetónica, mas também a sua adequabilidade às novas realidades sociais, isto é, na ação de reabilitação associada a uma estratégia de conservação integrada num conjunto.

É, portanto, um programa multicontinental, envolvendo países, como a Argélia, Egito, Chipre, Marrocos, Tunísia, Espanha, França, Grécia e Portugal. Esta característica multicultural e de ação pluridisciplinar faz da estratégia de intervenção, definindo um método desenhado e pensado para ter aplicabilidade em diferentes ambientes e lugares. Não se trata, por isso de um programa isolado com um campo de ação pré-determinado. Para além da promoção e intervenção física no edificado, o *Método Rehabimed* é, também, ou sobretudo, um projeto de investigação e inventariação da arquitetura popular e das técnicas tradicionais de construção do território da bacia do Mediterrâneo, sobretudo no que confere à arquitetura civil³⁴². Procura identificar potenciais ameaças e riscos a esses objetos de interesse arquitetónico, e *"encontrar uma estratégia e estabelecer um método que vise um equilíbrio entre melhorar as condições de vida dos ocupantes e preservando património cultural, com base nos três pilares da sustentabilidade (económica, social e ambiental)"*³⁴³. São também estes pilares que conferem ao método o seu carácter multidisciplinar e integral, pois não visa exclusivamente a recuperação das construções, mas a revalorização do mesmo e das restantes variáveis associadas a uma construção, ou conjunto de construções, numa verdadeira ação de conservação e valorização integrada.

Com vista a sintetizar estas premissas, a *Rehabimed* tem promovido diversas publicações, entre as quais se destacam *RehabiMed Method - Traditional Mediterranean Architecture, I. Town & Territory Rehabilitation*; e *RehabiMed Method. Traditional Mediterranean Architecture, II. Building Rehabilitation*, que se afiguram fundamentais para a materialização das ideias defendidas

³⁴⁰ AAVV. *Metodo Rehabimed - Arquitectura Tradicional Mediterránea - I. Rehabilitación Ciudad y Territorio*. [S.L.]: Rehabimed, 2007? p. 13.

³⁴¹ AAVV. *Metodo Rehabimed - Arquitectura Tradicional Mediterránea - I. Rehabilitación Ciudad y Territorio*. [S.L.]: Rehabimed, 2007? p. 13. Traduzido pelo autor a partir do original: *"el concepto rehabilitar recoge un espectro amplio de actuaciones con el objetivo de recuperar y actualizar una función perdida o dañada."*

³⁴² RIBEIRO, Fernando. 2017. Tese de Doutoramento. Op. Cit. p. 262

³⁴³ AAVV. *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. p. 12. Traduzido pelo autor a partir do original: *"to find a way and to establish a method that strikes a balance between improving the living conditions of occupants and preserving heritage, on the basis of the three pillars of sustainability (economic, social and environmental)"*

pelo método. “O método tem como objetivos ordenar e sistematizar as etapas do processo de reabilitação (da vontade política à execução avaliação da ação), identificar essas ferramentas e instrumentos a considerar (técnicos, administrativos e legais) para a sua óptima gestão e desenvolvimento, e definir os critérios que nos permitam refletir sobre os problemas e estratégias estabelecer para garantir o sucesso do processo.”³⁴⁴

Um dos exemplos de sucesso, corresponde à ação piloto de reabilitação da paisagem urbana tradicional de Pano Lefkara, no município de Lefkara. Este projeto, inaugurado a 10 de fevereiro de 2007, envolveu diretamente a União Europeia, através do *Euromed* e *Euromed Heritage*, o *Collegi d'Aparelladors i Arquitectes Tècnics de Barcelona*, a *Agência Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo*, o Departamento de Antiguidades do Ministério da Comunicação e Trabalho de Chipre, e a população de Lefkara. Importa compreender que o *Método Rehabimed* assenta num propósito de envolvimento da comunidade local, por ser parte interessada no processo de levantamento das vontades e necessidades, mas sobretudo pelo contributo documental e vivencial, que permite o reconhecimento do valor cultural do seu edificado³⁴⁵.

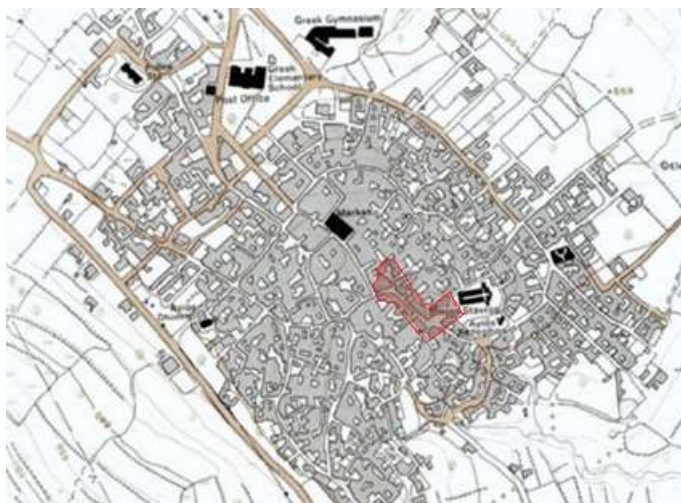


Figura 116 – Planta de Pano Lefkara com a demarcação a encarnado da área de intervenção da operação piloto (Rua Tímidos Stavros).

³⁴⁴ AAVV. *Metodo Rehabimed - Arquitectura Tradicional Mediterránea - I. Rehabilitación Ciudad y Territorio*. [S.L.]: Rehabimed, 2007? p. 17. Traduzido pelo autor a partir do original: “El método tiene como objetivos ordenar y sistematizar las etapas del proceso de rehabilitación (de la voluntad política a la ejecución y evaluación de la acción), identificar aquellas herramientas y instrumentos a considerar (técnicas, administrativas y legales) para su óptima gestión y desarrollo y definir los criterios que permitan reflexionar sobre los problemas y las estrategias a establecer para garantizar el éxito del proceso.”

³⁴⁵ AAVV. *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. pp. 14 - 15

De forma esquemática, esta ação piloto visou os últimos 60 m de rua que antecedem a praça da Igreja da localidade de Pano Lefkara (fig.116). Esta rua, de nome Timios Stavros, é uma das principais, dada a visibilidade, acessibilidade, interesse turístico e comercial, fatores preponderantes para a sua escolha como palco de aplicação do *Método Rehabimed*. Outros critérios foram determinantes para esta opção, como a viabilidade de execução do projeto — sobretudo pelo facto dos alçados dos edifícios constituintes desta rua não se encontrarem seriamente descaracterizados e, grosso modo, não se perspetivarem encargos financeiros superiores aos disponibilizados. Outro dos fatores de ponderação foram os resultados expectáveis. No caso da intervenção na Rua Timios Stavros, para além das benfeitorias para os proprietários, esperava-se que, pela sua notoriedade, servisse de elemento galvanizador para futuras intervenções noutras ruas da região. Por outro lado, tratando-se de uma rua de elevado fluxo turístico, a intervenção arquitetónica contribuiria para melhorar a imagem global da cidade. Por fim, o facto de esta rua dispor de uma boa amostra de construções representativas da arquitetura popular da região, sem descorar a identidade arquitetónica do lugar³⁴⁶.



Figura 117 – Levantamento da área de intervenção da operação piloto (Rua Timios Stavros). Autoria: *Rehabimed*.

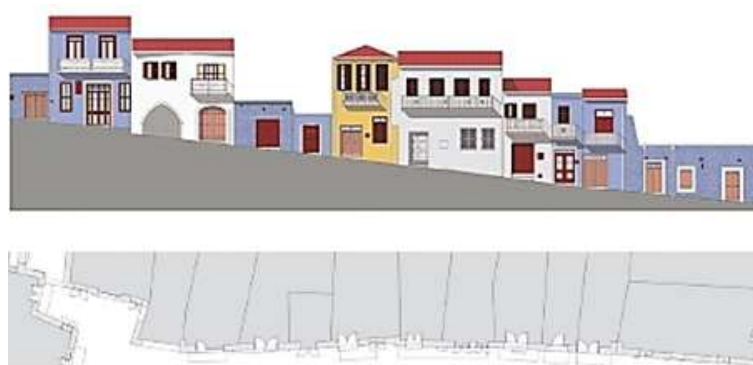


Figura 118 – Proposta de reposição do valor arquitetónico para área de intervenção da operação piloto (Rua Timios Stavros). autoria: *Rehabimed*.

³⁴⁶ AAVV. *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. p. 14

Segundo RIBEIRO, o propósito do *Método Rehabimed* é “proporcionar um conjunto de ferramentas operativas para a análise, avaliação, proposta e execução de intervenções de reabilitação que permitam o desenvolvimento e implementação de um «Plano de Ação de Reabilitação» e facilitem a promoção, planificação e gestão das intervenções no património vernacular no seu contexto espacial/territorial, seja ele urbano ou rural.”³⁴⁷ Para a implantação deste plano, tal como se verifica na implantação do método em Lefkara, é necessário atender a cinco fases de execução: 1) reconhecimento do valor arquitetónico dos edifícios e divulgação à população; 2) diagnóstico da arquitetura local; 3) definição de objetivos do projeto; 4) projeto; 5) Implementação do projeto.

A primeira fase, anteriormente referida, *Valorização Integrada dos Conjuntos*, compreende a necessidade de expor o valor do conjunto. É preciso que o arquiteto o defina, para depois apresentá-lo à comunidade local, a fim de impulsionar o sentido de propriedade, pertença e respeito pelo bem cultural. Trata-se, em suma, de promover o reconhecimento coletivo do valor arquitetónico de uma obra. Tal como sugere PULS, “é esse significado coletivo (...) que garante a sobrevivência das obras”³⁴⁸. No caso da ação do *Rehabimed*, as entrevistas, ações locais, como *workshops* e palestras sobre o sítio, visam revelar o interesse internacional do conjunto, daí a necessidade de envolvimento da população como parte integrante de implementação do método.

Relativamente ao ponto 2, diagnóstico da arquitetura local, expôs a evolução arquitetónica do edificado, sobretudo evidente nas fachadas dos edifícios (fig.117 e 118). Antes da intervenção do *Rehabimed*, acentuava-se a descaracterização do local, que ocorreu sobretudo durante os anos 80, impondo algumas alterações à morfologia do edificado, com a introdução de novas aberturas, varandas, cantarias cimentadas, bem como a utilização de materiais industrializados e alterações nas caixilharias originais. A questão da cor é um aspeto fundamental na arquitetura popular desta região, que utiliza, com frequência, corantes, como o designado *loulaki*³⁴⁹, entre outros na composição das fachadas³⁵⁰.

Na ação piloto de Lefkara foi evidente o propósito de criar um exemplo para projetos futuros; ajudar a investigar técnicas tradicionais e *know-how*; interiorizar o valor da arquitetura local à comunidade; e salvaguardar a identidade arquitetónica do local.

Partindo deste pressuposto, o projeto e a sua implementação, visa preservar a variedade de elementos que derivam da sua evolução, como parte da sua história. Por outro lado, e

³⁴⁷ RIBEIRO, Fernando. 2017. Tese de Doutoramento. Op. Cit. p. 261

³⁴⁸ PULS, Maurício – *Arquitectura e Filosofia*. São Paulo: Annablume, 2006. p.15

³⁴⁹ Pigmento inorgânico azul; fonte: AAVV. *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. p. 19

³⁵⁰ AAVV. *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. pp. 18-21

procurando a homogeneidade do conjunto, foram identificados os elementos completamente dissonantes da arquitetura local e restaurados “*aqueles que tinham sido uma parte significativa de e para o qual houve evidência sólida derivado da multidisciplinaridade da pesquisa realizada anteriormente*”³⁵¹. As fachadas foram classificadas de acordo com a seguinte tipologia: a) com alterações sérias, ou seja, mudanças significativas de fachadas e/ou demolição de partes do edifício em relação à sua morfologia original; b) com pequenas alterações, isto é, aquelas fachadas que podem ser facilmente recuperadas ou requalificadas, nomeadamente através da mudança de cores, carpintarias, caixilharias, portas e portadas exteriores, sem intervir propriamente na estrutura do edifício.

Grosso modo, o projeto não se revela impositivo. Se por um lado, as juntas de cimento colocadas nas cantarias tiveram que ser removidas, as novas aberturas de vãos são ponderadas e redesenhadas, nalguns casos, para dimensões em harmonia com o conjunto. Ao mesmo tempo, são reintroduzidos nos edifícios materiais e técnicas locais, como a utilização de cores na fachada a fim de conferir autenticidade³⁵².

Todavia, e tal como referimos, o projeto não se resumiu à melhoria das fachadas da rua. Foram introduzidas alterações infraestruturais, sobretudo, ao nível das instalações elétricas e melhoramentos ao nível da sinalização, mobiliário urbano, reorganização do tráfego automóvel e criação de novos espaços de socialização e lazer. No que diz respeito ao pavimento original da rua, não foi possível a sua recuperação total, apenas a sua reposição em algumas secções da rua³⁵³.

Embora não sendo impositivo, e tratando-se apenas de uma ação piloto num plano de rua, os preceitos defendidos pelo *Método Rehabimed* foram aqui aplicados com sucesso. Importa-nos, sobretudo, ressaltar dois aspetos que consideramos fundamentais. Em primeiro lugar, a vertente de educação patrimonial que o método impõe, não só pela ação revitalizadora de expor um objeto com interesse arquitetónico, mas, sobretudo, para a população, envolvendo-a no projeto e, acima de tudo, revelando o valor do edificado. Em segundo lugar, não podemos deixar de referir o facto de se tratarem de imóveis privados – tal como no nosso caso de estudo em Montalegre, e o exemplo anteriormente analisado em Natividade –, que sofreram uma evolução bastante profunda. Em rigor, “*embora todos os edifícios sejam virtualmente transformáveis existem diferentes graus de versatilidade*”³⁵⁴. Compete ao arquiteto, disciplinar ou validar essas transformações. MENDES

³⁵¹ AAVV. *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. p. 27

³⁵² AAVV. *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. p. 26-28

³⁵³ AAVV. *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. pp. 27-29/37

³⁵⁴ AYRES, Susana. 2016. Op.Cit. p.45

refere que “o património arquitetónico, apesar de diversificado e ainda relativamente abundante, todos os dias sofre ameaças, algumas das quais levam a perdas irreparáveis. Umas são devidas à ação inexorável do tempo; outras são provocadas pelo próprio homem, por ignorância, algumas vezes, ou por ganância e ambição desmedida, outras.”³⁵⁵ No caso particular da ação piloto do *Rehabimed* em Lefkara, definiram-se meticulosamente as diversas transformações, não as impondo aos proprietários, antes demonstrando o potencial interesse para o conjunto na recomposição da autenticidade ou da reabilitação disciplinada, permitindo que a ação piloto no extrato da rua em questão, permitisse servir de exemplo para as ruas contíguas e, deste modo, disciplinar pedagogicamente as futuras ações arquitetónicas no edificado. Por fim, outro aspeto que julgamos igualmente importante enaltecer, é a ação direcionada para os alçados principais que, de certo modo, observamos também em Natividade no âmbito do *Programa Monumenta*. Esta característica, evidencia a importância do alçado principal e consequente frente de rua, na construção da identidade arquitetónica do conjunto. Ainda que neste caso não seja evidente uma homogeneidade arquitetónica, conforme se verificou no caso anterior, este método não deixa, todavia, de constituir uma regra a atender nas transformações que visam garantir a uniformidade do conjunto. Por outro lado, enquanto no caso de Natividade se verificou uma preocupação com a recuperação arquitetónica, no sentido de repor os valores arquitetónicos do edificado, neste segundo caso de estudo, admitimos uma preocupação ambivalente, uma vez que não se procura apenas recuperar o edificado, mas também introduzir aspetos que se entendem atualizações necessárias à vida contemporânea. Por outras palavras, é evidente uma recuperação e consequente atualização arquitetónica do edificado, enquadrada e equilibrada no conjunto.

Em suma, a reabilitação da paisagem urbana de Lefkara é um dos quatro planos de ação piloto desenvolvidos pela *Rehabimed* no âmbito do *Euromed Heritage III Project*. Trata-se de um exercício de intervenção construtiva num edificado representativo da arquitetura tradicional desta zona do Mediterrâneo. Neste caso, através de uma ação piloto circunscrita a uma rua, a metodologia utilizada pela *Rehabimed*, permitiu que os resultados deste trabalho, pudessem ser apreciados e, de certo modo, reproduzidos noutros contextos e territórios com iguais características e problemáticas. Embora corresponda a um ambiente diferente da região de Montalegre, julgamos que esta intervenção merece atenção no âmbito deste trabalho, pois pode ser uma mais-valia para a fundamentação de uma hipótese propositiva para os núcleos da antiga Colónia Agrícola do Barroso. Por outras palavras, ainda que se trate de um ambiente urbano, o plano utilizado nesta intervenção tem, também, como objetivo, a reposição e consequente

³⁵⁵ MENDES, Amado – *Estudos do Património – Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 213

salvaguarda da arquitetura tradicional da região. No nosso caso, não correspondendo a uma arquitetura tradicional propriamente dita, ainda que fundamentada na arquitetura popular do Barroso, tende a ser igualmente problemática a descaracterização do edificado existente. Neste sentido, a metodologia utilizada na base deste plano de ação piloto, pode, no nosso entender, ser reinterpretada e avaliada para as ações de intervenção em edifícios como os das antigas colónias agrícolas, desenvolvidas durante o Estado Novo, pela JCI.

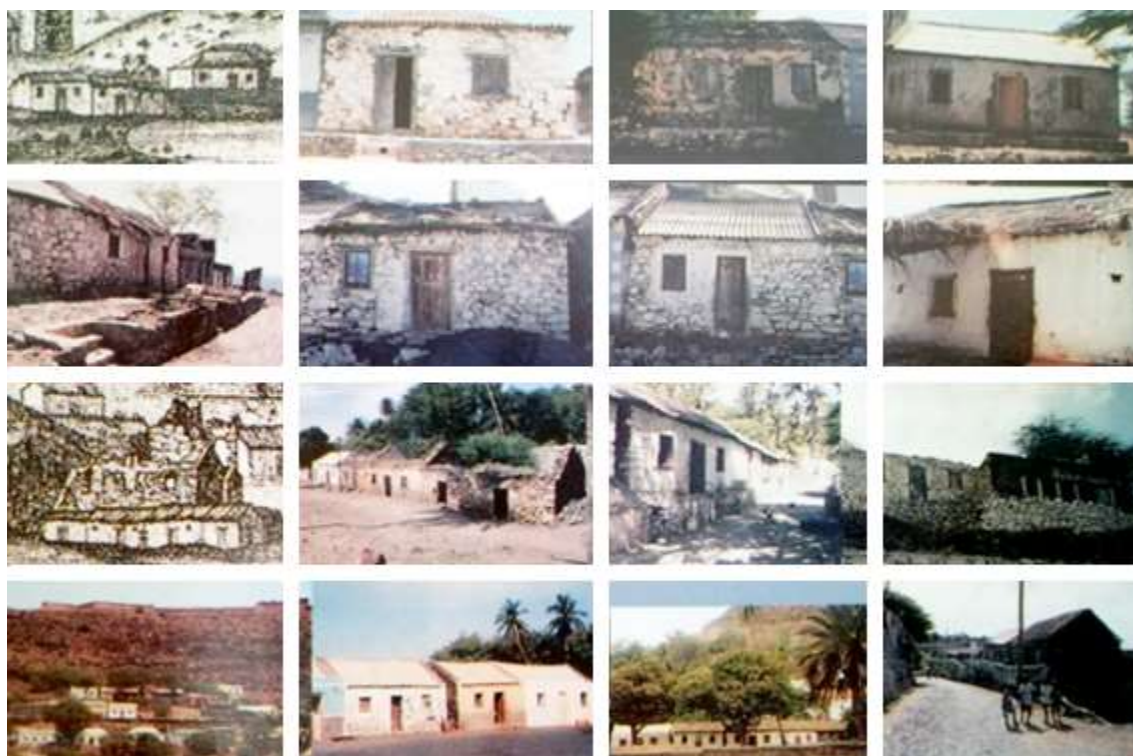
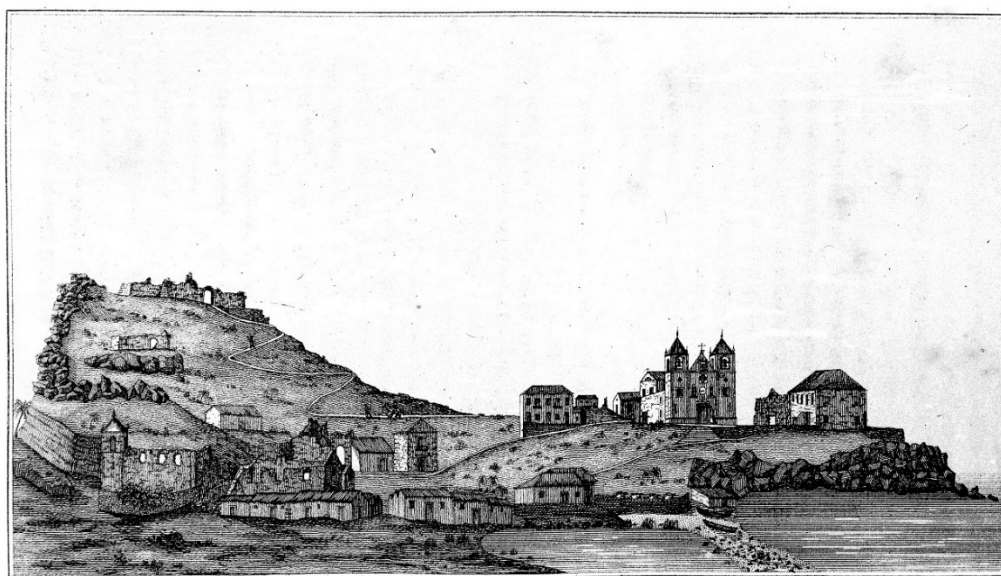


Figura 119 – Habitação tradicional na Cidade Velha, Ribeira Grande de Santiago, Cabo Verde.

4.1.3 PLANO DE RECUPERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE VELHA, CABO VERDE

Enclausurada entre um vale e o oceano Atlântico, a Cidade Velha, fundada em 1462 — então denominada de Ribeira Grande —, localiza-se na Ilha de Santiago, em Cabo Verde. Com aproximadamente 200 ha e pouco mais de 1 200 hab³⁵⁶ *“foi a primeira cidade portuguesa construída na África subsaariana”*³⁵⁷, tendo assumido, durante os séculos XVI e XVII, um importante papel como porto de comércio, colonização portuguesa e a sua administração³⁵⁸.

Todos os assentamentos e lugares assumem diferentes dinâmicas que conduzem a variadas transformações ao longo dos tempos. A Cidade Velha não é exceção. Segundo VALDEZ, *“esta povoação (...) desde a época da primeira colonização, tinha um comércio considerável e ostentava os seus numerosos edifícios quando os franceses, tendo-se apoderado dela em 1712, lhe causaram perdas e estragos terríveis. A maior parte dos habitantes retirou-se (...). Foi o último e mais desastroso golpe que experimentou a cidade da Ribeira Grande. Fazia-nos pena ver a solidão desta triste cidade, com os seus pórticos, mármore e ruínas, entre as quais se elevava a Catedral”*³⁵⁹.



ILHA DE S. THIAGO, CIDADE DA RIBEIRA GRANDE

Figura 120 – Cidade Velha. Litografia de 1864.

³⁵⁶ RAMOS, Adilson - *Cidade Velha Património Mundial - As Políticas Públicas Para Uma Efetiva Preservação e Gestão Participativa*. Rio de Janeiro: Centro Lúcio Costa, 2017. Curso de Capacitação Para Gestores de Bens Culturais. p. 37

³⁵⁷ COSTA, Isabel - *Cidade Velha de Santiago em Cabo Verde* [Registo vídeo]. RTP: Lisboa, 2009. (3min);

³⁵⁸ UNESCO - *Report Of Decisions - Convention Concerning The Protection Of The World Cultural And Natural Heritage - World Heritage Committee, Thirty-third session, Seville, Spain 22-30 June 2009*. [Em Linha]. Sevilha: UNESCO [Consultado a 21 de julho de 2018] Disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/2009/whc09-33com-20e.pdf>>

³⁵⁹ VALDEZ, Francisco Travassos – *África Occidental – Notícias e Considerações. Tomo I*. Lisboa: Ministério da Marinha e do Ultramar, 1864. p. 238

Conforme demonstra VALDEZ, a grandiosidade e escala da cidade perdeu-se ao longo da história, levando à ruína dos edifícios mais emblemáticos, como a Sé Catedral ou o Convento de São Francisco. Muitos dos residentes abandonaram, também, a cidade, agravando as possibilidades desta se reerguer. Em contrapartida a habitação tradicional de um só piso, tende a perpetuar-se no tempo, desde logo, pela maior facilidade de reconstrução da mesma, e pelo facto estar afeta à população mais humilde e de escassos recursos que se manteve na ilha.

Resta nos dias de hoje um casario que, além de ser fruto de uma arquitetura vernacular, caracterizada pelo uso de materiais e conhecimentos construtivos locais, é também resultado da adaptação natural das sociedades à evolução dos tempos e de novas realidades sociais que, no seu todo, constituem uma identidade de conjunto única. Assim, a arquitetura surge aqui como um veículo de comunicação da história, que justifica que, em 1999³⁶⁰, no âmbito da candidatura deste lugar a Património Mundial da UNESCO, os Arquitetos Álvaro Siza Vieira e Helena Albuquerque, sejam convidados a desenvolver um plano de recuperação e transformação deste território.

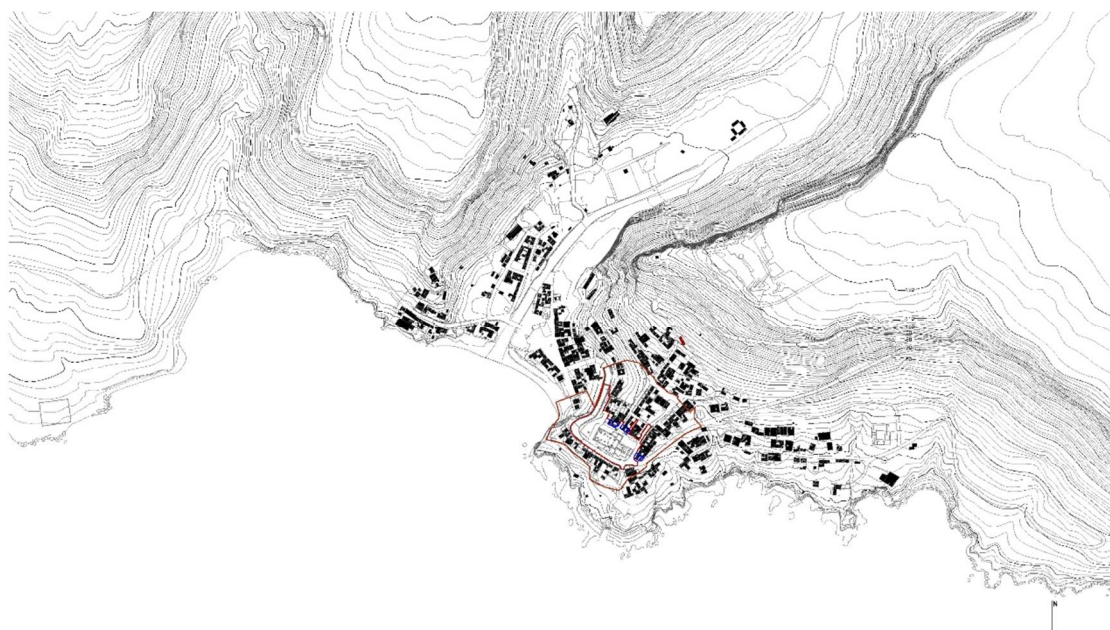


Figura 121 - Planta da Cidade Velha com a demarcação a encarnado da área de intervenção do plano de recuperação. Desenho da autoria dos Arquitetos Helena Albuquerque e Álvaro Siza Vieira.

O plano de recuperação circunscreve-se a uma parte da outrora Ribeira Grande (fig. 121), e compreende quatro campos de ação diferentes: 1) a requalificação de monumentos e edifícios emblemáticos do conjunto, tais como a Fortaleza de São Filipe, a Igreja de Nossa Senhora do

³⁶⁰ PIRES, Fernando; COHEN, Zelinda; Consultado a 21 de julho de 2018] Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336 Núcleo Urbano Dda Vila Da Ribeira Grande / Cidade Velha / Cidade Da Ribeira Grande [Em Linha]. Lisboa: DGPC, [Consultado a 21 de julho de 2018] Disponível em: <www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7336>

Rosário, a Capela de São Roque, a ruína do Forte de São Brás, a ruína do Forte de São Veríssimo, a Sé Catedral; e o pelourinho; 2) preservar a autenticidade do *habitat*³⁶¹ existente, nomeadamente composto pelas habitações populares, interessantes do ponto de vista do conjunto, como os exemplares patentes na rua Banana e na rua de Carreira; 3) perspetivar, regulando as alterações e/ou ampliações das construções dentro do conjunto; 4) enquadrar a construção de novos equipamentos, tais como uma Pousada e um restaurante/esplanada. Todas estas questões, analisadas sob o pretexto de tornar evidente o *Valor Universal Excepcional*, e obter a classificação de Património Mundial pela UNESCO.

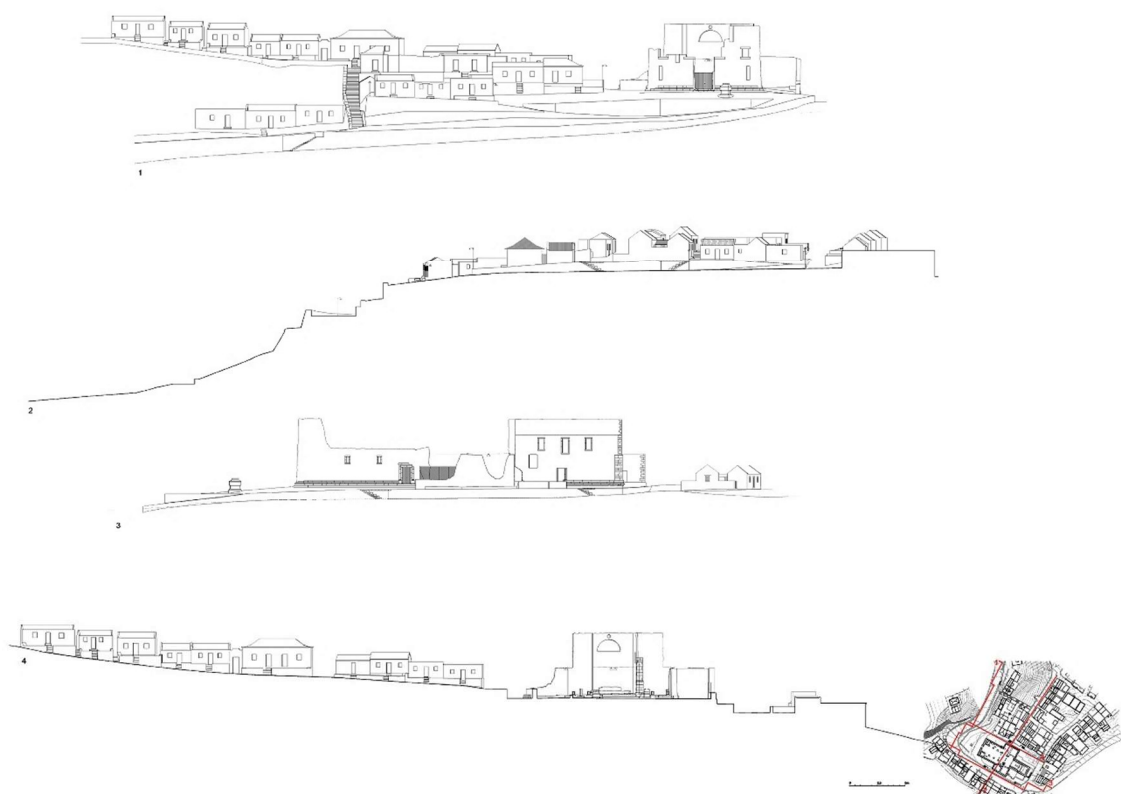


Figura 122 – Perfis de rua das áreas intervencionadas. Desenho da autoria dos Arquitetos Helena Albuquerque e Álvaro Siza Vieira.

A dificuldade de preservação do casario tradicional, é um dos problemas deste plano e talvez o aspeto arquitetónico mais improvável de alcançar na sua plenitude, dadas as características culturais e económicas da região. Segundo ALBUQUERQUE, “a estratégia que apeteceu logo de

³⁶¹ “Entendemos aqui por «habitat» o conjunto dos fenómenos associados à ocupação antrópica do território, nas suas vertentes económicas, sociais, culturais e históricas, indissociáveis da respetiva conformação e evolução física e material” in OLIVEIRA, Vitor; MARAT-MENDES, Teresa; PINHO, Paulo. 2015. Op. Cit. p. 68

*início foi dizer: deixem estar como está!*³⁶². Neste caso, o não intervir, deixando o objeto arquitetónico conforme se encontra, é uma forma de garantir a perpetuação da imagem original do edificado. Contudo, as necessidades de adaptabilidade às novas realidades e vontades sociais, associadas a um conjunto de *estrangeirismos* arquitetónicos e elementos decorativos dissonantes que, paulatinamente, ameaçam o conjunto, impõe a necessidade de regular e encontrar estratégias que destaquem a originalidade do casario popular.



Figura 123 – Habitações tradicionais da Cidade Velha, rua do Banana e rua da Carreira, Ribeira Grande de Santiago, Cabo Verde.

Este casario de raízes humildes é, resumidamente, composto por um conjunto de casas geminadas com pátio tardo, de base retangular, desenvolvidas num só piso, com alvenaria em pedra autóctone de origem vulcânica e cobertura de duas águas em colmo (fig.123). Trata-se de uma arquitetura muito simples, com uma fachada frontal tendencialmente simétrica, composta normalmente por dois vãos de janela, com portadas em madeira e porta ao centro, no mesmo material. No seu interior, geralmente as casas não têm divisões, utilizando o pátio e a própria rua como uma espécie de sala de visitas e local de reunião de todos. Nalguns casos, existe um pequeno muro e/ou escadas, que faz a transição entre o espaço privado e a rua estreita (fig. 124). Já o alçado tardo, é voltado para o referido pátio, que garante uma importante ventilação transversal da casa,

³⁶² Entrevista à Arq.^a Helena Albuquerque. [Locução de]: Jóni Fernando Carvalho Teixeira. Entrevistado: Arq.^a Helena Albuquerque. Matosinhos: [S.N.], 25 de maio 2022

importante, sobretudo, numa região e que a chuva é parca e a amplitude térmica reduzida. Este pátio ou logradouro (dependendo da habitação), cujo tamanho se equipara ao espaço de habitar corresponde a um espaço multifuncional que, para além de servir de antecâmara aos sanitários, é frequentemente utilizado para amanhoar o peixe, cozinhar, criação de animais e horticultura, em concordância com uma das principais atividades da região, a agricultura³⁶³.



Figura 124 – Habitações tradicionais da Cidade Velha, Ribeira Grande de Santiago, Cabo Verde.

Por esta mesma razão, concordamos com a vontade dos Arquitetos Álvaro Siza Vieira e Helena Albuquerque de manter a arquitetura popular da região conforme nos é apresentada. Esta opção arquitetónica é uma mais-valia para a imagem do conjunto, bem como do ponto de vista económico e da sustentabilidade, na medida em que os recursos materiais fundamentais à construção ou reabilitação deste tipo de casas são aqueles que se encontram na região, nomeadamente a pedra, o colmo e a madeira. De notar, contudo, que o colmo, nos dias de hoje,

³⁶³ VILAS BOAS; Carlos - *Arquitetura, Património e Turismo; o caso da Cidade Velha Cabo Verde - Concurso de ideias*. Covilhã: Faculdade de Engenharia da Universidade da Beira Interior, 2013. Dissertação de Mestrado. p.52

tenha menor representatividade na região. Os saberes ancestrais na construção deste tipo de habitações mantêm-se na região. A manutenção das técnicas construtivas justifica-se em parte pelo facto de se tratar de uma ilha. Ainda do ponto de vista económico, aliado à sustentabilidade, importa referir que o sistema de aparelho da pedra com recurso a junta seca e a própria instalação do pátio, para promover a ventilação transversal, potencializa uma economia energética acentuada. O eventual crescimento ou ampliação destas casas para o interior do logradouro, tem um impacto negativo na mancha de implantação do edificado, mas também, e sobretudo, na própria tectónica do edifício, que, inevitavelmente, deixa de estar ligado à arquitetura original, obrigando à criação de outras infraestruturas, espaços e equipamentos, tais como sistemas de ventilação forçada e/ou ar condicionado. Torna-se, portanto, evidente que este tipo de construções deve recorrer à utilização dos mesmos materiais, desenho e sistema construtivo, o que, de certo modo, nos conduz à imagem de uma arquitetura bioclimática e altamente adaptada ao meio, não carecendo, portanto, de alterações substanciais que obriguem a intervenções complexas.

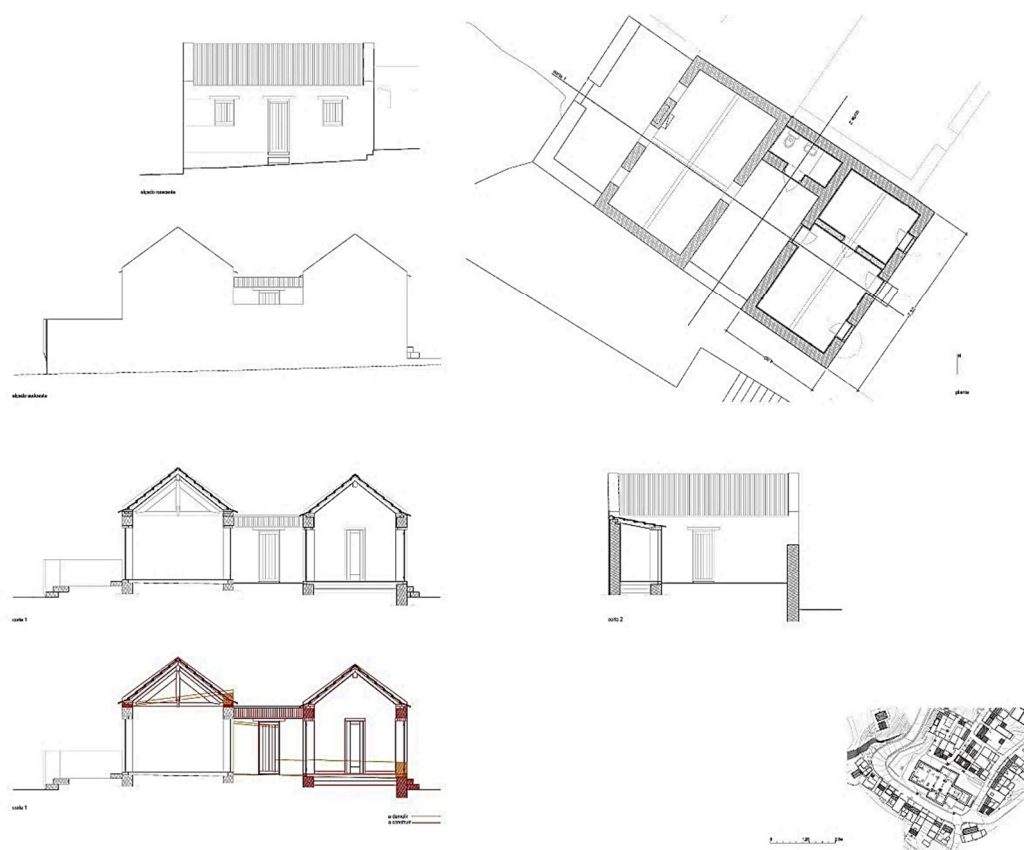


Figura 125 - Plantas, cortes e alçados de uma casa na Cidade Velha. Arquitetos Helena Albuquerque e Álvaro Siza Vieira.



Figura 126 - Esquício da Praça do Pelourinho na Cidade Velha. Autoria: Arquitecto Álvaro Siza Vieira

Neste contexto, o plano idealizado pela dupla de arquitectos portugueses passou pela optimização destes sistemas, aproveitando todo o conjunto de saberes, materiais e desenho arquitectónico, mantendo-o e preservando-o. Como definiu ALBUQUERQUE, *“a estratégia era e tinha sobretudo de ser simples”*³⁶⁴. Inicialmente, coube aos arquitectos efetuar uma inventariação das construções com recurso a fichas de levantamento e averiguação dos espaços, através do desenho e da fotografia. Paralelamente, foi desenvolvido, com recurso a equipas locais, um trabalho de consulta junto da população residente, a fim de identificar as suas necessidades. Neste ponto, os arquitectos constataram a enorme dificuldade em conciliar a manutenção da autenticidade do conjunto (fundamentais para a ambicionada classificação da UNESCO) e a cooperação por parte dos proprietários que pretendiam a adequação das suas casas às novas tecnologias de construção, com recurso a materiais contemporâneos, diferentes das matérias primas da região. Uma das questões frequentes, documentada no trabalho cinematográfico de ALVES DA COSTA³⁶⁵, consistiu na solicitação ao Arquitecto Álvaro Siza Vieira de viabilização de

³⁶⁴ Entrevista à Arq.^a Helena Albuquerque. [Locução de]: Jóni Fernando Carvalho Teixeira. Entrevistado: Arq.^a Helena Albuquerque. Matosinhos: [S.N.], 25 de maio 2022

³⁶⁵ ALVES DA COSTA, Catarina – O Arquitecto e a Cidade Velha. [Registo vídeo]. Jour J Productions; Laranja Azul: [S.L.], 2002. Vídeo (72 min)

coberturas em telha cerâmica, em virtude da cobertura tradicional de colmo, cujo os arquitectos pretendiam manter em prol do conjunto³⁶⁶. Todavia, e conforme referiu SIZA, para a imposição de desta ideia arquitetónica, que além do mais “*é mais cara*”³⁶⁷, tem de haver apoios financeiros, sem os quais não é possível uma recuperação do edificado no sentido da reposição do valor original do conjunto. Este facto, é um dos aspetos a ter em conta na preservação das antigas colónias do Barroso.

No que diz respeito à regulação das novas construções e ampliações dentro deste conjunto, a dupla de arquitetos portugueses, na solução adotada em 2005, aponta para uma estratégia de regulamentação concisa de modo a que as ampliações e transformações no edificado, não desvirtuassem o conjunto. De acordo com SIZA VIEIRA, “*a recuperação da Cidade a efetuar não poderá comprometer o delicado equilíbrio existente entre Natureza, construção, ambiente humano e vivência do espaço, especificidade mais notável da Cidade Velha*”³⁶⁸. Para ALBUQUERQUE³⁶⁹, a estratégia passou por estabelecer critérios pragmáticos e não uma imposição normativa de regras urbanísticas e parâmetros construtivos. A este propósito, foram estabelecidos três pontos essenciais. O primeiro aspeto fundamental passou por assegurar a volumetria. Como grande parte dos monumentos tinha desaparecido ou estava em ruínas, não havia construções de grande altura que comprometessem o equilíbrio atual da cidade. Desta forma, foi assumida uma nova escala da cidade, definida enquanto regra implícita ou visual do conjunto. Com efeito, o Arquitecto Álvaro Siza Vieira consolidou as ruínas mais emblemáticas, como a Capela do Mosteiro de São Francisco, em vez de proceder à reconstrução ou reutilização com carácter de edificação que pudesse comprometer o natural equilíbrio e escala que a cidade entretanto adquiriu. O segundo elemento da estratégia visou a materialidade. Neste caso específico, procurou incentivar a utilização dos materiais presentes no casario tradicional, nomeadamente o colmo, a pedra e as caixilharias e portas em madeira. Esta opção decorre de uma preocupação económica, visando a sustentabilidade, uma vez que se utilizam materiais autóctones, mão de obra e técnicas construtivas da região, além de favorecer a preservação da integridade do conjunto. Por fim, mas não menos importante, importa destacar a intenção de manutenção do pátio. Ainda que este elemento tenha escassa relevância urbanística quando analisado na frente de rua, a verdade é que se trata de um espaço de elevada importância no que diz respeito aos usos, sustentabilidade do

³⁶⁶ ALVES COSTA, Catarina – O Arquitecto e a Cidade Velha. [Registo vídeo]. Jour J Productions; Laranja Azul: [S.L.], 2002. Vídeo [72 min]

³⁶⁷ ALVES COSTA, Catarina – O Arquitecto e a Cidade Velha. [Registo vídeo]. Jour J Productions; Laranja Azul: [S.L.], 2002. Vídeo [72 min]

³⁶⁸ SIZA VIEIRA, Álvaro – . *Informação ao Exmo. Senhor Ministro da Cultura da República de Cabo Verde*. [S.N.]: Porto, 1998

³⁶⁹ CIDADE VELHA, Belém - Pará, 2008 – *Cidade Velha* : Apresentação Pública. Helena Albuquerque. Belém : [S.N.], 2008

edifício e, sobretudo, na relação entre cheios e vazios que configura a paisagem. Segundo ALBUQUERQUE, *"a maioria das famílias que vive na Cidade Velha deseja e necessita de uma casa com mais uma ou duas divisões e, sobretudo, de uma cozinha e de uma casa de banho. A opção do plano é conseguir esta área através da construção de pequenos volumes no pátio, sem o eliminar, ou por junção de lotes contíguos"*³⁷⁰. O pátio é, como referimos, tradicionalmente utilizado como quintal o que confere uma identidade agro-urbana a este território, que deve ser preservada, pois conforme refere SIZA *"nós não vamos recuperar a zona agrícola e transforma-la em zona turística"*³⁷¹. Este aspeto, razão da pertinência deste caso de estudo para o nosso trabalho, é justificado pelo facto de a economia da região ser assente na agricultura e pescas, com forte capacidade de transformação do território e da paisagem urbana, à semelhança das antigas colónias da JCI.

Estes três pontos que constituíram a estratégia de intervenção no conjunto da Cidade Velha podem ser sintetizados em imposições relativas à volumetria, à materialidade e à forma e/ou implantação, que definiram limites à ampliação, reconstrução e nova construção (fig. 127) na área de influência do plano de recuperação e transformação da Cidade Velha.



Figura 127 – Exemplo de novas construções, esplanada do Sr. Borges.

Este plano de recuperação e transformação resume-se a uma estratégia para solucionar a *"tensão que existe entre o desejo de construir mais casas e a necessidade de preservar (...) temos*

³⁷⁰ ALBUQUERQUE, Helena – *Novas Arquitecturas / Expressões Latinas*. EDImpresa : Arquitectura & Construção. Lisboa. ISSN 0874-050X. nº 32 (2005), p.16

³⁷¹ ALVES COSTA, Catarina – *O Arquitecto e a Cidade Velha*. [Registo vídeo]. Jour J Productions; Laranja Azul: [S.L.], 2002. Vídeo (72 min);

*de encontrar uma via entre os dois polos extremos – o desaparecimento das marcas e a museificação*³⁷². O sucesso deste plano residiu precisamente na capacidade em manter a vivacidade do lugar, sem negligenciar a readaptação social e tectónica, algo que contribuiu para o seu reconhecimento como Património Mundial da UNESCO, em 2009, pela verificação dos critérios nº II (monumentos, paisagem marítima e agro-urbana), nº III (pelo facto da Cidade Velha testemunhar as origens históricas e coloniais) e nº IV (pelas questões culturais relacionadas com a escravidão, desenvolvimento de crioulo e disseminação para outros territórios)³⁷³.

No âmbito deste trabalho, interessa-nos aludir especificamente ao nº II e nº III anteriormente referidos, não apenas por se relacionar diretamente com a questão agrícola e arquitetónica, mas, sobretudo, pela necessidade de compreender a abordagem adotada por estes arquitetos para salvaguardar uma imagem de conjunto, constituída sobretudo por imóveis privados, tal como acontece nas antigas colónias agrícolas do Barroso.

³⁷² ALBUQUERQUE, Helena. 2005. Op.Cit. p.15

³⁷³ UNESCO - Report of Decisions - Convention Concerning the Protection of The World Cultural and Natural Heritage - World Heritage Committee, Thirty-third session, Seville, Spain 22-30 June 2009. [Em Linha]. Sevilha: UNESCO [Consultado a 21 de julho de 2018] Disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/2009/whc09-33com-20e.pdf>>

4.2 QUAL A VALIDADE PARA O CASO DE ESTUDO?

Os exemplos arquitetónicos analisados neste capítulo, procuram, genericamente, pôr em evidência diferentes estratégias de intervenção arquitetónica em imóveis inseridos em conjuntos residenciais privados, à semelhança das antigas colónias agrícolas de Montalegre. Assim sendo, a seleção destes exemplos teve em conta quatro aspetos principais. O facto de se tratarem de estratégias de intervenção sobre um conjunto, nomeadamente através da recuperação e/ou requalificação arquitetónica; aplicarem princípios de conservação integrada; incidirem sobre edifícios iminentemente residenciais e de cariz privado; dizerem respeito a conjuntos arquitetónicos inseridos em territórios iminentemente rurais e/ou de cariz agrícola.



Figura 128 - Relação entre unidades habitacionais dos *casais agrícolas* na Aldeia Nova do Barroso.

Quanto à análise de conjuntos arquitetónicos relativos a antigas colónias agrícolas ou equiparados, verificámos a ausência de exemplos de intervenção capazes de enriquecer cientificamente este trabalho.

Procuramos analisar as dificuldades encontradas em cada um destes casos no processo de implementação de soluções para a problemática da salvaguarda da identidade do conjunto. Efetivamente, concluímos que, em todos eles, se assistiu a um processo de descaracterização do conjunto, verificado pelas mais diversas razões, nomeadamente processos de interferência humana no edificado, desconexa e incoerente. Referimo-nos a ampliações, reabilitações e adições/novas construções no conjunto, que descaracterizam a identidade do todo. Pontualmente, são ainda verificadas nestes casos de estudo, alterações sem critério de uso e edificações em ruína que evidentemente em nada abonam a favor do conjunto. Consideramos que todas as problemáticas

que afetam estes casos estão presentes no panorama atual das antigas colónias agrícolas de Montalegre, justificando, assim, o estudo destes casos neste trabalho e, sobretudo, a sua crítica.

Entendemos que, no primeiro caso abordado, a recuperação do conjunto arquitetónico, urbanístico e paisagístico de Natividade, Brasil, se encontra descaracterizado por alterações profundas nas fachadas e ampliações desmedidas e sem respeito pela estrutura, forma, ou tipologia da preexistência. De facto, como resposta às necessidades habitacionais, verificou-se que a ação do *Monumenta*, no que diz respeito ao edificado vernáculo de origem colonial, centrou-se, grosso modo, na recuperação e reposição de fachadas, ou seja, garantir a identidade morfológica e de imagem do plano marginal e, por conseguinte, a imagem de um todo conexo. Não podemos, todavia, deixar de referir que existiram ainda inúmeras obras de melhorias arquitetónicas e infraestruturais, bem como alterações ao nível da organização do espaço interno e tardo, numa clara ação de conservação integrada, compreendendo as novas dinâmicas sociais e laborais, onde o espaço posterior da habitação adquiriu, com estes anos, um novo interesse agrícola³⁷⁴.

Por sua vez, a aplicação do *Método Rehabimed* em Lefkara, Chipre constitui, eventualmente, dos exemplos estudados, aquele que melhor evidencia uma estratégia centrada exclusivamente na requalificação arquitetónica. Neste projeto a homogeneidade das edificações do conjunto é menos evidente, encerrando, tal como o conjunto histórico de Natividade, um carácter urbano. No entanto, é o único que fundamenta as ações tomadas de forma sistemática de acordo com um método, potenciando a sua futura utilização noutro edificado com uma problemática semelhante. Sumariamente, este método aplicado no Chipre compreende: o reconhecimento do valor arquitetónico das construções; o diagnóstico da arquitetura local e do estado atual do edificado; a definição de objetivos; a estratégia de intervenção; a implementação da estratégia proposta. Esta é, aliás, uma das razões fundamentais para a seleção deste caso de estudo, em detrimento de outros, pois permite indagar sobre o conceito *Rehabimed*, com origens na Escola de Barcelona. Segundo RIBEIRO, “o Projeto Rehabimed considera que a reabilitação da arquitetura tradicional se deve enquadrar num processo de revitalização e regeneração territorial entendido como intervenção tanto sobre a envolvente física como sobre a população que aquela acolhe e sobre o conjunto de atividades culturais, sociais e económicas que definem o ambiente social”³⁷⁵. Por outras palavras, o projeto-tipo de Lefkara, através da intervenção sobre um edificado privado, soube, por um lado, envolver a população rural enquanto parte integrante da aplicação do método, facilitando a incorporação nos seus imóveis, uma vez que o plano piloto visava sobretudo

³⁷⁴ O edificado vernáculo de origem colonial de Natividade, tem suas origens numa sociedade de sustento económico ligado à mineração e não numa sociedade de sustento económico agrícola. Razão pela qual as habitações originalmente não contemplavam espaços destinados exclusivamente à agricultura

³⁷⁵ RIBEIRO, Fernando. 2017. Tese de Doutoramento. Op. Cit. p. 262

uma rua constituída por imóveis privados. Por outro lado, o método propôs uma estratégia de revalorização do conjunto morfológico de valor e a sua correta atualização, através de alterações e reposições do valor original do edificado, numa verdadeira ação de conservação e valorização integrada.

Por fim, o plano de recuperação e transformação da Cidade Velha, em Cabo Verde, desenvolvido pelo Arquitecto Álvaro Siza Vieira e pela Arquitecta Helena Albuquerque, destaca-se em todos os parâmetros de ação de base arquitetónica, desde o diagnóstico do edificado, processos de reabilitação, recuperação arquitetónica, estudos de ampliações. O plano levanta novas questões em torno da adição de novas construções e manutenção ou reinterpretação de elementos arquitetónicos existentes com novos materiais e técnicas, num conjunto arquitetónico histórico entretanto classificado como Património Mundial da UNESCO, como é exemplo o projeto para os novos balneários públicos (fig.129). Ainda sobre a intervenção na Cidade Velha planeada pelos referidos arquitetos, importa destacar a intenção de disciplinar o território, numa perspetiva de regulação de futuras construções. Por outras palavras, parece evidente a preocupação destes arquitetos em acautelar as transformações vindouras, de modo a que estas concordem com o conjunto. Em rigor, não se trata de um projeto concluído, mas um plano desenhado numa perspetiva evolutiva, que possa garantir a identidade de um conjunto.

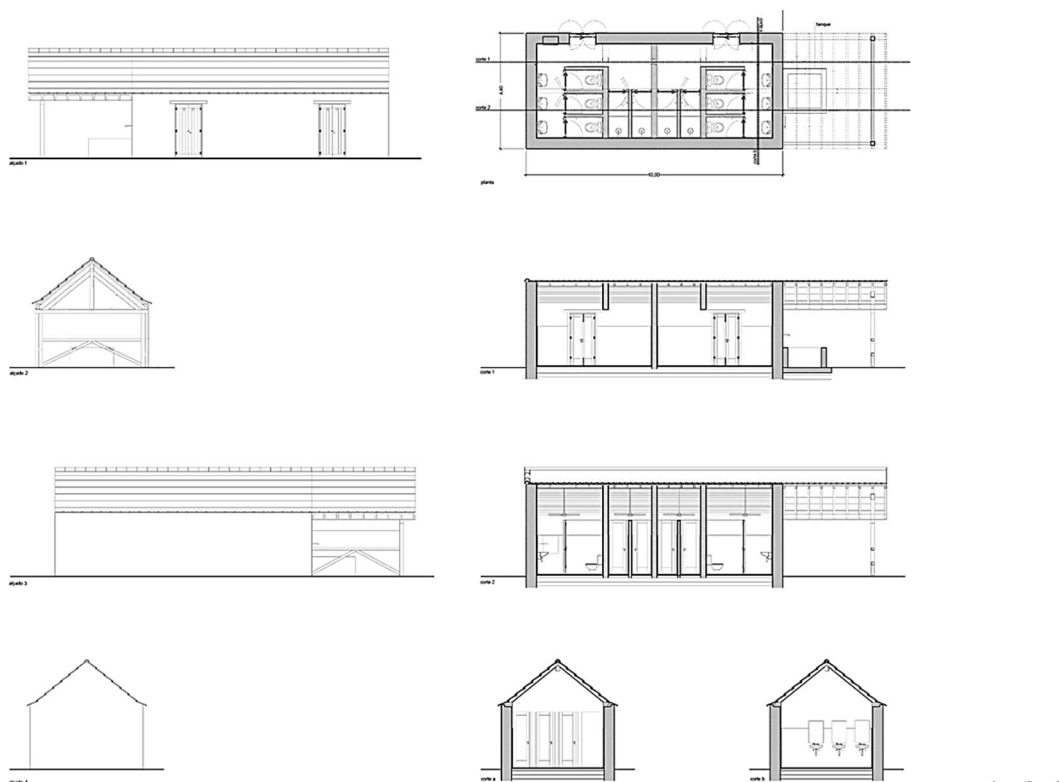


Figura 129 - Plantas, cortes e alçados para os novos balneários públicos na Cidade Velha. Arquitectos Helena Albuquerque e Álvaro Siza Vieira.

Em suma, embora os três casos de estudo sejam semelhantes nalguns aspetos, como por exemplo a identidade formal entre Natividade e a Cidade Velha, as estratégias de recuperação são diferentes. Para este trabalho, interessa-nos focar determinados aspetos que julgamos válidos para a intervenção em conjuntos como os da JCI em Montalegre, nomeadamente a determinação de limites, ou seja, identificar e circunscrever onde estão presentes os elementos caracterizadores do conjunto. Embora no projeto de Lefkara os limites estivessem restritos a uma rua, em virtude de se tratar de uma ação piloto e contar com recursos controlados, foi evidente a pretensão dos seus arquitetos em que a mesma ação assumisse contornos pedagógicos e se alargasse às restantes áreas que formam o conjunto. Todavia nos restantes projetos analisados, Natividade e Cidade Velha, a decisão sobre os limites assentou no número de exemplares que constitui (ou constituíram) o conjunto tipo-morfológico. Embora no caso da Cidade Velha, a rua do Banana e a rua da Carreira sejam aquelas que melhor representavam a autenticidade do conjunto, o projeto foi alargado ao território, desde logo pela intervenção nos monumentos circundantes à malha habitacional. Por outro lado, no caso de Natividade, este aspeto ganhou contornos particulares, uma vez que formalmente foram delineadas duas áreas, o perímetro urbano menor, correspondente às designadas «Áreas de Projeto» sobre as quais este irá incidir, e um segundo perímetro urbano, maior, relativo às «Áreas de Influência», reconhecendo-se, assim, que um território é como um organismo evolutivo, uma vez que vai crescendo nas suas ramificações, ainda que, muitas vezes perdendo a autenticidade formal original, em virtude da distância e do fator tempo.

No nosso caso de estudo, é facilmente reconhecível o núcleo original, em virtude de as colónias edificadas em Montalegre revelarem algum distanciamento formal em relação ao edificado vizinho, e por evidenciarem um traçado que foi desenhado de raiz para um novo conjunto. Aliás, esta característica é praticamente comum a todas as colónias da JCI, ainda que, nalguns casos, a evolução das mesmas possa ter ditado novas construções não previstas no plano inicial e que passaram a fazer parte do conjunto. É importante a seleção do lugar. Este aspeto é relevante numa ação de hierarquização, sobretudo, na ausência de recursos para uma intervenção global no conjunto alargado, à semelhança do projeto piloto de Lefkara. Aliás, na análise deste último caso, podemos concluir quatro pontos fundamentais a ter em conta na seleção do lugar: a visibilidade e acessibilidade; a viabilidade da estratégia; os resultados expectáveis; e os valores arquitetónicos presentes.

No nosso objeto de estudo, a ausência de recursos para a ação sobre os cinco núcleos, pode implicar identificar aquela que melhor patenteia as ações da JCI em Montalegre. A intervenção em apenas uma rua de um dos cinco assentamentos, pode, no nosso entender, ser um elemento discriminatório num conjunto arquitetónico construído segundo princípios de igualdade. Por outro

lado, importa atentar que o número de casas e ruas de algumas colónias é tão reduzido, que não justifica, no nosso entender, a ação pontual sobre um troço de rua ou número de casas, até porque uma ação de conservação e valorização integrada, não traz representatividade para os restantes elementos do conjunto. Os três projetos analisados têm como elemento comum o envolvimento da população no planeamento e no projeto para o espaço, sendo este contributo fundamental para cultivar e fortalecer o sentido de propriedade da população sobre o conjunto, mas também pelo reconhecimento do valor arquitetónico do seu edificado numa perspetiva de análise de um conjunto. Um dos exemplos de maior sucesso diz respeito ao envolvimento das pessoas de Lefkara, sobretudo pelo facto de lhes ser demonstrado o potencial valor do seu edificado, numa perspetiva global. Por sua vez, na ação desenvolvida na Cidade Velha constatou-se alguma resistência às ações pretendidas no projeto, nomeadamente a questão entre utilização de cobertura em colmo ou telha. Este aspeto põe em evidência uma outra questão relacionada com a vertente financeira. Sem um contributo financeiro digno para potenciar as transformações num edificado privado, torna-se difícil para o arquiteto planificar e conceptualizar um conjunto. Esta questão foi crucial na estruturação do *Rehabimed*, em Lefkara, e do *Monumenta*, em Natividade.

O último aspeto, é aquele que pretendemos sintetizar no capítulo seguinte, e compreende uma ação de transformação do edificado fortemente alicerçada na identidade do existente, mesmo que em soluções de compromisso, considerando elementos a remover ou demolir, como em Lefkara, mas também contemplando as ampliações necessárias, por exemplo, em Natividade, ou até adições, como na Cidade Velha. Certo é que estes casos de estudo podem servir de referência na definição de uma estratégia de regulamentação do edificado das antigas colónias da JCI, em Montalegre.

CAPÍTULO V
CASO DE ESTUDO

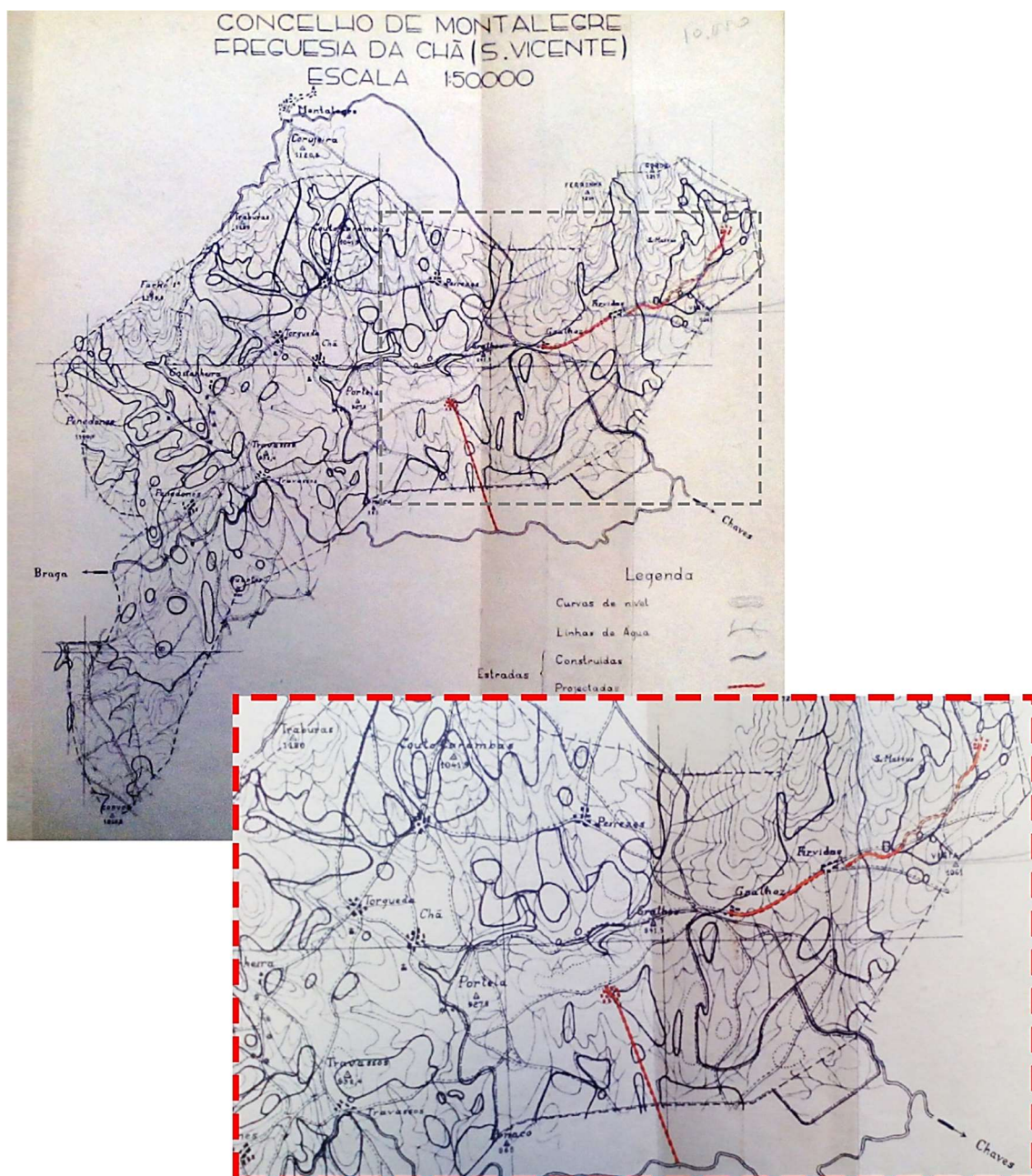


Figura 130 - Estudo de implantação dos casais agrícolas no concelho (Aldeia Nova do Barroso e São Mateus).

5.1 ANÁLISE ARQUITETÓNICA DO PRESSUPOSTO ORIGINAL DOS NÚCLEOS RELATIVOS AO *PROJECTO DE CASAL - TIPO DO BARROSO*

Entramos no capítulo prático deste trabalho. Não sendo nossa intenção contrariar as eventuais premissas estabelecidas pelos organismos responsáveis por este território, é nosso propósito fornecer uma análise propositiva que possa contribuir para a resolução de um problema identificado.

Antes de desenvolvermos uma hipótese propositiva para estes núcleos, é conveniente dar conta do seu estado atual, passados mais de sessenta anos desde a sua construção. Para tal, vamos desenvolver em três pontos de reflexão. No primeiro momento, pretendemos dar a conhecer o projeto previsto para cada um destes cinco lugares. Embora em parte este assunto já tenha sido discutido no CAPÍTULO II, entendemos ser fundamental clarificar as intenções do projeto de cada uma destas aldeias. Em segundo, e na certeza de que as vicissitudes encontradas no decurso da sua implementação possam ter sido fator de discrepâncias, iremos indagar acerca das eventuais alterações entre o projeto inicial e o construído. Por fim, analisaremos as transformações arquitetónicas introduzidas no edificado, com base no diagnóstico atual dos conjuntos, e os principais agentes transformadores. Não é nosso propósito abordar o Centro Social do Barroso e demais equipamentos públicos existentes em cada um dos núcleos, por se tratarem de espaços de exceção no conjunto, dignos de um estudo personalizado.

Num segundo momento, desenvolvemos uma hipótese propositiva de intervenção nestes conjuntos, utilizando como caso de estudo a Aldeia do Vidoeiro e a Aldeia de Montalegre – Casais da Veiga. Evidentemente, que não se trata de um projeto consolidado, mas de uma intenção de valorização, conforme analisamos nos capítulos anteriores.

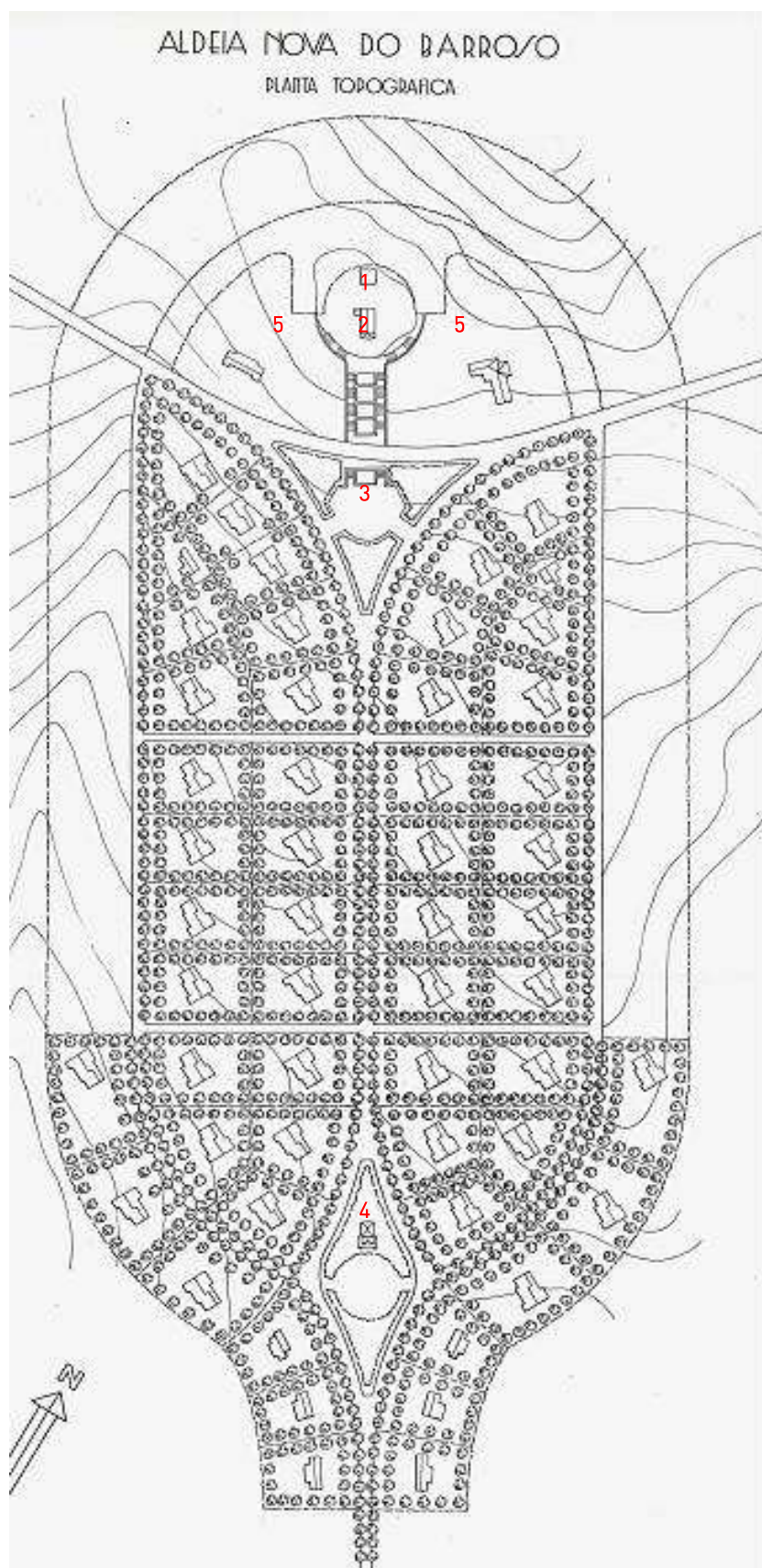


Figura 131 – Projeto original da Aldeia Nova do Barroso, 1944.

PROJETO DA ALDEIA NOVA DO BARROSO, 1944

A Aldeia Nova do Barroso é um dos primeiros aldeamentos projetados pela JCI para a região do Barroso. Localizada na freguesia de Chã, a aproximadamente 6 km da sede do concelho, a menos de 2 km da localidade mais próxima, Gralhós é construída segundo o *Projecto de Aldeamento do Barroso – Freguesia de Chã*³⁷⁶, desenvolvido em 1944. O núcleo mais próximo, que veio a ser proposto em 1945, foi a aldeia de Criande, a menos de 2 km, o mais distante encontra-se a aproximadamente 10 km, no concelho de Boticas, Pinhal Novo. A construção neste local, teve em conta a evidente disponibilidade de território baldio e a estratégia de implantação assente na proximidade geográfica face aos restantes núcleos propostos pela JCI (fig.130). A construção deste núcleo pode ter sido precipitada por um incêndio que deflagrou na aldeia de Castanheira de Chã, na mesma freguesia³⁷⁷.

Esta proposta, com mais de 19 ha, não contabilizando as áreas relativas a glebas ou aproveitamento agrícola, fazem deste o maior projeto da JCI no concelho. Assentou num terreno pouco acentuado, voltado a NW-S, e desenvolvido sobre a forma de uma planta retangular com aproximadamente 600m X 320m³⁷⁸. Os arruamentos propostos, organizam o loteamento, estabelecendo longitudinalmente um eixo principal que se subdivide após a praça principal, em forma de losango (onde se prevê a construção da escola e chafariz/bebedouro), em dois eixos longitudinais secundários que delimitam o aldeamento e a implantação dos 45 *casais agrícolas*. Estes três arruamentos são intercetados transversalmente por outros dois, permitindo sectionar o núcleo em seis quadras de cariz residencial (fig.131).

As habitações seguem o *Projecto do Casal – Tipo Barroso*, conforme abordamos no tópico 2.4, estando ainda previstas oito casas para particulares e dois edifícios públicos, que embora não obedecessem ao projeto-tipo são considerados no âmbito deste projeto³⁷⁹. Não há dados que comprovem, mas acreditamos que os dois edifícios públicos dizem respeito às manchas de implantação no topo norte do aldeamento em redor da capela. Relativamente à proposta das moradias destinadas aos particulares, presumimos que correspondam às manchas de implantação localizadas na entrada do aldeamento e no limite norte de implantação dos *casais agrícolas*. De acordo com a proposta, os módulos habitacionais localizam-se no centro de cada um dos lotes (fig.133), que tem aproximadamente 2000 m², não estando previstos muros de separação entre eles, ainda que o ritmo, proporção e arvoredo, possam desempenhar um papel importante na

³⁷⁶ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1944. Op. Cit. pp. 1-3

³⁷⁷ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1945. Op. Cit. p. 49.

³⁷⁸ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1944. Op. Cit. pp. 1-3

³⁷⁹ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1944. Op. Cit.

com a importância hierárquica do núcleo relativamente à colónia. No caso específico da Aldeia Nova do Barroso, dada a sua relevância, em razão da sua magnitude e proximidade face aos restantes núcleos, foi previsto um maior número de equipamentos e, sobretudo, de maior pertinência para o conjunto da colónia, como um miradouro, uma capela, um bebedouro/chafariz, depósito de água e escola³⁸⁰.

³⁸⁰ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1944. Op. Cit.



PROJETO DO LUGAR DE SÃO MATEUS, 1944

Paralelamente ao projeto da Aldeia Nova do Barroso, foi desenvolvido o projeto do *Lugar de São Mateus*³⁸¹, que deve o seu nome à capela de São Mateus, junto ao local de implementação do núcleo (fig.134). Importa recordar, que a estratégia de disseminação dos núcleos, obedeceu a um princípio de economia de recursos, pelo que, sempre que possível, teve-se em conta o proveito dos colonos relativamente aos equipamentos e infraestruturas dos núcleos vizinhos.

Localizada a aproximadamente 2 km dos lugares vizinhos de Zebral e Cepeda, e a cerca de 8 km da sede do concelho, corresponde à proposta da JCI geograficamente mais distante face aos núcleos vizinhos. O Lugar do Videeiro é o núcleo mais próximo, distando aproximadamente 4 km; e o Lugar de Pinhal Novo (Boticas) o mais distante, a cerca de 11 km.

O lugar de São Mateus tem aproximadamente 5,7 ha, organizados segundo uma planta de forma circular, com base num raio de 130 m, no qual as 10 casas propostas estão dispostas ao longo da curvatura que acompanha a morfologia do território³⁸². Por outras palavras, estamos perante uma implantação com um carácter formal próximo de um anfiteatro, que acompanha o relevo natural do território, orientando-se NE-SW, numa espécie de concha que cria um *Cul-de-sac*.

As casas seguem o mesmo *Projecto do Casal – Tipo Barroso*. Estão implantadas no centro do lote, orientadas no sentido NW-SE. A praça central dá acesso ao miradouro, através de uma escadaria rústica que liga à cota mais alta da aldeia. Estaria também prevista a construção de um lavadouro e um bebedouro, para além da estrada de acesso e respetiva arborização³⁸³.

³⁸¹ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1944. Op. Cit. pp. 1-3

³⁸² PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1944. Op. Cit.

³⁸³ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1944. Op. Cit.

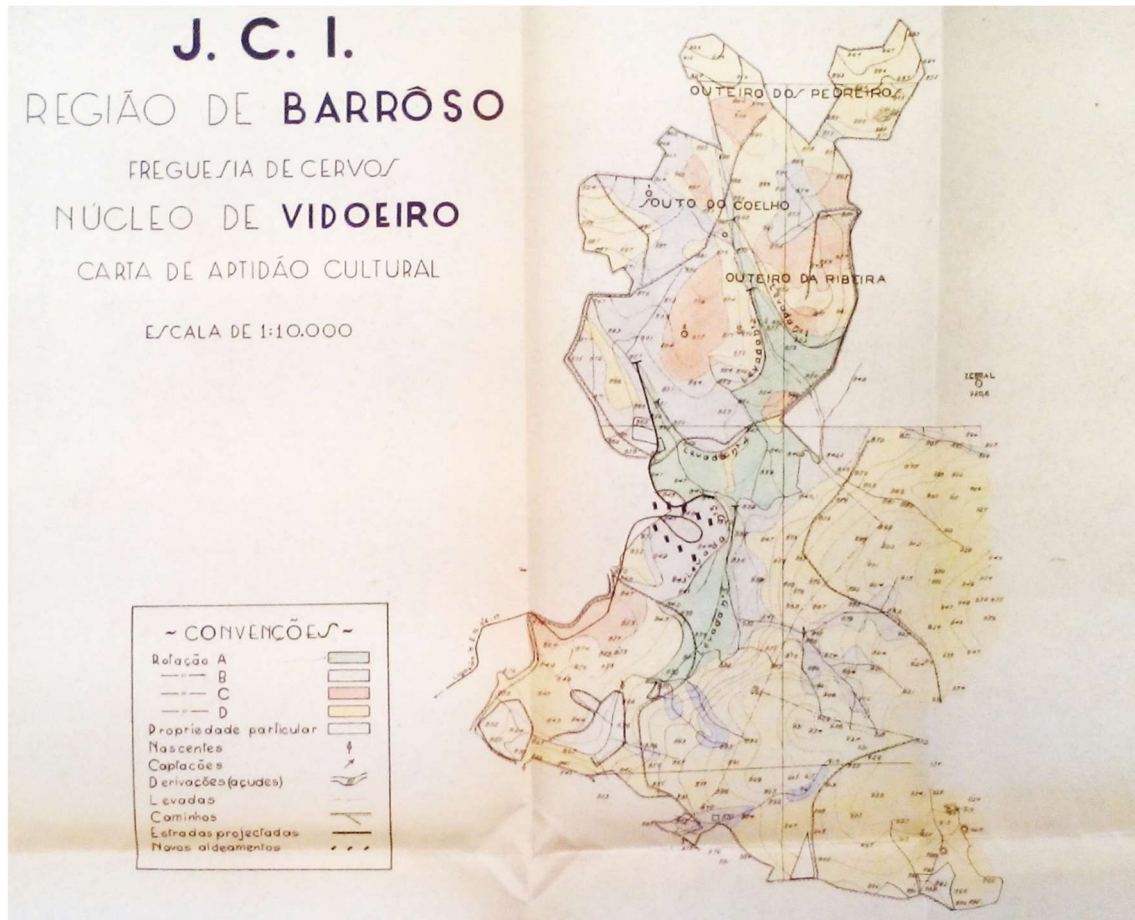


Figura 136 - Carta de aptidão cultural para a área envolvente ao lugar do Vidoeiro, 1945.

LUGAR DO VIDOEIRO

PLANTA TOPOGRÁFICA

LEGENDA DE
 EQUIPAMENTOS/ ESPAÇOS
 PÚBLICOS:

1 - Bebedouro

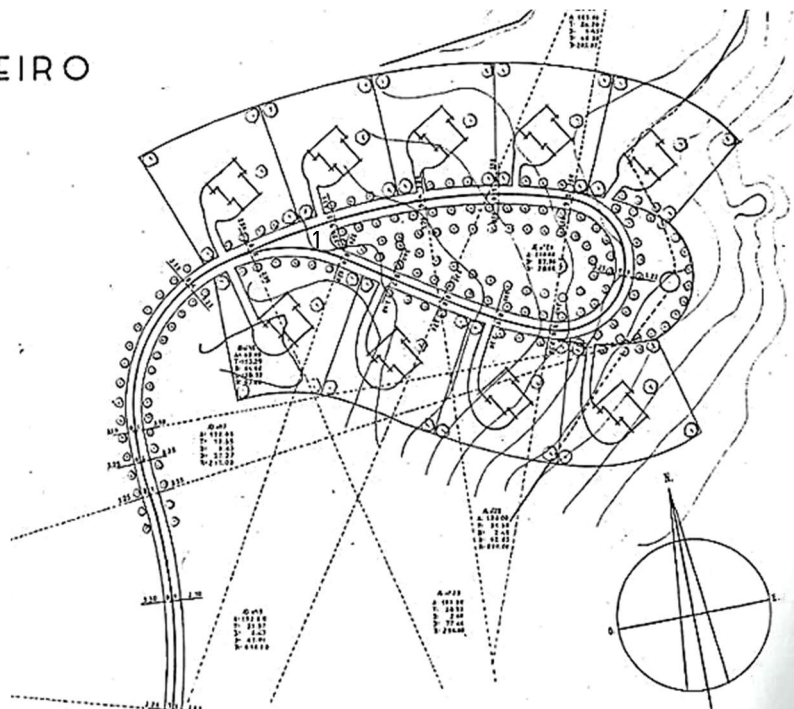


Figura 137 - Projeto original do Lugar de Vidoeiro, 1944.

PROJETO DO LUGAR DO VIDOEIRO, 1945

O projeto para a construção do Lugar do Videiro surgiu em 1945, no âmbito do *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas - Freguesias de Morgade, Cervos e Beça*, fazendo parte da mesma iniciativa a construção da Aldeia de Criande, Alto do Fontão e Pinhal Novo (Boticas). Dos cinco núcleos que nos propomos estudar, o Lugar do Videiro é o mais pequeno, com cerca de 2,25 ha, e aquele que dispõe de menos *casais agrícolas*, nomeadamente nove unidades. Se considerarmos as áreas produtivas, totaliza uma área superior a 130 ha³⁸⁴ (fig.136).

O aldeamento encontra-se implantado próximo do rio Beça, num terreno pouco acentuado, desenvolvendo-se no sentido W-E, através de um único arruamento, que desenha uma espécie de lágrima em forma de *cul-de-sac*.

Os lotes para os *casais agrícolas* localizam-se ao longo do arruamento, no perímetro exterior do *cul-de-sac*, formando uma praça no centro. A implantação dos *casais agrícolas* segue mais uma vez a regra de construção no centro do lote, e todas as habitações estão orientadas a SE-NW.

Tratando-se de um lugar pequeno e próximo da povoação vizinha de Cortiço, que dispunha de escola e capela a menos de 1 km, apenas se previu a construção de um chafariz/bebedouro³⁸⁵. O núcleo mais próximo é a Aldeia Nova de São Mateus, a aproximadamente 4 km, e o mais distante a Aldeia de Montalegre – Casais da Veiga, a mais de 10 km. Tal como nos anteriores aldeamentos analisados, planeou-se a reestruturação da rede viária, através da construção da estrada de entrada principal, com colocação de árvores em sua volta³⁸⁶.

³⁸⁴ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1945. Op. Cit. pp. 55-57

³⁸⁵ RAPAOTE, João. 2012. Op. Cit. p. 211

³⁸⁶ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1945. Op. Cit.

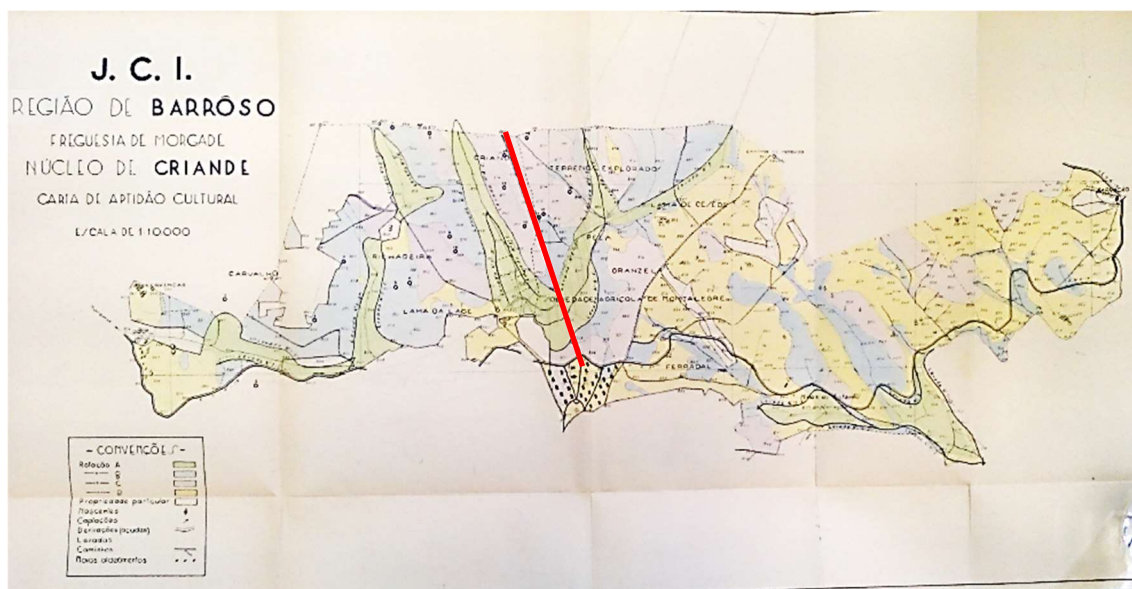


Figura 138 - Carta de aptidão cultural da envolvente à Aldeia de Criande. Destaca-se a vermelho a nova ligação viária entre a Aldeia de Criande e a Aldeia Nova do Barroso, 1945.

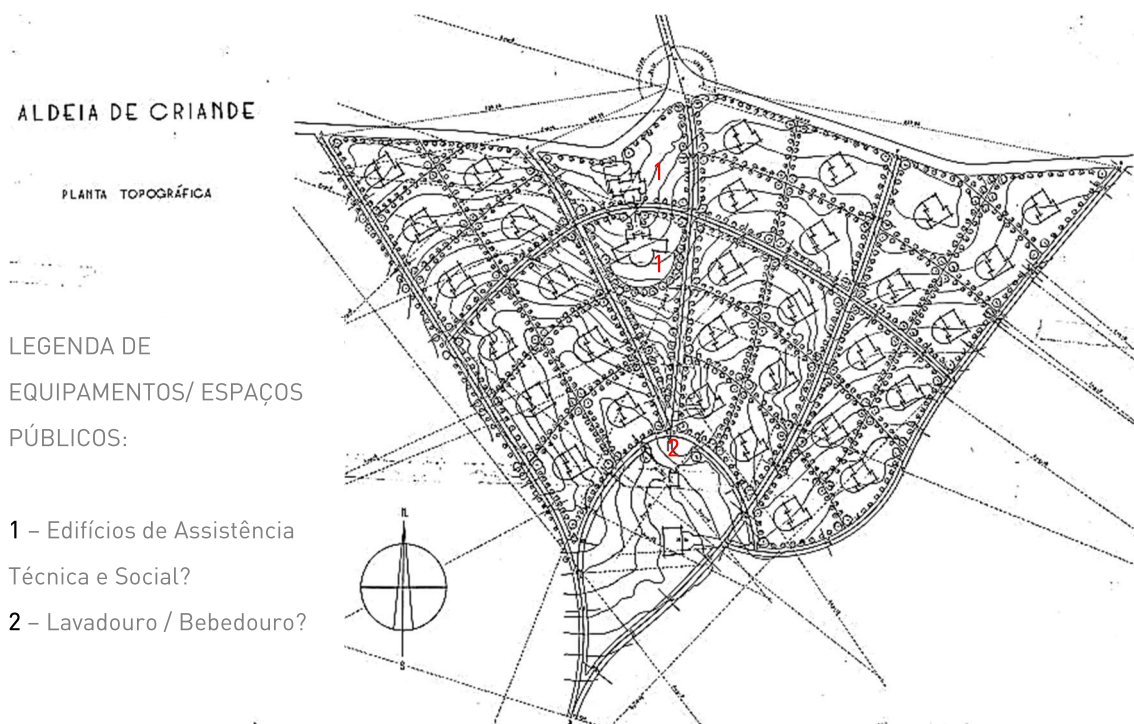


Figura 139 - Projeto Original da Aldeia de Criande, 1944.

PROJETO DA ALDEIA DE CRIANDE, 1945

No âmbito do mesmo projeto, foi proposta a conceção da Aldeia de Criande, com cerca de 7,75 ha³⁸⁷, orientada no sentido N-S. A proposta de implantação deste novo aldeamento surgiu numa estratégia de continuidade com a aldeia próxima de Morgade. O núcleo mais próximo é a Aldeia Nova do Barroso, a aproximadamente 2 km; e a mais distante, a 10km, é a Aldeia de Montalegre – Casais da Veiga. A sede do concelho fica a cerca de 9 km deste aldeamento.

O projeto organiza-se sobre a forma de um triângulo, onde um dos vértices fica voltado a Sul, servindo de acesso à aldeia. Estavam previstos cinco arruamentos longitudinais e um transversal, que seccionava a implantação dos lotes. O eixo da aresta norte desta forma triangular estabelece a ligação com a estrada proveniente da Aldeia Nova do Barroso, projetada em 1944. A aldeia foi implantada junto à estrada Braga-Chaves, o que explica que não estivesse prevista a construção de um novo troço, com exceção dos arruamentos internos de distribuição do aldeamento³⁸⁸.

Os 31 *casais agrícolas* propostos regem-se pelo *Projecto do Casal – Tipo Barroso*, orientados no sentido NW-SE e implantados ao centro de um lote, com uma área de aproximadamente 2500 m². À semelhança dos outros projetos, a delimitação entre lotes foi garantida pela macha arbórea³⁸⁹.

Quanto aos equipamentos previstos para este aldeamento, para além da construção de um chafariz/bebedouro, e as praças centrais, recorrentes na urbanística proposta pela JCI para Montalegre, verifica-se a proposta de construção de dois edifícios de assistência técnica, social e médica, que, para RAPAZOTE, evidenciam a relevância hierárquica do núcleo³⁹⁰.

³⁸⁷ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1945. Op. Cit. pp. 106-107

³⁸⁸ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1945. Op. Cit.

³⁸⁹ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1945. Op. Cit. p. 107

³⁹⁰ RAPAZOTE, João. 2012. Op.Cit. pp. 215-222

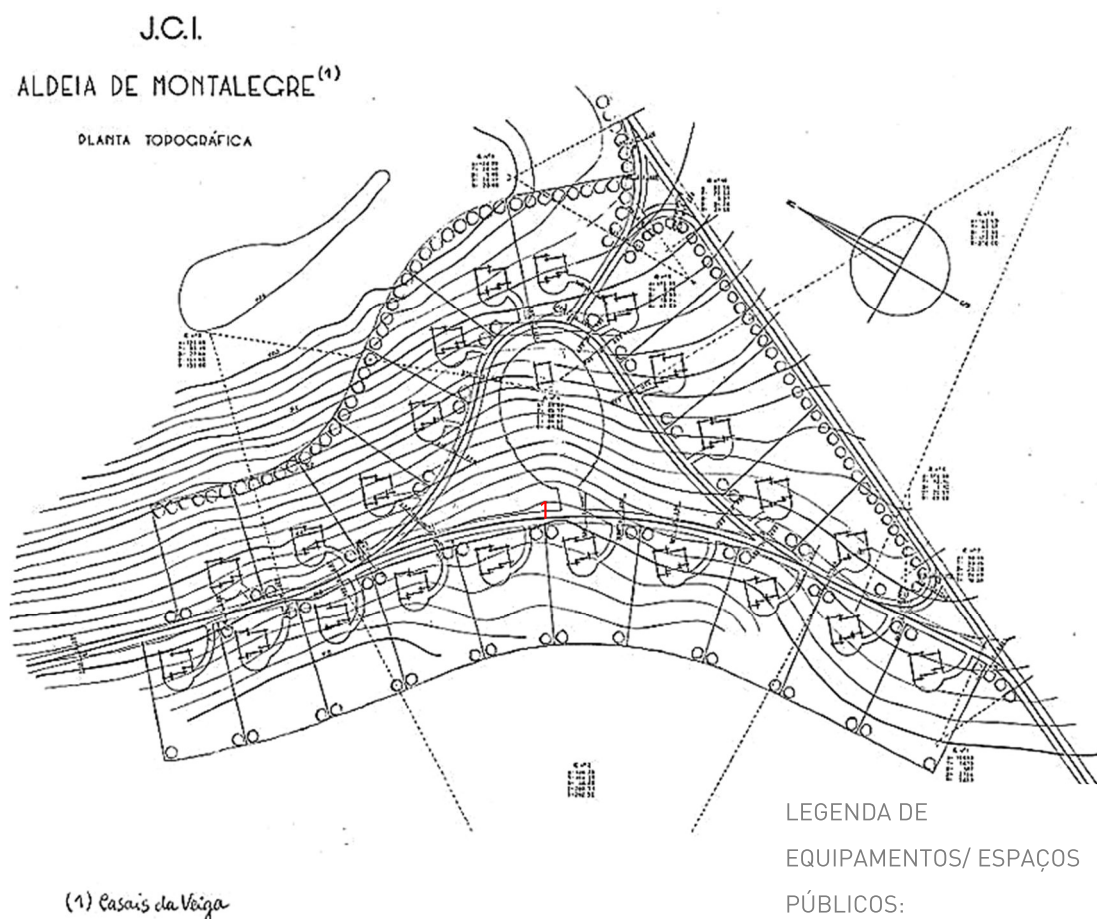


Figura 140 - Projeto original da Aldeia de Montalegre, 1946.

1 – Lavadouro / Bebedouro?

PROJETO DA ALDEIA DE MONTALEGRE, 1946

O último dos projetos que nos propomos analisar diz respeito à aldeia mais próxima da sede do concelho, Aldeia de Montalegre ou Aldeia da Veiga, vulgarmente, conhecida como Casais da Veiga ou Veiga de Montalegre.

Este projeto, desenvolvido em 1946, no âmbito do *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas - Freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo*³⁹¹, propôs a construção de 22 *casais agrícolas*, numa área de 5,50 ha³⁹², e as restantes áreas salvaguardadas para os serviços florestais e glebas agrícolas, com proveito direto para este novo aldeamento³⁹³.

Conforme referimos, a aldeia dista aproximadamente 2 km da sede do concelho de Montalegre, 8 km do núcleo mais próximo, Lugar de São Mateus, e mais de 17 km do núcleo mais distante em Pinhal Novo, no concelho vizinho de Boticas.

A morfologia da implantação compreende uma base triangular, formando uma espécie de bifurcação ao centro, onde se desenvolve uma praça central e localiza um chafariz/bebedouro e um lavadouro. Esta espécie de onda, forma como que um anfiteatro voltado para Montalegre, no sentido SW-NE, e procura respeitar a pendente natural do território, garantir maior exposição solar e proteger o núcleo em relação aos ventos da Serra do Larouco. A mancha arbórea, tradicionalmente utilizada na delimitação dos lotes, funciona também como uma importante proteção natural relativa aos ventos de NE³⁹⁴.

Os *casais agrícolas* surgem orientadas no sentido contrário NW-SE, estando a zona habitacional no lado SE. Contrariamente aos anteriores projetos, neste núcleo, as moradias implantam-se mais próximas do arruamento, devido ao pelo relevo acidentado.

³⁹¹ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1946. Op. Cit. pp.1-8

³⁹² PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1946. Op. Cit.p.28

³⁹³ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1946. Op. Cit.p.43

³⁹⁴ RAPAZOTE, João. 2012. Op.Cit. pp. 216-222

RELAÇÃO ENTRE PROJETOS

No seguimento das aldeias analisadas, é possível encontrar um conjunto de elementos comuns a estes cinco assentamentos (fig.141), para além do “*Projecto de Casal - Tipo do Barroso*”, que se propõe reger a construção. Assim, e embora a casa-tipo tenha já sido retratada no CAPÍTULO II – *Montalegre e o Projecto De Casal - Tipo Do Barroso*, pretendemos, agora, sistematizar as principais características arquitetónicas e urbanísticas dos diferentes núcleos.

	Área (ha)	Ano de Projeto	Distância ao núcleo da JCI mais próximo (km)	Distância ao núcleo da JCI mais distante (km)	Orientação do terreno	Nº de unidades para <i>casais agrícolas</i>	Orientação das unidades para <i>casais agrícolas</i>	Miradouro	Capela	Bebedouro/Chafariz	Depósito de Água/Lavadouro	Escola	Edifício de Assistência Técnica e Médica
Aldeia Nova de Barroso	19	1944	2	10	NW-S	45	SE-NW e NE-SO	X	X	X	X	X	
Lugar de São Mateus	5,7?	1944	4	11	NE-SW	10	NW-SE			X	X		
Lugar do Videiro	2,25	1945	4	10	W-E	9	SE-NW			X			
Aldeia de Criande	7,75	1945	2	10	N-S	31	NW-SE			X			X
Aldeia de Montalegre	5,50	1946	8	17	SW-NW	22	NW-SE			X	X		

Figura 141 – Relação comparativa dos conjuntos do “*Projecto de Casal - Tipo do Barroso*”

É conveniente recordar que o projeto de colonização do Barroso visava a disseminação de núcleos habitacionais ao longo do extenso território baldio, previamente reservado aquando do desenvolvimento do *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*, datado de 1941, e através de áreas privadas não baldias, objeto de expropriação³⁹⁵. As motivações e estratégia de ocupação foram analisadas antes. Recordamos apenas que se fundamentam em razões de carácter social e económico, à semelhança de outros projetos de colonização interna, desenvolvidos pelo

³⁹⁵ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1944. Op. Cit. p. 2

INC em Espanha, onde “*as razões para construir principalmente núcleos pequenos são: 1. Produtiva, através da redistribuição da população no espaço para otimizar sua localização em relação à sua exploração; 2 Social, a fim de alcançar a integração da comunidade dos colonos, o que constituiu um exemplo para o resto da população da região*”³⁹⁶. Ao desenvolver aldeias isoladas, ao invés de um projeto conjunto numa parcela de território, a JCI pretendia que o conjunto das sete aldeias funcionasse como um único e coeso “equipamento”, dividido em diferentes núcleos. Por esta razão todas as aldeias estão relativamente próximas umas das outras. Focando a nossa análise no conjunto das cinco aldeias objeto desta investigação, verificamos que nenhuma delas dista mais de 8 km de um núcleo vizinho, sendo a distância média entre elas de 4 km. Como vimos, o projeto de localização dos novos aldeamentos, teve ainda em consideração as aldeias vernáculas pré-existentes, numa perspetiva global de economia de projeto, uma vez que a instalação de mais de cem novas habitações impunha um aumento substancial de população nesta região, acarretando mais infraestruturas e equipamentos de apoio, tais como escola, posto de saúde, igreja, etc.

Ainda no seguimento do parágrafo anterior, o número de equipamentos está relacionado com o número de habitantes e com os serviços existentes nas redondezas. Por esta razão, a Aldeia Nova do Barroso agregava maior número de equipamentos, estando previstos cerca de cinco. Em contrapartida, o lugar do Vidoeiro apenas contemplava um equipamento, neste caso um bebedouro/chafariz. Importa ressaltar que este é o único equipamento presente em todos os núcleos, revelando a importância da água. Conforme referimos no tópico 2.4, a construção de alguns equipamentos revelava uma hierarquia entre núcleos, evidente nos núcleos de Criande e Aldeia Nova do Barroso, os maiores e com capacidade de agregação.

Em termos de área, a Aldeia Nova do Barroso é maior, permitindo aglomerar maior número de residentes, estando prevista a construção de 45 *casais agrícolas*. Por sua vez, o Lugar do Vidoeiro é o menor em termos de área e aquele que previa agregar menos população, contemplando a construção de nove *casais agrícolas*.

As preocupações com o meio, numa perspetiva bioclimática são, desde logo evidentes na orientação das habitações. É predominante o sentido NW-SE ou SE-NW nestas cinco aldeias. Esta preocupação está relacionada com o regime dos ventos e a orientação solar mais favorável, em virtude dos invernos rigorosos e dos ventos frios da Serra do Larouco. Alguns *casais agrícolas* da

³⁹⁶ MAZORRA, Ángel. *Catálogo de colonias agrícolas históricas de la Comunidad de Madrid: 1850-1980*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto de Economía Y Geografía, 2005. p. 29 Traduzido pelo autor a partir do original: “*as razones para construir principalmente pequeños núcleo son: 1. Productivos, mediante la redistribución de la población sobre el espacio para optimizar su ubicación en relación a su explotación; 2 Sociales, con el fin de conseguir la integración comunitaria de los colonos, que constituyese un ejemplo para el resto de población del área.*”

Aldeia Nova do Barroso dispõem de uma implantação espelhada, sendo a principal razão encontrada as acessibilidades e o ritmo do plano marginal.

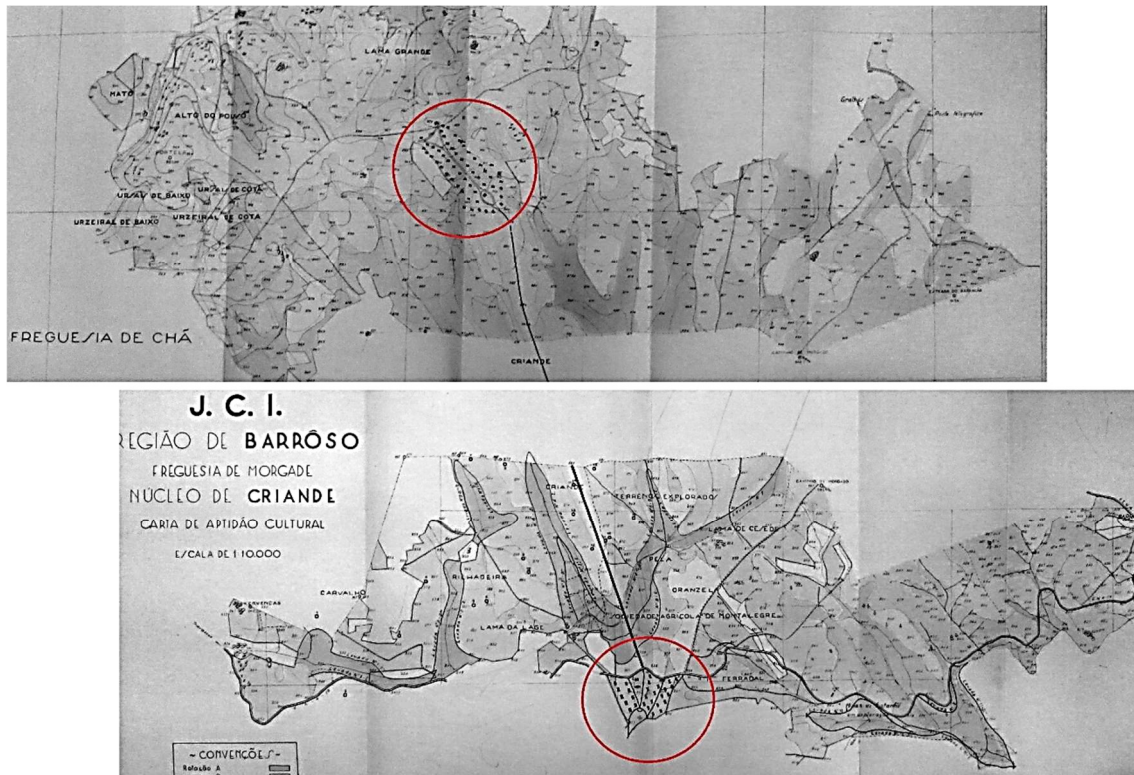


Figura 142 – Relação entre a Aldeia Nova do Barroso e a núcleo de Criande, incluindo proposta de arruamento (com aproximadamente 2 km) para ligação entre aldeias.

A paisagem é um elemento central na conceção das colónias da região do Barroso (fig.143), que se reflete no modo como os *casais agrícolas* ocupam o território, e se orientam no terreno. Esta relação com a paisagem é também evidente na utilização de espaços públicos, como o miradouro para a contemplação da paisagem³⁹⁷. As formas de ocupação do território são outra das características comuns a estas colónias. Todas são diferentes, mas é evidente um desenho na paisagem, um ritmo, uma regra construtiva, uma centralidade, que pressupõe um interesse visual. Tal como sugere ZEVI: *“toda composição tem necessidade de um centro de interesse visual, um ponto focal que prenda a vista”*³⁹⁸. Seja uma capela, no caso da Aldeia Nova do Barroso, ou uma espécie de anfiteatro em forma de “feijão”, no Lugar de São Mateus, está clara uma intenção de desenhar o meio rural de modo reconhecido. Podendo questionar se estas construções são uma crítica à arquitetura popular ou respondem a um propósito de criação de cânone para a arquitetura popular, ainda que fundamentada nessa mesma arquitetura popular.

³⁹⁷ COSTA, Ana. 2017. Dissertação de Mestrado. Op. Cit. p.106

³⁹⁸ ZEVI, Bruno. 1996. Op. Cit. p. 168



Figura 143 – Aldeia de Montalegre / Casais da Veiga, Montalegre.

No seguimento do já analisado no tópico 2.2, é manifesto que o território, pela sua natureza, molda a arquitetura, sobretudo a sua vertente popular, não parecendo existir uma imposição do homem sobre o território, mas uma tentativa do primeiro se adaptar ao segundo às condicionantes. Por esta razão, e tendo em conta as características desta região, comuns ao território transmontano, é correto afirmar que existe uma arquitetura transmontana. No caso particular da colónia do Barroso, são evidentes as influências da arquitetura transmontana, sobretudo no que concerne à organização interior do *casal agrícola*, na forma como são distribuídos as áreas de habitação e trabalho, a organização das zonas de descanso nos pisos superiores, à semelhança do casario popular da região, a dimensão dos vãos e, inclusive, a preponderância da lareira enquanto fonte de calor, importante para o fumeiro, revelam tipicidades transmontanas. Todavia, e em comparação com as restantes colónias agrícolas, a intervenção da JCI no Barroso, é, de algum modo, diferente. Impôs um desenho bastante distinto daquele que se encontra na região, ao contrário do que acontece noutras colónias, como Martim-Rei. A este propósito, Manuel Vaz, deputado na assembleia da república, em 1953, afirmou: *“Não se harmonizam com o condicionalismo local; destoam dele (...) os edifícios desta espécie devem casar-se com o ambiente, evitando contrastes agressivos; (...) Eles podem e devem ressuscitar a velha casa de lavoura portuguesa.”*³⁹⁹ Na nossa análise, o principal fator dissonante não é o *casal agrícola* em si, mas, a forma como os edifícios se instalam no território, a conceção de lotes com moradias individuais, a distância entre as casas, bem como em relação à rua, uma vez que estas se implantam ao centro, algo atípico nas aldeias desta região, sobretudo, nas casas de lavoura. Esta expressão da moradia independente, que se intensifica a partir de 1933⁴⁰⁰, associada às questões de salubridade e pedagogia que se pretende com estas construções, enquanto ícones modernos do “bem construir” e da arquitetura portuguesa para o regime, justifica esta tomada de posição da JCI e que, de algum modo, se repercutiu nos desenhos das colónias.

³⁹⁹ PORTUGAL, SECRETARIA DA ASSEMBLEIA NACIONAL – Diário das Sessões nº 222 de 210 de março de 1953. Lisboa: Assembleia Nacional, 1953. p.959

⁴⁰⁰ FADIGAS, Leonel. *Urbanismo e Natureza*. Lisboa: Edições Sílabo, 2010. p.83

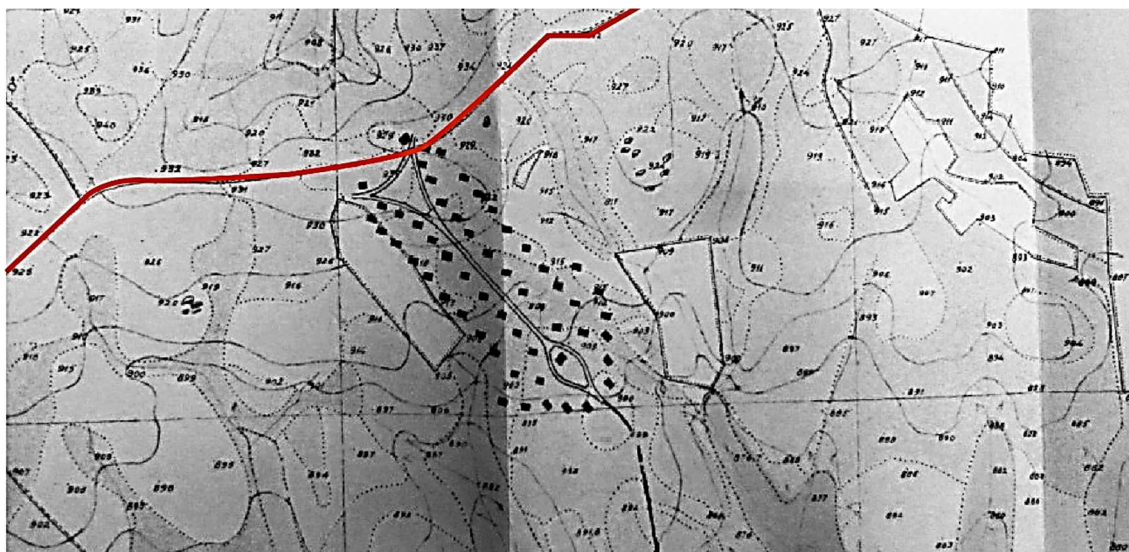


Figura 144 – Proposta de implantação da aldeia em relação à estrada nacional 103, assinalada a vermelho.



Figura 145 – Ortofotomapa da Aldeia Nova do Barroso, com a estrada nacional 103, assinalada a vermelho, 1986.

5.2 DO PROJETO À OBRA

Recordando o contexto socioeconómico da época, oportunamente discutido na alínea 1.2 deste trabalho, importa atentar que, aquando da elaboração destes projetos, cerca de 17% da população portuguesa dedicava-se à agricultura. Portugal era um país ruralizado. Como atesta BAPTISTA, “[e]m meados do século XX a agricultura e a sociedade rural alcançaram a sua maior expressão demográfica. A população ativa agrícola atingiu, em 1950, mais de 1,5 milhões de pessoas”⁴⁰¹. Esta razão, por si só, é indicadora da importância da construção das colónias para o regime, evidentemente, influenciado pelas experiências italianas, espanholas e francesas. Deste modo, e tal como vinha a acontecer com outros projetos arquitetónicos desenvolvidos durante a ditadura, de que é exemplo as *escolas dos centenários*, estes projetos são elaborados centralmente. Esta opção não se deve apenas à importância das colónias agrícolas. Outros aspetos, como a falta de projetistas locais, a necessidade de uma equipa multidisciplinar e a vontade de impor uma identidade arquitetónica do regime, favoreceu o desenvolvimento destes projetos na capital.

Contudo, este distanciamento entre os projetistas e o local das construções, motivou uma série de diferenças entre o idealizado e a obra. As causas destas alterações não serão responsabilidade exclusiva dos técnicos. A comunicação e a tecnologia da época não garantiam a velocidade, rigor e qualidade de informação como nos dias de hoje. Outros fatores, como as divergências sobre a propriedade dos terrenos, questões topográficas, compatibilização com obras em curso ou previstas, disponibilidade de materiais, infraestruturas e equipamentos, podem, também, justificar algumas das alterações.

Por outro lado, os avanços construtivos e as necessidades sociológicas, impuseram a adaptação das unidades de habitação ao longo dos seus mais de sessenta anos de existência. Referimo-nos às transformações na volumetria e na organização espacial do interior das unidades de habitação, bastando recordar que o projeto inicial não previa compartimentação para a zona de banho, que à data, como na arquitetura tradicional da região, seria um elemento dispensável. Estas e outras transformações não são objeto de análise neste tópico. Privilegiaremos sobretudo a análise e identificação das alterações do conjunto, verificadas entre o projeto e o objeto construído, em cada um dos cinco núcleos analisados, seguindo a estratégia de ação do *Método Rehabimed*. Importa salientar que, à data de hoje, se verificam alterações ao projeto inicial em todos os núcleos objeto de análise, sejam elas novas construções, ampliações, reabilitações ou projetos de

⁴⁰¹ BAPTISTA, Fernando - “A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo à Comunidade Europeia”. Revista Análise Social. Lisboa. n.º 128, Vol. XXIX (4.º), (1994). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. p. 207

adaptação funcional dos *casais agrícolas*. Contudo, nem sempre é possível estabelecer a relação temporal destas transformações, para perceber se estas ocorreram aquando da construção da JCI, ou posteriormente pelos seus proprietários. Por essa razão apenas analisamos as alterações da estrutura urbana, da forma e morfologia tipológica dos núcleos.

Iniciando esta análise pelos núcleos mais antigos, a Aldeia Nova do Barroso e Lugar de São Mateus, sendo a Aldeia Nova do Barroso um dos maiores e mais complexos, enquanto o Lugar de São Mateus surgia, de certo modo, como aldeia satélite da primeira. No que concerne ao desenho do conjunto, previsto no projeto datado de 1944, é evidente uma tentativa de coerência formal entre a obra e o projeto. No entanto, conforme atenta RAPAZOTE⁴⁰², o traçado da estrada nacional 103 cruza o aldeamento a norte e não a sul, como inicialmente projetado (fig. 144 e 145), onde está prevista a estrada de ligação ao futuro núcleo de Criande. Evidentemente que esta necessidade de reconfiguração dos acessos ditou a criação de dois novos acessos, um a nascente e outro a poente, tendo justificado, no nosso entender, a diminuição significativa do número de edificações construídas. Em vez das 56 previstas, são apenas construídas 46, uma capela e uma escola. Apesar destes constrangimentos, o número de ruas, a orientação do aldeamento, escala e desenho, têm similitudes com a proposta inicial. Aliás, sobre este ponto, corroboramos RAPAZOTE, segundo o qual em todos os projetos se encontravam três pontos em comuns “(i) a orientação da disposição das casas e a adaptação da implantação do conjunto ao sítio; (ii) as grandes linhas de perspetiva; e (iii) a utilização da casa unifamiliar isolada”⁴⁰³.

Ainda sobre a Aldeia Nova do Barroso, muito embora todos os equipamentos previstos ainda se encontrem no local, nomeadamente a escola, o miradouro, o bebedouro/chafariz, o depósito de água/lavadouro e a capela, verificaram-se algumas alterações no que concerne ao número de equipamentos e a sua localização. A capela, enquanto elemento de especial preponderância para este projeto e para a região, tem um lugar de destaque. Assume um papel de organização espacial do conjunto, através da nova centralidade que cria, sendo esta capela que divide o núcleo em duas alas ao longo de um eixo viário. Esta rua é, na verdade, um eixo estruturante do núcleo, permitindo a ligação entre o topo norte e sul do lugar e distribuindo para outras pequenas ruas em forma de quadra urbana. Em suma, a capela limita o crescimento do núcleo a norte, tal como a EN103 limita o seu desenvolvimento mais a Sul. Trata-se, portanto, de um remate urbanístico importante na coerência do conjunto.

⁴⁰² RAPAZOTE, João. 2012. Op. Cit. p. 225

⁴⁰³ RAPAZOTE, João. 2012. Op. Cit. p. 219



Figura 146 – *Projecto Casal Tipo – Barroso* adaptado para Escola Primária, na Aldeia Nova do Barroso.

Não sendo um local de particular utilidade social no dia-a-dia, o miradouro é um espaço de reunião, sobretudo em dias festivos. Admitimos que o reposicionamento da aldeia em relação à EN103, pode ter retirado notoriedade à função deste espaço. No entanto, tal como a capela, ele mantém a mesma coerência espacial com o projeto proposto. Na Aldeia de Criande, no núcleo de Pinhal Novo, em Boticas (sendo este, em termos urbanísticos, bastante semelhante a esta proposta) e no Lugar de São Mateus a escola assume uma posição central e de destaque face ao conjunto. Porém, na Aldeia Nova do Barroso, a escola (fig.146) foi remetida para um dos lotes entre *casais agrícolas*, o que, no nosso entender, configura uma solução de recurso. No que diz respeito aos pontos de água pública, sejam eles bebedouros, chafarizes ou lavadouros, comuns em todos os núcleos em análise, na atualidade, verifica-se a existência de dois, um no centro da praça e outro ao meio, no limite poente do conjunto. Embora estivessem previstos esses dois espaços deste género, julgamos que apenas o segundo, corresponde ao projeto original da JCI.

Ainda sobre a Aldeia Nova do Barroso, importa referir que esta dispõe de um conjunto de equipamentos além dos inicialmente previstos, nomeadamente um armazém que estava previsto para o Centro Social do Barroso⁴⁰⁴ e um posto de Guarda Nacional Republicana, bem como casas para os guardas. Este posto, assim como a escola construída, usa como base, o *Projecto Casal Tipo – Barroso*.

Por sua vez, no que refere ao núcleo do Lugar de São Mateus (fig. 147 e 148), este também apresenta alterações significativas em relação ao projeto. Tal como na análise anterior, evidenciamos que a implantação da forma urbana mantém alguma coerência com o desenho projetado, contudo verifica-se a ausência do miradouro. Efetivamente, o Lugar de São Mateus assenta numa topografia acidentada e oferece, no seu ponto mais alto, uma vista privilegiada sobre

⁴⁰⁴ MERCÊS OLIVEIRA, Ana. 2018. Dissertação de Mestrado. Op. Cit. p. 85

o planalto do Barroso. Porém, tanto o miradouro como a escadaria de acesso nunca foram erguidos, tendo sido o espaço redistribuído pelos 10 *casais agrícolas* previstos. Além disso, este aldeamento é cruzado por dois caminhos (fig.148) não previstos inicialmente. Um a norte, caminho municipal, que serve de ligação à capital do concelho, outro a nascente, faz ligação ao lugar de Cepeda. Estas duas ligações são, para nós, elementos que desvirtuam o conceito de aldeia-jardim, provocando uma espécie de bifurcação que, não só mitiga a noção de *cul-de-sac* envolto em mancha arbórea, à semelhança das cidades-jardim inglesas⁴⁰⁵, como retira importância àquela que é a principal via de acesso ao núcleo e faz a ligação à aldeia vizinha de Fírvidas, onde se situa a capela de São Mateus, que explica o nome deste lugar. Quanto aos equipamentos, estava prevista a construção de um depósito de água e um bebedouro. Constatamos *in situ* a construção do bebedouro, e ainda a construção de uma escola, com residência do professor⁴⁰⁶, no centro da nova praça, dando o devido destaque aos edifícios públicos (fig.148).

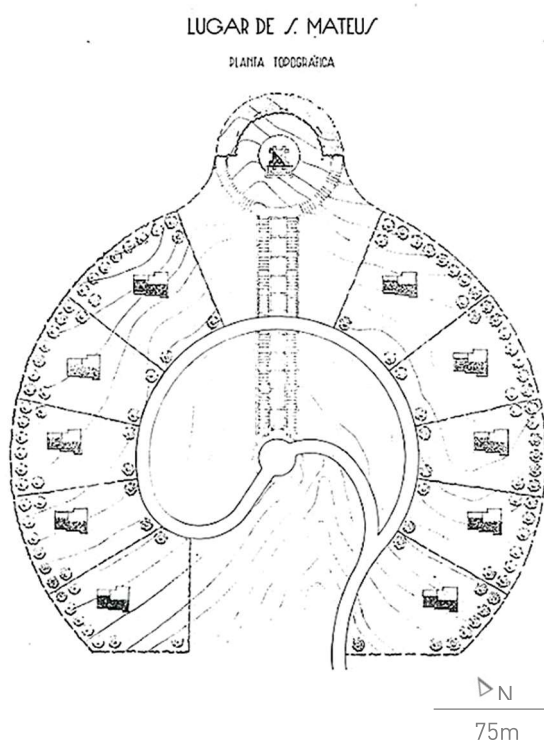


Figura 147 – Projeto original do Lugar de São Mateus, 1944.

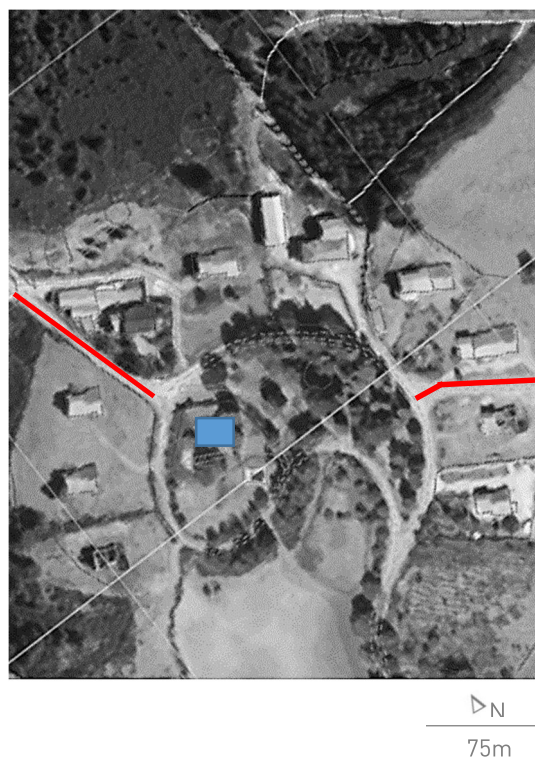


Figura 148 – Ortofotomapa Lugar de São Mateus, 2017. Assinalado a vermelho os novos acessos e a azul a casa do professor.

⁴⁰⁵ HOWARD, Ebenezer. 1996. Op. Cit. p.67

⁴⁰⁶ MERCÊS OLIVEIRA, Ana. 2018. Dissertação de Mestrado. Op. Cit. p. 93

O projeto da JCI para a Aldeia de Criande é dos mais importantes para a colónia do Barroso. Neste caso específico, verificam-se alterações significativas entre o objeto construído e o inicialmente projetado. Tal como a proposta para a Aldeia Nova de Barroso, são também aqui suprimidos *casais agrícolas*, neste caso 5 aos 31 projetados. Supomos que esta diminuição esteja relacionada com a construção da albufeira do Alto do Rabagão, erguida entre 1958 e 1965⁴⁰⁷, cujas águas correspondiam ao limite norte da nova aldeia. Esta subtraiu área para a construção de *casais agrícolas*, inundados pelas águas da barragem, e inúmeros terrenos potencialmente válidos para fruição por parte dos colonos.

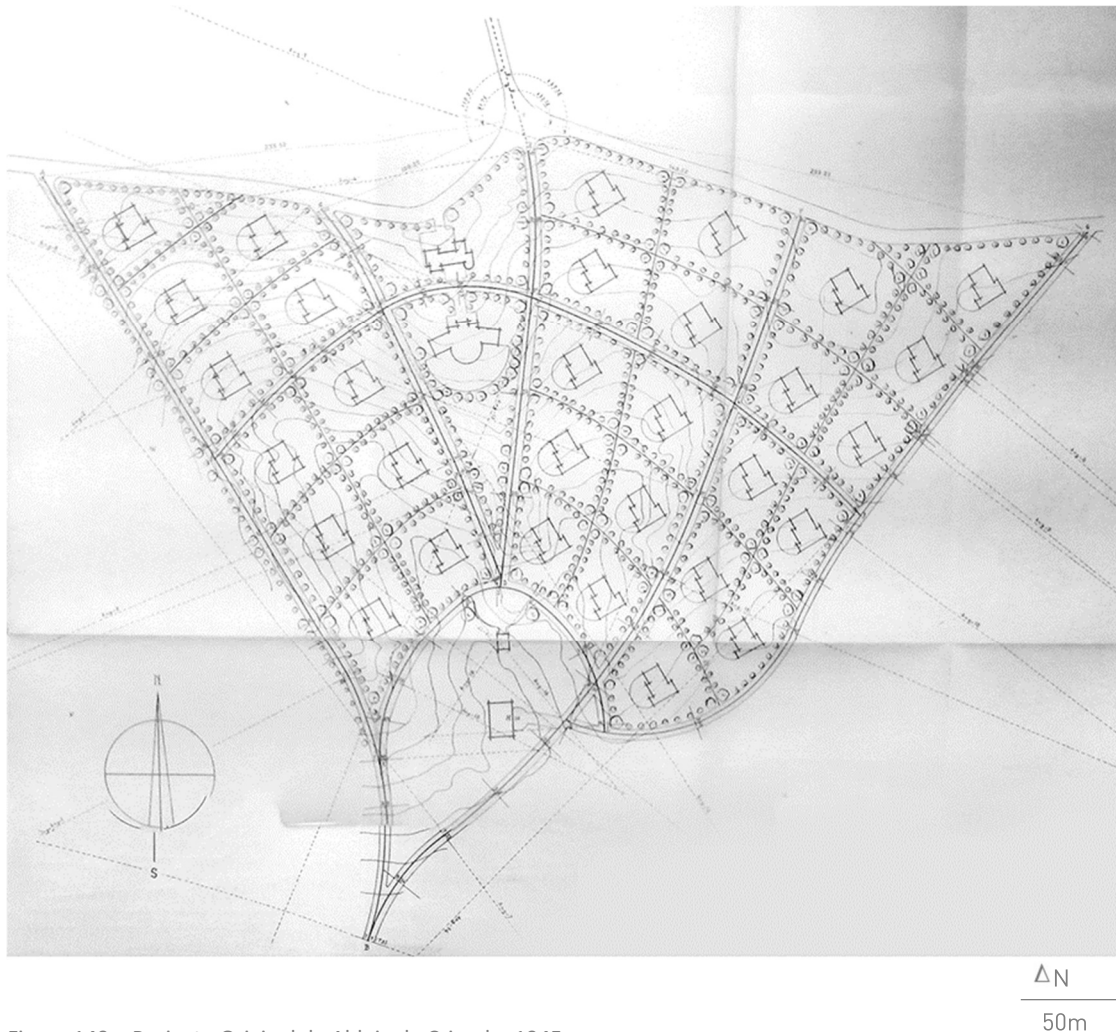


Figura 149 – Projecto Original da Aldeia de Criande, 1945.

⁴⁰⁷ ALMEIDA, Álvaro; BELO, Duarte - Portugal património: Vila Real, Bragança; Lisboa: Círculo de Leitores, 2007. p.55



Figura 150 - Ortofotomapa da Aldeia de Criande, 2017.

Ainda no que diz respeito à análise da implantação do projeto de Criande, podemos detetar um desenho urbano de forma triangular, que se implanta no território, em forma de anfiteatro, sendo o vértice mais a sul, o elemento de cota mais elevada. Os outros dois vértices situam-se, ambos, a norte, numa cota de terreno mais baixa, que convergem com as águas da albufeira. É aproximadamente ao meio da aresta norte, coincidindo com a estrada Braga-Chaves⁴⁰⁸, que estava prevista a entrada principal da Aldeia de Criande, e garantia a ligação à aldeia vizinha de Morgade. É perceptível a intenção da JCI de ligar esta entrada com a nova estrada de ligação com a Aldeia Nova do Barroso e com o Complexo Social do Barroso.

Mais uma vez, com a construção da albufeira, houve necessidade de suprimir a passagem da estrada Braga-Chaves no limite norte da aldeia e, conseqüentemente, reconfigurar a entrada do núcleo e as hierarquias viárias. Por esta razão, este eixo viário foi reposicionado no limite nascente

⁴⁰⁸ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1945. Op. Cit. p. 107

do núcleo de Criande, ficando a aldeia ladeada pela estrada Braga-Chaves e pela barragem do Alto do Rabagão (fig.151), quebrando a comunicação com a aldeia vizinha de Morgade. O reposicionamento desta estrada configurou fisicamente uma fronteira que demarcava o início de uma aldeia e o fim de outra.

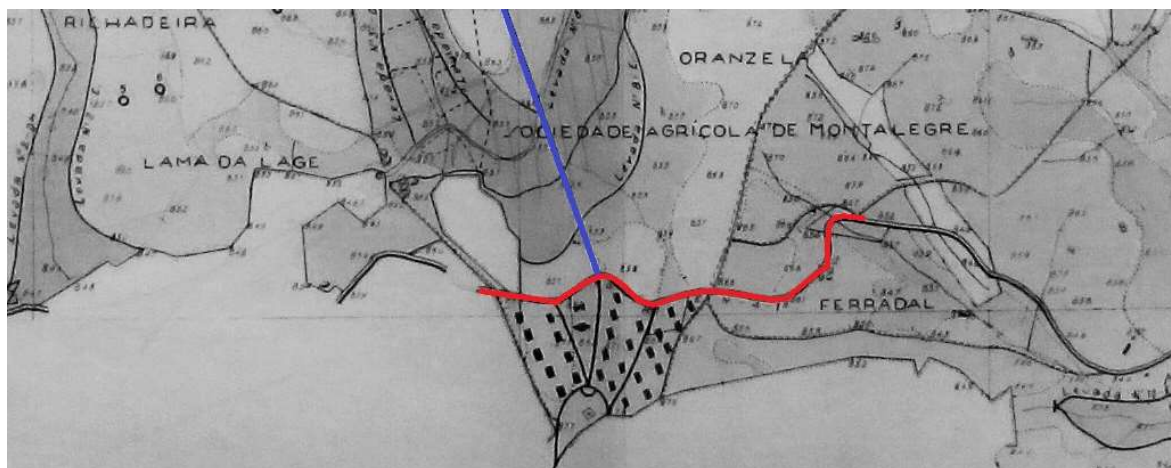


Figura 151 – Projeto de planeamento da Aldeia de Criande, 1945. Em destaque a Aldeia de Criande em relação à estrada municipal 525, assinalada a vermelho; a azul o novo arruamento previsto pela JCI para a ligação entre a Aldeia Nova do Barroso – Centro Social – Criande. Não é evidenciada qualquer referência à Albufeira do Alto do Rabagão.

Estas alterações viárias, no que concerne ao número de ruas, como à importância hierárquica destas para a aldeia e para o concelho, são determinantes para o número de edificações aqui construídas. Além dos cinco *casais agrícolas* suprimidos, estava previsto para este núcleo a construção de um conjunto de edifícios sociais⁴⁰⁹ de assistência técnica e médica, que dada a escala e centralidade, supomos que corresponderem aos dois volumes previstos no centro do aldeamento. Porém, estes nunca foram construídos. A reestruturação viária retirou protagonismo à implantação prevista na proposta da JCI, e pode ser esta a razão para o reposicionamento destes equipamentos noutro lugar. É reequacionada a sua posição estratégica entre a Aldeia de Criande e a Aldeia Nova de Barroso, a menos de 2 km de cada uma destas aldeias, praticamente equidistante, e veio a assumir-se como um equipamento bastante maior do que o previsto na primeira opção de implantação, na Aldeia de Criande. *“Analisando todas as colónias agrícolas desenvolvidas pela JCI em Portugal continental, a Colónia Agrícola do Barroso destaca-se pelo facto de ser a única que engloba os equipamentos de apoio e serviços, num assentamento destinado para esse efeito.”*⁴¹⁰

⁴⁰⁹ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1945. Op. Cit.p. 108

⁴¹⁰ MERCÊS OLIVEIRA, Ana. 2018. Dissertação de Mestrado. Op. Cit. p. 109

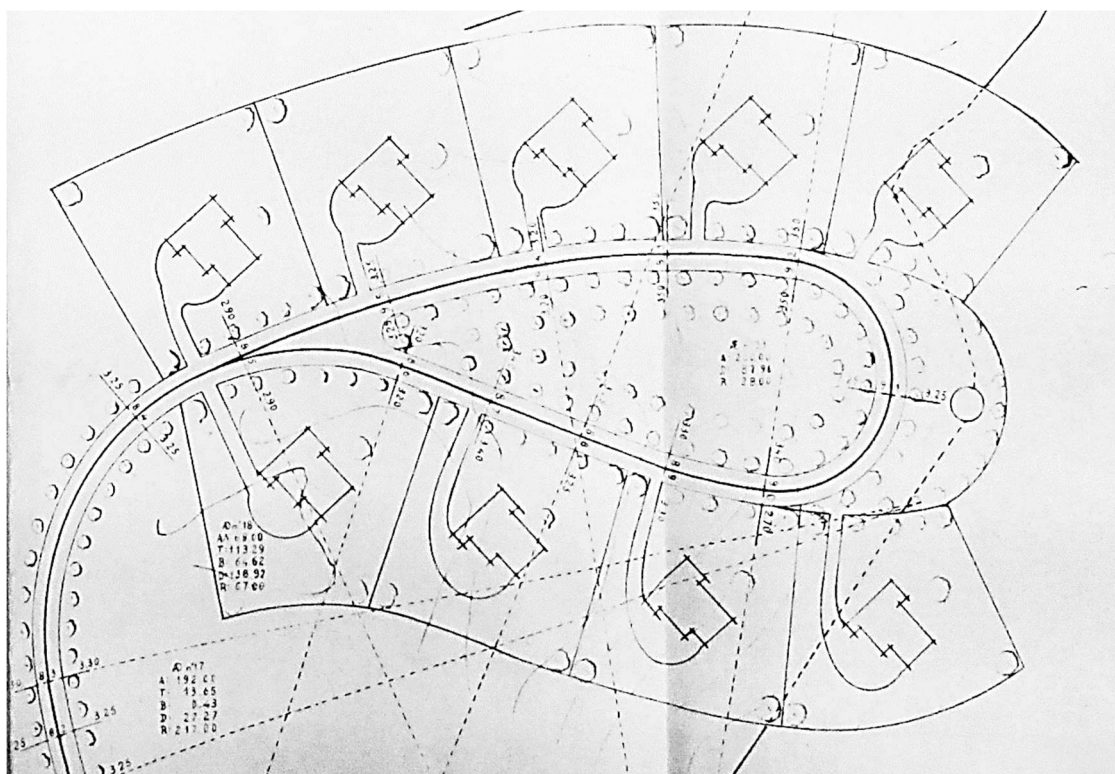


Figura 152 – Projeto Original do Lugar do Vidoeiro, 1945



Figura 153 – Ortofotomapa do Lugar do Vidoeiro, 2017. Assinalado a vermelho um novo acesso ao núcleo.

Efetivamente, no que concerne aos equipamentos construídos no local, podemos constatar a existência de um cemitério, uma pequena capela em honra de São Domingos, uma escola, um tanque e um coreto. Embora não tenha sido prevista para este aldeamento, no projeto de 1945, mas antes para a Aldeia Nova do Barroso, este núcleo dispõe de escola primária, separada por géneros, mandada construir pela JCI⁴¹¹.

A aproximadamente 7 km da Aldeia de Criande foi construído o núcleo do Vidoeiro. Trata-se do menor dos núcleos previstos pela JCI para Montalegre, e, possivelmente, à data de hoje, aquele que apresenta maior conformidade com o projeto de 1945 (fig.152). São construídos os nove *casais agrícolas* previstos, bem como o chafariz/bebedouro, o único equipamento projetado. Quanto à rede viária, verifica-se uma grande similitude com a urbanística desenhada pela JCI, favorecendo o conceito de *cul-de-sac*, circulando em torno de uma praça central, em forma de gota. Curiosamente, nos dois núcleos menores previstos para o Barroso, Lugar do Vidoeiro e Lugar de São Mateus, está patente a ideia de *cul-de-sac*, materializando o conceito de aldeia-jardim.



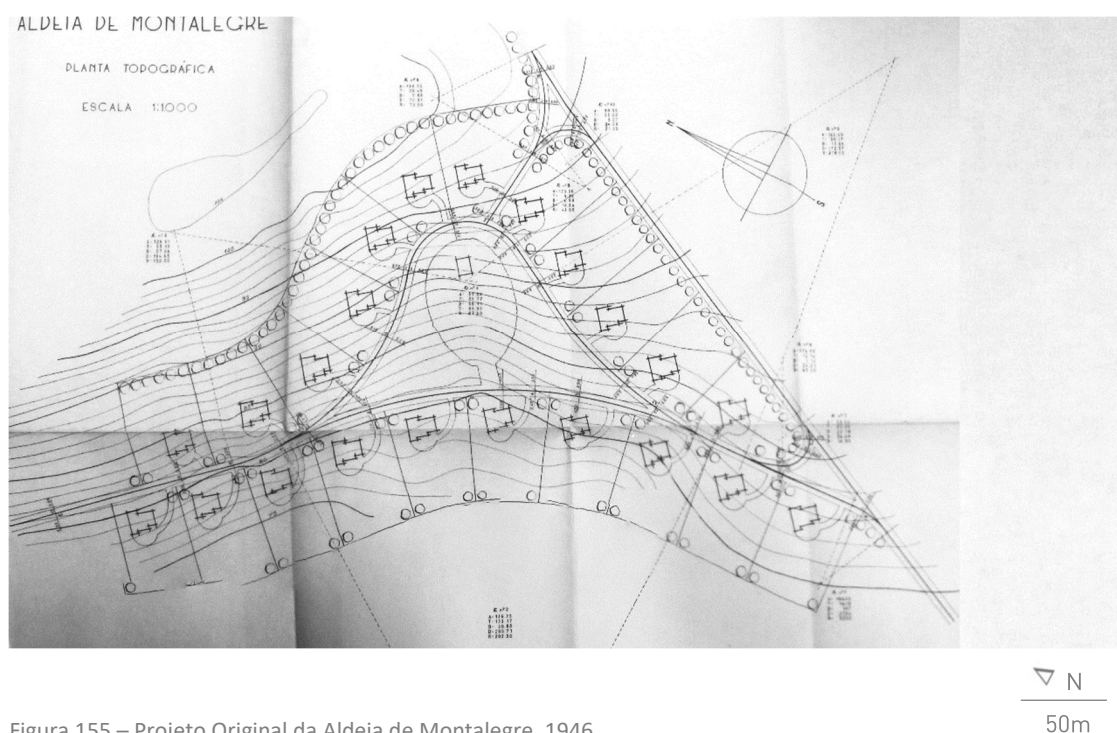
Figura 154 - Ritmo da mancha arbórea junto ao núcleo do Lugar do Vidoeiro.

Embora não sejam evidentes, do ponto de vista formal, também aqui há diferenças significativas entre o projetado e o construído (fig.153). Destacamos a construção de uma estrada

⁴¹¹ MERCÊS OLIVEIRA, Ana. 2018. Dissertação de Mestrado. Op. Cit. p. 97

no topo norte do lugar, contrariando, à semelhança do Lugar de São Mateus, a urbanística em forma de *cul-de-sac*. No entanto, enquanto no Lugar de São Mateus a construção dos novos acessos desvaneceu a forma de *cul-de-sac*, no caso do Videiro, esta situação não se perspetiva tão evidente. Desde logo, pelo facto de apenas ter sido criado um novo acesso, e pela posição em que surge, fomentando a circulação em torno da praça, idealizada pela JCI.

Por último, em termos de escala, podemos admitir que a escala prevista para a praça central aparenta ser menor do que a construída. Em contrapartida, a extensa mancha arbórea que se prevê como elemento característico da entrada na aldeia, fica aquém do projetado, que ainda assim era pontualmente marcada por cedros de elevado porte (fig. 154).



O último dos núcleos analisados, diz respeito à Aldeia de Montalegre, também denominada de Aldeia da Veiga ou Casais da Veiga. Trata-se do núcleo mais próximo da sede do concelho, o que justifica o reduzido número de equipamentos em comparação com o elevado número de habitações. Dos projetos analisados, o núcleo de Casais da Veiga é dos mais incongruentes com o projeto idealizado pela JCI, corroboramos por isso a opinião de RAPAZOTE segundo o qual “*embora Criande seja o caso mais evidente de projeto inacabado, é em Casais da Veiga que melhor se pode observar uma adaptação – talvez demasiado rígida –*

do plano a uma alteração de hierarquia da via principal de acesso”⁴¹². Esta reorganização diz respeito, sobretudo, ao local de implantação dos *casais agrícolas*, isto é, em todos os núcleos previstos pela JCI para o Barroso, inclusivamente aqueles que não tratamos nesta tese, é evidente uma intenção de construir um novo lugar, cujas hierarquias viárias são respeitadas, ou seja, existe um troço principal e um troço secundário que distribui para os *casais agrícolas*.



Figura 156 – Ortofotomapa da Aldeia de Montalegre, 2017. Assinalado a vermelho a estrada M509.

Contudo, no caso do projeto da Aldeia de Montalegre, este facto não se verifica, tendo parte das casas sido construídas ao longo da estrada municipal 509 (fig. 155 e 156). Esta implantação é, segundo RAPAZOTE, justificada pela importância desta infraestrutura na ligação a Chaves, permitindo a edificação dos *casais agrícolas* ao longo da mesma⁴¹³.

Evidentemente, esta reorganização retira importância à praça prevista no centro da aldeia, uma vez que os casais agrícolas aqui previstos foram construídos junto à estrada municipal 509. Ainda assim, os dois equipamentos propostos, chafariz/bebedouro e lavadouro, foram erguidos como previsto. Não conseguimos afirmar com certeza que os 22 *casais agrícolas* tenham sido construídos na totalidade, dado que, atualmente, apenas conseguimos rastrear 20 unidades. Na nossa opinião, do ponto de vista da implantação das novas aldeias, as alterações entre projeto e obra construída mais evidentes, surgem na Aldeia de Montalegre (Casais da Veiga) e no Lugar de

⁴¹² RAPAZOTE, João. 2012. Op. Cit. p. 227

⁴¹³ RAPAZOTE, João. 2012. Op. Cit. p. 227

São Mateus. A primeira, corresponde a um dos últimos projetos desenvolvidos no território do Barroso pela JCI, e aquele que se encontra mais próximo da sede do concelho de Montalegre. Podemos, considerar a existência de um carácter mais urbano nesta aldeia, do que nas congéneres do concelho. Ainda que no passado, esta característica possa não ter sido evidente, o crescimento da vila de Montalegre no sentido norte, mostra que esta aldeia pode ter assumido um papel de nova centralidade, capaz de fomentar o crescimento da vila, no sentido da Aldeia de Montalegre, fazendo com que esta tenha, atualmente, um ambiente mais urbano e, maiores transformações nas casas. Todavia, não sendo este o foco desta tese, deixaremos esta questão para desenvolver oportunamente em trabalhos futuros. No caso do Lugar de São Mateus, os acessos construídos não previstos no projeto são, no nosso entender, elementos dissonantes na aldeia, tornando-a num lugar de atravessamento, mais do que numa aldeia-jardim, como entendemos que era intenção conceptual da JCI. Por fim, o lugar do Vidoeiro é aquele que mantém mais coerência formal e conceptual com o projeto desenvolvido pela JCI, evidente no desenho de conjunto, disposição dos *casais agrícolas* e preservação do único equipamento previsto. Por outro lado, parece subsistir a identidade arquitetónica proposta pelo projeto inicial da JCI, quer na observância da coerência formal e estética do *Projecto de Casal – Tipo do Barroso*, quer do conjunto e desenho formal no território, mantendo os espaços públicos previamente definidos. Por esta razão, entendemos ser aquela que, atualmente, melhor representa o conceito de cidade-jardim.

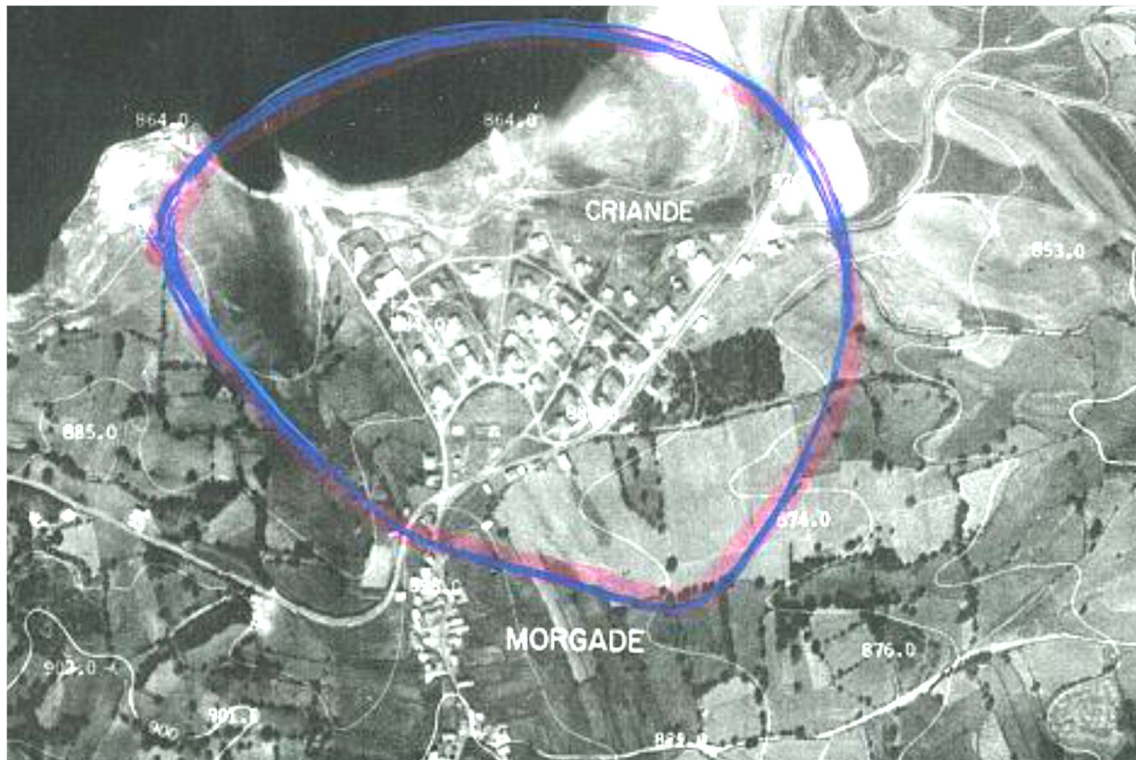


Figura 157 - Ortofotomapa Aldeia de Criande, 1986.

5.3 DIAGNÓSTICO ATUAL E ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS CONJUNTOS

Tendo sido analisadas no tópico anterior, as incoerências entre o objeto projetado e o objeto construído, passamos agora a focar a evolução arquitetónica destes núcleos ao longo dos mais sessenta anos da sua existência.

Importa referir, mais uma vez, que pretendemos a valorização do conjunto. Por essa razão, este diagnóstico tem o propósito de compreender os fatores (sociais; habitacionais; usos; etc.) que ditaram alterações ao conjunto. Esta investigação não ambiciona atender às modificações dos espaços interiores das habitações. Trata-se de uma estratégia de investigação que não decorre de uma preposição do *fachadismo* arquitetónico. Seguimos as premissas do projeto de Recuperação do Conjunto Arquitetónico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade, Brasil, e da aplicação do *Método Rehabimed* em Lefkara, Chipre. Procuramos, constatar as alterações mais evidentes no plano marginal formado pelos *casais agrícolas* de cada um dos núcleos em análise.

A didática da arquitetura indica que a construção de um determinado objeto arquitetónico compreende um conjunto de procedimentos que ditam a sua morfologia. A estes processos está associado o fator tempo, que ZEVI denomina como “*a quarta dimensão*”⁴¹⁴. O tempo, em arquitetura e na construção, é importante e necessário para a produção de uma obra bem-feita⁴¹⁵. Mas o trabalho do arquiteto não se esgota com o fim de uma determinada obra. O fator tempo influencia a obra materializada e, sobretudo, conforme sugere BAEZA, clarifica-a. Na perspetiva deste autor, “*o tempo, construído pela Luz, faz desaparecer lenta e pacientemente os elementos superficiais*”⁴¹⁶ e, sobretudo, compreender a obra arquitetónica. Esta ação transformativa que o tempo impõe verifica-se, porque a arquitetura é produzida pelo homem e para o homem, razão pela qual os entendimentos, estética e funções, vão-se readaptando no próprio processo de evolução dos tempos.

Este processo é evidente, sobretudo, nos territórios mais envelhecidos, como nos principais centros históricos europeus onde, em virtude das novas solicitações sociais, tectónicas e funcionais, o edificado se transforma e readapta. Na visão de LAMAS, “*a atual paisagem da Europa, e de certo modo por todo mundo, é já o resultado da ação do homem sobre um suporte físico preexistente*”⁴¹⁷. Todavia, a crescente necessidade de readaptação do edificado, vista por muitos como uma perspetiva de prolongar a sua existência, uma vez que este, por variadíssimas razões, perde a validade do seu uso ou função, deve, em nossa opinião, ser regulada e controlada, de modo a que

⁴¹⁴ ZEVI, Bruno. 1996. Op. Cit. p. 23

⁴¹⁵ CAMPO BAEZA, Alberto – A Ideia Construída. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011. p. 28

⁴¹⁶ CAMPO BAEZA, Alberto. 2011. Op. Cit. p. 52

⁴¹⁷ LAMAS, José. 2010. Op. Cit. p.63

o carácter do espaço inicialmente projetado não corra o risco de descaracterização. É este difícil equilíbrio que cabe ao arquiteto avaliar, definindo os critérios a adotar para a salvaguarda do edificado ou, em alternativa, admitir a sua demolição e consequente nova construção.



Figura 158 – *Casal agrícola* adaptado a serviço da Guarda Nacional Republicana.

No caso dos núcleos da colónia agrícola do Barroso respeitantes ao *Projecto Casal Tipo – Barroso*, o fator tempo impôs, também, transformações (ver anexos 12 a 21) no edificado. Não sendo, evidentemente, a intenção desta investigação, apreciar ou depreciar as soluções transformativas alheias ao projeto inicial, devemos, contudo, concordar que a *“todo o objeto constitui uma sensação que pode variar no tempo, mas não pode ser composto ou decomposto numa operação aritmética de grandezas intensivas”*⁴¹⁸. Assim, embora sejam expectáveis transformações de uso e adaptações de conforto ao longo da existência do objeto construído, consideramos que as alterações isoladas, produzidas nas partes do conjunto, devem ser equacionadas numa perspetiva de ação integral, sem prejuízo da unidade do mesmo, que facilmente pode ser descontextualizada se não houver uma ação concertada e entendimento do carácter e vocação do projeto inicial. Ou seja, as ações de transformação num conjunto, para além

⁴¹⁸ CONSIGLIERI, Victor – *As Metáforas da Arquitectura Contemporânea*. Lisboa: Editorial Estampa, 2007. p. 201

devem visar o respeito pela preexistência construída isoladamente e o carácter identitário do todo. Para tal, é importante determinar os elementos que definem esse todo. No caso da Colónia do Barroso, e nos cinco núcleos em análise, o elemento comum aos conjuntos consiste na utilização do módulo tipo resultante do *Projecto de Casal – Tipo Barroso*, que se destaca pela forma e desenho tipificado, e como regra comum que define os usos, áreas de ocupação, espaços envolventes, ritmos de implantação, entre outros elementos de composição arquitetónica que conferem uma leitura homogénea dos conjuntos.

A conceptualização do *Projeto de Casal – Tipo Barroso* assenta num princípio de repetição que procura desenhar uma autêntica paisagem, construída num território rural e natural. Este módulo respeita o local de implantação e é pensado de acordo com o lugar, as suas características endógenas, materiais, sociais e, ainda, a sua função, numa perspetiva de “*estimular a transformação das povoações vizinhas*”⁴¹⁹, e o desenho da “Casa Portuguesa”. Contudo, como tivemos oportunidade de analisar, desde cedo, a JCI sentiu necessidade de reconverter o módulo do *Projecto de Casal – Tipo Barroso* para outras funções, de que é exemplo a adaptação para edifícios escolares ou para serviço da Guarda Nacional Republicana (fig.158), mas também através das diferentes posições de implantação e adaptação ao terreno, como no núcleo da Aldeia Nova do Barroso. Estas transformações, ainda que significativas, não comprometeram a coerência espacial do conjunto. Na verdade, estes aspetos põem em evidência dois pontos fundamentais do *Projecto de Casal – Tipo Barroso*. Em primeiro, o facto destes núcleos serem projetados numa lógica de conjunto e de conformidade estilística pois, é sabido, “*a repetição na forma de ritmo, tanto na música quanto na arquitetura, é um princípio extremamente simples de composição que tende a dar uma sensação de coerência*”⁴²⁰. Esta razão, associada a uma perspetiva de económica, levou a JCI a utilizar o mesmo módulo de *casal-tipo* para os edifícios públicos e inseridos em lotes similares aos dos colonos. Com efeito, a utilização do módulo tipo de repetição, associado à própria ordenação, escala e proporção, indiciam uma preocupação com o desenho de conjunto e a conceção de “*obras esteticamente unitárias*”⁴²¹. Um segundo ponto, relacionado com o módulo repetível, relaciona-se com o facto de este ser um objeto transformável, que permite novos usos, readaptações funcionais e tectónicas, evidente nos projetos de readaptação do módulo para a escola e para três residências para a GNR, promovidas pela JCI.

⁴¹⁹ CALDAS, João. 1988. Op. Cit. p. 38

⁴²⁰ VON MEISS, Pierre. 2004?. Op. Cit. p.32. Traduzido pelo autor a partir do original: “*Repetition in the form of rhythm, as much in music as in architecture, is an extremely simple principle of composition which tends to give a sense of coherence*”

⁴²¹ ECHAIDE, Rafael - *La Arquitectura Es Una Realidad Histórica*. Pamplona: T6 Ediciones SL, 2002. p.146 Traduzido pelo autor a partir do original: “*obras estéticamente unitarias*”

Análise das transformações nos *casais agrícolas*

	Nº de casais com vedação ou muros	Nº de casais com alterações significativas ⁴²²	Nº de casais com nenhuma ou poucas alterações ⁴²³	Nº de casais em ruína	Nº de casais com anexos e/ou novas construções ⁴²⁴
Lugar de São Mateus	7	5	3	2	4
Aldeia Nova do Barroso	19	23	13	4	23
Lugar do Videiro	6	4	5	0	6
Aldeia de Criande	20	23	4	0	18
Aldeia de Montalegre	12	17	1	2	5

Figura 159 – Quadro comparativo das transformações verificada *in situ* nos *casais agrícolas* em análise.

Ainda que os exemplos citados digam respeito a transformações efetuadas pela JCI em fase de execução, não podemos deixar de verificar que a essência desses edifícios assenta no módulo do *Projecto de Casal – Tipo Barroso*. Estamos, portanto, perante um objeto de arquitetura evolutiva? Numa primeira análise, o projeto traduziu-se numa evolução da arquitetura da região. Verte sobre si os princípios da arquitetura popular transmontana e desenvolve, a partir deste, uma nova forma, assente em princípios modernos, funcionais e higienistas. Numa segunda análise, este objeto é um edifício moderno, visa dar resposta às necessidades de uma sociedade que o Estado pretende modernizar, indicando que “a necessidade dinâmica da vida moderna criará necessariamente uma arquitetura evolutiva”⁴²⁵. Curiosamente, de acordo com a Memória Descritiva e Justificativa⁴²⁶ deste projeto, não existia, por parte da JCI, flexibilidade para alterações ou evoluções. Tratam-se de edifícios habitacionais com forte cariz social, equiparados a equipamentos agrícolas de grande interesse para o regime. “O desenho dos vários casais projetados não introduz qualquer mecanismo que possibilite uma adaptação à futura evolução da constituição

⁴²² Consideramos alterações significativas, aquelas que interferem na proporção volumétrica, nas áreas, na composição dos alçados através da abertura e encerramento de vãos, nas alterações ao nível de cor e materialidade, nomeadamente através de ações de reabilitação e ampliação desencontradas com o projeto original

⁴²³ Consideramos alterações nenhuma ou poucas alterações, todos os casais que evidenciei nenhuma ou apenas pequenas obras de arranjo e melhoramento da área envolvente das edificações, utilizem materiais que conferem acabamento exterior idêntico ao original, mantendo cêrceas e áreas estipuladas em projeto

⁴²⁴ Consideramos Anexos e/ou Novas Construções, todos os volumes alheios ao projeto original e não contíguos ao *casal agrícola*

⁴²⁵ AAVV - *Arte y arquitectura futuristas 1914-1918*. Murcia: Colegio Arquitectos De Murcia, 2010. p. 52. Traduzido pelo autor a partir do original: *La necesidad dinámica de la vida moderna creará necesariamente una arquitectura evolutiva*

⁴²⁶ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Casal – Tipo Barroso*. Lisboa: MA, JCI, 1943

da família”⁴²⁷. No entanto, nalguns espaços do interior do módulo, nomeadamente afetos às áreas de trabalho, como o sobrado, torna-se claro, em projeto, pela falta de desenho, alguma flexibilidade relativa a alterações ou transformações, resultante do volume das colheitas, tipo de cultivos, animais ou, até, número de habitantes. Por sua vez, no que concerne à materialidade, a memória descritiva e justificativa do projeto assinala que a cobertura seria de colmo, material abundante e típico nas coberturas da região, económico e com um interessante comportamento térmico⁴²⁸. No entanto, este foi substituído pela cobertura com telha cerâmica, para evitar o risco de incêndio e pelo facto de alguns países de referência para o Estado Novo, como Espanha, não subsidiarem a utilização do colmo para as coberturas⁴²⁹. Assim, embora não tenhamos provas que atestem que este módulo era um objeto de arquitetura evolutiva, fundamentado na arquitetura popular da região, podemos afirmar que se trata de um projeto transformável, como a própria JCI o demonstrou. As ações de transformações são, não só possíveis, como expectáveis. Elas são elementos fundamentais à apropriação do espaço, o que, evidentemente, não nos leva a concordar com todas as transformações efetuadas, apenas com aquelas que não desvirtuam o carácter da arquitetura do conjunto.

Na análise dos cinco conjuntos aqui abordados, confirmam-se dois tipos de transformações. Aquelas que são impostas pelo homem, mais evidentes e que dizem respeito a readaptações funcionais e/ou estéticas, correções patológicas e demolições, e transformações naturais verificadas pela ausência de intervenção do homem, em que os elementos naturais se encarregam, genericamente, de provocar danos no edificado. No que diz respeito a esta última, é evidente que o controlo urbanístico por parte dos organismos de tutela é difícil, por se tratar de imóveis privados, pelo que a imposição de medidas de salvaguarda se torna complexa. Importa, por isso, clarificar o interesse e valor arquitetónico deste edificado, potencializar o conjunto onde estes edifícios se inserem, na expectativa de aumentar o seu interesse imobiliário, evitando a sua ruína. Relativamente às transformações determinadas pelo homem, verificamos que o planeamento definido pelo regime, dotou estas aldeias de uma estrutura urbana ordenada e devidamente demarcada, sobretudo no que se refere a zonas de cheios e vazios, espaços públicos e espaços de fruição privada, áreas de construção, rua, ritmo e alinhamentos, impondo, de certo modo, um plano marginal consolidado, com regra, escala e métrica, que protege a identidade do conjunto. Ainda que não estejamos perante um conjunto de construções contíguas, como na arquitetura popular

⁴²⁷ GUERREIRO, Filipa - *Habitação Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal 1918-2018: Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: Do desenho do território ao desenho da casa — Diversidade, circunstância e experimentação*. AGAREZ, Ricardo; (coord). Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2018; p.190

⁴²⁸ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. 1943. Op. Cit.

⁴²⁹ PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, 1945. Op. Cit. p. 49

das aldeias envolventes, a dinâmica de implantação dos *casais agrícolas* mantém o mesmo alinhamento, afastamento e proporção, o que garante a homogeneidade do conjunto, evidenciado pelo facto de se tratar de um módulo sucessivamente repetido.

Constatamos que nas cinco aldeias em análise existem transformações no edificado, sobretudo ampliações, demolições, reabilitações e novas construções anexas. As alterações mais evidentes incidem sobretudo na abertura e encerramento de vãos, na materialidade, caixilharias, volumetria, coberturas, subdivisões do lote e vedação do lote com muros. Estas ações têm, como é expectável, impacto na coerência e uniformidade do conjunto, sobretudo por se tratarem de edifícios particulares, cujas alterações respeitam a economia, sentido estético e necessidades funcionais de cada proprietário, não obedecendo, portanto, a uma identidade transformativa comum. Todavia, não podemos deixar de referir que a estrutura urbanística e, sobretudo, as linhas fundamentais da organização do conjunto prevalecem, seguindo a ordenação do desenho imposto pela JCI. Segundo VITRUVIO, *“A ordenação define-se como a justa proporção na medida das partes da obra consideradas separadamente e, numa visão de totalidade, a comparação proporcional tendo em vista a comensurabilidade. É harmonizada pela quantidade (...). Esta, por sua vez, consiste em tomar módulos de proporções da própria obra”*⁴³⁰. Esta característica é perceptível no projeto de todos os núcleos, mas especialmente evidente na Aldeia de Montalegre, também denominada de Casais da Veiga, onde, embora o edificado esteja particularmente intervencionado, se mantém o ritmo e alinhamento previstos pela dinâmica urbanística da JCI. Em contrapartida, na Aldeia de Criande, o elevado número de construções anexas, subdivisões de lotes, e transformações no edificado, tem impacto na imagem de conjunto, que perdeu a razão de escala e proporção. Segundo VITRUVIO, *“a proporção corresponde a uma relação particular entre determinadas formas. Quando em duas formas com tamanhos distintos essa relação é, apesar da diferença dimensional referida, uma relação idêntica, dizemos que ambas as formas têm a mesma proporção (...). O que distingue as duas formas é a escala, a qual, como eu disse, resulta de uma diferença dimensional”*⁴³¹.

Verificamos, assim, que estes conjuntos não são estruturas urbanas alheias à adaptação, e as contínuas transformações desordenadas podem colocar em risco a identidade do conjunto, como se nota na Aldeia de Criande. Esta problemática não é específica do Barroso. Manifesta-se também noutras aldeias e cidades agrícolas criadas durante o século XX, pelo que se considera pertinente o desenvolvimento de estratégias de salvaguarda destes conjuntos. Para tal, na ótica de AGUILERA, *“depois de conhecer a situação de cada uma das cidades, surge imediatamente a*

⁴³⁰ VITRUVIO, Marcos. 2006. Op. Cit. p. 37

⁴³¹ RODRIGUES, José – *O Mundo Ordenado e Acessível das Formas e da Arquitectura – Tradição Clássica e Movimento Moderno na Arquitectura Portuguesa: dois exemplos*. Porto: Edições Afrontamento, 2013. p. 206

necesidade de analisar os planos gerais de planeamento urbano, estudando os regulamentos, específicos ou não, que regulam e protegem os conjuntos”⁴³².

Em suma, na análise *in situ*, concluímos que a identidade do conjunto de todos os núcleos se encontra, de alguma forma, ameaçada ou comprometida. Nalguns casos, a situação é gravosa. A nossa análise identificou três tipos de ações transformativas evidentes e comuns às cinco aldeias estudadas. A primeira, mais comum, diz respeito à necessidade de delimitação do lote, através de muros ou vedações, evocando o sentido de propriedade sobre o espaço, e conferindo segurança e resguardo face aos animais alheios ao *casal agrícola*. Como já referimos, não se verifica qualquer intenção de construir de muros e vedações por parte da JCI. Esta ausência pode estar relacionada com o sentido comunitário que é pretendido na Colónia Agrícola, e com a economia de projeto. É um facto que, quando estes espaços passam para a propriedade dos colonos, o número de construções de muros e vedações, aumentou (ver anexos 12 a 21).



Figura 160 – Diversidade de muros e vedações nas aldeias em análise.

⁴³² AGUILERA, Ana - *Transformaciones en tres poblados de colonización de la provincia de Granada: El Chaparral, Cañatalba Alta y Carchuna*. Revista de patrimonio e-rph [Em linha]. n.º 18 (2016). p.137. [Consultado em 30 de Março de 2018]. Disponível na internet em: http://www.revistadepatrimonio.es/download.php?nombre_documento=revistas/numero18/estudiosgenerales/estudios/pdf/estudiosgeneralesestudios.pdf ISSN 1988-7213. Traduzido pelo autor a partir do original: *Tras conocer la situación de cada uno de los poblados, inmediatamente surge la necesidad de analizar los Planes Generales de Ordenación Urbana, estudiando la normativa, específica o no, que regula y protege los conjuntos*.

Não é intenção deste estudo criticar o sentido estético, nem tão pouco condenar as motivações por detrás das transformações do lote. No entanto, verificamos que, na construção dos limites físicos do lote, não existe a preocupação de manter o carácter de conjunto, nem de entendimento dos pressupostos iniciais projetados pela JCI para estas aldeias. A ausência de regulamentação e fiscalização sobre o conjunto, permitiu a construção de vedações, sem critério, ordem, ritmo e proporção, descaracterizando o desenho formal da aldeia.

O segundo aspeto que verificamos, assenta nas ampliações ao *casal agrícola*. Torna-se evidente que a área de construção prevista pela JCI se afigura, nos dias de hoje, insuficiente na grande maioria das unidades habitacionais. Não nos foi possível visitar o interior de todos os *casais agrícolas*. Não obstante, podemos assegurar que grande parte das ampliações, que verificamos *in situ*, partiram da necessidade de aumentar o espaço habitacional e que este se fez diminuindo o espaço afeto à área de trabalho/agricultura. Esta situação decorre, por um lado, da desistência da prática agricultura por parte de alguns dos colonos, sobretudo na perspetiva de produção intensiva. Esta, quando existente, assenta agora numa agricultura de subsistência. Importa ter em conta, que muitos dos antigos colonos são hoje indivíduos em idade de reforma. Por outro lado, o paradigma da habitação mudou nos últimos anos, e ainda que a agricultura nesta região seja um dos principais pilares da economia, a mesma já não tem o mesmo espaço e a mesma escala. Quando o *casal agrícola* revelou escassez de área e cêrcea construiu anexos e equipamentos de apoio agrícola, diminuindo o espaço previsto para o *casal agrícola*. Falamos, por exemplo, da necessidade de guardar tratores e alfaías, culturas e animais, que implicam necessidades espaciais e infraestruturais, cujo volume não estava previsto pela JCI. Por outro lado, verificamos que os antigos *casais agrícolas* foram muitas vezes comprados por outros indivíduos, não necessariamente relacionados com os antigos colonos, e à agricultura. Certo é, que as novas dinâmicas sociais da atual geração que aí vive em nada se coadunam com o ideal habitacional proposto pela JCI, desde logo, a existência do automóvel, mas também aspetos menores, como o número de quartos, cada vez menos partilhado, ao contrário do que previa o projeto inicial. Portanto, ainda que muitos dos novos residentes possam ser familiares de antigos colonos, a necessidade de aumentar a área habitacional não se prende, apenas, com o facto de ali se fixarem e construírem família, mas também, ou sobretudo, pela necessidade de atender aos princípios habitacionais do século XXI.

Estas ampliações, à semelhança da construção dos muros, não respondem a uma regra, levando a que, por vezes, num edifício se encerrem ou abram de vãos, se eleve a cêrcea máxima, alterem das águas dos telhados, ou, pior, não haja sentido de expansão dos alçados, pelo facto deste elemento ser determinante na identidade do conjunto.

Por outro lado, e conforme já referimos, as novas construções são também uma realidade constante nestas aldeias. Estas assentam sobretudo em dois tipos, o apoio à atividade agrícola e produção animal, através de alpendres ou anexos, e a subdivisão do lote ou partilha do mesmo, para construção de novas casas. Estas opções só são possíveis dada a capacidade espacial do lote. Com efeito, as áreas de alguns lotes são generosas, permitindo albergar fisicamente a construção de novas edificações, sem que estas se ajustem aos atuais enquadramentos legais. Esta situação representa um constrangimento no que se refere à leitura do conjunto, pela interrupção que provoca no ritmo que pauta estas construções, para além da destruição da malha urbana de matriz consolidada, pela qual se regem estas aldeias. Importa recordar que a construção das novas aldeias pretendia também servir de exemplo para a construção dos novos espaços rurais. O Estado usou estas construções como exemplos de sentido urbano, segurança e salubridade, razão pela qual mantinham uma regra de afastamento entre os *casais agrícolas*, definindo uma “*forma de organização comunitária com traços de particularismo individualista*”⁴³³. As construções no interior dos lotes, a existir, devem partilhar uma regra comum, desde logo no que se refere à localização e volumetria.

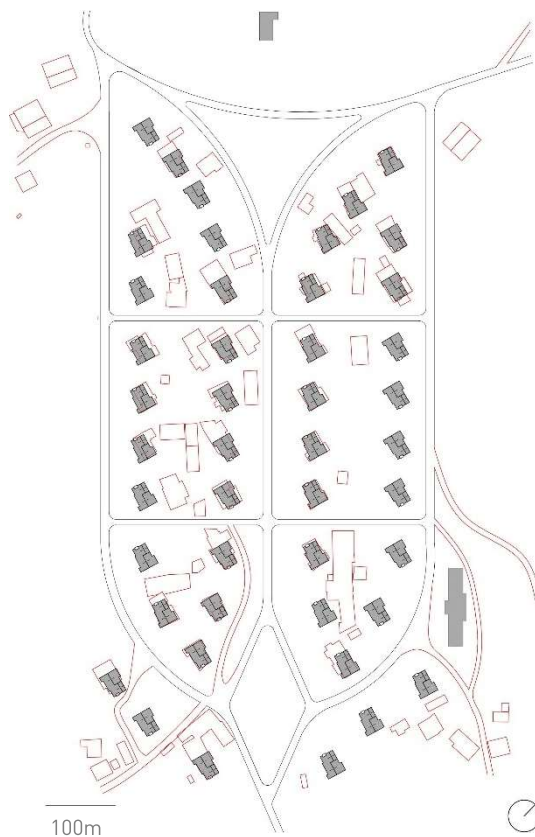


Figura 161 – Aldeia Nova do Barroso (estado atual).

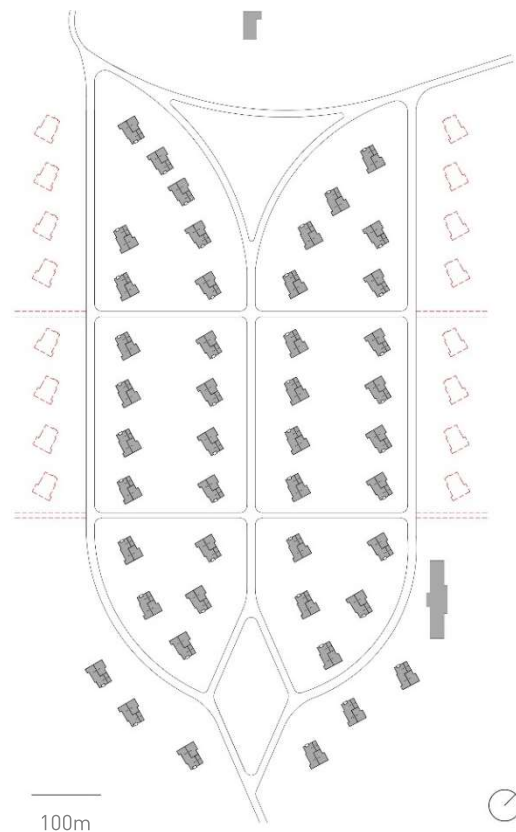


Figura 162 – Aldeia Nova do Barroso (hipótese evolutiva)

⁴³³ AAVV. *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. Edição 4ª. Lisboa: Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional, p. 161

Este último aspeto remete-nos para um outro ponto associado à capacidade de evolução do conjunto, que diz respeito à possibilidade de expansão do número de lotes. Efetivamente, das cinco aldeias analisadas, admitimos que estas reúnem condições para aumentar a malha urbana, desde que enquadradas num projeto de conjunto. Destacamos a Aldeia Nova do Barroso e a Aldeia de Montalegre – Casais da Veiga, cujo traçado original faz antever essa possibilidade de expansão. Por sua vez, o Lugar do Vidoeiro e a Aldeia Nova de São Mateus, pela forma de *cul-de-sac*, determina que o aldeamento se encerre em si mesma, dificultando estratégias de aumento. Já na Aldeia de Criande, as características físicas do local, proximidade com a albufeira e rede viária municipal, e construções vizinhas comprometem, de algum modo, o seu crescimento.



Figura 163 – Casal agrícola, Aldeia Nova do Barroso.



Figura 164 – Casal agrícola na Aldeia de Criande.

Por esta razão, a análise doravante empreendida, compreende hipóteses de intervenção que tem em conta os três principais motivos de desagregação do conjunto antes referidos. Para tal, iremos utilizar, para efeitos de hipótese propositiva, duas aldeias distintas no seu carácter, geometria e interesse patrimonial, a Aldeia de Montalegre – Casais da Veiga, mais urbana e classificada na Património Cultural e Natural do concelho de Montalegre⁴³⁴, e o lugar do Vidoeiro, o mais pequeno da colónia, que não beneficia da mesma categoria patrimonial.



Figura 165 – Transformações dos alçados em casal agrícola de Criande.

⁴³⁴ Regulamento do Plano Director Municipal de Montalegre, *Diário da República*, 2.ª série — N.º 180 — 18 de setembro de 2013

5.4 HIPÓTESE PROPOSITIVA – ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO INTEGRADA

Iniciamos o tópico deste estudo de maior subjetividade, a hipótese propositiva. Trata-se, de uma hipótese de estratégia de intervenção, que não invalida outras possíveis.



Figura 166 – Alçado noroeste do Casal Tipo do Barroso no núcleo da Aldeia Nova do Barroso.

Em jeito de preâmbulo, pretendemos justificar a intervenção. Para tal, importa contextualizar que o conceito de *casal agrícola* reporta aos anos 20, e foi definido no âmbito do decreto nº 9844 que autorizava a extinta Junta de Fomento, a colonizar Milagres (Leiria), com recurso a um protótipo do *casal agrícola* e através de famílias rurais, cuja *“a exploração tipo a que se chegou, foi dimensionada na base da economia de uma família média de pequenos agricultores, constituída por um casal e 4 filhos”*⁴³⁵. Nos dias que correm, a dimensão média de um agregado familiar português é bastante inferior. Além disso, a maioria não se encontra economicamente dependente de agricultura. Nesse sentido, torna-se claro que as necessidades do espaço de habitar contemporâneo são bastante distintas daquelas que pautaram, inicialmente, estes *casais agrícolas*, refletindo-se na dimensão, funções do espaço de habitação, levando a intervenções no edificado com vista à sua adaptação. As alterações arquitetónicas neste tipo de edificado são justificáveis e atendíveis. No entanto, entendemos que, a serem introduzidas, devem ser objeto de estudo e proposta por parte de um arquiteto, de modo a não descaracterizarem o conjunto.

Evidentemente que é do interesse de todos a preservação do conjunto, mantendo o mais possível o seu carácter inicial, reforçando o conceito que resulta da *“concordância com a tradição regional, a componente residencial e as dependências associadas à atividade agrícola”*⁴³⁶. No entanto, tendo em conta o estado de transformação de algumas destas aldeias, mas também as diferentes vontades e panorama socioeconómico da região, estamos convictos que pode ser difícil,

⁴³⁵ CALDAS, João. 1988. Op. Cit. p. 11

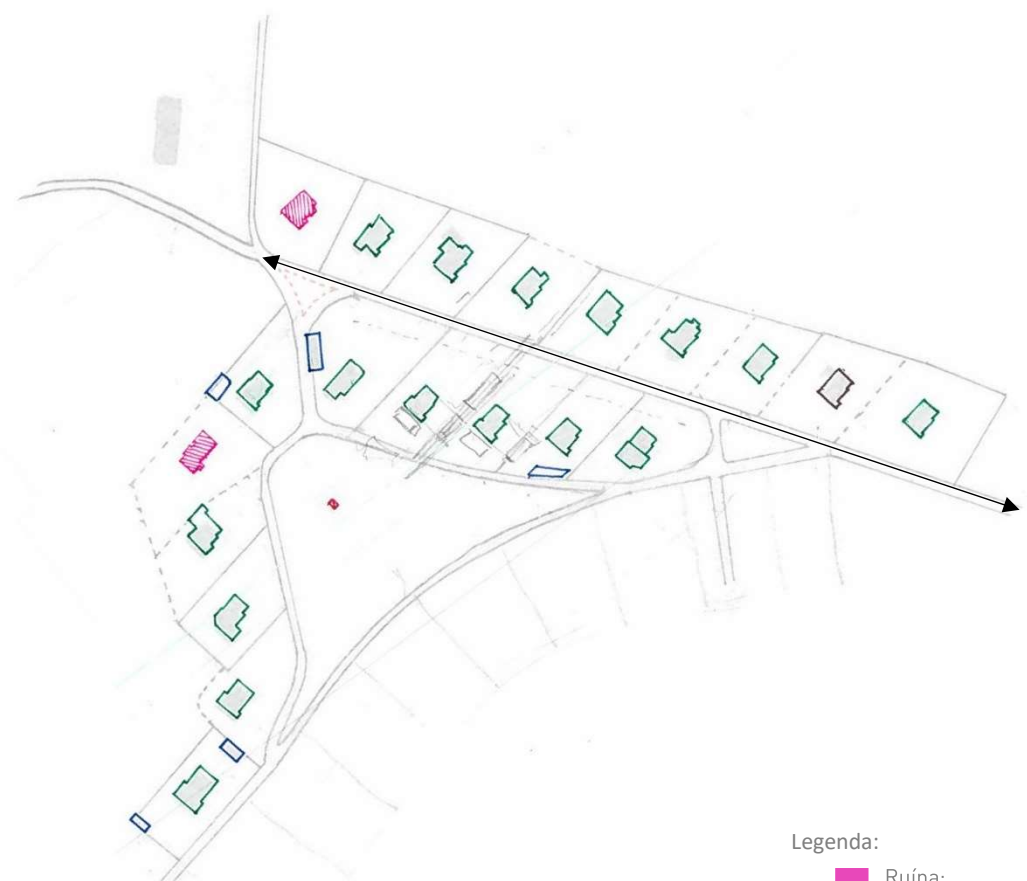
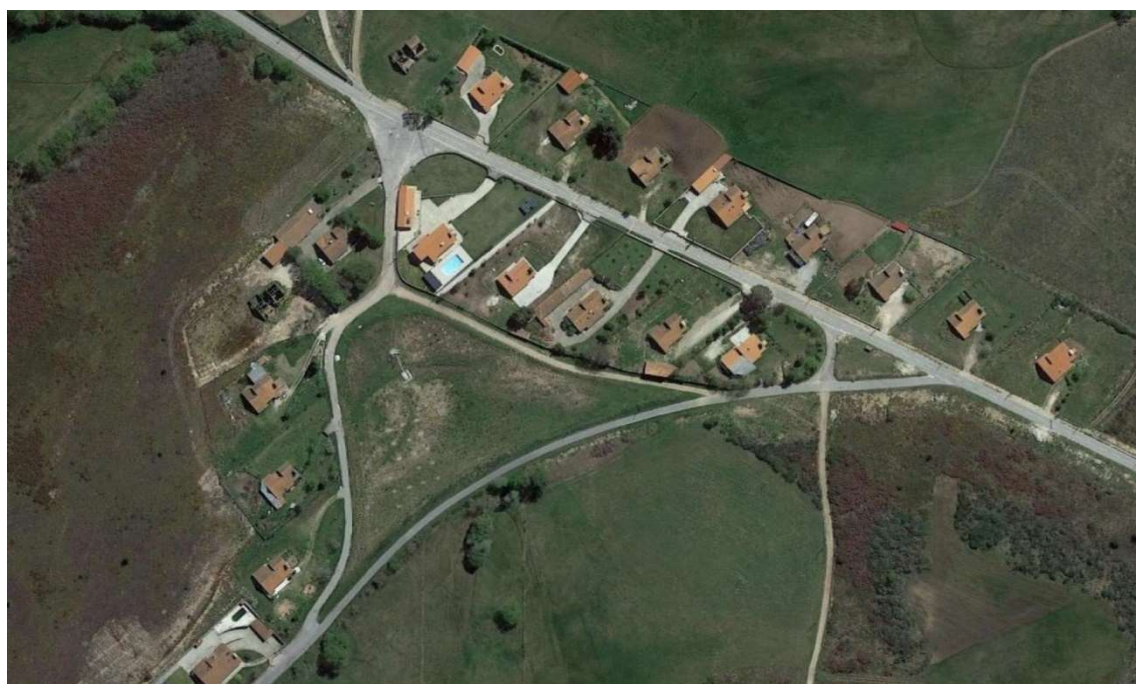
⁴³⁶ RAPAZOTE, João. 2012. Op. Cit. p. 222.

ou até tardia, uma estratégia de reposição da forma original, ou mesmo a manutenção integral de todo o edificado construído. Dificuldades decorrentes, sobretudo, de dois fatores: a desertificação que se assiste no território e que condena ao abandono alguns destes imóveis; a falta de reconhecimento do valor arquitetónico do conjunto por parte da população, a que se associa a ausência de estratégia e regulamentação específica, que potencie uma transformação ordenada do edificado, sendo óbvio que a regulamentação, quando excessivamente restritiva, tende a demover eventuais transformações no edificado para as ajustar às necessidades contemporâneas. Razão pela qual, iniciativas como aquelas tomadas na Colónia Agrícola de Vascões em Paredes de Coura, através da criação de uma Área de Reabilitação Urbana⁴³⁷ restrita à antiga colónia, são medidas importantes, uma vez que, não só criam uma zona de exceção de reconhecido interesse espacial, mas também pelos incentivos económicos que podem fomentar a construção dentro da área demarcada. Importa-nos reconhecer as principais tendências transformativas e as de maior relevância na preservação da integridade de um todo para promover uma estratégia de transformação comum a estes conjuntos e que sirva de linha orientadora para obras futuras, sobretudo nas situações em que a reposição do seu valor arquitetónico é possível.

Em síntese, este plano de ação estratégica, que compreendemos ser um documento fundamental para a conservação integrada dos núcleos, deve, no nosso entender, ser pautado pela metodologia sistematizada por PEREIRA; COELHO; LOPES; BUARQUE, para a estratégia de salvaguarda da Colónia Agrícola de Pegões, anteriormente referida. Esta metodologia prevê: privilegiar a manutenção; resolver os danos físicos e patologias construtivas, adequar as novas exigências funcionais e remover elementos dissonantes; adequar as inovações às construções existentes, assumir os novos elementos em harmonia com os existentes; garantir a salvaguarda e autenticidade de todos os elementos de comprovado valor cultural e arquitetónico⁴³⁸. Estes quatro pontos, que também se verificam de forma clara na proposta dos arquitetos Álvaro Siza Vieira e Helena Albuquerque, no Plano de recuperação e transformação da Cidade Velha, Cabo Verde, são, na nossa perspetiva, fundamentais para uma ação de conservação integrada nas Colónias Agrícolas. Os quatro aspetos, enumerados por PEREIRA; COELHO; LOPES; BUARQUE, quando alicerçados em regulamentação específica, e no recurso à criação de ARU's, podem, no nosso entender, ajudar a determinar procedimentos para controlar as vontades transformativas potencializadoras da descaracterização destes conjuntos.

⁴³⁷ MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA - Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Colónia Agrícola de Vascões. [Em Linha]. Paredes de Coura: Município de Paredes de Coura. Pag.8 [Consultado a 15 de abril de 2018] Disponível em <https://www.paredesdecoura.pt/wp-content/uploads/2017/10/PROPOSTA_DELIMITACAO_COLONIA_AGRICOLA_VASCOES_FINAL.pdf>

⁴³⁸ PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Hélder; LOPES, Isabel; BUARQUE, Irene. 2009. Op. Cit. Pag.176-177



- Legenda:
- Ruína;
 - Inalterada ou pouco alterada;
 - Alterada;
 - Anexo;
 - ← Novos arruamentos / Estradas;

Figura 167 – Aldeia de Nova de Montalegre ou Casais da Veiga. Em cima, ortofotomapa © 2022; em baixo, esquiço do trabalho de campo com indicação do estado atual dos casais agrícolas que compõem o núcleo.

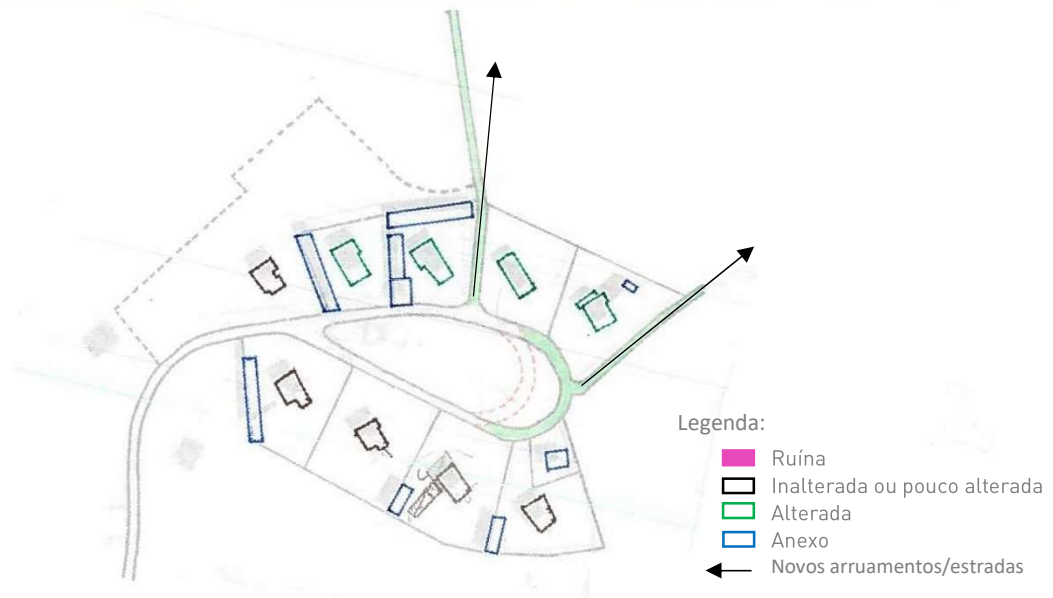


Figura 168 – Lugar do Videiro. Em cima, ortofotomapa © 2022; em baixo, esquiço do trabalho de campo com indicação do estado atual dos casais agrícolas que compõem o núcleo.

Assim, após a análise *in loco* (fig.167 e 168), e conforme já referimos, é possível identificar as três ações transformativas mais comuns na descaracterização da Colónia Agrícola do Barroso, nomeadamente: a construção de vedações, cercas e muros; a ampliações ao *casal agrícola*; e as novas construções e/ou anexos.

São estes três aspetos que paulatinamente mais se repetem e mais preponderância assumem no processo de desconstrução da imagem de conjunto. Por esta razão, entendemos que o reconhecimento do interesse arquitetónico destas aldeias, desde logo pelo poder local, fomenta a sua valorização, e consequente preservação do conjunto. Inerente a este reconhecimento, urge, no nosso entender, a regulamentação específica para estes territórios particularmente direcionada para as três ações transformativas referidas, dada a sua escala e impacto, e pela quebra no ritmo e

leitura de unidade que provocam. Utilizando as palavras de LYNCH, “*um bairro urbano, na sua definição mais simples, é uma área de carácter homogéneo*”⁴³⁹. Embora não se trate de um bairro, esta aldeia assume um desenho “urbano” e uma homogeneidade típica de um bairro do Estado Novo, pelo que as transformações com recurso aos muros, ampliações ou novas construções, quando realizadas sem ordenação, prejudicam a leitura global do conjunto, pois contrariam o carácter homogéneo a que se refere LYNCH e que está na sua génese. Evidentemente que estas constatações, fruto do trabalho de campo realizado, não servem como argumento para validar as transformações de menor escala, nomeadamente aberturas de vãos, substituição dos materiais originais, construção de pequenos apoios agrícolas e/ou as designadas obras de escassa relevância, à luz do Regulamento Jurídico de Urbanização e Edificação, na redação do Art.º 6-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro. Aliás, este enquadramento legal não admite estas intervenções no caso de imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados. Podendo alegar que uma eventual classificação patrimonial ou declaração de interesse público é, desde logo, fator dissuasor para as ações transformistas aleatórias e descontextualizadas.



Figura 169 – Antiga escola primária da Aldeia Nova do Barroso.

Obviamente que a consolidação destas aldeias enquanto conjunto identitário forma-se a partir do *casal agrícola*, que é a base da constituição do lote e do parcelamento do terreno. A simetria e rigor deste tipo de traçado urbano e de raízes modernas potencia e regula a leitura do território, sendo inegável que a transformação vernacular e do *casal agrícola* leva à descaracterização do conjunto. Todavia, a sua transformação pode ser possível ou menos gravosa,

⁴³⁹ LYNCH, Kevin. 1996. Op. Cit. p.132

tendo em conta que a própria JCI também transformou alguns *casais agrícolas*, a fim de os adaptar para o uso público, sem, contudo, prejudicar o carácter individual da habitação nem a leitura do conjunto. São exemplo disso a escola (fig.169) e as habitações da GNR (fig.170), na Aldeia Nova do Barroso. Importa, portanto, compreender a razão do sucesso destas intervenções na preservação da identidade do conjunto. É relevante realçar que a homogeneidade do envelhecimento favorece a integração de eventuais alterações. Numa análise arquitetónica mais detalhada, podemos apontar outros aspetos fundamentais na preservação da leitura do conjunto, como sejam a preservação do tipo de casa; a proporção; e a expressão e materialidade.



Figura 170 – Antigas habitações para os militares da GNR.

Sobre o conceito de tipo, morfo-tipológico construtivo, oportunamente analisado neste trabalho, este confere à arquitetura uma certa identidade. Aliás, para ROSSI, “[a] *tipologia torna-se assim o momento analítico da arquitetura, e torna-se facilmente identificável*”⁴⁴⁰, sendo esta uma característica fundamental na conceção deste conjunto. Ou seja, tanto o edifício da Escola como as habitações dos militares da GNR (fig.170), erguidas na Aldeia Nova do Barroso, partem do desenho do *casal agrícola* utilizado para os colonos, sendo estas novas construções uma evolução natural do projeto-tipo de *casal agrícola*.

Por outro lado, o conceito de tipo está intimamente ligado ao conceito de escala e proporção, pois, na perspetiva de ROSSI, corresponde a “*algo permanente e complexo, um princípio*”

⁴⁴⁰ ROSSI, Aldo – *The Architecture of the City*. Cambridge Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology Press, 1984. p. 41. Traduzido pelo autor a partir do original: “*Typology becomes in this way the analytical moment of architecture, and it becomes readily identifiable at the level of urban artifacts*”

lógico que é anterior à forma e que o constitui”⁴⁴¹. Deste modo, a leitura do território não sofre as oscilações causadas por estes elementos dissonantes, se houver respeito pela escala definida para o conjunto. Todavia, a escala em arquitetura não deve ser analisada apenas na perspetiva volumétrica do edificado, mas também no que diz respeito às relações com o traçado urbano, os cheios e vazios, que nos ajudam a construir uma razão de proporção e ritmo do conjunto. Estes últimos aspetos são fundamentais nestes edifícios de exceção das colónias. Ao analisarmos individualmente a escola e habitações dos guardas da GNR da Aldeia Nova do Barroso podemos verificar que a sua implantação no lote, a relação de cheios e vazios e volumetria, assumem similitudes com os *casais agrícolas* previstos para os colonos.

Por último, relativamente à expressão e materialidade, tal como nos *casais agrícolas*, estes equipamentos mantêm o mesmo tipo de caixilharia, ainda que em maior número vãos, a mesma pedra, sistema de aparelho, etc. Obviamente que a opção sobre os materiais e técnicas construtivas parte de pressupostos económicos e de utilização dos recursos materiais e conhecimentos técnicos existentes, contribuindo para a identidade e homogeneidade do conjunto.

Relativamente a estes edifícios, são visíveis alterações nos seus alçados, decorrentes da adição de elementos alheios ao projeto original do *casal agrícola*, como por exemplo, a construção de muros, como na escola de Aldeia Nova do Barroso, chaminés ou janelas, como nas habitações da GNR na Aldeia Nova do Barroso. No entanto, estas transformações não têm muito impacto no conjunto. Pelo contrário, contribuem para a leitura integral do mesmo.

Parece-nos óbvio que o interesse arquitetónico destes lugares em estudo decorre, sobretudo, do seu conjunto. A preservação do mesmo deve ser realizada através da construção de elementos que tenham em conta e potenciem a sua leitura unitária original. De igual modo, entendemos que as correções patológicas ou intervenções com vista à melhoria do conforto das habitações, que podem vir a ser elementos descaracterizadores do local, tendem a ser menos determinantes no desequilíbrio da unidade do conjunto, do que os três anteriormente referidos – construção de vedações, cercas e muros; ampliações; novas construções e/ou anexos), pelo impacto no ritmo das construções e na tipologia do lote repetido, que constitui a identidade da aldeia.

Um último aspeto que importa reforçar está relacionado com o abandono e com o número de *casais agrícolas* que aparentam estar devolutos. Obviamente que esta problemática foge ao âmbito deste trabalho. No entanto, não podemos deixar de notar que a arquitetura idealizada, se

⁴⁴¹ ROSSI, Aldo – *The Architecture of the City*. Cambridge Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology Press, 1984. p. 40. Traduzido pelo autor a partir do original: “I would define the concept of type as something that is permanent and complex, a logical principle that is prior to form and that constitutes it”

⁴⁴¹ ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 172

deixa de ser vivenciada, está condenada ao desinteresse. O fenómeno da desertificação, expressivo nas regiões do interior de Portugal, é agravado pelo facto de este estar fortemente associado a uma vertente agrícola, quando, como é sabido, *“a diminuição da necessidade de nossa população agrícola traz consigo, na maioria dos casos, o abandono de pequenas e médias cidades. Por isso, as expressões «êxodo rural» e «êxodo agrícola» são semelhantes.”*⁴⁴²

Regressando à hipótese propositiva, esta foca os três pontos anteriormente evidenciados (construção de vedações, cercas e muros; ampliações do espaço útil do *casal agrícola*; novas construções e/ou anexos). Entendemos considerar uma hipótese propositiva para cada um destes pontos em dois dos cinco núcleos que fazem parte do *Projecto de Casal – Tipo do Barroso*. Utilizamos como caso de estudo o Lugar do Vidoeiro e a Aldeia de Montalegre ou Casais da Veiga. A opção sobre estes lugares prende-se com três parâmetros. O primeiro, tem em conta o carácter mais ou menos urbano do conjunto. O Lugar do Vidoeiro retrata um dos lugares mais ruralizados dos cinco núcleos do projeto-tipo do Barroso; no extremo oposto, temos a Aldeia de Montalegre, com maior influência urbana, dada a proximidade com a Vila de Montalegre. Um segundo aspeto preponderante na escolha destes dois lugares teve a ver com o facto de se procurar analisar duas aldeias com reconhecimento municipal distintos. A Aldeia de Montalegre é classificada na Planta de Património Cultural e Natural do concelho de Montalegre⁴⁴³, em contrapartida o lugar do Vidoeiro, não foi granjeado com tal distinção, mas tem um número assinalável de casas representativas do projeto de colonização interna. O último aspeto fundamental que tivemos em conta na seleção está relacionado com o tamanho e número de *casais agrícolas*. O Lugar do Vidoeiro é o mais pequeno e conta com o menor número de construções, enquanto a Aldeia de Montalegre é um núcleo maior e com mais *casais agrícolas*.

Quanto ao primeiro aspeto propositivo, relativo à construção de vedações, cercas e muros, constatamos que esta é das transformações mais generalizadas na Colónia da Agrícola do Barroso, justificada pelo facto de não estar prevista qualquer tipo de vedação aquando da construção dos *casais agrícolas*. Aliás, a Lei 1014 de 1946 comprova a escusa da JCI em propor a vedação dos lotes, deixando essa responsabilidade aos colonos. Nos escritos oficiais do organismo pode ler-se: *“o preço do casal será correspondente ao valor das terras que o constituem, acrescido do custo das edificações e mais melhoramentos nelas realizados, bem como na proporção que lhe competir, do custo de obras de vedação, acesso, irrigação ou outras”*⁴⁴⁴. Esta transcrição indica que a JCI não

⁴⁴² OTEYZA, Luís. *La Agricultura y el espacio rural*. *Revista de Estudios Agrosociales*. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. ISSN 0034-8155, N.º. 66, [1969]. Madrid: Espanha. p. 13

⁴⁴³ Regulamento do Plano Director Municipal de Montalegre, *Diário da República*, 2.ª série — N.º 180 — 18 de setembro de 2013

⁴⁴⁴ Base III do Lei nº 2014 de 27 de maio de 1926 do Ministério da Agricultura. [Em Linha]. Diário do Governo: I Série, nº115 [Consultado a 10 de abril de 2020] Disponível em < <https://dre.pt/application/file/158320> >

considerava a construção de vedação um elemento fundamental. No entanto, embora a JCI se tenha absterido de a financiar e desenhar, em momento algum se opôs à sua construção, admitindo, até, que este faça parte do *casal agrícola*.

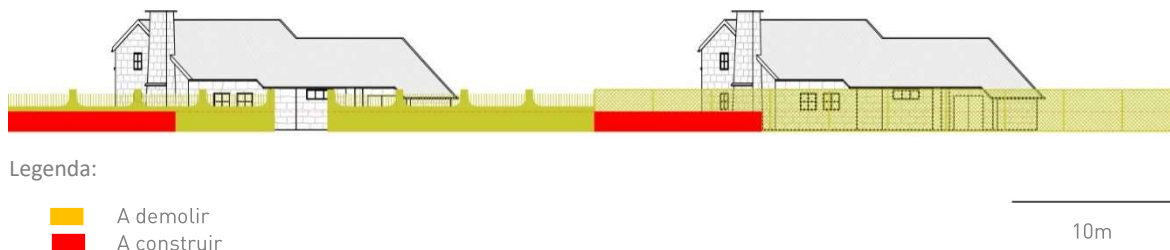


Figura 171 - Desenho representativo da variedade e tipo de muros utilizados e hipótese propositiva.

Esta estratégia economicista revela princípios daquilo que se pode chamar arquitetura evolutiva. Em rigor, esta solução permite não só uma enorme economia de projeto, como configura uma excelente estratégia para a construção do sentido de pertença, estreitando a relação entre a obra e o habitante. No entanto, esta aparente liberdade estética, ainda que devidamente regulamentada, é perspicazmente estatuída pelo ritmo e ordem imposto pela JCI, o que indiretamente condiciona a ação propositiva dos proprietários. Por outras palavras, há uma liberdade estética dentro de um universo arquitetónico desenhado e controlado na sua essência.

Retomando o nosso caso de estudo, a construção das vedações foi potenciada a partir do momento em que os colonos se apropriaram do lote que lhes foi concedido. Este facto, associado a uma ausência de regras de construção de muros e vedações específica para o conjunto, levou a que cada individuo utilizasse o seu tipo de vedação.

Na nossa hipótese propositiva, aceitamos a necessidade da vedação, ainda que esta não fizesse parte do projeto original, porque entendemos que a arquitetura deve ter capacidade de se adaptar às vontades sociais, marcadas, neste caso, pelas razões de segurança, já enunciadas, e pela necessidade de demarcar a propriedade individual de cada um. Por esta razão, acedemos à utilização de vedações ou muros, à semelhança do que faz a JCI na Lei 2014, de 1946⁴⁴⁵.

Neste sentido, a nossa proposta assenta, principalmente, na criação de regras para estas vedações e muros, visando redesenhar a leitura urbana de rua enquanto conjunto, introduzindo e aceitando um novo elemento a esta composição arquitetónica que contribua para a unidade e homogeneidade, mas também aproveitando a inclusão destes novos elementos para os capacitar a receber outras infraestruturas e instalações mais modernizadas (eletricidade, água,

⁴⁴⁵ Base III do Lei nº 2014 de 27 de maio de 1926 do Ministério da Agricultura. [Em Linha]. Diário do Governo: I Série, nº115 [Consultado a 10 de abril de 2020] Disponível em < <https://dre.pt/application/file/158320> >

comunicações, caixas postal, etc.). No entanto, os muros ou vedações colocam outro desafio, a forma como estes se vão fazer sem comprometer a leitura da identidade do conjunto. No projeto inicial das aldeias, a inexistência de muros dá primazia ao *casal agrícola* como elemento de repetição e imposição de um ritmo no território, que serve de guia à leitura da paisagem. Com a existência de um muro, a leitura do conjunto jamais se faz nos mesmos pressupostos, pelo simples facto de existir um elemento físico entre a rua e a unidade habitacional. Mas qual é a imagem subjacente ao projeto da JCI para estas aldeias? Parece-nos evidente o papel pedagógico destas construções que, não sendo alheias à arquitetura do Barroso, se assumem como inovadoras para a época e para a região, contribuindo para uma imagem de arquitetura de rigor, ponderada, salubre e harmonizada com o território, introduzindo temas menos debatidos na arquitetura vernáculo, como a modulação e ritmo de edificação. Entendemos que a prevalência desta imagem de rigor conseguida, também, com recurso ao ritmo de implantação dos casais agrícolas, deve transparecer na nova imagem já com os muros e vedações.

Por outras palavras, concluímos que a existência de muros ou vedações constitui um novo panorama de leitura do conjunto, devendo, no nosso entender, ser aceite como uma oportunidade de transformação de uma necessidade e uma vontade social, num elemento construtivo capaz de redefinir uma nova imagem do conjunto alusiva e identificadora da modulação, ritmo e rigor arquitetónico introduzido pela JCI. A construção da urbanidade mantém a lógica da ruralidade construída, numa opção de sustentabilidade híbrida. Numa imagem que mantém o carácter inicial, agrícola, mas integrando a contemporaneidade.

Por esta razão, a nossa hipótese propositiva assume a introdução deste elemento com a dupla função de muro e espaço para instalação de infraestruturas, como ícone ou instrumento de leitura do conjunto e marcação do seu ritmo, anteriormente conseguido pelos *casais agrícolas*. Por outras palavras, a desenho original é ajustado para manter “a identidade, ou o reconhecimento de uma imagem como uma entidade separável”⁴⁴⁶. Para tal, é fundamental dotá-lo de um esquema de repetição de elementos que se enquadre com a mesma métrica, modulação e ritmo dos lotes. Por outro lado, e à semelhança do conceito de arquitetura evolutiva, essencialista e adaptável, procuramos que esta vedação seja “incompleta”, ainda que capaz de definir um alinhamento, limite e ritmo, contribuindo para a identidade de um conjunto construído por partes, podendo ser continuada segundo a mesma estratégia ou, quando diferente, de acordo com as razões económicas e estéticas de cada morador, permitindo que a mesma assuma as regras e pressupostos daquela que serve de ícone. Este ícone, ou regra, se assim quisermos denominar, passa pela criação de dois muros que procuram enquadrar e delimitar um dos vértices do lote confrontantes com a

⁴⁴⁶ AGUIAR, José. 2002. Op.Cit. p.113

rua. Este muro serve apenas de arranque de alinhamento, colmatado, na extremidade paralela à rua, com uma caixa de infraestruturas (contadores), número de porta e caixa de correio, construída num material distinto do utilizado nos *casais agrícolas*, pretendendo destacar estes elementos e destacar a contemporaneidade da intervenção. Em suma, propomos implantar um muro em forma de “L” assumido como regra, definindo um arranque de muro comum a todos os lotes, podendo ou não ser prolongado com a mesma ou outra materialidade, mas dentro dos limites métricos definidos.

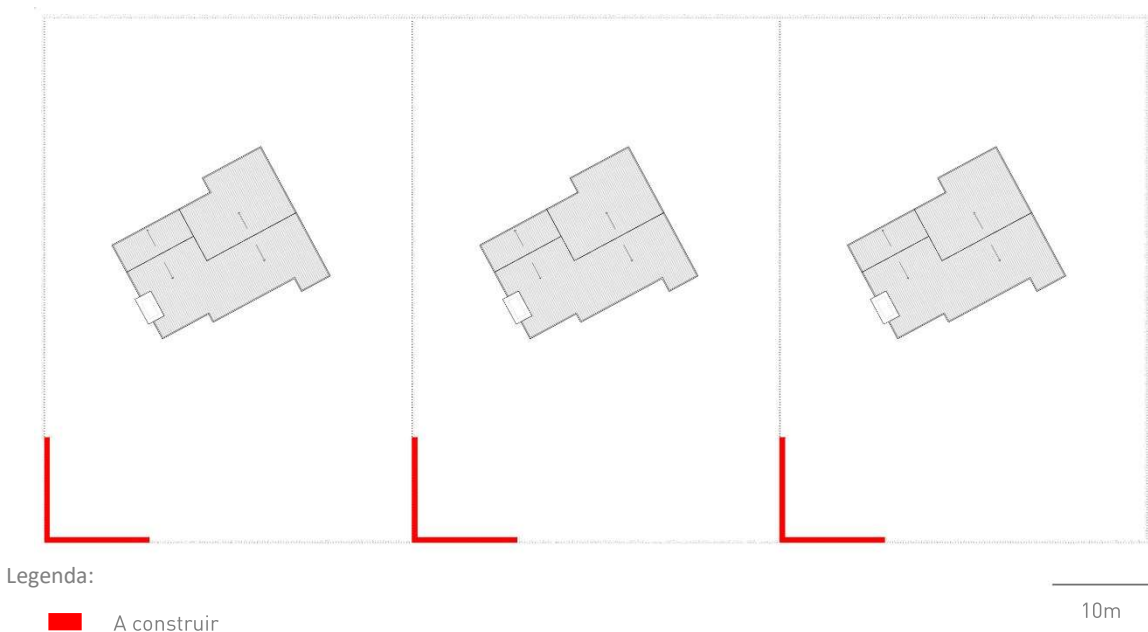


Figura 172 – Planta de hipótese propositiva de construção de muro tipo.

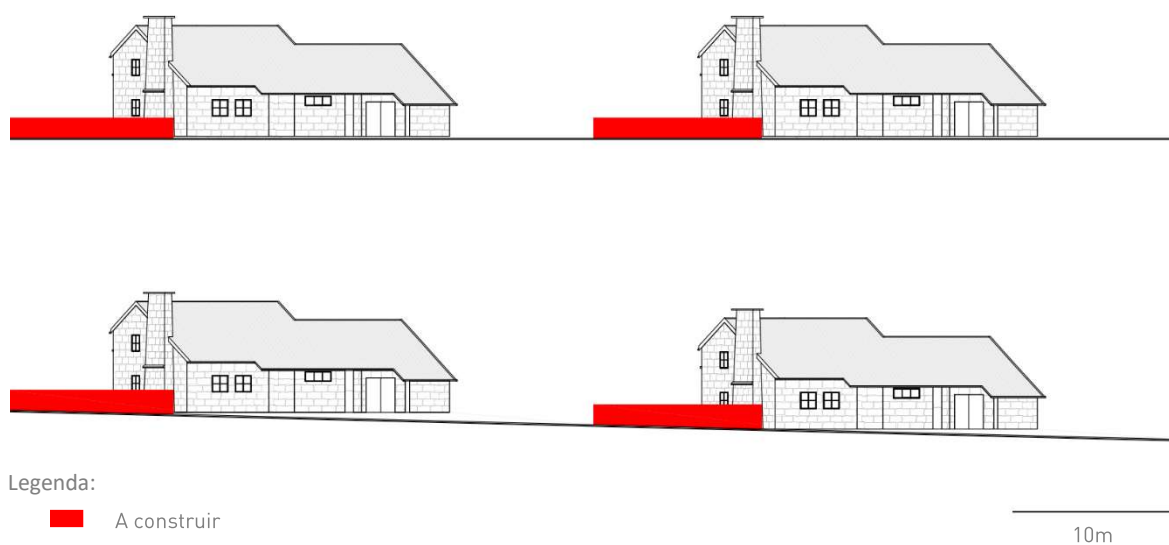


Figura 173 - Alçados de hipótese propositiva de construção de muro tipo.

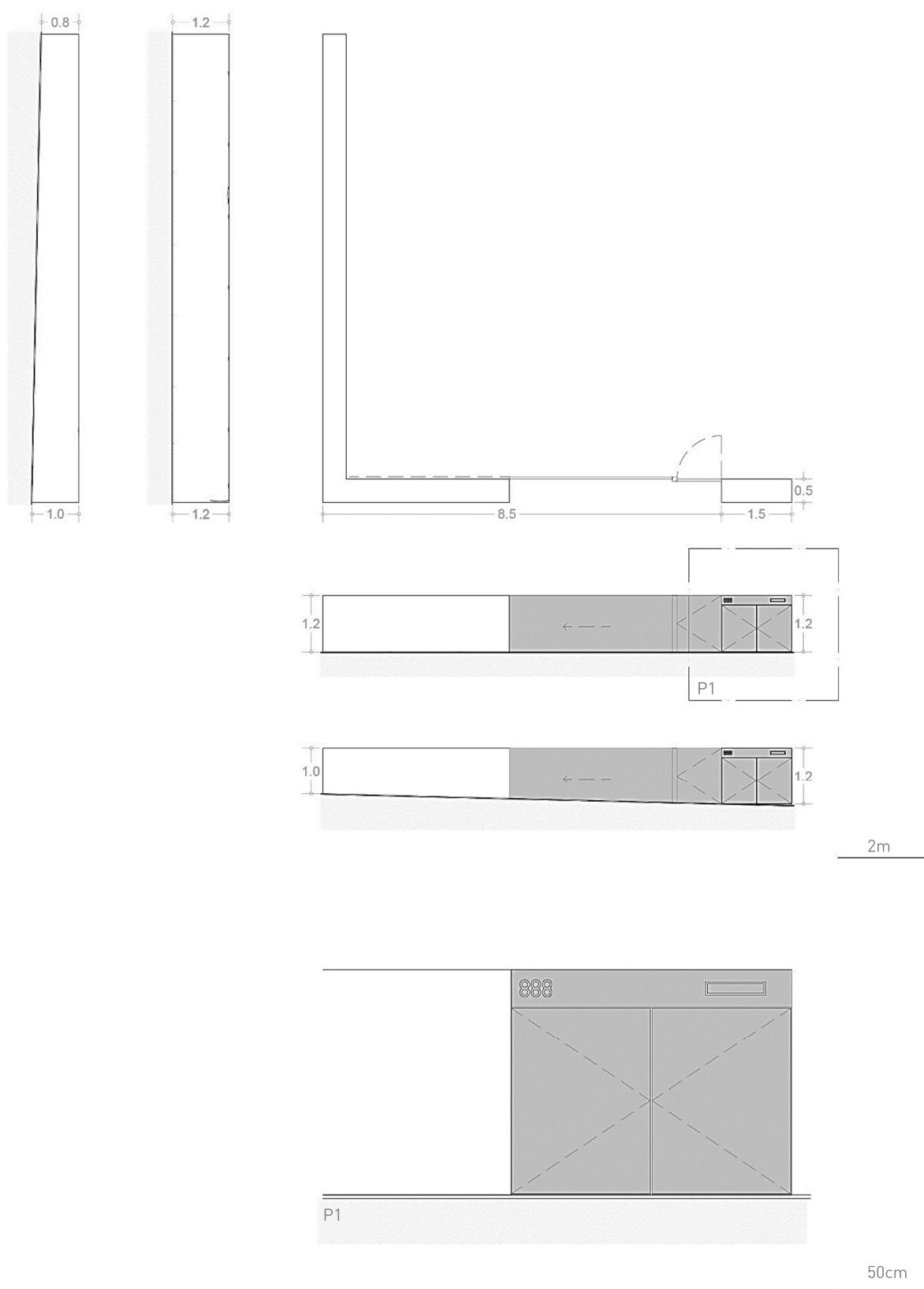


Figura 174 – Planta, alçado e pormenor da hipótese propositiva de construção de muro tipo no conjunto.

Obviamente que a construção de um muro tipo deve ainda ter em conta a legislação em vigor, bem como os planos e regulamentos da Câmara Municipal de Montalegre. Estes últimos, estão mais direcionados para uma análise de objectos arquitetónicos singulares o que, no caso das antigas colónias agrícolas da JCI, não favorece a valorização dos referidos conjuntos. Este aspeto também é verificado por AGUILERA, na sua análise aos núcleos de *El Chaparral*, *Cañatalba Alta* e *Carchuna*, construídos no âmbito do INC, em Espanha. De acordo com este autor, “*se os planos urbanísticos não contemplam como sendo importante a ordenação dessa imagem com todos os elementos que a compõe, limitando-se exclusivamente ao controlo de plantas, é de esperar que as decisões individuais façam perder a coerência e sentido do conjunto*”⁴⁴⁷. Neste sentido, entendemos que é fundamental que estes núcleos façam parte de um Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana, no âmbito da ARU e, consequentemente, ORU, a propor para cada um destes núcleos da antiga colónia do Barroso.



Figura 175 - Hipótese propositiva de construção de muro tipo em alçado não intervencionado.

Esta hipótese projetual prevê um troço ou uma parte de um muro, isto é, o arranque do mesmo, devidamente delineado e demarcado no território, numa clara estratégia de imposição de um ritmo e demarcação do lote. Evidentemente que este elemento, a que podemos chamar de muro, não permite a vedação integral do lote. No nosso entendimento, este elemento é suscetível de ser continuado e ajustado às diferentes topografias e estratégias de implantação

⁴⁴⁷ AGUILERA, Ana - *Transformaciones en tres poblados de colonización de la provincia de Granada: El Chaparral, Cañatalba Alta y Carchuna*. Revista de patrimonio e-rph [Em linha]. n.º 18 (2016). p.137. [Consultado em 30 de março de 2018]. Disponível na internet em: http://www.revistadepatrimonio.es/descarga.php?nombre_documento=revistas/numero18/estudiosgenerales/estudios/pdf/estudiosgeneralesestudios.pdf ISSN 1988-7213. Traduzido pelo autor a partir do original: “*si los planes urbanísticos no contemplan como importante la ordenación de esa imagen con todos los elementos que la componen, limitando exclusivamente el control al número de plantas, es de esperar que esas decisiones individuales hagan perder la coherencia y el sentido del conjunto*”

dos núcleos da Colónia Agrícola do Barroso. Desta forma, não só estaríamos a envolver a população numa estratégia de arquitectura evolutiva, como a fomentar a apropriação do espaço e a economia do projeto. Assim, propomos uma altura padrão de 120 cm (respeitante à altura de peitoril das janelas do piso do rés-do-chão), com liberdade de acertos até 20 cm, para eventuais desniveis do terreno. Desta forma, a altura máxima deverá ser 140 cm e a mínima 80 cm. Em terrenos fortemente desnivelados, sugere-se a interrupção e novo arranque. Relativamente à materialidade deste novo elemento, que assume a função de contribuir para a regra arquitectónica mais do que de vedação, é proposto o recurso ao betão aparente, assumindo a contemporaneidade e o tempo da arquitectura. No limite, propõe-se ainda a construção de uma caixa, que se sugere em material metálico, durável, para instalação dos contadores e outros equipamentos infraestruturais que possam ser ali posicionados. Ainda nesta proposta de caixa técnica de remate, com infraestruturas de recepção e leitura, propõe-se a instalação da caixa de correio e número de porta, uma vez que, nos dias de hoje, em algumas destas aldeias barrosãs se utilizam caixas de correio no local comunitário.

Caso o proprietário pretenda vedar todo o lote, sugere-se que siga as regras métricas impostas no arranque do muro-tipo, privilegiando o uso de materiais leves e sugerindo na medida do possível, a utilização de elementos naturais, como arbustos, sebes ou elementos de madeira.



Figura 176 - Hipótese propositiva de construção de muro tipo em Casais da Veiga.

Conforme referimos, este estudo propõe a aplicabilidade desta hipótese em dois núcleos, Aldeia de Montalegre – Casais da Veiga e o Lugar do Videiro. Dadas as formas orgânicas de algumas destas aldeias, e face ao rigor geométrico do muro-tipo proposto, este pode, nalgumas circunstâncias, destacar-se com vigor no território. Este destaque é premeditado e foi devidamente poderado, pois, caso contrário, seria pouco significativo na estratégia de criação de um elemento arquitectónico que se propõe impor um ritmo, ordenar e indiretamente limitar o lote.

A proposta de implantação dos novos muros em Casais da Veiga, revela, desde logo, as principais dificuldades da utilização deste tipo de objecto arquitectónico, sobretudo, para se quadunar aos lotes confrontantes com vedações curvilíneas, sejam elas justificadas pelo desnível do relevo ou pelas intersecções com caminhos e ruas. Neste caso, a nossa proposta mantém a mesma regra, utilizando sempre como referência o paralelismo em relação a um dos limites laterais do lote e a confrontação com a rua principal de acesso ao mesmo.

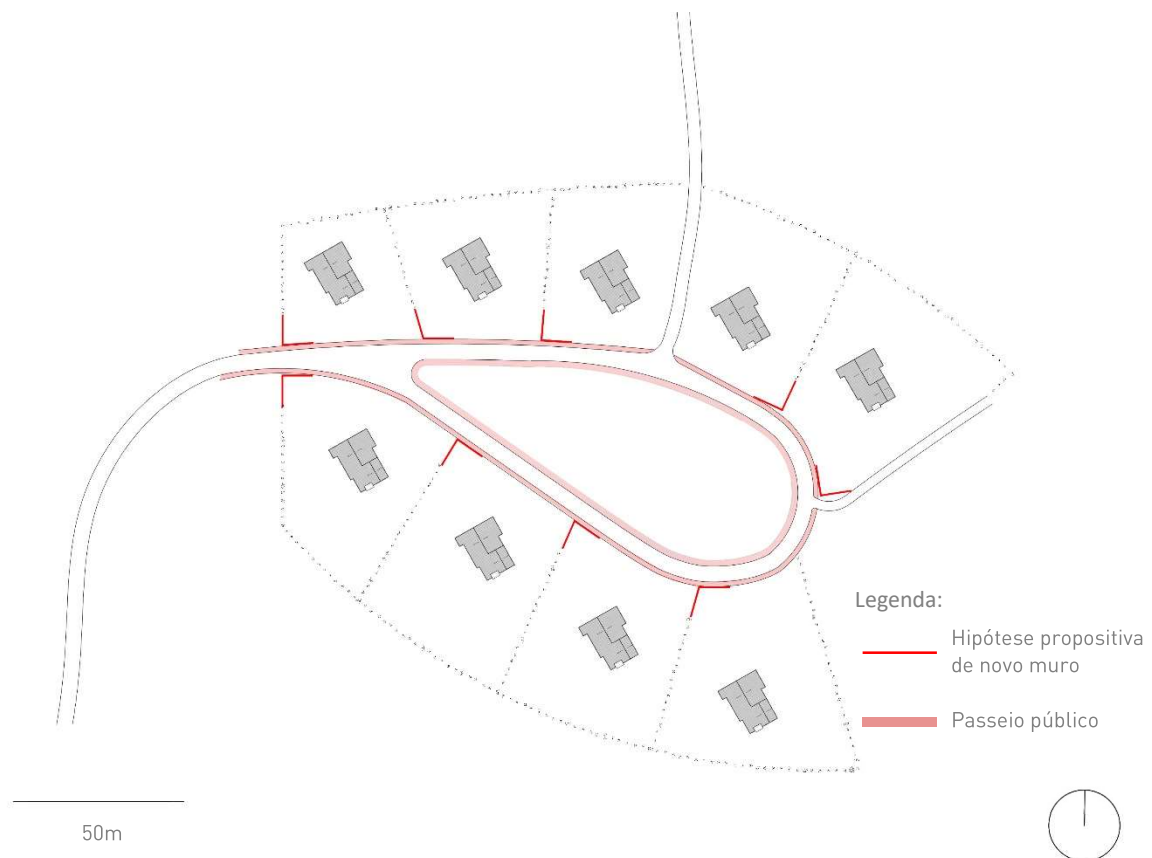


Figura 177 - Hipótese propositiva de construção de muro tipo no Lugar do Videiro.

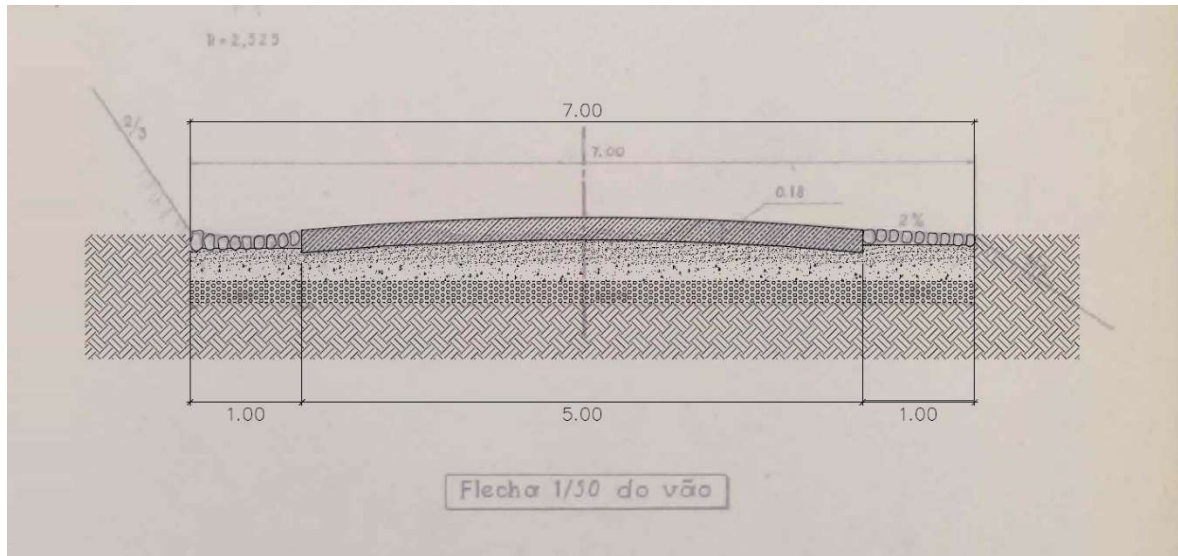
Julgamos que a aplicação desta vedação, a continuidade da volumetria do muro e o uso da mesma materialidade, constituem uma mais-valia para o conjunto. Todavia, reconhecemos que as transformações existentes e o estado de abandono de alguns *casais agrícolas*, pode dificultar a

aplicabilidade desta intenção projectual. É neste ponto que consideramos fundamental, para o sucesso deste trabalho, o contributo estatal, não só do ponto de vista económico, mas também na perspectiva política e pedagógica, de reconhecimento do valor arquitectónico destes conjuntos e consequente salvaguarda dos mesmos. Uma ação deste género, quando concertada com a população, como verificamos com a aplicação do *Método Rehabimed* em Lefkara, Chipre, contribui fortemente para a reposição do valor do conjunto.

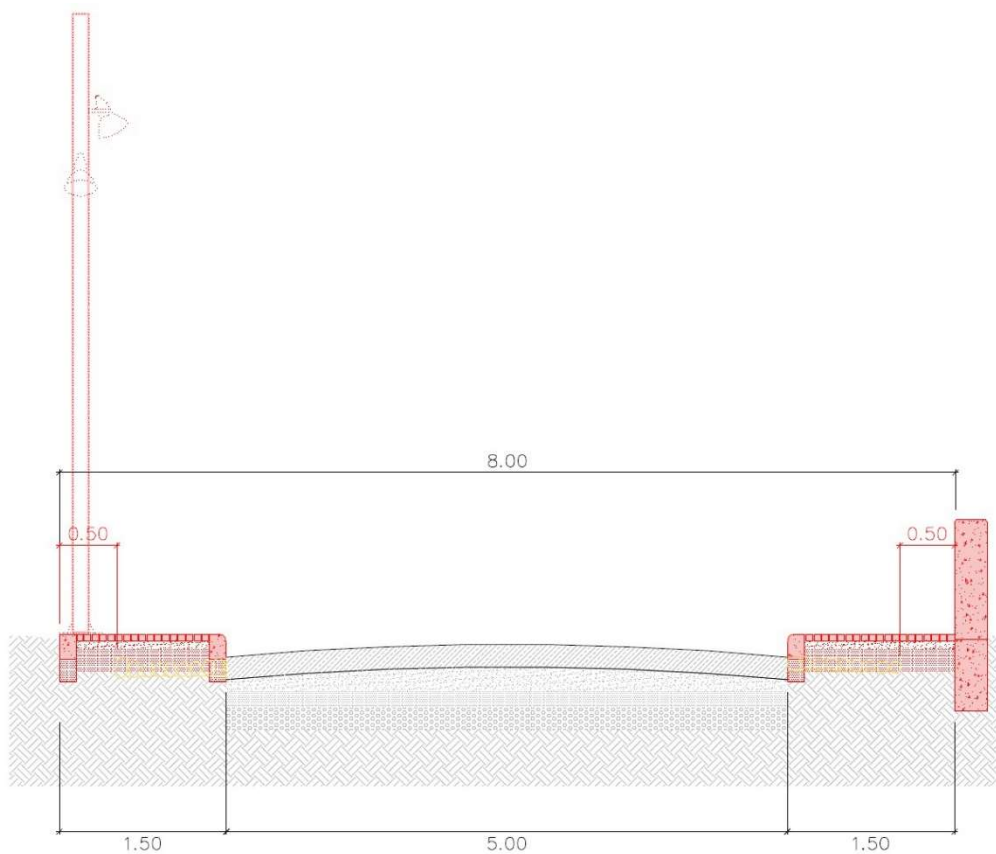
Juntamente com a definição de um elemento tipo de repetição, como o muro que se propõe, entendemos ser igualmente fundamental a construção de passeios, entre o espaço privado e o espaço público, no acesso aos *casais agrícolas*. Estes, além de garantirem maior salubridade e segurança para a circulação de pessoas e animais, vão conferir maior organização espacial e definição dos limites das propriedades. Características que, de certo modo, promovem a identidade do conjunto e enaltecem o novo muro/vedação que venha a ser executado.

Convém, no entanto, esclarecer, que a ausência de construção de passeios nos núcleos de Montalegre não se trata de uma inconformidade de projeto ou uma obra inacabada, uma vez que, em boa verdade, os mesmos não estavam previstos pela JCI aquando da criação destas aldeias, tal como comprova a fig.178, relativa à proposta de arruamento para a Colónia Agrícola do Barroso. Nos dias que correm, a definição destes elementos revela-se importante pelas razões indicadas, e por poderem ser fundamentais em eventuais estratégias de infraestruturação destes núcleos, como a colocação de iluminação pública, mobiliário urbano, passagem de redes de telecomunicações, etc. Ainda que saibamos que a construção dos passeios pode conferir uma excessiva imagem de urbanidade ao conjunto rural, entendemos que é incongruente passar o ónus da defesa do conjunto ao domínio privado, nomeadamente a salvaguarda da homogeneidade das construções habitacionais, sem considerar o espaço público como uma ferramenta capaz de fomentar a leitura integral e moderna que a JCI pretendia.

Relativamente ao perfil de rua proposto, este assume, praticamente, a secção desenhada pela JCI, que previa uma rua com a largura de 7 m, com uma faixa de rodagem com 5 m e 1 m para cada um dos lados, com enrocamento, de modo a facilitar o escoamento das águas. A nossa hipótese propostiva (fig.179), sugere, sempre que possível, um aumento da rua que passaria a ter 8 m, mantendo os 5 m de faixa de rodagem e aumentando 50 cm ao projeto original para cada uma das extremidades, de modo a dotar-las de zonas de circulação pedonal com 1,5 m, tornando o espaço mais inclusivo, na medida em que facilita o acesso a indivíduos com mobilidade reduzida.



1m



Legenda:

- A demolir
- A construir

1m

Figura 179 – Desenho do perfil de rua proposto para a Colônia Agrícola do Barroso.

Paralelamente à criação de um muro-tipo, a nossa hipótese propositiva procura dar resposta à problemática das ações de ampliação que os *casais agrícolas* têm vindo a sofrer. Se no primeiro momento de análise, verificamos uma ausência de proposta de vedação por parte da JCI, cuja construção, não obstante, não era proibida, no que diz respeito às ampliações, os documentos analisados não perspetivam qualquer possibilidade de ampliação, apenas a possibilidade de melhoramentos no edificado ou benfeitorias, como indica a Lei 2014 de 1946⁴⁴⁸. No entanto, embora a JCI e os regulamentos no âmbito das colónias agrícolas não abordem diretamente as ações de ampliação e transformação, o mesmo não significa uma ausência de regulamentação sobre este tipo de ação. Neste caso, aplica-se a legislação geral da República Portuguesa, bem como da legislação de cariz municipal, nomeadamente, o que está definido no Plano Diretor Municipal e restantes ferramentas da tutela deste concelho.



Figura 180 - Exemplo de *casal agrícola* na rua de Baixo, na Aldeia Nova do Barroso.

Ainda que incompleta, uma vez que não nos foi facultado o acesso ao interior de todos os edifícios, a análise do local permitiu constatar inúmeras transformações ao edificado com vista à sua ampliação. As razões destas ações surgem, sobretudo, da necessidade de aumentar a área do espaço de habitar em detrimento da área de trabalho agrícola, justificada pela desistência da sua prática por parte dos atuais residentes e/ou aumento do agregado. Casos há, ainda, em que o aumento da área habitacional remete as valências agrícolas para uma nova construção, anexa ao edifício principal. Recordamos que estes edifícios tinham sido projetados com a dupla função de habitar e servir de apoio à atividade agrícola, e as áreas estavam definidas, embora comunicantes dentro do mesmo volume.

⁴⁴⁸ Base III do Lei nº 2014 de 27 de maio de 1926 do Ministério da Agricultura. [Em Linha]. Diário do Governo: I Série, nº115 [Consultado a 10 de abril de 2020] Disponível em < <https://dre.pt/application/file/158320>>

Ainda com base nesta análise, foi possível apurar que, genericamente, se verificam três tipos de ampliação, as internas que propõem uma nova abordagem à organização do espaço interior, culminando, frequentemente, na ampliação do espaço de habitar, em detrimento da área agrícola. Dependendo das soluções arquitetónicas adotadas, esta tende a ser uma intervenção menos gravosa do ponto de vista da análise da identidade conjunto (fig. 181). Há também ampliações externas, através da adição de novas volumetrias contíguas a um dos alçados da casa (fig. 182). Por último, há também ampliações ambivalentes, externa e interna, cujo impacto no conjunto tende a ser mais descontrolado, no que diz respeito à ampliação da componente de uso agrícola, bem como da área habitacional.



Figura 181 - Exemplo das transformações na área habitacional num *casal agrícola* na Aldeia de Criande.



Figura 182 – Exemplo das transformações da área de trabalho num *casal agrícola* na Aldeia de Nova do Barroso.

Entendemos que uma hipótese propositiva relativa às ampliações nos *casais agrícolas* está condicionada a um conjunto de variáveis não mensuráveis ou suscetíveis de um projeto comum, pelo que, ao contrário do conceito de muro-tipo anteriormente explicado, não nos é possível propor uma arquitetura tipo para um programa desconhecido ou personalizado de acordo com as razões, vontades e necessidades dos seus proprietários. Todavia, é manifesta a necessidade de regular, através de legislação específica, que reflita sobre as razões da construção e a história destes edifícios, mas também sobre as dificuldades de readaptação, e consequente relação no conjunto em que se inserem, sob pena desta unidade se perder para um universo plural de adições arquitetónicas e soluções estéticas adotadas por cada proprietário. Para tal, e, não obstante existir o Plano Diretor Municipal de Montalegre e o Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização e outros regulamentos aplicáveis, entendemos que a nossa hipótese propositiva deve implicar o estabelecimento de hierarquias, regras volumétricas e limites máximos de manchas de ocupação. Não é nossa intenção criar barreiras à arquitetura, ou atentar contra a liberdade criativa e intelectual do arquiteto, mas impor os limites da ampliação, em prol do benefício do conjunto, tal como se verificou nos projetos anteriormente analisados, sobre a Recuperação do Conjunto

Arquitetónico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade, Brasil, e na metodologia do *Rehabimed* aplicada em Lefkara, Chipre.



Figura 183 - Casa Van Middelem-Dupont, Arquiteto Álvaro Siza Vieira.

Quando nos propomos abordar a questão da ampliação e adição arquitetónica num ambiente rural, é imprescindível abordar a casa Van Middelem-Dupont, da autoria do Arquiteto Álvaro Siza Vieira. Esta obra, embora não fazendo parte dos projetos de referência aqui estudados, pelo simples facto de não evidenciar um conceito de conjunto pensado à escala de rua, aldeia ou vila, como naqueles que abordamos, não deixa de ser um projeto revelador da forma como uma ampliação, no âmbito agrícola e rural, deve comungar com a preexistência. Importa também destacar a inigualável capacidade do arquiteto em desenhar um edifício contemporâneo, sem negligenciar a preexistência, mas antes respeitando-a, e procurando fundamentar-se nela para a construção do novo volume. Houve reinterpretação da escala, secção e proporção dos vãos na construção de um novo volume, que *“segue a mesma forma e dimensões dos edifícios anteriores, mas com o uso de materiais contemporâneos, sempre tentando fazer da construção uma continuação da paisagem circundante”*⁴⁴⁹. Embora o Arquiteto Álvaro Siza Vieira, não tenha tido os mesmos constrangimentos inerentes aos edifícios das colónias agrícolas, pois não tinha de se preocupar com o conjunto, certo é que teve a mestria de se regular e impor os seus próprios limites à forma e escala do edifício, num estreito diálogo entre o contemporâneo, o antigo e a paisagem.

⁴⁴⁹ AAVV – *Memoria de construcción arquitectónica 2010.12*. Zaragoza : Prensa de la Universidad de Zaragoza, 2013. p.23; Traduzido pelo autor a partir do original: *“sigue la misma forma y dimensiones que las construcciones precedentes, pero en cambio vemos como utiliza materiales contemporáneos, intentando siempre que la construcción sea una continuación del paisaje circundante”*

No caso da colónia agrícola de Montalegre, compreendemos as necessidades da ampliação, sempre articuladas com as funções originárias do edifício, isto é, ampliações justificadas com propósitos habitacionais ou agrícolas. No entanto, não podemos deixar de concordar, que a melhor estratégia de salvaguarda da identidade do conjunto, é sempre, e em última instância, a manutenção da integridade da forma original do *casal agrícola*. A razão diz-nos que, em termos práticos, tal solução se afigura improvável, na medida em que estes edifícios carecem, efetivamente, de área habitacional, e encontram-se pouco adaptados às novas dinâmicas e equipamentos agrícolas. Posto isto, é manifesto que urge regular as estratégias de ampliação deste tipo de edificado, não só com vista à resposta das necessidades daqueles que pretendem intervir no edificado, mas, sobretudo, porque cada nova ação transformativa não concertada numa perspetiva de conjunto, é, mesmo que de distinta qualidade arquitetónica, mais um contributo para a descaracterização do conjunto, e consequente perda dos últimos exemplares do *Projeto de Casal - Tipo do Barroso*.

Deste modo, propomos uma hipótese de ampliação, que hierarquiza uma estratégia de ação, assente em três linhas orientadoras. A primeira consiste em privilegiar ampliações internas, ou seja, a ampliação, na medida do possível, deve pautar-se pela reorganização interna, nomeadamente através daquela que aparenta ser a transformação mais popular, isto é, a ocupação da área agrícola a favor da área habitacional. Obviamente que tal medida pode determinar alterações nos alçados, como por exemplo, a abertura dos vãos existentes. No entanto, estas soluções, quando articuladas com elegância e em concordância com a escala, ritmo e proporção do existente, constituem, no nosso entender, soluções menos gravosas do que as adiante sugeridas. Ainda sobre este propósito, nos casos em que a atividade agrícola subsista, a ampliação da área habitacional em detrimento da área agrícola da casa deve determinar a construção de novos anexos agrícolas na imediação do lote, não devendo estes confrontar com o edifício principal, por razões de salubridade e higiene. Em segundo lugar, pretende-se possibilitar a ampliação externa, através da ampliação/adição de uma nova volumetria, circunscrita a um dos alçados, procurando manter o mesmo volume, proporção e respeito pelo desenho original. No entanto, sobre este aspeto, importa atentar que a proposta da JCI para o Barroso, é reveladora de um distinto interesse pela paisagem⁴⁵⁰, sobretudo, podemos verificar que o arquétipo desenvolvido é pensado e implantado sempre numa estreita relação com o território e as suas características naturais, como exposição solar, regimes dos ventos, etc. O módulo do *Projeto de Casal - Tipo do Barroso* não se encontra diretamente relacionado com a rua, ao contrário do que se verifica, por exemplo, na Colónia Agrícola de Pegões, Setúbal ou Colónia Agrícola de Vascões, Paredes de Coura, o que pode

⁴⁵⁰ COSTA, Ana. 2017. Dissertação de Mestrado. Op. Cit. p.106

determinar a ausência de um alçado “principal”, se assim o quisermos denominar. Tal facto não deixa, contudo, de permitir identificar dois alçados de maior nobreza, que dizem respeito aos alçados norte-nascente e alçado poente-norte, indicadores das influências de orientação modernas, sendo estas de maior dimensão, desenho arquitetónico e maior detalhe.

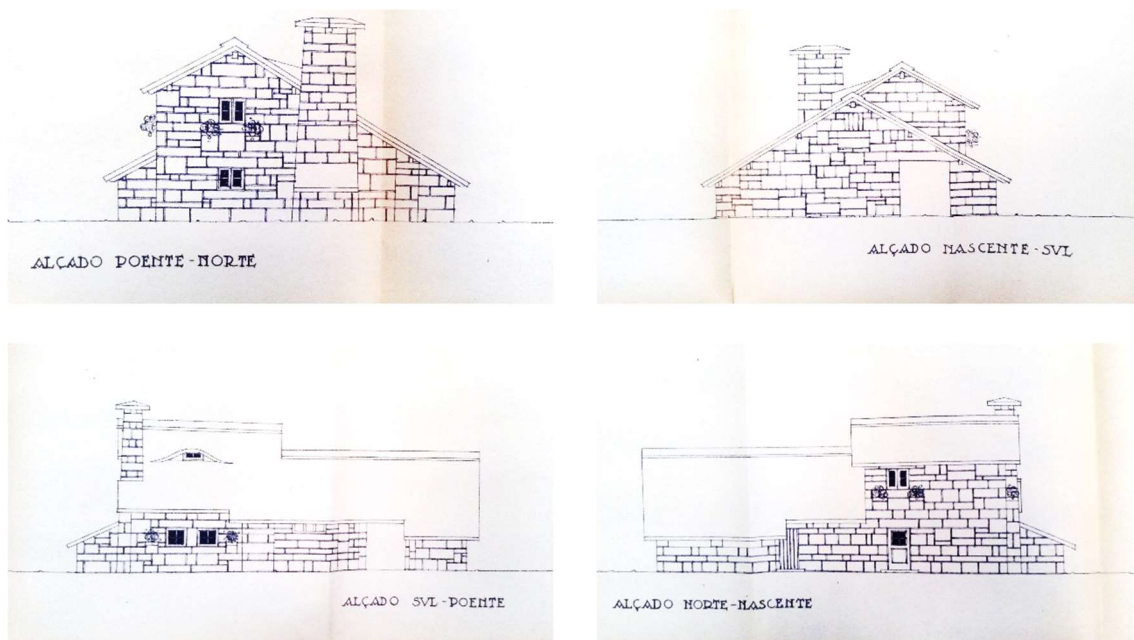


Figura 184 – Alçados do projeto de Casal Tipo para o Barroso.

Esta estreita relação com a paisagem e o meio, nomeadamente pela orientação solar e regime dos ventos, é indicadora das preocupações modernas em torno da funcionalidade e o conforto habitacional. Em contrapartida, verifica-se um certo despojamento da relação do edifício com a rua, o que, evidentemente, condiciona a construção de um plano marginal comum.

Por outro lado, esta aparente inexistência de um alçado “principal”, pode justificar o descontrolo ou versatilidade de soluções de ampliação adotadas ao longo dos tempos, sempre fundamentadas numa estratégia funcional e de necessidade espacial, sem perspetivarem particular cuidado com o conjunto. Este facto pode ser revelador do desconhecimento do potencial arquitetónico do conjunto, conforme já referimos, mas também porque estes edifícios não são pensados propriamente como uma “casa”, nem tão pouco como uma habitação social, mas antes, como uma espécie de equipamento, do qual o colono, as máquinas, os animais, a casa, o estábulo, etc., fazem parte do conceito de *casal agrícola*. Esta característica, funcional e essencialista, mas também moderna e, simultaneamente, atenta aos fatores geográficos locais, pode ter conduzido a uma ausência do sentido de pertença sobre o edificado, agravada pelo facto de muitos dos colonos serem naturais de outros concelhos, muitas vezes, desconhecedores das raízes transmontanas e da

dureza climatérica da região, cujo interesse pela fixação no território pode ter esmorecido. Por outras palavras, esta ausência de pertença ao local, à casa que não é lar, pode ter acelerado o desinteresse pelo edificado, assumindo-o, tal como pensado pelos arquitetos e técnicos da JCI, como um equipamento que deve, de forma ergonómica, adaptar-se ao homem contemporâneo, e onde a razão estética, apesar de condicionada a uma ideologia de regime, é ajustada aos princípios higienistas e de salubridade do espaço.

Por esta razão, e mais uma vez numa perspectiva de análise hierarquizante, entendemos que a adoção de medidas de ampliação externa, como denominamos, deve estar circunscrita ao alçado nascente (fig.184), não só por convergir com a área agrícola da casa, mais suscetível à transformação, mas, sobretudo, pelo seu carácter mais simplista e de menor riqueza arquitetónica, quando comparado com os restantes alçados. Todavia, esta medida não deve potenciar ações transformativas desconexas, ou conferir maior grau de liberdade com soluções que comprometam o conjunto. Importa, sobretudo, compreender que as ações de ampliação devem ser concertadas e circunscritas a um único alçado, criando, deste modo, uma regra repetível no conjunto dos núcleos em análise.

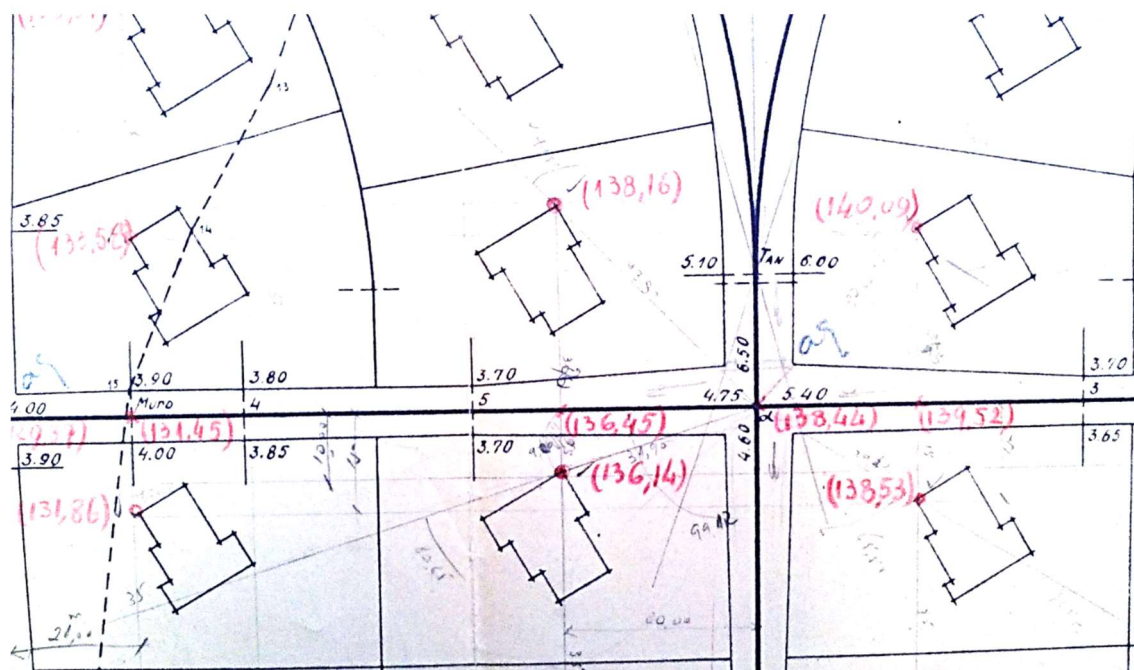


Figura 185 – Diferenças nas estratégias de implantação e orientação do módulo face às ruas que os servem.

Ainda no que diz respeito à ampliação sobre este alçado, esta deve ser regulada em quatro aspetos fulcrais: a área ou mancha de implantação da adição; a cércea; a forma; e a materialidade.



Legenda:

 Ampliação

5m

Figura 186 – Proposta de ampliação a incidir no alçado sul-nascente do Projeto de Tipo do Barroso.

Relativamente à área de ampliação, entendemos que, ao contrário da reorganização interna, onde o edifício dispõe, de facto, de uma área agrícola que, quando não usada para tal propósito, pode potencializar transformações para fins habitacionais, o mesmo não se pode perspetivar no que diz respeito às ampliações para o exterior da casa. Por outras palavras, estamos conscientes de que o módulo do *Projeto de Casal - Tipo do Barroso* foi pensado e desenhado com um propósito muito bem definido e materializado do ponto de vista arquitetónico, pelo que apresenta pouca flexibilidade para ampliações externas. Na verdade, tendo em conta a forma dos telhados, secção do edifício e composição dos alçados, podemos considerar que estamos perante um edifício resultado de um projeto que não parece ter sido desenhado numa perspetiva evolutiva.

Esta característica, não deve, contudo, impedir a ampliação externa. Esta pode ter lugar desde que devidamente justificada e assente no conhecimento arquitetónico da preexistência. No entanto, e tratando-se de uma ampliação que resulta de uma maior necessidade de espaço e não de uma nova construção, alheia à preexistência, esta está intrinsecamente limitada às razões físicas e espaciais do lote, mas também, e sobretudo, à notoriedade, escala e função do antigo edifício. Por outras palavras, os limites físicos da ampliação não devem ser regulados pela capacidade construtiva do lote, mas sobretudo pautados pela salvaguarda do interesse arquitetónico da preexistência, devendo, para tal, ser garantida maior predominância em termos de área e volume ao edifício antigo. De outro modo, incorre-se no risco da descaracterização do módulo do *Projeto de Casal - Tipo do Barroso*, ao ponto em que este parecer um apêndice da nova construção.

Assim, entendemos que o edifício original não deve comportar ampliações numa área superior a 40% da mancha do existente. Por outras palavras, não deve superar os 75 m² de implantação e um piso acima da cota de soleira, garantindo, desta forma, maior representatividade para a preexistência. Neste sentido, entendemos que a definição de um plano de pormenor ou regulamentação específica para esta área demarcada, desde logo, com recurso à criação de ARU's, pode ser uma mais-valia, no que concerne à salvaguarda identitária destes conjuntos.

Analisando volumetricamente, esta mancha de implantação deve, ainda, ter em conta o respeito arquitetónico pela secção deste mesmo alçado, devendo, portanto, estar condicionada à cêrcea máxima e forma das águas dos telhados, como se verifica, por exemplo, no projeto anteriormente referido do Arquiteto Álvaro Siza Vieira, da Casa Van Middelhem-Dupon. Evidentemente que a imposição de tal condicionante determina que a máxima área útil de aproveitamento interior desta ampliação é circunscrita, praticamente, ao nível do rés-do-chão.

Em momento algum é aqui referida a questão da materialidade da composição do novo objeto arquitetónico. De facto, entendemos que cabe ao arquiteto, dotado de conhecimentos de composição arquitetónica, criar a concordância com preexistência e o diálogo com a paisagem.

Entendemos ainda que não devemos impor a reprodução do mesmo desenho e materiais de composição para a ampliação. Pelo contrário, consideramos que qualquer ampliação arquitetónica deve assumir o seu tempo, não se alheando da preexistência, mas registando a contemporaneidade da ação e, desta forma, respeitando o tempo da arquitetura. Como escreveu ZEVI, “[e]m arquitetura (...) existe o mesmo elemento «tempo», ou melhor esse elemento é indispensável à atividade de construção”⁴⁵¹. Por outras palavras, cabe ao arquiteto propor a ampliação sem camuflar a sua ação arquitetónica, distanciando-a no tempo, que tende a ditar uma proposta distinta do edifício antigo. O objetivo é registar os diferentes momentos da arquitetura, como demonstram os Arquitetos Álvaro Siza Vieira e Helena Albuquerque, no Plano de recuperação e transformação da Cidade Velha, Cabo Verde, analisado no Capítulo IV deste documento.

Seguindo o mesmo princípio, apresentamos um potencial resultado de mancha de ocupação do solo, devidamente regulada e similar ao universo das aldeias do módulo do *Projeto de Casal - Tipo do Barroso*, usando os mesmos campos de aplicabilidade, para o Lugar do Vidoeiro ou Aldeia de Montalegre – Casais da Veiga. Tanto na solução mais urbana, da Aldeia de Montalegre, como no lugar mais rural do Vidoeiro, é evidente que uma ampliação sujeita ao mesmo alçado determinará diferentes perfis de rua, pela simples razão do módulo se guiar pelas condicionantes físicas e naturais do território e não pelo perfil de rua.

Por outras palavras, e de acordo com a implantação de cada módulo, cabe ao arquiteto resolver a relação deste com a rua, na medida em que, nalguns casos, este terá especial protagonismo. A implantação aqui proposta para o Lugar do Vidoeiro (fig.187*) e para a Aldeia de Montalegre ou Casais da Veiga (Fig. 188*) demonstra que o facto de o edifício se implantar no centro do lote, alheio às razões da rua, e devidamente afastado dos limites de cada um dos lotes, permite maior liberdade criativa no desenho arquitetónico e ausência de condicionamentos físicos.

Paralelamente às ampliações, existe a problemática das novas construções e obras de escassa relevância urbanística, como anexos e telheiros, isto é, edificações alheias ao projeto original, muitas das quais erguidas isoladamente no mesmo lote do *casal agrícola*. As justificações para a construção destes novos volumes são múltiplas. Para as apurar com rigor e detalhe teríamos de visitar o interior de todos os lotes. Apesar de não ter sido possível tal averiguação, podemos constatar que grande parte destes novos volumes correspondem a garagens, infraestruturas de apoio agrícola e, pontualmente, edificações com fins habitacionais.

⁴⁵¹ZEVI, Bruno. 1996. Op. Cit. p. 23



Figura 187 - Hipótese propositiva com construção muro tipo e ampliação do módulo em Casais da Veiga.

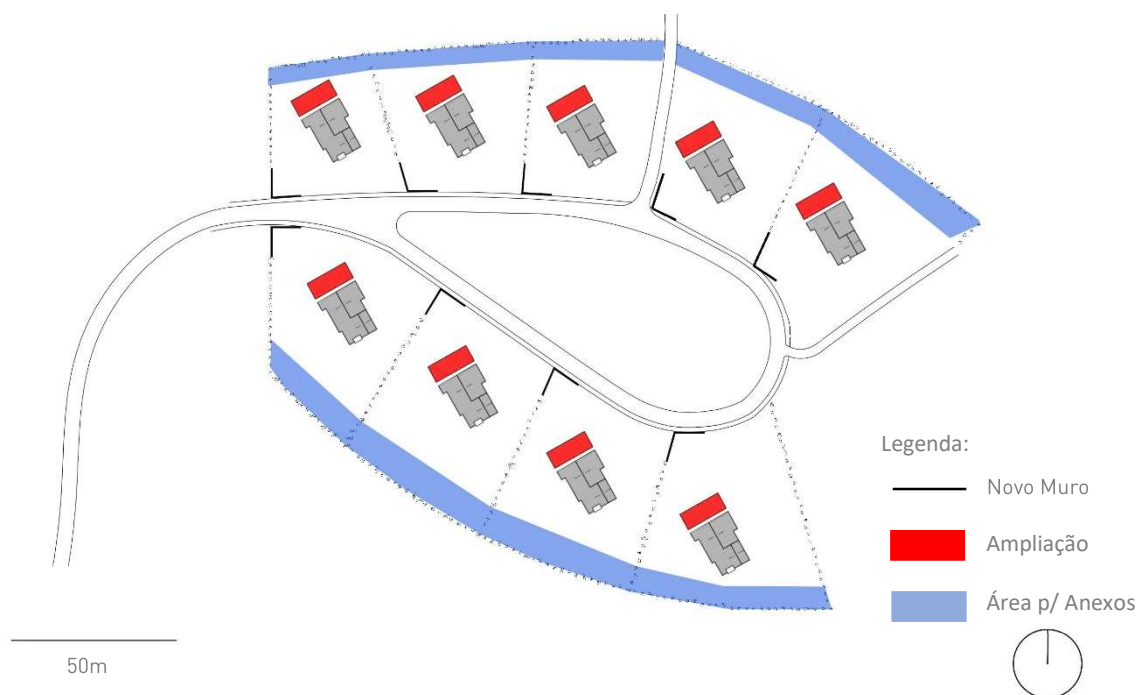


Figura 188 - Hipótese propositiva com construção muro tipo e ampliação do módulo no Lugar do Vidoeiro.

Não nos compete, no âmbito deste trabalho, avaliar a estética das novas construções. Cabe, contudo, verificar que qualquer nova construção no interior do lote deve ser evitada, na medida em que contribui para a perda da identidade do conjunto. Portanto, ainda que o PDMM classifique como Solo Urbano – Espaços Residenciais ⁴⁵² (ver anexo 2 a 11) e as áreas dos lotes sejam generosas, entendemos que não deve haver lugar a novas edificações suscetíveis de utilização independente, sobretudo com propósitos comerciais e/ou habitacionais. Mais ainda, é benéfica para o conjunto a reposição dos valores originais, sobretudo nos aldeamentos onde se verificam situações de subdivisão do lote e, consequentemente, diferentes limites de propriedade.

Por outro lado, embora alguns destes núcleos se tenham tornado uma nova centralidade, com novos residentes, é arquitetonicamente proveitoso prever o alargamento do solo urbano ou autorizar a construção em terrenos contíguos aos da antiga colónia, invés da construção no núcleo original proposto pela JCI. A possibilidade de construção para fins habitacionais e agrícolas em terrenos contíguos à colónia, além de obrigar a revisões do PDMM, deve, igualmente, ter em conta um plano de pormenor, fundamentado no desenho urbano do núcleo, que potencie a nova construção, devidamente ordenada e ritmada, de acordo com o traçado da antiga colónia. Mais, seria profícuo compatibilizar os índices de edificabilidade, de modo a servirem de instrumento de controlo, em prol da manutenção da proporção e ocupação anteriormente idealizada pela JCI.

⁴⁵² Plano Diretor Municipal de Montalegre, *Diário da República*, 2.ª série — N.º 180 — 18 de setembro de 2013

Obviamente que uma estratégia de extensão do núcleo só deve surtir efeito nos aldeamentos onde, além do potencial interesse imobiliário, se verifique um desenho capaz de abarcar tais soluções, sem condenar as raízes dos princípios de “aldeia-jardim”. Neste caso, dos cinco núcleos em análise, os lugares do Vidoeiro e de São Mateus, pela sua escala, forma de *cul-de-sac* e pelas raízes do seu isolamento, pensados numa estratégia de pequenos lugares satélites de outras aldeias, não reúnem, em nossa opinião, condições de alargamento da área de construção na envolvente ao núcleo, para os fins anteriormente referidos.

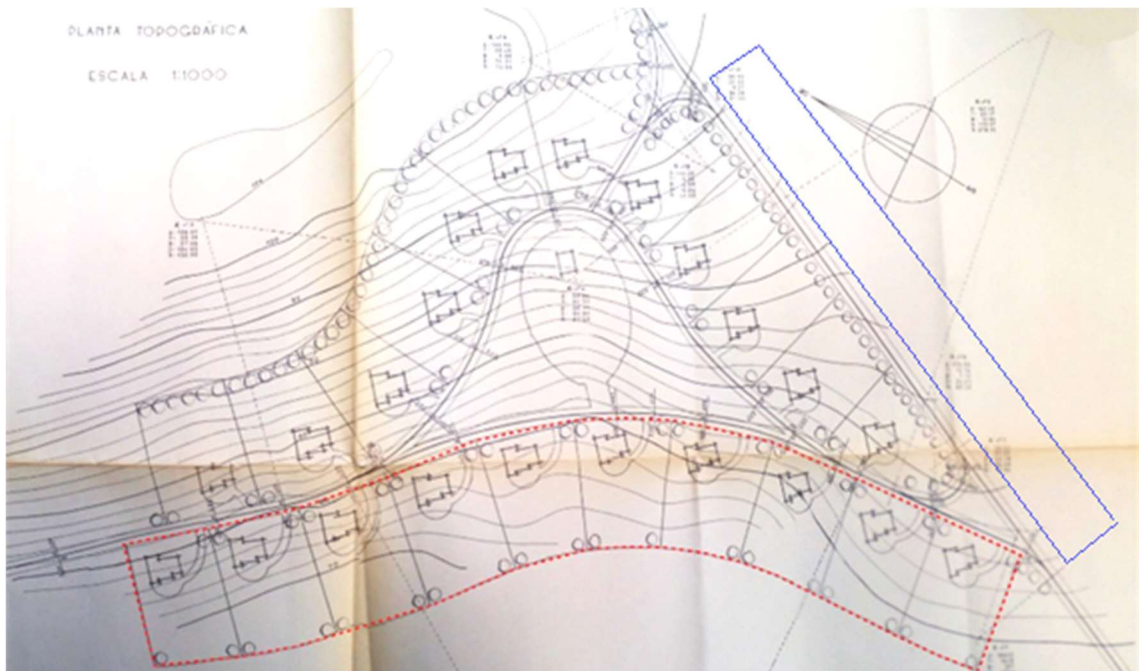


Figura 189 - Projeto original da Aldeia de Montalegre, 1946. Em destaque a vermelho a proposta de implantação não realizada; a azul o local utilizado para implantação das edificações suprimidas.

Com base neste raciocínio, o último ponto de análise propositiva tem apenas em consideração a Aldeia de Montalegre, uma vez que, à semelhança do que referimos, não entendemos que se encontrem reunidas as condições urbanísticas que possibilitem novas edificações na envolvente do núcleo do Vidoeiro, sem que estas condicionem a imagem do conjunto idealizado pela JCI. Já no que diz respeito à Aldeia de Montalegre, dada a sua proximidade com a sede do concelho, ordenamento viário, reduzido número de habitações desocupadas, e o desenho original proposto pela JCI, julgamos que a adição de construções em terrenos confrontantes com o núcleo da antiga colónia pode fomentar a identidade do conjunto, desde que respeite o desenho, escala, ritmo e proporção da solução original.

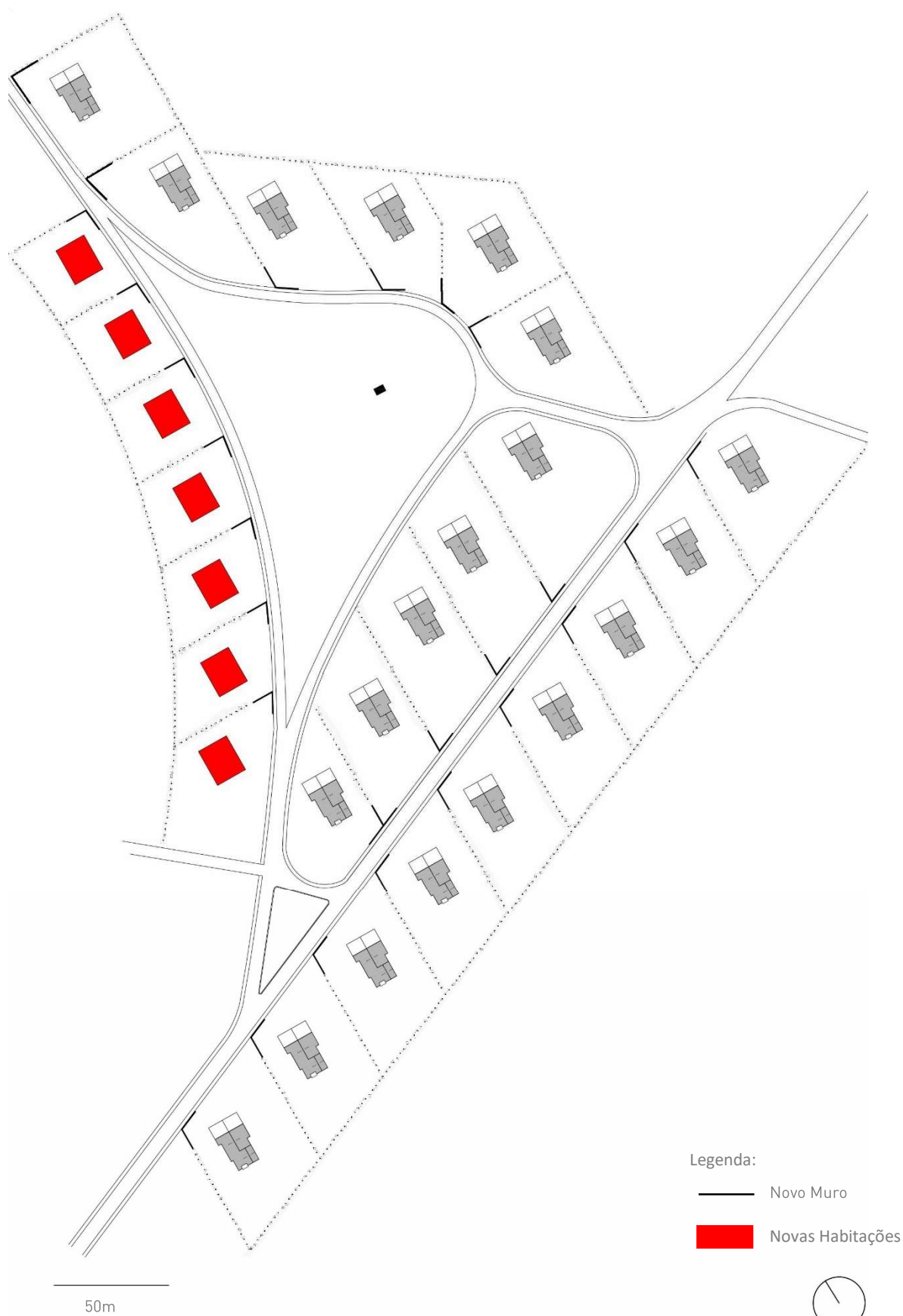


Figura 190 - Hipótese propositiva com construção de muro tipo, ampliação do módulo e mancha de implantação em terreno contíguo ao núcleo da antiga colónia, em Casais da Veiga.

Conforme verificado no tópico 5.2, é possível constatar diferenças entre o desenho original e a obra realizada nalguns destes núcleos, e a Aldeia de Montalegre não é exceção. De acordo com a análise das propostas iniciais, foi possível apurar que estava prevista a construção de dez casas no limite sudoeste da referida aldeia, algo que nunca se realizou. Em contrapartida, foram erguidas nove casas no limite sudeste, no alinhamento da estrada Braga – Chaves (fig.189). Com base neste desenho, e admitindo os princípios de cidade-jardim, que pautam este trabalho, podemos admitir que a construção no limite sudoeste, atualmente classificado como Solo Rural – Espaços Agrícolas de Produção, de acordo com o PDMM* em vigor (ver anexo 5), seria, não só uma mais-valia enquanto tentativa de reescrever a história, transpondo para o terreno a iniciativa original, mas também enquanto unidade de conjunto, uma vez que fomenta a leitura de uma aldeia devidamente organizada em torno de um largo central, equivalente a uma praça, mas em meio rural. Esta interpretação, que entendemos ter sido seguida pela JCI neste projeto, fundamenta-se, desde logo, nos princípios do conceito de cidade-jardim e na leitura dos conjuntos que antecedem este núcleo, como é exemplo o lugar do Videeiro e o lugar de São Mateus, em que tal organização se verifica.

Efetivamente, esta aldeia em particular, demonstra que as alterações ao projeto inicial resultam num agravamento do conjunto e do próprio conceito de *aldeia-jardim*. Se analisarmos com detalhe, entendemos que, embora o largo tenha sido realizado, este não cumpre a função organizacional para a qual foi projetado, na medida em que perdeu a sua centralidade e capacidade de distribuição. De acordo com o projeto original, é a partir deste largo que se deviam fazer os acessos a todos os *casais agrícolas*, o que na verdade não se verificou, uma vez que a construção das casas no alinhamento da estrada Braga-Chaves, permitiu que o acesso à maioria dos lotes seja feito através desse eixo viário, negligenciando a praça inicialmente projetada pela JCI. Assim, a autorização para construção no limite sudoeste deste núcleo devolve a originalidade do projeto, na medida em que iria servir um maior número de casas e, sobretudo, “encerrar” o próprio largo que, hoje em dia, parece, de alguma forma, fora de escala e inacabado (fig.191).



Figura 191 – Vazio urbano na Aldeia de Montalegre – Casais da Veiga.

Importa ainda ter em conta que estamos num ambiente rural, próximo da sede do concelho, onde um excessivo desenho destes vazios pode contrariar as raízes do local e do próprio

conceito das colónias agrícolas. Aliás, sobre outro contexto, BANDEIRA referiu que “*depois de um ano da obra concluída lá estão os passeios sem fluxo de peões a ganhar ervas (...) eventualmente podemos falar de «uma condição urbana» na imagem idealizada do peão*”⁴⁵³. Esta constatação é, de igual modo, expectável nestes núcleos quando expostos a uma excessiva tendência de desenho arquitetónico, ou seja, é essencial o equilíbrio entre aquilo que deve ser desenhado, por razões de organização e funcionalidade, e tudo o resto que, pela falta de desenho, deve ser deixado à mercê do seu uso natural. Esta opção de não querer desenhar tudo, deve ser entendida como um grande contributo arquitetónico. Julgamos que o arranjo paisagístico do largo é essencial, como se verifica noutros núcleos, assim como potenciá-lo com outros equipamentos de uso coletivo que se afigurem necessários, pontuais, sem impor um desenho de cariz urbano.

Relativamente à temática central das novas construções, importa referir que, além das anteriormente analisadas, de maior impacto e potencializadoras da subdivisão, existem outras de menor dimensão e escassa relevância urbanística, que normalmente escapam ao controlo prévio, como telheiros, estufas, cozinhas regionais, alpendres para equipamentos ou lenha, entre outras, que não promovem a identidade do conjunto, mas também não atentam contra ele de forma, desde que enquadráveis como construções isentas de controlo prévio ao abrigo da legislação em vigor, e o recente Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Montalegre (RMUEM). Por esta razão, julgamos que este tipo de edificações já se encontra devidamente regulado, no que concerne ao volume, função e área (não superiores a 50m² ⁴⁵⁴). Todavia, ainda que de menor relevância urbanística, estas construções tendem a ameaçar a identidade do conjunto, pelo que devem ser implantadas no tardoz do lote, conforme prevê a fig. 187 e 188.



Figura 192 – Exemplo de edifícios anexos construídos no lote.

Certo é que muitos destes elementos anexos (fig.192), pela sua escala e função, nem sempre são enquadráveis como isentos de controlo prévio. Sobre este tipo de construções,

⁴⁵³ BANDEIRA, Pedro. *Vale do Ave – The Disappearing City*. in *Progetto e Territorio La Via Portoghuese*. PELUCCA, Bruno. Firenze: Alinea Editrice, 2010. p. 62

⁴⁵⁴ Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Montalegre, *Diário da República*, 2.ª série — N.º 222 — 19 de novembro de 2018

entendemos que devem ser restringidas. É evidente que muitas das novas construções, ampliações e muros, que foram sendo construídos, face à ausência de um plano estratégica de salvaguarda do conjunto, introduziram diferentes volumetrias e materialidades. Sobre estes, embora a reposição do valor arquitetónico e urbanístico fosse, na perspetiva da identidade de conjunto, a melhor solução, entendemos que tal ação, além do investimento e constrangimento, iria demover futuras intervenções no edificado, condicionar o mercado imobiliário destas construções e potenciar o abandono. Por esta razão, entendemos essencial investir na promoção cultural e turística destes núcleos, difundindo o seu valor arquitetónico perante aqueles que lá habitam e visitam, tal como sugere o projeto piloto de Lefkara. Envolver a população num projeto de benfeitorias nestes espaços, implica cultivar um sentido de pertença sobre estes lugares.

Existem outros projetos, como a Colónia Agrícola da Boalhosa em Vascões, Paredes de Coura, que são, de igual modo, excelentes contributos para a promoção e salvaguarda do edificado, não só através da referida criação de uma ARU, mas também aproveitando a proximidade da colónia para a construção de equipamentos públicos, iminentemente ligados ao meio rural, como o Centro de Educação e Interpretação Ambiental da Paisagem Protegida do Corno do Bico (fig.193) na envolvente da antiga colónia agrícola. No universo das colónias agrícolas portuguesas, a estratégia usada pelo município de Paredes de Coura na sua colónia agrícola constitui, no nosso entender, um dos melhores exemplos de reconhecimento e valorização arquitetónica deste tipo de conjuntos singulares da arquitetura portuguesa. O nosso trabalho pretende, de igual modo, homenagear estas construções, acreditando que, à semelhança do exemplo bem-sucedido de Vascões, Paredes de Coura, também os exemplares do Barroso possam vir a auferir do mesmo reconhecimento coletivo, que potencie a sua salvaguarda.



Figura 193 - Centro de Educação e Interpretação Ambiental da Paisagem Protegida do Corno do Bico. Projeto de Atelier da Bouça. Fotografia da autoria de Arménio Teixeira.

CONCLUSÃO

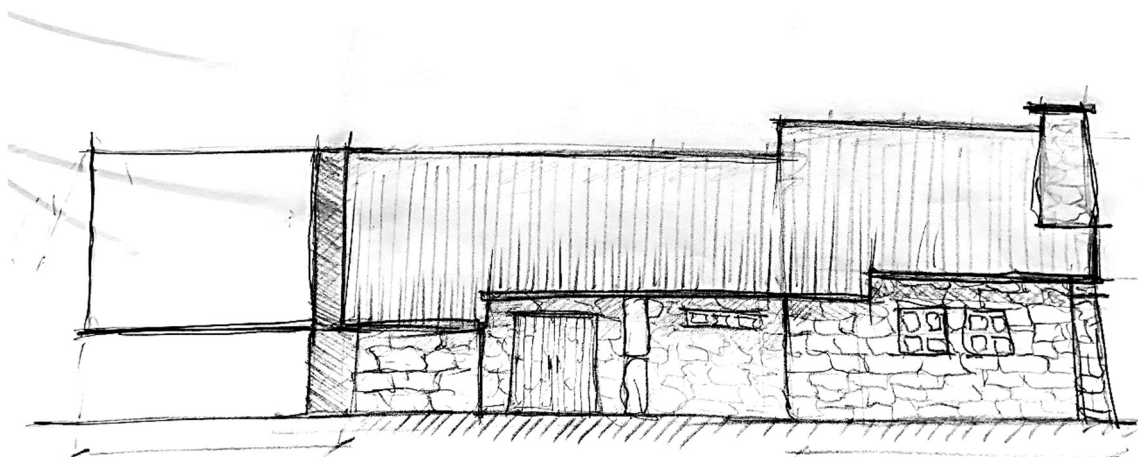


Figura 194 – Esquízo exemplificativo da hipótese propositiva de ampliação.

A colónia agrícola do Barroso, também apelidada de «*aldeias-jardins*»⁴⁵⁵ de Montalegre, por RAPAZOTE, não tendo sido um projeto pioneiro desta natureza, foi uma iniciativa arquitetónica e social inovadora e galvanizadora da modernização do meio rural, nomeadamente, no que concerne ao espaço de habitar, aos sistemas de cultivo, à criação de animais, e à organização do território. Uma iniciativa particularmente relevante em locais como o planalto barrosão, onde a dureza climatérica e a geografia do território favorecem o isolamento e torna especialmente difícil alterações e melhoramentos socio-civilizacionais.

Apesar disso, este foi considerado, por muitos, um projeto mal-amado para a região, sobretudo pelos utilizadores do território baldio e antigos proprietários de terrenos objeto de expropriação. Como refere GUERREIRO, “*o estigma do colono que «ocupou» os baldios do povo ainda persiste entre as comunidades vizinhas das colónias, em especial no Barroso*”⁴⁵⁶.

Estas aldeias ficarão historicamente associadas a um projeto mandado construir durante e pelo Estado Novo, com um desenho arquitetónico alicerçado no conceito da habitação rural da região⁴⁵⁷. Procuramos com este trabalho pôr em evidência a sua função, natureza e características, demonstrando que o projeto-tipo utilizado em Montalegre se constitui como um objeto de trabalho de investigação da JCI, com o propósito de reinterpretar e, em certa medida, redesenhar a casa de lavoura da região, mas também introduzir novos propósitos comunitários e usos para a mesma. No entanto, não podemos deixar de referir que alguns destes novos lugares se tenham tornado “distantes” ou, por outras palavras, uma espécie de corpo estranho no território em que se inseriram, parecendo, por vezes, incapazes de se alinhavarem com os hábitos, cultura e costumes transmontanos, nomeadamente no que diz respeito à relação do espaço de habitar com os animais, à tradição do fumeiro, aos espaços comuns e de partilha local, como o caminho público atarracado e sinuoso, o forno comunitário, etc. Por outras palavras, esta nova arquitetura, caracterizada pela arte da repetição do módulo do *casal agrícola*, pela sintetização dos lotes, desenho rigoroso e amplo dos perfis de rua, parece não ter fomentado um forte sentimento de pertença, evidenciada na desertificação dalguns destes lugares.

Não obstante as suas fragilidades arquitetónicas, sociais, económicas e até históricas, as colónias agrícolas analisadas no âmbito do presente estudo, em especial a antiga Colónia Agrícola do Barroso, não deixam de ser um projeto excecional. É possível, nos dias de hoje, recolher ensinamentos sobre o planeamento rural, sustentabilidade, desertificação do interior, temas atuais, cuja disciplina da arquitetura isoladamente, não será capaz de responder na sua plenitude.

⁴⁵⁵ RAPAZOTE, João. 2012. Op. Cit. p. 220

⁴⁵⁶ GUERREIRO, Filipa, 2018. Op. Cit. p. 191

⁴⁵⁷ GUERREIRO, Filipa, 2018. Op. Cit. p. 171

De acordo com GUERREIRO, “[n]estas intervenções, de âmbito eminentemente agrícola e social, a arquitetura é apenas uma das componentes necessária mas claramente insuficiente para determinar o seu sucesso ou fracasso.”⁴⁵⁸ No entanto, consideramos este e outros trabalhos sobre estes espaços, permitem identificar as suas mais-valias, de modo que sirvam de contributo para a atualidade. Por esta mesma razão, entendemos que estes exercícios de investigação arquitetónica, associadas a uma proposta de estratégia de intervenção, podem e devem ser enriquecidos com outros trabalhos desenvolvidos no âmbito de outras ciências. O nosso propósito está especialmente relacionado com o reconhecimento de que o valor arquitetónico destes lugares está diretamente ligado à perceção de que funcionam como um conjunto. O valor do edificado, mais do que uma parte ou forma isolada, funciona como um sistema em equilíbrio como um todo.

Sem que haja este reconhecimento, desde logo pelas instâncias governamentais, estes edifícios, e o conjunto que formam, estão condenados a perder a sua imagem identitária e, consequentemente, o valor patrimonial. Este aspeto que não é exclusivo desta colónia transmontana. Na verdade, *“o reconhecimento do valor patrimonial destes conjuntos difere entre municípios, em Pegões foi desenvolvido um projeto de recuperação dos equipamentos do Núcleo de Santo Isidro, divulgado numa publicação; na Boalhosa, o espaço público e os equipamentos foram, em parte, recuperados e integrados no Centro de Educação e Interpretação Ambiental; no Sabugal procura-se recuperar a produção através do Centro Experimental de Castanheiros e Aveleiras; no Barroso existem escolas à venda e o assentamento do Centro Social está completamente abandonado e vandalizado. Em nenhuma colónia existe qualquer projeto de salvaguarda dos edifícios dos casais agrícolas, dos conjuntos ou da paisagem.”*⁴⁵⁹

Obviamente que este trabalho não pretende ser (nem o conseguiria) o projeto de salvaguarda defendido pela autora. Para isso, seria necessária a constituição de uma equipa multidisciplinar, o que não cabe no âmbito de um doutoramento. Isso aconteceu, por exemplo, na estratégia de Recuperação do Conjunto Arquitetónico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade, Brasil, através da ação do *Programa Monumenta*. A aplicabilidade do programa fez-se com recurso a equipas multidisciplinares, articulando diversas artes, ciências e ofícios, que em conjunto definiram uma estratégia de intervenção, com base nos problemas identificados. O presente estudo pretende constituir um contributo individual de investigação disciplinar através do diagnóstico, análise de estudos e casos de referência pertinentes, com estratégias de arquitetura ajustadas ao objeto de estudo, no sentido da valorização do conjunto, através do conceito de conservação/requalificação integrada. Esta investigação visa a valorização desta antiga colónia

⁴⁵⁸ GUERREIRO, Filipa, 2018. Op. Cit. p. 190

⁴⁵⁹ GUERREIRO, Filipa, 2018. Op. Cit. p. 191

agrícola pelo seu valor enquanto conjunto, pois *“o que invariavelmente está presente nos projetos dos assentamentos das colónias agrícolas e lhes permite manter a sua legibilidade e capacidade de inscrição, diria que (com maior relevância nos assentamentos da Colónia Agrícola do Barroso) é a concentração de intenções, de respostas às várias premissas, no desenho de cada elemento estruturante. Desenho esse que toma o espaço público — arruamento, largo e praça central — como elemento estruturante do seu sistema compositivo, e se ancora numa apropriação sensível da circunstância geográfica e topográfica do sítio, utilizando um mínimo de recursos construídos.”*⁴⁶⁰

Contribuem para estes “conjuntos”, a rua, o largo, o carácter repetitivo das habitações, a tectónica similar de todas as construções, a constituição do *casal agrícola*, a sua relação com o espaço público e, sobretudo, a definição do lote que constitui a base de parcelamento. A iminente descaracterização destes conjuntos, revela a urge pertinência e urgência da salvaguarda destes lugares.

Este trabalho permitiu-nos chegar a conclusões e contribuir para questões até agora pouco esclarecidas. Em 1988, João de Lemos Castro Caldas, distinto agrónomo, dizia a propósito das colónias agrícolas construídas pela JCI: *“A questão que fica em aberto é saber até que ponto e de que forma a ordem projetada de início, e cuidadosamente regulada pelos serviços de assistência, deixou, na ordem efetivamente produzida ao longo dos anos, marcas que diferenciem as famílias dos colonos e dos núcleos de povoamento”*⁴⁶¹. Efetivamente, a ordem imposta pela JCI, como seria expectável, foi, ao longo dos anos, paulatinamente desvirtuada, particularmente a antiga Colónia Agrícola do Barroso. No entanto, em certa medida, ainda nos dias que correm, é evidente a presença de um projeto distinto numa região marcada pela arquitetura popular e tradicional, que, infelizmente, nos últimos anos, tem sido desvirtuada pelos estrangeirismos introduzidos pela comunidade emigrante portuguesa. Não podemos afirmar que a proposta da JCI é melhor ou pior do que arquitetura popular característica da região. Elas são diferentes. Ainda que se denote um esforço de compreensão e integração de elementos e lógicas das arquitetura locais, os núcleos promovidos pela JCI não deixam de ser estranhos ao ambiente arquitetónico que os rodeava. Ainda assim, ao longo deste estudo, parece-nos ter ficado demonstrado o cuidado dos técnicos, em introduzir no desenho da *«Casa Portuguesa»*⁴⁶², a racionalidade da arquitetura vernacular, ainda que com a imagética e fisionomia do regime.

No entanto, conforme referimos, estes assentamentos deixam, sobretudo, a sua marca no território pelo seu desenho enquanto conjunto. Os conceitos de «unidade» e «conjunto», que

⁴⁶⁰ GUERREIRO, Filipa, 2018. Op. Cit. p. 190

⁴⁶¹ CALDAS, João. 1988. Op. Cit. pp.44 - 45

⁴⁶² CALDAS, João. 1988. Op. Cit. p.38

numa primeira abordagem parecem antagónicos, são relevantes para a nossa análise. No nosso entender, o conceito de «conjunto» apenas se forma quando existe uma «unidade» arquitetónica geradora de uma identidade não revelada pela análise singular da soma das partes, como é evidente na antiga Colónia Agrícola do Barroso, em especial nos núcleos de Montalegre. Nestes locais houve uma estratégia de conjunto, assente na disseminação de aldeias planeadas numa estreita relação entre a urbanística, a razão agrícola e desenho do espaço de habitar. Como diria NORBERG-SCHULZ, “[a] proximidade não só pode determinar o agrupamento de edifícios, mas também a sua organização interna, como a distribuição de massa e elementos do espaço, e o tratamento das superfícies delimitadoras.”⁴⁶³ De facto, estas aldeias, construídas com recurso à implantação de edifícios idênticos e isolados no centro de um lote, tiveram uma tripla função: habitacional, agrícola e, não menos importante, pedagógica. Ou seja, “a JCI criava assim núcleos populacionais destinados a reforçar não só o protótipo de exploração familiar como também marcas da tradição e dos fundamentos da nacionalidade”⁴⁶⁴ e, deste modo, também a fixação da população em locais mais remotos.

Tal como vimos, a JCI perspetiva para estes assentamentos construções que são autênticos exemplos de salubridade para a época, contrariando o crescimento contínuo ao longo do tempo da aldeia tradicional da região, onde os edifícios se desenvolvem em frentes contínuas, formando estreitos caminhos dimensionados para os carros de bois. Na verdade, “com a emergência do Estado interventor e centralista, os arquitetos teriam uma oportunidade histórica... mas envenenada – era o Estado Novo que então oferecia e dela necessitava com objetivos bem diferentes dos que propunha a ideologia do movimento da arquitetura moderna.”⁴⁶⁵ Por tudo isto, o sucesso do projeto no Barroso foi bastante questionado na época. Sobre este, o deputado Manuel Vaz referiu: “(...) conheço apenas os aldeamentos ou colónias da região de Barroso, em Trás-os-Montes. Na sua traça da arquitetura não me parece haverem sido felizes os arquitetos da Junta”⁴⁶⁶. Não nos é possível apurar se esta ação pedagógica do projeto arquitetónico influenciou diretamente a arquitetura e, inclusivamente, a urbanística da região. No entanto, parece-nos evidente que a arquitetura vernacular da casa agrícola foi-se transformando. Desde os anos 60 até ao dias de hoje, foi adquirindo similitudes com as estratégias defendidas pela JCI, nomeadamente o parcelamento em lotes e o afastamento entre casas, por razões higienistas; o número e tamanho

⁴⁶³ NORBERG-SCHULZ, Christian – *Intentions in Architecture*. Cambridge Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1997. p. 140 Traduzido pelo autor a partir do original: “Proximity not only may determine the grouping of buildings, but also their inner organization, such as the distribution of mass- and space-elements and the treatment of the bounding surfaces.”

⁴⁶⁴ CALDAS, João. 1988. Op. Cit. p.19

⁴⁶⁵ PORTAS, Nuno. 1970. Op. Cit. p.698

⁴⁶⁶ PORTUGAL, SECRETARIA DA ASSEMBLEIA NACIONAL – Diário das Sessões nº 222 de 210 de março de 1953. Lisboa: Assembleia Nacional, 1953. p.959

dos vãos; a materialidade das coberturas, substituindo o colmo pela telha, etc. Assim, não nos sendo possível constatar relações pedagógicas de causa-efeito, é, ainda assim, possível evidenciar algumas alterações na arquitetura tradicional que parecem traduzir aproximações às propostas da JCI para esta região.

Não sendo o campo de ação deste trabalho a estratégica histórica e política por detrás da criação das antigas colónias agrícolas e, inclusive, da própria JCI, podemos afirmar que este projeto reformista da agricultura nacional poderia estar pensado para ser efémero e experimental. Parece-nos evidente uma tendência para os *casais agrícolas* evoluírem para espaços habitacionais propriamente ditos e perderem o carácter de equipamento que a JCI procurava sedimentar. Permitia apropriação do espaço e construção de um sentimento de pertença sobre o mesmo. A este propósito importa referir que, embora não deixe explícita a liberdade transformativa, como se verifica indiretamente nas vedações e muros, o projeto deixa aberta a possibilidade de uma futura transformação para se adequar aos novos tempos. Talvez por estas razões, estas propostas estão associadas a um carácter experimental, evidenciado no conceito de “aldeia-jardim”, que reinterpreta as propostas das “cidades-jardins” que surgiram na Europa e norte de África.

Passados estes anos, extinta a JCI e o próprio conceito de colónia agrícola, a capacidade de reinvenção destas colónias é testada continuamente, sendo urgente, no nosso entendimento, definir novos programas e funções alheios à condição original, numa solução de compromisso com novos usos. Caso contrário a unidade arquitetónica, mais do que a identidade espacial do edificado, pode perder-se e com ela a história de um conceito inovador em Portugal. Por esta razão, concluímos que a salvaguarda deste edificado passa, em primeira lugar, pela sua existência enquanto aldeia, ou seja, pelo seu carácter de conjunto identitário, sujeito a um uso por parte dos ainda residentes. Não havendo pessoas, estas aldeias, como muitas outras do interior do país, antigas colónias ou não, estão condenadas e sujeitas a incêndios, abandono, desertificação, etc. Por outro lado, havendo residentes, e estando assegurada a sua continuidade como aldeia, é preciso atender à problemática da transformação e adaptação às novas realidades e vontades sociais. Foi neste aspeto que o nosso caso de estudo se centrou. Não entendemos que seja vantajoso propor um regulamento excessivamente protecionista e restritivo, que trate estes núcleos como museus. Concluímos que é importante promover o reconhecimento destes espaços, como foi analisado nos casos de sucesso apontados no CAPÍTULO IV. O reconhecimento da importância arquitetónica dos que habitam este espaço, fomentará o sentido de propriedade e interesse de proteção e salvaguarda de um bem que lhes pertence. A aldeia passará a ser perspectivada como um bem cultural e histórico de todos, conforme se tornou evidente no envolvimento da população no projeto piloto de Lefkara desenvolvido pela *Rehabimed*.

Não obstante, no que diz respeito aos usos e funções, entendemos que a manutenção da função agrícola e habitacional deve ser privilegiada, ainda que pontualmente e de forma conscienciosa possa ser alargada ao turismo, alicerçada no conceito original deste projeto, pois “*o futuro de Barroso passa pela sábia exploração da vertente turística até aqui ignota*”⁴⁶⁷. Por outras palavras, as ações transformativas nestas aldeias, devem potencializar uma conservação integrada que envolva, não só a reposição do valor arquitetónico, mas sobretudo das pessoas e costumes. Hoje em dia, é sabido, a agricultura não tem o mesmo peso que tinha na época em que colónias agrícolas foram concebidas, nem tão pouco temos um regime político totalitarista ou com pretensões colonizadoras. Há, portanto, a necessidade de perspetivar um novo futuro para as antigas colónias agrícolas, que deve ter em conta as novas vontades sociais e as problemáticas dos nossos dias relativas à desertificação, planeamento e êxodo rural.

Nesse aspeto, importa recordar os casos de estudo apontados no CAPÍTULO IV, nomeadamente o Plano de recuperação e transformação da Cidade Velha, Cabo Verde, bem como o estudo desenvolvido no âmbito do *Programa Monumenta* para a Recuperação do Conjunto Arquitetónico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade, Brasil. Em ambos os casos, tornou-se evidente a necessidade da preservação da arquitetura singular das habitações, na medida em que a salvaguarda individual de cada uma destas habitações era fundamental para a preservação da imagem do conjunto. Obviamente, não sendo indiferentes aos novos costumes que, consequentemente, levam a transformações e novas construções. Estes casos demonstraram estratégias de intervenção no território assentes na sensibilização e envolvimento da população em torno da valorização do património local e, consequentemente, na preservação, do desenho identitário das construções originais, bem como das dinâmicas de organização do espaço. No que diz respeito às novas construções, devemos ter em conta as ações levadas a cabo pelos Arquitetos Álvaro Siza Vieira e Helena Albuquerque num local entretanto classificado pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade. Este caso não só prova a possibilidade de adição de construções em locais classificados do ponto de vista patrimonial, como indica que é possível definir uma estratégia arquitetónica de transformação e readaptação aos tempos, que respeite a dinâmica, escala, cérceas e formas dos telhados existentes, e conheça e respeite a génese da arquitetura local. Em rigor, a sua natureza e história não são incompatíveis com as novas realidades, comodidades e vontades sociais, propensas à inclusão de materiais de construção mais recentes, como por exemplo, o recurso à telha cerâmica. No que diz respeito à ação do *Rehabimed* em Lefkara, a escolha do local para a aplicação do *Método Rehabimed* não é aleatória. Pelo contrário,

⁴⁶⁷ AA.VV. - *Trás-Os-Montes E Alto Douro - III Congresso De Trás-Os-Montes E Alto Douro* Porto: III Congresso De Trás-Os-Montes E Alto Douro , 2002. p.211

procura um espaço, neste caso específico, uma rua com notoriedade, na perspectiva de que esta experiência suscite interesse e se afirme como um contributo pedagógico que incentive eventuais transformações em locais com as mesmas problemáticas arquitetónicas. Por outro lado, houve o cuidado de selecionar uma rua cujo plano marginal não estivesse severamente descaracterizado, para viabilizar a salvaguarda da identidade arquitetónica, e o equilíbrio dos recursos financeiros disponíveis. No nosso estudo, estes fatores levaram-nos a incidir a nossa proposta sobre a Aldeia Nova de Montalegre e Lugar do Videiro. Entendemos que, no âmbito de uma ação e estratégia de intervenção, estes espaços dão mais garantia de salvaguarda da identidade do conjunto, por apresentarem menos elementos descaracterizadores, em comparação com os restantes núcleos de Montalegre da Colónia Agrícola do Barroso.

Ainda sobre o caso de estudo de LEFKARA, relativamente à aplicação do *Método Rehabimed*, importa destacar cinco fases de execução: 1) reconhecimento do valor arquitetónico dos edifícios e divulgação à população; 2) diagnóstico da arquitetura local; 3) definição de objetivos do projeto; 4) projeto; 5) implementação do projeto. Reinterpretando esta estratégia e aplicando-a ao nosso caso de estudo, entendemos ser possível equacionar estas fases para a requalificação dos núcleos de Montalegre da antiga Colónia Agrícola do Barroso. Desde logo, e como já foi referido, há a necessidade de consciencialização dos residentes acerca do valor arquitetónico dos seus edifícios. Em segundo, é preciso que os intervenientes conheçam o projeto da Colónia Agrícola do Barroso. Referimo-nos ao preceito seguido pela *Rehabimed* em Lefkara, no que diz respeito à necessidade de estudo da arquitetura local. No caso vertente, julgamos que este fator é importante, mas não determinante, uma vez que não se tratam de edifícios vernáculos ou objetos de arquitetura popular, embora influenciados pelas características arquitetónicas da região. O terceiro aspeto, a definição de objetivos, deve ser igualmente aplicado numa eventual estratégia de intervenção. Tal como em Lefkara, os objetivos devem ser alcançáveis e mensuráveis, evitando definir intenções demasiado ambiciosas. Referimo-nos à consciencialização dos intervenientes sobre a intervenção em aldeias onde a identidade arquitetónica, ainda que descaracterizada, seja possível de recuperar, a fim de devolver a imagem de conjunto. Por outro lado, ainda que no limite tudo possa ser melhorado, é responsável refletir acerca dos custos inerentes a determinadas intervenções construtivas para devolução da integridade do conjunto. Empreitadas onerosas tendem a demover as ações de intervenção, sobretudo quando se tratam de imóveis privados. O quarto ponto referido é relativo ao projeto de intervenção. Também aqui, tal como no caso de Lefkara, é prudente, após conhecimento da arquitetura do edificado, o envolvimento da população, direta ou indiretamente, como aconteceu no caso cipriota, numa perspectiva de construção de sentimentos de pertença e envolvimento num programa que pretende devolver a integridade ao

conjunto, numa paisagem em ambiente rural com traços urbanos. Por último, a implementação do projeto. Mais do que o desenvolvimento de intenções, urge que as definições de ideias saiam do papel e sejam materializadas. Neste caso, a consciencialização da população e o despertar do interesse dos donos dos imóveis são determinantes. Entendemos ser também essencial o contributo das instâncias governamentais pois, conforme se verificou no caso de Natividade, no Brasil, bem como na recuperação da Cidade Velha, em Cabo Verde, a utilização de fundos públicos é um veículo importante para viabilizar o sucesso destes projetos. De outra forma, é mais difícil envolver a população em ações de transformação, muitas das quais pouco económicas, apenas pela salvaguarda da identidade de um conjunto cujo valor arquitetónico desconhecem.

Assim como em Lefkara⁴⁶⁸, e também na Cidade Velha, o projeto não se deve circunscrever às fachadas. Deve incidir também sobre elementos das zonas e espaços comuns, como o pavimento de rua, sinais, mobiliário urbano, etc. Ainda que nos nossos casos práticos, a Aldeia Nova de Montalegre e no Lugar do Videiro, estes possam ser inexistentes ou reduzir-se a fontanários e elementos singulares e pontuais de iluminação e sinalização, os mesmos devem ser considerados numa estratégia de intervenção que, além de promover a reposição de uma identidade, procura melhorar o espaço para as populações aí residentes.

Como foi dito, esta preservação não deve traduzir-se na “museificação” ou “turistificação” destes conjuntos. Deve ser desenvolvida uma estratégia socioeconómica para promover a sua função original, enquanto espaços habitacionais com uma vertente agrícola, mas adequados à realidade da sociedade contemporânea. No nosso entender, este é o elemento primordial a ter em conta para o futuro das antigas colónias agrícolas em Portugal. Este objetivo não obsta a que, no conjunto, se desenvolvam edifícios e equipamentos que sirvam de museu ou ligados turismo, que não são aqui assumidos como programa de base ou estratégia única. O objetivo deve ser assumido, sobretudo nas colónias mais representativas do projeto original, numa perspetiva de futura classificação enquanto património nacional ou, pelo menos, como conjunto de interesse público. Até lá, mesmos nos casos em que a eventual classificação seja mais difícil, devemos ter em conta ações que potenciem a conservação integrada do conjunto, através de estratégias de criação de áreas de reabilitação integral, ou com recurso às áreas de reabilitação urbana, como já se verifica na antiga colónia agrícola da Boalhosa, em Paredes de Coura, através da ARU de Vascões, e, sempre que possível alicerçados em Planos de Pormenor de Reabilitação. Estas medidas são, no nosso entender, bem-vindas, por potenciarem a salvaguarda arquitetónica e urbanística destes conjuntos, que se podem entender como as primeiras tentativas estatais de modernizar a casa de

⁴⁶⁸ AAVV. *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008. pp. 27-29/37

lavoura, outrora vernácula, ainda que o desenho destas casas tenha sido condicionado pela imagética do regime.

Com base no que foi dito, e tendo identificado os principais elementos descaracterizadores destas aldeias, a nossa hipótese propositiva traduz-se na conceção de estratégia de salvaguarda destes conjuntos, avançando com linhas orientadoras e reguladoras, com aplicabilidade à Aldeia Nova de Montalegre ou Casais da Veiga e o Lugar do Videiro. Os principais elementos descaracterizadores do conjunto encontrados são as múltiplas e extensas ampliações às edificações existentes, novas construções e a colocação de vedações e muros. Estas intervenções são, genericamente, as mais comuns e evidentes em todas as aldeias. São particularmente gravosas, no nosso entender, as grandes dimensões das novas construções no interior do lote, que levam à sua subdivisão como se tratasse de um destaque do terreno. Esta análise que incidiu sobre os dois lugares consubstancia um novo entendimento em torno da problemática da salvaguarda da identidade arquitetónica relativa a estas aldeias. Considera fundamental verificar e assinalar estas tendências e equacioná-las ou enquadrá-las, na medida do possível, procurando sempre, e em primeira instância, garantir a identidade do conjunto. Este facto revela-se incompatível, por exemplo, com as novas construções no Lugar do Videiro que, de acordo com a estratégia de implantação da aldeia, topografia e desenho do conjunto, não devem ser equacionadas para aquele local, sob pena de descaracterizar o conjunto. Queremos com isto dizer, que a resposta e adequação às vontades sociais não deve sobrepor-se à salvaguarda da identidade de conjunto.

Por outro lado, a dinâmica evidente em torno da construção de muros e vedações, não previstas no projeto original da JCI, são demonstrativas de uma vontade comum a grande parte da população. Neste trabalho, avançamos com uma hipótese propositiva de desenvolvimento deste muro/vedação, capaz de aprovisionar novas infraestruturas e redes locais. Referimos hipótese, pois se não pretende impor um projeto ou uma forma, mas antes despertar para a necessidade da definição de um tipo de vedação que seja repetível, em concordância com o projeto-tipo original.

No que diz respeito às ampliações que se evidenciam cada vez mais, sobretudo com vista ao aumento da área da habitação, constata-se a falta de uma ação integrada e regulada que culmina em ações arbitrárias ao gosto de cada proprietário, que em nada abonam para a integridade dos conjuntos. A falta de definição de regra ou estratégia de intervenção no edificado predispõe que as ações de transformação estão sujeitas ao gosto e economia de cada um dos intervenientes, reguladas apenas por regulamentos genéricos de âmbito municipal, pouco estruturados e adaptados para a situação específica destes conjuntos e da sua salvaguarda.

Posto isto, fica evidente a necessidade de definição de planos de salvaguarda para estas colónias agrícolas. Urge estabelecer regulamentos e propostas de ação específicas para estas, que

tenham em conta a originalidade destes projetos, da sua arquitetura e sirvam, sobretudo, de guias orientadores para a sua transformação e adequabilidade aos dias de hoje, permitindo a sua sobrevivência na contemporaneidade. Independentemente das conotações políticas inerentes a estes conjuntos, importa destacar que estamos perante um projeto único em Portugal, cuja história e interpretação deve ser salvaguardada. Neste sentido, entendemos que deve ser equacionada a criação de um Centro de Interpretação destas colónias, num dos núcleos do Barroso. Para isso consideramos duas razões. A região do Barroso é, possivelmente, aquela que mantém ainda maior influência económica da agricultura, quando comparada com os restantes concelhos alvo de intervenção da JCI, estando de alguma forma ainda patente uma das razões fundamentais que levou à sua colonização. Em segundo lugar, *“a paisagem montanhosa está historicamente relacionada aos sistemas agrícolas tradicionais, em grande parte criação de gado e produção de cereais. Isso deu origem a um mosaico de paisagem em que pastagens antigas (pântanos e terra comum), áreas de cultivo (campos de centeio e batata e hortas) e bosques estão entrelaçados, e onde os animais (principalmente gado) são um elemento-chave no fluxo de materiais entre os componentes do sistema em seus modos rural e natural, que desempenham um papel cada vez mais importante nas atividades da região”*⁴⁶⁹. Em segundo lugar, consideramos o recente reconhecimento da região do Barroso pela FAO como património agrícola mundial ⁴⁷⁰, o que não só explica a opção da JCI sobre este território, como reflete a atual importância da região do ponto de vista agrário. Por último, consideramos o Barroso, como a experiência de colonização mais representativa, que não se limitou a um projeto isolado no concelho, mas incidiu num conjunto de assentamentos rurais, implantados ao longo dos concelhos de Montalegre e Boticas. Esta solução permitiu uma diversidade de soluções de implantação, enquadramentos paisagísticos diferenciados e respostas às dificuldades locais.

Ainda no que refere ao reconhecimento destes equipamentos, não priorizamos, mas também não descartamos a vertente turística, nomeadamente através da criação de alojamentos, circuitos turísticos, por exemplo no âmbito do EcoMuseu do Barroso, espaços pedagógicos, entre outros. Obviamente que a generalização do turismo pode desvirtuar a função original, no entanto,

⁴⁶⁹ AAVV - *Barroso Agro-Sylvo-Pastoral System*. [Em Linha]. [S.L.]: [S.N.] [Consultado a 20 de abril de 2018] Disponível em: <http://www.fao.org/3/I9158EN/i9158en.pdf> Traduzido pelo autor a partir do original: *“The mountain landscape is historically related to traditional farming systems, largely based on rearing livestock and the production of cereals. This gave rise to a landscape mosaic in which ancient pastures (marshes and common land), farming areas (rye and potato fields and vegetable gardens), thickets and forests are interwoven, and where the animals (mainly cattle) are a key element in the flow of materials between the system's components. Currently, all this represents a fundamental asset, also in terms of the ability to promote tourism, especially in its rural and nature modes, which play an increasingly important role in the region's activities.”*

⁴⁷⁰ FAO - *Barroso Agro-Sylvo-Pastoral System*. [Em Linha]. [S.L.]: [S.N.] [Consultado a 20 de abril de 2018] Disponível em: <http://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/europe-and-central-asia/barroso-agro-sylvo-pastoral-system/en/>

quando em número equilibrado e numa estratégia fundamentada na vertente agrícola, pode potenciar um nicho turístico afeto ao turismo de natureza, agrícola e sustentável. Embora esta hipótese não seja propriamente inovadora em Montalegre, pode traduzir-se numa oportunidade, não só pelas características de isolamento de algumas destas aldeias, mas também pela relação de proximidade com a Serra do Larouco, a albufeira do Alto Rabagão, e Espanha.

Numa perspetiva de análise de trabalhos futuros, durante o desenvolvimento desta tese, fomos evidenciando que este tema não se esgota nesta análise. Na verdade, ela revela diversas linhas de investigação arquitetónica. No início, confrontamo-nos, sobretudo, com duas grandes linhas orientadoras, uma mais focada na vertente histórica e análise global de todas as colónias agrícolas da JCI, cujo trabalho se encontra devidamente documentado na forma da tese doutoral da Arquiteta Filipa Guerreiro⁴⁷¹. Outra hipótese passa, como no caso vertente, por uma linha de investigação mais direcionada ao estado atual das colónias e da sua pertinência contemporânea. Nesse sentido, selecionou-se apenas uma região e, consequentemente, um projeto-tipo, analisando um caso específico, sobre o qual realizamos um diagnóstico e definimos uma estratégia de ação. Elegemos como caso de estudo de Montalegre. Importa recordar que foram construídas sete colónias agrícolas em Portugal sob tutela da JCI, todas elas com relevantes contributos arquitetónicos e urbanísticos, sendo que o seu estudo e documentação é um importante contributo, com vista à divulgação deste tipo de arquitetura, bastante negligenciada. O nosso caso de estudo incidiu sobre o do *Projecto de Casal - Tipo do Barroso*, focando apenas cinco dos sete núcleos construídos no âmbito da colonização do Barroso. No nosso entender seria vantajoso estudar os outros dois núcleos construídos nas aldeias do Fontão, Montalegre e Pinhal Novo, Boticas, para tentar perceber se este projeto, construído depois do *Projecto de Casal - Tipo do Barroso*, poderá ser entendido como um projeto de melhoramento ao seu antecessor.

No âmbito da colonização do Barroso, julgamos também ser um importante contributo para a investigação arquitetónica, estudar os edifícios públicos construídos no âmbito da ação da JCI, no Barroso. Referimo-nos particularmente ao centro social, às habitações para os professores, às habitações para assistentes técnicos, às habitações para regentes agrícolas, o edifício de escritórios e pousada, entre outros, alheios a um projeto-tipo, mas cuja qualidade arquitetónica e estratégia de implantação, revelam um enorme potencial no que diz respeito a ações transformativas futuras.

⁴⁷¹ GUERREIRO, Filipa de Castro - *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016. Tese de Doutoramento

Para uma sociedade preocupada com a sustentabilidade e disposta a viver no interior do país longe da confusão das grandes cidades e da falta de espaços verdes, é importante o exercício de perceber como seria uma casa de lavoura no século XXI. Importa, por exemplo, compreender o exercício arquitetónico dos técnicos da JCI, quando se propuseram a projetar a casa de lavoura que materializaram sobre a forma de um projeto-tipo para os *casais agrícolas*. Não defendemos uma linha de colonização nos dias que correm, mas pensamos ser útil a análise do desenho do edificado para a habitação e agricultura, na definição de linhas arquitetónicas orientadoras para a construção da casa rural na atualidade.

Por fim, além da investigação arquitetónica de cada uma das colónias agrícolas construídas pela JCI, entendemos que seria importante estudar estes mesmos conjuntos do ponto de vista de das ciências sociais, antropológicas, agrónomas, geográficas e histórico-política. Importa perceber que a criação das colónias agrícolas não se resume a uma estratégia propositiva de arquitetura, mas sobretudo um projeto pluridisciplinar merecedor de diversas análises, entendimentos e perspetivas.

Conclui-se, ainda, que tão importante como o ensaio de uma estratégia que aqui se trabalhou, a investigação permitiu perceber o legado da JCI, que importa reconhecer, não como património intocável, mas como uma peça atual e importante para a paisagem transmontana. Isso implica tentar manter um delicado equilíbrio do conjunto planeado, muito dependente do *casal agrícola* e das suas funções programáticas originais. A sobrevivência destas estruturas rurais implica a sua atualização às comodidades contemporâneas, que deve ser atendida na estratégia arquitetónica definida para salvaguardar da memória das funções e costumes, e do seu carácter identitário.

BIBLIOGRAFIA

- AAP - *Arquitectura Popular Portuguesa zona 1 – Minho e zona 2 – Trás-os-Montes*. 3ª Edição. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.
- AAVV - *A Arquitectura Popular em Portugal*. Vol.1. 4ª Edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos - Conselho Directivo Nacional.
- AAVV - *Arte y arquitectura futuristas 1914-1918*. Murcia: Colegio Arquitectos De Murcia, 2010.
- AAVV - *Barroso Agro-Sylvo-Pastoral System*. [Em Linha]. [S.L.] : [S.N.] [Consultado a 20 de Abril de 2018] Disponível em: http://www.fao.org/3/I9_158EN/i9158en.pdf
- AAVV - *Disegno & Città / Drawing & City: Cultura, Arte, Scienza, Informazione / Culture, Art, Science, Information*. Roma : Gangemi Editore, 2015.
- AAVV - *Memoria de construcción arquitectónica 2010.12*. Zaragoza: Prensa de la Universidad de Zaragoza, 2013.
- AAVV - *Metodo Rehabimed - Arquitectura Tradicional Mediterránea - I. Rehabilitación Ciudad y Territorio*. [S.L.]: Rehabimed, 2007?.
- AAVV - *Projeto e cidade: ensaios acadêmicos*. Goiânia: Funape, 2013.
- AAVV - *Trás-os-Montes e Alto Douro - III Congresso De Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto: III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2002.
- AAVV - *Urban landscape rehabilitation in Lefkara, Cyprus - The recuperation of a modern past*. [S.L.]: Rehabimed, 2008.
- ABREU, Paula - *Casas Económicas do Estado Novo - Os Bairros Sociais na Covilhã*. Covilhã: Universidade da Beira Interior (Dissertação de Mestrado), 2010.
- GUIAR, Flávio - *Loteando uma gleba – Parcelamento e desmembramento do solo*. São Paulo: Agbook, 2015.
- AGUIAR, José – *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP, 2002.
- AGUILERA, Ana - *Transformaciones en tres poblados de colonización de la provincia de Granada: El Chaparral, Cañatalba Alta y Carchuna*. Revista de patrimonio e-rph [Em linha]. n.º 18 (2016). [Consultado em 30 de Março de 2018]. Disponível na internet em: http://www.revistadepatrimonio.es/descara.php?nombre_documento=revistas/numero18/estudiosgenerales/estudios/pdf/estudiosgeneralesstudios.pdf ISSN 1988-7213;
- ALBUQUERQUE, Helena – *Novas Arquitecturas / Expressões Latinas*. EDImpresa : Arquitectura & Construção. Lisboa. nº 32 (2005).
- ALMEIDA, Álvaro; BELO, Duarte - *Portugal património: Vila Real, Bragança*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007.
- Almeida, Maria Antónia de Figueiredo Pires de – *Duarte Pacheco: uma Biografia*. Al-ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 5 (1996).
- ALMEIDA, Pedro Vieira – *Arquitectura no Estado Novo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- ALVES COSTA, Catarina – **O Arquitecto e a Cidade Velha**. [Registo vídeo]. Jour J Productions; Laranja Azul: [S.L.], 2002. Vídeo (72 min).
- ARGAN, Giulio Carlo - *Projecto e Destino*. São Paulo: Ática, 2000.
- ARREDONDO-GARRDIO, David; MORENO, Alberto; CALATRAVA, Juan (ed); *La arquitectura y el tiempo - Patrimonio, memoria, contemporaneidad*. Madrid: Abada Editores, 2013.
- Aviso nº 13659/2016 de 04 do Novembro de 2016 do Município de Paredes de Coura. [Em Linha]. Diário da República: II Série, nº212/2016 [Consultado a 23 de Abril de 2018] Disponível em <<https://dre.pt/application/file/a/75654854>>

- AYRES, Susana- *A flexibilidade como factor de preservação* in *Memória, Arquitectura e Projecto: Reflexões e Propostas para uma Reabilitação Sustentada do Património Urbano e Arquitectónico* - LEITE, António; FELICIANO, Ana; (coord). Lisboa: By The Book, 2016.
- BAÑALES OYÓN, José Luís - *Colonias Agrícolas Y Poblados De Colonización Arquitectura Y Vivienda Rural En España (1833 - 1955)*, Barcelona: Universidad Politécnica de Barcelona, Tese de Doutoramento, 1985.
- BANDEIRA, Pedro. *Vale do Ave – The Disappearing City*. in *Progetto e Territorio La Via Portoghuese*. PELUCCA, Bruno. Firenze: Alinea Editrice, 2010.
- BAPTISTA, Fernando – *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto: Afrontamento, 1993.
- BAPTISTA, Fernando – *Dos Projectos de Colonização Interna Ao Capitalismo Agrário (Anos trinta-1974)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1978.
- BAPTISTA, Fernando - “*A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo à Comunidade Europeia*”. *Análise Social*, n.º 128, Vol. XXIX (4.º) (1994).
- BAPTISTA, José. *Montalegre*. Montalegre: Município de Montalegre, 2006.
- BARTOLOME, Juan; ORUSCO, Edurardo - *El agua educada. Imágenes del Archivo fotográfico del Instituto Nacional de Colonización 1939-1973*. Centro de Publicaciones. Secretaría GeneralTécnica. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. Madrid. 2015. Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros, Nº244, 2016.
- Base III do Lei nº 2014 de 27 de Maio de 1926 do Ministério da Agricultura. [Em Linha]. Diário do Governo : I Série, nº115 [Consultado a 10 de Abril de 2020] Disponível em < <https://dre.pt/application/file/158320>>;
- BASTO, Eduardo Alberto de Lima; BARROS, Henrique - *Inquérito à Habitação Rural. I, II e II Vol*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943.
- BETHENCOURT, Francisco – *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BONDUKI, Nabil - *Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos*. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- BURMIL, Shmuel; ENIS, Ruth. *The Changing Landscape of a Utopia: The Landscape and Gardens of the Kibbutz Past and Present*. Worms: Wernersche, 2011.
- CALDAS, Eugénio de Castro – *A Agricultura na História de Portugal*. Lisboa: Empresa de Publicações Nacionais, 1998.
- CALDUCH, Juan - *Temas de composición arquitectónica. 6.Tipo, arquetipo, prototipos, modelo*. Alicante: Editorial Club Universitario, 2000.
- CAMPO BAEZA, Alberto – *A Ideia Construída*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.
- CAPOTTI, Federico - *Mussolini's Cities: Internal Colonialism in Italy 1930-1939*. New York: Cambria Press, 2007.
- CASTRIOTA, Leonardo; ARAÚJO, Guilherme; CARDOZO, Kelly; PEREIRA DE SOUSA, Vilmar; PAC *Cidades Históricas – oportunidade para a conservação integrada?* Locus: revista de história. Juiz de Fora, nº2 (2010).
- CALDAS, João de Lemos Castro – *Política de Colonização Interna: A Implantação das Colónias Agrícolas do Estado Novo*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, Tese de Doutoramento, 1988.
- CATARINO, Heloísa Maria Branco - *Metodologia de salvaguarda e valorização do património arquitectónico: caso de estudo: antiga colónia agrícola de Pegões - Montijo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Dissertação de Mestrado, 2010.
- CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO - Carta Europeia do Património Arquitectónico : Adotada pelo Concelho da Europa em Outubro de 1975 [Em Linha]. Amesterdão: Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu, Amesterdão de 21 a 25 de Outubro de 1975. [Consultado a 3 de Março de 2018] Disponível em

<<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/me dia/uploads/cc/CARTAE UROPEIADOPAT RIMONIOARQUITECTONICO.pdf>

- CARTA DE CRACÓVIA - Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído [Em Linha]. Cracóvia : Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”. [Consultado a 24 de Fevereiro de 2018] Disponível em: http://www.culturanorte.pt/fotos/editor 2/2000__carta_de_cracovia_sobre_os_principios_para_a_conservacao_e_o_restauo_do_patri monio_construido-conferencia_internacional_sobre_conservacao.pdf
- CERVERA, Joan. *Temas de composición arquitectónica. 10. Posmodernismo y otros espígonos*. Alicante: Editorial Club Universitario.
- CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. 3ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CHOAY, Françoise - *As Questões do Património*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- CLARK, Roger; PAUSE, Michael - *Arquitectura: Temas de Composición*. 2ª Edição: [s.l.]: Gustavo Gili – Mexico, 1997?.
- CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTES DE 21 DE ABRIL DE 2015 [Em Linha] Diário Oficial de Castilla-la Mancha AÑO XXXIV Núm. 76. [Consultado a 24 de Fevereiro de 2018] Disponível em www.docm.jccm.es/portaldocm/descargarArchivo.do?ruta=2015/04/21/pdf/2015_4809.pdf&tipo=rutaDocm
- CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTES DE 22 DE ABRIL DE 2015 [Em Linha] Diário Oficial de Castilla-la Mancha AÑO XXXIV Núm. 77. [Consultado a 24 de Fevereiro de 2018] Disponível em www.docm.jccm.es/portaldocm/descargarArchivo.do?ruta=2015/04/22/pdf/2015_4850.pdf&tipo=rutaDocm
- CONSIGLIERI, Victor – *As Metáforas da Arquitectura Contemporânea*. Lisboa: Editorial Estampa, 2007.
- CORREIA, Mariana; CARLOS, Gilberto; ROCHA, Sandra – *Vernacular Heritage and Earthen Architecture: Contributions for Sustainable Development*. Londres: Taylor & Francis Group, 2014.
- CORTÉS, Olga Consuelo Espinosa - *Criterios De Intervención Para La Rehabilitación De Casos ejemplares De Arquitectura Residencial Pública: Casos De Estudio Pueblos De Colonización El Puntalón, Carchuna Y Calahonda*. Granada: Editorial de la Universidad de Granada, Tese de doutoramento, 2014.
- COSTA, Ana - *Arquitectura agrícola: as colónias do Estado Novo para o Barroso*. Porto: Universidade Lusíada do Porto, Dissertação de Mestrado, 2017.
- COSTA, Isabel - **Cidade Velha de Santiago em Cabo Verde** [Registo vídeo]. RTP: Lisboa, 2009. (3min).
- COSTA, João - *Montalegre e Terras de Barroso: Notas Históricas Sobre Montalegre Freguesias do Concelho e Região do Barroso, Vol.I*. 2ª Edição. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre, 1987.
- CULLEN, Gordon - *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- DAMASCENO, Joana – *Museus para o povo português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- Decreto-Lei nº 27:207. D.R. de 16 Novembro 1936.
- Decreto-Lei nº 307/2009 de 23 de Outubro de 2009 do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. [Em Linha]. Diário da República: I Série, nº206 [Consultado a 21 de Abril de 2018] Disponível em www.dre.pt/application/conteudo/483155
- Decreto-Lei nº 36:709 de 5 de Janeiro 1948 do Ministério da Economia. [Em Linha]. Diário do Governo : I Série, nº3 [Consultado a 9 de Julho de 2017] Disponível em www.dre.pt/application/file/241925
- Decreto-Lei nº 45 841 de 31 de Julho de 1964 do Ministério da Economia. [Em Linha]. Diário da República: I Série, nº179 [Consultado a 24 de Fevereiro de 2018] Disponível em www.dre.pt/application/file/579261

- Decreto-Lei n.º 560/71 de 17 de Dezembro 1971 do Ministério das Obras Públicas - Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização. [Em Linha]. Diário da Governo: I Série, n.º 294/1971 [Consultado a 26 de Abril de 2018] Disponível em < www.dre.pt/application/file/632159>
- Decreto-Lei nº 7033 de 16 de Outubro de 1920 do Ministério da Agricultura. [Em Linha]. Diário do Governo : I Série, nº298 [Consultado a 14 de Julho de 2017] Disponível em <www.dre.pt/application/file/391766>
- DE LA MORA, Luis – *Modelos de Planeamento Local*. in *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvia (org.). Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.
- DGPA - *Estudos e Trabalhos Realizados no Âmbito da Ex-Junta de Colonização Interna*. [s.l]: [s.n.] 1995.
- DGPC – **Cidade Velha** [Em Linha]. Lisboa : DGPC,. [Consultado a 21 de Julho de 2018] Disponível em www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/origem-portuguesa/cidade-velha/
- ECHAIDE, Rafael - *La Arquitectura Es Una Realidad Histórica*. Pamplona: T6 Ediciones SL, 2002.
- ESCOLANO, Victor – *Puebols de Colonización franquista: objetivo patrimonial*. PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, nº 52, 2005.
- ESTEVÃO, João – *A florestação dos baldios*. *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79), 1983.
- ETKIND, Alexander – *Internal Colonization: Russia's Imperial Experience*. Cambridge: Polity, 2011.
- JOKILEHTO, Jukka et al. - *Gestão do Património Cultural Integrado*. Recife: CECI, 2002.
- FADIGAS, Leonel. *Urbanismo e Natureza*. Lisboa: Edições Sílabo, 2010.
- FAO - *Barroso Agro-Sylvo-Pastoral System*. [Em Linha]. [S.L.] : [S.N.] [Consultado a 20 de Abril de 2018] Disponível em: <http://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/designated-sites/europe-and-central-asia/barroso-agro-sylvo-pastoral-system/en/>
- FERNANDES, José Manuel - *Arquitectura Modernista em Portugal [1890-1940]*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura Portuguesa – Uma Síntese*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2006.
- FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura Portuguesa – Temas Actuais II*. Lisboa: Cotovia, 2005.
- FERNANDEZ, Sérgio - *Arquitectura Portuguesa: 1961-1974*. in AAVV, *Arquitectura do Século XX – Portugal*. Lisboa/Frankfurt: Prestel. 1997.
- FERRO, Marc – *História das Colonizações: Das Conquistas às Independências – sécs. XIII-XX* Londres; Lisboa: Referência/Editorial Estampa, 1996.
- FIERRO, Virginia - *Optimización de Una Metodología de Análisis para la Rehabilitación y Protección Sostenible de la Arquitectura Vernácula - Una Metodología de Investigación Aplicada a Zonas de Valor Constructivo, Ecológico y Cultural*. Barcelona: Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad Politécnica de Cataluña, Tese de Doutoramento, 2009.
- FONSECA, Inês; FREIRE, Dulce; GODINHO, Paula – *Mundo Rural – Transformação e Resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- FRAMPTON, Kenneth - *Towards a Critical Regionalism: six points for an architecture of resistance*. In: FOSTER, Hal (Ed.). *The anti-aesthetic: essays on Postmodern culture*. Seattle: Bay Press, 1983.
- FRANÇA, José-Augusto - *História da Arte em Portugal – O Modernismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2004.
- FREITAG, Barbara – *Teorias da Cidade*. São Paulo: Papirus Editora, 2006.
- GARCIA, Alejo - *La transformación del medio rural a través de la puesta en regadío y de la colonización*. *Revista de Estudios Agrosociales*, nº. 66 (1969).
- RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A Casa: Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português*. Porto: FAUP Publicações, 2010.

- GAVRON, Daniel - *The Kibbutz: Awakening from Utopia*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1992.
- GIULIANI, Gian Mario - *Neo-ruralismo: O novo estilo dos velhos modelos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº14, 2002.
- GHIRARDO, Diane - *Italy: Modern Architectures in History*. Glasgow: Reaktion Books, 2013.
- GOMES, Rogério - *Reabilitação Urbana*. Lisboa: Urbe, 2008.
- GUERREIRO, Filipa de Castro - *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Tese de Doutoramento, 2016.
- GUERREIRO, Filipa - *Habitação Cem Anos De Políticas Públicas Em Portugal 1918-2018: Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: Do desenho do território ao desenho da casa — Diversidade, circunstância e experimentação*. AGAREZ, Ricardo; (coord). Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 2018.
- HARRIS, Cyril - *Dictionary Of Architecture & Construction*. 14ª Edição. Nova Iorque: McGraw-Hill, 2006.
- HOWARD, Ebenezer - *Cidades-Jardins de Amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- INE - *Censos 2011 - Resultados Definitivos: Norte*. Lisboa: INE, 2012.
- INFANTE, Sérgio - *Autenticidade e Conservação Integrada*. Revista Arquitectura Lusíada - 1. Lisboa, nº1 (2010)
- JONES, R. J. Barry - *Routledge Encyclopedia of International Political Economy*. Volume 1 [A-F] Londres; Nova Iorque: Routledge, 2001.
- JÚNIOR, Romeu - *Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil*. Revista CPC. São Paulo, n.º 10 (2010)
- KARGON, Robert; MOLELLA, Arthur. *Invented Edens : Techno-Cities of the Twentieth Century*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology Press, 2008.
- LAMAS, José - *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- Lei n.º 13/85 de 6 de Julho de 1985 da Assembleia da República. [Em Linha]. Diário da República : I Série, nº153/1985 [Consultado a 26 de Abril de 2018] Disponível em <[www.dre.pt/application/file/182933](https://dre.pt/application/file/182933)>
- Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro de 2001 da ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. [Em Linha]. Diário do República: I Série-A, nº209 [Consultado a 11 de Fevereiro de 2018] Disponível em <www.dre.pt/application/file/a/629698>
- LIMA, Diana - *Patrimonialização e Valor Simbólico: O “Valor Excepcional Universal” no Patrimônio Mundial*. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciências da Informação. João Pessoa (2015).
- LIMA, Paulo - *A Colónia Agrícola de Santo Isidro de Pegões*. Montijo: Câmara Municipal do Montijo, 2016.
- LIMA, Evelyn, MALEQUE, Miria - *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- LOBO, Vasco; ANTUNES, Alfredo da Mata - *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural*. Coimbra: DGSU - Centro de Estudos de Urbanismo, 1960.
- SILVA, Maria Lopes - *A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Mestrado, 2011.
- LOPES, Sara; COUTO, Joana; PINTO, Miguel - *A Colonização Interna Portuguesa e as Novas Paisagens Rurais, O Caso de Milagres*. In *Reflexões sobre Património Cultural*. MAGALHÃES, Fernando; SOUSA, Jenny; LOPES, Maria (org.). Leiria : Instituto Politécnico de Leiria, 2017.
- LOURENÇO, Paulo; OLIVEIRA, Daniel. - *Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitectónico*. Guimarães: Universidade do Minho, 2004.

- LYNCH, Kevin – *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1996.
- MACEDO, Mário – *A Casa Rural: A Habitação*. 2ª Edição. Lisboa: Serviço Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda, 1942.
- MACHADO, José Luís Pinto – *Habitação Rural: Sugestões para a renovação ou construção*. Lisboa: Instituto Fontes Pereira de Melo, 1981.
- MARTIN, Antonia; BAZAN DE HUERTA, Moisés; SOLER, Miguel - *Propuesta de ruta turístico-cultural por los pueblos de colonización del valle del alagón (cáceres)*. Revista de Arte NORBA [Em linha]. vol. XXXII-XXXIII (2012-2013) / 259-283. [Consultado em 09 de Abril de 2020]. Disponível na internet em: http://dehesa.unex.es/bitstream/handle/10662/5870/0213-2214_32-33_259.pdf?sequence=1 ISSN 0213-2214
- MATTOSO, José - *História de Portugal*, vol. 7. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- MAZORRA, Ángel. *Catálogo de colonias agrícolas históricas de la Comunidad de Madrid: 1850-1980*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto de Economía Y Geografía, 2005.
- MEDEIROS, Ana; FERRIRA, Oscar – *A FORMA SEGUE A FUNÇÃO? Uma contribuição ao estado atual da arte da conservação patrimonial no Brasil a partir de dois estudos de caso: O Touring Club e o Brasília Palace Hotel*. In *A Conservação do Patrimônio no Brasil : Teoria e Prática*. ZANCHETTI, Silvio; AZEVEDO, Gabriela; MOURA, Carolina (org.). Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2015.
- MEDINA, Andrés; MEYER, Justo - *Pueblos de colonización durante el franquismo: La Arquitectura en la modernización del territorio rural*. AAVV (org.). [S.L.]: Consejería de Cultura. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2008.
- MEDINA, Andrés; MEYER, Justo - *Los poblados de colonización en la "zona de Levante" 1950-1970*. in *Pueblos de Colonización durante El Franquismo: La Arquitectura en La Modernización del Territorio Rural*. AAVV. Sevilha: Consejería de Cultura. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2008.
- MENDES, Amado – *Estudos do Património – Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- MERCÊS OLIVEIRA, Ana - *Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna no concelho de Montalegre - Modos de habitar a ruralidade*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado, 2018.
- MOUTINHO, Mario. *A Arquitectura Popular Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- MOZO, María - *Arquitectura y composición..* Alicante: Editorial Club Universitario, 2010.
- MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA - Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Colónia Agrícola de Vascões. [Em Linha]. Paredes de Coura : Município de Paredes de Coura. Pag.8 [Consultado a 15 de Abril de 2018] Disponível em https://www.paredesdecoura.pt/wpcontent/uploads/2017/10/PROPOSTA_DELIMITACAO_COLONIA_AGRICOLA_VASCOES_FINAL.pdf
- MUNIESA, Bernat - *Dictadura y transición: La dictadura franquista, 1939-1975*. Barcelona: Edicions Universitat Barcelona, 2005.
- Nº 2, Artº 2º da Resolução da Assembleia da República nº5/91 de 23 de Janeiro de 1991. [Em Linha]. Diário do República : I Série-A, nº19 [Consultado a 3 de Fevereiro de 2018] Disponível em <www.dre.pt/application/file/500160>
- NÚÑEZ-HERRADOR, María. *Arquitectura y urbanismo rural durante el período de la autarquía en Castilla-La Mancha*. Toledo: Univ de Castilla La Mancha, Tese de Doutoramento, 1997.
- OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2003.
- OLIVEIRA, Fernanda; LOPES, Dulce; ALVES, Cláudia – *Regime Jurídico da Reabilitação Urbana*. Coimbra: Almedina, 2011.

- OLIVEIRA, Natália – *Gentrificação e moradia social*. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2017.
- OLIVEIRA, Vitor; MARAT-MENDES, Teresa; PINHO, Paulo - *O Estudo da Forma Urbana em Portugal*. Porto: Edições Universidade do Porto, 2015.
- ORBASLI, Aylin; WOODWARD, Simon - *Tourism and Heritage Convention*. in *The Sage Handbook of Tourism Studies*. JAMAL, Tazim; ROBINSON, Mike (Ed.). Los Angeles: Sage, 2009.
- ORUSCO, Eduardo Delgado – *La Experiencia Del INC – Una colonización de la Modernidad (1939-1973)*. *Actas del Congreso Internacional <Arquitectura, Ciudad e ideologia antiurbana*. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la universidad de Navarra. Pamplona: [s.e.], 2002.
- OTEYZA, Luís - *La Agricultura y el espacio rural*. Revista de Estudios Agrosociales. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente, n.º 66, (1969)
- PACHECO, Hélder – *Rostos da Gente – Escritos sobre património cultural e outras histórias*. Lisboa: Caminho, 1987.
- PEREIRA, Nuno Teotónio - *A Arquitectura de Regime, 1938-1948*. in AAVV, *Arquitectura do Século XX – Portugal*. Lisboa/Frankfurt: Prestel, 1997.
- PEREIRA, Nuno Teotónio; COELHO, Hélder; LOPES, Isabel; BUARQUE, Irene – *Santo Isidro de Pegões: Contrastes de um território a preservar*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.
- PESSOA, Denise - *Utopia e cidades: proposições*. São Paulo: Annablume, 2006.
- PISCANÇO, Valéria - *Preservação Patrimonial X Qualidade de vida: Avaliação Pós-ocupação no Programa Monumenta. Centro Histórico de Natividade – Tocantins*. Palmas: Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado, 2009.
- PILAT, Stephanie - *Reconstructing Italy: The Ina-Casa Neighborhoods of the Postwar Era*. London: Routledge, 2014.
- PINTO, José Filipe – *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Covilhã: Coleção de Biblioteca Diplomática do MNE, 2004.
- PIRES, Fernando; COHEN, Zelinda; Consultado a 21 de Julho de 2018] Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIP_A.aspx?id=7336**Núcleo Urbano Dda Vila Da Ribeira Grande / Cidade Velha / Cidade Da Ribeira Grande [Em Linha]**. Lisboa: DGPC. [Consultado a 21 de Julho de 2018] Disponível em: www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIP_A.aspx?id=7336
- Plano Director Municipal de Montalegre, *Diário da República, 2.ª série — N.º 180 — 18 de setembro de 2013*.
- PONTUAL, Virgínia – *Plano de Gestão da Conservação Integrada in Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvio (org.). Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, pp.
- PORTAL DA HABITAÇÃO. Reabilitação Urbana. **Áreas de Reabilitação Urbana - ARU**. [Em linha]. Lisboa : [s.n.]. [Consultado em 26 de abril de 2018] Disponível na internet em: www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/homearu.html >.
- PORTAS, Nuno - *A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação*. in Bruno Zevi, *História da Arquitectura Moderna, vol. II*. Lisboa: Arcádia, 1970, pp.
- PORTAS, Nuno – *Conservar Renovando ou Recuperar Revitalizando*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro, 1983.
- PORTELA, Ana; QUEIROZ, Francisco - *Conservação Urbana e Territorial Integrada – Reflexos sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Reconhecimento dos Baldios do Continente, Vol. I*. Lisboa: MA, JCI, 1939.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados, Vol. II*. Lisboa: MA, JCI, 1941.

- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Casal – Tipo do Barroso*. Lisboa: MA, JCI, 1947.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Casal – Tipo Barroso*. Lisboa: MA, JCI, 1943.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. II Freguesias de Morgade, cervos e Beça (parte)*. Lisboa: MA, JCI, 1945.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – III Freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo*. Lisboa: MA, JCI, 1946.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Aldeamento no Barroso – Montalegre – Freguesia de Chã (S. Vicente) - Aldeia Nova do Barroso – Logar de S. Mateus – Anexo V*. Lisboa: MA, JCI, 1944.
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA – *Junta de Colonização Interna – Exposição Comemorativa do XXV aniversário*. Lisboa : ME, SEA, 1962;
- PORTUGAL. SECRETARIA DA ASSEMBLEIA NACIONAL – *Diário das Sessões nº 222 de 210 de Março de 1953*. Lisboa: Assembleia Nacional, 1953.
- PROGRAMA MONUMENTA/IPHAN; *Programa Monumenta Porto Alegre*. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- PROGRAMA MONUMENTA / IPHAN - *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Brasília : Iphan/Programa Monumenta, 2009.
- PULS, Maurício – *Arquitectura e Filosofia*. São Paulo: Annablume, 2006.
- QUINCY, Antoine-Chrysostome Quatremère de. 1832 *Dictionnaire historique d'architecture Vol. II* Paris: Librairie D' Adrien Le Claire Et Cª.
- RAMOS, Adilson - *Cidade Velha Património Mundial - As Políticas Públicas Para Uma Efetiva Preservação e Gestão Participativa*. Rio de Janeiro: Centro Lucio Costa, 2017.
- RAMOS, RUI - "«Produções correntes» em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto do início do século XX", NW noroeste: Revista de História. Braga, nº 1 (2005), pp.
- RAPAZOTE, João - "Aldeias-Jardim" no concelho de Montalegre – *O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 1 (2012), pp.
- Regulamento do Plano Director Municipal de Montalegre, *Diário da República*, 2.ª série — N.º 180 — 18 de setembro de 2013.
- Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Montalegre, *Diário da República*, 2.ª série — N.º 222 — 19 de novembro de 2018.
- RIBEIRO, Fernando - *Práticas de Reabilitação em Áreas Rurais : Contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de aldeias em Portugal*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2017.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne. *Geografia de Portugal III. O Povo Português*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1989.
- RIEGL, Alois - *O Culto Moderno dos Monumentos e Outros Ensaios Estéticos*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- RODRIGUES, José – *O Mundo Ordenado e Acessível das Formas e da Arquitectura – Tradição Clássica e Movimento Moderno na Arquitectura Portuguesa: dois exemplos*. Porto: Edições Afrontamento, 2013.
- RODRIGUES, Maria; FIALHO DE SOUSA, Pedro; BONIFÁCIO, Horácio. – *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. 3ª Edição. Coimbra: Quimera Editores, 2002.
- RODRIGUES, Ricardo – *Malditos, Histórias de Homens e de Lobos*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.

- ROSA, Edite – *Odam: Valores Modernos e a Confrontação com a Realidade Produtiva*. Barcelona: Escuela Tecnica Superior de Arquitectura De Barcelona, Tese de Doutoramento, 2005.
- ROSMANINHO, Nuno - *O poder da arte: o Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- ROSSI, Aldo – *The Architecture of the City*. Cambridge Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology Press, 1984.
- ROSSI, Aldo - *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- SARAIVA, Luís - *Ideologia e habitação: os modelos de habitação do Estado Novo*. Sebentas D'Arquitectura, n.º2. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 1999.
- SCRUTON, Roger – *Estética da Arquitectura*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- SOLER, Miguel; GARCÍA, Alfonso; LÓPEZ, Pablo - *Los pueblos de colonización en Almería*. [s.l.]: Consejería de Fomento y vivienda 2009.
- SOLER, Miguel - *Los pueblos de colonización de Fernández del Amo*. Barcelona: Fundación Arquia, 2010.
- SOUZA, Cerqueira de – *Corrupção e Incompetência na Defesa e Preservação do Património*. 2.ª Edição 2ª [S.L.]: Speculare&Proponere, 2014.
- TABORDA, Vergílio. *Alto Trás-os-Montes: Estudo Geográfico*. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1987;
- THORBECK, Dewey; *Architecture and Agriculture: A Rural Design Guide*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2017.
- THORNBERG, José Muntañola – *Topogénesis: Fundamentos de una nueva arquitectura*. Barcelona: Edicions UPC, 2000.
- TOMÉ, Miguel - *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP, 2002.
- UNESCO - **Report Of Decisions - Convention Concerning The Protection Of The World Cultural And Natural Heritage** - World Heritage Committee, Thirty-third session, Seville, Spain 22-30 June 2009. [Em Linha]. Sevilha: UNESCO [Consultado a 21 de Julho de 2018] Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/2009/whc09-33com-20e.pdf>.
- VALENTIM, Luís – *Requalificação Urbana, Contaminação do Solo e Riscos à Saúde – Um caso na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.
- VALDEZ, Francisco Travassos – *Africa Occidental – Notícias e Considerações. Tomo I*. Lisboa: Ministério da Marinha e do Ultramar, 1864.
- VÁZQUEZ, José - *Áreas de rehabilitación integral: La Memoria-Programa como instrumento para su declaración*. Territorio: ordenar para competir. [S.L.] (2010). Netbiblo.
- VILAS BOAS; Carlos - *Arquitetura, Património e Turismo; o caso da Cidade Velha Cabo Verde - Concurso de ideias*. Covilhã: Faculdade de Engenharia da Universidade da Beira Interior, Dissertação de Mestrado, 2013.
- VITRUVIO, Marcos. *Vitrúvio - Tratado de Arquitectura*. Livro VI. Trad. MACIEL, Justino. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2006.
- VON MEISS, Pierre - *Elements of Architecture: From Form to Place*. London?: Spon Press, Taylor & Francis Group. 2004?.
- WENZLHUEMER, Roland. *Encyclopedia of the Developing World*. (ed. LEONARD, Thomas.) Volume 1. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2007.
- ZANCHETI, Sílvio; LAPA, Tomás – *Conservação Integrada: Evolução Conceitual*. in *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio (org.). Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.
- ZEVI, Bruno – *Saber ver a arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ZUCCHI, Vincenzo – *Architettura e memoria: Contrà Porta Nuova Vicenza*. Milão: FrancoAngeli, 2007.

-
- **ANEXO 1.** *Declaración Poblado Cañada de Agra*; fonte Classificação do *Pueblo de colonización Villalba de Calatrava*, como *Bien de Interés Cultural*; Fonte: CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTES, 2015. DENOMINACIÓN: POBLADO DE CAÑADA DE AGRA. In Diario Oficial de Castilla-La Mancha : AÑO XXXIV Núm. 76, [Consultado a 16 de Setembro de 2017] Disponível em < http://docm.jccm.es/portaldocm/descargarArchivo.do?ruta=2015/04/21/pdf/2_015_4_809.pdf&ti po=rutaDocm>

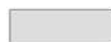


DENOMINACIÓN: POBLADO DE CAÑADA DE AGRA

SITUACIÓN: HELLÍN (ALBACETE)

OBJETO DE LA DECLARACIÓN

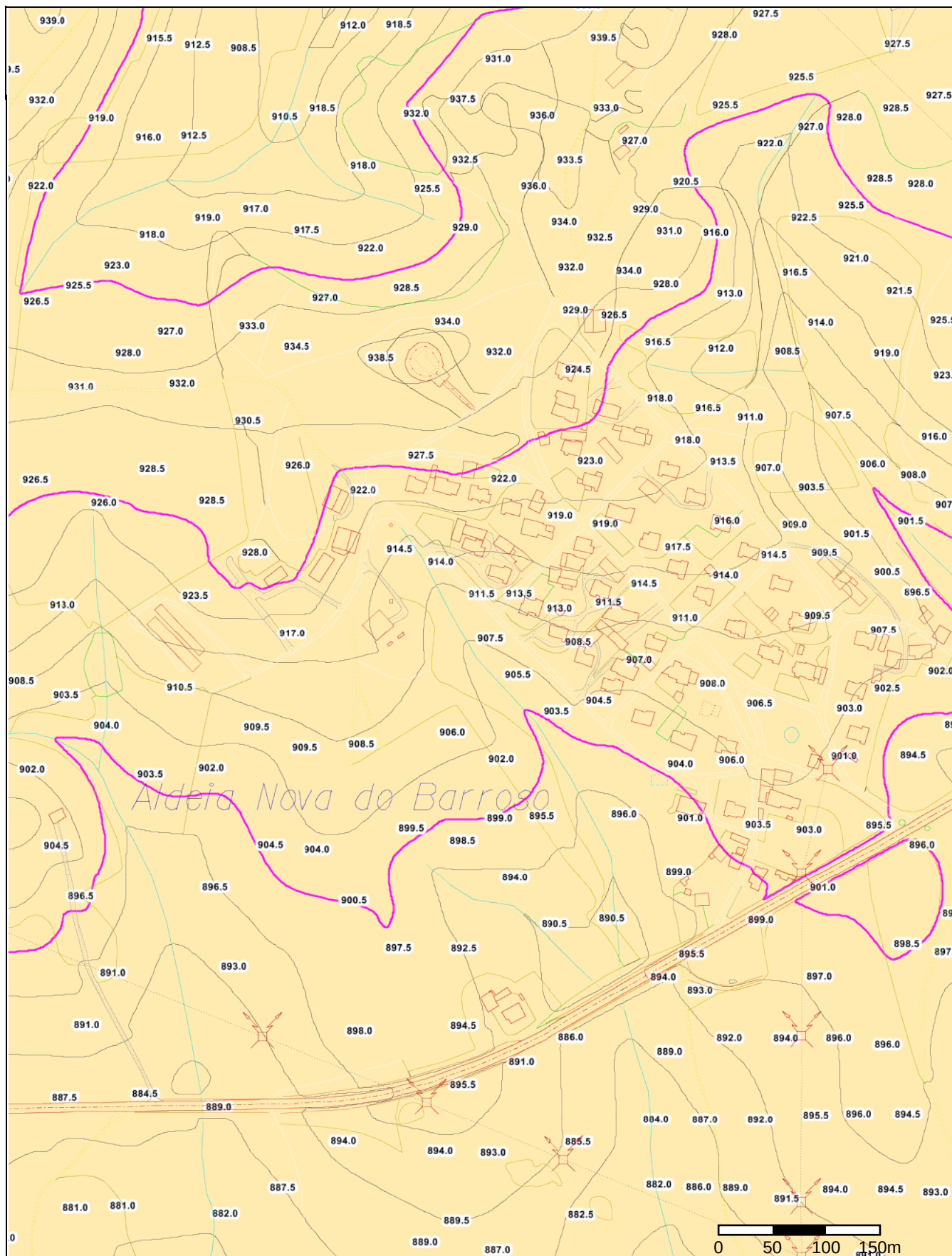
ÁREA DE PROTECCIÓN



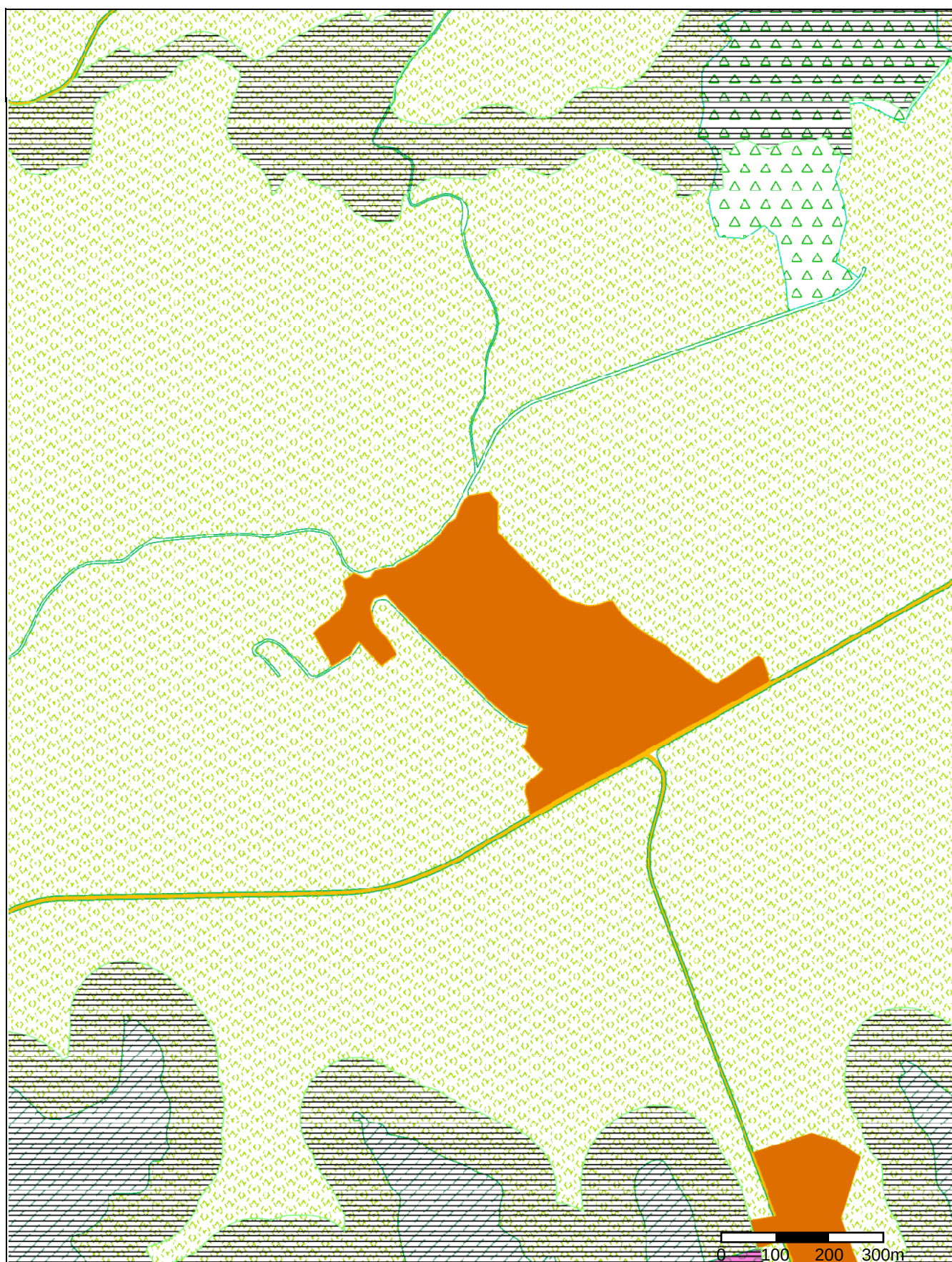
E: 1:5000

-
- ANEXO 2. Extrato PDMM, Ortofotomapa Aldeia Nova do Barroso, Esc. 1.5000





-
- **ANEXO 3.** Extrato PDMM, Ordenamento e Condicionantes, Aldeia Nova do Barroso, Esc. 1.10000





LEGENDA:

- LIMITE DO CONCELHO
- LIMITE DE FREGUESIA

SOLO RURAL:

- ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO
- ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE CONSERVAÇÃO
- ESPAÇOS FLORESTAIS DE CONSERVAÇÃO
- ESPAÇOS DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL
- ESPAÇOS NATURAIS:
 - ÁREAS DE AMBIENTE:
 - NATURAL
 - RURAL
- ESPAÇOS CULTURAIS:
 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
 - VIA ROMANA XVII
- ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA E RECREATIVA:
 - ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA
 - ESPAÇOS DE UTILIZAÇÃO RECREATIVA E DE LAZER
- ESPAÇOS AFETOS À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
- ESPAÇOS AFETOS A ATIVIDADES INDUSTRIAIS
- ESPAÇOS DE APOIO À ATIVIDADE PECUÁRIA
- AGLOMERADOS RURAIS
- ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO

SOLO URBANO:

- ESPAÇOS RESIDENCIAIS:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS:
- ESPAÇOS DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO E CULTURAL:
- ESPAÇOS VERDES:
- ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO

ESPAÇOS CANAIS:

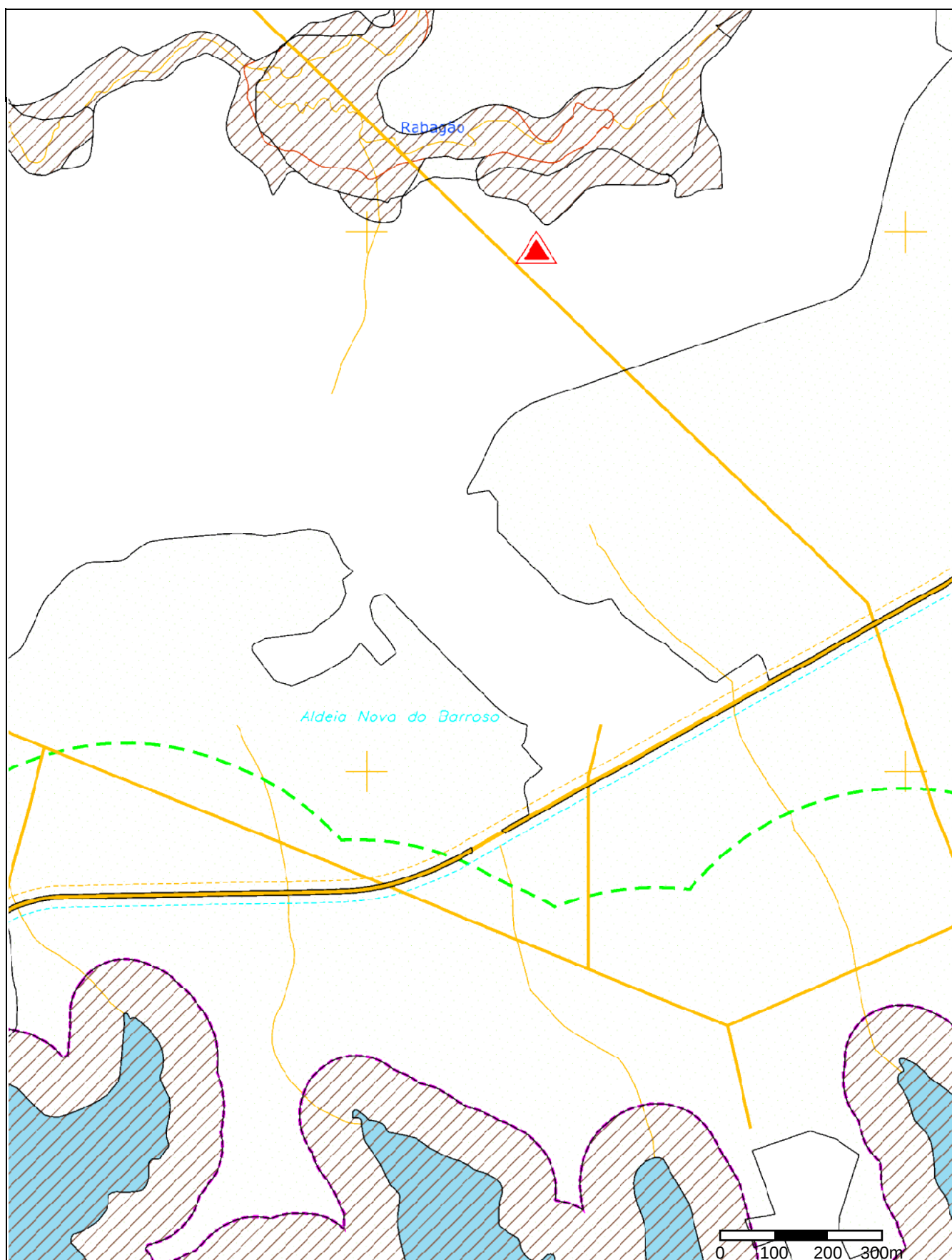
- REDE VIÁRIA:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO
- REDE ESTRUTURANTE PRINCIPAL:
- REDE ESTRUTURANTE SECUNDÁRIA:
- VIAS LOCAIS:

ÁREAS DE SALVAGUARDA:

- ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL
- ÁREAS POTENCIAIS DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
- PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL (PERÍMETROS DE PROTEÇÃO):
 - PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
 - PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO
 - PATRIMÓNIO NATURAL
 - POLO MUSEOLÓGICO DA BORRALHA
- NÚCLEOS DE VALOR PATRIMONIAL
- ÁREAS DE PROTEÇÃO DE RECURSOS HIDROMINERAIS
- NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO (NDT)

- LIMITE DO PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA GÊRES
- LIMITE DO PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA CANIÇADA
- LIMITE DA REDE NATURA 2000
 - PTCON0001 - SÍTIO PENEDA-GÊRES
 - PTZPE0002 - ZPE SERRA DO GERÊS
- UNIDADE OPERATIVA DE PLANEAMENTO E GESTÃO (UOPG)

- IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE EQUIPAMENTOS:
- C - Cultural
 - E - Ensino
 - R - Religioso
 - S - Saúde
 - D - Desportivo / Recreativo / Lazer
- IMÓVEIS / ELEMENTOS DE VALOR PATRIMONIAL





LEGENDA:

LIMITE DO CONCELHO

LIMITE DE FREGUESIA

RECURSOS HÍDRICOS:

LEITOS E MARGENS DE CURSOS DE ÁGUA

ALBUFEIRAS DE ÁGUAS PÚBLICAS

LIMITE DA ZONA RESERVADA DAS ALBUFEIRAS

LIMITE DA ZONA TERRESTRE DE PROTEÇÃO DAS ALBUFEIRAS

LIMITE DAS ZONAS INUNDÁVEIS

RECURSOS GEOLÓGICOS:

PEDREIRAS

PERÍMETRO DE PROTEÇÃO DAS CALDAS SANTAS DE CARVALHINHOS

CONCESSÕES MINEIRAS

RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS:

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)

ÁRVORES DE INTERESSE PÚBLICO

REGIME FLORESTAL - PERÍMETRO FLORESTAL DA SERRA DO BARROSO

REGIME FLORESTAL - PARQUE NACIONAL DA PENEDA GERÊS

POSTOS DE VIGIA DA REDE NACIONAL DE POSTOS DE VIGIA

RECURSOS ECOLÓGICOS:

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)

ÁREAS PROTEGIDAS (LIMITE PNPG)

REDE NATURA 2000
PTCON0001 - SÍTIO PENEDA-GERÊS
PTZPE0002 - ZPE SERRA DO GERÊS

PATRIMÓNIO CULTURAL:

LIMITE DA ZONA GERAL DE PROTEÇÃO

LIMITE DA ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO (ZEP)

ZONA NON AEDIFICANDI

IMÓVEL / ÁREA CLASSIFICADA

MOT_1 - CASTELO DE MONTALEGRE (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho - (ZEP - DG, 2.ª série, n.º 272, de 22-11-1957))
CHÃ_13 - IGREJA DE S. VICENTE DA CHÃ (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho)
VIA ROMANA DE BRAGA A CHAVES (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho)
PT_5 - IGREJA E RUÍNAS DO MOSTEIRO DE S. MARIA DAS JÚNIAS (Dec. 37728, DG 4, de 05-01-1950)
FER_1 - PONTE DA MISARELA (Dec. N.º 42007, de 06-12-1958)
SAR_2 - CASTRO DE PEDRÁRIO (Dec. N.º 29/90, DR n.º 136, de 17-07-1990)
MEX_1/2/3/4/5 - MAMOAS DA VEIGA (Dec. N.º 29/90, DR n.º 136, de 17-07-1990)
VPE_6 - CAPELA N.ª Sra. DAS NEVES (Portaria n.º 383/2011, de 21 de fevereiro, incluindo ZEP)
B1.1 - PAÇO DE VILAR DE PERDIZES (Portaria n.º 383/2011, de 21 de fevereiro, incluindo ZEP)
VIB_1 - CASTRO DE S. ROMÃO (Homologado como IIP. Despacho de 21-11-1973)

MONUMENTO NACIONAL

MONUMENTO DE INTERESSE PÚBLICO

IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO

IMÓVEL EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL

INFRAESTRUTURAS:

REDE ELÉTRICA DE ALTA E MÉDIA TENSÃO

REDE ELÉTRICA DE MUITO ALTA TENSÃO

REDE RODOVIÁRIA NACIONAL E LIMITE DA ZONA DE SERVIÇÃO

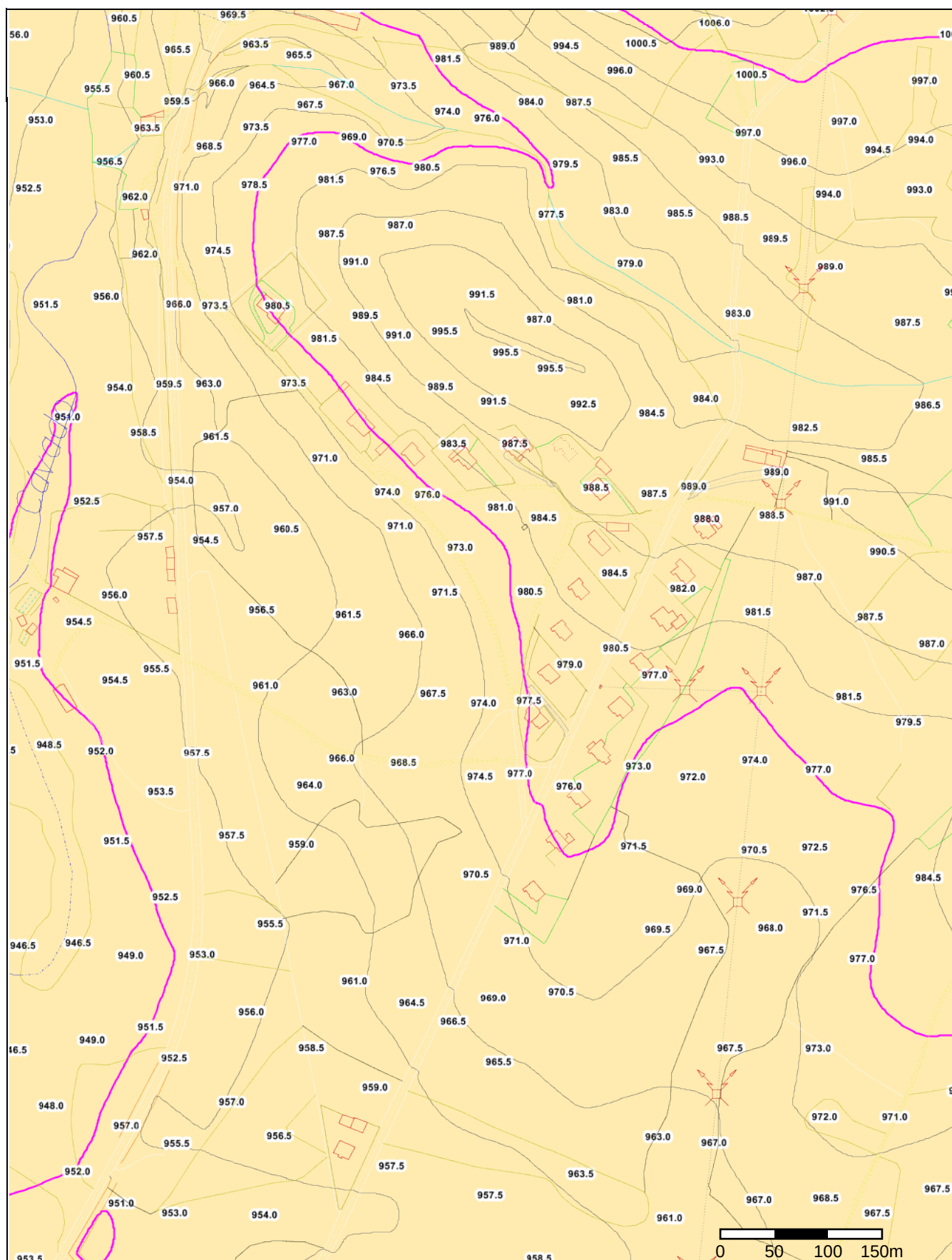
VÉRTICES GEODÉSICOS

ÁREAS EXCLUÍDAS DA REN (DE ACORDO COM A CARTA DA REN)

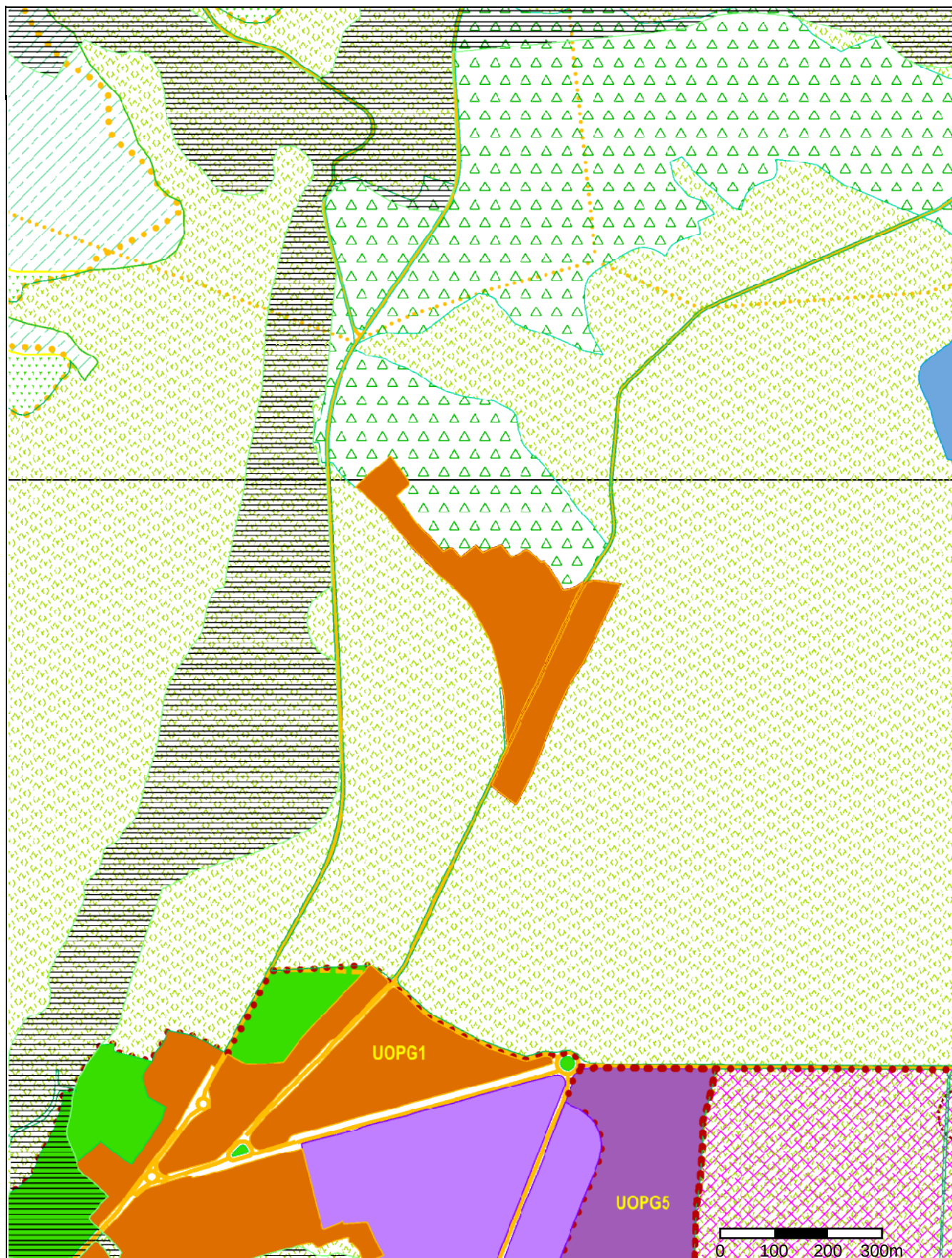
ÁREAS EXCLUÍDAS DA RAN (DE ACORDO COM A CARTA DA RAN)

-
- ANEXO 4. Extrato PDMM, Ortofotomapa Aldeia Nova de Montalegre, Esc. 1.5000





-
- ANEXO 5. Extrato PDMM, Ordenamento e Condicionantes, Aldeia Nova de Montalegre, Esc. 1.10000





LEGENDA:

- LIMITE DO CONCELHO
- LIMITE DE FREGUESIA

SOLO RURAL:

- ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO
- ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE CONSERVAÇÃO
- ESPAÇOS FLORESTAIS DE CONSERVAÇÃO
- ESPAÇOS DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL
- ESPAÇOS NATURAIS:
 - ÁREAS DE AMBIENTE:
 - NATURAL
 - RURAL
- ESPAÇOS CULTURAIS:
 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
 - VIA ROMANA XVII
- ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA E RECREATIVA:
 - ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA
 - ESPAÇOS DE UTILIZAÇÃO RECREATIVA E DE LAZER
- ESPAÇOS AFETOS À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
- ESPAÇOS AFETOS A ATIVIDADES INDUSTRIAIS
- ESPAÇOS DE APOIO À ATIVIDADE PECUÁRIA
- AGLOMERADOS RURAIS
- ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO

SOLO URBANO:

- ESPAÇOS RESIDENCIAIS:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO E CULTURAL:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS VERDES:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL

ESPAÇOS CANAIS:

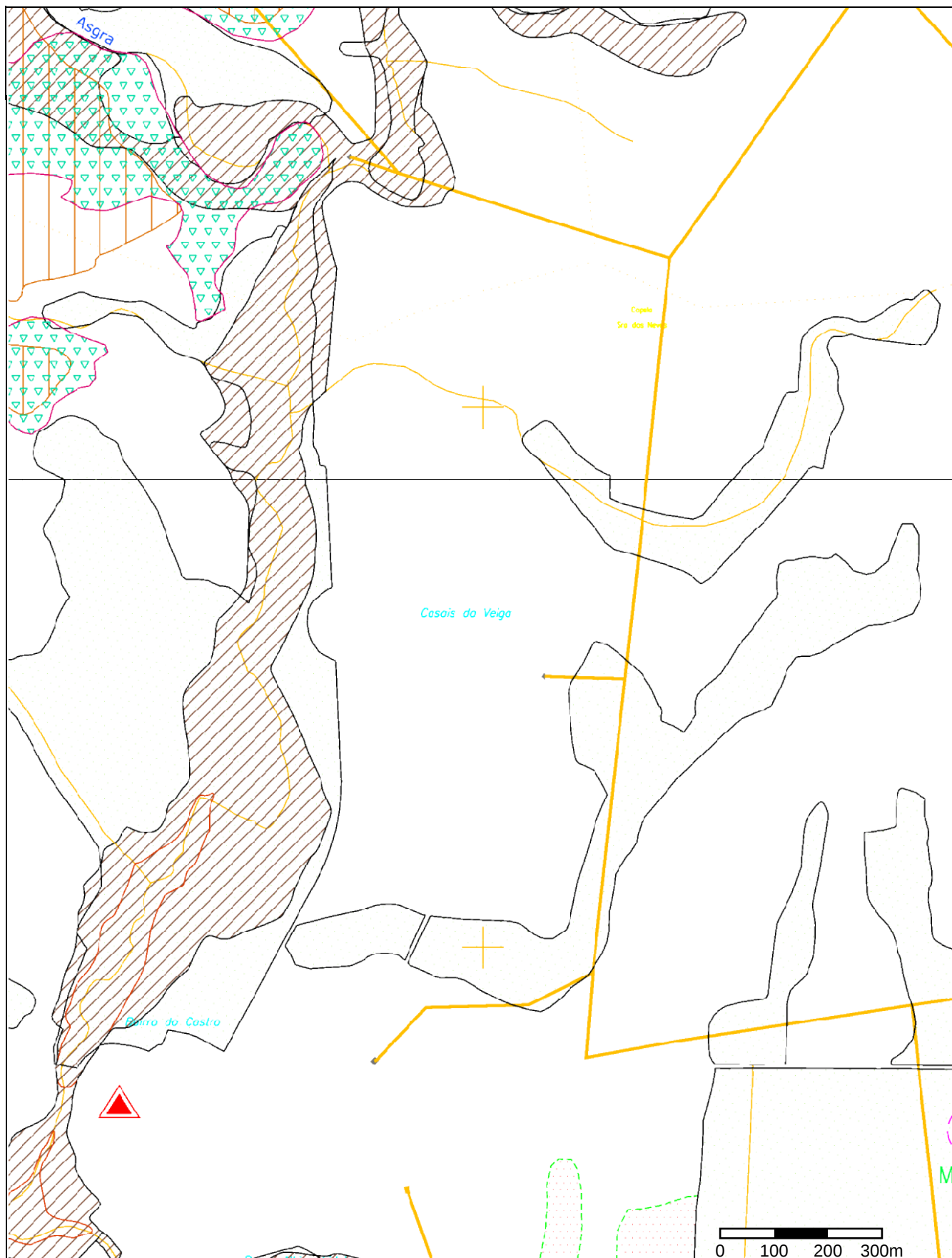
- REDE VIÁRIA:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO
- REDE ESTRUTURANTE PRINCIPAL:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO
- REDE ESTRUTURANTE SECUNDÁRIA:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO
- VIAS LOCAIS:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO

ÁREAS DE SALVAGUARDA:

- ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL
- ÁREAS POTENCIAIS DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
- PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL (PERÍMETROS DE PROTEÇÃO):
 - PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
 - PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO
 - PATRIMÓNIO NATURAL
 - POLO MUSEOLÓGICO DA BORRALHA
- NÚCLEOS DE VALOR PATRIMONIAL
- ÁREAS DE PROTEÇÃO DE RECURSOS HIDROMINERAIS
- NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO (NDT)

- LIMITE DO PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA GÊRES
- LIMITE DO PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA CANIÇADA
- LIMITE DA REDE NATURA 2000
 - PTCON0001 - SÍTIO PENEDA-GERÊS
 - PTZPE0002 - ZPE SERRA DO GERÊS
- UNIDADE OPERATIVA DE PLANEAMENTO E GESTÃO (UOPG)

- IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE EQUIPAMENTOS:
- C - Cultural
 - E - Ensino
 - R - Religioso
 - S - Saúde
 - D - Desportivo / Recreativo / Lazer
- IMÓVEIS / ELEMENTOS DE VALOR PATRIMONIAL





LEGENDA:

LIMITE DO CONCELHO

LIMITE DE FREGUESIA

RECURSOS HÍDRICOS:

LEITOS E MARGENS DE CURSOS DE ÁGUA

ALBUFEIRAS DE ÁGUAS PÚBLICAS

LIMITE DA ZONA RESERVADA DAS ALBUFEIRAS

LIMITE DA ZONA TERRESTRE DE PROTEÇÃO DAS ALBUFEIRAS

LIMITE DAS ZONAS INUNDÁVEIS

RECURSOS GEOLÓGICOS:

PEDREIRAS

PERÍMETRO DE PROTEÇÃO DAS CALDAS SANTAS DE CARVALHOS

CONCESSÕES MINEIRAS

RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS:

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)

ÁRVORES DE INTERESSE PÚBLICO

REGIME FLORESTAL - PERÍMETRO FLORESTAL DA SERRA DO BARROSO

REGIME FLORESTAL - PARQUE NACIONAL DA PENEDA GERÊS

POSTOS DE VIGIA DA REDE NACIONAL DE POSTOS DE VIGIA

RECURSOS ECOLÓGICOS:

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)

ÁREAS PROTEGIDAS (LIMITE PNPG)

REDE NATURA 2000
PTCON0001 - SÍTIO PENEDA-GERÊS
PTZPE0002 - ZPE SERRA DO GERÊS

PATRIMÓNIO CULTURAL:

LIMITE DA ZONA GERAL DE PROTEÇÃO

LIMITE DA ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO (ZEP)

ZONA NON AEDIFICANDI

IMÓVEL / ÁREA CLASSIFICADA

MOT_1 - CASTELO DE MONTALEGRE (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho - (ZEP - DG, 2.ª série, n.º 272, de 22-11-1957))
CHÃ_13 - IGREJA DE S. VICENTE DA CHÃ (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho)
VIA ROMANA DE BRAGA A CHAVES (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho)
PT_5 - IGREJA E RUÍNAS DO MOSTEIRO DE S. MARIA DAS JÚNIAS (Dec. 37728, DG 4, de 05-01-1950)
FER_1 - PONTE DA MISARELA (Dec. N.º 42007, de 06-12-1958)
SAR_2 - CASTRO DE PEDRÁRIO (Dec. N.º 29/90, DR n.º 136, de 17-07-1990)
MEX_1/2/3/4/5 - MAMOAS DA VEIGA (Dec. N.º 29/90, DR n.º 136, de 17-07-1990)
VPE_6 - CAPELA N.ª Sra. DAS NEVES (Portaria n.º 383/2011, de 21 de fevereiro, incluindo ZEP)
B1.1 - PAÇO DE VILAR DE PERDIZES (Portaria n.º 383/2011, de 21 de fevereiro, incluindo ZEP)
VIB_1 - CASTRO DE S. ROMÃO (Homologado como IIP. Despacho de 21-11-1973)

MONUMENTO NACIONAL

MONUMENTO DE INTERESSE PÚBLICO

IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO

IMÓVEL EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL

INFRAESTRUTURAS:

REDE ELÉTRICA DE ALTA E MÉDIA TENSÃO

REDE ELÉTRICA DE MUITO ALTA TENSÃO

REDE RODOVIÁRIA NACIONAL E LIMITE DA ZONA DE SERVIÇÃO

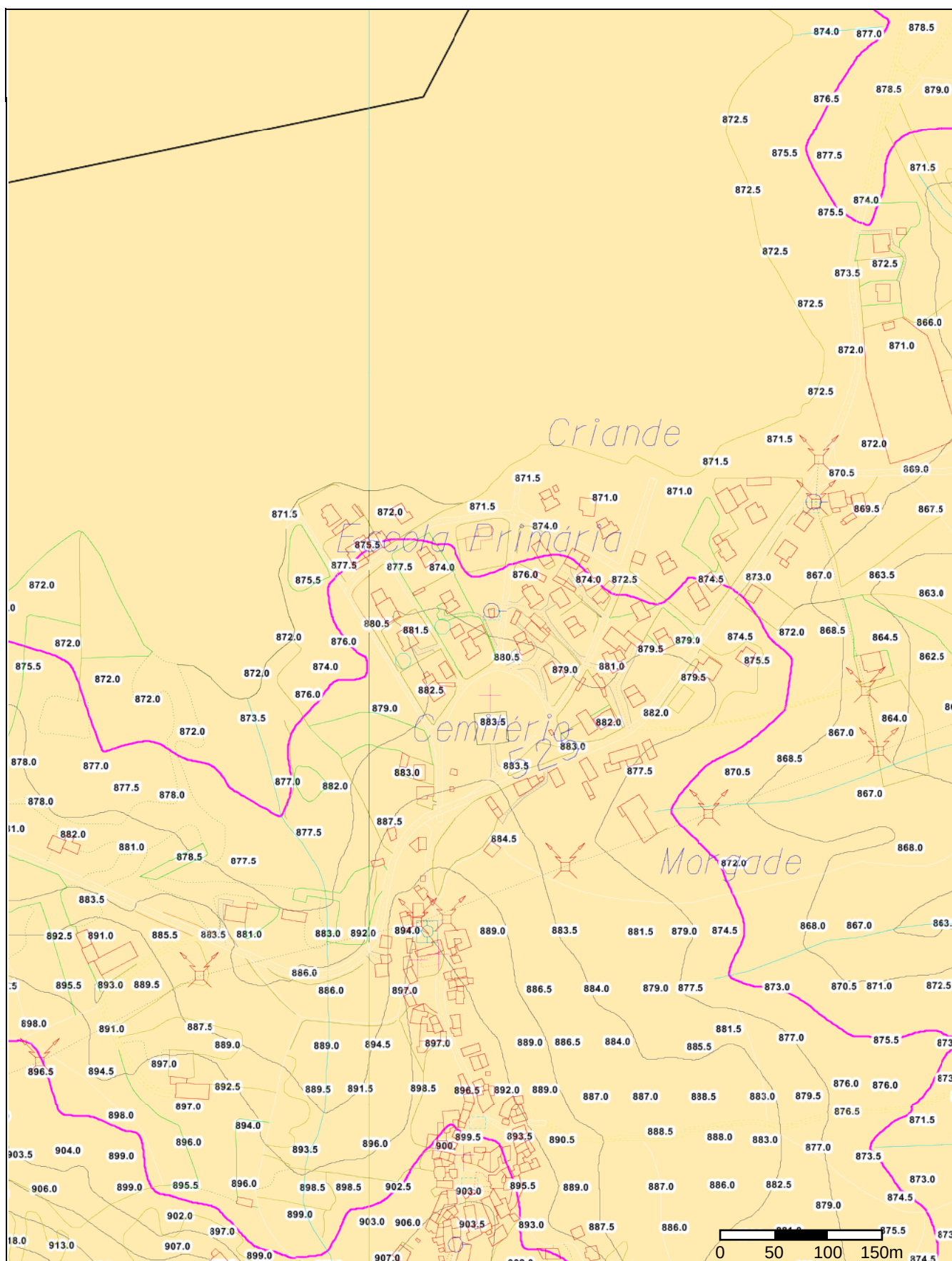
VÉRTICES GEODÉSICOS

ÁREAS EXCLUÍDAS DA REN (DE ACORDO COM A CARTA DA REN)

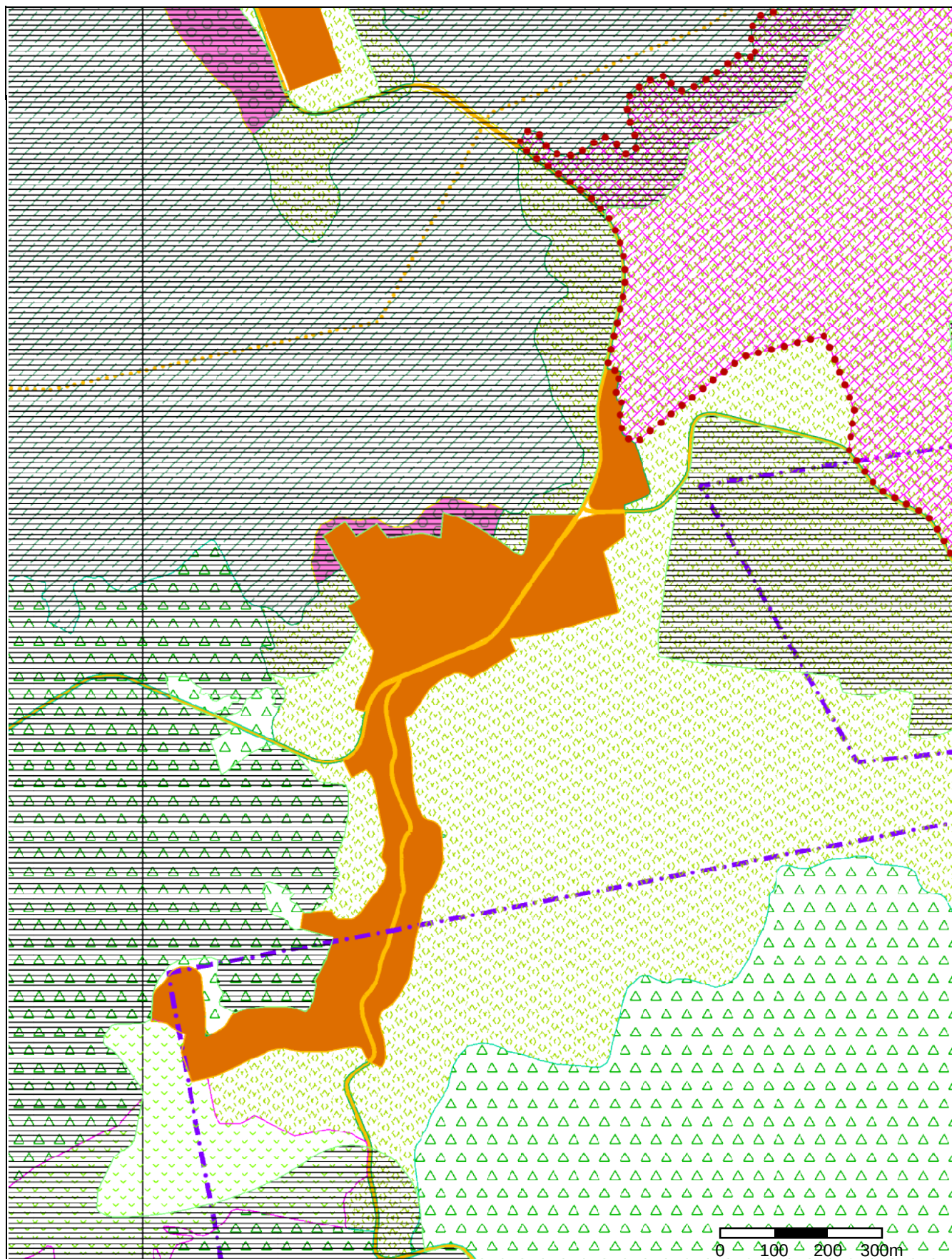
ÁREAS EXCLUÍDAS DA RAN (DE ACORDO COM A CARTA DA RAN)

-
- ANEXO 6. Extrato PDMM, Ortofotomapa Aldeia de Criande, Esc. 1.5000





-
- ANEXO 7. Extrato PDMM, Ordenamento e Condicionantes, Aldeia de Criande, Esc. 1.10000





LEGENDA:

- LIMITE DO CONCELHO
- LIMITE DE FREGUESIA

SOLO RURAL:

- ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO
- ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE CONSERVAÇÃO
- ESPAÇOS FLORESTAIS DE CONSERVAÇÃO
- ESPAÇOS DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL
- ESPAÇOS NATURAIS:
 - ÁREAS DE AMBIENTE:
 - NATURAL
 - RURAL
- ESPAÇOS CULTURAIS:
 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
 - VIA ROMANA XVII
- ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA E RECREATIVA:
 - ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA
 - ESPAÇOS DE UTILIZAÇÃO RECREATIVA E DE LAZER
- ESPAÇOS AFETOS À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
- ESPAÇOS AFETOS A ATIVIDADES INDUSTRIAIS
- ESPAÇOS DE APOIO À ATIVIDADE PECUÁRIA
- AGLOMERADOS RURAIS
- ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO

SOLO URBANO:

- ESPAÇOS RESIDENCIAIS:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO E CULTURAL:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS VERDES:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL

ESPAÇOS CANAIS:

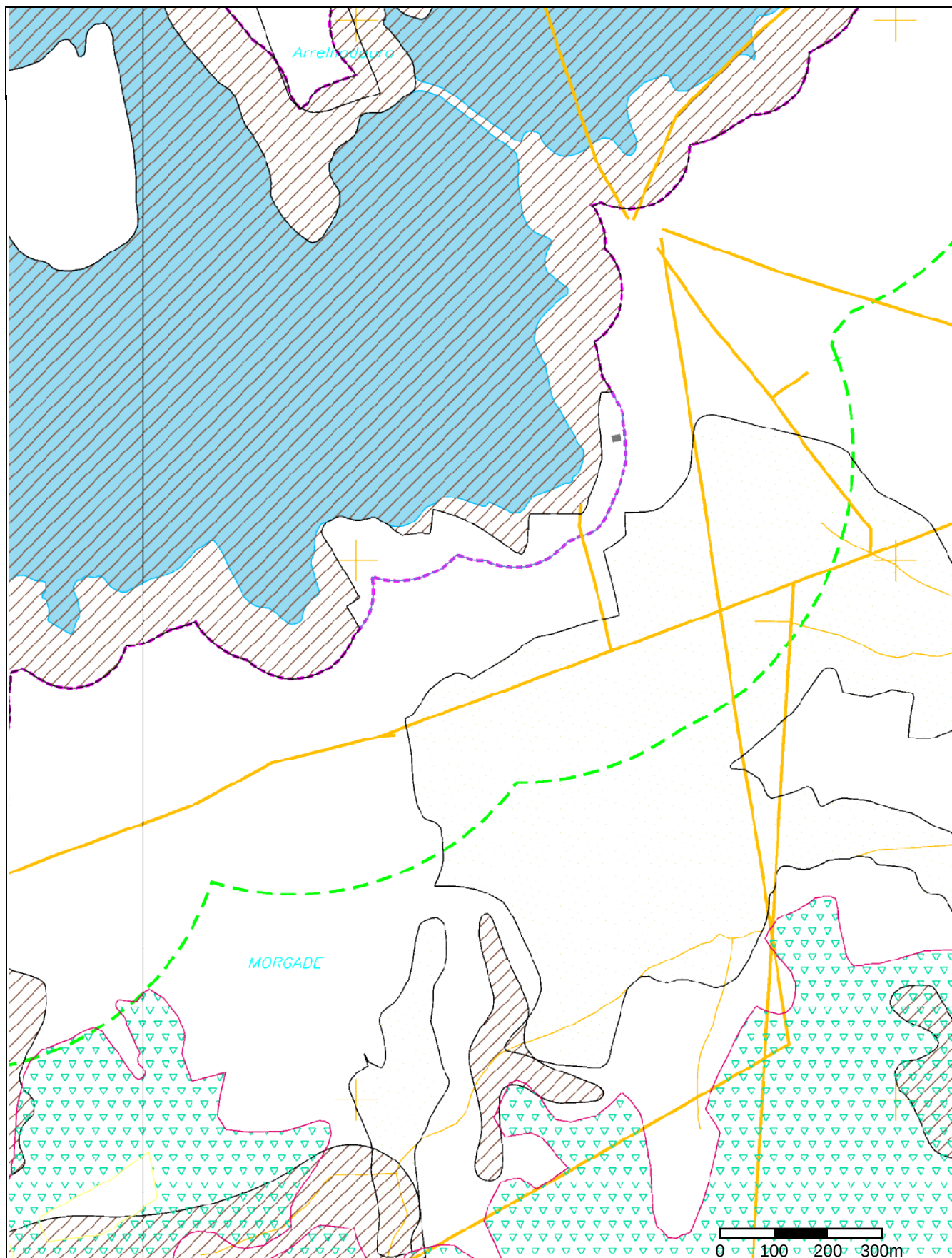
- REDE VIÁRIA:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO
- REDE ESTRUTURANTE PRINCIPAL:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO
- REDE ESTRUTURANTE SECUNDÁRIA:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO
- VIAS LOCAIS:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO

ÁREAS DE SALVAGUARDA:

- ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL
- ÁREAS POTENCIAIS DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
- PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL (PERÍMETROS DE PROTEÇÃO):
 - PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
 - PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO
 - PATRIMÓNIO NATURAL
 - POLO MUSEOLÓGICO DA BORRALHA
- NÚCLEOS DE VALOR PATRIMONIAL
- ÁREAS DE PROTEÇÃO DE RECURSOS HIDROMINERAIS
- NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO (NDT)

- LIMITE DO PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA GÊRES
- LIMITE DO PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA CANIÇADA
- LIMITE DA REDE NATURA 2000
 - PTCON0001 - SÍTIO PENEDA-GERÊS
 - PTZPE0002 - ZPE SERRA DO GERÊS
- UNIDADE OPERATIVA DE PLANEAMENTO E GESTÃO (UOPG)

- IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE EQUIPAMENTOS:
- C - Cultural
 - E - Ensino
 - R - Religioso
 - S - Saúde
 - D - Desportivo / Recreativo / Lazer
- IMÓVEIS / ELEMENTOS DE VALOR PATRIMONIAL





LEGENDA:

LIMITE DO CONCELHO

LIMITE DE FREGUESIA

RECURSOS HÍDRICOS:

LEITOS E MARGENS DE CURSOS DE ÁGUA

ALBUFEIRAS DE ÁGUAS PÚBLICAS

LIMITE DA ZONA RESERVADA DAS ALBUFEIRAS

LIMITE DA ZONA TERRESTRE DE PROTEÇÃO DAS ALBUFEIRAS

LIMITE DAS ZONAS INUNDÁVEIS

RECURSOS GEOLÓGICOS:

PEDREIRAS

PERÍMETRO DE PROTEÇÃO DAS CALDAS SANTAS DE CARVALHINHOS

CONCESSÕES MINEIRAS

RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS:

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)

ÁRVORES DE INTERESSE PÚBLICO

REGIME FLORESTAL - PERÍMETRO FLORESTAL DA SERRA DO BARROSO

REGIME FLORESTAL - PARQUE NACIONAL DA PENEDA GERÊS

POSTOS DE VIGIA DA REDE NACIONAL DE POSTOS DE VIGIA

RECURSOS ECOLÓGICOS:

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)

ÁREAS PROTEGIDAS (LIMITE PNPG)

REDE NATURA 2000
PTCON0001 - SÍTIO PENEDA-GERÊS
PTZPE0002 - ZPE SERRA DO GERÊS

PATRIMÓNIO CULTURAL:

LIMITE DA ZONA GERAL DE PROTEÇÃO

LIMITE DA ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO (ZEP)

ZONA NON AEDIFICANDI

IMÓVEL / ÁREA CLASSIFICADA

MOT_1 - CASTELO DE MONTALEGRE (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho - (ZEP - DG, 2.ª série, n.º 272, de 22-11-1957))
CHÃ_13 - IGREJA DE S. VICENTE DA CHÃ (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho)
VIA ROMANA DE BRAGA A CHAVES (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho)
PT_5 - IGREJA E RUÍNAS DO MOSTEIRO DE S. MARIA DAS JÚNIAS (Dec. 37728, DG 4, de 05-01-1950)
FER_1 - PONTE DA MISARELA (Dec. N.º 42007, de 06-12-1958)
SAR_2 - CASTRO DE PEDRÁRIO (Dec. N.º 29/90, DR n.º 136, de 17-07-1990)
MEX_1/2/3/4/5 - MAMOAS DA VEIGA (Dec. N.º 29/90, DR n.º 136, de 17-07-1990)
VPE_6 - CAPELA N.ª Sra. DAS NEVES (Portaria n.º 383/2011, de 21 de fevereiro, incluindo ZEP)
B1.1 - PAÇO DE VILAR DE PERDIZES (Portaria n.º 383/2011, de 21 de fevereiro, incluindo ZEP)
VIB_1 - CASTRO DE S. ROMÃO (Homologado como IIP. Despacho de 21-11-1973)

MONUMENTO NACIONAL

MONUMENTO DE INTERESSE PÚBLICO

IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO

IMÓVEL EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL

INFRAESTRUTURAS:

REDE ELÉTRICA DE ALTA E MÉDIA TENSÃO

REDE ELÉTRICA DE MUITO ALTA TENSÃO

REDE RODOVIÁRIA NACIONAL E LIMITE DA ZONA DE SERVIÇÃO

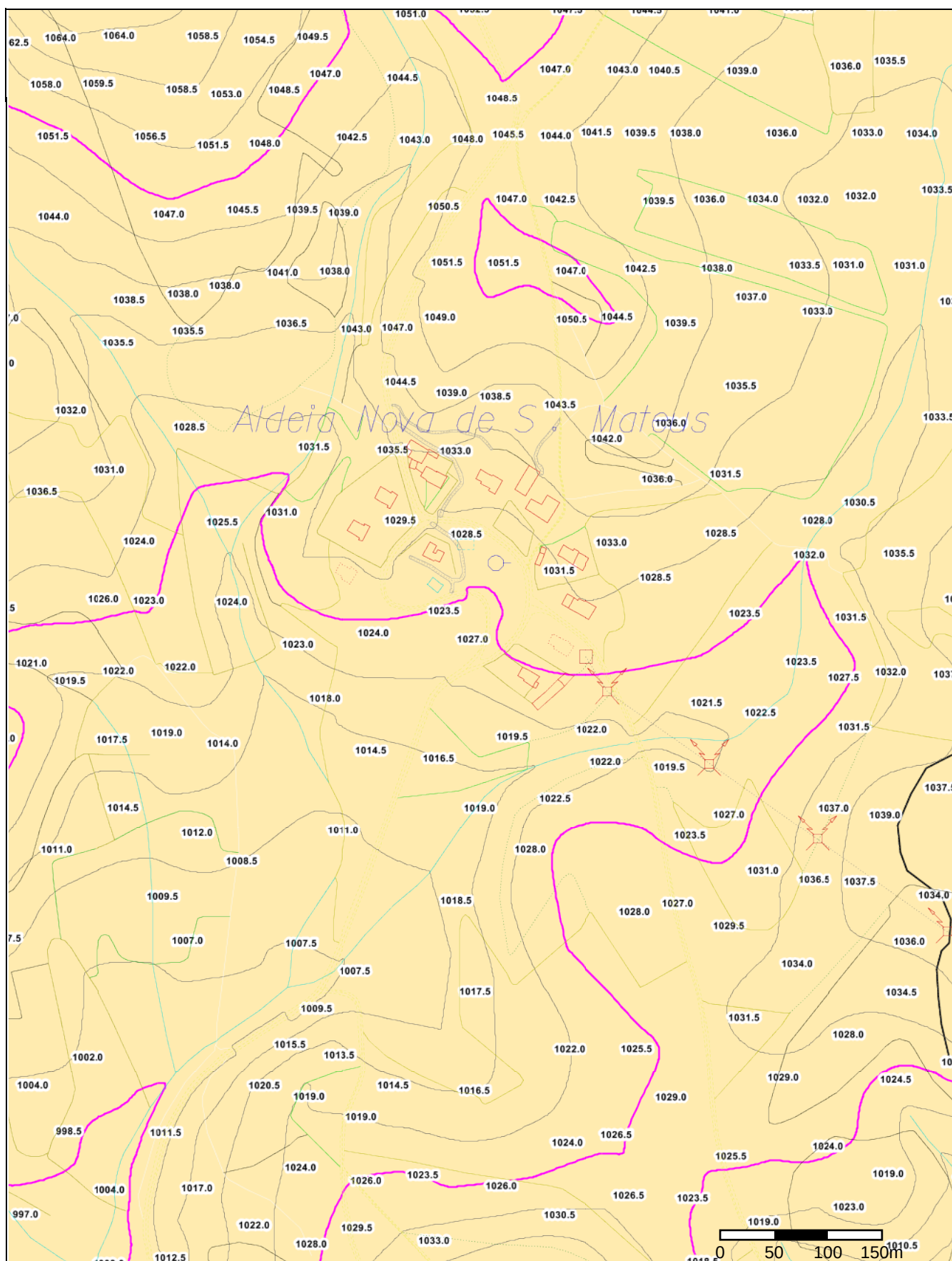
VÉRTICES GEODÉSICOS

ÁREAS EXCLUÍDAS DA REN (DE ACORDO COM A CARTA DA REN)

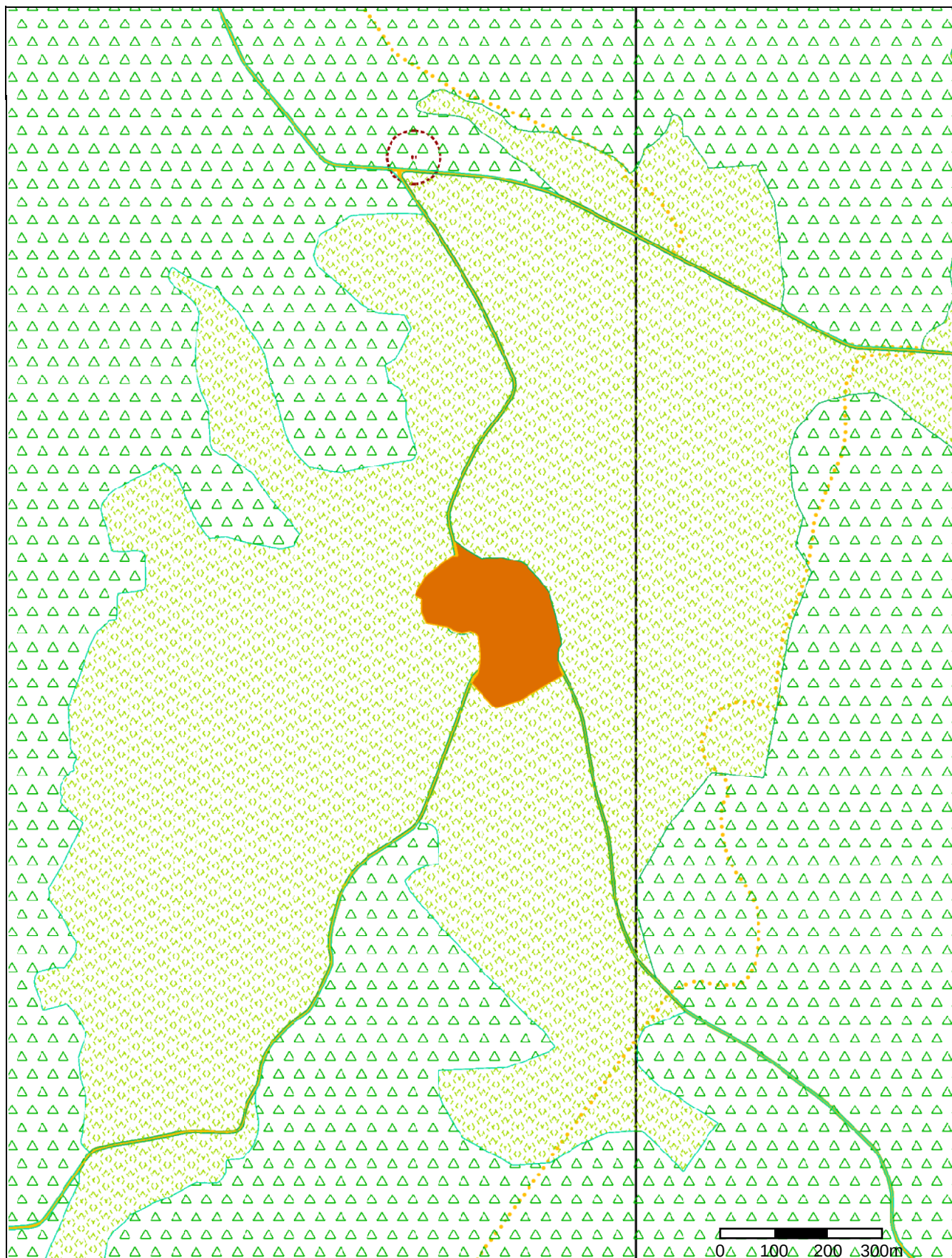
ÁREAS EXCLUÍDAS DA RAN (DE ACORDO COM A CARTA DA RAN)

-
- ANEXO 8. Extrato PDMM, Ortofotomapa Lugar de São Mateus, Esc. 1.5000





- ANEXO 9. Extrato PDMM, Ordenamento e Condicionantes, Lugar de São Mateus, Esc. 1.10000





LEGENDA:

- LIMITE DO CONCELHO
- LIMITE DE FREGUESIA

SOLO RURAL:

- ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO
- ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE CONSERVAÇÃO
- ESPAÇOS FLORESTAIS DE CONSERVAÇÃO
- ESPAÇOS DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL
- ESPAÇOS NATURAIS:
 - ÁREAS DE AMBIENTE:
 - NATURAL
 - RURAL
- ESPAÇOS CULTURAIS:
 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
 - VIA ROMANA XVII
- ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA E RECREATIVA:
 - ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA
 - ESPAÇOS DE UTILIZAÇÃO RECREATIVA E DE LAZER
- ESPAÇOS AFETOS À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
- ESPAÇOS AFETOS A ATIVIDADES INDUSTRIAIS
- ESPAÇOS DE APOIO À ATIVIDADE PECUÁRIA
- AGLOMERADOS RURAIS
- ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO

SOLO URBANO:

- ESPAÇOS RESIDENCIAIS:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO E CULTURAL:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS VERDES:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL

ESPAÇOS CANAIS:

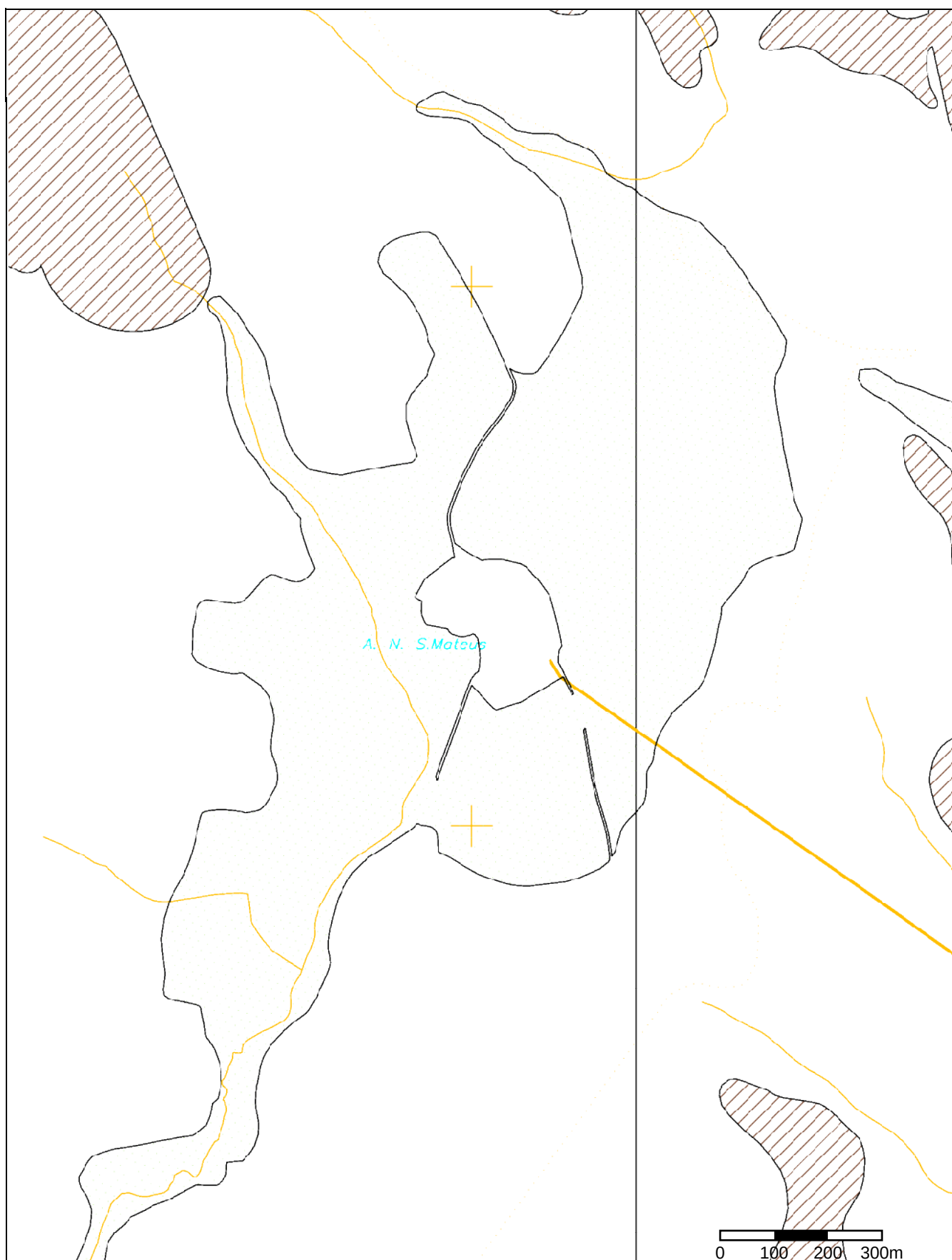
- REDE VIÁRIA:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO
- REDE ESTRUTURANTE PRINCIPAL:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO
- REDE ESTRUTURANTE SECUNDÁRIA:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO
- VIAS LOCAIS:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO

ÁREAS DE SALVAGUARDA:

- ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL
- ÁREAS POTENCIAIS DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
- PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL (PERÍMETROS DE PROTEÇÃO):
 - PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
 - PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO
 - PATRIMÓNIO NATURAL
 - POLO MUSEOLÓGICO DA BORRALHA
- NÚCLEOS DE VALOR PATRIMONIAL
- ÁREAS DE PROTEÇÃO DE RECURSOS HIDROMINERAIS
- NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO (NDT)

- LIMITE DO PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA GÊRES
- LIMITE DO PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA CANIÇADA
- LIMITE DA REDE NATURA 2000
 - PTCON0001 - SÍTIO PENEDA-GÊRES
 - PTZPE0002 - ZPE SERRA DO GÊRES
- UNIDADE OPERATIVA DE PLANEAMENTO E GESTÃO (UOPG)

- IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE EQUIPAMENTOS:
- C - Cultural
 - E - Ensino
 - R - Religioso
 - S - Saúde
 - D - Desportivo / Recreativo / Lazer
- IMÓVEIS / ELEMENTOS DE VALOR PATRIMONIAL





LEGENDA:

LIMITE DO CONCELHO

LIMITE DE FREGUESIA

RECURSOS HÍDRICOS:

LEITOS E MARGENS DE CURSOS DE ÁGUA

ALBUFEIRAS DE ÁGUAS PÚBLICAS

LIMITE DA ZONA RESERVADA DAS ALBUFEIRAS

LIMITE DA ZONA TERRESTRE DE PROTEÇÃO DAS ALBUFEIRAS

LIMITE DAS ZONAS INUNDÁVEIS

RECURSOS GEOLÓGICOS:

PEDREIRAS

PERÍMETRO DE PROTEÇÃO DAS CALDAS SANTAS DE CARVALHINHOS

CONCESSÕES MINEIRAS

RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS:

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)

ÁRVORES DE INTERESSE PÚBLICO

REGIME FLORESTAL - PERÍMETRO FLORESTAL DA SERRA DO BARROSO

REGIME FLORESTAL - PARQUE NACIONAL DA PENEDA GERÊS

POSTOS DE VIGIA DA REDE NACIONAL DE POSTOS DE VIGIA

RECURSOS ECOLÓGICOS:

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)

ÁREAS PROTEGIDAS (LIMITE PNPG)

REDE NATURA 2000
PTCON0001 - SÍTIO PENEDA-GERÊS
PTZPE0002 - ZPE SERRA DO GERÊS

PATRIMÓNIO CULTURAL:

LIMITE DA ZONA GERAL DE PROTEÇÃO

LIMITE DA ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO (ZEP)

ZONA NON AEDIFICANDI

IMÓVEL / ÁREA CLASSIFICADA

MOT_1 - CASTELO DE MONTALEGRE (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho - (ZEP - DG, 2.ª série, n.º 272, de 22-11-1957))
CHÃ_13 - IGREJA DE S. VICENTE DA CHÃ (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho)
VIA ROMANA DE BRAGA A CHAVES (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho)
PT_5 - IGREJA E RUÍNAS DO MOSTEIRO DE S. MARIA DAS JÚNIAS (Dec. 37728, DG 4, de 05-01-1950)
FER_1 - PONTE DA MISARELA (Dec. N.º 42007, de 06-12-1958)
SAR_2 - CASTRO DE PEDRÁRIO (Dec. N.º 29/90, DR n.º 136, de 17-07-1990)
MEX_1/2/3/4/5 - MAMOAS DA VEIGA (Dec. N.º 29/90, DR n.º 136, de 17-07-1990)
VPE_6 - CAPELA N.ª Sra. DAS NEVES (Portaria n.º 383/2011, de 21 de fevereiro, incluindo ZEP)
B1.1 - PAÇO DE VILAR DE PERDIZES (Portaria n.º 383/2011, de 21 de fevereiro, incluindo ZEP)
VIB_1 - CASTRO DE S. ROMÃO (Homologado como IIP. Despacho de 21-11-1973)

MONUMENTO NACIONAL

MONUMENTO DE INTERESSE PÚBLICO

IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO

IMÓVEL EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL

INFRAESTRUTURAS:

REDE ELÉTRICA DE ALTA E MÉDIA TENSÃO

REDE ELÉTRICA DE MUITO ALTA TENSÃO

REDE RODOVIÁRIA NACIONAL E LIMITE DA ZONA DE SERVIÇÃO

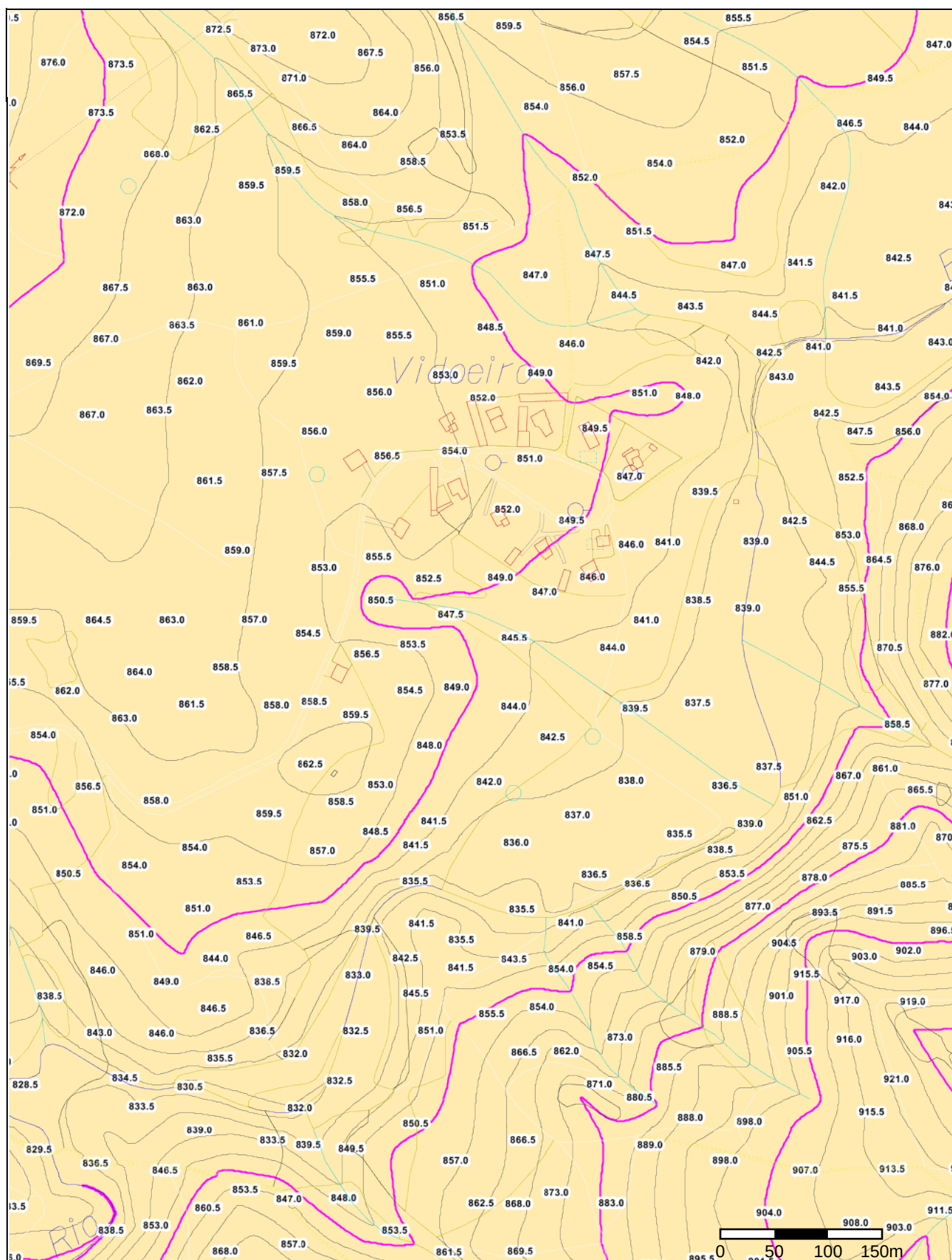
VÉRTICES GEODÉSICOS

ÁREAS EXCLUÍDAS DA REN (DE ACORDO COM A CARTA DA REN)

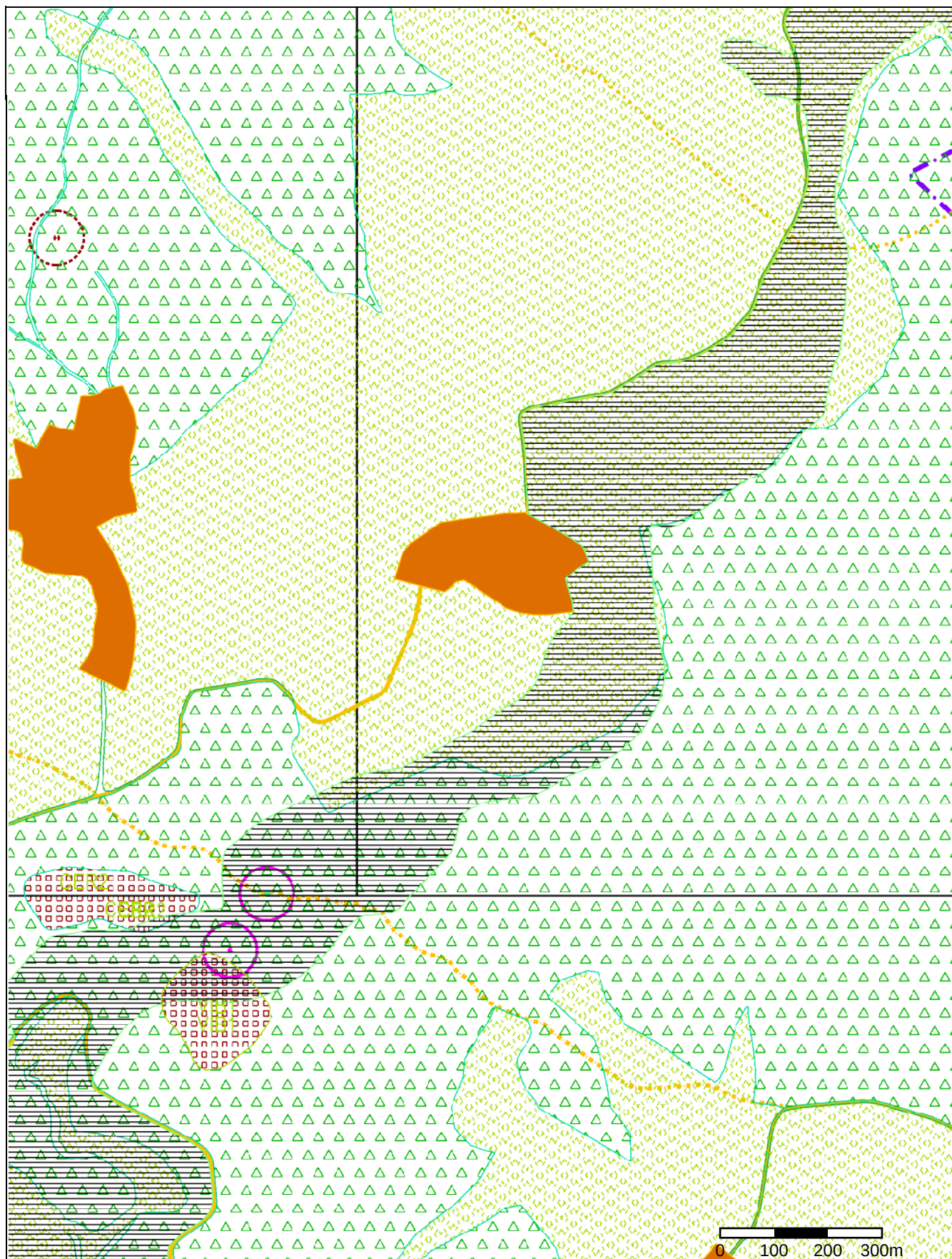
ÁREAS EXCLUÍDAS DA RAN (DE ACORDO COM A CARTA DA RAN)

-
- ANEXO 10. Extrato PDMM, Ortofotomapa Lugar do Videiro, Esc. 1.5000





-
- ANEXO 11. Extrato PDMM, Ordenamento e Condicionantes, Lugar do Vidoerio, Esc. 1.10000





LEGENDA:

- LIMITE DO CONCELHO
- LIMITE DE FREGUESIA

SOLO RURAL:

- ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO
- ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE CONSERVAÇÃO
- ESPAÇOS FLORESTAIS DE CONSERVAÇÃO
- ESPAÇOS DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL
- ESPAÇOS NATURAIS:
 - ÁREAS DE AMBIENTE:
 - NATURAL
 - RURAL
- ESPAÇOS CULTURAIS:
 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
 - VIA ROMANA XVII
- ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA E RECREATIVA:
 - ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA
 - ESPAÇOS DE UTILIZAÇÃO RECREATIVA E DE LAZER
- ESPAÇOS AFETOS À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
- ESPAÇOS AFETOS A ATIVIDADES INDUSTRIAIS
- ESPAÇOS DE APOIO À ATIVIDADE PECUÁRIA
- AGLOMERADOS RURAIS
- ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO

SOLO URBANO:

- ESPAÇOS RESIDENCIAIS:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO E CULTURAL:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS VERDES:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL
- ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES:
 - URBANIZADO
 - URBANIZÁVEL

ESPAÇOS CANAIS:

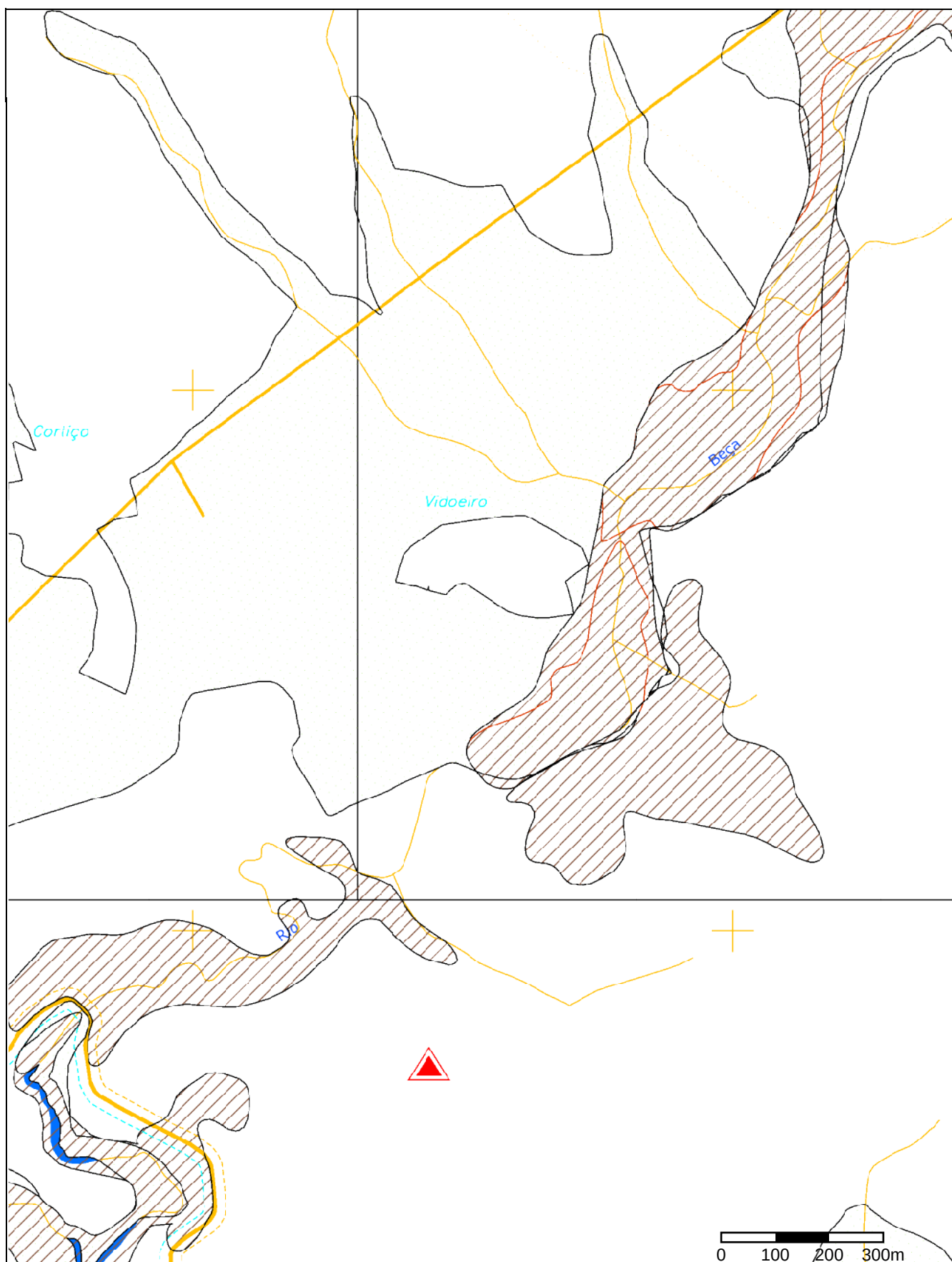
- REDE VIÁRIA:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO
- REDE ESTRUTURANTE PRINCIPAL:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO
- REDE ESTRUTURANTE SECUNDÁRIA:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO
- VIAS LOCAIS:
 - EXISTENTE
 - PREVISTO / PROPOSTO

ÁREAS DE SALVAGUARDA:

- ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL
- ÁREAS POTENCIAIS DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
- PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL (PERÍMETROS DE PROTEÇÃO):
 - PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
 - PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO
 - PATRIMÓNIO NATURAL
 - POLO MUSEOLÓGICO DA BORRALHA
- NÚCLEOS DE VALOR PATRIMONIAL
- ÁREAS DE PROTEÇÃO DE RECURSOS HIDROMINERAIS
- NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO (NDT)

- LIMITE DO PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA GÊRES
- LIMITE DO PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA CANIÇADA
- LIMITE DA REDE NATURA 2000
 - PTCON0001 - SÍTIO PENEDA-GERÊS
 - PTZPE0002 - ZPE SERRA DO GERÊS
- UNIDADE OPERATIVA DE PLANEAMENTO E GESTÃO (UOPG)

- IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE EQUIPAMENTOS:
- C - Cultural
 - E - Ensino
 - R - Religioso
 - S - Saúde
 - D - Desportivo / Recreativo / Lazer
- IMÓVEIS / ELEMENTOS DE VALOR PATRIMONIAL





LEGENDA:

LIMITE DO CONCELHO

LIMITE DE FREGUESIA

RECURSOS HÍDRICOS:

LEITOS E MARGENS DE CURSOS DE ÁGUA

ALBUFEIRAS DE ÁGUAS PÚBLICAS

LIMITE DA ZONA RESERVADA DAS ALBUFEIRAS

LIMITE DA ZONA TERRESTRE DE PROTEÇÃO DAS ALBUFEIRAS

LIMITE DAS ZONAS INUNDÁVEIS

RECURSOS GEOLÓGICOS:

PEDREIRAS

PERÍMETRO DE PROTEÇÃO DAS CALDAS SANTAS DE CARVALHINHOS

CONCESSÕES MINEIRAS

RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS:

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)

ÁRVORES DE INTERESSE PÚBLICO

REGIME FLORESTAL - PERÍMETRO FLORESTAL DA SERRA DO BARROSO

REGIME FLORESTAL - PARQUE NACIONAL DA PENEDA GERÊS

POSTOS DE VIGIA DA REDE NACIONAL DE POSTOS DE VIGIA

RECURSOS ECOLÓGICOS:

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)

ÁREAS PROTEGIDAS (LIMITE PNPG)

REDE NATURA 2000
PTCON0001 - SÍTIO PENEDA-GERÊS
PTZPE0002 - ZPE SERRA DO GERÊS

PATRIMÓNIO CULTURAL:

LIMITE DA ZONA GERAL DE PROTEÇÃO

LIMITE DA ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO (ZEP)

ZONA NON AEDIFICANDI

IMÓVEL / ÁREA CLASSIFICADA

MOT_1 - CASTELO DE MONTALEGRE (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho - (ZEP - DG, 2.ª série, n.º 272, de 22-11-1957))
CHÃ_13 - IGREJA DE S. VICENTE DA CHÃ (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho)
VIA ROMANA DE BRAGA A CHAVES (Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho)
PT_5 - IGREJA E RUÍNAS DO MOSTEIRO DE S. MARIA DAS JÚNIAS (Dec. 37728, DG 4, de 05-01-1950)
FER_1 - PONTE DA MISARELA (Dec. N.º 42007, de 06-12-1958)
SAR_2 - CASTRO DE PEDRÁRIO (Dec. N.º 29/90, DR n.º 136, de 17-07-1990)
MEX_1/2/3/4/5 - MAMOAS DA VEIGA (Dec. N.º 29/90, DR n.º 136, de 17-07-1990)
VPE_6 - CAPELA N.ª Sra. DAS NEVES (Portaria n.º 383/2011, de 21 de fevereiro, incluindo ZEP)
B1.1 - PAÇO DE VILAR DE PERDIZES (Portaria n.º 383/2011, de 21 de fevereiro, incluindo ZEP)
VIB_1 - CASTRO DE S. ROMÃO (Homologado como IIP. Despacho de 21-11-1973)

MONUMENTO NACIONAL

MONUMENTO DE INTERESSE PÚBLICO

IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO

IMÓVEL EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL

INFRAESTRUTURAS:

REDE ELÉTRICA DE ALTA E MÉDIA TENSÃO

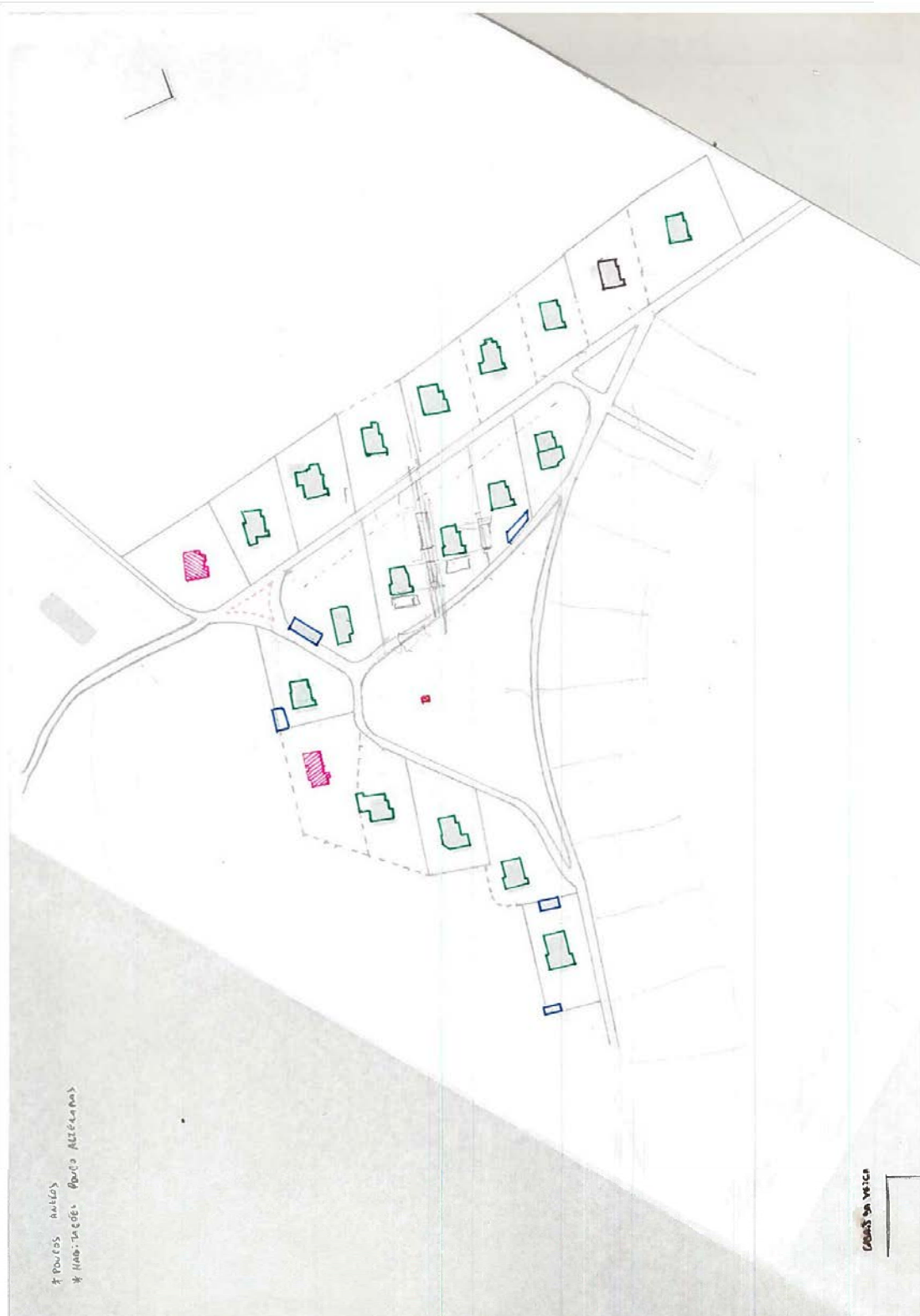
REDE ELÉTRICA DE MUITO ALTA TENSÃO

REDE RODOVIÁRIA NACIONAL E LIMITE DA ZONA DE SERVIÇÃO

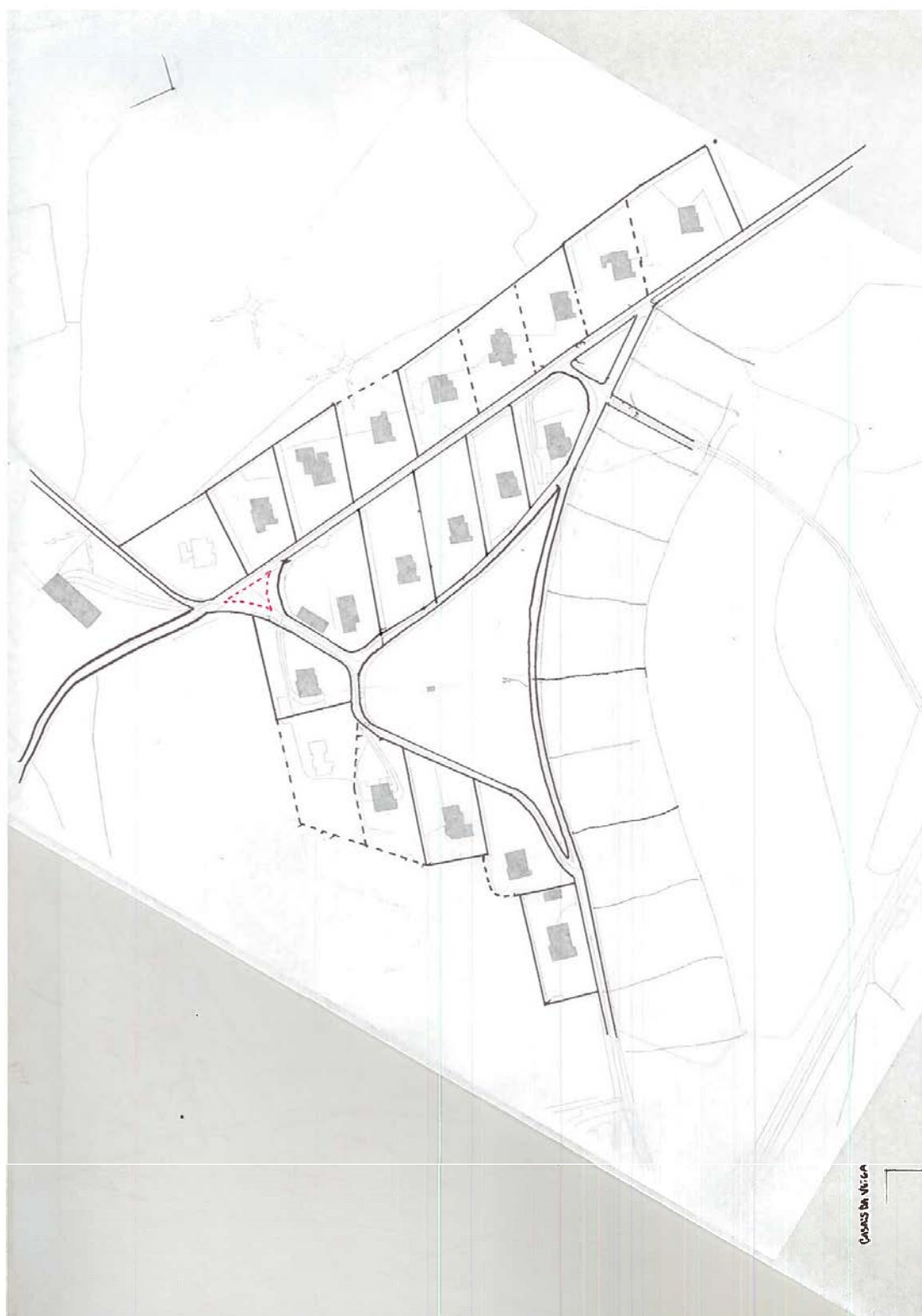
VÉRTICES GEODÉSICOS

ÁREAS EXCLUÍDAS DA REN (DE ACORDO COM A CARTA DA REN)

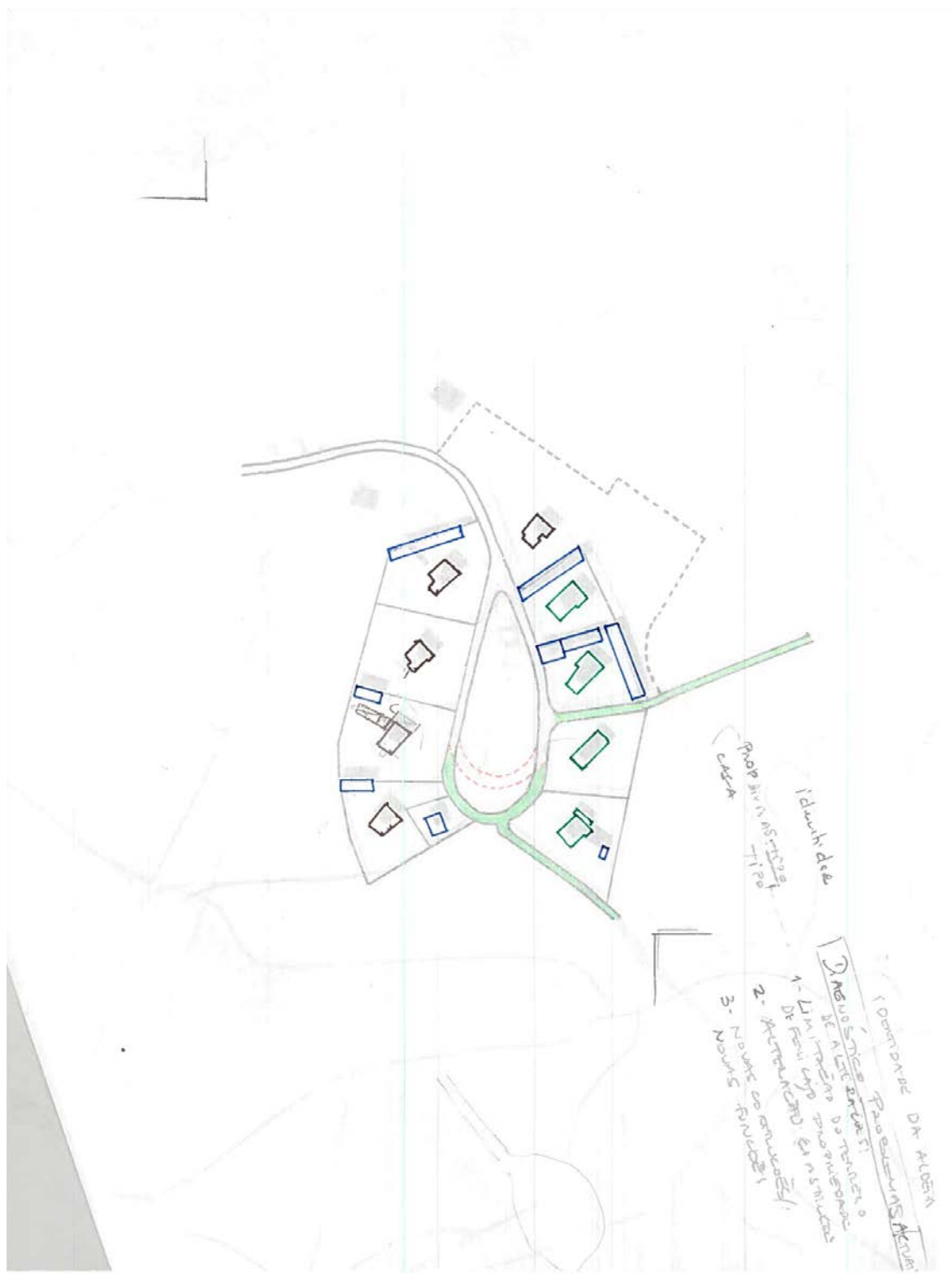
ÁREAS EXCLUÍDAS DA RAN (DE ACORDO COM A CARTA DA RAN)



- **ANEXO 12.** Estudo projetual da evolução do núcleo de Casais da Veiga; A cor-de-rosa assinalado os casais agrícolas em ruína; A verde assinalados os casais agrícolas com alterações significativas; A preto os casais agrícolas sem alterações significativas; A azul as novas construções; A vermelho o fontanário;



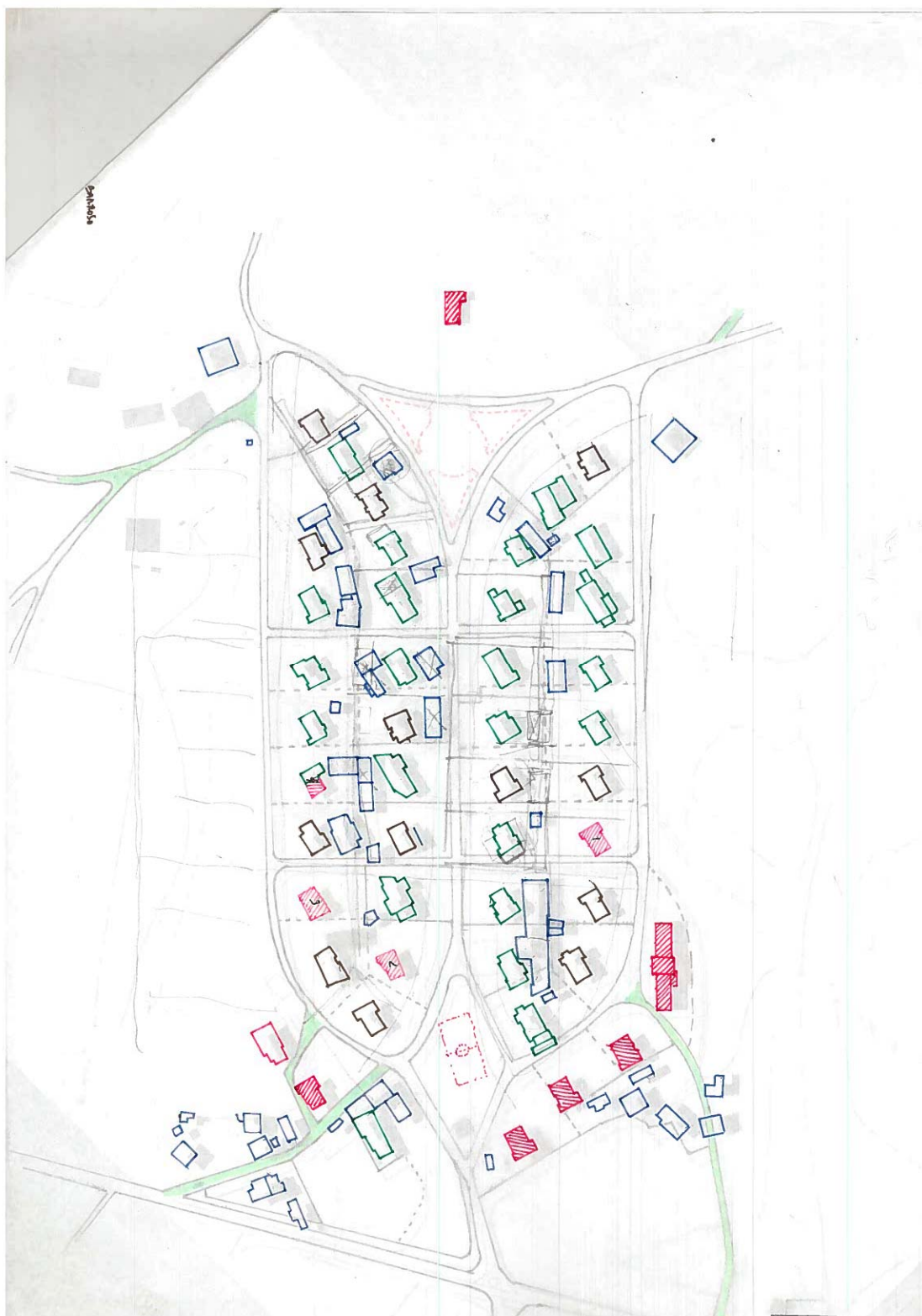
- ANEXO 13. Estudo projetual das divisões de propriedade do núcleo de Casais da Veiga; A tracejado preto a presumível divisão do lote / não dividido fisicamente; A traço preto contínuo divisão do lote com recurso a elementos físicos;



- ANEXO 14. Estudo projetual da evolução do Lugar do Videiro; A verde assinalados os casais agrícolas com alterações significativas; A preto os casais agrícolas sem alterações significativas; A azul as novas construções;



- ANEXO 15. Estudo projetual das divisões de propriedade do Lugar do Videiro; A tracejado preto a presumível divisão do lote / não dividido fisicamente; A traço preto contínuo divisão do lote com recurso a elementos físicos; A tracejado encarnado a via de circulação prevista em projeto; A mancha verde as novas vias de circulação construídas;



- ANEXO 16. Estudo projetual da evolução da Aldeia Nova do Barroso; A cor-de-rosa assinalado os casais agrícolas em ruína; A verde assinalados os casais agrícolas com alterações significativas; A preto os casais agrícolas sem alterações significativas; A azul as novas construções; Com mancha encarnada os equipamentos;



- ANEXO 17. Estudo projetual da evolução da Aldeia Nova do Barroso; A tracejado preto a presumível divisão do lote / não dividido fisicamente; A traço preto contínuo divisão do lote com recurso a elementos físicos; A tracejado encarnado a via de circulação prevista em projeto; A mancha verde as novas vias de circulação construídas;



- **ANEXO 18.** Estudo projetual da evolução do Lugar de São Mateus; A cor-de-rosa assinalado os casais agrícolas em ruína; A verde assinalados os casais agrícolas com alterações significativas; A preto os casais agrícolas sem alterações significativas; A azul as novas construções; A cor-de-laranja a habitação para os professores;



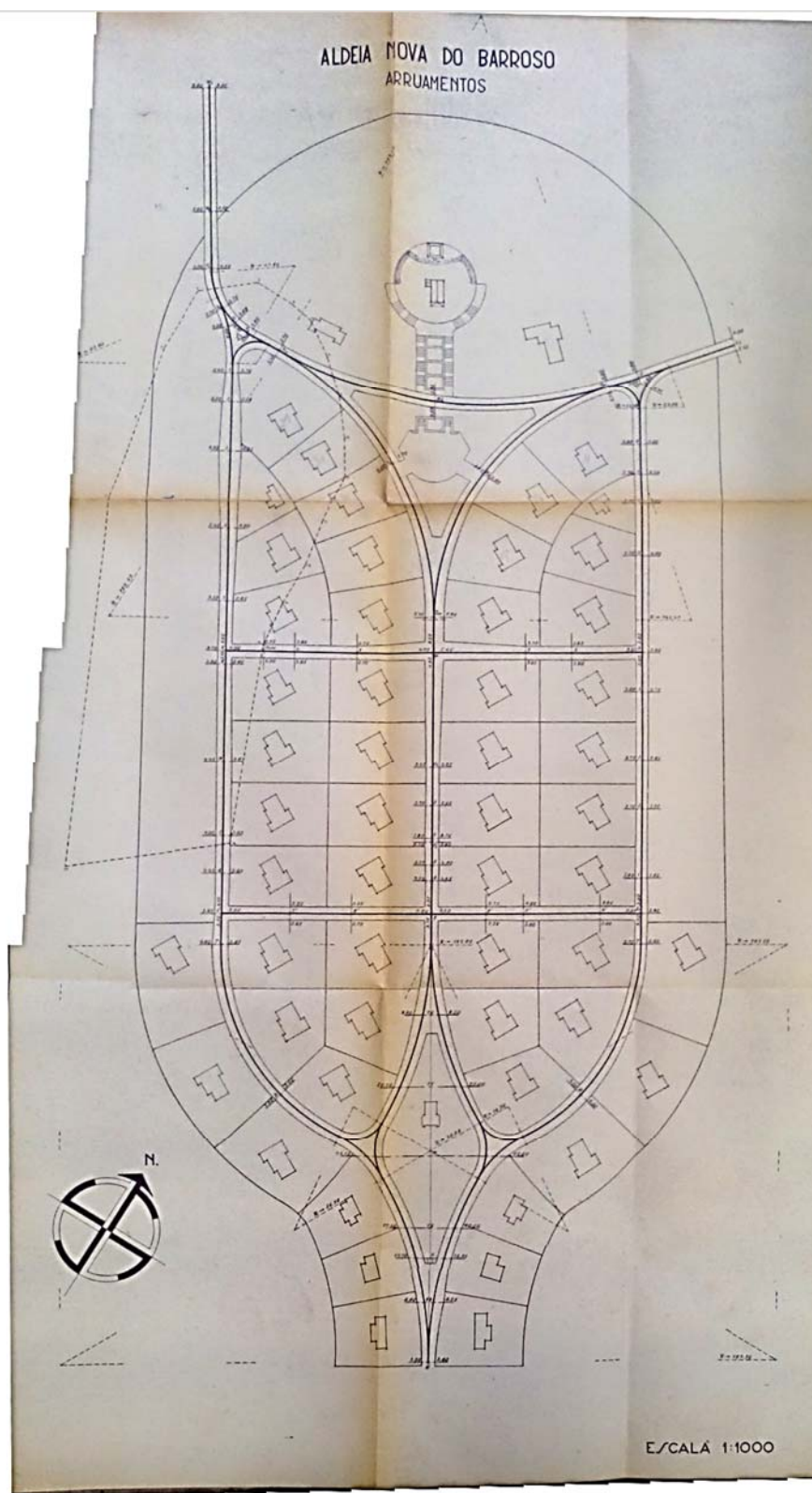
- ANEXO 19. Estudo projetual da evolução do Lugar de São Mateus; A tracejado preto a presumível divisão do lote / não dividido fisicamente; A traço preto contínuo divisão do lote com recurso a elementos físicos; A tracejado encarnado a via de circulação prevista em projeto; A mancha verde as novas vias de circulação construídas;



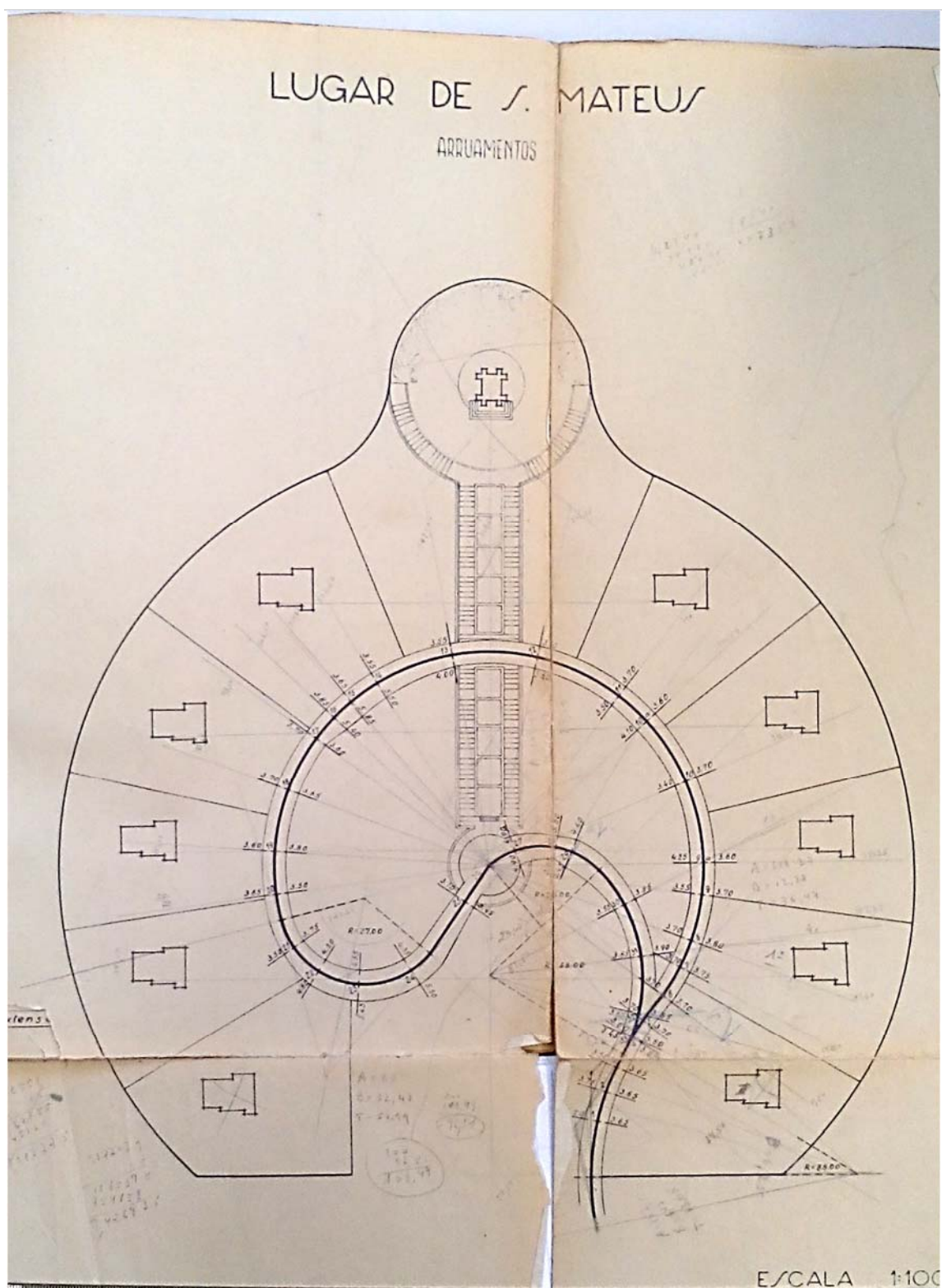
- ANEXO 20. Estudo projetual da evolução da Aldeia de Criande; A cor-de-rosa assinalado os casais agrícolas em ruína; A verde assinalados os casais agrícolas com alterações significativas; A preto os casais agrícolas sem alterações significativas; A azul as novas construções; Com mancha encarnada os equipamentos;



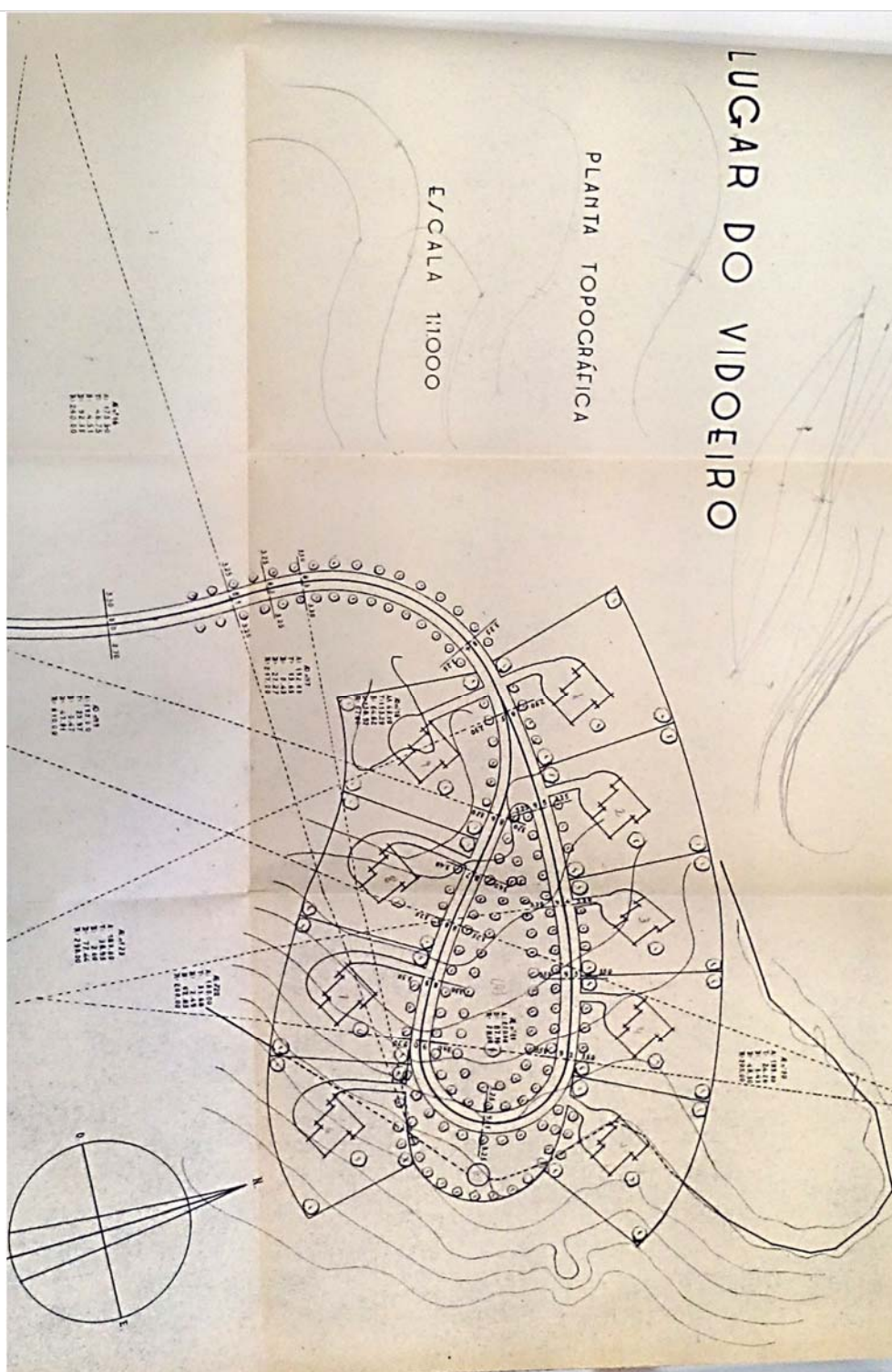
- ANEXO 21. Estudo projetual da evolução da Aldeia de Criande; A tracejado preto a presumível divisão do lote / não dividido fisicamente; A traço preto contínuo divisão do lote com recurso a elementos físicos; A tracejado encarnado a via de circulação prevista em projeto; A mancha verde a nova via de circulação construída;



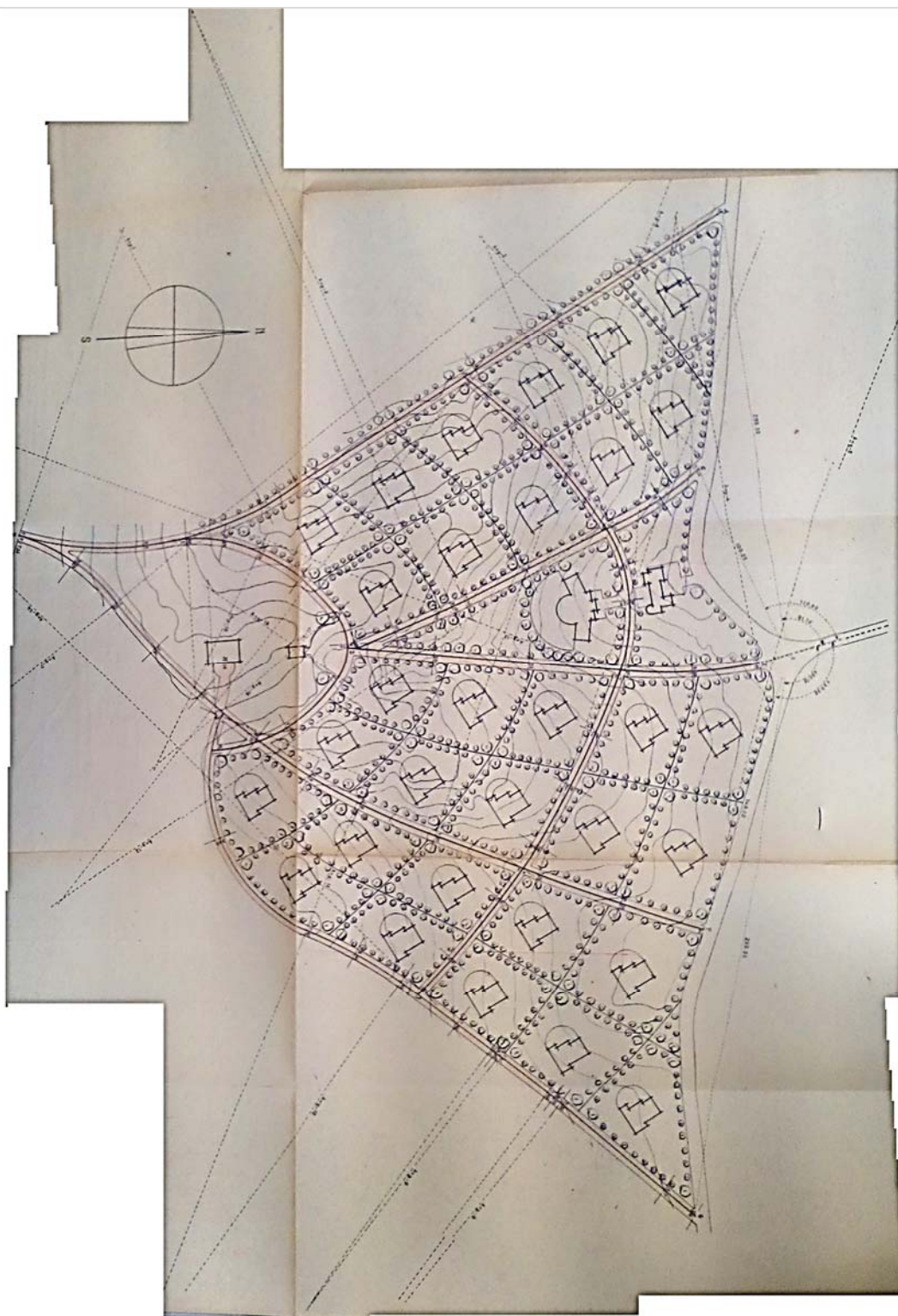
- ANEXO 22. Planta de Arruamentos, Aldeia Nova do Barroso; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Macadamização Da Estrada De Ligação Da En103*. Lisboa : MA, JCI, 1944?;



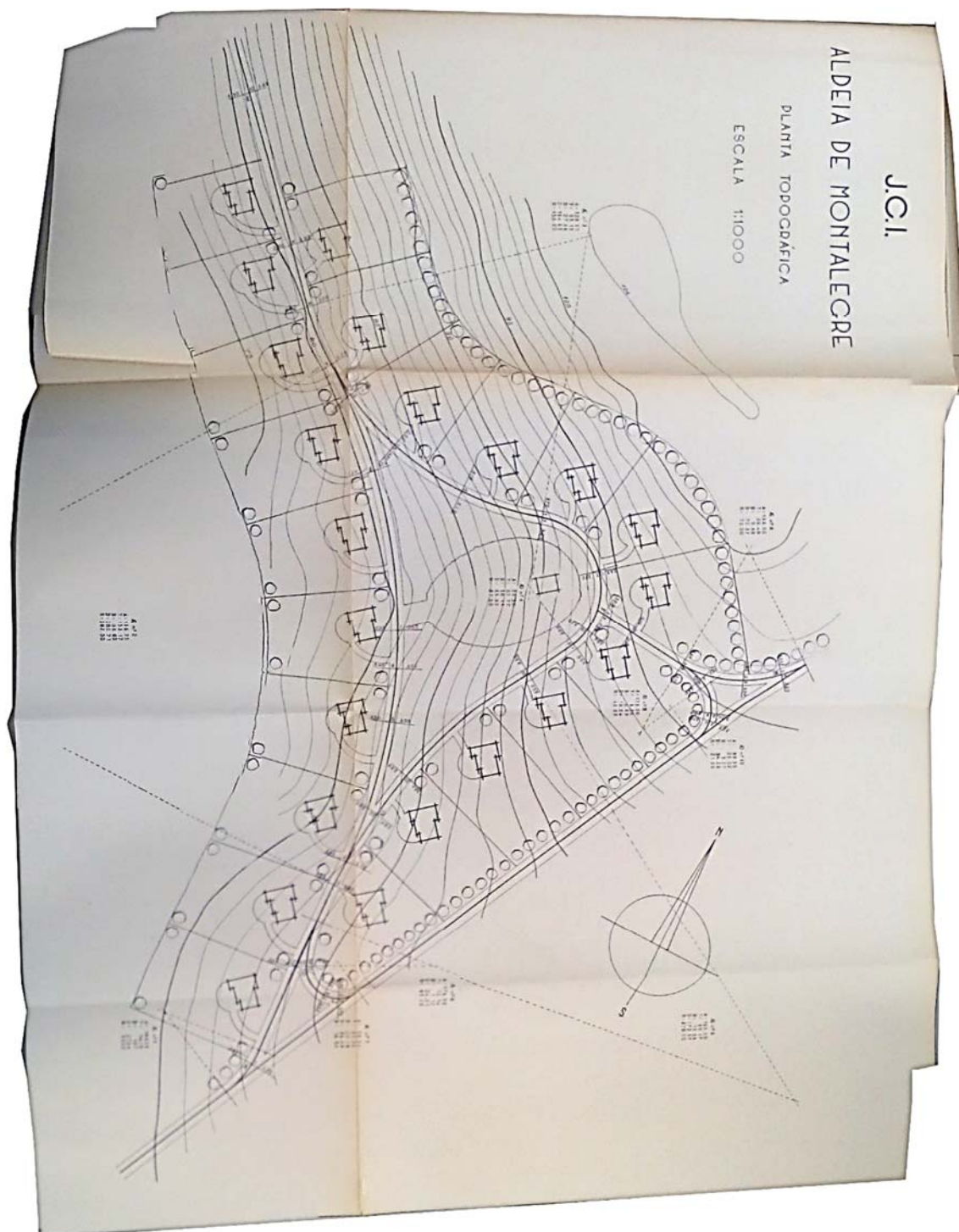
- ANEXO 23. Planta de Arruamentos, Lugar de São Mateus; PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Anexo V (arruamentos)*. Lisboa : MA, JCI, 1944;



- ANEXO 24. Planta Topográfica Lugar do Videiro; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Freguesias de Morgade, Cervos e Beça. Anexo V Aldeamentos (arruamentos)*. Lisboa : MA, JCI, 1944?;



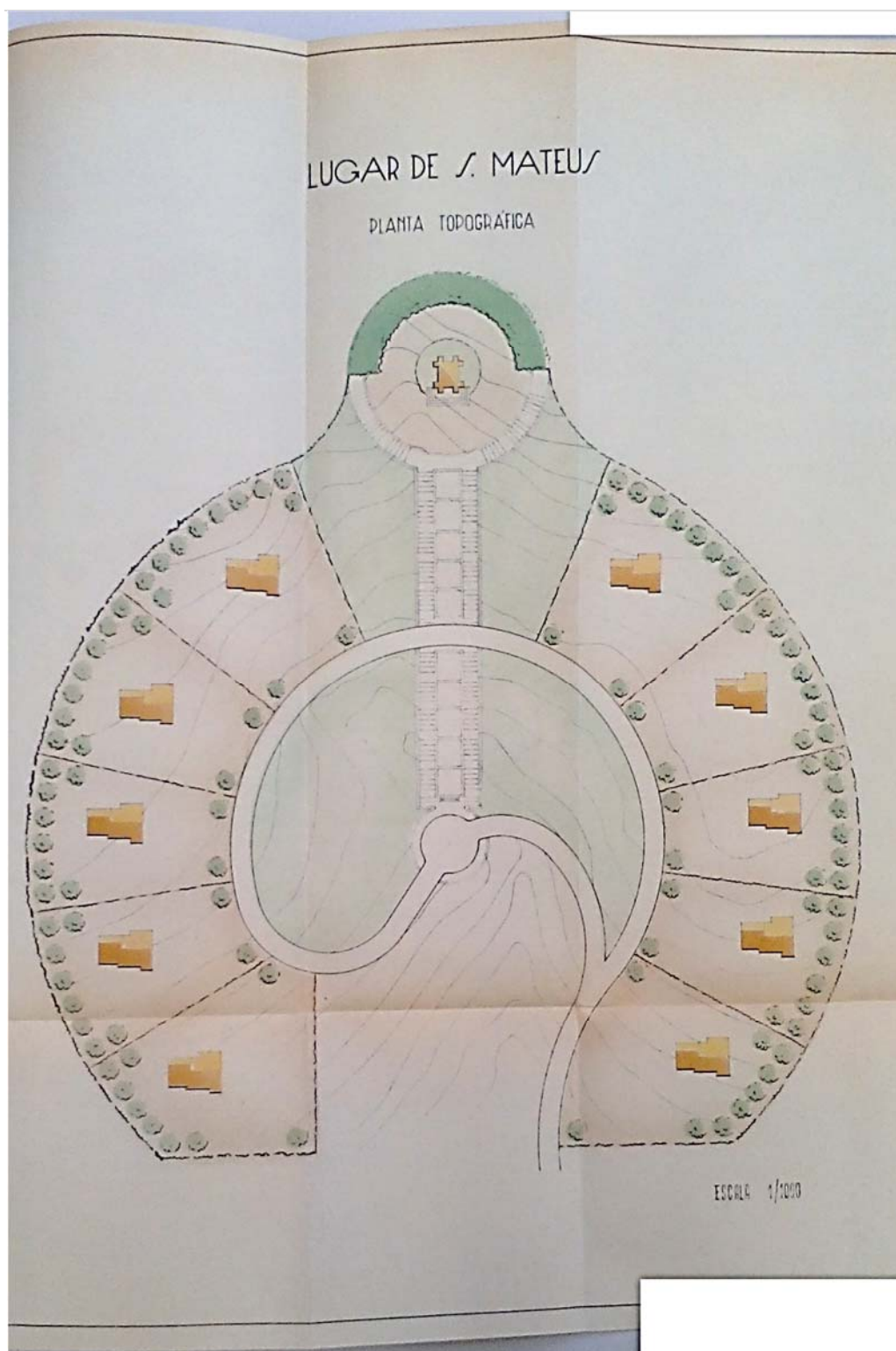
- ANEXO 25. Planta Topográfica Aldeia de Criande; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. II Anexo V Aldeamentos (arruamentos)*. Lisboa : MA, JCI, 1944?;



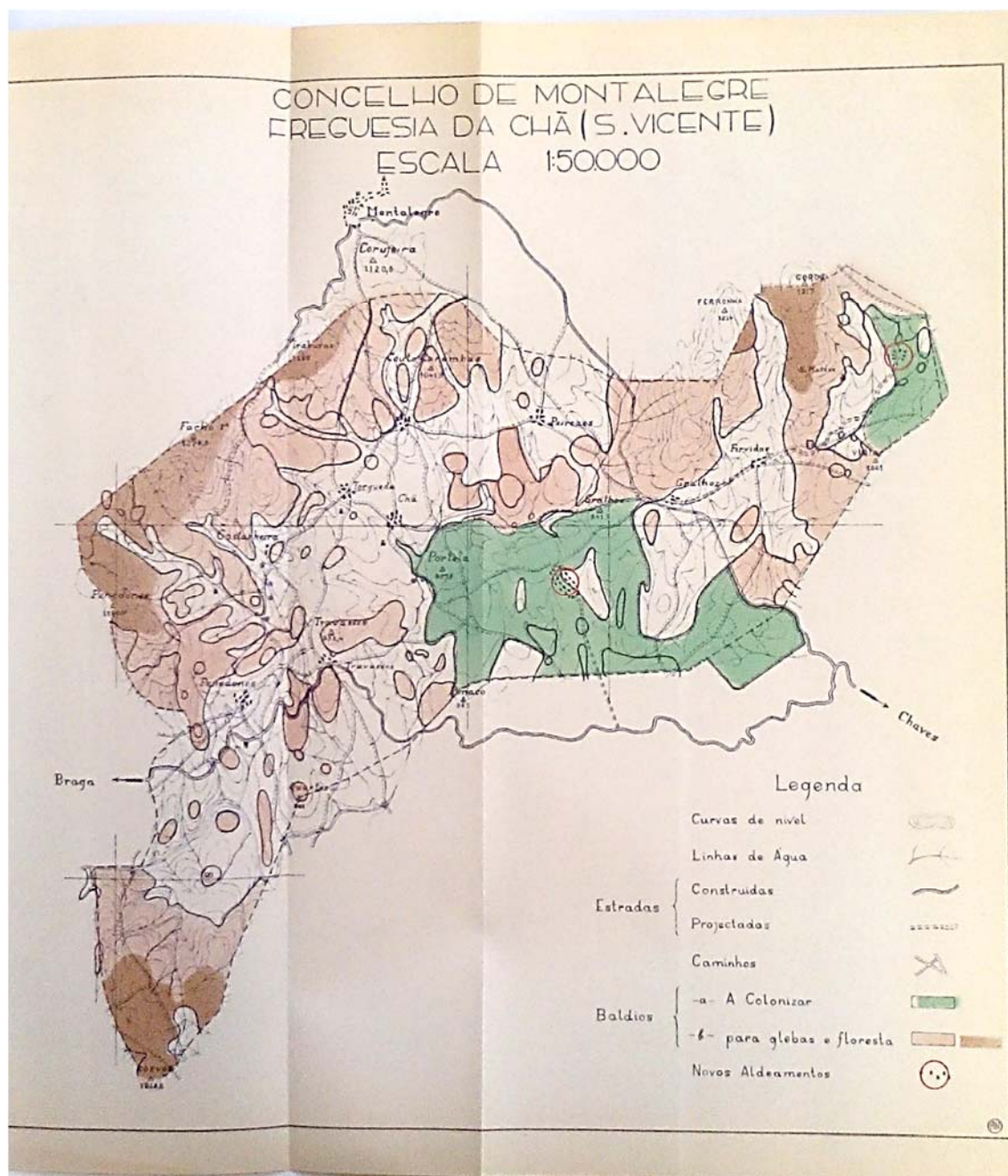
- ANEXO 26. Planta Topográfica da Aldeia de Montalegre (Casais da Veiga); fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – III Freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo.- Arruamentos*. Lisboa : MA, JCI, 1946;



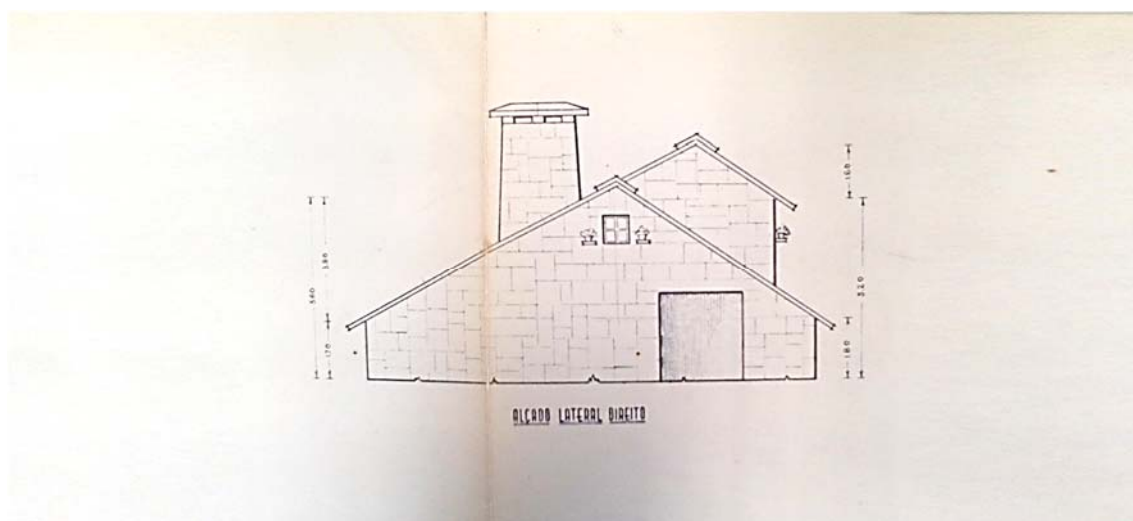
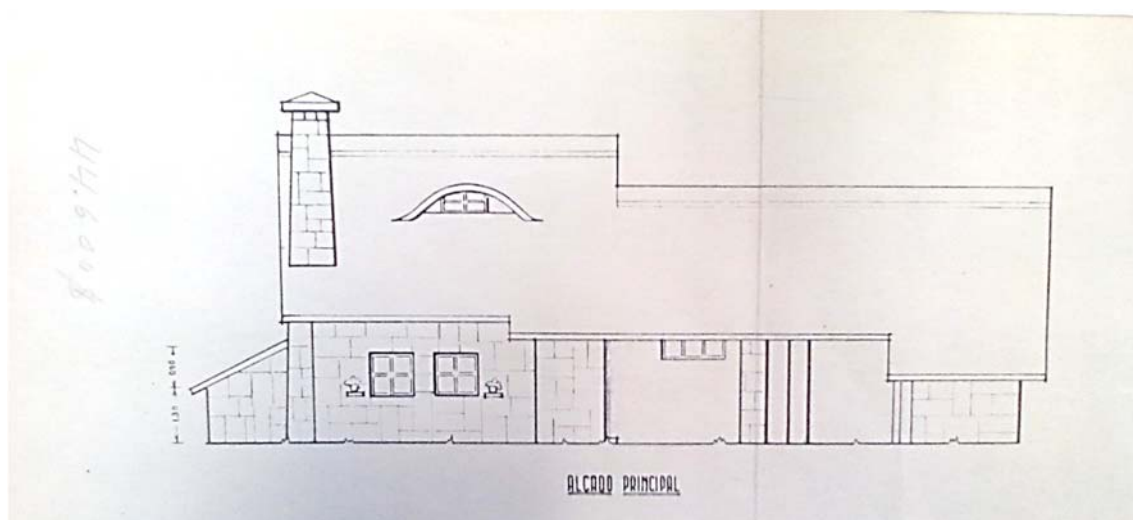
- ANEXO 28. Carta de Aptidão Cultural do Videiro; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. II Freguesias de Morgade, cervos e Beça (parte)*. Lisboa : MA, JCI, 1945;



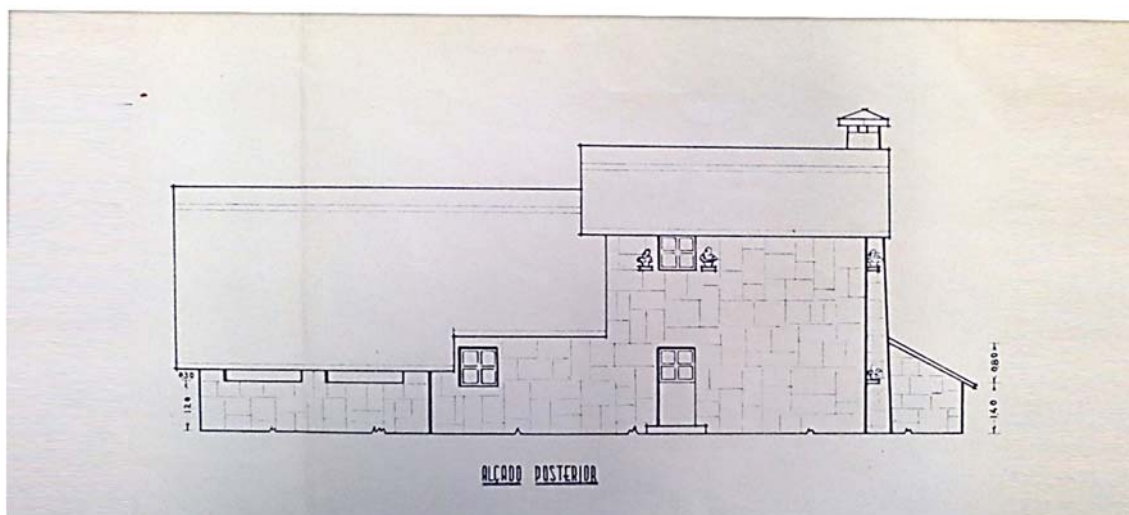
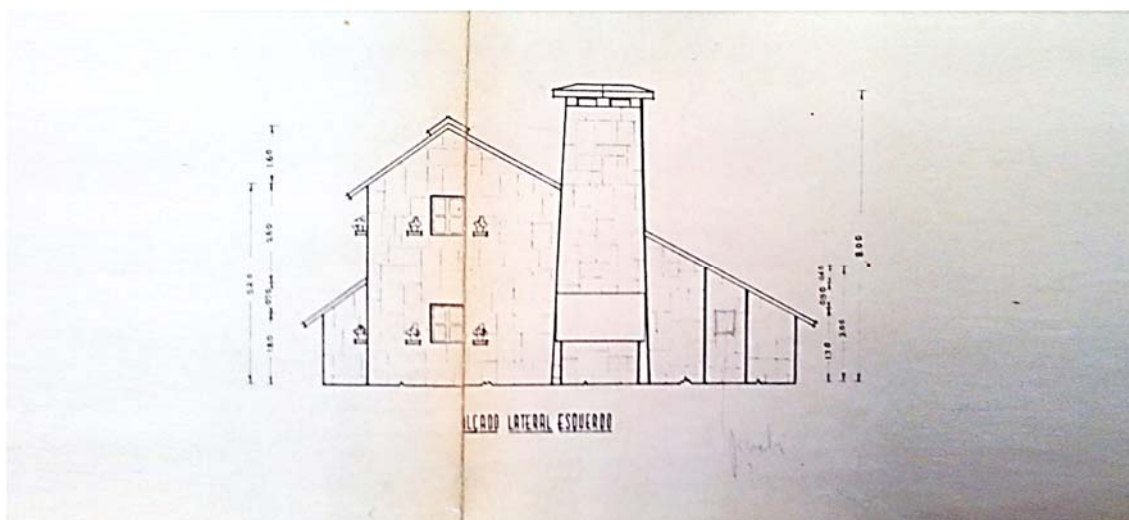
- ANEXO 29. Planta Topográfica do Lugar de São Mateus; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Aldeamento no Barroso – Montalegre – Freguesia de Chã (S. Vicente) - Aldeia Nova do Barroso – Logar de S. Mateus – Anexo V.* Lisboa : MA, JCI, 1944;



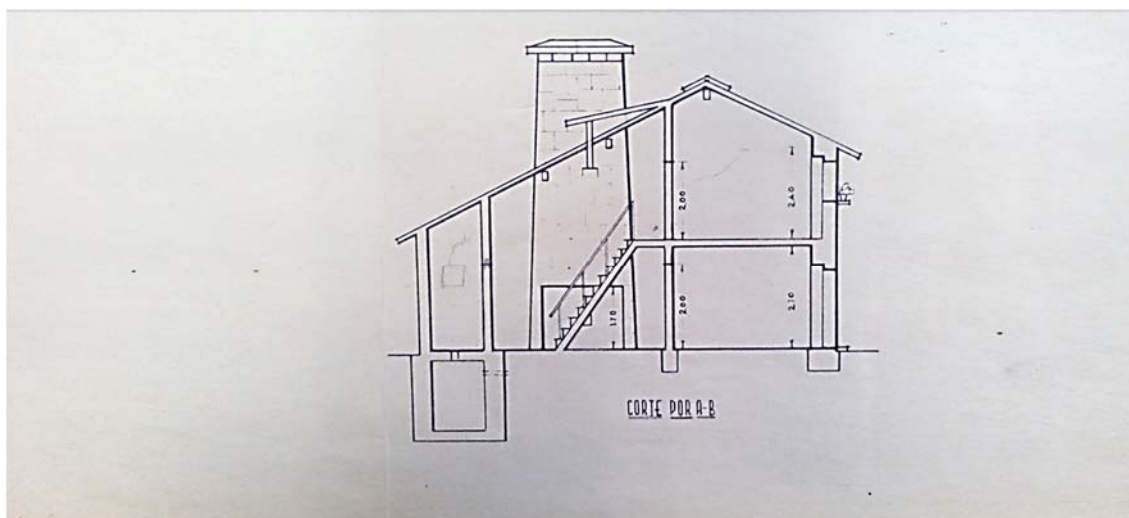
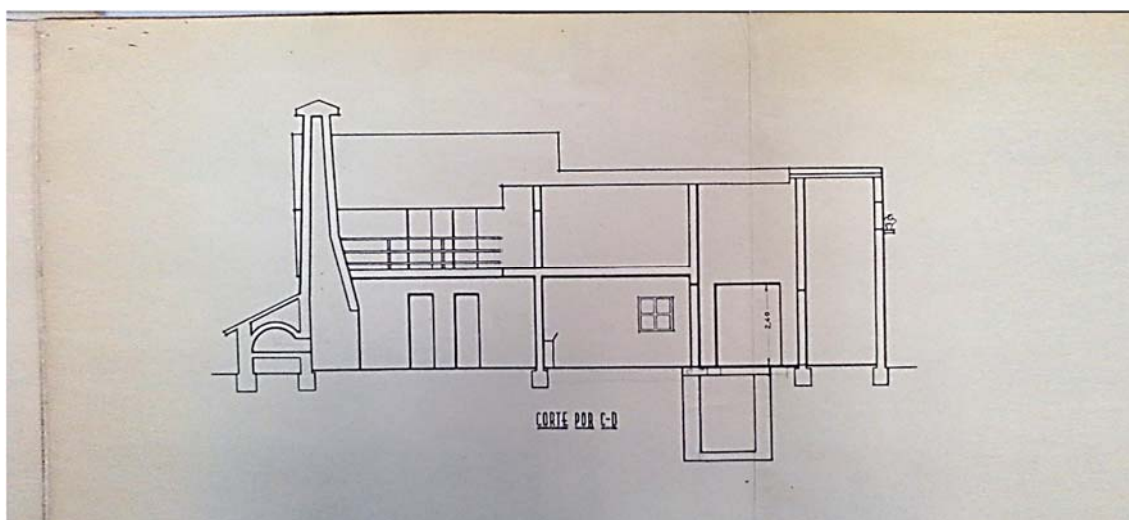
- ANEXO 30. Planta de Baldios e Áreas a Colonizar na Freguesia de Chã, Montalegre.; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas.* Lisboa : MA, JCI, 1944;



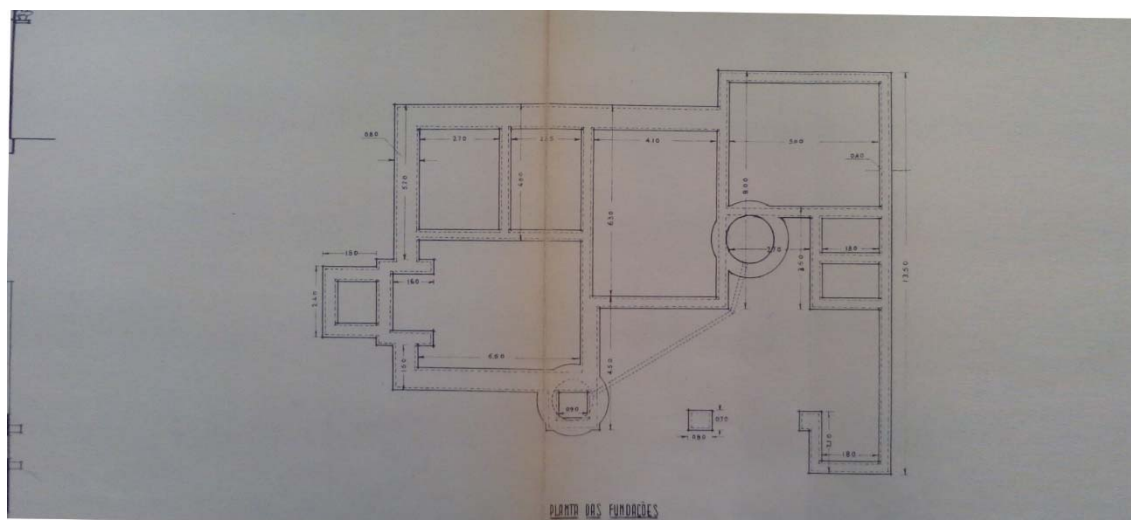
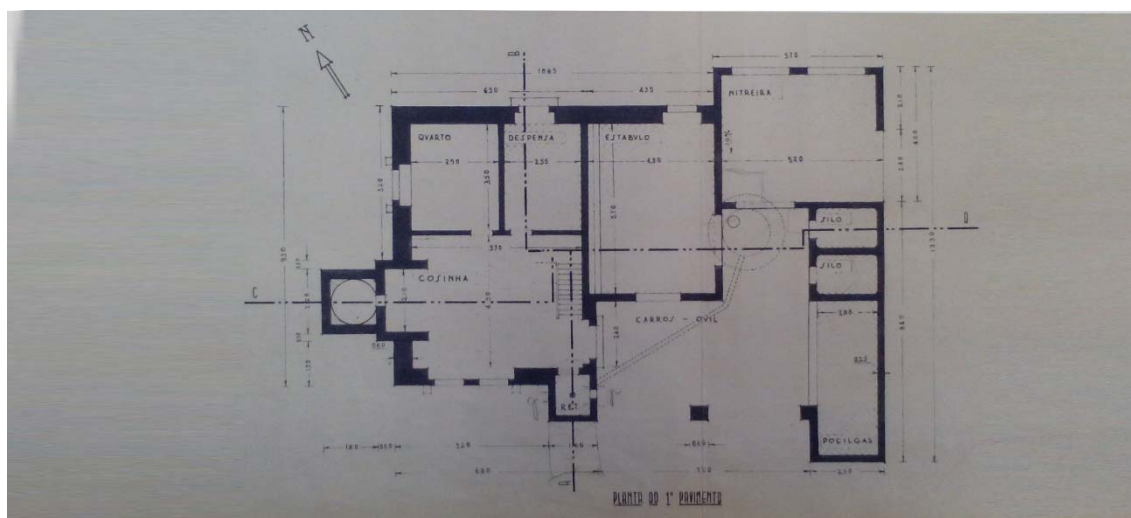
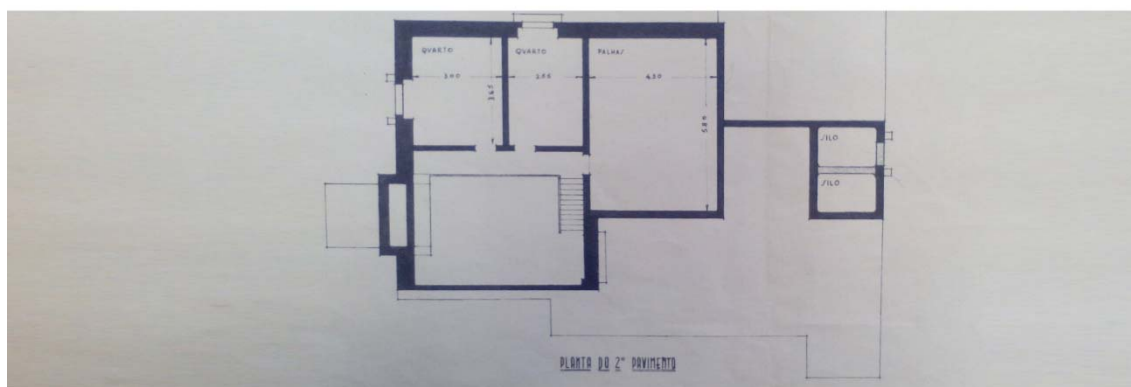
- ANEXO 32. Alçado Principal e Alçado Lateral Direito; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Anexo V (arruamentos)*. Lisboa : MA, JCI, 1944;



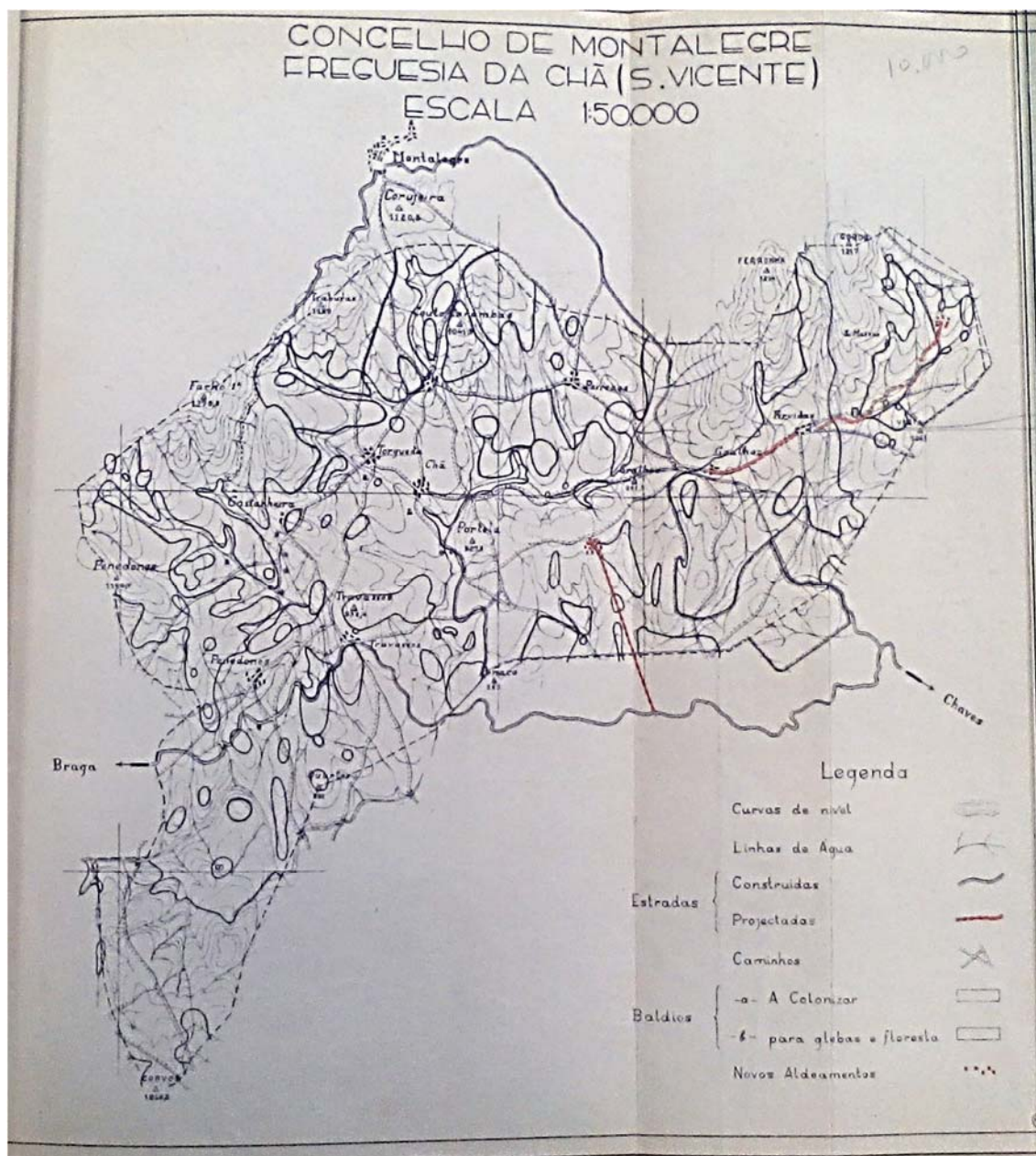
- ANEXO 33. Alçado Lateral Esquerdo e Alçado Posterior; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Anexo V (arruamentos)*. Lisboa : MA, JCI, 1944;



- ANEXO 34. Cortes do *Projecto-Tipo do Barroso*; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Anexo V (arruamentos)*. Lisboa : MA, JCI, 1944;



- ANEXO 35. Plantas do *Projecto-Tipo do Barroso*; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Anexo V (arruamentos)*. Lisboa : MA, JCI, 1944;



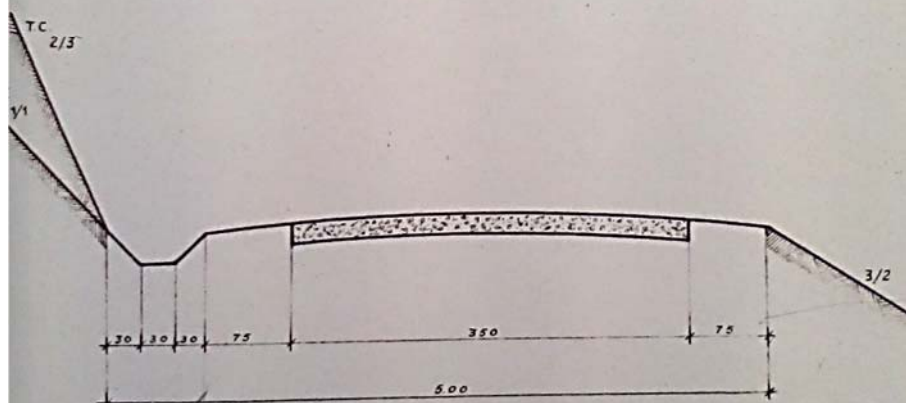
- ANEXO 36. Planta de localização dos núcleos da Aldeia Nova do Barroso e do Lugar de São Mateus; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. Anexo V (arruamentos)*. Lisboa : MA, JCI, 1944;

J.C.I.
REGIÃO DE BARROSO

FREGUESIA DE CERVOS

ESTRADA DE VIDOEIRO

PERFIL TIPO-ESCALA 1:50

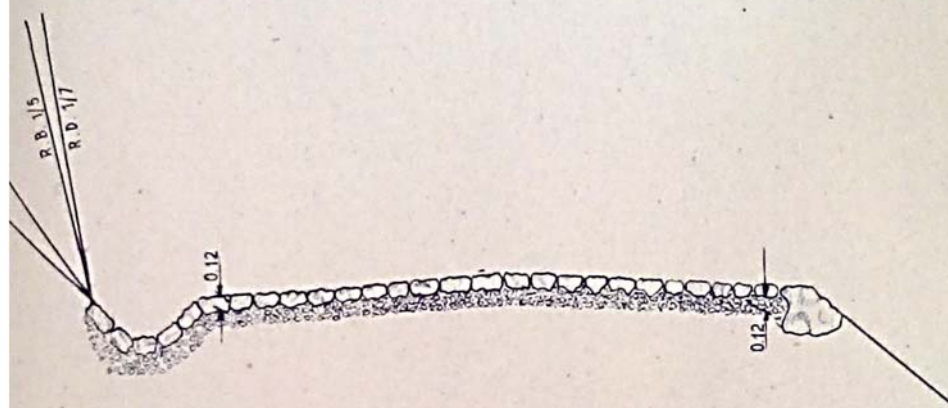


Abaulamento da Faixa de rolagem	1/50
Raio	22.225
Inclinação das Bermas	0.04

- **ANEXO 37.** Estrada do Videiro, Perfil Tipo; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. II Freguesias de Morgade, cervos e Beça (parte)*. Lisboa : MA, JCI, 1945;

PERFIL TRANSVERSAL TIPO

CALÇADA À PORTUGUESA



Espessura da camada de fundação 0,12

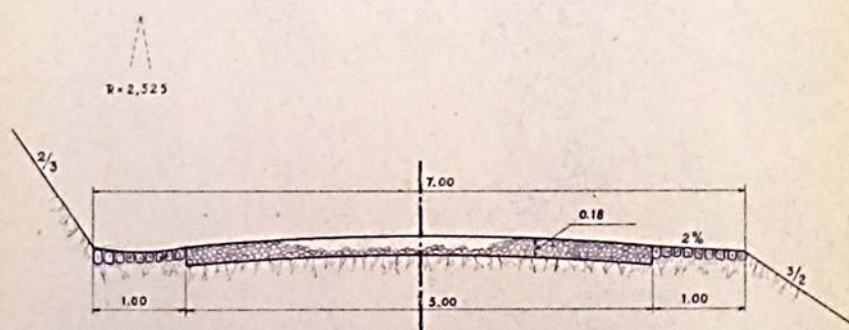
Espessura da calçada à portuguesa 0,12

Abaulamento 1/50

ESCALA 1:50

- ANEXO 38. Perfil Transversal Tipo – Calçada Portuguesa; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas. II Anexo V Aldeamentos (arruamentos)*. Lisboa : MA, JCI, 1944?;

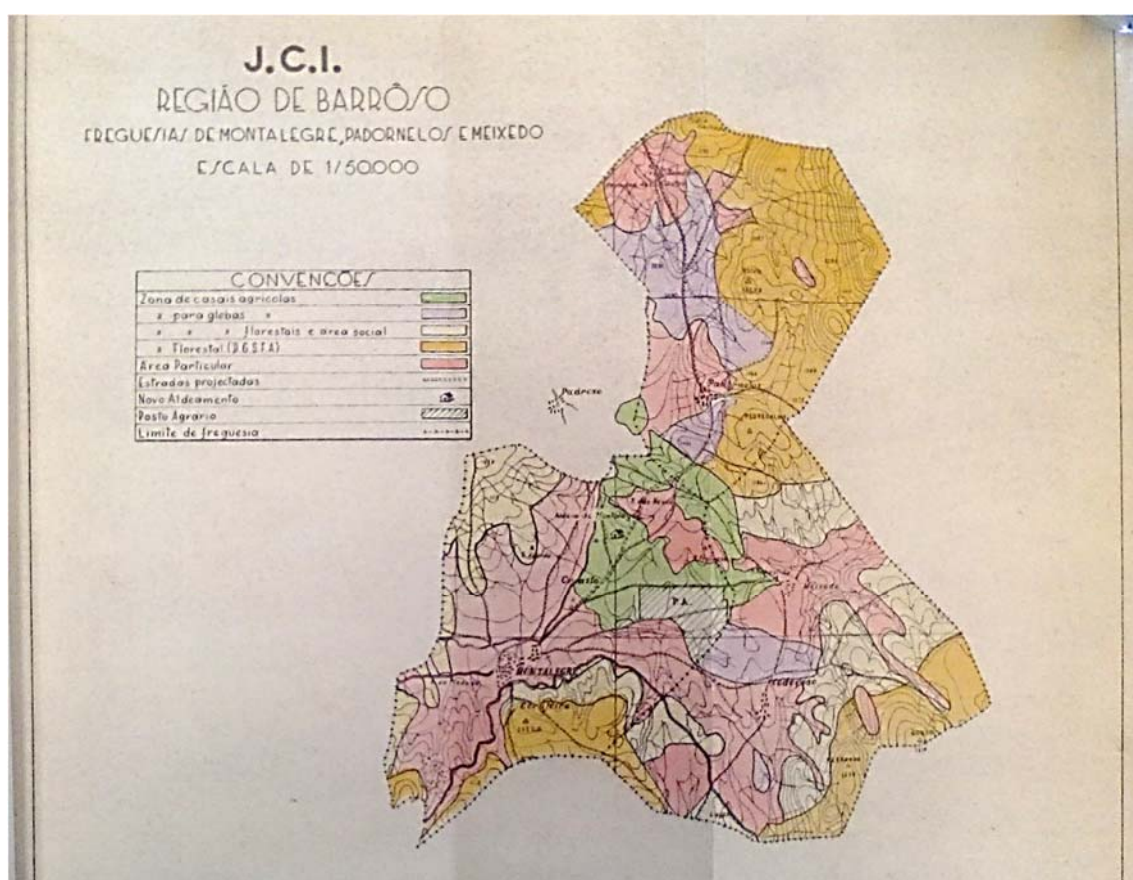
ARRUAMENTOS - PERFIL TIPO



Flecha 1/50 do vão

ESCALA 1:50

- ANEXO 39. Perfil de Arruamentos Tipo; Fonte documental: fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Macadamização Da Estrada De Ligação Da En103*. Lisboa : MA, JCI, 1944?;



- **ANEXO 40.** Estudo de convenções para a região do Barroso, freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo; fonte documental: PORTUGAL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA – *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – III Freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo*. Lisboa : MA, JCI, 1946;